



MANDUARISAWA

REVISTA ELETRÔNICA DISCENTE DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFAM



Dossiê

CARTOGRAFIAS E

**TERRITORIALIDADES AMAZÔNICAS:
INVISIBILIDADES E RESISTÊNCIAS**

**Manaus
Volume 6
Número 1
2022**



MANDIARISAWA

REVISTA ELETRÔNICA DISCENTE DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFAM



Dossiê

**CARTOGRAFIAS E TERRITORIALIDADES AMAZÔNICAS:
INVISIBILIDADES E RESISTÊNCIAS**

Organizadores

Profa. Dra. Eliana Teles (UFPA)

Prof. Dr. Raimundo Erundino Santos Diniz (UNIFAP)

Prof. Dr. David Junior de Souza Silva (UNIFAP)

Capa

Ana Rivick Lira Bernardo



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....5

DOSSIÊ TEMÁTICO

AS CONTRADIÇÕES DE UM DISCURSO: O AGRONEGÓCIO E SEUS EFEITOS NOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS..... 9

ATUAÇÃO FEMININA EM TERRITÓRIOS DE PESCA: UMA CARTOGRAFIA DO SABER-FAZER NO BAIXO TOCANTINS, NORDESTE PARAENSE..... 28

CARTOGRAFIA DA PAISAGEM EM MOVIMENTO: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NO COTIDIANO RIBEIRINHO..... 42

TERRITORIALIDADE FESTIVA – O ESPAÇO MARUJO TRACUATEUENSE..... 62

QUINTAIS URBANOS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DOS MODOS DE VIDA TRADICIONAIS NA CIDADE DE BELÉM/PA, BRASIL..... 76

BORQUIANDO PELO RIO ANEQUARA: UMA CARTOGRAFIA SOBRE AS INFLUÊNCIAS DA PESCA NA LINGUAGEM DE RIBEIRINHOS NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA – PARÁ..... 98

FÓRUM SOCIAL PAN-AMAZÔNICO: PEDAGOGIAS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO..... 118

CONFLITOS TERRITORIAIS E AMBIENTAIS NO MAPA DA CARTOGRAFIA SOCIAL DO SOFRIMENTO, FIXADOS PELOS GRANDES EMPREENDIMENTOS NO NORDESTE PARAENSE..... 138

ARTIGOS LIVRES

NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NA AMAZÔNIA: CORDÃO JUNINO COMO FERRAMENTA DE INTERVENÇÃO.....	159
O ESTADO NOVO NO AMAZONAS: O GOLPE DE VARGAS NA IMPRENSA MANAUARA.....	177
“EU QUERO IR ME EMBORA PRA MINHA CASA”: MIGRAÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO DOMÉSTICO NO MARANHÃO (1980-1990).....	199
AS CASAS ENXAIMEL E A CONSTRUÇÃO DE UM PATRIMÔNIO PLURAL EM JOINVILLE: MODOS DE MORAR E VIVER POR MEIO DAS ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS.....	219
“ONDE APRENDERA AS SUTILEZAS DA MOÇA”: GÊNERO, DISCIPLINA E EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES NA ESCOLA DOMÉSTICA DE NATAL (1914-1945).....	239
A MÚSICA AMAZONENSE NA CONSTRUÇÃO DE SABERES E IDENTIDADE PARA O ENSINO ESCOLAR.....	264
A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA ANTES E DEPOIS DO GOLPE MILITAR DE 1964: CENÁRIOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA.....	281
REVISITANDO OS ARQUIVOS MILITARES: POSSIBILIDADES DE PESQUISA, TEORIA E MÉTODO.....	300
A EDUCAÇÃO NAS ONDAS DA RÁDIO: DISPUTAS EM TORNO DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO RADIOFÔNICO DE BRAGANÇA - PA (1960-1964).....	312
CHARGES COMO DOCUMENTOS HISTÓRICOS: IMAGINANDO O GOVERNO COLLOR (1990-1992).....	329
PONDERAÇÕES SOBRE O USO DA CATEGORIA TRAUMA NOS ESTUDOS AFRICANOS: FREUD E AS PERSPECTIVAS PÓS-COLONIAIS.....	347
“O SENHOR TÁ DANÇANDO ARMADO”: VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM MOMENTOS DE LAZER NO ALTO SERTÃO PARAIBANO (1960-1980).....	368

APRESENTAÇÃO



ELIANA TELES RODRIGUES¹

RAIMUNDO ERUNDINO DOS SANTOS DINIZ²

DAVID JUNIOR DE SOUZA SILVA³

Por muito tempo a arte e a autoridade de descrever o espaço foi exclusividade do Estado. A virada ocorre por meio de situações sociais, que ressaltam o periférico, o marginal e o fronteiroço (DELEUZE, 1988). E é assim que grupos e vozes tão diversos tem utilizado a cartografia, de maneira explícita pelas suas reivindicações face ao Estado, tanto de demandas de políticas públicas quanto de direitos ao seu reconhecimento e existência.

Na discussão da cartografia social com debates interdisciplinares, tem-se a oportunidade de demonstrar que os mapas, ainda que constituam relações de força, ao mesmo tempo consistem num instrumento de descrição. Trata-se da análise dos processos diferenciados de territorializações que ressaltam relações de poder e permitem avançar na compreensão das situações de conflitos, disputas, territorialidades, identidades e concepções diversas de tempo e espaço recolocando novas questões ao pensamento crítico sobre as compreensões de realidades amazônicas.

¹ Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). É Professora Adjunto da Universidade Federal do Pará, campus Abaetetuba e docente pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades-PPGCITI/UFPA. E-mail: elianteles@yahoo.com.br.

² Doutor em Ciências Sócio-ambientais, Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônico da Universidade Federal do Pará. E-mail: historiadiniz@gmail.com.

³ Doutor em Geografia pela Universidade de Goiás (UFG). É professor Adjunto do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Professor Permanente e atual Coordenador do Mestrado Profissional em Ensino de História da UNIFAP (PROFHISTÓRIA/UNIFAP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA). E-mail: david@unifap.br.



Nesta direção o Dossiê “**CARTOGRAFIAS DE TERRITORIALIDADES AMAZÔNICAS: INVISIBILIDADES E RESISTÊNCIAS**” tem o objetivo debater outras concepções e compreensões epistemológicas e empíricas relativas à geopolítica de conhecimentos sobre as diversas realidades Amazônicas. Objetiva-se também nesta compilação de reflexões, entender a história regional, seus sujeitos e territórios, a partir de abordagens interdisciplinares de um conhecimento histórico local, regional atravessados por temporalidades, ancestralidades e processos sul/globais.

Por conseguinte, cultivar abordagens e sentimentos transgressores de subversão e superação de preconceitos e estereótipos construídos sobre estas histórias periféricas, antes pouco cogitadas nos mercados editoriais e conferências do campo intelectual epistemológico do norte que no tempo presente se deslocam para o centro das abordagens em um movimento antihegemônico. Na contramão do frenesi deste capitalismo tipográfico (ANDERSEN, 2008), muitas vezes ainda reproduzido em formações pedagógicas e currículos escolares euro-centrados.

Este Dossiê também caminha na direção de contornos regionais ao entender as Amazônias como espaço de diversidades culturais e históricas inerentes ao processo de formação sócio-cultural, territorial e identitário. Em outras palavras, traz uma perspectiva coetânea a cartografia social, histórica, antropológica e sociológica ao situar e reposicionar a alteridade em relação ao contexto territorial e a dialética de pertencimento e negação, continuidade e rupturas em relação ao que se projeta enquanto desenvolvimento regional.

Intenta-se por fim, revelar estudos e compreensões de “outras memórias escritas, visuais e gestuais...” (PACHECO, 2012) sedimentadas nas mais variadas maneiras de expressões sociais, culturais e políticas de sujeitos. Bem como analisar as inúmeras estratégias de enfrentamentos, pertencimentos e resistências frente às ameaças constantes de poderes constituídos, fortemente evidenciados historicamente na Amazônia desde os períodos coloniais, até o epistemicídio contemporâneo e ocultamento do outro como informa Dussel (1992).

Abrindo o dossiê, o artigo **AS CONTRADIÇÕES DE UM DISCURSO: O AGRONEGÓCIO E SEUS EFEITOS NOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS**, de autoria de **Benedito Bastos da Costa** e **Alessandra Quaresma Gonçalves**, fala sobre a utilização de meios de comunicação que propagam informações positivas sobre o agronegócio de forma a mascarar seus efeitos negativos para populações tradicionais.



O segundo artigo, intitulado **ATUAÇÃO FEMININA EM TERRITÓRIOS DE PESCA: UMA CARTOGRAFIA DO SANER-FAZER NO BAIXO TOCANTINS, NORDESTE PARAENSE**, de autoria de **Elizayne Yza Xavier Farias** e **Eliana Teles Rodrigues**, aborda sobre a realidade de mulheres atuam em atividades pesqueiras no município de Abaetetuba-PA, sendo essas relações compreendidas através da cartografia social que busca a visibilidade dessas práticas que são realizadas dentro da comunidade.

Em seguida, temos o artigo **CARTOGRAFIA DA PAISAGEM EM MOVIMENTO: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NO COTIDIANO RIBEIRINHO**, de autoria de **Max José Costa e Costa**, que trata sobre as mudanças de paisagem traduzidas através de uma cartografia social construída com relatos de experiência de moradores do Furo do Pai Pedro localizado nas ilhas de Abaetetuba-PA.

Logo após, temos o artigo intitulado **TERRITORIALIDADE FESTIVA – O ESPAÇO MARUJO TRACUATEUENSE**, de **Hygo da Silva Palheta**, que trabalha sobre a festividade de São Benedito e São Sebastião ocorrida em Tracuateua buscando refletir sobre o território e a territorialidade festiva desta celebração que ocorre de maneira tradicional no município de Bragança-PA.

O artigo **QUINTAIS URBANOS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DOS MODOS DE VIDA TRADICIONAIS NA CIDADE DE BELÉM/PA, BRASIL**, de autoria de **Aelton Dias Costa, Eliana Teles Rodrigues e Rita Denize de Oliveira** busca refletir sobre a importância dos Quintais como espaços de reprodução da vida frente à lógica de urbanização na cidade de Belém-PA.

Finalizando este dossiê, o artigo **BORQUIANDO PELO RIO ANEQUARA: UMA CARTOGRAFIA SOBRE AS INFLUÊNCIAS DA PESCA NA LINGUAGEM DE RIBEIRINHOS NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA – PARÁ**, de autoria de **Manuelle Pereira da Silva**, utilizou da pesquisa de campo para o entendimento da influência da pesca na linguagem e nas relações cotidianas dos ribeirinhos com o ecossistema, na região de Abaetetuba/PA.

O artigo intitulado **FÓRUM SOCIAL PAN-AMAZÔNICO: PEDAGOGIAS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO** de autoria de **Raiumundo Erundino Santos Diniz e Wemerson Costa dos Santos** é o penúltimo trabalho desse dossiê, que se trata de uma pesquisa qualitativa com base nas obras de Paulo Freire, Boaventura de Sousa Santos e Alberto Acosta, buscando articular o ensino de história com práticas educacionais alternativas realizados pelo Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA).

Finalizando este dossiê temos o artigo intitulado **CONFLITOS TERRITORIAIS E AMBIENTAIS NO MAPA DA CARTOGRAFIA SOCIAL DO SOFRIMENTO, FIXADOS PELOS GRANDES EMPREENDIMENTOS NO NORDESTE PARAENSE** de autoria de **Nelson Ramos Bastos**, que analisa conflitos territoriais ocorridos entre grandes empreendimentos e ribeirinhos da ilha Xingu de Abaetetuba-PA, causados conflitos de interesse entre os atores sociais por uma desestruturação da realidade social do local que vem evidenciando o antagonismo entre o meio ambiente e o desenvolvimento capitalista.



AS CONTRADIÇÕES DE UM DISCURSO: O AGRONEGÓCIO E SEUS EFEITOS NOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

THE CONTRADICTIONS OF A DISCOURSE: AGRIBUSINESS AND ITS EFFECTS ON TRADITIONAL TERRITORIES



BENEDITO BASTOS DA COSTA⁴

ALESSANDRA QUARESMA GONÇALVES⁵

Resumo

Este artigo tem o propósito de analisar a representação do agronegócio pela publicidade televisiva, elucidando seus efeitos negativos, sobretudo pelos projetos exploratórios comandados por grandes proprietários de terras, que utilizam estratégias de representações políticas partidárias, por meio da bancada ruralista, e de dispositivos midiáticos como as propagandas televisivas. As principais referências que subsidiaram este trabalho foram: Almeida (2010; 2011), Bialoskorski (1994), Delgado (2013), Haesbaert (2004), Porto-Gonçalves (2017) e Raffestin (1993). Seus achados revelaram que os agentes sociais e seus territórios são silenciados por tais propagandas, as quais objetivam a expansão e o fortalecimento desse setor econômico. Logo, o agronegócio e seus idealizadores utilizam os meios de comunicação para massificar informações que enalteçam a ampliação desse tipo de agricultura destrutiva, mascarando os riscos à vida e a sua perpetuação, ofuscando os territórios tradicionais, enquanto espaços de preservação e da biodiversidade.

Palavras-chave: Território; agronegócio; mídia.

Abstract

This article aims to analyze the representation of agribusiness by television advertising, elucidating its negative effects, especially by exploratory projects led by large landowners, who use strategies of party-political representations, through the ruralist caucus, and media devices such as television advertisements. The main references that supported this work were: Almeida (2010; 2011), Bialoskorski (1994), Delgado (2013), Haesbaert (2004), Porto-Gonçalves (2017) and Raffestin (1993). Their findings revealed that social agents and their territories are silenced by such advertisements, which aim to expand and strengthen this economic sector. Therefore, agribusiness and its founders use communication tools to disseminate information that praise the expansion of this type of destructive agriculture, masking the risk to life and its perpetuation, overshadowing traditional territories, as spaces for preservation and biodiversity.

Keywords: Territory; agribusiness; media.

⁴ Possui graduação, Licenciatura Plena e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Pará (2002). Possui duas pós-graduações: Especialista, em Metodologias do Ensino de História pela FACINTER - Faculdade Internacional de Curitiba (2004). Especialista em Gestão Escolar pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci-UNIASSELVI. E-mail: beneditobastos170@gmail.com.

⁵ Mestranda do Programa em Cidades, Identidades e Território pela Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba, possui especialização em Gestão Escolar, pela Universidade do Estado do Pará (2003). E-mail: ufpaquaresmagoncalves@gmail.com.



Introdução

A análise do processo histórico da ocupação territorial do Brasil na região amazônica, no que concerne a forma de apropriação do espaço geográfico, possibilita uma interpretação centrada em dois momentos distintos. O primeiro está relacionado ao período que vai do estabelecimento dos povos originários até a chegada dos europeus no final do século XV. Os registros de ocupação da Amazônia, de acordo com Porto-Gonçalves (2018) são de mais de 17 mil anos antes do presente.

O mesmo autor destaca que esses povos passaram a desenvolver diversas formas de conhecimento necessárias para comer, habitar e curar-se, assim, na Amazônia, com sua floresta e a maior bacia hidrográfica do planeta, abrigou cerca de 240 povos indígenas que falavam mais de 180 línguas, os quais viviam em harmonia com a natureza. A forma de se relacionarem com a natureza constituiu para esses povos uma unidade dentro da diversidade, visto que estabeleciam uma relação umbilical com a natureza dependendo dela para quase tudo, como o extrativismo, a pesca, a caça e a agricultura, que era desenvolvida sempre com respeito e equilíbrio ao meio ambiente, de onde só retiravam o necessário para a sua subsistência.

O segundo momento inicia-se, após a chegada dos europeus em 1500, com a implantação das feitorias para a exploração em larga escala da madeira localizada no litoral, começa a se corporificar com a implantação e o desenvolvimento do projeto de colonização para a exploração territorial, iniciado no século XVI, a partir de 1530, com o regime de capitanias hereditárias e de sesmaria, para a inserção da produção açucareira desenvolvida no modelo *plantation*.

O estabelecimento das capitanias hereditárias marca o início do processo de apropriação territorial, por parte dos fidalgos, legitimado pelo Estado português, objetivando o enriquecimento dos colonizadores e o fortalecimento da Metrópole, por meio da ocupação e exploração territorial. Nesse momento, surge o “embrião” daquela que viria a ser uma das categorias sociais de maior poder econômico do Brasil: a dos grandes proprietários de terras, a qual utilizou ao longo do tempo de inúmeros mecanismos e dispositivos que lhes garantissem até os dias atuais, além da posse, o direito de exploração das terras por meio das atividades agropecuárias que, atualmente, é representada pelo agronegócio.

Dessa forma, o presente artigo busca analisar e refletir acerca da representação do agronegócio pela publicidade televisiva, intencionando descortinar os sujeitos e as



situações, inerentes aos territórios, que são ocultadas por tais propagandas. Para isso, analisaremos três categorias: 1º) O território e seu processo de apropriação por parte dos colonizadores e as consequências para as populações nativas. 2º) O agronegócio, sua historicidade e seus efeitos para o meio ambiente. 3º) A mídia, seu contexto de origem e sua função que, a priori subentende-se, estar vinculada aos interesses da classe dominante. Conclui-se com reflexões sobre as formas de apropriações territoriais no Brasil e a importância do repensar as maneiras de interação entre os indivíduos e destes com a natureza.

O território: lugar de riquezas e sujeitos

A palavra território tem várias acepções. Na acepção de Claude Raffestin (1993), ele se forma a partir do espaço, sendo este o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente – por exemplo, pela representação –, o ator territorializa o espaço. A apropriação de um espaço, refere-se ao lugar demarcado ou fronteiras delimitadas pela posse. Por essa perspectiva e conforme o autor supramencionado, podemos entender que o território é uma dimensão espacial resultante de relações de poder e sobre a qual se projetam tais relações.

Rogério Haesbaert (2004) sugere que o território é ao mesmo tempo funcional e simbólico, pois são exercidas sobre o território o domínio tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”.

O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) [...] (HAESBAERT, 2004, p. 3).

O território simbólico representa um apego às identidades sociais de seus habitantes, o lugar onde vivem marca a sua existência e perspectiva de futuro. O entendimento do autor sobre o território evidencia a essencialidade deste, para a sobrevivência e a existência humana tornando-se de extrema importância para suprir determinadas necessidades, seja de caráter individual ou coletivo, de seu(s) possessor(es), haja vista que o território por si só, e em sua essência, é constituído por recursos naturais como terra, água, animais, vegetais *etc.*, que são vitais para a vida e sua perpetuação.



A relação indivíduo-território, nesse sentido, deve se processar de forma equilibrada, a fim garantir os recursos naturais necessários para a manutenção da vida e a perpetuação das espécies. Esse tipo de relação pautada no equilíbrio e respeito era e ainda é, mesmo que às duras penas e entrelaçadas por relações de conflitos, desenvolvidas pelos povos originários e tradicionais com destaque para as populações que genericamente foram denominadas pelos colonizadores de indígenas, “em toda a América havia inúmeros povos que foram chamados de índios pelos europeus que aqui chegaram” (ALMEIDA, 2010, p. 31).

Essa intitulação generalizadora foi se convertendo em um dos dispositivos de representação, classificação e exclusão social que, além de unificar as etnias mediante uma rotulação (índio), causou a ocultação de inúmeros elementos culturais como línguas, crenças, hábitos, saberes *etc.*, peculiares à identidade de cada grupo étnico das populações nativas.

Na história do encontro do Ocidente e os mundos longínquos, existe de fato um modo de representar o Outro que o esvazia de qualquer substância, deixando-o sem vida, ‘num corpo a corpo com a morte, uma morte antes da morte, uma morte na vida (MBEMBE, 2017, p. 186).

Os contingentes populacionais que já habitavam os territórios brasileiros, cuja, a data de chegada e ocupação ainda é incerta e gera debates e divergências entre os pesquisadores, possuíam, na forma de se relacionarem com a natureza, um elemento de unidade a partir da teoria do “Bem Viver” defendida por Acosta (2016). O ‘bem viver’ nasce da experiência da vida coletiva dos povos e nacionalidades indígenas que estabeleciam uma relação de harmonia e respeito com a natureza ao entendê-la como divindade e mãe que acolhe, protege e fornece os elementos necessários para a vida e sua perpetuação.

A maneira equilibrada pela qual as populações originárias se relacionavam com a natureza e os saberes adquiridos e desenvolvidos nessas relações foram absorvidas e desenvolvidas (reconfiguradas), por inúmeros agentes sociais, ao longo do processo de ocupação dos territórios brasileiros, como os degredados, os negros escravos ou alforriados, os imigrantes e os miscigenados.

Esses contingentes populacionais, com o passar dos tempos, foram se estabelecendo em diferentes locais, terra firme, área de várzea, beira de rios e igarapés, dando origem aos povos tradicionais que, assim como os povos originários, entendem a terra como natureza, na qual os indivíduos estão integrados (em uma relação de harmonia, não de exploração), e não como mercadoria destinada à geração do lucro.





Os saberes adquiridos e desenvolvidos ao longo do tempo pelos nativos, em sua relação com a natureza objetivando a sobrevivência das espécies e a manutenção e perpetuação da vida, foram absorvidos e praticados pelos povos tradicionais, essa apropriação é o que Toledo (2015) denomina de “memória biocultural”, que atualmente está ameaçada pelo avanço dos empreendimentos capitalistas.

De todas as expressões que emanam de uma cultura, os conhecimentos sobre a natureza configuram uma dimensão especialmente notável, uma vez que refretem a sagacidade e a riqueza de observações sobre o entorno realizadas, guardadas, transmitidas e aperfeiçoadas no decorrer de longos períodos de tempo, sem as quais a sobrevivência de grupos humanos não teria sido possível. Trata-se dos saberes, transmitidos oralmente de geração para geração, e especialmente dos conhecimentos imprescindíveis e cruciais, por meio dos quais a espécie humana foi moldando suas relações com a natureza. [...] O produto final desse processo de refinamento ao longo do tempo encontra-se hoje nas mentes e nas mãos de homens e mulheres que compõem os chamados povos tradicionais [...] (TOLEDO, 2015, p. 33).

À ocupação do(s) território(s) brasileiro(s), a partir da chegada dos colonizadores europeus, observa-se uma mudança na forma de interação entre os indivíduos com o espaço geográfico, à proporção que o mesmo passa a ser utilizado dentro da lógica mercantilista de apropriação e exploração territorial objetivando o enriquecimento dos colonizadores e o fortalecimento da Metrópole.

Esse processo de ocupação e exploração inicia-se com as feitorias para a extração e escoamento do pau brasil, seguido pelas chamadas drogas do sertão (plantas, raízes, sementes, frutas, ervas medicinais *etc.*) coletadas pelos nativos em uma relação de trabalho livre e consensual baseado no escambo (troca de produtos). Essa forma de ocupação e exploração marcou as três primeiras décadas da chegada dos europeus, que a partir de 1530, dinamizou-se com a implantação das Capitânicas Hereditárias e do sistema de Sesmaria, caracterizado pela concessão de grandes áreas de terras às famílias da nobreza portuguesa, iniciando a implantação da monocultura do açúcar dentro do modelo *plantation* de produção.

A implantação das lavouras de cana de açúcar, conforme Ferreira Filho (2016), inaugura a monocultura em larga escala, que exigia grandes áreas de terras, um quantitativo elevado de mão de obra e um ritmo de trabalho intensivo, ao qual os nativos mostraram resistências por não fazer parte de sua cultura. Tal fato provocou três grandes acontecimentos: a escravização dos nativos; a introdução dos negros africanos na condição de cativos, ambos para serem utilizados como força de trabalho; e a chegada dos jesuítas, que tinham como principal finalidade a catequização dos nativos e africanos, a fim de enquadrá-los ao projeto colonizador e exploratório europeu



O contexto exigiu, segundo o mesmo autor, dois dispositivos de dominação e exploração para serem utilizados pelo projeto colonizador: os instrumentos de guerras, com destaque para o uso da pólvora, e as armas de fogo, que exterminaram parte das populações nativas e africanas, submetendo-as tanto a coerção, como aos métodos “educativos” desenvolvidos e aplicados pelos jesuítas. Tais métodos atingiram sua finalidade ao incutir a cultura europeia sobre os nativos e africanos, como forma de dominá-los sem a utilização dos instrumentos bélicos ou o uso da força física.

A catequização, ao impor a cultura europeia, pratica uma “intervenção epistemológica [...] com base na força com que a intervenção [...] do colonialismo e do capitalismo modernos se impuseram aos povos não cristãos” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 10). Desconsiderando a existência de todo um legado cultural dos povos dominados, negando seus saberes e depreciando-os enquanto portadores de qualidades e conhecimentos “nisso consiste o epistemicídio, ou seja, a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 10).

A referida lógica se dinamizou a partir da consolidação do sistema capitalista, que na busca do enriquecimento e poder econômico, apropria-se do(s) território(s) de forma desregrada. A posse de territórios tradicionais por grandes empresas, visando o uso comercial do espaço, em termos sociais, aumenta os níveis de exploração, pobreza da população local e êxodo rural com aumento da disponibilidade de mão de obra barata. Na medida que essas agroestratégias do capital se ampliam, a apropriação das terras camponesas se intensifica e, na maioria das vezes, conduzirão as famílias camponesas a uma realidade de vida mais degradante, enchendo as cidades de moradores em situação de vulnerabilidade.

Esse contexto de apropriação e expropriação envolvendo o capital, por intermédio de seus representantes, empresas, latifundiários, empresários *etc.*, e o trabalho representado pelo camponês, gera uma relação de poder na qual os moradores e trabalhadores do campo ficam em desvantagem. Tal desvantagem se deve à falta de apoio institucional, através de políticas públicas, o que desmobiliza a ação pública (MULLER; SUREL, 2002) ou medidas que valorizem empreendedores local, a permanecerem em sua propriedade e estabelecerem uma existência harmônica com o meio ambiente.

A falta de políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades dos povos tradicionais é o reflexo das relações estabelecidas, desde o período colonial, entre



a classe dos grandes proprietários rurais com o poder institucionalizado no Brasil. Este poder que ao longo do tempo utilizou e utiliza mecanismos, como as representações parlamentares, para alinhar as ações de governabilidade aos interesses dos latifundiários, a exemplo do grande quantitativo de verbas públicas, destinada ao fomento do agronegócio.

O agronegócio: aniquilação dos territórios dos povos originários

A constituição do latifúndio no Brasil e, conseqüentemente, sua utilização para o desenvolvimento de uma produção intensiva voltada ao mercado externo têm suas raízes no período colonial com as concessões de terras, por meio das capitânicas hereditárias e do sistema de sesmarias. Naquele momento, estas foram as formas utilizadas para a implantação da *plantation* e a monocultura de culturas como a cana-de-açúcar, cuja dinâmica de apropriação das terras e o desenvolvimento da produção causaram, entre outros, a expulsão das populações originárias, assim como, a exploração da mão de obra escravizada.

Paralelo à monocultura do açúcar, implantou-se a pecuária com a criação de gados que, a princípio, foram utilizados como força motriz ou tração animal para mover as moendas, arar a terra e transportar os insumos inerentes ao sistema produtivo, assim como, para o consumo da carne bovina, destinada a atender às demandas internas da colônia, sendo a pecuária uma atividade complementar a produção açucareira. Como destaca Medeiros Neto (1970):

Iniciada a colonização lusa, em seguida tratou-se de introduzir no Brasil o gado bovino, visando inicialmente colaborar com a cultura canavieira, grande fonte de riqueza da época, porquanto os bois eram indispensáveis aos engenhos e para a alimentação dos que neles trabalhavam (MEDEIROS NETO, 1970, p. 46).

O ano de 1534 marca a chegada dos primeiros bovinos, enviados de Portugal e introduzidos, inicialmente, na Capitania de São Vicente, São Paulo; em 1535, em Pernambuco, conforme Adas (1983), expandindo-se com o passar do tempo para o sertão nordestino e depois para áreas além dos limites territoriais definidos no Tratado de Tordesilhas. Por necessitar de pastos para o seu desenvolvimento, essa atividade causou e causa a apropriação de grandes áreas territoriais que tem seus recursos naturais devastados para dar lugar às pastagens.

Nas primeiras décadas do século XVIII, 1727, o café, originário da Etiópia, foi introduzido na colônia pelo militar paraense Francisco de Mello Palheta,



que trouxe da Guiana Francesa cinco mudas e mais de mil sementes da planta para o Pará, tornando-se um dos primeiros cafeicultores do país (GALETI, 2004). Nos anos seguintes o produto expandiu-se para os estados do nordeste: Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia, cultivado em pequenas propriedades, destinado ao consumo local.

O ano 1760 marca a entrada do café no estado do Rio de Janeiro, cujo cultivo, produção e consumo fazia-se semelhante às demais áreas produtoras, conforme esclarece Souza (2006). A expansão da monocultura do café, assim como da cana-de-açúcar e da pecuária, passou a exigir grandes áreas de terras causando desmatamentos e queimadas, que extinguiram inúmeras espécies da fauna e da flora dos territórios brasileiros.

A monocultura do algodão deu amplitude ao latifúndio, devastando novas áreas, expulsando e escravizando populações nativas, intensificando a escravidão, sobretudo, a negra, além de receber estímulos e incentivos da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e do Maranhão que, segundo Caio Prado Jr. (1981), essa companhia vigorou até o ano de 1777, em toda a sua existência foi fornecedora de mão de obra escrava para as lavouras e créditos para os produtores.

Nativo das Américas e originário da Guatemala e do México, o milho, cultivado por Incas, Astecas, Maias. No Brasil, os Tupis e os Guaranis tinham o cereal como um dos principais elementos de sua dieta alimentar, consoante Paterniani e Campos (2005), com o passar dos tempos, constitui-se como outro gênero da representação da monocultura, do latifúndio e do agronegócio no Brasil, sobretudo, após a década de 1970 com as mudanças ocorridas no cenário agrícola do país, sendo cultivado em praticamente todo o território nacional (SOUZA; BRAGA, 2004).

Os produtos como o milho e a soja são destaques na monocultura brasileira, e em 2021 o Brasil assumiu o primeiro lugar no *ranking* mundial como maior produtor de soja, posição mantida também para o açúcar e o café. O país é, também, o quarto maior produtor de grãos do planeta e o maior exportador de carne bovina do mundo, de acordo com a EMBRAPA (2021).

As informações acima evidenciam a consolidação do agronegócio, desenvolvido em extensos latifúndios, fato que amplia o poder econômico dos grandes proprietários de terras, que desde o período colonial, utilizam de estratégias que lhes asseguram, além da posse e direito de exploração territorial, a manutenção de sua hegemonia classista.

A preponderância das classes detentoras dos meios de produção, e em especial a dos grandes proprietários rurais, teve sua base assentada nas ações utilizada



pelo estado português, para a ocupação territorial do Brasil colonial. A terra que outrora era de todos, assim como tudo que ela produzia, deixava assim de ser fonte de vida, para se tornar fonte de riquezas para a Metrópole lusa, que enquadrou a colônia na dinâmica mercantilista de exploração e para os escolhidos da corte, que passaram a comandar o processo exploratório das terras (MORISSAWA, 2001).

A elite agrária utiliza como estratégia para manter seus privilégios a vinculação com o Estado, por intermédio de alianças com políticos, situação criada desde o processo de colonização e solidificada, na contemporaneidade, por meio das bancadas ruralistas constituídas nas três esferas do poder político e administrativo do país. Essa classe se articula para ampliar seus poderes de decisão em relação aos rumos que a sociedade deveria seguir, objetivando a concretização de seus projetos expansionistas.

A representação dos latifundiários no cenário político administrativo vincula-se a própria colonização, indo desde o estabelecimento das Capitânicas Hereditárias, os capitães donatários, aos cargos componentes e administrativos do Governo-Geral constituídos por nobres escolhidos da corte e pelos chamados “homens-bons” que compunham as Câmaras em cada vila da colônia. As mudanças decorrentes no período joanino (1808-1821), favoreceram substancialmente a elite agrária; no campo político, abriu caminhos e possibilidades de ascensão ao permitir o ingresso de seus representantes nos cargos políticos-administrativos da burocracia estatal da monarquia portuguesa; no econômico, a abertura dos portos, a concessão das manufaturas e os acordos de comércio, proporcionaram, além da liberdade comercial, um maior enriquecimento econômico dos grandes produtores à medida em que aumentavam as exportações.

Os grandes produtores apoiaram o processo de independência, uma vez que a emancipação política de Portugal representava a possibilidade de obtenção da autonomia administrativa para as províncias, que passariam a ser gestadas segundo os interesses da aristocracia rural, intencionalidade que ficou latente na estruturação política partidária do império, segundo os autores abaixo citados:

de um lado, a concepção de nação em que a soberania era baseada na política tradicional, de uma autoridade herdada por via dinástica; de outro, a visão liberal, de que estabelecia igualdade entre nação e povo, derivando sua autoridade da vontade nacional” (NEVES; MACHADO, 1999, p. 21).



O “povo”, na concepção estrutural da época, era o conjunto de homens brancos, livres e possuidores de certa quantia de bens, terras, joias, títulos de nobreza, plantações e cativos, o que Anderson (1989) vai denominar de “boa sociedade”, evidencia o caráter excludente e hierarquizante do projeto de gerenciamento estatal, da aristocracia rural, para o Brasil. Conduta que será legitimada a partir dos preceitos declarados na carta magna de 1824 com destaque para três pontos:

Os preceitos destacados na Constituição de 1824 estabeleceram um regime monárquico constitucional que favoreceu a legalização de seus projetos: i) ao instituir o poder legislativo composto pelos nomeados do imperador, como senadores, e eleitos do “povo”, os deputados; ii) o voto censitário, que monopolizou a cidadania política resguardando-a aos homens que constituíam a “boa sociedade”.

O período que constituiu o segundo reinado, as elites agrárias compuseram “o grosso” das duas representações políticas partidárias. Mas de acordo com Carvalho (2011), na prática, os projetos de governo divergentes, Liberais e Conservadores, faziam-se semelhantes na sua essência ao objetivarem a dominação política, seja no tocante da composição social e defesa dos partidos, seja nos processos de aglutinação de seus interesses aos do imperador.

Com efeito, as estratégias dessa classe foram utilizadas desde a implantação da República, em 1889, até os dias atuais. E conforme relata Motta (1971), “os partidos constituem uma agregação de interesses, visando ao controle do governo (MOTTA, 1971, p. 6). Esses interesses, segundo o mesmo autor, são articulados entre os grupos políticos, que determinam a formação das instituições, estabelecendo os parâmetros de decisões; cabe lembrar que estas, na maioria das vezes, são favoráveis as classes sociais mais favorecidas economicamente.

A elite agrária utilizando-se de tais estratégias, consegue influenciar diretamente na formulação das diretrizes governamentais, canalizando-as para o atendimento de suas demandas e interesses, sejam eles, sociais, culturais, políticos e/ou econômicos. Os reflexos de sua participação nas instâncias de governabilidade, atualmente, contam com 257 representantes no Congresso Nacional, sendo 225 deputados (44%) e 32 senadores (39,5%) constituindo a maior bancada no Congresso Nacional (UOL, 2021).

A chamada Revolução Verde, que chega ao Brasil a partir dos anos 60, potencializou o poder político e econômico das elites agrárias. Segundo Martins (1996), nesse período ocorreu a expansão das monoculturas e o aumento da produção, causados pela política de modernização agrícola que tecnificou e quimificou o processo produtivo



com a introdução de maquinários de última geração, sementes geneticamente modificadas, fertilizantes químicos e agrotóxicos.

Esse novo modelo de atuação do grande capital, denominado pelo termo em inglês *agribusiness* que na década de 1990, no Brasil passou a se chamar agronegócio, compreende toda a cadeia produtiva da agricultura e da pecuária, indo da fabricação até o consumo final dos produtos agropecuários, que mediante Bialoskorski (1994), gera de um lado, o desenvolvimento do capital e a concentração fundiária, de outro, denominado de 4D, desapropriação, desemprego, devastação e desequilíbrio ambiental.

Fortalecidas, política e economicamente, as elites agrárias passaram a fazer uso de inúmeros dispositivos (i)lícitos para assegurar a manutenção e ampliação de seu *status quo* seja no âmbito político, econômico, social e cultural. A participação dessa elite no campo político fortalece prerrogativas favoráveis nas decisões governamentais ao longo dos tempos, por intermédio dos dispositivos administrativos e jurídicos, que facilitam a aquisição de novas áreas de terras e fornecem subsídios financeiros, empréstimos, e estruturais como portos, rodovias, ferrovias, entre outros, para favorecer sua expansão.

O pesquisador Almeida (2011) definiu tais dispositivos como de “agroestratégias” e Delgado (2013) como “economia do agronegócio”. Definições instituídas para referendar o conjunto de ações e a utilização de atos (i)lícitos combinados, indo desde os acordos políticos e incentivos públicos, até à formação de uma opinião pública que consolide o agronegócio como atividade benéfica a toda nação, através dos meios de comunicação com destaque para a mídia televisiva.

Os anos de 1950 em âmbito mundial e, no Brasil a partir de 1970, começa a introdução do processo industrial no campo, por meio da mecanização, da utilização de fertilizantes químicos, agrotóxicos, CAIs⁶ e sementes transgênicas, estas sementes modificadas são capazes de se adaptarem aos diversos ambientes. A mecanização gera o desemprego, a concentração fundiária, a compactação do solo, o êxodo rural e problemas ambientais. A revolução verde aumentou a produção para atender o abastecimento industrial e a ampliação dos lucros de ruralistas e empresários.

A mídia: afirmação do capital e ocultação do real

⁶ Complexos agroindustriais (SILVA, 1993)



O significado que designa o substantivo mídia, segundo o dicionário da língua portuguesa, consiste no conjunto dos diversos meios de comunicação, com a finalidade de transmitir informações e conteúdos variados; está classificada em mídia impressa, jornais, revistas, catálogos, folhetos, mapas, gráficos e tabelas. Mídia eletrônica rádio e televisão e a mídia digital como a *internet*, televisão digital, *blogs*, entre outros.

No Brasil, a mídia televisiva teve início com o jornalista Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, que “em 18 de setembro de 1950, inaugurou, oficialmente, o primeiro canal do país e da América Latina, a hoje extinta TV Tupi”. (GALVÃO; DUCA, 2010, p. 84). Nos anos seguintes surgiram outras emissoras, entre as quais, a TV Paulista, que em 1966 foi comprada pelo empresário e jornalista Roberto Marinho, passando a se chamar Rede Globo e sua programação passou a ser transmitida em rede nacional a partir de 1969 (KORNIS, 2008).

Segundo dados do Ibope (2022), atualmente, a emissora ocupa o primeiro lugar no *ranking* de audiência com 33,74% da preferência dos telespectadores brasileiros. É a segunda maior do mundo, atrás apenas da norte americana ABC (*American Broadcasting Company*), estando a família Marinho na sétima colocação das mais ricas do Brasil, com um patrimônio avaliado em 5,7 bilhões de dólares ou 29,41 bilhões de reais.

Por ser a emissora mais assistida do país foi convertida em um instrumento de reprodução ideológica do grande capital. Segundo Thompson (2002), com a globalização formaram-se grandes conglomerados de comunicação, os quais se desenvolveram por meio da compra de ações nos mercados financeiro e industrial, participando dos lucros das indústrias interessadas na informação e na comunicação e gerando o que Ramonet (2004) denomina de mercantilização da informação desvinculando as mídias das regras cívicas e éticas, sujeitando-as as leis do mercado.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 220, parágrafo 5º estabelece que: “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. Incorporada aos preceitos do grande capital, a partir de sua vinculação com bancos, empresas e governos, descumprem a legislação, tornando-se objeto de manipulação ideológica de seus acionistas e patrocinadores; por mais rica que seja nenhuma emissora se sustenta sozinha, vivem dá mercantilização da informação veiculando *marketing* e *merchandising* para padronizar preferências e hábitos.



Pesquisas realizadas pelo Intervezes em parceria com os Repórteres Sem Fronteiras e publicada no final de 2017⁷, apontam que estão entre as características do sistema midiático brasileiro, a falta de transparência e as interferências políticas, religiosas e econômicas. Certamente, isso reflete a influência e o monopólio do grande capital representado pelos acionistas, patrocinadores e proprietários sobre os meios de comunicação evidenciando sua parcialidade e falta de democratização.

Um exemplo claro é a família Marinho que, segundo pesquisa realizada pelo MOM-Brasil, os proprietários da maior emissora do país também possuem fazendas e empresas de produção agrícola, como as fazendas Bananal agropecuária, Guara agropecuária e Mangaba Cultivo de Coco. Além disso, a Globo Comunicações e Participações S/A é integrante da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Outros exemplos são o de João Carlos Di Gênio e Aloisio de Andrade Farias o Alfa.

O primeiro é dono do Grupo Mix de Comunicação, do Grupo Objetivo de Educação, do qual faz parte a Universidade Paulista (UNIP), e possui cinco fazendas de produção e reprodução de gados, além de ser um dos maiores proprietários de imóveis da cidade de São Paulo. O segundo é proprietário da Rede Transamérica de Rádio e dono de um dos principais conglomerados financeiros do país, tendo também negócios ligados à terra, como a Agropalma, empresa de extração de óleo de palma, a qual controla extensas áreas de terra na Amazônia paraense, além de uma empresa de produção de couro (*Soubach*) e outra de exploração de água mineral (Águas Prata)⁸.

Ao se apropriar dos sistemas midiáticos, o grande capital, por intermédio de suas representações, utiliza-os como um dispositivo divulgador e propagador de suas ideologias e projetos, objetivando convencer os receptores da veracidade de suas mensagens mesmos que sejam falsas. Ramonet (2004), resume essa situação de persuasão e convencimento na citação abaixo:

Se, a propósito de um acontecimento, a imprensa, a rádio e a televisão dizem que alguma coisa é verdadeira, será estabelecido que aquilo é verdadeiro. Mesmo que seja falso, porque a partir de agora é verdadeiro o que o conjunto da mídia acredita como tal (RAMONET, 2004, p. 45).

O poder que o sistema midiático exerce sobre a opinião pública e o comportamento de seus receptores o torna, dentro da lógica capitalista, um dos principais instrumentos de afirmação dos objetivos de dominação e consolidação do

⁷ Citação retirada da matéria: Projeto voltado à transparência da mídia é lançado no Brasil, constante nas referências.

⁸ Informações retiradas da matéria: João Carlos Di Gênio (2017), constante nas referências.



grande capital nos campos políticos, econômico, social e cultural. O agronegócio é uma das representações discursivas que busca tal afirmação, e é apresentando como o principal modelo de desenvolvimento para o Brasil.

A campanha publicitária televisiva do agronegócio, com os *slogans* “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil” e “Agro é *tech*, agro é pop, agro é tudo”⁹, foi lançada pela Rede Globo em 2016. Abordando temas ligados a produtos agrícolas e de produção animal, com peças publicitárias de 50 segundos a 1 minuto, mostrando a importância dos produtos para o consumo da sociedade, para a segurança alimentar da população, para a geração de empregos e para o desenvolvimento econômico do país, objetivando construir uma imagem moderna e positiva de atuação do sistema capitalista no campo.

A construção discursiva do agronegócio não problematiza o termo desenvolvimento com as seguintes indagações: De quem? Como? O que certamente nos conduziria a descortinar tais discursos revelando a mínima parcela social contemplada, assim como, as formas autoritárias e destrutivas, e seus efeitos nocivos aos territórios e suas populações que são invisibilizadas por tais discursos de conservadorismo classista. Bruno e Sevá (2010) alertam para os objetivos conservadores que estão por trás dos discursos progressistas e modernizador do agronegócio, veiculado pela mídia televisiva.

No sentido interpretativo, o slogan “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil”, ao usar o termo generalizador “do Brasil” conduz ao entendimento que o agronegócio é o gerador de riquezas para todo o país, dessa forma, beneficiaria toda a população brasileira sem distinção econômica, social e cultural, passando a ideia de construtor de um modelo de produção que gera riquezas para todos os integrantes da sociedade.

A mensagem veiculada pelo *slogan* se contradiz com as informações do Cadastro Único (C.U), repassadas pelo Portal de Notícias do UOL (2022), que entre novembro e dezembro de 2021, recebeu a inscrição de 1.104.069 milhão de famílias das quais, 526 mil encontram-se em situação de extrema pobreza. No Brasil, segundo o relatório da Riqueza Global, publicado anualmente pelo banco *Credit Suisse* (UOL, 2021), apenas 1% da população detém 49,6% da riqueza nacional o que deixa o país em segundo lugar em concentração de riquezas, atrás apenas da Rússia que concentra 58,2% das riquezas nas mãos de 1% da população.

No que concerne à análise crítica da campanha “Agro é *tech*, Agro é pop, Agro é tudo”, conclui-se que: Agro é *tech* pelo uso de tecnologia de ponta nos diversos elos da

⁹ Revista EPTIC, [s. l.], v. 21, n. 1, 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/issue/view/Eptic%2021%281%29>. Acesso em: 07. dez. 2022.



cadeia produtiva, como utilização de máquinas de última geração, desenvolvimento de espécies transgênicas e o uso de componentes químicos, componentes estes que vão desde o desenvolvimento de cultivares até a comercialização do produto final. Além disso, o uso de máquinas gera problemas ambientais como a devastação.

A derrubada da mata para formação de pastagens e plantios; a compactação do solo; aumento do desemprego, ao substituir a mão de obra; exploração do trabalhador, submetido a longas jornadas de trabalho com baixa remuneração, o que provoca decréscimo em seu padrão de vida, forçando-o a buscar alternativas de sobrevivência. A alternativa mais frequente é o arrendamento ou venda de suas terras, gerando o êxodo rural e a concentração fundiária nas mãos da elite agrária. Como assevera Barros (2018)

O aspecto mais relevante da expansão do capital no campo é exatamente a expropriação dos trabalhadores rurais de suas terras e sua transformação em trabalhadores livres, ou seja, libertos da propriedade da terra, tendo apenas sua força de trabalho e sua capacidade de trabalhar, para se tornarem assalariados e/ou outras formas de relação de trabalho com a grande empresa capitalista rural, acrescido da renda da terra (BARROS, 2018, p. 193).

O discurso do grande capital propaga que a utilização da biotecnologia para o desenvolvimento de espécies transgênicas objetiva o aumento da produção de alimentos, a segurança alimentar e o combate à fome. Esse discurso escamoteia as reais objetivações da utilização dos transgênicos e difere da realidade contextual do Brasil, onde dados do Ministério da Agricultura afirmam que a maior parte dos alimentos consumidos internamente vem da agricultura familiar, pois o agronegócio foca na produção de *commodities* para a grande indústria.

As espécies transgênicas, de acordo com Folgado (2014), exigem o uso indiscriminado de agrotóxicos, o contato com esses alimentos compromete a saúde humana, seja por meio do manuseio, da ingestão alimentar e da contaminação do meio ambiente. Segundo Castor (2017), o uso de agrotóxicos no Brasil é um dos principais responsáveis pela degradação ambiental, devido a contaminação dos recursos naturais, além da contaminação, podem causar a extinção das espécies crioulas. Bombardi (2017), destaca que dos 504 Ingredientes Ativos (agrotóxicos) com registros autorizados no Brasil, muitos deles têm seu uso proibido na União Europeia.

Com relação ao combate à fome, o discurso se invalida a partir dos dados divulgados pela Rede Penssan (2021), que apontam, aproximadamente, 19 milhões de pessoas sem condições materiais para comprar alimentos no Brasil, e 55% de famílias em situação de risco alimentar, sem acesso regular e permanente a alimentos.



As ações predatórias do grande capital vêm sendo, ao longo do tempo, combatidas de diversas formas por instituições e pessoas que protagonizam ações em defesa do meio ambiente. Elas reivindicam a proteção ambiental e social, dentre os quais se destacam os povos tradicionais, cujos territórios têm sido alvos da cobiça desumanizada do grande capital e suas representações discursivas.

O surgimento e atuação dos inúmeros movimentos sociais como os movimentos dos quilombolas, dos indígenas, dos atingidos por barragens e das comunidades tradicionais, revelam, por um lado, o caráter predador e desumano da atuação do grande capital que invade, espolia e explora os territórios e comunidades tradicionais, gerando conflitos socioambientais e a violência no campo, legitimada pela perseguição, ameaça e execução de suas lideranças. Por outro lado, simbolizam as formas de organização, politização, enfrentamento e resistência as formas destrutivas de dominação do grande capital sobre os povos tradicionais e seus territórios.

Considerações finais

A monocultura destinada à exportação está presente no Brasil desde o século XVI, tendo o modelo agrário-exportador modificado, indelevelmente, a organização do espaço rural brasileiro. Paulatinamente esse modelo constituído por latifúndios, tem substituído a vegetação natural por extensas áreas destinadas a monocultura e a formação de pastos, cuja propriedade se fez restrita a uma pequena parcela da população denominada elite agrária.

O processo de concentração fundiária ocorreu e, ainda ocorre por meio do uso, pela elite agrária, de dispositivos políticos, econômicos, sociais e culturais que geram, além da concentração de terras, degradação ambiental. A degradação se manifesta por meio de desmatamentos, queimadas, poluições, enchentes e extinções de animais e de vegetais, assim como a exploração e a expulsão de povos tradicionais de seus territórios, assim como seu “apagamento” enquanto sujeitos de direitos.

A mídia e o agronegócio têm em comum o desejo de lucrar, por meio da massificação de informações favoráveis à degeneração da vida e de tudo que se oponha a hegemonia dominante, como os territórios tradicionais e sua cultura de preservação ambiental e mineral. Entender de que forma interesses empresariais influenciam a produção da notícia é fundamental para que a sociedade possa consumir as informações produzidas por esses veículos de forma crítica, a fim de gerir estratégias de resistências e combate às ideologias de dominação e representação discursiva.



Data de Submissão: 15/09/2022

Data de Aceite: 03/11/2022

Referências

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ADAS, M. **Panorama Geográfico do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1983.

ALMEIDA, A W. B. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. *In*: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (org.). **Terras e territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora da UnB, 2011. p. 27-44.

ALMEIDA, M. R. C. de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ANDERSON, B. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BARROS, F. I. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no Campo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 131, p. 175-195, 2018.

BIALOSKORSKI, N. S. **Agribusiness cooperativo**: Economia, doutrina e estratégias de gestão. Piracicaba: ESALQ/USP, 1994.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017. Disponível em: <https://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2022.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1824)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 12 fev. 2021.

BRUNO, R.; SEVÁ, J. T. Representação de interesses em tempo de agronegócio. *In*: MOREIRA, Roberto José; BRUNO, Regina. **Dimensões rurais de políticas brasileiras organizadores**. Rio de Janeiro. Mauad X; Seropédica, RJ: Edu, 2010.

CARVALHO, J M. de. **A construção da ordem**: teatro de sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTOR, A. B. C. **Uso de agrotóxicos e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado**. 2017. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/dc_data.php?nrSeq=29589. Acesso em: junho 2019.

CONCENTRAÇÃO nos meios de comunicação. **Intervozes - repórteres sem fronteiras**, 2019. Disponível em: <https://intervozes.org.br/intervozes-e-reporteres-sem-fronteiras-lancam-novo-estudo-sobre-concentracao-nos-meios-de-comunicacao/>. Acesso em: 03 de mar. de 2022.

DELGADO, G. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. **Revista Reforma Agrária**, edição especial, p. 61-68, jul. 2013.



EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Tecnologias de Produção de Soja Região Central do Brasil**, 2004. Disponível em: <http://www.cnpso.embrapa.br/producaosoja/sojanobrasil.htm>. Acesso em: 25 jan. 2021.

FERREIRA FILHO, J. M. M. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17280>. Acesso em: 20 de out. 2022.

FOLGADO, C. A. R. **Agrotóxicos: um problema invisibilizado**. Movimento dos pequenos agricultores. Brasília – Distrito Federal, 2014.

GALETI, P. A. **Pelos caminhos do café**. Campinas: CATI, 2004.

GALVÃO, L. M.; DUCA, D. C. **A modernização em programas televisivos de relacionamento e o comportamento juvenil na perspectiva do comportamento consumidor**. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Moderniza%C3%A7%C3%A3o-em-dprogramas-televisivos-de-e-o-na-do-Gal-Duca/>. Acesso em: 09 de mar. de 2022.

HAESBAERT, Rogerio: **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**, Porto Alegre: UFRGS, 2004.

IBOPE. Tv's abertas seguem encolhendo no ibope. **UOL**, 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/ooops/2021/05/11/ibope-tv-aberta-record-news-sobe-e-encosta-na-tv-brasil-veja-ranking.htm?cmpid>. Acesso em: 02 mar. de 2022.

KORNIS, M. A. **Cinema, Televisão e História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio. 1996.

MATTOS, I. R. de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MBEMBE, A. A Era do Humanismo está terminando. Tradução de André Langer. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, n. 186, 2017.

MEDEIROS NETO, J. B. de. **Desafio da Pecuária Brasileira**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1970.

MORISSAWA, Mi. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTTA, P. R. **Movimentos Partidários no Brasil: A Estratégia da Elite e dos Militares**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1971.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A Análise das Políticas Públicas**. Pelotas: Educat, 2002.

NEVES, L. B. P; MACHADO, H. F. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PATERNIANI, E. E.; CAMPOS, M. S. Melhoramento do milho. *In*: BORÉM, A. (Ed.). **Melhoramento de espécies cultivadas**. 2. ed. MG: Editora UFV, 2005. p. 491-525



PORTO-GONÇALVES, Carlos. **Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 26^a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

PROJETO Voltado à transparência da mídia é lançado no Brasil. **SEESP**, 2017 Disponível em: <https://www.seesp.org.br/site/index.php/comunicacao/noticias/item/16399-projeto-voltado-a-transparencia-da-midia-e-lancado-no-brasil>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMONET, I. **A tirania da comunicação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/>. Acesso em: 12 mar. 2022.

SANTOS, A. D. G. dos. Comunicação, cultura e desenvolvimento. **EPTIC**, [s. l.], v. 21, n. 1, jan./abr. 2019.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: editora Cortez, 2010.

SILVA, J. D. de. A industrialização e urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, v. 7, n. 3, p. 2-10, jun./set. 1993.

SOUZA, M. C. M. de. **Cafés Sustentáveis e Denominação de Origem: A Certificação de Qualidade na Diferenciação de Cafés Orgânicos, Sombreados e Solidários**. 2006. 177f. tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - UNIV. S. P, São Paulo, 2006.

SOUZA, P. M.; BRAGA, M. J. Aspectos econômicos da produção e comercialização do milho no Brasil. In: GALVÃO, J. C. C.; MIRANDA, G. V. (Ed.). **Tecnologia de produção de milho**. Viçosa: UFV, 2004.

THOMPSON, J. B. **A Mídia e a Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A Memória biocultural: A importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

UOL. Portal de Notícias: Inscrições no Cadastro Único. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/02/04/familias-miseria-espera-auxilio-brasil-no-cadastro-unico.htm>. Acesso em: 07 de mar. de 2022.

ATUAÇÃO FEMININA EM TERRITÓRIOS DE PESCA: UMA CARTOGRAFIA DO SABER-FAZER NO BAIXO TOCANTINS, NORDESTE PARAENSE



FEMALE PERFORMANCE IN FISHING TERRITORIES: A CARTOGRAPHY OF KNOW- HOW IN BAIXO TOCANTINS, NORTHEAST OF PARÁ

ELIZAYNE YZA XAVIER FARIAS¹⁰

ELIANA TELES RODRIGUES¹¹

Resumo

O artigo busca compreender de que forma o processo de cartografia social pode ser utilizado no contexto de narrativas dos territórios de pesca, em especial, nas relações que envolvem a atuação feminina como agentes de transformações dentro de comunidades pesqueiras. Para cumprir com os objetivos deste trabalho, aprofunda-se o marco teórico do estudo, o modo de vida e atuação de um coletivo feminino autodeclarado como Concheiras, mulheres que praticam a atividade de coleta de conchas de moluscos em regiões praianas no entorno da comunidade Palmar, região insular do município de Abaetetuba, nordeste paraense. O uso da cartografia social para a compreensão mais aprofundada dessas relações, partindo de uma perspectiva do sujeito da pesquisa, é um dos aspectos mais relevantes dentro da cartografia social. Quando usamos o termo cartografia social, temos que entender que a sua principal finalidade é dar a visibilidade aos indivíduos dentro de seu espaço de direito. Partindo de uma pesquisa de cunho etnográfico, o artigo traz uma abordagem a respeito da realidade social das mulheres que realizam a coleta de moluscos dentro da comunidade Palmar, enfatizando suas relações e suas articulações para a manutenção do território. Deste modo, a visibilidade das práticas exercidas por essas mulheres permite, ainda que inicialmente, entender as ações a afirmações de cidadania.

Palavras-chave: Cartografia social; comunidades tradicionais; mulheres.

Abstract

The aim of this article is to understand in what ways the process of social cartography can be used in the context of the narratives of fishing territories, especially in relationships involving the role of women as agents of transformation within these communities. To fulfill the objectives of this work, the theoretical framework of the study is deepened, the daily life of the group of Concheiras, women who collect mollusk shells in beach regions around the fishing community of Palmar, located in the insular region of the municipality of Abaetetuba, northeast paraense. The use of social cartography for a deeper understanding of these relationships, from the perspective of the research subject, is one of the most relevant aspects within social cartography. When we use the term social cartography, we have to understand that its main purpose is to give visibility to individuals within their legal space. Starting from an ethnographic research, the article brings an approach to the social reality of women who collect

¹⁰ Graduada em Ciências Naturais-Biologia pela Universidade do Estado do Pará. Mestranda em Territórios e Identidades na Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: yzaxavierfarias@gmail.com.

¹¹ Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará-UFPA. É Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará, campus Abaetetuba e docente pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades-PPGCITI/UFPA. E-mail: elianteles@yahoo.com.br.



molluscs within the Palmar community, emphasizing their relationships and their articulations for the maintenance of the territory. In this way, the visibility of the practices carried out by these women allows us to initially understand the actions and affirmations of citizenship.

Keywords: Social cartography; traditional communities; women.

Introdução

O mapeamento ou processo cartográfico vai muito além daquilo que geralmente conhecemos, não se resume apenas ao processo de levantamento de dados geográficos ou delimitações socioespaciais, representa também a compreensão a respeito do espaço, levando a uma análise sobre a realidade de um povo, de um local, ou do meio por ele representado. As relações entre Estado e a construção de mapas, em sua grande maioria, estiveram atreladas ao discurso político de poder e dominação.

Assim, a cartografia social rompe com o monopólio político dos mapas e viabiliza às minorias uma ferramenta na luta pela preservação e manutenção dos seus territórios. A partir dos anos 90, quando ela começa a ganhar força, as populações, principalmente aquelas que vivem sob ameaça dos grandes projetos, ganham uma importante aliada na ferrenha luta contra esses empreendimentos.

Desde as primeiras constituições cartográficas, os mapas seguiam uma vertente voltada para o avanço das grandes potências sobre novos territórios de conquista. De acordo com Lynch (1996), outra vertente de produção da cartografia é a territorialização ou a delimitação do traçado do Estado e suas delimitações e definições. Turnbull (2015), fazendo uma crítica sobre o modo de se fazer cartografia, em especial a cartografia contemporânea ocidental, ressalta que os mapas são seletivos por natureza, conferindo a eles caráter arbitrário, quando omitem termos e símbolos em detrimento de um objetivo maior, o caráter dominante. Essa omissão descrita por Turnbull (2015) é o que faz os mapas se tornarem homogêneos, uma vez que é feito por moldes positivistas preestabelecidos.

Michel de Certeau (1995) entende os mapas como dispositivos totalizadores por meio da cientificidade, uma vez que, produz uma roupagem formal, planificando espaços até então heterogêneos. Vale ressaltar que território não é sinônimo de espaço, é preciso primeiramente entender que o espaço está em posição que antecede o território, logo, este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida. Os mapas quando produzidos seguindo os moldes convencionais não conseguem alcançar completamente aquilo que lhe é de fato pertinente, dessa forma, a cartografia



social surge com a preocupação de demonstrar a construção de um conhecimento correspondente à multiplicidade de agentes sociais em um determinado espaço.

Turnbull (2015) reitera que apesar de todos os aspectos negativos a respeito das problemáticas envolvendo a cartografia convencional, possíveis potenciais de resistências podem surgir a partir da construção dos limites colocados pela cartografia convencional. Acselrad (2008) complementa ao fazer um apanhado geral sobre a utilização da cartografia como ferramenta de dominação:

Historicamente, portanto os mapas serviram como instrumentos do império para despossuir as populações rurais de suas terras. Os primeiros mapas de origem estatal tinham a ver com a identificação de rotas, a penetração e a colocação de marcos de existências de riquezas. Outros tipos de mapas serviram para delimitar as fronteiras dos Estados e, dentro delas, os limites das propriedades. Alguns mapeamentos serviram à criação de jurisdições administrativas para facilitar o controle estatal sobre o território nacional. Finalmente, um tipo de mapa, o zoneamento, pretendeu prescrever utilizações para o território (ACSELRAD, 2008, p. 10).

Ao longo dos anos, diversas correntes foram sendo constituídas, a fim de romper com o eurocentrismo dominante nesta área de conhecimento (HARLEY, 2009; BLACK, 2005; ACSELRAD, 2008; ALMEIDA, 2013). Essa ruptura trouxe uma perspectiva totalmente oposta ao modelo de fazer cartografia que era dominante desde o período colonial. De tal modo, ao invés de caminhar na mesma direção dos processos de expansão, esse novo modelo de cartografia surgia como mecanismo de auxílio para comunidades na manutenção de suas identidades culturais.

Mediante os aspectos apresentados, o objetivo do artigo é compreender de que forma a cartografia social contribui para a compreensão dos processos de construção e afirmação da identidade das mulheres coletoras de moluscos na comunidade Palmar. O uso da cartografia social é justificado neste artigo, como ferramenta para a legitimação do espaço das comunidades, permitindo autonomia ao descreverem seu território partindo de suas próprias concepções, vivências e experiências, para então demonstrar através dessa ferramenta, não o espaço em si, mas também suas histórias.

A Cartografia Social como ferramenta de pesquisa

A cartografia social, surgindo na contramão da cartografia convencional do Estado, vem trazer uma perspectiva de representação do território a partir da incorporação das diferentes vertentes, dos conflitos e da historicidade dos processos sociais. Nela, a delimitação do espaço não se resume apenas a uma representação



cartográfica, mas enfatiza na compreensão dos processos, das lutas, dos símbolos e das manifestações existentes nos territórios cartografados.

Segundo Offen (2004), os mapas novos constituem e afirmam novas territorialidades. Com a introdução dessa nova concepção de cartografia, surge também uma análise crítica das práticas de cartografar, e essa cartografia crítica que vem para romper com aquele modelo estável e desigual começa a abrir novos horizontes, cria debates, rompendo com os domínios técnicos e formais.

Quando determinada comunidade elabora sua cartografia, ela não está apenas retratando um território ou o espaço físico, mas está afirmando seu modo de vida, que lhe confere reconhecimento e pertencimento:

A história dos mapas, como a de outros símbolos culturais, pode ser interpretada como uma forma de discurso: deve-se encarar os mapas como sistemas de signos incomparáveis, nos quais os códigos podem ser ao mesmo tempo imaginéticos, linguísticos, numéricos e temporais, e como uma forma de saber especial (HARLEY, 2009).

A cartografia social é uma ferramenta compreendida como instrumento de transformação social, que consegue dar vez e voz aos grupos mais vulneráveis. Ao ter em mente os inúmeros benefícios que dela possam surgir, os anseios e objetivos vão sendo delineados e conseguem trazer visibilidade ao grupo ali representado. Com a crescente investida do capital na região amazônica, por volta dos anos de 1970, surgem as ameaças às terras que de fato e de direito são de propriedade dos povos que fazem uso delas há gerações, para isso, o uso das novas práticas cartográficas cooperam para a autoafirmação e reconhecimento dos direitos ao território.

A noção central é a territorialidade específica referida às

delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados que funciona como fator de identificação, defesa e força, mesmo em se tratando de apropriações temporárias dos recursos naturais (ALMEIDA, 2013, p. 29).

Ao analisarmos a evolução da cartografia social, partindo da memória e das narrativas das comunidades, percebemos que a grande questão se relaciona à constante ameaça dos seus modos de vida, seus recursos e principalmente as ameaças ao território. De acordo com Acselrad (2010), esses embates, embora relacionados aos aspectos simbólicos, materiais e culturais, não apontam para arranjos consensuais. A cartografia social, além das abordagens acima mencionadas, destaca também a compreensão espacial, uma vez que com a participação dos agentes sociais, como o próprio termo



sugere, consegue ser precisa e redefinir os elementos que compõem o processo de cartografar.

A cartografia social apresenta novos elementos que reforçam suas reivindicações, uma vez que ela confronta a cartografia tradicional tecnicista, possibilitando a interação entre o pesquisador e os agentes envolvidos, possibilitando a identificação de interesse e territorialidades dos grupos sociais. Essa cartografia possibilita enxergar as particularidades de cada grupo, quebrando com a ideia de homogeneidade dos grupos, resultante das cartografias convencionais.

Com o amadurecimento das iniciativas e proposições sobre esse modelo de cartografia, abrem-se novos caminhos para a consolidação da “nova cartografia social”. O processo da nova cartografia social reitera as práticas da cartografia social, no qual a participação e as reivindicações partem do coletivo, distanciando-se da convencional.

A chamada nova cartografia de forma alguma pode ser imposta, e seu discurso precisa partir dos sujeitos da pesquisa. Almeida (2013) ressalta que a nova cartografia não pode ser entendida como a descrição de cartas ou traçados de mapas:

A proposição de uma “nova cartografia social” enquanto orientadora de práticas de pesquisa, distingue-se do sentido corrente do vocábulo “Cartografia” e não pode ser entendida como circunscrevendo-se uma descrição de cartas ou a um traçado de mapas e seus pontos cardeais com vista à defesa ou à apropriação de um território. Ao contrário de qualquer significação única, dicionarizada e fechada a ideia de “nova” visa propiciar uma pluralidade de entradas a uma descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, e voltada para múltiplas “experimentações” fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas (ALMEIDA, 2013).

Mapa é imagem. Seja ele tangível, virtual ou mental, evoca, sempre, a imagem de um território (GIRARDI, 2016). A cartografia, enquanto um retrato dessa imagem, busca registrar por meio das representações o território de agentes sociais que buscam afirmar, identificar suas territorialidades ou as diferentes conformações que expressam sua identidade.

Os mapas constituem um recurso de método para registro da diversidade das situações sociais, mostram situações contingentes, concretas e reveladoras de um determinado momento, passível de alteração, contudo, plenamente possíveis de espacialização, e chamam atenção para um processo de afirmação étnica e identitária, a partir de “realidades localizadas e processos sociais” (ALMEIDA, 2008, p. 101).

Da cartografia social resultam produtos com os quais os agentes sociais ou os cartografados e cartografadas podem ter acesso a direitos que dizem respeito a sua territorialidade. Nesse sentido, pode-se dizer que as oficinas se tornam autocartografia e se configuram como parte fundamental nos estudos a respeito dos povos tradicionais,



uma vez que se consegue, a partir dos croquis que são produzidos dentro das oficinas, ter a dimensão do território do ponto de vista dos sujeitos que dele são parte integrante.

Turnbull (2015), ao falar sobre o fazer cartográfico, em especial, a cartografia contemporânea ocidental, enfatiza que geralmente os mapas convencionais tendem a ser seletivos por natureza e contraditórios ao ocultar partes essenciais. Nesse mesmo sentido, Certeau (1984) coloca os mapas como dispositivos totalizadores, uma vez que homogeneiza territórios e planifica espaços.

A crítica feita por Turnbull (2015) seria quanto à negação sobre ao processo de produção do mapa feito por quem de fato detém o conhecimento sobre seu espaço. Logo, se o mapa não seguir critérios científicos, estaria fora dos padrões exigidos. No entanto, quando os mapas são convencionais eles tendem a não alcançar aquilo que, na sua totalidade, deveriam, esse é um ponto importante a ser debatido quando falamos a respeito de comunidades cartografadas, é necessário entender suas verdadeiras reivindicações, e estas precisam estar destacadas dentro da cartografia.

Segundo Girardi (2016), a territorialidade é constituída por indivíduos e os seus modos de apropriação da natureza e sua organização, no entanto, tornam-se total ou parcialmente ocultados nos mapas topográficos. Nesse sentido, a nova cartografia social é um importante instrumento que pode servir com ferramenta capaz de visibilizar direitos para povos e comunidades tradicionais.

Na região amazônica, a pluralidade de grupos sociais constroem relações específicas no território, sendo impossível falar sobre uma cartografia única para falar desses povos. Nesse sentido, a cartografia social vem a ser uma ferramenta que as comunidades utilizam nas lutas pela defesa do seu território. Logo, não será o pesquisador/a quem irá definir o que estará presente no mapa, mas os sujeitos que vivem e atuam no território irão definir o que é importante ser representado no mapa.

Assim, os elementos vão surgindo no croqui a cada traçado do lápis, do desenho e do colorido que expressam os lugares e suas identidades. Já para mapear os locais se faz necessário o uso de GPS que faz as demarcações dos pontos especificados no desenho. Foi com base nessas premissas que realizamos a oficina no dia 01 de outubro 2021, que contou com a presença do grupo de mulheres que atuam na coleta de conchas e de seus familiares.

Antes da produção do mapa foi feito um momento de apresentação das propostas da oficina. No início da oficina, foi realizada uma roda de conversa em que foram feitas perguntas referentes ao dia a dia dentro da comunidade Palmar, em especial, a atividade



de coleta de conchas. A entrevista parcialmente estruturada foi precedida com autorização prévia e gravada com auxílio de equipamentos (gravador, câmera fotográfica e celular). Aqui é importante traduzir e compreender como se dá a coleta de conchas, mas acima de tudo, entender o significado por trás de uma atividade que se estende há dentro dessa região que sofre interferências diretas do capital.

Mapa de possibilidades: o saber-fazer de mulheres em territórios de pesca

As conchas ficam enterradas em várias partes da praia, tem a concha miúda que fica no seco, e tem a concha preta que fica pro fundo, a concha preta é mais grande e também é mais difícil de pegar.

Tem uma parte que é muito no fundo, que precisa amarrar a corda pra poder mergulhar, a gente amarra na cintura, às vezes leva presa no dente, na mão, a corda, porque às vezes é duas ou três braças de fundura, às vezes até cinco braças de fundura, por isso é preciso amarrar a corda ou prender para a correnteza não levar (A. P, 2021).

A pesquisa vem sendo desenvolvida em uma região estuarina, localizada próximo à baía do Marapatá, e é nessa região, que evidenciamos o território para a realização da cartografia com o coletivo de mulheres que fazem desse local seu território de atuação, através da coleta de conchas de moluscos. A partir da fala que abre este tópico, buscamos evidenciar como a técnica se desenvolve em um ambiente que está em constante transformação. Para isso, é imprescindível aguçar a escuta, atentar-se a detalhes, e cuidar para que o formalismo acadêmico não esconda os aspectos importantes que devem ser evidenciados.

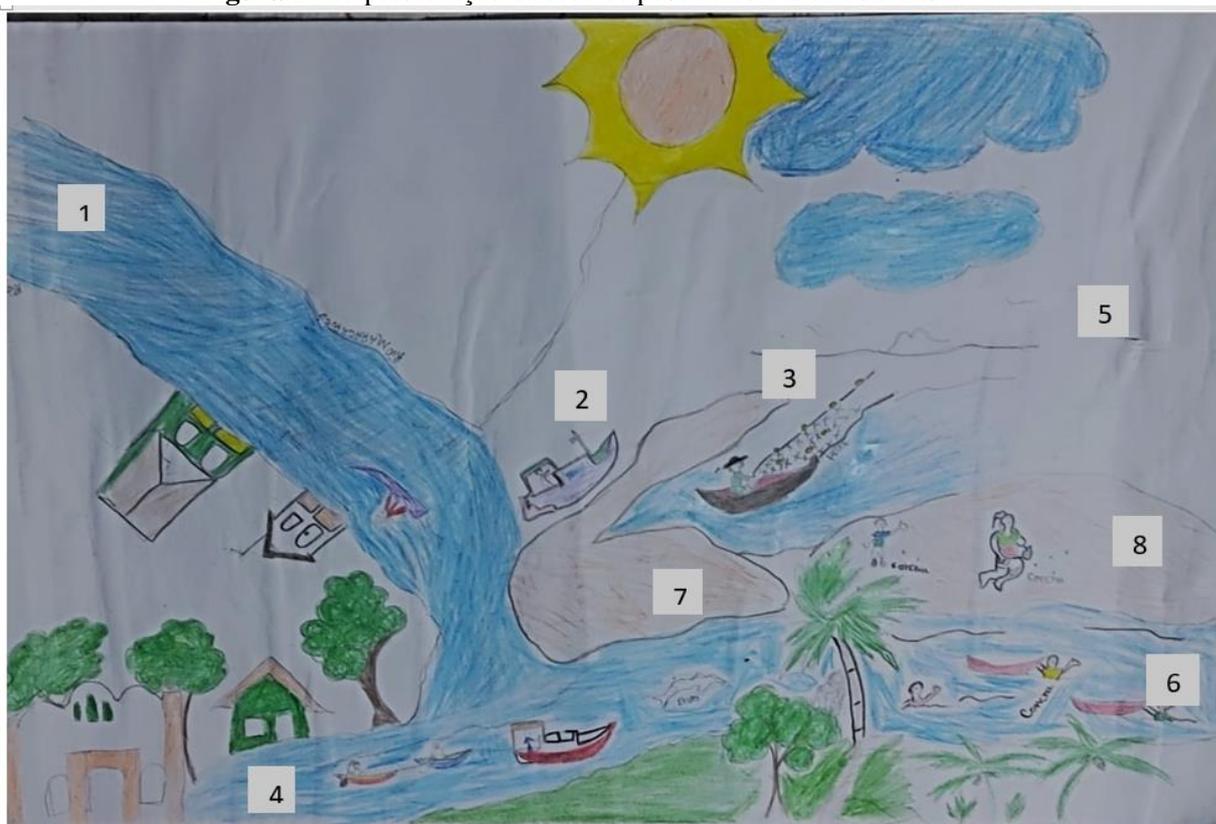
No desenvolvimento desse artigo, compreender a relação entre o saber/fazer e o conhecimento relacionado a esse tipo de pesca, constituiu uma possibilidade de resgate de um conhecimento que é construído e moldado conforme o seu desenvolvimento. Essa gama de conhecimentos também vai sendo consolidada, construindo uma identidade, assim como esse mesmo conhecimento ultrapassa as dificuldades concernentes à prática e as torna detentoras de um saber que lhes confere a identidade.

A oficina de autocartografia foi realizada no mês de setembro de 2021. Antes da confecção do croqui, foram devidamente explicados os objetivos e a importância da cartografia para as comunidades. É importante ressaltar que o mapa é uma representação da comunidade, mas não apenas uma representação espacial ou geográfica, mas, sim, que ele venha representar o modo de vida, as técnicas, os costumes: quanto mais elementos puderem ser apresentados dentro de uma cartografia, mais ela se torna eficiente em seu objetivo.



Para a realização de uma oficina é necessário, primeiramente, explicar as motivações que levam à construção de uma cartografia, nesse sentido, quanto mais a comunidade estiver envolvida, mais elementos serão inseridos à cartografia. Ressalto aqui a participação do esposo de uma das mulheres desta pesquisa, que também atuou durante muitos anos na coleta de conchas e pôde retratar como a atividade era desenvolvida e as mudanças ocorridas ao longo dos anos.

Figura 1 - Representação da área de pesca e coleta de conchas



Fonte: Croqui elaborado pelas concheiras, durante oficina de autocartografia em setembro de 2021.

Legenda

- 1 – Rio Maracapucu
- 2 – Bote pesqueiro
- 3 – Pesca de arrastão
- 4 – Igarapé Alcântara
- 5 – Baía do Marapatá
- 6 – “Região do Baixo”
- 7 – Praia da “boca do rio”
- 8 – Coleta das conchas no “seco”

A legenda da cartografia acima representada foi feita pelas concheiras e cada elemento contido nela representa uma categoria que caracteriza a coleta de conchas. Na





legenda, além dos elementos habituais que compõem um mapa, também foram inseridos elementos que representam uma abordagem êmica.

De acordo com Campos (2002) apud Moura (2009), a palavra êmica é derivada de fonêmico (entonação) que, remonta a uma cultura ou uso de termos próprios. Os elementos representados na figura 1 foram devidamente enumerados e legendados, facilitando a descrição conforme as informações obtidas durante a roda de conversa que antecedeu a oficina.

O bote pescueiro (2), representa mais do que um meio de transporte, ele faz parte da história e constituição da pesca no rio Maracapucu e rios circunvizinhos. É o principal meio de transporte utilizado para a prática da pesca artesanal feita na região. São embarcações motorizadas, de pequeno porte, feitas com as especificações adequadas para esse tipo de pesca.

A praia da “boca do rio” (7) é uma extensão de areia e lama que fica na saída do rio Maracapucu. Essa área fica submersa durante a maré cheia e parcialmente descoberta com a maré baixa. É nessa área extensa que se encontram os moluscos, e no croqui as mulheres buscaram evidenciar a prática de coleta das conchas. Através dos desenhos é possível identificar algumas etapas da coleta: é perceptível que na saída do igarapé Alcântara (4) um bote vai levando de reboque dois cascos – esses cascos são o meio de transporte mais comum usado nessa atividade.

Os botes são embarcações maiores e não alcançam a parte mais seca da praia, por isso o casco é o meio mais fácil de acessar os locais mais secos. O casco também precisa ficar próximo a elas, uma vez que após os paneiros encherem, as conchas precisam ser colocadas no casco. Outra etapa da coleta é a etapa feita na “região do baixo”, onde a concheira fica com parte do corpo submerso para poder localizar o molusco. O baixo é onde as conchas menores estão localizadas, e é onde a maioria das mulheres costumam coletar, por ser uma área mais segura para a prática. A coleta de conchas no “seco” é feita na parte mais alta da praia, que fica completamente descoberta durante a maré seca. É uma área segura para a prática, porém o tamanho das conchas encontradas no “seco” é muito pequeno, com uma fina casca. Também nesse perímetro podem ser encontrados outros moluscos menores como o caramujo.

Imagem 1 - As concheiras durante oficina de auto cartografia.



Fonte: Eliana Teles, setembro de 2021.

Aqui a comunidade pesqueira do Palmar se constitui como o território que facilita a prática associada à técnica, que também se constitui como técnica de subsistência, no qual este coletivo que compõe a pesquisa expressa um universo de saberes associados ao conhecimento de um *habitat* com características específicas.

Ao relatarem a técnica, as concheiras evidenciam aspectos singulares e segredos que são parte integrante do estuário na qual desempenham seu papel na coleta de conchas:

Aquelas que têm o fôlego mais forte pra ficar mais tempo lá no fundo para procurar a concha. Primeiro mergulha aqui e vai boiar ali na frente procurando a concha no fundo, porque no fundo fica a maior concha, no seco fica as menores, no fundo já é diferente porque a pessoa tem que ir passando a mão pra achar, aí se topar o bico dela pra fora, mete a mão e pega, passa a mão, o pé leva o paneiro no fundo e vai enchendo, vem pra perto da canoa, joga no casco e volta pra fazer o mesmo processo, vai procurando, mergulha aqui, vai boiar lá na frente com o paneiro quase cheio, tanto que o folego da pessoa aguente (M. A. 2021).

As conchas pé de burro é muito miúda, é mais fácil pra pegar, só que a gente solta porque ela tem que crescer. Aqui no baixo tem muito, basta andar em cima e ir olhando, aonde ela espirrar é só meter a mão e tirar (M. L. B, 2021).

Porque pra cá muita gente não dá valor nesse serviço não gosta de fazer porque é pouco dinheiro, mas as pessoas que tiram vão porque tem que tirar da farinha, ainda mais que dá na época que não tem serviço, é aquele pouco de dinheiro, mas que já serve (M. A, 2021).

Essas narrativas mostram o conhecimento específico que as concheiras possuem em relação ao local de coleta, à natureza, aos tipos e tamanhos de moluscos, suas características e o *habitat* onde cada um está inserido. Aqui se percebe que são



utilizados mecanismos para catá-los e isso se dá por meio do domínio dessa técnica. A utilização do corpo associada à coleta também é uma forma de aprimoramento da técnica, à medida em que o elo entre essas duas vertentes cria uma forma de conhecimento que está ligada diretamente ao modo como a técnica é desenvolvida.

Pode-se considerar como território vital para execução da prática de catar moluscos a “praia da boca do rio”, onde as concheiras desempenham sua árdua tarefa, em busca do melhor local para realizá-la. É nesse mesmo território que as memórias são associadas a essa prática e o conhecimento que foi construído e reformulado ao longo dos anos se ativa, impulsionando o processo de reafirmação de tal identidade.

Para Leff, (2011) essa relação que parte da contemplação da natureza e da valorização da mulher nas práticas e no manejo dos recursos dos ecossistemas está em concordância com a racionalidade ambiental. O conhecimento que é estruturado em cada fala deixa evidente a relação existente entre os sujeitos e o meio. Dona M. A., em muitas de suas falas, deixa evidente a importância do “conhecer”:

A maré de reponta é a maré melhor pra ir pegar essas conchas, aí a gente procura o lugar melhor para fazer a tiração, porque tem lugar que dá mais as conchas, outros que dá menos, na ponta do baixo dá mais, na baixa maré da vazante é a hora melhor para pegar elas porque elas ficam mais próximas das outras, aí é mais fácil (M. C. A, 2021).

Esse estuário se constitui como um território onde a prática e a técnica se complementam como mecanismo facilitador quando associado à prática de subsistência, e tudo isso é levado em consideração ao analisar todo o processo e a relação entre os saberes e conhecimentos em busca de legitimidade. O trabalho de coleta de conchas dentro da comunidade do Palmar se constitui como uma atividade que garantiu a este coletivo uma identidade. Na expressão dessas mulheres, ao narrarem suas histórias de vida dentro da atividade é perceptível o valor que ela tem para as mesmas:

A importância da concha pra mim é algo que a mulher se sente dependente dela mesmo, é um trabalho que a mulher não depende do outro pra ela sobreviver, ela vai lá, com aquele interesse de ter o que é dela, construir aquela coisa pra ela, então pra mim, eu acho assim, que quando eu tirava concha eu me sentia que eu tinha aquilo de trabalhar pra mim mesma, não depender do outro, de esperar pelo outro (A. P. A, 2021).

É um trabalho bom é divertido pra gente, a gente se diverte muito pra tirar elas, a gente vai pra baía tem aquela quantidade de gente, um atrás do outro amarrado é só uma gritaria também (M. C. A, 2021).

A identidade apresentada com entusiasmo expressa satisfação ao evidenciar não apenas um saber herdado mas, também, um saber aprimorado e remodelado, que precisou se adaptar às mudanças socioambientais decorrentes dos grandes empreendimentos alocados nessa região, como as mineradoras, a Usina Hidrelétrica de



Tucuruí, e o porto de Vila do Conde. O coletivo de mulheres que são sujeitos dessa pesquisa, ao atuarem em uma região de constantes transformações, conseguem por meio da prática da coleta de moluscos a permanência em nesse território de pesca no qual sua identidade foi constituída.

No conjunto de mulheres que atuam como coletoras de conchas de moluscos, é possível identificar concheiras, trabalhadoras rurais, extrativistas, peconheiras. Nesta pesquisa, objetivamos priorizar o dia de trabalho dessas mulheres dentro do seu ambiente de atuação. Apesar de alguns trabalhos ocuparem um tempo maior em detrimento de outro, não podemos deixar de mencionar sua organização em torno de uma atividade específica que lhes garante uma identidade coletiva, tudo isso sem deixar de mencionar seu papel de suma importância na unidade familiar.

Partindo dessa premissa, analisamos a realidade das mulheres concheiras em sua unidade familiar e social como uma fração do modelo social existente dentro de comunidades que resistem em seus modos de subsistência. Em um ambiente que vai se transformando conforme a introdução de novos empreendimentos, esse coletivo atua de modo a manter a atividade que lhes confere a identidade de Concheira.

Considerações finais

No processo cartográfico sobre o saber/fazer das mulheres coletoras de conchas de Palmar, conseguimos ter uma dimensão a respeito da importância do saber no desenvolvimento da prática de coleta de conchas de moluscos. O exposto anteriormente nos permite elucidar que não se trata apenas de uma descrição de um tipo de conhecimento, mas sim de apresentar com enfoque uma técnica que foge à ideia de homogeneização.

Para esta pesquisa, a cartografia surgiu como método para a construção e explanação dos saberes ligados à prática de coletar moluscos em um estuário, fazendo as interconexões entre o saber e o fazer com a técnica de catação. Conforme a pesquisa se delineia, a compreensão a respeito dos objetivos da pesquisa vai também ganhando novas proporções, e a utilização das metodologias, aliadas aos demais componentes, possibilita identificar a relação entre agentes sociais e o meio em que atuam.

Verifica-se também a situação específica que configura uma forma identitária que, por sua vez, se relaciona-se com o uso sustentável dos recursos naturais que, no entanto, estão à mercê dos impactos oriundos das alterações que operam em escala global, como os grandes empreendimentos que interferem diretamente no modo de vida,



na produção de alimentos, nos recursos naturais que são essenciais para a manutenção da vida nessas comunidades.

Nessas formas de produção de conhecimento, vale evidenciar a importância que o conhecimento exerce para legitimar o caráter identitário dos indivíduos que o detém, mesmo que este seja produzido fora dos moldes predominantes. Os critérios estabelecidos pelas fronteiras científicas, reduzem a ampliação e as possibilidades de entender as conexões existentes do modo de produção de conhecimentos de povos e comunidades tradicionais.

Da atuação dessas mulheres emerge uma rede de significados do Ser-Concheira, incorporando-os ao território, ao estuário, ao clima, à maré e a uma forma de relação com o território que é complexa e heterogênea, mas que interconecta formas de produção e de conhecimento. Isto nos leva a concluir que o conhecimento não pode ser atrelado a algo fixo imutável, mas se configura em uma gama de significações e conexões múltiplas que existem entre o saber e a técnica, que no caso em estudo remete a liberdade de ser e viver.

Data de Submissão: 07/09/2022

Data de Aceite: 26/10/2022

Referências

ACSELRAD, Henri, Coli; Luís Régis. Disputas territoriais e disputas cartográficas. *In:* Acelrad, Henri (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro. IPPUR. UFRJ. 2008. p. 13-41.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas - 1º vol.** Manaus: Programa de Pós-graduação da Universidade do Amazonas-UEA; Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia; Fundação Ford; Fundação Universidade do Amazonas, 2008. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/ConhecimentoTradicionalebiodiversidade.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2022.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras”. *In:* ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida (org.). **Povos e Comunidades Tradicionais: nova cartografia social**. Catalogo. Livros, Fascículo. Manaus: PNCSA/EUA, 2013.

BLACK, Jeremy. **Mapas e História: construindo imagens do passado**. Trad. Cleide Rapuci. Bauru, SP: Edusc, 2005.



CAMPOS, M. D. **Etnociências ou etnografia de saberes, técnicas e práticas.** Seminário de etnobiologia do sudeste. Rio Claro. 2001. Métodos de coleta de análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas: anais. Rio Claro: editora da Unesp. 2002. p. 47.

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no plural.** São Paulo: Papyrus, 1995.

GIRARD, Gisely. Mapas desejanter: uma agenda para a Cartografia Geográfica. **Proposições**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 147–157, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643394>. Acesso em: 6 dez. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009 [2004].

HARLEY, J. Brian. A nova história da cartografia. **O Correio da Unesco**, São Paulo, v. 19, n. 8, p. 4-9, 1991.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder:** tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth, 8 Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LYNCH, Barbara Deutsch. **Marking Territory and Mapping Development.** 6th Annual Conference of the International Association for the Study of Common Property. Berkeley, CA. June 5-8, 1996.

OFFEN, Karl. **O mapeas o te mapean:** mapeo indígena y negro en América Latina. Cátedra Fullbright, Universidad del Norte, 10 y 11 de agosto de 2004, Barranquilla, y II Ciclo Anual de Conferencias de Geografía 'Región, Espacio y Territorio,' Universidad Nacional, Bogotá, 28 y 29 de octubre de 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.25058/20112742.358>. Acesso em: 16 nov. 2022.

TURNBULL, David. **Masons, Tricksters and Cartographers.** In: ACSELRAD, Henri; GUEDES, André Dumas; MAIA Laís Jabace (org.). **Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2015.

CARTOGRAFIA DA PAISAGEM EM MOVIMENTO: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NO COTIDIANO RIBEIRINHO

CARTOGRAPHY OF THE LANDSCAPE IN MOVIMENT: CHANGES AND PERMANENCES IN RIBEIRINHO DAILY LIFE

MAX JOSÉ COSTA E COSTA¹²



Resumo

O presente artigo destaca o relato dos moradores do Furo Pai Pedro na Costa Maratauíra, um território de comunidades tradicionais nas ilhas de Abaetetuba, Pará. Trata-se de uma experiência diferenciada de contar sobre a mudança na paisagem. Na lembrança de moradores como os pescadores e coletores de açaí, que vivem na localidade, a paisagem se delinea mostrando o antes e o hoje, por meio e entremeio das travessias entre a cidade e as ilhas. Nesse esforço busca-se entender a mudança através dos relatos que traduzem a experiência de vida desses sujeitos com a pesca, com a escassez que se avoluma, da coleta de frutos e suas travessias entre as cidades e as ilhas. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas abertas e uma oficina com 5 pessoas para a produção do croqui. Com esses dados foi possível construir a cartografia social do Furo Pai Pedro e perceber que os avanços das técnicas modernas, ao mesmo tempo em que trouxeram melhorias nas condições de vida, por outro lado, devastaram os recursos naturais e modificaram a paisagem.

Palavras-chave: Abaetetuba; pescadores; coletores de açaí; biodiversidade.

Abstract

This article highlights the report of residents of Furo Pai Pedro on the Maratauíra Coast, a territory of traditional communities on the islands of Abaetetuba, Pará. It is a differentiated experience of talking about the change in the landscape. In the memory of residents such as fishermen and açai collectors, who live in the locality, the landscape is outlined showing the before and today, through and between the crossings between the city and the islands. In this effort, we seek to understand the change through reports that translate the life experience of these subjects with fishing, with the increasing scarcity, the collection of fruits and their crossings between cities and islands. Data collection took place through open interviews and a workshop with 5 people to produce the sketch. Through these data, it was possible to build the social cartography of Furo Pai Pedro and realize that the advances of modern techniques, while they brought improvements in living conditions, on the other hand, devastated natural resources and changed the landscape.

Keywords: Abaetetuba, fishermen, açai collectors; biodiversity.

Introdução

O município de Abaetetuba está localizado na região do Baixo Tocantins¹³, cuja singularidade é sua vasta biodiversidade, rios, furos e igarapés e uma ampla planície de

¹² Mestre pelo programa de Pós-Graduação Cidades, Territórios e Identidades. Especialista em Extensão, inovação socioambiental e Desenvolvimento de sistemas agroalimentares pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará, possui graduação em Educação do Campo (Ciências Naturais) pela Universidade Federal do Pará (2018). E-mail: max22jose@gmail.com.



inundação, que corresponde à várzea do estuário conforme Lima, Tourinho e Costa (2001). Adaptados a esses recursos, grupos humanos inteiros têm desenvolvido um modo de vida próprio com base no que a várzea oferece, destacando-se, o cultivo de espécies, a caça, a pesca e a coleta de frutos, como o açaí (*Euterpe oleracea*).

O Pai Pedro se denomina furo por se tratar da comunicação que faz com um rio, como define Chaves e Furtado (2017). O Furo Pai Pedro liga a costa do rio Maratauíra ao outro furo maior, o Maracapucu-Miri, que deságua tanto no rio Maratauíra, quanto no rio Tocantins. Esses cursos d'água fazem parte de um grande emaranhado que recorta a vasta área insular do município de Abaetetuba/PA.

Na memória dos entrevistados e entrevistadas, aqui tratados como agentes sociais¹⁴, o Furo Pai Pedro, mais que um lugar de passagem, foi lugar de refúgio de cabanos, de um sistema de uso comum baseado na floresta e nos cultivos de recursos naturais, além de um entreposto comercial, a Casa Branca, que por muito tempo foi a responsável por um sistema de aviamento estabelecido nessa região das ilhas. A passagem do tempo traz outros elementos a essa paisagem, medida em que as transformações mudam o cotidiano e a forma do Furo Pai Pedro, tais mudanças tendem a uma maior proporção, com efeitos deletérios nas áreas de cultivo onde se predomina a várzea¹⁵ e na pesca. Essas mudanças têm causado efeito no hábito alimentar, principalmente para quem depende da pesca como meio de sobrevivência. Por sua vez, o assoreamento do rio leva a escassez do peixe, como aponta Ramalho et al (2014), que faz um levantamento de fatores que levam à ausência de peixes nos rios e seus afluentes, como é o caso dos igarapés que estão com sua profundidade alterada, tendo como principal elemento os troncos das árvores que são jogados nos rios.

Nos relatos, a mudança é percebida por meio da erosão das margens dos rios e o assoreamento, que dificultam a locomoção quando a maré tem seu nível mais baixo. Por exemplo, Gonsalves e Brasil (2016) explicam que a derrubada das árvores nativas, principalmente para colocar o açazeiro faz com que ocorra a fragilidade dos solos presentes nas margens dos rios. Outro fator diz respeito às técnicas e artefatos para se

¹³ Trata-se do Território da Cidadania definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e compreende 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

¹⁴ Para Saquet (2009), os/as agentes sociais são sujeitos que estão ligados com o espaço-tempo-território, de maneira material e imaterial que forma cada sujeito.

¹⁵ Quando a maré invade a várzea, os detritos maiores ou mais pesados sedimentam primeiro na faixa próxima ao rio, enquanto as partículas minerais finíssimas e as substâncias mais leves são transportadas além, depositando-se em pontos mais distantes da margem (LIMA, TOURINHO, COSTA, 2001, p. 43).



relacionar com os recursos naturais e a vida material, outra consequência é a escassez do peixe, antes muito abundante, a tal ponto que, hoje, ir à pesca não significa dizer que haverá pescado.

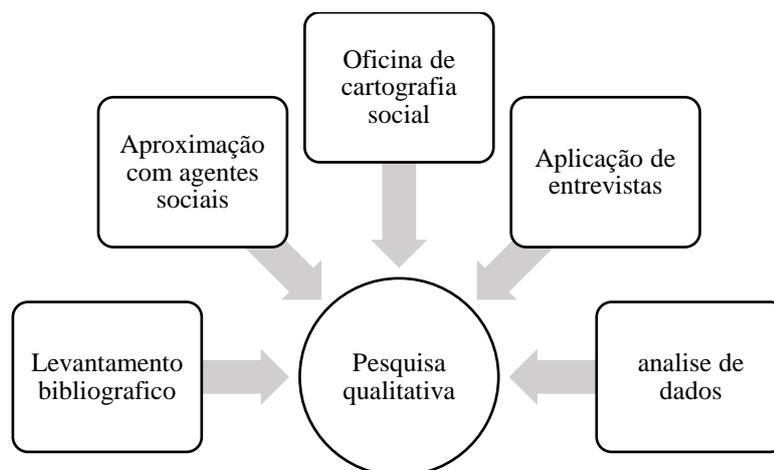
A paisagem está tomada pelo cultivo do açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.), para beneficiar a comercialização do açaí. Os estudos de Araújo e Navegantes-Alves (2015) apontam para o manejo dos açazeiros, quando intensificados aumentam os riscos de desaparecimento de outras espécies. É notório o predomínio dessa palmeira, que se alonga pelas margens e adentra as parcelas do terreno, pois o fruto é a principal moeda, que movimenta o comércio, a tal ponto de fazer parte do mercado de *commodities*.

O presente artigo tem por objetivo central entender as mudanças nessa paisagem ribeirinha, a partir dos relatos dos moradores do Furo Pai Pedro; ainda analisar, por meio dos relatos, os efeitos nas práticas cotidianas desses agentes sociais e sua relação com processos mais globais.

Metodologia

O Furo Pai Pedro está localizado na margem direita do rio Maratauíra no município de Abaetetuba, Pará; nesse lugar residem 7 famílias, na parte interna se localiza também o furo do Ira. Além disso, o furo é ligado a Costa do Rio onde se integram pessoas que têm relação íntima devido ao grau de parentesco e as relações com os recursos naturais. O fluxograma a seguir apresenta os caminhos trilhados para a construção do presente trabalho.

Fluxograma 1 - Caminho utilizado para a construção do artigo



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.





O artigo se insere em pesquisa de natureza qualitativa e se perpassa sobre a etnografia como trata Godoy (1995), esse método exige o esforço de compreender a trajetória do grupo pesquisado e a pesquisa de campo por meio das entrevistas semiestruturadas, e a utilização da cartografia social (ALMEIDA, 2011) como ferramenta metodológica, na qual foi produzido um croqui que reverbera a representação da paisagem antes, na memória de entrevistados e entrevistadas que habitaram no Furo Pai Pedro e hoje moram na Costa do rio Maratauíra.

As entrevistas foram coletadas a partir do diálogo com moradores do Furo Pai Pedro, nessa perspectiva foi fundamental o trabalho de Bourdieu (1997), primeiramente levando em conta uma comunicação não violenta, buscou-se ser fiel ao reescrever a forma como foi relato, considerando as variações linguísticas e o saber local. Os entrevistados, por sua vez, assinaram um termo de autorização do uso de seus respectivos nomes a partir dos dados coletados através da oficina de cartografia social e entrevistas, respeitando as regras conforme o comitê de ética.

Com base nessa descrição, pode-se falar numa cartografia social do Furo Pai Pedro, cujas particularidades são descritas por meio dos traços desenhados e coloridos no papel, o que resultou um croqui. Eles falam por si, se apropriando de técnicas que ajudam a confirmar e visualizar suas memórias. Quanto à cartografia social, o estudo de Almeida (2012) retrata acerca da construção através de oficinas descrevendo o território que pertencem, neste caso o cotidiano do grupo social e suas práticas nesse território coletivo.

Elementos da paisagem do Furo Pai Pedro visualizados no croqui

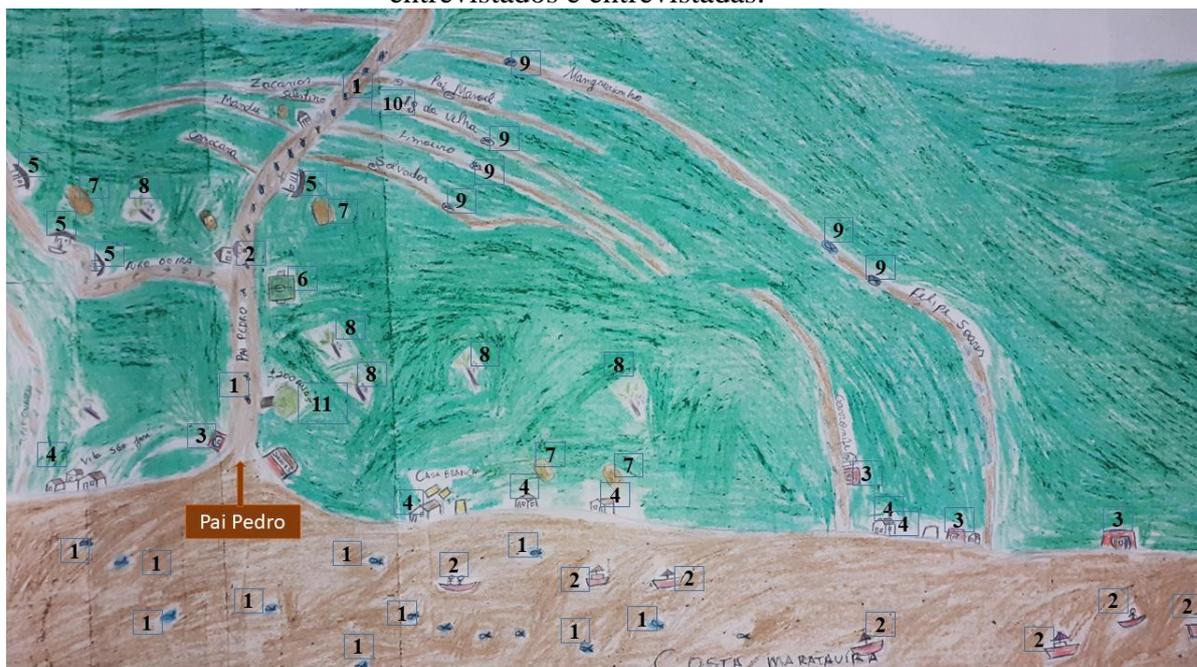
O Croqui foi construído na oficina ocorrida no dia 19 de junho de 2021, ainda em meio a pandemia da COVID-19, o que obrigou os participantes a obedecerem aos protocolos de segurança, como o uso de máscara e álcool 70%. A oficina ocorreu na residência de um dos entrevistados e envolveu cinco pessoas: os senhores e senhoras Ivanildo Cardoso, Manoel José Costa, Maria Costa, Adevaldo e Alessandra Silva. Esses, por sua vez, assinaram um termo de autorização do uso de seus respectivos nomes a partir dos dados coletados através da oficina de cartografia social e entrevistas, respeitando as regras conforme o comitê de ética.

Nesta perspectiva, a cartografia construída coletivamente remete ao conceito de mapas mentais, os estudos de Nogueira (2021) apontam para os lugares vividos por um povo ao considerar as simbologias e a relação estreita do ser com seu lugar. O croqui



(Figura 1) traz a lembranças de como era a paisagem local. A representação é uma amostra daquilo que vem sendo modificado. Como explica a legenda, a pintura verde representa a mata virgem, substituída hoje pela monocultura do açaí, mas o produto também exhibe os peixes em abundância que existiam antigamente, bem como os igarapés marcados com seus poços, que hoje são inexistentes.

Figura 1 - Croqui da paisagem no passado do Furo Pai Pedro na percepção dos entrevistados e entrevistadas.



Legenda:

- 1- Pesqueiros
- 2- Embarcações
- 3- Olarias

- 4- Casas de madeira
- 5- Casas cobertas de palha
- 6- Campo de futebol
- 7- Rochas

- 8- Açaizeiros
- 9- Poços de Igarapé
- 10- Igarapé da Velha
- 11- Árvore de 200 anos

Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Se torna visível, ao longo dos resultados obtidos, a alteração da paisagem. Os desenhos apresentados por esses moradores refletem em seus relatos tratando-se de um lugar que vem passando por mudanças paisagísticas. Entende-se, então, a necessidade de conceituar este aspecto.

O conceito de paisagem está atribuído a sua relação com o território, um lugar que é vivido por comunidades onde perpassa as experiências vivenciadas por sujeitos. Aquilo que é vivido de forma próxima com os animais, o solo, o clima, o rio e a floresta, faz-se pensar na paisagem formada por um conjunto de elementos que o ser humano interage, como é afirmado pelos autores:





A paisagem é constituída por um conjunto de elementos, dos quais fazem parte os processos naturais e a utilização que deles fazem os grupos humanos, apresentando determinada organização e estrutura espacial. Qualquer uma das componentes existentes apresenta clara dependência em relação a um todo, resultando sempre da sua interação no tempo e no espaço. Desta forma, é a materialização das componentes físicas e humanas que reveste de sentido aquilo a que chamamos paisagem e que constitui, no fundo, o território (CASTRO, CUNHA, SANTOS, 2005, p. 139).

Como argumentam os autores, a paisagem é uma formação que se constitui por um conjunto de materialidade, nessa perspectiva, a utilização dos recursos naturais feita por grupos humanos se liga à mudança na paisagem, isso se estabelece na luta pela sobrevivência interferindo na floresta e na água, na medida que essas paisagens são exploradas.

Na obra “A Memória Biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais”, os autores Victor Toledo e Barrera-Bassols (2015) apontam que a expansão da espécie humana está ligada à diversificação biológica e da paisagem, o ser humano tirou proveito disso para suprir suas necessidades a partir da sua relação com a natureza, o que mencionam como “apropriação adequada” por comunidades espalhadas no mundo todo que fazem uso prudente da biodiversidade. No livro “A condição humana”, Hannah Arendt (2007) trata o comportamento humano constituído por meio das palavras e de suas próprias ações, o trabalho, por exemplo, é uma ação vital estimulando a forma de pensar sobre as atividades cotidianas, realizando assim a sua materialidade.

Ao aproximar a abordagem dos autores supracitados do objeto tratado empiricamente neste artigo, nota-se que “as ações” desses agentes sociais estão baseadas nas suas vivências, as quais estão intimamente relacionadas aos recursos que o meio ambiente proporciona. Nesse sentido, a fala de um entrevistado pode exemplificar esse argumento:

Várias vezes eu tive a proposta de sair daqui e ir trabalhar pra fora nessas empresas, mas aí eu penso, aqui eu não tenho salário, mas se eu não tenho nada pra dar pra minha família, eu vou pro rio, joga a minha rede ou coloco um matapi e já tenho o que comer, porque somos privilegiados no lugar que a gente vive.¹⁶

O relato do entrevistado configura a relação íntima que há entre esses agentes sociais com o seu território, seu lugar de vida. Esse é o lugar onde os ribeirinhos estão ligados, é o elo, conforme afirma Yi-Fu Tuan (1980), estabelecido entre seres humanos.

¹⁶ COSTA, Adevaldo. Entrevista concedida ao autor, no dia 20/06/2021, na comunidade Costa Maratauíra, Abaetetuba – PA.



Nesse contexto, a pesca e as atividades de coleta e manejo da terra refletem nas relações socioambientais, a partir das suas vivências.

A utilização de embarcação sempre foi um elemento importante para ligar esses sujeitos com o lugar que habitam, sendo necessária a utilização dessas embarcações para se locomover nos rios, furos e igarapés, seja para a atividade de pesca, transportar açaí e até mesmo ir à casa das pessoas e à cidade. A locomoção para as comunidades ribeirinhas é por meio do rio, e as embarcações são essenciais para a locomoção se tratando da várzea, levando em consideração o solo úmido e as travessias que há entre rios, furos e igarapés.

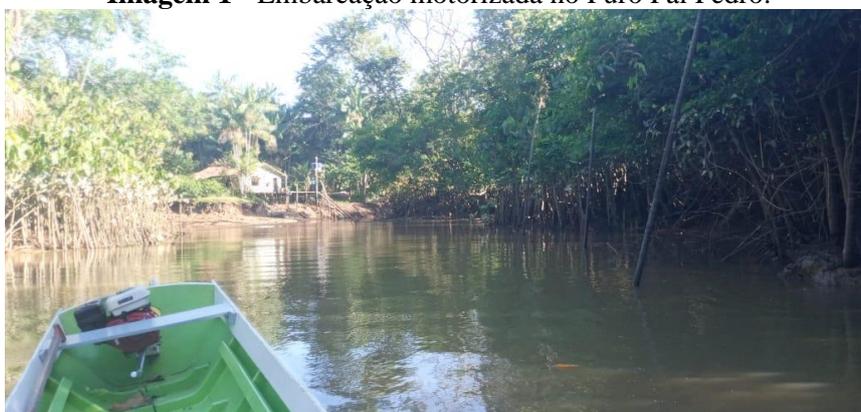
No passado recente havia poucas embarcações motorizadas e, assim, as viagens até a cidade se davam através da canoa – o casco – movida a remo, e duravam horas para chegar, posto que dependiam da força de quem remava. Quanto mais distante o rio da cidade, maior o tempo de viagem e assim, muitas vezes, as famílias se juntavam para irem juntas remando até a cidade.

Na entrevista feita com um morador, ele relata como era esse modo de vida:

Ninguém tinha motor, isso foi aparecendo, por aqui, nós tínhamos batelão, que a gente levava a cana, pra indústria, a pessoa usava pra trabalhar na olaria também, a gente ia a remo pra cidade, uma ou duas vez no mês, a gente demorava mina pra chegar (risos), hoje em dia não, em menos de uma hora a gente chega lá¹⁷.

Hoje, poucas pessoas remam ou têm montaria. A embarcação movida a motor na atualidade é o principal instrumento de locomoção nos rios, que facilita o acesso e beneficia o transporte do açaí, bem como o tempo de deslocamento de um lugar ao outro.

Imagem 1 - Embarcação motorizada no Furo Pai Pedro.



Fonte: Alex Ribeiro, 2021.

¹⁷ COSTA, José Manoel. Entrevista Concedida ao autor, no dia 20/06/2021, na comunidade Costa Maratauíra, Abaetetuba – PA.



Outros elementos da paisagem também foram se modificando ao longo dos anos como salienta a entrevistada: “Tinha uma olaria, bem na entrada do furo do lado esquerdo de quem entra, do outro lado tinha uma sede do clube de futebol Itamar Sport Clube que ficava do lado direito as festas eram bonitas lá, o campo ainda existe”¹⁸.

De acordo com a descrição da entrevistada, sobre esses elementos que era possível visualizar na paisagem, não há mais a olaria, o campo e nem a sede da entrada do furo. Na medida que as experiências são relatadas, surgem elementos que marcam a trajetória desses agentes sociais. Neste sentido Toledo (2001) expõe que a modernidade raramente leva em consideração o tradicional.

No Furo Pai Pedro, o campo de futebol Itamar Esporte Club é o ambiente onde ocorre a prática do esporte, o estádio ainda é ambiente de jogos com equipes de outras comunidades. Havia a rivalidade entre O Itamar e o time de futebol do Rio Maracapucu, chamado Claudinho.

Quando tinha o evento, reuniam-se dezenas de pessoas para ver o jogo, que era sempre cheio de emoções, o campo de futebol recebeu times tradicionais de Abaetetuba, como é o caso do Abaeté Esporte Clube e o Vênus Atlético Clube. Todavia, o assoreamento tem também afetado esse espaço de lazer, que promoveu e ainda promove a sociabilidade dos comunitários.

*Esse campo ele é antigo, uma coisa que nós ver que mudou é a beirada dele que caiu, a terra caiu bastante e quanto mais o tempo passa, mas a terra cai. Outra coisa é a participação o pessoal que tem hoje, parece que não tem amor por isso, tem tarde que não dá ninguém, eles prefere ir pra Arena do Jupariquara, até demais longe só porque é mais moderno. Tudo que eu vive aqui deixa eu desanimado.*¹⁹

Com efeito, o abandono do campo de futebol do Pai Pedro por outro “mais moderno”, implica mencionar não só o assoreamento das margens, mas no desaparecimento de outros cursos d’água. Os entrevistados mencionam o Furo do Ira, um afluente do Pai Pedro, que com suas curvas sinuosas, cortava extensa porção das ilhas. Antes, era ele quem dava ao rio a trajetória mais extensa comparado o itinerário pela costa do rio Maratauíra.

O Igarapé da Velha, que deságua no Furo Pai Pedro é outro espaço que traz um aspecto sobre a memória local, mas que se relaciona a aspectos mais marcantes na história do Pará, diz respeito à Cabanagem, que é o mais notável movimento

¹⁸ COSTA, Maria. Entrevista concedida ao autor, no dia 19/06/2021, na comunidade Costa Maratauíra, Abaetetuba – PA.

¹⁹ CARDOSO, Ivanilda. Entrevista concedida ao autor, no dia 21/06/2021, na comunidade Costa Maratauíra, Abaetetuba-PA.



revolucionário na história do Pará, ocorrido entre os anos de 1835 e 1840 (FERREIRA, 2000). Conforme esta autora, a cabanagem foi uma revolução com muitas histórias, embora a centralidade esteja voltada na luta do povo negro por espaço social e a luta contra a opressão dos brancos, mas que é importante ressaltar que o movimento se espalhou na Amazônia, como o caso da Vila de Beja (distrito de Abaetetuba), destacada por comandantes da guerrilha como lugar privilegiado pela fertilidade do solo e escoamento da produção.

Os entrevistados relataram que o Igarapé da Velha, serviu de esconderijo de cabanos, que foram perseguidos durante o período mencionado. Nos relatos fazem menção a uma senhora que foi assassinada e velada nesse igarapé, daí o nome desse topônimo. Diz a entrevistada:

Os mais antigos contavam que nesse igarapé uma velha fugia da revolta da cabanagem, ela foi se esconder pra esses lados com medo que matassem ela, aí parece que pegaram ela, mataram e enterram ela nesse Igarapé e assim ficou o nome, 'igarapé da velha', até porque lá começou a fazer barulhos, jogarem pedra. Lá tinha muitos poços e uma vez me jogaram uma pedra lá.²⁰

Os poços aos quais a entrevistada faz referência, são muito comuns no Pai Pedro. Do ponto de vista físico são depressões que se formam no leito dos igarapés e lugar de procriação de cardumes de peixes endêmicos, ou seja, próprios desse ambiente. Por outro lado, eram lugares pouco frequentados, haja visto as histórias de visagem contadas pelos entrevistados. Embora não tenha nenhuma ruína de cemitério ou túmulo no local, nos relatos mencionam pedras que eram arremessadas ou barulhos que causavam arrepios. Esses são indícios de um acontecimento real que marcou a história do Pará.

A pesquisa de Ferreira (2013) retrata as travessias das baías, rios, furos e igarapés sobre a revolta da cabanagem, salientando a violência e expropriação de terras e de cabanos que tiveram seus corpos desaparecidos nas matas e nos rios do Grão-Pará. Em concomitante, o Igarapé da Velha carrega consigo o sangrento conflito.

Por outro lado, os poços, verdadeiros criadouros de peixes, ao serem preservados pelos espíritos invisíveis da mata, deixava antever um modo de preservação. Pois ao não serem alterados e/ou manuseados com frequência, permitiam o desenvolvimento dos peixes, que, ao atingirem a fase adulta, desciam para o igarapé e rios.

²⁰ COSTA, Maria. Entrevista concedida ao autor, no dia 19/06/2021, na comunidade Costa Maratauíra, Abaetetuba-PA.



Conforme mencionado no croqui presente na figura I, os igarapés eram tomados por poços, nesses locais havia diversas espécies de peixes. Hoje os peixes estão em menor quantidade e os entrevistados relatam o desaparecimento de algumas espécies, por outro lado, o assoreamento alterou os *habitats* dos peixes, como afirma o entrevistado:

Hoje a gente não ver mais muito tipo de peixe, só que também o poço tá secando, têm muito pau de árvore e isso vai enchendo o poço, aí o camarão, o acará, jacundá, cachorro de padre tão saindo, tem garapé que nem tem mais poço, olha o bacú que era o que mais se via aqui, num se vê mais e com isso até a pesca vai ficando ruim, a gapuia ninguém mais faz, antes era muita fartura.²¹

O assoreamento nos igarapés leva à escassez do peixe, como aponta Ramalho et al (2014), que faz um levantamento de fatores que levam à ausência de peixes nos rios e seus afluentes, como é o caso dos igarapés que estão com sua profundidade alterada, tendo como principal elemento os troncos das árvores que são jogados nos rios.

Os novos tempos e a mudança na paisagem

A importância de compreendermos a contribuição da cartografia social na perspectiva de descrever o conhecimento empírico com o conhecimento científico, como menciona Almeida (2012), está na atuação dos sujeitos na construção da cartografia social que fazem o coletivo presente no território, de forma que eles seccionam as informações da comunidade, e assim se torna uma tarefa de cada sujeito dessa comunidade que forma a identidade coletiva.

O território de povos e comunidades tradicionais estão apropriadas pela agroestratégia, a partir de projetos pensados para o crescimento econômico, que beneficia o agronegócio e projetos ruralistas do estado (ALMEIDA, 2004) e ameaça a biodiversidade territorial, os avanços da modernidade que devasta a diversidade (TOLEDO, BARRERA-BASSOLS, 2015).

Desta maneira, é possível compreender que esses agentes sociais desempenham uma variedade de funções em seu cotidiano, naquilo que se sustenta Almeida (2012), que a Amazônia é formada por sujeitos com uma pluralidade de funções, a exemplo do pescador, agricultor, peconheiro, caçadores e outras funções desempenhados por pessoas que pertencem a este território, como é a situação das olarias.

²¹ COSTA, José Manoel. Entrevista Concedida ao autor, no dia 20/06/2021, na comunidade Costa Maratauíra, Abaetetuba – PA.



Na Amazônia, as olarias mudaram sua configuração de produção nas últimas décadas, aponta-se para as baixas dessa atividade a ação de órgãos fiscalizadores nas condições de trabalho (PORTELA; BARBOSA, 2015). Hoje reduziu o número desses empreendimentos e os artefatos de barro (potes, agudá, vasos, filtros entre outros) já não são fabricados como antes. Permanece ainda a produção de telhas e tijolos utilizadas para a construção de casas.

Os entrevistados retratam que até boa parte do século XX, as famílias mais humildes tinham suas residências de parede de miritizeiro e coberta com palha dentro dos furos e igarapés. Por outro lado, os donos de comércio e os que tinham maior propriedade de terras moravam na costa do rio e suas casas eram de madeira e alvenaria.

As casas hoje são de madeiras e de alvenarias, têm mais materiais do homem moderno, geladeira, ventilador, televisão entre outros equipamentos utilizados no cotidiano das famílias. O relato a seguir descreve como era antes:

Quem tinha casa de madeira era quem tinha uma condição melhor, era o dono de olaria, os viajantes também, ou quem tinha maior quantia de terra, tinha na beira da costa uma indústria imensa, que também era comercio, pessoal trabalhava e nem recebia o que ganhava porque tinha que pagar o que tinha pego lá. Eles chamavam de 'meus lambaia' pra quem servia eles.²²

O relato da entrevistada remete à questão do aviamento. De acordo com os estudos de Roberto Santos (1980), o aviamento é uma forma de crédito informal que foi muito utilizado no período de colonização do Brasil. Os trabalhadores faziam seus débitos e pagavam com seu trabalho, enquanto sua dívida não tinha fim.

Paralelo a isso, o termo “lambaia” citado na fala da entrevistada, remete à situação a qual era visualizada aquele que dependia do dono do comércio para sobreviver, seja para trocar o peixe ou a colheita da agricultura ou pelo trabalho que tinha na propriedade do capitalizado. Os homens eram mandados de quem tinha melhor condição patrimonial, que por sua vez eram portugueses ou famílias com melhor capital.

Além da agricultura, uma das estratégias utilizadas pelos moradores para evitar o aviamento é a prática da pesca. Essas práticas realizadas pelos pescadores e agricultores é a forma de expressar suas sobrevivências nesse território:

Antes o nosso terreiro tinha muita planta pra remédio, tinha os roçado, o nosso roçado era nossa comida, o arroz, feijão, milho, jerimum. E as roças não era pro centro do mato, hoje tem que carregar o açaí de longe mesmo, esse é o nosso trabalho hoje, a gente veio de escravidão, tinha gente que penava na tiração de barro pra olaria, o trabalho com a cana, trabalho pesado mesmo e os senhores que tinham propriedade, eles exploravam

²² COSTA, Maria. Entrevista Concedida ao autor, no dia 20/06/2021, na comunidade Costa Maratauíra, Abaetetuba – PA.



*mesmo, se tu ia passando no rio e eles te chamassem tu tinha que voltar pra ver o serviço que era pra fazer, ai de quem não voltasse*²³.

As famílias, segundos os relatos, tinham como fonte de subsistência a agricultura. Como tinham dificuldade de acesso à cidade, plantavam em seus terreiros e faziam as roças na intenção de ter nas terras variedades de vegetais utilizados como remédio caseiro e alimento. Na atualidade, reduziu o número de hortas, e com a evolução das embarcações, o acesso à sede municipal ficou mais fácil, e comprar alimentos é a opção mais utilizada, como é possível observar no relato da entrevistada:

*A comida era a que nós fazia na panela de barro, pegava tudo do nosso terrero, era uma comida gostosa, até o açaí que a gente tomava amassado no aguidá, o açaí tinha gosto, hoje em dia nós bebi um açaí travoso porque a máquina escangalha o caroço e essas comida de hoje num dá nem vontade*²⁴.

A opção por escolher o que comer e a forma como se alimentar é algo que vem sendo debatido acerca dos conceitos da soberania alimentar. Uma vez que com a modernização e o avanço da industrialização vem se alterando o hábito alimentar, principalmente das comunidades rurais que têm um jeito próprio de fazer suas culinárias e suas refeições.

Subsistir na atualidade em que a modernização é também responsável pelas mudanças desses hábitos alimentares presentes na fala da entrevistada é a demonstração da resistência diante dos impérios alimentares que ofuscam a verdadeira sustentabilidade a partir do saber dos povos tradicionais (PLOEG, 2008).

Outra forma de sustentar a família, e umas das principais, é a pesca. Na atualidade muitos têm suas redes e materiais de pesca feito de linha de náilon, no entanto, o peixe está escasso, antes tinha uma enorme variedade de espécies, – era jacatinga, braço de moça, jandiá –, e como fala o entrevistado José: “*Tem peixe que essa juventude que tá não conhece, nunca viu, nunca pescou com o parí, não sabem o que é (risos)*”²⁵.

Esses relatos explicam os modelos de pesca. O parí²⁶, por exemplo, era como se fosse as redes de pesca dos dias atuais, como não havia condições para comprar, teciam

²³ COSTA, José Manoel. Entrevista Concedida ao autor, no dia 20/06/2021, na comunidade Costa Maratauíra, Abaetetuba – PA.

²⁴ CARDOSO, Lucimar. Entrevista Concedida ao autor, no dia 21/06/2021, na comunidade Costa Maratauíra, Abaetetuba – PA.

²⁵ COSTA, José Manoel. Entrevista Concedida ao autor, no dia 20/06/2021, na comunidade Costa Maratauíra, Abaetetuba – PA.

²⁶ Conforme a obra “Meu Dicionário de Coisas da Amazônia” (MORAIS, 2013, p. 132), pano de talas e varas com que se constrói o cacuri, que é uma espécie de tapagem armada nas praias e onde o peixe que desce ou sobe a margem esbarra, resvala, procurando o fundo e cai no saco do cacuri.



o parí com a tala do Jupatí²⁷, como se fosse o matapi aberto. O parí servia para várias práticas pesqueiras, principalmente dentro dos poços existentes no furo e nos igarapés que banham as margens do furo Pai Pedro.

Quando era capturado o camarão, as famílias tinham várias receitas e algumas se mantêm hoje. Por exemplo, a jacuba era uma refeição que sustentava as pessoas, como apresenta esta entrevistada:

A jacuba era usada pelas mulheres antigas, minha mãe colocava eu e meus irmão para descascar o camarão quando ele já estava frito, ai coloca no camarão água, a farinha, pimenta em pouca quantidade e limão, esses são os principais se tiver outros temperos da pra colocar, isso matou muito a nossa fome, mamãe colocava a gente na roda e fazia a roda de jacuba.²⁸

Se tratando das comunidades ribeirinhas, identifica-se a alimentação como potencial dos recursos naturais, que era a forma que essas comunidades se alimentavam, sem necessariamente terem dinheiro, mas sim aquilo que produziam e tinham em seus territórios.

Nessa perspectiva, perpassa na condição humana, a partir da alienação com relação ao mundo, onde o ser humano criar ferramentas para fazer o seu labor levando em conta a sua realidade, mas que isso vai desaparecendo na medida que novas ferramentas vão surgindo, iniciando para suprir necessidades individuais, mas que o passar do tempo alcança o público (ARENDR, 2010).

Antes os pescadores não precisavam de muito tempo para pescar, usavam suas ferramentas de pesca e com pouco tempo já pegavam o peixe, agora, joga-se a rede e se pesca sacolas plásticas, vidros, pneus *etc.* É verdade que os próprios moradores jogam tais objetos poluentes, mas também é verdade que são embalagens e produtos de grandes empresas, que desde o início da revolução industrial não sensibilizaram as pessoas sobre o uso de seus produtos.

Se junta a isso a situação da palmeira do açai, que, de acordo com Freitas (2019), sobre a demanda do açai, vem trazendo sérios problemas para a assembleia de espécies vegetais. O trabalho aponta para as espécies de árvores nativas que estão ficando escassas, pois elas são retiradas para ser plantado o açazeiro, comprometendo a funcionalidade da floresta.

²⁷ Para (MORAIS, 2013, p. 110), o Jupatí (*Raphia tadigera*) – Palmeira que só habita em terras banhadas pelo fluxo e refluxo da maré. Do talo cilíndrico das folhas se extrai uma fibra alva, delicada, da qual se fabricam chapéus tão leves que parecem feitos de plumas.

²⁸ COSTA, Maria. Entrevista Concedida ao autor, no dia 20/06/2021, na comunidade Costa Maratauíra, Abaetetuba – PA.



A expansão do açaí

Nota-se que a dedicação de tempo e espaço na produção do açaí vem predominando no terreno dos ribeirinhos. Tal atividade se repete na maioria das famílias, principalmente naquelas que têm áreas maiores de terrenos, considerando que estas estão plantando mais açaí, configurando a monoculturas da palmeira no território.

Esse efeito reflete o que aborda Shiva (2003), na qual as comunidades tradicionais são guardiãs do território que vivem, porque sabem cuidar da terra, fazendo uso daquilo que era necessário para manter a sua existência. Enquanto a monocultura é a ameaça da biodiversidade, por trazer escassez e pobreza para esses povos. Concomitante, Almeida (2004) diz que essas comunidades: “expressam a biodiversidade e a existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos e a natureza” (ALMEIDA, 2004, p. 9).

O modo de vida que era vivenciado pelas famílias ribeirinhas até a metade do século XX vem se alterando. Dentre essas mudanças, destaca-se o manejo dos açaizais, que inicia no final deste século. É nesse contexto que se perpetua no século XXI que o fruto do açaí se torna a principal fonte de recurso financeiro das comunidades ribeirinhas localizadas na região insular das ilhas de Abaetetuba, como é possível perceber na fala do entrevistado Heraldo.

Desde os meus 13 ano eu já trabalhava com velho no roçado, meu avô e pai de criação, aqui mesmo na região, ia ajudar ele capinar, cortar cana, ai foi acabando o engenho e eu passei pra olaria pra trabalhar com meu tio, trabalhar no barrero com uns 15 ano, serviço pesado, dia e noite trabalhando, acabo a olaria e passemo pro açaí, tô mais de 20 anos nessa peleja de açaí eu tô com 64 ano²⁹.

O entrevistado Heraldo, aborda a mudança da atividade de trabalho que ele teve que fazer chegando até a mão de obra voltada para o açaizal. É interessante perceber que nas últimas décadas do século XX, esses ribeirinhos enxergaram uma possibilidade de comércio. Daí a importância de dar voz às populações mais vulneráveis que têm outras práticas no seu cotidiano, pois são as denominadas comunidades tradicionais que precisam ser porta voz das suas práticas e suas experiências.

Os relatos transitam em meio àquilo que é lembrado durante a trajetória desses sujeitos, essas trajetórias têm um desfecho coletivo quando pensadas a partir do território. Portanto, suas vivências no trabalho com a cana de açúcar, nas olarias, se

²⁹ RIBEIRO, Heraldo. Entrevista Concedida ao autor, no dia 21/06/2021, na comunidade Costa Maratauíra, Abaetetuba – PA.



desvelam e assumem outro caráter ante as conquistas com o cultivo do açaí, como é possível perceber na fala do senhor Heraldo:

Hoje o açaí dá uma melhor condição pra nós, tempo atrás desde quando eu me entendo era uma situação difícil, a gente só trabalhava pra comer mesmo, mas cada um se virava pra um lado, quem pescava, pescava, quem ia pra olaria ia, quem ia pra engenho, hoje em dia o açaí trouxe uma melhor condição, pra gente comprar uma roupa, uma carne, que era difícil a gente comer, ter uma televisão pra assistir, mas tudo é por causa desse açaí³⁰.

O açaí oportunizou aos ribeirinhos acessarem o comércio, é o que aponta os estudos de Nascimento e Guerra (2016). Possibilitou as famílias a terem acesso à energia elétrica, geladeira, televisão, embarcações motorizadas entre outros eletrodomésticos que contribuíram para uma melhor qualidade de vida.

Mas é necessário refletir acerca das comunidades ribeirinhas em Abaetetuba que são protagonistas em seus territórios, as quais têm um papel fundamental na tradicionalidade dos povos, que vem sendo ameaçada pela monocultura do açaí, na perspectiva de perceber as mudanças paisagísticas, como fala a entrevistada:

Era muito difícil a gente ver antes uma casa de madeira, a maioria era casa de paxiuba, a parede era de miriti, hoje tem casa alvenaria já, o tempo foi passando e tem a condição, demais hoje com o açaí. Apesar de tudo a gente tinha paz, hoje a gente compra nossas coisinhas, mas a gente fica visado com a pirataria.³¹

Conforme as entrevistas, percebe-se as atividades realizadas pelos moradores, onde o açaí começa a ser mais valorizado a partir de 1990. Antes disso, destaca-se nas entrevistas a extração da borracha, cana de açúcar, trabalho nos engenhos, o serviço das olarias, extração do palmito do açazeiro e o açaí. Esta última se intensificou próximo às casas, bem como ao longo do terreno dos agricultores com o aumento de demanda no mercado, até chegar no predomínio dos açazais em toda parte.

O manejo e extração do açaí continua se intensificando no território da várzea, de maneira que não se pensa em uma área de terra sem um açazal, como demonstra a fala do entrevistado: “*Eu já iniciei nessa experiência com o açaí, peguei o fim do trabalho da cana, mas eu comecei a limpar o mato do meu avô, e hoje eu tenho meu pedaço de terra e já trabalho hoje com meu próprio açazal*”³².

³⁰ RIBEIRO, Heraldo. Entrevista Concedida ao autor, no dia 21/06/2021, na comunidade Costa Maratauíra, Abaetetuba – PA.

³¹ SOARES, Maria. Entrevista concedida ao autor, no dia 26/06/2021, na comunidade Costa Maratauíra, Abaetetuba-PA.

³² CARDOSO, Vitor. Entrevista concedida ao autor, no dia 26/06/2021, na comunidade Costa Maratauíra, Abaetetuba-PA



Os relatos mostram que os agentes sociais, no manejo dos açazais, foram realizando essas experiências no seu terreno ao longo dos anos para chegar em uma conclusão de como seria a melhor forma de intensificar a produção; de acordo com a fala do entrevistado, é possível perceber que houve testes e planejamento para aumentar a produção no seu terreno:

Eu venho trabalhando, fazendo experiência, eu tô achando que cada ano vai aumentando a produção. Quando comecei, comecei com poucas, produção menor, trabalhava 600, 700 rasas no ano, aí foi aumentando, hoje eu faço conta que eu tenho uma base de 2.000, 2.500 lata de açai por ano.³³

Com base na fala do entrevistado, tomou-se como análise um terreno para verificar como é subdividida a área de manejo desse produtor. A mudança provocada pela monocultura do açai nesse terreno tomado como exemplo é descrita da seguinte forma. A área do produtor é dividida em parcelas que ele denomina de “ponta de açazal”. A medida total dessas pontas do terreno equivale a, aproximadamente, 7 hectares de terra.

As pontas de açazal são a forma com que o produtor se organiza para fazer o manejo da terra, que se realiza por meio de rodízio. Para fazer a limpeza do terreno, o produtor retira a mata, derruba as árvores de outras espécies que não contribuem para o desenvolvimento do açazeiro, bem como retira açazeiro velho que pouco produz, posteriormente é feito o plantio de novas palmeiras de açai, como é explicado pelo entrevistado no relato a seguir:

A gente tem que trabalhar o plantio a 4 metros a distância de uma árvore pra outra árvore e no meio dessas árvores que vem desenvolvendo a gente tira aquelas árvores que vão envelhecendo, né, elas vão envelhecendo e vão deixando as filiações pequenas, médias e as maiores pra todo tempo se fazer, porque quando se faz esse manejo a terra fica forte e o açai produz mais (...) quando se vai preparar uma área para o plantio do açai, tem que tirar uma certa quantidade de árvores, aquelas árvores muita alta, que tá muito fechada, que sufoca o açai tem que tirar uma parte, mas você tem que deixar árvores longe da outra, no caso o miritizeiro, é as árvores maiores, seringueira, pode plantar o facãozeiro, ingazeiro, o próprio cupuaçuzeiro porque isso são árvores que produz o estrumo, a folha se torna adubo³⁴.

Conforme o relato pressuposto apresenta os passos que ele tomou para chegar ao ponto que atualmente se encontra, como o exemplo, a retirada das árvores mais antigas do açai. O entrevistado entende que a retirada do açazeiro velho serve de reciclagem

³³COSTA, José Manoel. Entrevista Concedida ao autor, no dia 20/06/2021, na comunidade Costa Maratauíra, Abaetetuba – PA.

³⁴ RIBEIRO, Reginaldo. Entrevista Concedida ao autor, no dia 26/06/2021, na comunidade Costa Maratauíra, Abaetetuba – PA.



para fortalecer o solo, para que as filiações de açazeiro venham com mais força para produzir.

O relato é um demonstrativo da modificação da agricultura na várzea ao longo das últimas décadas. Se antes o açaí era apenas mais uma espécie das variedades de espécie que continha, na atualidade, os moradores estão plantando cada vez mais o fruto da palmeira de açaí. Nota-se que a dedicação de tempo e espaço na produção do açaí vem predominando no terreno dos ribeirinhos. Tal atividade se repete na maioria das famílias, principalmente aquelas que têm áreas maiores de terrenos, considerando que estas estão plantando mais açaí, configurando a monoculturas da palmeira no território.

Esse efeito reflete o que aborda Shiva (2003), na qual comunidades tradicionais são guardiãs do território que vivem, porque sabem cuidar da terra, fazendo uso daquilo que era necessário para manter a sua existência. Enquanto a monocultura é a ameaça da biodiversidade de forma que, esse processo tende a trazer escassez e pobreza para esses povos.

Considerações finais

A mudança na paisagem está presente na trajetória contada pelo ribeirinho, que não necessariamente é só pescador, ou só agricultor, mas que assume no seu território múltiplas funções, sua trajetória está ligada à coletividade do seu povo, mas que ao longo do tempo vai se aperfeiçoando sem esquecer daquilo que foi vivido pelos seus ancestrais, mas que vê modificada suas relações sociais e ambientais.

Com o estudo a partir da oficina de cartografia social, foi elaborado o croqui do furo Pai Pedro. Nesse esboço, os agentes foram lembrando elementos da memória de moradores desse lugar que vislumbram as relações sociais e ambientais. A ferramenta cartográfica é de fundamental importância para recordar, refletir e descrever acerca das ações vividas no território.

Em um tempo em que as comunidades tradicionais estão sendo ameaçadas por políticas ambientais das agroestratégias que aumentam a produção em larga escala de terras, em nome do “desenvolvimento” interesse de empreendimentos. Essas ações interferem no cotidiano de comunidades e povos tradicionais, que têm relação estreita com seus territórios.

Faz-se necessário incentivar esses povos na resistência dentro de seus territórios, pois eles são capazes de ser sinal de esperança com seus saberes e sua autonomia



alimentar, uma vez que a segurança alimentar e nutricional também se torna alarmante, na medida que o avanço da modernidade e a expansão do açaí para uma monocultura se consolida nas comunidades ribeirinhas.

Data de Submissão: 13/09/2022

Data de Aceite: 07/11/2022

Referências

ACSELRAD, Hanry (org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4578708/mod_resource/content/1/COMP_ACS_ELRAD%20-%202013%20-%20Cartografia%20Social%2C%20Terra%20e%20Territ%C3%B3rio.pdf. Acesso em: 05 dez. 2022.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Mapas situacionais e categorias de identidade na Amazônia. In: ZARATE, C. (ed.). **Espacios urbanos y sociedades transfronterizas em la Amazonia**. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 2012. p.167-187.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000100005>. Acesso em: 05 dez. 2022.

ARANGO, Vladimir Montoya; RENDÓON, Germáan Arango. Territoórios visuales del tiempo y la memoria. Exploraciones metodológicas em la vereda Mogotes del município de Buriticá (Antioquia, Colombia). **Boletim de antropologia**, Universidad de Antioquia, vol. 22, n. 39, p. 185-206, 2008. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/boletin/article/view/6705/6139>. Acesso em: 05 dez. 2022.

ARAÚJO, César Teixeira Donato de; NAVEGANTES-ALVES, Lívia de Freitas. Do extrativismo ao cultivo intensivo do açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário amazônico: sistemas de manejo e suas implicações sobre a diversidade de espécies arbóreas. **Rev. Bras. de agroecologia**, v. 10, n. 1, p. 12-23, 2015. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/16397>. Acesso em: 05 dez. 2022.

ARENDRT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo; revisão técnica Adriano Correia. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

AZEVEDO, Dadiberto Pereira. **A construção social do mercado de açaí para fortalecer a gestão territorial na ilha do Capim, no município de Abaetetuba no estado do Pará**. 2019. 159 f., il. Dissertação (Mestrado profissional em sustentabilidade junto a povos e territórios tradicionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.



- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.
- CASTRO, E; CUNHA, L; SANTOS, N. P. Análise Integrada da Paisagem da Raia Central portuguesa. **Minerva**, v. 5, n. 2, p. 139-147, 2005.
- CHAVES, Genisson; FURTADO, Lourdes. Entre rios, furos e igarapés: o ambiente aquático no imaginário social dos ribeirinhos de uma sociedade amazônica. **Contribuciones a las ciencias sociales**, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/ccss/2017/02/rios-furos-igarapes.html>. Acesso em: 07 jun. 2021.
- FERREIRA, Eliana. Comemorações e memória da cabanagem. **Projeto História**. São Paulo, v. 20, p. 315-321, abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10822/8040>. Acesso em: 05 dez. 2022.
- FERREIRA, Eliana. “Forão sítios dos criminosos”: expropriação na província do Pará – meados do século XIX. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364703149_ARQUIVO_1textoANPUH2013-FORAOSITIOSDOSCRIMINOSOS.pdf. Acesso em: 05 dez. 2022.
- FREITAS, Madson. **O extrativismo de açaí (Euterpe oleracea Mart.) e a natureza das assembleias de árvores em várzea amazônica**. Tese (Doutorado em Biologia Vegetal) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- GAWORA, Dieter. Povos e comunidades tradicionais e seu papel estratégico – da perspectiva defensiva à ofensiva. **Tempo da Ciência**, [s. l.], v. 21, n. 41, p. 93-112, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/rtc.v21i41.11021>. Acesso em: 05 dez. 2022.
- GODOY, Arilda. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.
- GONSALVES, Denival de Lira; BRASIL, Davi do Socorro Barros. Problemas ambientais e sustentabilidade nas várzeas da Amazônia Tocantina: um estudo no Projeto de Assentamento Agroextrativista São João Batista II Abaetetuba, Estado do Pará, Brasil. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, Pará, v. 7, n. 4, p. 89-99, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5123/s2176-62232016000400011>. Acesso em: 05 dez. 2022.
- LIMA, R. R.; TOURINHO, M. M.; COSTA, J. P. C. **Várzeas flúvio-marinhas da Amazônia brasileira**: características e possibilidades agropecuárias. Belém: FACP, 2001.
- MORAIS, Raimundo. **O meu dicionário de cousas da Amazônia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2013.
- NASCIMENTO, Elcio; GUERRA, Gutemberg. Do avortado ao comprado: práticas alimentares e a segurança alimentar da comunidade quilombola do baixo Acaraqui, Abaetetuba, Pará. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 11, n. 1, p. 225-241, jan./abr. 2016.
- NOGUEIRA, Amélia. Geograficidades e cartograficidades: os mapas mentais e o ato de representar. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 25, n. 5, jan./dez. 2021.
- PLOEG, J. D. Van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto alegre: UFRGS, 2008.



PORTELA, Mirya; BARBOSA, Ranyellson. Impactos ambientais da exploração de argila em uma olaria em Teresina-PI. **Caderno de Estudos Ciência e Empresa**, Teresina, ano 12, n. 1, jul. 2015.

RAMALHO, Werther; SUSÇUARANA, Monik; LÓPEZ-ROJAS, Jhon; ROCHA, Lucena; KEPPELER, Erlei; VIEIRA, Lisandro. Impacto do assoreamento sobre a diversidade de peixes em igarapés de um complexo vegetacional de campinarana no noroeste do Acre, Brasil. **Neotropical Biology and Conservation**, v. 9, n. 2. p. 105-114, 2014.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SAQUET, Marcos. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. *In*: SAQUET, Marcos. (Org.). **Estudos territoriais na ciência geográfica**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 47-74.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. Tradução Rosa L. Peralta. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TOLEDO, Victor. Povos/comunidades tradicionais e a biodiversidade. *In*: LEVIN, S. et al., (eds.). **Encyclopedia of Biodiversity**. Academic Press, 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

TERRITORIALIDADE FESTIVA – O ESPAÇO MARUJO TRACUATEUENSE

FESTIVE TERRITORIALITY – THE TRACUATEUENSE MARUJO SPACE



HYGO DA SILVA PALHETA³⁵

Resumo

Em Tracuateua, a festividade de São Benedito e São Sebastião, acontece entre os dias 18 e 21 de janeiro. Neste período, a festa acontece nas ruas da cidade, em espaços distintos durante sua trajetória. O presente artigo possui o objetivo de refletir, em âmbito social, sobre o território e as territorialidades festivas da celebração da Marujada. O referencial teórico e metodológico está assentado em documentos, artigos e livros referentes a Festa tracuateuense, estudos relacionados à territorialidade, e também dados empíricos coletados em campo. A festividade religiosa e cultural faz devoção aos Santos, São Sebastião e São Benedito, e está presente no calendário municipal desde a época em que Tracuateua ainda era uma vila do município de Bragança. As ruas, a igreja e o Salão da Marujada (Barracão) comportam a festança em seus dias de exercícios sagrados e culturais.

Palavras-chave: Territorialidade; festa; marujada.

Abstract

In Tracuateua, the celebration for Two Saints takes place between the 18th and 21st of January. In this period, the party takes place on the city streets, in different spaces during its trajectory. This article aims to reflect, in the social sphere, in relation to the territory and as territorialidades festivas da celebração da Marujada. The theoretical and methodological framework consists of documents, articles and books related to the Tracuateuense Festival, studies related to territoriality, and also empirical data collected in the field. The religious and cultural festivity makes devotion to the Saints, Saint Sebastian and Saint Benedict, and is present in the municipal calendar since the time when Tracuateua was a village in the city of Bragança. The streets, the church and the Hall da Marujada (Shed) behave the party in your days of sacred and cultural exercises.

Keywords: Territoriality; Party; Marujada.

Introdução

Tracuateua é um município paraense localizado no nordeste do estado e que por muitos anos pertenceu a Bragança. O município está localizado a aproximadamente 190 quilômetros da capital Belém. Tornou-se efetivamente um município em 1996, dois anos após ser desmembrado da cidade bragantina, segundo o IBGE. Pinheiro (2017)

³⁵ Graduado em Turismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades. E-mail: palhetahygo@gmail.com.



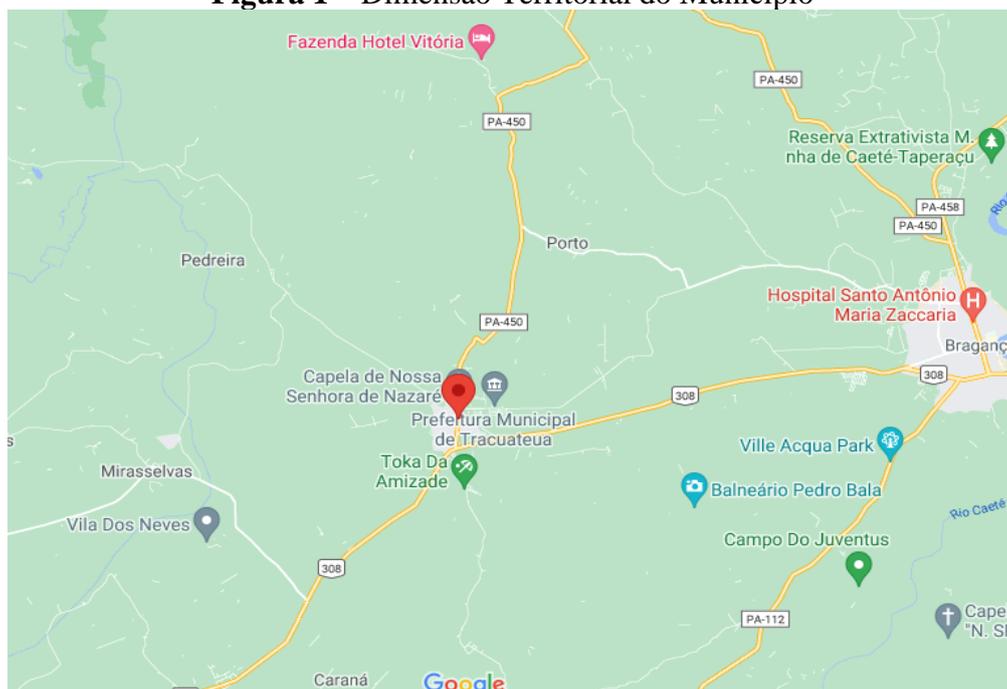
ressalta a importância da estrada de ferro, que interligava Belém a Bragança, na construção histórica do lugar em seus aspectos políticos, econômicos e socioculturais.

O nome da cidade está relacionado a uma espécie de formiga chamada de “tracuá”. Segundo Barbosa et al. (2010, p. 10), “O nome foi dado pelos trabalhadores que abriam caminhos para a ferrovia devido às infinitudes de formigas grandes e pretas conhecidas como Tracuás, existentes às margens do rio que banha o município.” Uniu-se então dois termos, TRACUA + TEUA (PINHEIRO, 2017), formando o nome TRACUATEUA.

Atualmente o município subdivide-se em algumas localidades, entre elas estão: Vila Fátima, Arraial do São João, Vila Socorro, Santa Maria, Santa Teresa, Cajueiro do Tatu, Colônia das Neves, Cajueiro de Boa Esperança, Cocal, Açaiteua, Caraná, Tracuateuazinho, Icaraú e Flexeira (FERREIRA, 2003). A parte central do município, a área relativamente mais urbanizada e onde concentram-se atividades comerciais, não apresenta grande extensão territorial.

Conforme a Figura 1, a grande extensão territorial do município comporta as localidades citadas no parágrafo anterior. Elas não aparecem descritivamente no mapa, mas localizam-se nos limites do município e percurso das rodovias (BR e PA). Pode ser observado o centro tracuateuense onde está inserida a Capela de Nossa Senhora de Nazaré e a Prefeitura Municipal de Tracuateua.

Figura 1 – Dimensão Territorial do Município



Fonte: Google Maps, 2021.





O último censo realizado em Tracuateua, no ano de 2010, apontou a quantidade populacional de 27.455 habitantes e o índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,531. A agricultura familiar predomina como base econômica local (MODESTO JUNIOR; ALVES; SILVA, 2011).

A cidade apresenta um calendário anual festivo. Entre os principais festejos presentes no município estão: o Carnaval, Círio de Nossa Senhora de Nazaré e a Festividade de São Benedito e São Sebastião. O carnaval acontece em fevereiro e/ou março, conforme o período festivo anual. O Círio ocorre no mês de agosto e a festa para os Dois Santos no mês de janeiro. Com a advento da pandemia do COVID-19, nos anos de 2020 e 2021, as festas não aconteceram por medidas sanitárias de combate ao vírus. Em 2022 a festa aconteceu apenas em seus aspectos religiosos, sem danças no Barracão.

O presente estudo abordará uma das festas presentes na vida no município de Tracuateua, a Marujada. E, neste estudo, objetiva-se: fazer uma reflexão sociocultural territorial da festividade dos dois Santos, bem como a territorialidade que configura em torno da festividade religiosa. É sabido que essa festa é realizada no núcleo urbano e central do território municipal: nas ruas, na praça, na igreja e no Salão da Marujada, também conhecido como “Barracão”.

O referencial teórico-metodológico da pesquisa está pautado em análise bibliográfica de artigos, livros, documentos e sites de pesquisa na internet. Notas de campo e dados foram coletados em entrevistas feitas durante uma pesquisa de campo realizada no município, em 2018. As entrevistas foram direcionadas a pessoas que fazem parte da Associação da Marujada de São Sebastião e São Benedito de Tracuateua (AMSSSB), irmandade responsável pelo planejamento e manutenção da celebração.

Para discutir melhor assuntos referentes a Território e Territorialidade, a pesquisa amparou-se em teóricos como: Rosendahl (2005), Haesbaert (2003) e Teixeira (2008). O espaço ganha noção de território a partir das manifestações presentes nele. A territorialidade expressa o grupo dominante, as relações de poder e o sentido simbólico atuante.

Nessa perspectiva será estudado o grupo da marujada, o qual promove a festa, o exercício da vida em atos festivos no município. Para Teixeira (2008, p. 5):

A consciência territorial, ou territorialidade, é que mantém nos grupos a perspectiva de se viver em um território, perspectiva esta fundada em uma necessidade essencial de promover o exercício da vida através das trocas simbólicas e materiais que caracterizam um grupo cultural (TEIXEIRA, 2008, p. 5).



A territorialidade sendo expressa em ordem e manutenção de um grupo hierarquizado na parcela do espaço onde existe a prática conjunta, torna válido o aprofundamento no que tange as relações sociais festivas.

Nas discussões pertinentes à cidade da festa, dados do IBGE foram utilizados para a descrição de informações precisas sobre o município estudado. Muitas informações foram extraídas do livro de Antônio Jorge Pinheiro, “Síntese Histórica de Tracuateua” (2017), obra fundamental para a pesquisa. Artigos de autores como: Silva, Modesto Júnior e Alves (2011), e Barbosa, Santos e Santana (2010) deram apoio nessa perspectiva. Imagens de mapas da cidade foram utilizadas para a melhor compreensão do espaço.

A manifestação religiosa da Marujada, em Tracuateua, compreende a maneira de viver um tempo de festa no município e exercer a fé por parte dos cidadãos e visitantes. Em quatro dias de devoção, danças, rezas e outras ações compõem o período da festividade. Durante essa trajetória, espaços são ocupados, decorados e se tornam o percurso de cortejos e procissões. A irmandade do festejo é responsável pela elaboração e coordenação de tudo o que condiz com esse tempo.

A construção do território e a territorialização religiosa

Na perspectiva desse estudo, o território em questão é o município de Tracuateua. Município que passou por diversos processos ao longo da sua história para tornar-se o que é hoje. A construção da estrada proporcionou o contato de novas pessoas, mercadorias, culturas e outras influências para a localidade.

Com a construção da Estrada de Ferro, novas famílias passaram a ocupar a região e conseqüentemente novos saberes foram introduzidos nessas terras. Pinheiro (2017), divide por períodos a história da cidade: Pré-Ferrovário (1700 a 1908), Ferrovário (1908 a 1965), Pós-Ferrovário (1995 a 1996) e Municipal (1997 aos dias atuais). É perceptível o longo processo que o atual município passou para alcançar a sua emancipação. As relações atuais são parte de uma herança trazida dos tempos ferroviários.

A religiosidade local também compõe essa herança do período férreo. Segundo Pinheiro:

Quando Antônio e Família moravam na cidade do Rio de Janeiro, que era a capital do Brasil. Festejavam o patrono da cidade fundada por Estácio de Sá. Ao chegarem aqui, acharam por bem festejar o Santo no seu dia. O dia 20 de



janeiro é considerado o dia da fundação da vila de Tracuateua, onde até hoje é festejado por todos os católicos deste lugar (PINHEIRO, 2017, p. 37).

A religiosa é citada nesse momento do trabalho por estar relacionada com a cultura da festa a qual, anos depois, surgiu no lugar. A devoção para o patrono da cidade carioca, São Sebastião, está presente desde os primórdios do processo construtivo local em rezas e festas em decorrência das ferrovias. O dia 20 de janeiro é feriado no município.

E dessa maneira o território começa a ser definido. Raffestin (1993) entende a dimensão territorial a partir da população, sua dimensão, e as possibilidades de crescimento relacionadas à taxa de reprodução. Além da significativa taxa de densidade demográfica, após as ocupações do período ferroviário, o espaço passou a ser habitado por elementos culturais. Teixeira (2008) entende o território como um espaço vivo e de trocas simbólicas fundamentais para formação identitária do grupo nele presente.

Indo além dos significados mais concretos, numéricos e material do espaço, é importante reconhecer as trocas simbólicas, saberes e representações que fundamentam as relações sociais. Haesbaert (2003) entende o território em 3 perspectivas – jurídico-política, cultural e econômica, para efeito da pesquisa, segundo o autor, a vertente cultural prioriza o intangível, o simbolismo manifestado pelo grupo.

Soares Júnior e Santos (2018), coadunam com Haesbaert (2003) ao dissertarem que:

O território é, portanto, sistema físico e também sêmico (uma vez que comunicado pela linguagem e por símbolos), que permeia as relações entre as pessoas e o espaço, contribuindo para a definição dessas relações e também sendo definido por elas. Em um processo que é eminentemente relacional, o território se constitui na esfera de ação no qual, indivíduos e grupos exercem sua territorialidade, isto é, buscam influenciar, ou mesmo controlar, pessoas, fenômenos e relações (SOARES JÚNIOR e SANTOS, 2018, p. 10)

E ao falar de território e dos grupos que configuram esse lugar, torna-se importante discutir a territorialidade nesse processo. “[...] as pessoas são incapazes de construir suas identidades independentemente dos suportes localizados no espaço.” (CLAVAL, 2001, p.66). Além dos recursos utilizados, as relações de poder estão presente nas práticas desenvolvidas pelos grupos, e elas fundamenta a territorialidade.

No âmbito simbólico, o grupo se expressa a partir das perspectivas culturais enraizadas no território, das influências trazidas no processo de construção. O que é o produto dessa relação grupo e território? O folclore, a dança, o cotidiano, o artesanato, ou qualquer outro modo de expressão conjunta. A territorialidade mostra que a vida social não é neutra (SACK, 1986).



Em Tracuateua, a influência portuguesa e carioca levou a cidade a cultura da devoção a São Sebastião. E a irmandade religiosa de Bragança apresentou aos moradores tracuateuenses a festa da Marujada. “Torna-se importante interpretar o fenômeno religioso e suas interações com o homem e o território a partir de dois focos de análise: o sagrado e o profano” (ROSENDAHL, 2005, p. 12929). A presença dos Santos, da dança e da reza, proporcionou o surgimento do grupo da Marujada.

O atual grupo da festa, a Associação de São Sebastião e São Benedito de Tracuateua (AMSSSBT), é coordenado por uma diretoria de pessoas responsáveis pela organização e manutenção cultural da celebração. A festa é realizada em função de devoção para os Santos Padroeiros, é uma irmandade também arremetida à assistência e amparo social, em fundamentações culturais, solidárias e recreativas (PINHEIRO, 2017). Apesar da população chamar carinhosamente os Dois Santos de “Santos Padroeiros”, apenas São Sebastião é o padroeiro de Tracuateua.

O AMSSSBT está à frente de todos os outros atores sociais no momento da festa, a instituição é responsável por ditar regras e exigir que elas sejam cumpridas. “[...] a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos, e relações, delimitando e afirmando o controle sobre uma área geográfica” (SACK, 1986, p. 19).” De forma a acrescentar o que Sack defende, o grupo tende a controlar devido a necessidade de manter os saberes ao longo de gerações.

Existem muitas influências externas, a cultura é dinâmica, moldada ao seu tempo, mas o controle é necessário para que a essência não se perca. Teixeira (2008) salienta que:

Em um mundo fragilizado pela descontinuidade das relações e pela determinação homogeneizante de uma dada cultura global propagada pelos sistemas midiáticos, é certo que os valores, as crenças, as representações simbólicas, bem como as práticas que conferem sentido aos grupos nos lugares em que vivem, ficam igualmente ameaçadas em sua continuidade. (TEIXEIRA, 2008, p. 4)

A prudência do grupo se remete aos saberes tradicionais e as formas de celebração.

Apesar de ser ou parecer algo desgastante por parte de grupos dominantes em relação aos dominados, essas relações são necessárias, sem elas não existe a territorialidade. “[...] territorialidade aponta para o fato de que as relações humanas no espaço não são neutras” (SACK, 1986, p. 26). As diferenças estão presentes conforme as etnias, crenças e demais modos. A cultura de um grupo possui suas adversidades e reafirmações identitárias em relação ao local de manifestação:



[...] o território apela para tudo aquilo que no homem se furta ao discurso científico e se aproxima do irracional: ele é vivido, é afetividade, subjetividade e muitas vezes o nó de uma religiosidade terrestre, pagã ou deísta. Enquanto o espaço tende à uniformidade e ao nivelamento, o território lembra as ideias de diferença, de etnia e de identidade cultural [...]. (BONNEMAISON, 2002, p. 126).

São as diferenças entre as crenças, sejam elas políticas, religiosas ou de outro cunho, que comportam a ideia do território. O grupo da marujada iniciou o processo de construção da festa de forma tímida, com poucos participantes, e aos poucos ganhou expressividade entre pessoas cristãs que dedicam parte da vida para rezar, agradecer e homenagear os Santos Padroeiros do festejo.

De acordo com Teixeira (2008), as congregações religiosas sempre existirão, por mais que elas sofram ingerências “desenraizadoras” ao longo do seu percurso identitário, como as migrações e diásporas. Essas associações persistem em seus atos de devoção pelo sentir-se e pertencer-se ao território, em casa, e poder praticar trocas simbólicas e materiais corroborando ao exercício da vida.

A festividade dos dois Santos em Tracuateua ocupa um lugar que aos poucos começou a ser povoado por outras pessoas e conseqüentemente novas culturas (no Período Ferroviário. Sack (1986, p. 34) reforça que “[...] novos eventos precisam ser produzidos por territórios novos e vazios. A territorialidade tende a ser uma preenchedora de espaço.” Essa territorialidade, conforme Bonnemaïson (2002), constitui o sistema espacial que é culturalmente vivido por um grupo hierarquizado.

Na territorialidade festiva, a hierarquia se estabelece assim como a vontade de festejar expressa em: “[...] sentimentos de alegria, de prazer e dos afetos que resultam do encontro com os amigos e parentes que a vida dispersou e distanciou uns dos outros.” (TEIXEIRA, 2008). A celebração comporta a ruptura do cotidiano, o lazer, o reencontro com o outro e a chegada de um período que há tempos vem sendo esperado por quem participa.

Cartografia maruja

Na presente seção do trabalho será discutida a cartografia do espaço festivo da marujada de Tracuateua de uma forma dessemelhante ao uso, apenas, de mapas. Sabe-se que nos mapeamentos são considerados diversos fatores físicos e simbólicos relevantes para a sua materialização. Para efeito desta pesquisa, serão relevantes os elementos



religiosos e culturais da festa tracuateuense para o delineamento de uma cartografia social pautada em saberes e celebrações locais.

Na diversidade dos saberes existentes, Mbembe (2017), as identifica em dois tipos: biológica e cultural. A cultural refere-se a comunidades que atravessam longos períodos mantendo uma tradição em um só lugar. Segundo Teixeira:

Neste contexto restará aos grupos sociais - sejam estes culturais, excluídos, ou identitários - resistir e na medida do possível se apropriar de uma dada profundidade espacial para constituírem seus territórios e, quiçá, criar em torno de si uma área de segurança propícia as suas relações cotidianas, afetivas e espirituais (TEIXEIRA, 2008, p. 3).

Essas “comunidades”, enfrentam influências externas, provocadas e intensificadas pela globalização, afirmando seus saberes na resistência.

E nesse contexto está presente a irmandade da Marujada pertencente ao município de Tracuateua mantendo a festa em sua configuração atual desde 1947. A festividade da Marujada, em grande parte do seu tempo, acontece no centro do município de Tracuateua, próximo a Igreja Matriz de São Sebastião da cidade, entre a Rua Levindo Reis e a Avenida Bragança. No perímetro anteriormente citado está localizada a Praça, a Igreja e o Salão da Marujada, conhecido como “Barracão”. As ruas da cidade são partes dos festejos durante os cortejos e procissões.

No dia do Padroeiro de Tracuateua (20 de janeiro - Dia de São Benedito), feriado municipal, ocorre a tradicional procissão dos Santos. A procissão consiste em um desfile dos marujos e marujas trajados com suas vestimentas da festa pelas ruas da cidade. A procissão é conduzida pelo padre da paróquia, que permanece em cima de um carro de som rezando e entoando cânticos religiosos junto com algumas mulheres pertencentes ao coral da igreja.

As imagens dos Santos ficam localizadas à frente da procissão em um carro isolado. Um arco de rosas fica acima dos Santos, e um grande arranjo fica localizado em seus pés. Após a chegada de todos os participantes, a procissão tem o seu início indo em direção ao cemitério, localizado próximo à praça, homenageando todos aqueles que já partiram e de alguma forma continuam vivos na memória dos seus familiares em vida.

O percurso da procissão realiza-se na seguinte sequência de ruas: Avenida Bragança, Avenida Nazaré, Travessa do Sossego, Avenida Hamilton João Pinheiro, Rua Santa Maria, Avenida Levindo Reis e Avenida São Sebastião. O cortejo é um importante momento de devoção para os devotos dos Santos. “A fé católica no contexto político-religioso é o ponto de partida para o entendimento do território brasileiro”



(ROSENDAHL, 2005, p. 12928). O contexto da celebração para santidades representa bem o *manifestar* do Brasil e da Amazônia.

Vale ressaltar que o estudo aborda o território festivo em suas danças e rezas entre os dias 18 e 21 de janeiro. Podem existir outros espaços e outros acontecimentos relacionados à marujada em outros períodos, o que não condiz com esta pesquisa, construída através de dados documentais e empíricos.

A festa acontece em outros municípios do estado, além de Bragança e Tracuateua, como: Augusto Correa, Primavera e Quatipuru (AMORIM, 2008). O festejo popular exige de seus e suas participantes roupas específicas obrigatórias a serem usadas por quem deseja participar. Pinheiro (2017) ao falar da festa caracteriza a vestimenta masculina como um uniforme de gala composto por camisa, calça e chapéu com fita e flor.

A praça, localizada em frente à igreja matriz municipal, além de ser o espaço de encontros diários da população, é o local de reunião de quem participa da festa cristã.

O exercício do poder religioso ocorre na vivência da fé. Cada comunidade religiosa se estabelece no mundo sagrado onde participa da memória histórica no tempo e no espaço. Dessa forma, a manutenção do lugar sagrado favorece a noção de que a comunidade partilha uma identidade comum, um sentimento de integração e de comunidade religiosa (ROSENDAHL, 2008, p. 12932).

É na praça que está a igreja onde são celebradas as missas da festividade e onde são fincados os mastros dos Santos que carregam donativos ofertados pelos juízes do festejo.

Imagem 1 - Praça.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Na Imagem 1, observa-se a frente da praça. Ao fundo dela está a Igreja Matriz de São Sebastião. No centro da imagem pode ser notado um muro baixo pintado de



branco com gramado baixo em seu centro (ao lado das árvores maiores da foto). É neste gramado central que são fincados os mastros dos Santos no primeiro dia da festividade (OLIVEIRA, 2012).

Durante os dias, todos que participam das missas, prestigiam a manifestação ou dançam a marujada precisam passar pela praça. Ela não é o núcleo da festividade, mas pode ser entendida por onde a festa é iniciada (levantamento dos mastros) e encerrada (o derrubamento dos mastros). As missas são rezadas na igreja todos os dias, representando a abertura ou término diário da festança.

As ruas também conformam o território da celebração. Nas ruas é realizada a tradicional procissão que ocorre no feriado do dia 20 de janeiro (dia do Padroeiro da cidade). “Marujos e marujas saem pela cidade descalços e acompanhados pelo grupo do coral da igreja e leigos que ministram os cânticos e as orações na referida procissão” (OLIVEIRA, 2012, p. 6). Este ato acontece à tarde por volta das dezesseis horas.

Outro momento pertinente à festa nas ruas são os cortejos dos juízes. Anualmente são escolhidos dois casais de juízes (um casal para cada Santo). No início do dia 19 de janeiro, os marujos buscam cada juiz de São Benedito em suas casas para fazer o cortejo até a igreja. E no dia 20, a irmandade fará o cortejo dos juízes de São Sebastião de suas casas até a missa. Sobre os juízes:

Os mesmos se inscrevem querendo homenagear ou pagar promessa para São Benedito. Além do almoço ou da janta que cada juiz vai doar, também ficam responsáveis financeiramente de fazer a decoração do salão e decoração do mastro do santo específico no qual ele escolheu pagar a promessa (OLIVEIRA, 2012, p. 5).

Neste momento do trabalho de Oliveira, a autora disserta sobre os juízes de São Benedito, mas na festa os juízes possuem as mesmas funções de acordo com os Santos que almejam realizar devoção.

E ao lado da igreja e da praça, está localizado o Salão da Marujada. Popularmente conhecido pelos cidadãos como “Barracão”. Nesse espaço é onde acontece a maior parte da festa. Marujos e Marujas ficam por horas dançando os ritmos da festa no interior do salão e também fazem as suas refeições. Pelos arredores desse ambiente existe uma arquibancada para quem deseja acompanhar as danças.

Ao referir-se aos participantes da festa depois da missa, Oliveira (2021, p. 6) relata que: “Todos se dirigem ao barracão para continuar a dançar músicas como o retumbão, chorado, mazurca, valsa, xote e samba.” A festa de Tracuateua em sua maior parte do tempo é dançada. As danças são interrompidas apenas em momentos de reza,

agradecimento, procissão e alimentação. Os bailados característicos da manifestação são executados no interior do espaço até à noite, por volta das vinte e duas horas.

Imagem 2 - Salão da Marujada.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Na Imagem 2 está presente o Salão da Marujada, localizado ao lado da praça, à direita em relação a Imagem 1. Ao lado superior esquerdo do letreiro central está a imagem de São Sebastião, e ao lado direito está a pintura de São Benedito. Embaixo de São Sebastião está presente a arquibancada lateral na cor azul. E abaixo de São Benedito, a arquibancada está pintada de vermelho. Em Tracuateua, o azul representa o dia do padroeiro, São Sebastião, e o vermelho representa o “Santo Preto”, São Benedito.

Considerações finais

O espaço festivo, mesmo fora do período que acontece a realização da manifestação da Marujada, consegue expressar muitas informações sobre a festa. Em Tracuateua, as cores, as imagens dos Santos e o Barracão com a imagem dos Santos estão visíveis para todos que passam pela praça principal do núcleo urbano tracuateuense. Os buracos no centro da praça onde todos os anos são fincados os mastros também ficam abertos e visíveis por todos que frequentam a praça.

A festa que inicialmente foi dançada por doze pessoas, seis pares de marujos em 1921 (PINHEIRO, 2017), a partir de 1947 consolidou o seu anseio de celebrar assim como o seu formato festivo ocupando o espaço e a vida no município. A festa, apesar de acontecer entre os dias 18 e 21 de janeiro, começa a ser vivida antes do seu período com ensaios e reuniões promovidas pela Associação da Marujada.



As reuniões são fundamentais para a realização do acontecimento anual. Para além de um simples festejo, Ferretti (2007, p. 2) salienta que a festa: “Constitui oportunidade para expressar a capacidade de organização, a criatividade popular, a devoção, o lazer e para se constatar o sincretismo religioso”. Isso explica a grande participação por parte dos moradores na festividade, as diversas formas de expressão como a dança e a reza atraem pessoas de diferentes idades e crenças cristãs.

O espaço na festa foge do costume, a rotina é quebrada e o território se reinventa de forma criativa, mais colorida e única. Única porque só acontece uma vez por ano. Ao romper o padrão diário do viver, é criado um momento alternativo e prazeroso para se estar imerso (DUVIGNAUD, 1983). E por ser um momento singular temporário e espacial, atrai e promove a atenção e participação dos seus diversos participantes (marujos e leigos que vão às ruas para dançar, rezar e/ou prestigiar).

Por fim, é importante salientar que a festa é permeada em sentidos de territorialidade. Existem as relações de poder que coadunam para a manutenção dos saberes, práticas e celebrações. Há rigidez por parte da diretoria em relação às normas tradicionais que devem ser seguidas. As vestimentas devem ser usadas adequadamente por todos que queiram participar, os horários devem ser cumpridos e todos os cerimoniais devem acontecer conforme são realizados todos os anos. Dessa forma, a Festa de Dois Santos está presente no espaço e vida tracuateuense.

Data de Submissão: 12/09/2022

Data de Aceite: 01/12/2022

Referências

AMORIM, Ane Karine Jansen. **Um fogo que se deita no mar: um estudo sobre a marujada do município de Quatipuru/PA**. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. *In:* CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (org.). **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: EDUERJ, v. 3, p. 83-132, 2002.

BARBOSA, Meirivan da Silva; SANTOS, Marcos Antônio Souza dos; SANTANA, Antônio Cordeiro de. Análise socioeconômica e tecnológica da produção de feijão-caupi no município de Tracuateua, nordeste paraense. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém, v. 5, n. 10, jan./jun. 2010.

CLAVAL, P. O papel da nova geografia cultura na compreensão da ação humana. *In:* ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.). **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 35-86.



DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Tradução de L. F. Raposo Fontenelle. Fortaleza: UFC / Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

FERREIRA, J. C. V. **O Pará e seus municípios**. Belém: J. C. V. Ferreira, 2003.

FERRETTI, Sergio. **Religião e festas populares**. Trabalho apresentado no evento XIV Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina. Buenos Aires, 2007. Disponível em: <https://www.gpmina.ufma.br/arquivos/Religiao%20e%20Festas%20Populares.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2022.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11-24, jan. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739>. Acesso em: 06 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades @**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/tracuateua/panorama>. Acesso em: 23 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Histórico de Tracuateua**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/tracuateua/historico>. Acesso em: 23 nov. 2021.

MBEMBE, A. Descolonização radical e festa da imaginação. A relação de cuidado. In: MBEMBE, A. **Políticas da Inimizade**. tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017. p. 185-193.

MODESTO JUNIOR, M. S.; ALVES, R. N. B.; SILVA, E. S. A. Produtividade de mandioca cultivada por agricultores familiares na região dos lagos, município de Tracuateua, estado do Pará. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém, v. 6, n. 12, jan./jun. 2011.

OLIVEIRA, Ilka. **Marujada de Tracuateua – Notas sobre as heranças africanas na Amazônia**. 2012.

PINHEIRO, Antônio Jorge. **Síntese histórica de Tracuateua**. Belém: Ed. do autor, 2017.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

ROSEDAHL, Zeny. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005. **Anais** [...]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SACK, R.D. **Human Territoriality. Its Theory and History**. Cambridge, Cambridge University Press. 1986.

SOARES JÚNIOR, Amilton Quintela; SANTOS, Mauro Augusto. A territorialidade e o território na obra de Robert David Sack. **Geografia**, Londrina, v. 27, n. 1, p. 7-25, abr. 2018. Disponível em:

TEIXEIRA, Ivan Manoel Ribeiro. Os Fazedores de Territórios: migração e ruralidades no contexto urbano. **REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 1, n. 1, jul./dez. 2008.



QUINTAIS URBANOS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DOS MODOS DE VIDA TRADICIONAIS NA CIDADE DE BELÉM/PA, BRASIL

URBAN BACKYARDS: REPRODUCTION STRATEGIES OF TRADITIONAL WAYS OF LIFE IN THE CITY OF BELÉM/PA, BRAZIL.



AELTON DIAS COSTA³⁶

ELIANA TELES RODRIGUES³⁷

RITA DENIZE DE OLIVEIRA³⁸

Resumo

Os Quintais constituem-se em espaços estreitamente relacionados com a vida doméstica das famílias, geralmente localizados ao redor das residenciais, comportando funcionalidades e atividades variadas como encontros familiares, cultivo de jardins e hortas, criação de animais, rodas de conversas e brincadeiras. São importantes espaços de reprodução da vida. O artigo divide-se em duas seções, a) demonstrar o elemento do Quintal dentro da formação do espaço urbano amazônico e brasileiro, sendo introduzido como elemento do campesinato português metamorfoseado pelos Saberes/Fazeres Afro-Indígenas, constituindo-se em diversidade de paisagens bioculturais relacionadas à cotidianidade das famílias brasileiras e amazônicas, b) demonstrar as territorialidades dos cultivadores de Quintais, os quais fazem frente à lógica de urbanização e metropolização, tomando como exemplo experiências de Quintais na cidade de Belém/PA. Para a coleta de dados utilizou-se: entrevistas semiestruturadas e em caráter aberto aos moradores da cidade de Belém de janeiro a abril de 2021. Constatou-se a relevância dos Quintais estando presentes desde tempos imemoriais no cotidiano das famílias, sua importância para a subsistência nas cidades coloniais, sua importância para lutas urbanas de direito à cidade, segurança alimentar, de gênero e de autonomia dos povos.

Palavras-chave: Urbanização; territorialidade; diversidade biocultural.

Abstract

Backyards are spaces closely related to the domestic life of families, generally located around the residential ones, with various functions and activities such as family gatherings, gardening and vegetable gardens, animal breeding, conversations and games. Being important spaces of reproduction of life. The article is divided into two sections, a) to demonstrate the Quintal element within the formation of the Amazon and Brazilian urban space, being introduced as an element of the Portuguese peasantry metamorphosed by Afro-Indigenous Knowledge/Fazeres, constituting a diversity of biocultural landscapes related to the daily life of Brazilian and Amazonian families, b) demonstrate the territorialities of Quintais cultivators, who face the logic of urbanization and metropolization, taking as an example the

³⁶ Graduado em Geografia pela Faculdade de Geografia e Cartografia - FGC/UFPA. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação Cidades: Territórios e Identidades - PPGCITI/UFPA Campus Abaetetuba-PA, Bolsista FAPESPA/UFPA. E-mail: aeltondcosta@gmail.com.

³⁷ Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). É Professora Adjunto da Universidade Federal do Pará, campus Abaetetuba e docente pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades-PPGCITI/UFPA. E-mail: elianteles@yahoo.com.br.

³⁸ Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: ritadenize@ufpa.br.



experiences of Quintais in the city of Belém/PA. For data collection, we used semi-structured interviews and open to residents of the city of Belém from January to April 2021. It was found the relevance of backyards being present since time immemorial in the daily lives of families, their importance for subsistence in colonial cities, their importance for urban struggles for the right to the city, food security, gender and people's autonomy.

Keywords: Urban Backyards; territoriality; biocultural diversity.

Introdução

Os Quintais constituem-se em espaços estreitamente relacionados com a vida doméstica das famílias, geralmente localizados ao redor das residências, comportando funcionalidades e atividades variadas como encontros familiares, cultivo de jardins e hortas, criação de animais, rodas de conversas e brincadeiras. Sendo importantes espaços de reprodução da vida, tais espaços foram modificados ao longo da história das relações sociais, alterando e sendo alterados pelos diferentes contextos, constituindo-se neste sentido, como elementos tradicionalmente presentes na história da formação espacial amazônica e brasileira (TOURINHO; SILVA, 2016).

Os estudos em Quintais, sobretudo dos Quintais Urbanos, no Brasil e na Amazônia derivam das preocupações e críticas ambientais dos anos 1970, enxergando nesses espaços possibilidades de resoluções para os desequilíbrios climáticos e de degradação ambiental nas cidades, assim como possibilidade de resolução para a insegurança alimentar, desemprego e violência nas periferias urbanas através do desenvolvimento da chamada Agricultura Urbana e Periurbana (CARNEIRO; PEREIRA; SILVA, 2017; BEZERRA, 2014; MEDEIROS, 2015).

Nos Quintais Rurais, a perspectiva dos chamados Quintais Agroflorestais como cultivos milenares relacionados aos povos tradicionais, ganham destaque como experiências de sistemas produtivos capazes de oferecer uma melhor resiliência aos ambientes, sobretudo tropicais (FERNANDES; NAIR, 1986; GARROTE, 2004). Outro aspecto levado em consideração nos estudos em Quintais é a questão étnica dos saberes e fazeres tradicionais relacionados aos cultivos de espécies plantas, arbustos e arbóreas e seus usos alimentares, ornamentais, medicinais e sacramentais (FERREIRA et al, 2017; RANIERI; ZANIRATO, 2018; SILVA, 2016).

A prática de cultivo dos Quintais Agroflorestais em ambientes urbanos pode ser considerada como uma forma de reprodução da vida do campo nos espaços urbanos (AZEVEDO; PERXACS; ALIÓ; 2020; LUCCHESI; 2021). Para tanto, o estudo da formação espacial urbana é de fundamental importância para compreender o fenômeno dos Quintais Agroflorestais em cidades como Belém/PA.



O modelo civilizatório adotado pela modernidade colonizadora privilegiou os espaços urbanos em detrimento dos espaços rurais, tomando o primeiro como sinônimo de progresso, avanço e evolução, enquanto o segundo como regresso, atraso e involução. Esta dualidade é reflexo da separação da Sociedade e a Natureza, em que a Sociedade deve conhecer e dominar a Natureza assim como tudo que se associe a ela (QUIJANO, 2010). Os povos e comunidades tradicionais, por sua vez, apresentam outras formas de se relacionarem com a Natureza. Tais práticas, saberes e fazeres tornam-se hoje cada vez mais necessários para se pensar em outras formas de se viver a/na Cidade.

Foucault (2013) escreve acerca desses saberes, explicando conceitos de cada um deles segundo sua perspectiva. Um saber é o domínio que se exerce sobre diferentes objetos que podem assumir, ou não, um valor científico. Outro tipo de saber que o autor aponta é o ambiente tomado pelo sujeito para discursar acerca dos objetos que ele se ocupa em seu discurso. Um saber, também, é colocado como um campo dos enunciados, coordenados e subordinados entre si, em que os conceitos surgem, "se definem, se aplicam e se transformam" (FOUCAULT, 1986, p. 220). Por fim, o autor estabelece que o saber irá ser definido de acordo com as possibilidades de utilização e de apropriação que o discurso irá oferecer ao sujeito e, dentro desse saber, faz-se necessário o estudo das relações com mais aprofundamento, ir para além dos escritos (FOUCAULT, 1986).

Em relação às práticas, para Foucault (2013) tudo é prática e ela está mergulhada nas relações de poder e saber. Os discursos, segundo ele, são como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam" (FOUCAULT, 1986, p. 56). Sendo assim, textos, enunciados e o próprio ver e falar trata-se de práticas sociais que estão permanente ligadas à relação de poder que, conforme o seu tempo, história e espaço, serão sobrepostas e atualizadas (FOUCAULT, 2013).

Ademais, os fazeres são expostos por Foucault (1986) como os resultados dos dois conceitos expostos acima: saberes e práticas. É o que se deve fazer diante do contexto atual para acrescentar/mudar o modo de enxergar a realidade e agir para tentar mudar os problemas nela encontrados. É também, segundo o autor, entender as relações de saber/poder para entender como, e em que medida, pode-se criar ferramentas úteis para potencializar nosso pensamento e nossas práticas de escrita (FOUCAULT, 1986).

Este trabalho tem como objetivo apresentar as principais estratégias, ações e territorialidades relacionados aos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais



em espaços urbanos, sobretudo na cidade de Belém/PA, a partir da historiografia dos Quintais Urbanos. Para dar conta desse objetivo, realizou-se revisão de literatura e análise de documentos relacionados à temática, além de entrevistas com cultivadores de quintais na cidade de Belém.

O artigo divide-se em duas seções além da introdução das considerações finais. Na primeira procura-se demonstrar o elemento quintal dentro da formação do espaço urbano amazônico e brasileiro, o qual foi introduzido como elemento do campesinato português metamorfoseado pelos saberes/fazeres Afro-Indígenas, constituindo-se em diversidade de paisagens bioculturais relacionadas ao cotidiano das famílias brasileiras e amazônicas. Na segunda seção observa-se as dinâmicas de territorialidades presentes nos quintais, fazendo frente à lógica de urbanização e metropolização, tomando como exemplo a experiência dos Quintais na cidade de Belém/PA.

Material e método da pesquisa

Para atingir os objetivos propostos, foram selecionadas literaturas sobre a temática e 4 quintais de casas localizadas na ilha de Caratateua, área insular do município de Belém. Realizou-se entrevistas semiestruturadas e em caráter aberto, aplicadas pessoalmente aos entrevistados de janeiro a abril de 2021. Os quatro quintais foram classificados como Sítios, Quintais, Terreiros e Espaços de Cultura. A classificação levou em conta a autodenominação feita pelos cultivadores, que os nomearam como: a) Sítio da Natureza, b) Sítio de Marés, c) Quintal de Dona Maria e d) Biblioteca Tralhoto Leitor.

Figura 1 - Mapa de localização dos quintais onde as entrevistas foram coletadas.



Fonte: Dados de trabalho de campo, 2021.

O Quintal na formação espacial urbana amazônica e brasileira.

O termo “Quintal” origina-se de uma derivação das “Quintas Portuguesas” onde em pequenas propriedades reservava-se uma quinta parte do terreno para cultivos de frutíferas, hortas e criações (SILVA, 2004). Tal elemento da cultura europeia de fundamental importância para a subsistência das famílias, passou a compor os estabelecimentos habitacionais brasileiros como estratégias de subsistência, transplantando técnicas, saberes e espécies das culturas Afro-Indígenas (TOURINHO; SILVA, 2016).

Dourado (2014) ressalta o termo Quinta e Quintalão como próximos do termo Quintal, sendo o primeiro apreendido como chácaras e estabelecimentos rurais nos Açores indicando pomares de laranjeiras. O segundo é interpretado como grandes quintais/terrenos indicando terrenos cercados para atividades domésticas no Algarve. O autor apresenta então os quintais como elementos multifuncionais presentes nas habitações urbanas e rurais participantes da vida cotidiana das famílias. Conforme a acepção, o quintal pode “harmonizar as atividades relacionadas à manutenção da vida familiar, como o cultivo de espécies frutíferas, verduras e legumes, quanto às funções





derivadas do puro prazer, como o plantio de espécies ornamentais e flores” (DOURADO, 2014, p.86).

No entanto, segundo Almeida e Souza (2017), o elemento quintal está presente na história humana desde a formação dos primeiros assentamentos humanos, configurando-se como espaços ao redor das primeiras habitações onde ocorreu as primeiras domesticações de plantas e animais contribuindo para a primeira grande revolução agrícola, ocorrida no período neolítico. Os autores ainda ressaltam que o elemento Quintal pode ser encontrado em outras terminologias como os *homegardens* na literatura inglesa e os *pátios* na literatura hispânica.

Os quintais ganham diferentes nomenclaturas quando relacionados aos saberes populares e aos povos tradicionais como o termo “terreiro” em algumas regiões de Minas Gerais (PEREIRA, 2014), assim como na Amazônia. Nesta região, o termo apresenta-se como primeira figura da territorialidade ribeirinha, o “Sítio Ribeirinho”, o qual configura-se como elemento essencial para as comunidades. É de tal importância para a subsistência e reprodução do modo de vida ribeirinho que Loureiro (1992) apresenta-o como elemento chave do sistema roça-quintal-mata. Em seu estudo na comunidade de Ituqui na Amazônia, Adams, Murrieta e Sanches (2005) os descrevem com base em técnicas agroflorestais tradicionais, com a presença de *jirau* suspenso, cujos elementos servem de produção alimentar e contribuem para a segurança alimentar das famílias.

No período colonial, o modo de vida e a visão de mundo ocidental adentram as terras do continente desde então conhecido como América (TOURINHO; SILVA, 2016). Assim, a questão comunal sobre a posse da terra e a perspectiva europeia de quintal dividiu esse espaço em duas dimensões da vida social: a dimensão pública, externa, comum a todos e feito de forma extraordinária; a dimensão privada, íntima e doméstica, comum a poucos, feito de forma ordinária.

Tal pensamento influenciou na forma da divisão bem delimitada dos quintais na Europa. Cercados e bem delimitados, eram associados à vida privada das famílias, influenciando também na divisão social do trabalho (SAFFIOTI, 1976). Sendo o quintal espaço privado, caberia à mulher cultivá-los, pois estaria dentro da esfera doméstica, enquanto ao homem caberia os trabalhos públicos, fora da esfera doméstica. Essa divisão sexual do trabalho fez desvalorizar o trabalho doméstico e feminino, sobretudo a partir do século XVIII ao impor-lhe uma ideia de que o íntimo é vergonhoso e feio, precisa ser escondido e preservado (FOUCAULT, 1988).





O pensamento dual fez-se refletir na formação das casas urbanas no período colonial. Silva (2004) aponta a dualidade entre os quintais urbanos localizados nos fundos dos lotes e as fachadas das frentes das casas. Tal arquitetura demonstra a valorização e disputa pela saída às ruas e a característica doméstica, privada e íntima dos quintais, enquanto os quintais rurais se faziam como extensão da casa rodeando-a e ligando-a à produção agrícola. Nos argumentos de Dourado (2004), ao analisar o período colonial no Brasil, nota-se que o quintal, embora trazido pelos portugueses, sofreu influências indígenas e africanas; “nasceu simultaneamente com a casa e tornou-se parte inseparável dela”. Assim, o quintal apresentava dois tipos básicos em praticamente todas as regiões brasileiras. Na versão urbana, figurava sempre nos fundos, protegido no interior dos quarteirões. No modelo rural, envolvia geralmente a casa, criando um espaço de transição entre o edifício e as terras agricultáveis ou paisagens, nos arredores (DOURADO, 2004, p.86).

Da metamorfose cultural entre os europeus e os povos indígenas do Brasil, o elemento quintal destaca-se como importante instrumento de subsistência (TOURINHO; SILVA, 2016). Pode-se dizer que se constituiu como um dos poucos espaços da cidade onde podia-se circular os saberes, fazeres, religiosidades e práticas Afro-Indígenas, sobretudo pelas mulheres escravizadas, destinadas que eram ao trabalho doméstico.

Neste sentido, os quintais configuram-se em espaços de formação do que Toledo e Barrera-Bassols (2008) chamaram de Memória Biocultural. Os quintais são sistemas bioculturais complexos e sua dinâmica histórica revela espaços e territórios de resistência ao modelo homogeneizador e hegemônico dos modos de vida na modernidade (ALMEIDA; SOUZA, 2017).

Até o século XX o Brasil configurou-se um país eminentemente agrário e de expressão camponesa, tendo as cidades função de centros políticos de comando administrativo e comercial. Loureiro (1992) ressalta o caráter de ocupação na Amazônia colonial até a primeira metade do século XX, o qual se configurava pelo uso da terra através da posse, ou seja, o uso da terra raramente se dava pela propriedade privada tendo dessa forma o acesso livre aos povos e comunidades.

A partir do processo de restrição aos meios fundamentais para reprodução da vida, como a privatização da terra com cerceamento e expulsão dos povos camponeses impedindo os recém libertados do regime escravocrata de ocupar e reproduzir seus



modos de vida em terras produtivas (MARTINS, 2010), a dinâmica social brasileira passa a ser introduzida ao modelo de modernidade capitalista.

A grande virada da urbanização brasileira, no entanto virá com base na industrialização das cidades e da chamada Revolução Verde, ocorrida ao longo do século XX, que mecanizou o campo, provocando a intensificação da desigualdade e pobreza, forçando a migração para as grandes cidades, em busca da promessa por empregos e melhoria de vida (SANTOS, 1993), tal processo conduziu o fenômeno conhecido como Metropolização.

Em Belém/PA o processo de metropolização inicia-se com a construção da rodovia Belém-Brasília em 1966 e os projetos de agroenergético-mineradores empreendidos pelo governo federal na região em conjunto com empreendimentos privados, responsável pela migração de grupos do Centro-Sul e Nordeste do País e a migração regional, a qual consolidou o a metropolização da cidade da década de 1970 (TRINDADE, 2015).

O que se observa na formação das metrópoles como Belém é a importante presença de comunidades campesinas que procuram reproduzir seus modos de vida diante das condições materiais de existência. Loureiro (1992) ao discorrer sobre o sistema roça-quintal-mata revela as principais bases para a reprodução da vida de comunidades tradicionais da Amazônia, as quais são restringidas ao seu acesso, pois a mata, onde se coleta, caça e pesca é restringida pela degradação, poluição e desmatamento, enquanto que a roça é restringida pelo avanço do latifúndio e grilagem de terras, o quintal por sua vez, pode ser compreendido como uma das última figuras da territorialidade camponesa a resistir à modernização, ainda que também afetado, sobretudo na cidade pelo avanço da especulação imobiliária e adensamento urbano.

Compreende-se nesse caso, os quintais como um dos últimos refúgios dos saberes e fazeres tradicionais em espaços urbanos, sendo importantes pontos de partida para um giro decolonial na cidade, assim como patrimônios bioculturais multifuncionais que podem contribuir para outras lógicas de viver na/da Cidade.

Territorialidades dos cultivadores de Quintais da cidade de Belém-PA.

Como já mencionado anteriormente, o elemento do quintal, ao qual referimo-nos, trata-se de um sistema complexo de relações que se metamorfoseia diante dos contextos de estruturas, funções e usos, variando, portanto, de acordo com cada contexto situacional e o mundo da vida daqueles que cultivam tais espaços/lugares.



Holzer (2013), a partir de uma perspectiva fenomenológica, apoiado em Tuan (2011), Heidegger (1975) e Dardel (2011), correlaciona três conceitos ou essências espaciais, que ajudam nessa compreensão, que são: o mundo, o lugar e o território. O mundo corresponde a totalidade do experimentado humano, no qual cada indivíduo ao experimentar, produz o seu mundo particular e, portanto, sua geograficidade. O lugar corresponde aos mundos compartilhados e vividos, relacionando-os à individualidade e identidade, enquanto o território tem como essência a fronteira de alteridade. Nessa perspectiva, as microterritorialidades manifestas a partir da produção de lugaridades remetem ao conceito de quintal, compreendido como lugar/mundo compartilhado, que corresponde ao modo de ser-no-mundo daqueles que os cultivam.

A formação da cidade de Belém acompanha as transformações já dispostas na seção anterior, podendo ser dividida em três períodos (MOREIRA, 1966): a) Cidade Ribeirinha de 1616 até metade do século XIX; b) Expansão Continental, de metade do século XIX até meados do século XX, e c) Cidade Consolidada a partir de 1950. A quarta fase foi empregada por Trindade (1998) como Metropolização, iniciada na década de 1970 até os dias atuais. Nesta seção busca-se compreender como o elemento do quintal faz-se presente em cada período da cidade resistindo às metamorfoses do espaço.

As primeiras cidades da Amazônia foram fundadas pelos colonizadores ao longo das bacias às margens dos grandes rios, formando o tipo de ocupação que ficou conhecida como ocupação dendrítica (MOREIRA, 1966; GONÇALVES, 2017). A cidade de Belém possui relação especial com as águas, tendo o comércio e a vida social da cidade toda voltada para o rio, o que coaduna para que neste período a vida ribeirinha pulse nos arredores da cidade.

Nas casas portuguesas do primeiro núcleo ocupacional predominou-se a arquitetura colonial das fachadas construídas e os quintais ao fundo dos lotes (TOURINHO; SILVA, 2016), já nos arredores a arquitetura ribeirinha das palafitas tornava-se presente (MOREIRA, 1966). O sistema roça-quintal-mata fazia-se presente já que as trocas de mercadorias se davam através das drogas do sertão e produtos alimentícios como a farinha de mandioca, em troca de utensílios, combustível e outros objetos.

O extrativismo figurou predominante no período 'Cidade Ribeirinha'. Gomes (2018) ao discorrer sobre os ciclos extrativistas da economia amazônica revela a importância da mata nos séculos XVI, XVII e XVIII, através do levantamento dos



escritos dos principais viajantes naturalistas que narraram tais práticas. Conforme relatos daqueles viajantes, a economia extrativista das Drogas do Sertão promoveu e sustentou os aldeamentos das missões religiosas que homogeneizaram diferentes povos indígenas, produzindo assim uma massa sem nome e sem identidade, a qual se apelidou de “caboclos”. Tal grupo humano continuou a ocupar as terras, após a expulsão dos religiosos e fundação das vilas, consolidando, sobretudo em áreas de várzeas, o sistema já mencionado de roça-quintal-mata.

Nesse período a cidade de Belém tornou-se o principal ponto de saída dos produtos da floresta, expandindo-se em dois núcleos, a cidade e a campina (CRUZ, 1973), divididos pelo igarapé do Pirí. A partir de 1850, com o início da expansão continental da cidade e obras de aterramento dos igarapés (MOREIRA, 1966), principiou-se a descaracterização da cidade ribeirinha. Contudo, o elemento quintal na cidade de Belém, desde o período colonial ou da formação da cidade ribeirinha, consistiu-se em basicamente duas formas: o quintal ribeirinho e o quintal de influência lusitana.

Tourinho e Silva (2016) apresentam as modificações nas formas/funções dos quintais luso-brasileiros da cidade de Belém, tomando como as principais habitações urbanas as casas térreas, os sobrados e as chácaras. Silva (2014) ao analisar Cartas Régias do Brasil colonial, revela a importância dos quintais para a subsistência material e simbólica dos europeus recém-chegados. A fundação e arquitetura das cidades fundadas no período colonial, regidas e regulamentadas pela coroa portuguesa, apresentam os traços e características lusitanas provindas do continente europeu (REIS, 1978).

Em Belém, tal característica encontra-se fortemente marcada nas construções remanescentes do período colonial, a partir dos sobrados, casas térreas e chácaras. A arquitetura dessas construções distinguia a condição e posição social, sobretudo no que se diz respeito ao sobrado e a casa térrea. No sobrado, a parte superior, quase sempre de assoalho, alocava-se o patrão e proprietário, enquanto no térreo, de chão batido, alocava-se os escravos, os animais de tração, lojas e oficinas (TOURINHO; SILVA, 2016).

Outro espaço da casa que ficava no térreo, a cozinha, trabalhavam as mulheres escravizadas, as quais cultivavam os quintais com pequenas hortas e plantas medicinais. Relata Loureiro (2007) que, “o conhecimento dessas ervas foi, em grande parte, absorvido da cultura indígena e utilizado para cura durante longo tempo. Ainda hoje,



seu uso é comum em localidades em que o acesso a remédios e médicos não é fácil (p. 15).

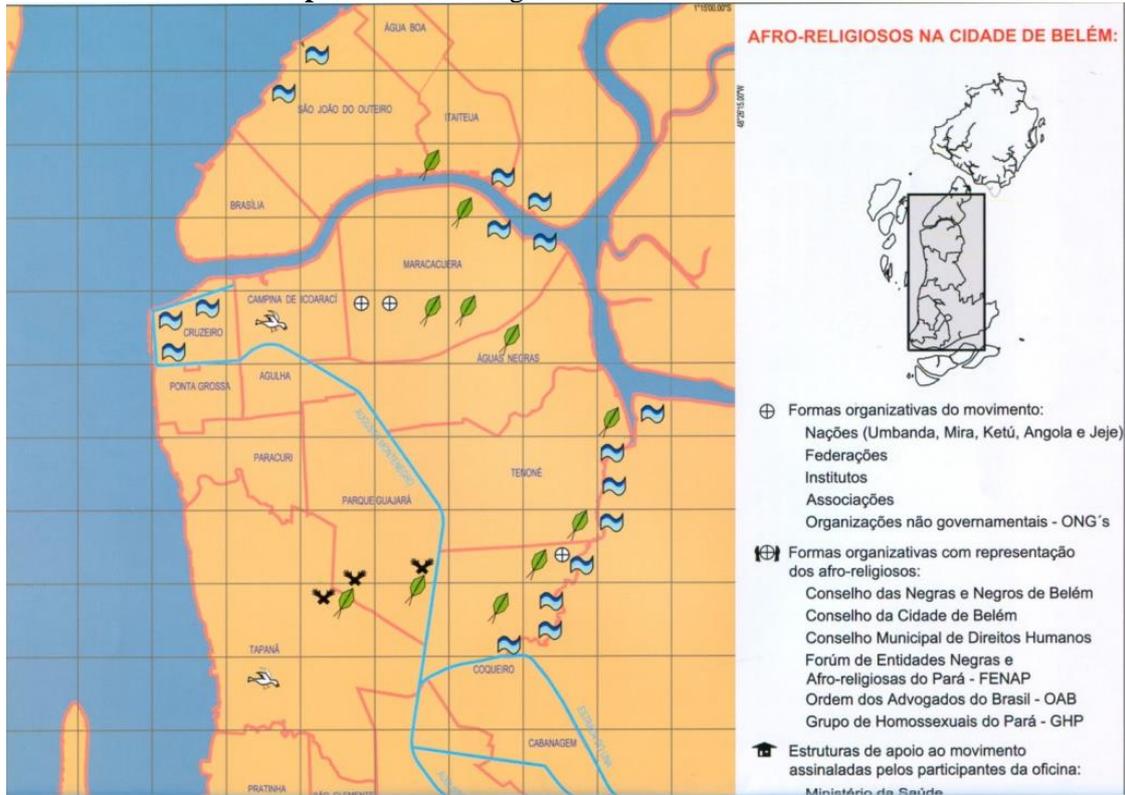
Para Reis (2015), os quintais, por estarem sempre associados ao trabalho doméstico e na relação com a natureza, constituíram-se em espaços/lugares de circulação de saberes e da resistência às violências interculturais e de gênero. Dessa forma, os quintais urbanos de expressão e caráter colonial de dominação, configuram-se como brechas no exercício do poder patriarcal e colonialista.

No sentido Foucaultiano do poder, os quintais podem ser observados como espaços heterotópicos pouco visíveis (FOUCAULT, 1995), porém, de fundamental importância para a reprodução da vida cotidiana das famílias, sobretudo no período colonial até o século XX. O processo de metropolização da cidade vem modificando essas funções e características desse espaço a partir do avanço da especulação imobiliária e do adensamento urbano (TOURINHO; SILVA, 2016; REIS, 2015).

Outra importante perspectiva de luta em quintais, diz respeito aos denominados terreiro e casas afro-religiosas, os quais apresentam no cultivo de ervas e plantas de cunho sagrado, o modo de ser-no-mundo de grupos étnicos marginalizados, que mantém suas territorialidades através de cultivos nesses espaços/lugares. Em Belém pode-se observar essas práticas, a partir do fascículo do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia em parceria com o Instituto Nacional de Tradição e Cultura Afro-brasileira – INTECAB-PA. Tais práticas culturais formam uma territorialidade específica em rede na cidade, como pode ser observado nos mapas a seguir:

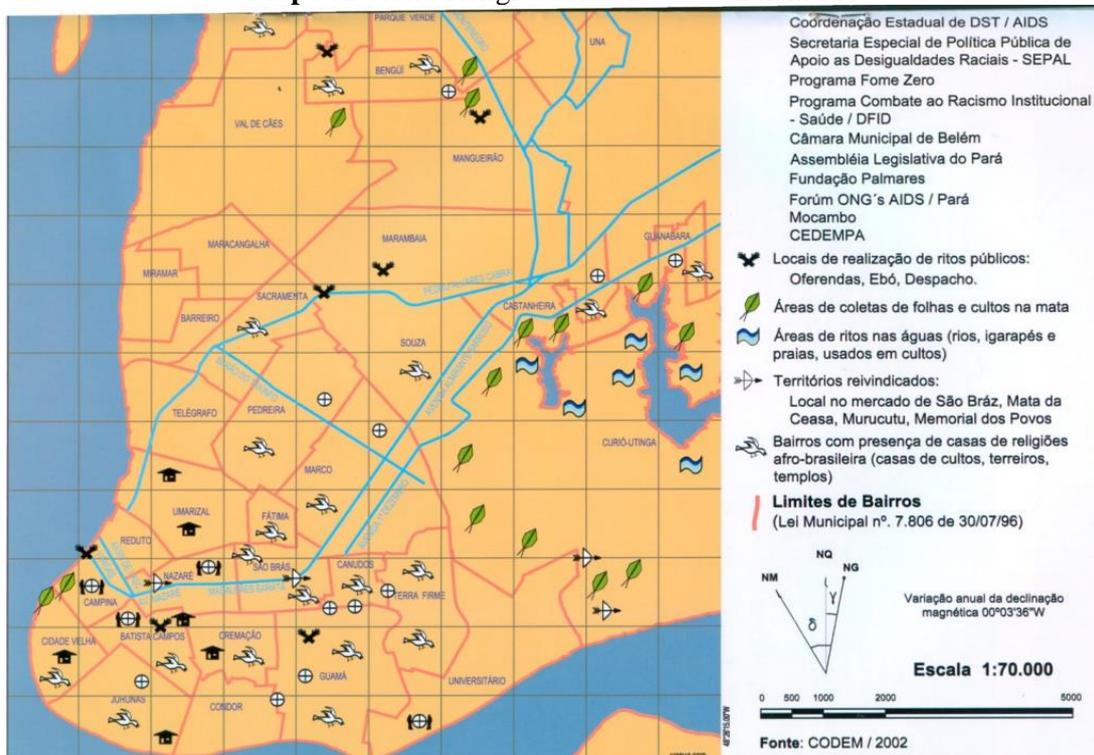


Mapa 01 - Afro Religiosos na cidade de Belém-PA



Fonte: INSTITUTO NACIONAL DA TRADIÇÃO E CULTURA AFRO-BRASILEIRA. Afro-religiosos na cidade de Belém 3. *Nova Cartografia Social da Amazônia*, Amazonas, 2017. p. 6. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/03-afro-religiosos-na-cidade-de-belem/>. Acesso em: 30 nov. 2022.

Mapa 02 - Afro Religiosos na cidade de Belém-PA



Fonte: INSTITUTO NACIONAL DA TRADIÇÃO E CULTURA AFRO-BRASILEIRA. Afro-religiosos na cidade de Belém 3. *Nova Cartografia Social da Amazônia*, Amazonas, 2017. p. 7. Disponível em:



<http://novacartografiasocial.com.br/download/03-afro-religiosos-na-cidade-de-belem/>. Acesso em: 30 nov. 2022.

Os movimentos ambientalistas urbanos, bem como os movimentos agroecológicos, de luta pelo direito à cidade, cada vez mais têm tomado espaços como os quintais urbanos e outras modalidades de Agricultura Urbana como objeto de suas mobilizações. Assim, os quintais e a agricultura urbana têm se tornado instrumentos de luta pela autonomia dos Povos, Segurança Alimentar, Direito à Cidade. É nesse sentido que Almeida e Souza (2017) discutem a importância dos quintais enquanto verdadeiros patrimônios bioculturais que resistem, sobretudo no meio urbano, como espaços de convívio, troca e mantenedores da diversidade biológica e cultural, além de servirem como instrumento para a reprodução de modos de vida tradicionais nas cidades.

O estudo realizado por Madaleno (2002) na cidade de Belém, revela a formação metropolitana da cidade, tendo como importante fenômeno a migração de povos e comunidades provindos das zonas rurais, quase sempre expulsos de seus territórios e/ou incapacitados da reprodução de suas vidas devidos impactos nos ambientes locais ocasionados por projetos minero-metalúrgicos-energéticos e agropecuários. Na Amazônia, as populações migrantes para as cidades provêm predominantemente do Nordeste do país e de comunidades tradicionais como povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros. São esses agentes sociais que a autora ressalta como os principais promotores de uma agricultura urbana desde o centro até a periferia da cidade de Belém, a partir da modalidade dos quintais nos quais “predominam as árvores de fruto. Mesmo em áreas onde a mancha urbana é contínua como em São Brás” (MADALENO, 2002, p. 99).

Pode-se inferir que a agricultura realizada nos pequenos quintais urbanos na cidade de Belém no período de sua formação metropolitana, resulta de processos migratórios ocorridos durante a expansão urbana. Tal prática veio a contribuir para uma complexificação da diversidade biocultural nos quintais, como pode ser observado ainda no estudo de Madaleno (2002), desenvolvido nos meses de março, junho, julho e setembro de 1998. O estudo foi apoiado por duas missões financiadas pelo Programa Praxis XXI, do Ministério da Ciência e da tecnologia de Portugal e pela Fundação Calouste Gulbenkian e teve como método a observação participante.

O referido estudo mapeou 36 bairros da cidade, sendo inquirida 555 famílias, o que corresponde a 0,21% do total de famílias segundo censo IBGE 1996. Como resultado verificou-se que “uma a cada três famílias em Belém produzia vegetais ou





criava animais dentro da cidade, sendo que a esmagadora maioria cultivava terras diminutas, em regra compreendidas entre os 51 e os 500 m²". Em suma os quintais seriam "uma reserva de vitaminas, de produtos vegetais frescos, de plantas condimentares cultivadas sem recurso a adubos químicos ou a pesticidas e herbicidas", além de plantas medicinais com papel medicamentoso e ainda fonte proteica, por meio da criação de animais, aos quais se recorria em situação de escassez (MADALENO, 2002 p.106).

Dessa forma, pode-se observar o quintal como elemento fundamental para a subsistência do cidadão belenense na virada do século XX para XXI. Entretanto, durante as duas primeiras décadas do século XXI o adensamento urbano avançou consideravelmente como pode ser observado na carta imagem a seguir.

Figura 2 - Carta Imagem de Belém-PA dos anos 2000 e 2020.



Fonte: Elaboração do Autor, imagens Google Earth 2000-2020.

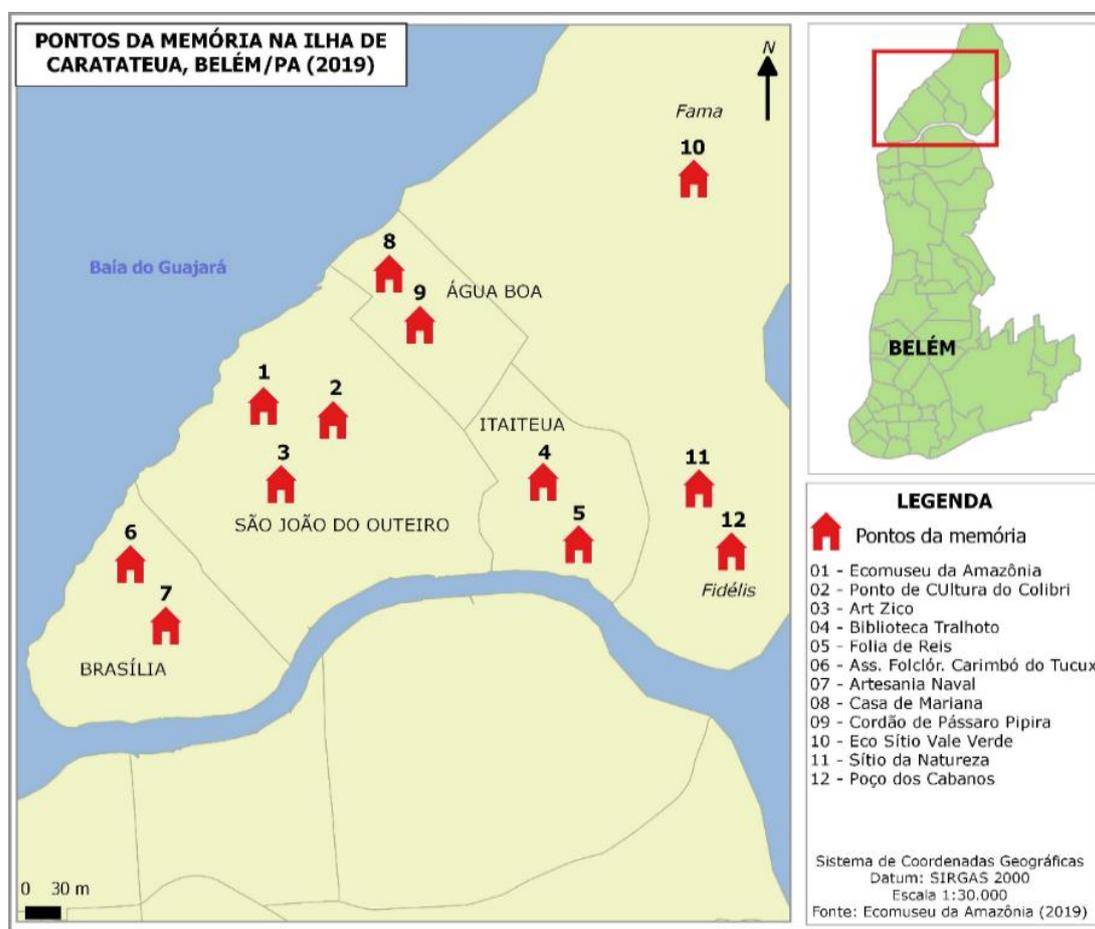
Contudo, a prática de agricultura em quintais urbanos vem sendo praticado em periferias distantes do centro urbano como enfatiza Honda, Gomes e Cabral (2016) em seu estudo dos quintais urbanos do Curuçambá no município de Ananindeua-PA, área metropolitana de Belém. Nessa mesma perspectiva, outros projetos têm sido retomados e revalorizados, como é o caso do projeto Quintais Produtivos Agroecológicos, coordenado pelo instituto Pobres Servos da Divina Providência em parceria com a Emater e a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. O projeto é desenvolvido no município de Marituba-PA, na região metropolitana de Belém e busca na produção de alimentos nos quintais, alternativa de combate à insegurança alimentar e nutricional, assim como produção de renda e o combate à violência urbana (SILVA, 2019). O projeto ainda busca desenvolver valores pautados nas práticas tradicionais resgatando a



relação do ser humano com os ciclos e leis da natureza, trazendo resultados terapêuticos de estilo de vida campesino dentro de um espaço compreendido como urbano e periurbano, reforçando a territorialidade campesina na cidade.

Na ilha de Caratateua, conhecida popularmente como Ilha de Outeiro, os quintais produtivos destacam-se por serem multifuncionais. Servem como pontos de cultura, por meio do projeto Ecomuseus da Amazônia, que em parceria com a Escola Bosque Eidorfe Moreira e o Projeto Roteiro Geo-Turístico – GEOTur da Universidade Federal do Pará-UFPA, elaboraram o primeiro roteiro Geo-Turístico da ilha dando destaque para os quintais como pontos de Cultura Popular (ALMEIDA; MARTINS, 2021).

Figura 3 - Mapa dos Quintais eco-poéticos da Ilha de Caratateua



Fonte: Elaborado pelo projeto Ecomuseu da Amazônia, 2019.

Os quintais das ilhas revelam uma sociobiodiversidade tradicionalmente passada de geração para geração que expressam territorialidades de diversos povos tradicionais da Amazônia. Outro aspecto de fundamental importância dos quintais na ilha Caratateua é o Museu “pequeno” ou “vivo” que carrega consigo a identidade social de seu povo, buscando organizar coleções com base em seus próprios critérios, revelando a tradição e





exposição dos usos sociais da vida cotidiana, pois expressa a historicidade da vida (ALMEIDA, 2017), tendo em vista o cultivo das plantas medicinais e ornamentais que guardam memórias e práticas milenares dos povos e comunidades tradicionais (COSTA et al 2021). Desse modo, poderíamos dizer que são verdadeiros patrimônios materiais e imateriais, além de contribuírem com a conservação do patrimônio genético pelo cultivo de mudas e sementes da Amazônia. Esses quintais conformam-se em espaços de reprodução da vida de grupos expropriados de seus territórios no campo, sendo instrumentos de resistência ao violento processo de modernização-colonizadora e da manutenção da existência de territorialidades teimosamente reproduzidas.

Ainda foi possível observar nos quintais da ilha de Carateteua diferentes territorialidades que se manifestam nos saberes tradicionais, a partir do cultivo de plantas medicinais, ornamentais e de cunho religioso, como pode ser observado no quadro esquemático a seguir.

Quadro 1 - Plantas cultivados nos Quintais e seus usos (Campo, 2021)

Utilidade	Plantas	Nome	Uso
Rituais e práticas religiosas		Alfazema (Lavandula angustifolia)	Banho de cabeça em crianças, é também remédio para gripes.
Remédios		Babosa (Aloe vera)	Hidratação de cabelo e expectorante





<p>Fins espirituais</p>		<p>Espada de São Jorge (<i>Dracaena trifasciata</i>) ca</p>	<p>Proteção</p>
<p>Ornamentais</p>		<p>Dama da noite (<i>Cestrum nocturnum</i>)</p>	<p>Ornamentação interna.</p>

Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

Segundo Furlan et al (2017) algumas religiões como o candomblé, tem nas plantas cultivadas grande dependência para a realização dos procedimentos religiosos. As plantas são empregadas em banhos, defumações, ornamentação e facilitadores do estado de transe. Todas essas relações constituem esses espaços/lugares que contribuem para a formação de outras territorialidades. A ancestralidade nos saberes e fazeres tradicionais, presentes nos relatos de M Santos e R Sousa, quando relatam as experiências de vida e conhecimento transmitidos por meio da ancestralidade, como os saberes das ervas e práticas da pesca artesanal expressam territorialidades que transbordam os limites dos quintais.

(...) Eu sou pescadora e marisqueira, aprendi a pescar com meus pais lá em vigia... aqui a gente pesca sirí e camarão, quase toda manhã meu marido vai pescar, como nosso quintal dá de frente pro furo ele vai... a gente pesca só pra gente mesmo, e quando dá muito a gente divide né, mas tem gente aqui na ilha que pesca pra vender... tem muita gente que vive disso (relato R. SOUSA, 2022).

(...) minha mãe me ensinou a fazer os banhos, e também aprendi com outras mulheres, a gente troca as coisas, e no meio da conversa uma ensina pra outra... faço chá de erva doce, de



boldo, de cidreira e tudo eu tenho plantado, herdei da minha mãe esse gosto por planta, e eu me sinto bem quando estou no meio delas (relato M. SANTOS, 2021).

A tradição pesqueira de R. Sousa e a condição do quintal das propriedades que permite contato com os ambientes de Terra Firme e Várzea constituí identificação com as práticas de povos ribeirinhos e de agricultura como podemos observar em seu relato. “*Eu me considero agricultora familiar, pescadora e marisqueira, eu cultivo frutas trabalho na criação e pesco e cato na maré (...) meu marido vai pelo menos duas ou três vezes por semana pescar camarão*” (entrevista com R. SOUSA, 2021).

As territorialidades ribeirinhas, quilombolas, de pescadores artesanais e outras estão relacionadas aos quintais, sítios, terreiros e outras denominações atribuídas a esses espaços/lugares. A continuação de tradições como o cultivo de plantas medicinais, da pesca artesanal, da sacramentalidade na lida com as plantas de cunho religioso, dos encontros culturais e familiares, denota a tais espaços/lugares como importantes elementos da formação de lugaridades e territorialidades no cotidiano, contribuintes efetivos de sociobiodiversidade e agrobiodiversidade, sobretudo em espaços urbanizados.

Considerações finais

Diante do exposto, observa-se a importância de se desenvolver estudos em torno do elemento do quintal como modalidade de agricultura urbana vinculada aos saberes tradicionais presente no cotidiano familiar desde os primeiros assentamentos e aglomerações humanas. Demonstra-se ainda a importância do elemento quintal para a formação das primeiras cidades brasileiras, servindo como instrumento de subsistência por todo o período colonial.

Outra relevante questão dos quintais brasileiros e amazônicos são as mudanças nas funcionalidades e equipamentos presentes em tais espaços, metamorfoseando-se em diferentes contextos geográficos e temporalmente situacionais. Desse modo permitem encontros interculturais e a formação de paisagens bioculturais.

Na cidade de Belém a especulação imobiliária e o adensamento urbano vêm sufocando os quintais urbanos, modificando-os para espaços vazios, áreas de lazer, ou simplesmente área de serviços, destituindo-os de suas funcionalidades básicas de segurança alimentar e dos encontros familiares. No entanto, organizações, movimentos e redes de associados, embalados pelos discursos ambientalistas e pelas lutas de gênero



e da autonomia dos povos, vem organizando propostas outras de viver a/na cidade, a qual o quintal apresenta-se como elemento importante do cotidiano de tais agentes e é central para a constituição de seus modos de ser-no-mundo, além de garantir alimentos nutritivos e saudáveis de baixo custo, e a diversidade biológica animal e vegetal.

Data de Submissão: 10/09/2022

Data de Aceite: 04/11/2022

Referências

ADAMS, C; MURRIETA, R.S. S; SANCHES, R. A. Agricultura e alimentação em populações ribeirinhas das várzeas do Amazonas: novas perspectivas. **Rev. Amb & Soc**, 2005, 8, 1-23. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2005000100005>. Acesso em: 17 jun. 2022.

ALMEIDA, A. F; MARTINS, M. R. Boas práticas em educação museal: Roteiro de memória do Ecomuseu da Amazônia na ilha de Caratateua, Belém, Pará, Brasil. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 34, n. 54, p. 14-28, 2021.

ALMEIDA, A. W. B. de. A historicidade da vida contra a museificação: os museus e os mapas nos “centros de ciências e saberes”. In: ALMEIDA, A. W. B. de; OLIVEIRA, M. A (orgs.). **Museus indígenas e quilombolas: centro de ciências e saberes**. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2017. P. 47-80.

ALMEIDA, E. D; SOUZA, M. O. **Quintais como patrimônio biocultural | QUINTAIS: Memória, resistência e patrimônio biocultural**. In: ALMEIDA, E. D; SOUZA (org.). Belo Horizonte: Ed. UEMG, 2017, pp. 13-29.

AZEVEDO, F. F de; PERXACS, H; ALIÓ, M. À. Dimensão social da agricultura urbana e periurbana. **Mercator**, Fortaleza, v. 19, 2020.

BEZERRA, J. P. **O papel dos quintais urbanos na segurança alimentar, bem estar e conservação da biodiversidade**. 86 f., 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

CARNEIRO, M. B; PEREIRA, L. A. G; SILVA, M. S. N. Desenvolvimento da agricultura em quintais urbanos. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 6, n. 10, p. 113-133, 2017.

COSTA, A. D. et al. A atuação dos quintais produtivos como r-existências territoriais. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 10, n. 22, p. 181-201, 2021.

CRUZ, E. História de Belém. Belém: UFPA. **Coleção Amazônica. Série José Veríssimo**. 2 v. 1973. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/89>. Acesso em: 19 dez. 2021.

DARDEL, E. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2011.

DOURADO, G. M. Vegetação e quintais da casa brasileira. **Paisagem e Ambiente**, n. 19, p. 83-101, 2004.



FERREIRA, L. B. et al. Etnobotânica das plantas medicinais cultivadas nos quintais do bairro de Algodual em Abaetetuba/PA. **Fitos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 220-372, 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/19257/3.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FERNANDES, E; NAIR, P. K. Uma avaliação da estrutura e função dos quintais tropicais. **Sistemas agrícolas**, v. 21, n. 4, pág. 279-310, 1986.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Tradução de Vera Porto Carrero. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-250.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FURLAN, M. R, et al. Reprodução de gênero no cuidado de quintal no Brasil. **Agroalimentaria**. v. 23, n. 45; jul./dez. 2017.

GARROTE, V. **Os quintais caiçaras, suas características sócio-ambientais e perspectivas para a comunidade do Saco do Mamanguá, Paraty (RJ)**. Dissertação (mestrado em Recursos Florestais) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GOMES, C. V. A. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 13, p. 129-146, 2018.

HEIDEGGER, M. Construir, habitar, pensar. **Teoria**. 5-6, p. 150-162, 1975.

HOLZER, W. **Sobre territórios e lugares**. Revista Cidades, v. 10, n. 17, 2013.

HONDA, Y. F; GOMES, S. C; CABRAL, E. R. Agricultura Familiar em área periurbana do Município de Ananindeua-PA: práticas e estratégias desenvolvidas. **Horizonte Científico**, v. 10, n. 1, 2016.

LOUREIRO, J. C. **Pelas entranhas de Olinda: um estudo sobre a formação dos quintais**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: Estado, Homem, Natureza. **CEJUP (Coleção Amazônia)**, Belém, n 1, 1992.

LUCCHESI, B. M de D. Permanências rurais no espaço urbano: cidade, natureza e sociedade em São Paulo a partir dos quintais populares. In: **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, v. 5, n. 9, p. 37-66, 2021.

MADALENO, I. M. **Cidade das Mangueiras: agricultura urbana em Belém do Pará**. Pará: FCG/FCT, 2002.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.



MEDEIROS, N. S de. **Quintais urbanos e a situação de (in) segurança alimentar de famílias beneficiárias do programa bolsa família, no município de Viçosa, Minas Gerais.** Dissertação (mestrado em Agroecologia) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2015.

MOREIRA, E. **Belém e sua expressão geográfica.** Belém: Imprensa Universitária/UFPA, 1966. 174p. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/88> . Acesso em: 12 dez. 2021.

PEREIRA, E. A. D. **As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas: Transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense.** Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso.** Rio de Janeiro (RJ): Contexto, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010, pp 73-118.

RANIERI, G. R; ZANIRATO, S. H. Conhecimento etnobotânico como patrimônio: os quintais urbanos nas pequenas cidades do Vale Histórico Paulista. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 49, 2018.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da arquitetura no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

REIS, W. C. F. O quintal e suas múltiplas funções na configuração urbana. *In*: **Simposio internacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socioambiental**, UCSA, Salvador-BA, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

SILVA, E. G da; PARAENSE, L. R. C; GUIMARÃES, R. R da C; SOUZA, A C de; RAYOL, B P. Dinâmica dos quintais agroflorestais na comunidade de Santa Luzia do Induá, Capitão Poço-Pará. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2016.

SILVA, L. O. Os quintais e a morada brasileira. *In*: **Cadernos de arquitetura e urbanismo**, v. 11, n. 12, 2004.

SILVA, J. R. S da. **Caracterização socioeconômica e ambiental de quintais urbanos em Marituba, Estado do Pará.** 2019. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Belém, PA, 2019.

TOLEDO, V. M; BARRERA-BASSOLS, N. **Memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais.** Editorial Icaria, 2008.

TOURINHO, H. L. Z; SILVA, M. G. A da. Quintais urbanos: funções e papéis na casa brasileira e amazônica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, p. 633-651, 2016.

TRINDADE JÚNIOR, S. C da. Assentamentos urbanos e reestruturação metropolitana: o caso de Belém. **GEOUSP Espaço e Tempo**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 39-52, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.1999.123318>. Acesso em: 13 dez. 2021.

TRINDADE JÚNIOR, S. C da. Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia. **Terra Livre**, v. 1, n. 26, p. 177-194, 2015.

TUAN, Yi-Fu. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista. **Geograficidade**, Niterói, v. 01, n.01, p. 4-12, 2011.



BORQUIANDO PELO RIO ANEQUARA: UMA CARTOGRAFIA SOBRE AS INFLUÊNCIAS DA PESCA NA LINGUAGEM DE RIBEIRINHOS NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA - PARÁ



BORQUING BY THE ANEQUARA RIVER: A CARTOGRAPHY ON THE INFLUENCES OF FISHING IN THE LANGUAGE OF RIBEIRINHOS IN THE MUNICIPALITY OF ABAETETUBA - PARÁ

MANUELLE PEREIRA DA SILVA³⁹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo cartografar como a pesca influencia a linguagem dos ribeirinhos e como essa nova forma de relacionar com o ecossistema pode ser expressa por meio da linguagem dos moradores do Rio Anequara. Como objetivos específicos foram delimitados: mapear os pontos em que as ocorrências linguísticas aparecem; Apresentar como a identidade dos ribeirinhos pode ser afetada pelo meio em que vivem. Para tanto, o referencial teórico está baseado principalmente em Souza, Souza e Veras (2019), que fala sobre os ribeirinhos, Stuart Hall (2006) e Bauman (2005), que discutem sobre identidade, além de Moser e Damke (2012) para falar sobre como a identidade influencia na linguagem. Como metodologia foi desenvolvida uma pesquisa de campo, com um morador da comunidade, que está em contato diário com a prática do borqueio.

Palavras-chave: Pesca de borqueio; Rio Anequara; linguagem ribeirinha.

Abstract

This work aims to map how fishing influences the language of riverside people and how this new way of relating to the ecosystem can be expressed through the language of the residents of the Anequara River. As specific objectives were defined: to map the points where linguistic occurrences appear; To present how the identity of riverine people can be affected by the environment in which they live. To this end, the theoretical framework is based mainly on Souza, Souza and Veras (2019), who talks about the riverside people, Stuart Hall (2006) and Bauman (2005), who discuss identity, in addition to Moser and Damke (2012) for talk about how identity influences language. As a methodology, field research was developed, with a resident of the community, who is in daily contact with the practice of borqueio.

Keywords: Borqueio fishing; Anequara River; riverside language.

Introdução

Este trabalho é uma pesquisa desenvolvida no Rio Anequara, comunidade ribeirinha, localizada no município de Abaetetuba-PA, sendo que a maior parte de seus membros fazem parte do sindicato dos pescadores, coordenados pela colônia de

³⁹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Cidades Territórios e Identidade, pela Universidade Federal do Pará - UFPA, campus de Abaetetuba. E-mail: manuellepereira795@gmail.com.



pescadores Z 14, portanto, têm suas principais atividades pautadas na pesca, seja com a captura de peixes ou camarões. Nesse sentido, ao falar da comunidade, é imprescindível apresentar a prática que é predominante: a pesca de bloqueio ou borqueio, como os próprios moradores a denominam.

O borqueio é uma tarefa masculina, mas que afeta todos os moradores da comunidade, pois não são apenas os pescadores que são beneficiados com ela. Dessa forma, no período em que a pesca está liberada, ela se torna a principal atividade econômica do Rio Anequara, e não apenas deste rio, mas das outras comunidades ribeirinhas e até mesmo da cidade.

Nessa perspectiva, considera-se que a pesca exerce forte influência sobre a linguagem que os moradores utilizam em seu cotidiano. Por ser uma atividade que acontece diariamente, são desenvolvidos muitos momentos de interação e, para que isso aconteça, são várias as construções linguísticas feitas pelos ribeirinhos. Nesse sentido, em alguns momentos houve a necessidade de se criar palavras e expressões que representassem aqueles momentos, para designar ações e instrumentos de pesca. Essa linguagem, usada pelos ribeirinhos, é bastante peculiar e faz parte de sua cultura e da identidade local, que se reestrutura e se firma com a necessidade de novas construções.

Para tanto, a questão que norteou este trabalho foi: como a pesca influencia a linguagem dos ribeirinhos? Isto posto, temos que como objetivo: cartografar como a pesca influencia a linguagem dos ribeirinhos e como essa nova forma de relacionar com o ecossistema pode ser expressa por meio da linguagem dos moradores do Rio Anequara. Como objetivos específicos foram delimitados: mapear os pontos em que as ocorrências linguísticas aparecem; apresentar como a identidade dos ribeirinhos pode ser afetada pelo meio em que vivem.

Como metodologia, foi desenvolvida uma pesquisa de campo com ribeirinhos moradores das ilhas de Abaetetuba-PA. Trata-se de um estudo de cunho descritivo e abordagem qualitativa, sendo realizado um questionário com quatro perguntas, que visam identificar como são desenvolvidas determinadas práticas, como a pesca por exemplo. Os colaboradores, são moradores da comunidade que sempre viveram no local. A partir das respostas obtidas, foi construído um quadro com as principais palavras e expressões usadas pelos moradores, em seguida, desenvolveu-se uma discussão que procura explicar como a relação deste com o meio interfere na sua linguagem e na forma como se comunicam com seus grupos.



Para mais, o trabalho foi dividido em tópicos, que discorreram primeiramente sobre o que são as comunidades ribeirinhas, tendo em vista que o trabalho se concentra em estudar estes sujeitos. Posteriormente, foi criado um tópico para discutir como a linguagem influencia na identidade dos ribeirinhos, abordando também a questão da variação linguística. Depois, serão tecidas considerações a respeito da metodologia usada na pesquisa, além dos resultados obtidos e as considerações finais.

O ribeirinho e sua relação com o rio Anequara

Este tópico tem a finalidade de apresentar quem são os ribeirinhos que moram no Rio Anequara, além de discutir sua relação entre si e com meio, apresentando suas principais ocupações, para que seja possível compreender como tudo isso vai influenciar a linguagem usada pelos moradores, tendo em vista que essa forma de falar é uma particularidade da população ribeirinha.

Figura 1- Localização do rio Anequara



Fonte: Google Maps, 2022.

O Rio Anequara faz parte de uma das 72 ilhas do município de Abaetetuba-PA, trata-se de uma comunidade ribeirinha, que tem suas principais atividades relacionadas com o curso dos rios. Como fica perceptível na figura acima, uma das fortes características das regiões amazônicas é que são cercadas por água. Nessa perspectiva,





nota-se que o rio se apresenta primordial para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, uma vez que é peça fundamental de todo o processo.

A comunidade é formada por homens e mulheres que usam a própria natureza como fonte de subsistência, sendo formada basicamente por pescadores, que usam de seu trabalho com pesca como forma de remuneração, mas também como manutenção de sua cultura e identidade. Dessa forma, é fundamental entender quem são os ribeirinhos que moram no Rio Anequara, para tanto, Souza, Souza e Veras (2019), apresentam uma conceituação bastante pertinente sobre o ser ribeirinho na Amazônia.

O termo “ribeirinhos” é utilizado para se referir àqueles que habitam as margens dos rios, no caso deste trabalho, os rios amazônicos. Eles não se definem como indígenas, nem como urbanos, são camponeses que escolheram o rio como meio de subsistência. O rio constitui a base de sobrevivência dos ribeirinhos, fonte de alimento e via de transporte, graças, sobretudo, às terras mais férteis de suas margens (...) (SOUZA, SOUZA e VERAS, 2019, p. 39).

Nesse sentido, percebe-se que os ribeirinhos que moram no Rio Anequara apresentam uma íntima relação com a natureza e principalmente com os rios, pois, usam como meio de subsistência, para realizar tarefas domésticas, preparo de alimentos, higiene pessoal, além de ser um forte aliado na aquisição de recursos financeiros. No entanto, é fundamental mencionar que, com o passar do tempo, o que era desenvolvido de maneira sustentável pelos ribeirinhos, passa a ser, muitas vezes, realizado de forma desenfreada, pois, muitos estão extraindo além do necessário, em detrimento do manejo sustentável.

Antigamente era comum ver os próprios moradores realizando suas tarefas em equilíbrio com o ecossistema, as coisas eram retiradas apenas para consumo próprio e o que era retirado, em muitos casos era devolvido. Agora, a visão de mundo que rege a vida de alguns ribeirinhos vem modificando-se, uma vez que, passaram a ter um olhar mais lucrativo, muito por conta de influências de empresas que vêm se instalando no município e implantando a ideia da lucratividade, do ter, do ser e do poder, o que é comprada por muitos ribeirinhos.

Nessa perspectiva, considera-se que o Anequara é uma comunidade tradicional situada às margens dos rios, localizada no Município de Abaetetuba-PA. Trata-se de uma localidade em que seus membros vivem um pouco mais distante da cidade, mas é uma localidade que está iniciando seu contato com os recursos tecnológicos. Com a chegada da energia na ilha, também possibilitou a implementação de redes de *internet*, por parte da população, principalmente os mais jovens.



Em relação à educação, existe apenas uma escola municipal, os professores e demais funcionários que atuam nesta esfera são todos da própria localidade, nasceram, foram criados e estudaram para atuar em sua própria comunidade. A escola também serve como local de funcionamento de um anexo de uma escola estadual, que atende do 5º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio. No entanto, os alunos que são responsabilidade da rede estadual de ensino, sofrem com muita precariedade no ensino, com falta de assistência e, principalmente, falta de professores.

No que tange à saúde, atualmente a localidade tem disponível uma Unidade Básica de Saúde, que funciona parcialmente. Tendo alguns atendimentos mais básicos por profissionais da área da saúde como enfermeiros e técnico de enfermagem, além de contar com um médico que consulta duas vezes na semana, assim, são supridas algumas necessidades dos moradores da localidade e de comunidades vizinhas.

Com relação à pesca praticada na comunidade, tem dois objetivos, que é a captura de camarão e de peixe. A primeira, que é feita com o auxílio do matapi, uma armadilha que é construída pelos próprios moradores; a matéria prima é obtida na própria localidade e são geralmente retiradas de palmeiras, sendo a principal conhecida na região como “miritizeiro”, de onde são retiradas as talas, que posteriormente será tecido em formato de armadilha para prender e capturar os camarões.

O processo de captura de camarão é predominantemente feminino, sendo realizado em algumas etapas: a primeira é feita geralmente no período da tarde, primeiramente é preciso construir a isca, que é chamada de puqueca e feita com uma mistura de dois ingredientes, que são o babaçu e farelo. Em seguida, é preciso iscar o matapi, ou seja, colocar a isca dentro dos matapis, para que o camarão, atraído pelo cheiro do alimento, seja capturado.

No finalzinho da tarde, os pescadores vão “sentar o matapi”, os matapis são organizados dentro das embarcações, um sobre o outro, cada matapizeiro tem o seu varal que fica na baía, assim, é depositado um matapi em cada vara. Os matapis são deixados na água e serão retirados no outro dia pela manhã bem cedo para “despescar o matapi”, quer dizer, retirar o camarão que ficou preso durante a noite.

Imagem 1 - Moradora despescando o Matapi na baía



Fonte: Autor, 2022

Algumas pessoas, despezcam seus matapis na baía e logo iscam para deixar para o dia seguinte, essa prática ocorre com matapi ficando no fundo, quando há a escassez de camarão na superfície da água. O destino do camarão depende muito, algumas vezes são vendidos na própria comunidade, são descascados para serem vendidos na comunidade ou são deixados somente para a alimentação familiar.

Imagem 2 - Moradora iscando o matapi na baía



Fonte: Autor, 2022.

No que diz respeito à captura de peixes, existem muitos tipos de pesca, entretanto a mais recorrente é a pesca de bloqueio (ou borqueio, como é denominado pelos próprios moradores). É a pesca que envolve o maior número de pescadores, e





mesmo as pessoas que não vão pescar também são beneficiadas quando pegam os peixes, pois a maioria das vezes é distribuído para a população.

De forma direta ou indiretamente, isso movimenta toda a população do rio, por isso ganhou grande proporção, tornando-se tão importante para o trabalho que aqui se apresenta, que visa analisar como esta atividade cotidiana pode influenciar na linguagem, identidade e cultura da comunidade, por tanto, será especificada mais adiante em um tópico futuro. Diante disso, faz-se necessário compreender primeiramente como essas identidades dos ribeirinhos são construídas e como a linguagem pode influenciar nessa construção identitária, que é o que veremos a seguir.

As identidades dos ribeirinhos construídas por meio da linguagem

É notório que os ribeirinhos, enquanto indivíduos pertencentes a uma comunidade, apresentam identidades entrelaçadas, tanto individual quanto coletivas, que são construídas por meio de suas relações com o meio e com os seres que estão ao seu redor. Além disso, é importante mencionar que a linguagem tem caráter fundamental nesse processo, pois auxilia no processo de construção cultural e identitária.

Nessa perspectiva, Bauman (2005), fala que é possível notar que a identidade também faz parte de uma manifestação e/ou representação de um povo, que serve como a voz de determinada comunidade, o que é geralmente empregado nas lutas sociais. A identidade serve como uma arma que os povos menos privilegiados possuem contra a parcela minoritária que detêm o maior poder aquisitivo. Ademais, o autor considera que as identidades são construídas e reconstruídas continuamente, encontrando-se incompletas.

Isso acontece porque os indivíduos têm uma obrigação ou uma necessidade constante de modificação e de definir suas identidades. Stuart Hall (2006), corrobora com as afirmativas feitas pelo autor, ao considerar que não existe um formato único de identidade, que se coloque como pronta e acabada, para o autor, a todo tempo estão ocorrendo mudanças que fazem com as concepções dos indivíduos também sejam modificadas. Essa mudança faz parte da identidade das pessoas, sendo algo que pode ser modificado, tal como afirma Stuart Hall em seu livro "Identidade Cultural na pós-modernidade".

(...) as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim



chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2006, p. 7).

Com isso, pode-se considerar que, como um típico sujeito pós-moderno, o ribeirinho não pode ser identificado com uma identidade única, pronta, mas sim com um ser humano que se encontra em processo de construção. Isso implica dizer que apesar de existirem características que fazem com que os ribeirinhos se assemelhem uns aos outros, também existem aspectos individuais que os diferenciam enquanto indivíduos. Por isso, é fundamental conhecer cada comunidade, pois cada uma apresenta suas especificidades, além de seus membros também.

Como apontado anteriormente, a linguagem é imprescindível nesse processo de construção da identidade, uma vez que "(...) a identidade é construída na linguagem, na interação do sujeito com seus interlocutores por meio do discurso, do simbólico [...]" (MOSER; DAMKE, 2012, p. 432). Assim, é possível dizer que, a linguagem utilizada pelos ribeirinhos, em muitos momentos é vista como menos privilegiada, no entanto, ela faz parte da cultura do deste povo e ajuda na construção de suas identidades, sejam uma identidade individual ou coletiva.

Desse modo, a identidade do sujeito se constrói a partir de sua interação na sociedade e mediada pelas práticas linguísticas, sociais e culturais. Por ser construída socialmente, é vista como transitória, passível de transformação e mudança e moldada pelas relações de poder e pela percepção dos sujeitos frente ao contexto sociocultural no qual estão inseridos. Sob este aspecto, podemos considerar que é na e pela linguagem que as identidades são construídas e reveladas [...] (MOSER; DAMKE, 2012, p. 429).

Nota-se que a formação identitária é fortemente influenciada pelas relações que o sujeito constrói ao longo de sua existência, além disso, o indivíduo pode apresentar várias identidades e usá-las de acordo com as ocasiões em que ele está envolvido, podendo optar por mais de uma, a depender do contexto. Nessa perspectiva, a linguagem apresenta-se com um papel fundamental, pois ajuda tanto no processo de escolhas individuais, como na própria construção das identidades que serão usadas. A linguagem também está atrelada à construção de identidades coletivas, tendo em vista que, para fazer parte de uma comunidade, em primeiro lugar deve haver comunicação entre os membros, que precisam se entender, e isso só é possível por meio da linguagem.

Ao afirmar que a identidade é construída socialmente e apresenta-se de forma instável por meio da linguagem, reiteramos que a linguagem não se presta a pura descrição da identidade, mas a sua construção. Nesse aspecto o conceito

de performatividade, pode auxiliar para não fixar as identidades, mas compreendê-las em sua dinamicidade (MOSER; DAMKE, 2012, p. 433).

Desta maneira, reforça-se a ideia de que a linguagem é fundamental na construção identitária e cultural sendo criada a partir das relações sociais, tanto com o meio como com as outras pessoas que convivem na comunidade, compartilhando experiências, construindo sentenças, assim compreende-se a linguagem não apenas como meio de propagação de conhecimentos, mas como construtora de identidade.

Conhecendo o borqueio praticado no rio Anequara para entender a linguagem dos moradores

O Rio Anequara é uma comunidade que tem suas principais atividades voltadas para a pesca, sendo o borqueio uma prática que ocorre semanalmente, exceto nos feriados e no período em que os peixes estão em reprodução. Dessa forma, a relação dos moradores com o meio ambiente, torna-se cada vez mais íntima, pois, dependem dos rios e da floresta para a maioria de suas tarefas.

Além disso, os ribeirinhos também apresentam uma linguagem bastante particular, na qual há muitas nomenclaturas que foram criadas ou adaptadas por eles, para designar coisas que fazem parte do seu cotidiano. Em muitos casos é influenciada pelas construções linguísticas desenvolvidas no contexto da pesca de bloqueio, pois é a prática mais recorrente na comunidade e envolve o maior número de pessoas. Nessa perspectiva, ressalta-se que será usada a linguagem que os próprios pescadores utilizam para referir-se à pesca, que é denominada por eles como borqueio.

Para tanto, este tópico visa apresentar como ocorre o borqueio, por meio das narrativas de um pescador que também é o líder de uma equipe de bloqueadores, portanto tem muitas experiências a serem repassadas. Nessa perspectiva será evidenciado a linguagem que ele utiliza para transmitir seus conhecimentos a respeito da pesca, descrevendo como ela é desenvolvida, além de reter muitos aspectos que estão ocultos e somente quem está naquele meio conhece, tais como procedimentos e perigos que esta prática desperta.

O informante se chama Gerson Rodrigues Ferreira, mas é conhecido na comunidade como Chico Preto, tem 49 anos de idade e sempre morou no Rio Anequara, local da pesquisa, atuando no borqueio desde sua infância. Foi escolhido por ser considerado o “dono da turma” além de exercer uma função primordial, que é o talero. No primeiro momento, acompanhava o pai e apenas observava como o trabalho era feito, anos depois, quando o pai ficou mais idoso e precisou deixar sua função, esta foi





atribuída ao filho, que atualmente coordena seu grupo de pescadores, como o “dono de turma”, desempenhando uma função que é imprescindível para que a pesca aconteça: a função de taleiro, que é a pessoa que coordena a equipe, utilizando sua tala⁴⁰ ou sonda para procurar os cardumes.

Imagem 3 - O pescador faz demonstração com a tala e a sonda



Fonte: Autor, 2022.

Na imagem 3 podemos ver o informante e os instrumentos de pesca, usados para procurar os peixes, que são a tala e a sonda. Ressalta-se a importância que o taleiro tem para que o borqueio aconteça, pois é ele, com toda sua técnica, que vai procurar os peixes e determinar o momento e lugar ideal para que sejam jogadas as redes. No entanto, antes de saber como ocorre a pesca de fato, é necessário entender quais são os instrumentos usados para que o borqueio aconteça.

(...) em primeiro lugar, nós temos que conseguir o aparelho da pesca, ou seja, o pretexo da pesca, que são essenciais, como redes, e depois do pretexo da pesca é preciso ter companheiros, homens, bastante homens, pai de famílias, por que é necessário ter bastante homens pra pescar no mar, posso dizer que um total de 21 homi, pra cada pretexo/aparelho de pesca... envolve o taleiro, no caso, que é quem procura o pescado, procura o pexi no mar, precisamos de casco, precisamos de assistente pra guiá o casco, precisamos de tala, precisamos de sonda, que é uma coisa que, pra muitas pessoas não tem nem importância, a sonda, alguém usa a sonda como um aparelho, né, que mede funduras e distâncias, nós usamos aqui, é uma sonda evoluída, no caso, nós usamos a sonda manual, chamada 1.0, marca usso, que se custura ropa branca, 100% algodão, e uma sonda de 350 grama, que é uma chumbada no

⁴⁰ A tala é um objeto bem estreito e comprido, feito de madeira, usado pelos pescadores para procurar o cardume de peixe no fundo do mar.





caso, que se procura o cardume de pexi, na fundura de 19 metro até 22 metro (...) (FERREIRA, março de 2022).

Nessa perspectiva, ressalta-se que o borqueio é o principal meio de sobrevivência da comunidade, pois, os borquiadores não pegam os peixes apenas para vender, mas também para consumo próprio, além disso, existe uma cultura de distribuição de peixes para as famílias, que mesmo quem não está participando diretamente nos cascos, mas se chegarem quando ocorre a distribuição do pescado, também conseguem levar seu alimento para a casa.

(...) quando as pessoas que tão fazendo puqueca, despescando matapi na bera do tocantins, aqui na costa marapatá, quando tão despescando o matapi que falo assim "olha tá borquiado a turma", as pessoas larga o seu matapi ou larga a sua rede na bera da costa da baía e encosta na ilharga do borqueio, então quando chega a hora da refeição, no caso, pegamos só o da comida, 5 basqueta de mapará, 5 vez 4, 20, dá 200 kilo de mapará, esse 200 kg é dividido em várias famílias, aí uma família tem 10 numa casa, tem 8, tem família que tem até mais, tem família que tem até 15 pessoas numa casa, então um traz e vai dando pro ôtro então chega na hora come 300 pessoas os 200 kilo de mapará, é isso que eu acho mais importante, a minha atração pelo borqueio é mais por que as pessoas come, se alimentam de graça (...) (FERREIRA, março de 2022).

Com as narrativas do pescador, fica evidente que quando ocorre a pesca do borqueio no Rio Anequara, não são somente os trabalhadores da turma que participam, é necessário que estejam muitas pessoas envolvidas no processo, pois, requer muito esforço físico, tendo em vista que as redes utilizadas na pesca são muito pesadas, ou seja, a pesca só acontece quando há a ordem dada pelo taleiro, tal como narra a seguir:

É muito bunito quando a gente vai pá baía né, e a gente vai coordenando esse grupo e vai ali, taliando e procurando mapará, e os homis vão lá nos casco, sentado remando, uns 100 metros longe, e lá uma hora Deus abençoa de encontrar o cardume, pá mandá borquiá, tem que suspender o remo e sacudi, no caso, por isso que o talero usa um reminho, tem que sê branco, pra enxergar a longa distância, então esse reminho é sacudido, ou seja, é feita uma menção com esse remo, a menção é pra esses dois casco que vem junto, se desaparterem e um vai pá isquerda e o otro pá direita, então faz um círculo no cardume, fecha e os dois casco encosta, então vai sê o trabalho, aquela função disisperadora, para o taleiro que está coordenando a turma de borqueio (FERREIRA, março de 2022).

Nessa fala, fica evidente o entusiasmo do pescador ao exercer sua função, que exige, ao mesmo tempo, dedicação, amor, paciência e cuidado. Além disso, nota que há todo um ritual com o remo, que é levantado, sinalizando que as redes devem ser jogadas, somente depois disso que os outros membros jogam as redes.

Imagem 4 - Trabalhadores dos cascos jogando as redes



Fonte: Autor, 2022.

Dentre as pessoas envolvidas, existem os “donos da turma”, os taleiros, as pessoas que conduzem os cascos com as redes, as pessoas que vão nos cascos e são responsáveis por puxar as redes com o peixe, os donos de barcos que rebocam os cascos, além de pessoas que chegam no momento em que já está acontecendo o borqueio. Todos que participam são importantes e cada um tem sua função específica e em alguns casos, como dos mergulhadores, não tem outras pessoas que possam lhes substituir.

(...) Quando abre o borqueio essas rede se abre e começa cá na água, pá e pá, pá e faz o círculo no mapará e faz o barulho daqui, a chamada carolina, caruca ou moponga, bate a caruca em peso ali ... o talero, no caso eu, entrar pra dentro do borqueio das rede, aí encontra lá dentro “tá aqui, tá aqui, fecha o casco, fecha o caso” e o pessoal fecha o casco “umbora lá pessoal”, faz o círculo, encosta casco com casco e joga ferro e começa mergulha, aí vai butando a tala lá dentro e vai procurando e o pessoal mergulhando “cadê parceiro?” “olha ainda não bateu na tala, mas tá aí”, tem os mergulhadô que tem experiência, logo diz “bateu em mim aqui, olha rapaz, não suspendo a rede, mapará tá aí, água tá clara” “tá aqui, tá aqui o mapará, graúdo, e bate água na cabeça, até os que não trabalha na torma pula pá água na cabeça, é impressionante, então vai se finalizando, os homi vão trabalhando no fundo, os mergulhador, e começo amarra os cabo, de cabo a cabo e tudo certo por que num pode dá esse cabo na rede diagonal, tem que ser horizontal, é uma ciência, que até nós que tá na pesca, às vezes eu fico pensando... então vão amarrando cabo a cabo e o que vem na cabeça, que é o chefe no caso, o que dá o cabo de cabeça, por que só é uma pessoa que faz a cabeça das rede no fundo que pá ela não ficá aberta, se não o mapará foge tudinho (FERREIRA, março de 2022).

Quando acontece o borqueio, todo mundo trabalha. Os componentes dos cascos da turma jogam as redes, uns remam, outros pilotam, tem os mergulhadores, os que vão nos cascos pequenos, que não são os trabalhadores da turma, mas que colaboram



ficando em círculo, segurando a beira da rede para que ela não afunde. Todas essas tarefas são de suma importância para que a pesca seja bem desenvolvida.

Imagem 5 - O círculo por pescadores feito com as redes de borqueio



Fonte: Autor, 2022.

Imagem 6 - O taleiro procurando o cardume dentro das redes



Fonte: Autor, 2022.

Como ficou evidente nas narrativas do informante, depois da etapa de realização do círculo feito para jogar as redes nas águas, ocorre a aproximação dos cascos, para que seja possível amarrar as redes e capturar os peixes que ficaram seguros nas malhas da rede. Além dos trabalhadores da turma, quando ocorre o borqueio, aparecem outras pessoas para ajudar a puxar as redes, que são extremamente pesadas e para conseguir seu peixe também, essas pessoas são chamadas na comunidade por guachelo, pois apresentam características de um animal como mesmo nome, que fica pelas margens do rio comendo camarão e peixes.





Imagem 7 - A aproximação dos cascos para retirada dos peixes



Fonte: Autor, 2022.

Com isso, compreende-se a importância dessa atividade, não só para o Rio Anequara, mas para as outras comunidades também, pois, isso envolve pessoas de várias localidades, em busca tanto de alimento como algo que lhe traga retorno financeiro. No entanto, devido à escassez do pescado na região, não é sempre que eles conseguem pegar os peixes, tem vezes eles retornam sem nada. Mas, quando o peixe é capturado, observa-se que o rio passa a ter uma movimentação diferente do habitual, pois a todo momento chegam pessoas com peixes em suas embarcações, sejam os trabalhadores oficiais das turmas ou sejam as outras pessoas que vão no momento do borqueio.

Imagem 8 - A movimentação do Rio Anequara em dia de captura de peixe



Fonte: Autor, 2022.

Apesar do borqueio ser um ofício que é imprescindível para a população, vale externar o grande risco que os borquiadores passam a cada exercício, principalmente quem desempenha a função de mergulhador, pois existe a possibilidade de não retornarem vivos do fundo do mar. Isso fica evidente na fala do colaborador, ao narrar os aspectos relacionados à pesca. vejamos a seguir o diz o informante a esse respeito:





E vamos chegando na parte dos perigo que essa pesca pode causar, eu quero dizer pra você, que vai ouvir a minha voz, quero dizer que essa pesca ela corre um risco de 80 ou 90% de morte, ela corre o risco do pescador que tá pescando conosco, ele desce ao fundo do mar e não buiá, com vida, por que esse trabalho nosso, se chama borqueio aberto, na nossa região aqui de Abaetetuba, Rio Anequara, em Cameté, foi criado, devida tanta mortandade que teve dos mergulhadores de rede aberta, eles transformaro a mesma turma, eles transformaro pá rede de puçá, que é a mesma rede aberta, mas não precisa do trabalhador descer no fundo do mar... por que é o perigo ? Por que quando tá no fundo, essas rede pesa toneladas e esses homi desse pro fundo do mar sem nenhum aparelho, no caso na nossa linguagi, eles desce só de cueca, sem short pra não impedir de ir embora pu fundo e agora sem nenhum aparelho (...) esses mergulhadores, eles consegue mergulhá, na nossa linguagi aqui, em 12 braça de profundezza sem aparelho nenhum, só com o ar do seu próprio pulmão, eles chego ficá no fundo com o ar do seu próprio pulmão, trabalhando no fundo, eles chego a ficar 1 minuto e 54 segundos, no fundo, se acontece alguma iscuisa, a gente fica inrascado lá (FERREIRA, março de 2022).

Mesmo sendo tão importante para os pescadores, eles têm total consciência dos perigos que correm, sabem que podem morrer no fundo, caso fiquem presos ou não encontrem as redes. Nessa perspectiva ressalta-se a visão defendida pelo pescador, que vai de encontro ao que os órgãos ambientais dizem, pois defende um outro tipo de pesca, que segundo ele é menos arriscada e apresenta a mesma numeração de rede, portanto pegaria o mesmo tamanho de peixes.

Além dos perigos que a pesca pode causar, também são narradas algumas situações que evidenciam como era a pesca antigamente, na qual era possível capturar uma grande quantidade de pescados, uma vez que ainda não existiam tantos resíduos e poluição de maneira geral, vejamos o que descreve o informante.

(...) na época era borquiado em 5, 6 metros, no máximo 8 metros, o pexi, o cardume aparava pra dentro dos rio, como aqui o nosso, Rio Anequara, ali boca do Augustinho, aqui boca do capuera, ali puço da Valéria, aqui o puço do Noberto, lá mais em cima, nas iscabecera do Anequara, puço do luciano, buca do Anequara, se borquiava aqui ... aqui no teu bisavô, chamava rego do Gonzinho, borquiava-se lá, 4 metro de profundezza, mapará buiado, na época ele ficava em pé, nessa maré que vai dá depois da manhã, dia de lua, aí ele ficava no meio das vara, ficava em pé ispiando lá, dava marisia na ilha, vu... vu... vu... aí eles sentia o choque, eles pulava, esturava cardumes intero, cardume de 6 tonelada, 5 tonela (...) o mapará não era como hoje, como depois de 90 pra cá, criaram-se um paneiro com o nome de balaio, em outra linguagi aturá, nessa época, o mapará era tão grande de tamanho, que era confirido em milhero, era vários homis confirindo, tinha que mete as prua das imbarcação pá ir cunfirindo, e o homi tinha que sê bom de matemática por que era vendido por milhero o mapará, por milhero, de 1 até 1000, quantos milhero pegava aquela imbarcação? 7 milhero, 8 milhero, 12, 13, me lembro, na época né, tinha São Francisco, um bote do Chico Preto, esse bote ele pegava 14 milhero de mapará, tinha socorrinha, do Valdumiro, ela pegava 17 milhero de mapará, poxa, tinha mapará, era mapará de kilo, de 700 grama, meio kilo era o menó mapará (...) o pessoal chegava, arriava dentro dos aguidá em cima do giral ou no assualho da casa pás mulhé fazê (...) (FERREIRA, março de 2022).



Nesta fala do pescador fica claro que no passado existia uma quantidade maior de peixes, que não era preciso muito esforço para procurar ou apreender os peixes, além disso, por haver uma grande quantidade, só eram retirados os maiores e por isso eram comercializados na feira por um preço bem acessível. No entanto, a seguir será possível verificar essa diferença, pois ultimamente está cada vez mais difícil de pegar os peixes, por inúmeros fatores que são mencionados pelo colaborador, sendo uma das principais questões a implantação de grandes empresas na região.

(...) Portanto, a chegada dessas empresas aqui na região, posso dizer que, acabou com o pescado, acabou, se vê que surgiu a Belo Monte em Altamira, no rio Chingu, alto amazonas, você vê que lá a piraiaba subia em cima da terra, vá lá agora e veja a calamidade que tá, o povo tá morrendo de cocera sem pele, vá lá, mas isso não passa na televisão, mas vai em Altamira, lá em Belo Monte, vá lá nessa usina que criaro lá (...) Hoje a poluição já chegou em todo lugá, com descida da bauxita, há uns 3 ou 4 anos, esse foi o término, acabou com tudo... você vê que água tá só uma tipitinga ...cadê o camarão que aqui a gente pegava aqui nos puço em cima da terra? Nós temo bem aí bem pertinho da vila do conde, onde afundo aquele navio com boi ... o que é que vai fica pra nós aqui, ante a gente saía pá gapuiá puço em cima da terra, dentro do garapé aqui, cadê os camarão? vai nos puço e vê se tem... aí no matapi se pegava camarão graúdo (...) (FERREIRA, março de 2022).

Nota-se na fala pescador que houve uma redução na quantidade de peixes que eram capturados na região, o que lhe fez deixar de pescar por um período de tempo por não existir mais uma quantidade suficiente para suas necessidades e do grupo coordenado por ele. De acordo com sua fala, isso ocorreu principalmente pela implantação de empresas como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, localizada em Altamira. Vale mencionar que, nos relatos acima, fica evidente que as empresas não precisam necessariamente estar instaladas muito próximo à região para impactar todo o território, no entanto, sabe-se que há um interesse muito forte por parte de empresários querendo se instalar em Abaetetuba, como é o caso do porto da Cargill, que se pretende instalar na Ilha do Capim.

Todas essas questões são colocadas como uma forma de alerta para a implantação de novas empresas na região, pois de acordo com o pescador esse impacto é visível a longo prazo e afeta não somente quem está por perto. Pois como se sabe, a região amazônica é cercada por rios, furos e igarapés, o que facilita a condução de rejeitos e outros materiais tóxicos ou que são prejudiciais aos seres vivos. Nessa perspectiva, é essencial mencionar que, com a escassez de peixes e camarões, os pescadores passaram a usar materiais planejados para pegar peixes e camarões menores, fechando as malhas das redes e buscando outros materiais para construir os matapis, que



irá se transformar em um problema a longo prazo, pois, com o tempo não haverá mais reprodução, como descrito a seguir.

(...) hoje teve que fecha a malha do matapi , pá pega um camarãozinho, pá mata o desejo de cumê camarão, por que o camarão quem é que não que comer o camarão? Até a pessoa que tá com uma cerorgia nova quer comer por que é um crustáceo chamativo... Cadê o nosso mapará ? cadê os filhote que era abundância, tinha mina, uma épica dessa em Abaetetuba nunca se chegou um peço de piraíba e filhote como tá hoje, hoje o próprio pescador, se ele não tiver pescando, ele tem de cumpra pra ele matá o desejo, num preço absurdo o quilo do filhote, sendo que nós era pescador e comia de graça, hoje nós é pescador e não come de graça (...) (FERREIRA, março de 2022).

É lamentável ver os relatos de um lugar em que havia peixes em abundância, agora já não ter como encontrar nem o suficiente para o próprio consumo, pois na maioria das vezes os pescadores saem com toda empolgação para a baía e retornam sem perspectiva nenhuma de futuro, sem nem ao menos levar a comida do dia.

Eles vão fugi pra onde a água é boa ... veja se aqui na região do tocantins você pegava pexi avortado, não pega... esses últimos ano ... agora, 2018, 2019, 2020, nós tivemos uma perca de 150 mil reais, por que essa descida da bauxita acabo com pexi, nós não tivemos mais o que pescá, nós fiquemo aqui encurralado de uma forma que, no meu caso, eu tive que pará de pescá um temo porque não tinha o que pescá, a água ficu cô de barro, parece condo se mexe um puço, só uma tipitinga né, que fica só o barro, eu tive que mudá, teve um tempo aqui professora, que eu passei criando galinha caipirão (...) (FERREIRA, março de 2022).

Fica notório que há uma diferença com a redução na quantidade de peixes que são capturados atualmente, sendo que o informante advém da chegada de empresas como as que fizeram com que os peixes migrassem em busca de sobrevivência, procurando águas limpas, o que não é possível na sua região. Vale ressaltar que, esses aspectos relacionados aos conhecimentos de pesca, a influência que o borqueio exerce na vida dos moradores do Rio Anequara, a linguagem utilizada no rio, tudo isso faz parte dos costumes, saberes e práticas, que determinam a identidade coletiva da comunidade, além de algo cultural da região ribeirinha.

A linguagem usada para tratar dos aspectos relacionados ao borqueio

Ao observar os relatos do morador do Rio Anequara, são identificadas algumas palavras comuns na localidade e que têm como principal meio de propagação as interações feitas durante o borqueio, pois é uma atividade que promove encontros regulares, portanto permite que compartilhem uma linguagem comum, bastante peculiar, característica principal das comunidades ribeirinhas. A seguir, consta um quadro com algumas

palavras que foram usadas pelo colaborador ao relatar suas experiências, sendo algumas usadas para denominar exatamente itens relacionados à pesca.



Quadro 1 - Palavras e seus os significados que foram citadas pelo colaborador

PALAVRAS USADAS PELO PESCADOR	SIGNIFICADO
Tipitinga	Água muito turva ou escura.
Carolina	Movimento de bater a água para que o peixe se prenda nas redes.
Caruca	Movimento de bater a água para que o peixe se prenda nas redes.
Moponga	Movimento de bater a água para que o peixe se prenda nas redes.
Encostá	Chegar próximo de algo.
Lharga	Perto.
Aguidá	Recipiente de barro, construído principalmente para retirada do suco do açaí.
Assualho	Chão das casas.
Giral	Objeto usado com a mesma finalidade das pias, mas é feito de madeira.
Inrrascado	Quando a pessoa está com problemas
Iscuisa	Coisas
Patetando	Distraído
Pretecho	Apetrechos
Tala/ talero	Objeto feito para que o pescador toque e identifique onde está o peixe
Sonda	Objeto feito para que o pescador toque e identifique onde está o peixe
Matapi	Objeto cilíndrico feito com material de retirados das palmeiras, usado pelos ribeirinhos para capturar camarão
Casco	Embarcação usada para transportar as redes de borqueio.
Dispescar	Retirar o camarão do matapi
Suspende	Levantar
Menção	Movimentação ou sinalização feita com as mãos.
Desapartarem	Soltarem-se
Umbora	Ir fazer algo
Butando	Colocar
Graúdo	Grande
Puqueca	Isca feita para pegar camarão
Iscabecera	Determinada região do rio.
Buiado	Na superfície
Ispiando	Olhando
Garapé	Igarapé
Gapuiá	Tipo de pesca
Puço	Poço
Mina	Algo em muita quantidade

Fonte: Autor, 2022.



Observando o quadro acima, é possível notar que existem palavras comuns, mas que passaram uma variação no momento da pronúncia, ademais, há palavras que são específicas da pesca e como o Rio Anequara é uma comunidade, a maior parte de seus moradores praticam o borqueio com frequência, essa linguagem muitas vezes ultrapassa o momento da captura de peixes e passa a ser usada no cotidiano, para descrever atividades semelhante à pesca. Muitas dessas palavras já sofreram variação, que depende de inúmeros fatores como a localização em que os falantes estão, o nível de escolaridade, sua profissão, entre outros aspectos.

Essa variação pode ser considerada por Souza, Jesus e Gomes (2013), como variação diastrática ou social, que se refere a fatores referentes à semelhança dos falantes e também com a organização sociocultural da comunidade de fala. Grupo social, idade, sexo e situação ou contexto social são fatores que estão relacionados às variações de natureza social. Pois, como ficou evidente, os informantes de mesma idade tendem a falar de maneira parecida. Além disso, cada escolha linguística feita pelos indivíduos, também evidencia sua identidade.

A linguagem contém uma série de escolhas sobre a forma de se representar o mundo, está ligada ao contexto cultural no qual se desenvolve, e é dentro desse contexto que a língua encontra sentido, significando o sujeito para o/no mundo social. Sendo assim, a cultura é o conjunto composto complexamente por representações de juízos ideológicos e dos sentimentos que são transmitidos no interior de uma comunidade (SANTOS, 2018, p. 61-62).

Com isso, entendemos que a linguagem usada pelo colaborador representa toda sua comunidade, uma vez que se trata de um aspecto identitário, é também uma forma de manifestação cultural dos povos e comunidades tradicionais, em que eles demonstram a maneira como foram ensinados, seus saberes e costumes. Nessa perspectiva, também é evidenciado que os saberes pelos quais a comunidade se pauta, se constitui como princípio organizador de sua territorialidade específica e modo de vida.

Nessa perspectiva, considera-se o ribeirinho não apenas como aquele ser isolado da sociedade, que fala “errado”, mas como agentes sociais que têm uma cultura própria por meio da qual se relacionam entre si e com o meio ambiente, construindo assim uma identidade coletiva. Desse modo, a pesca do borqueio e a linguagem usada pelos moradores fazem parte de uma característica comum, de uma identidade coletiva, que os identifica com traços que são ao mesmo tempo individuais, mas que se cruzam pelas individualidades do outro.



Considerações finais

Diante do que foi posto, ficou evidente que a prática do borqueio é a atividade com maior número de pessoas desenvolvendo, sendo algo que mobiliza o rio inteiro, pois, existem as pessoas que são os trabalhadores fixos das turmas, mas quando ocorre a captura dos peixes, quase toda comunidade se envolve. Com isso, pode-se dizer que ao longo da história foi se construindo, além da cultura, uma identidade das pessoas que moram no Rio Anequara, em decorrência principalmente, das experiências adquiridas com a transmissão oral, em que a cultura é passada para as diferentes gerações, sendo construídas por meio das interações interpessoais, nos grupos sociais. Ressalta-se que a identidade é construída por inúmeros fatores, que estão muitas vezes ligados à língua e suas múltiplas manifestações. Vale ressaltar que o texto apresenta as falas do pescador exatamente como foi capturado, por isso, é comum perceber nos relatos palavras com a escrita incorreta, segundo a regra formal da gramática, pois é dada a ênfase na forma com que o entrevistado fala.

Data de Submissão: 12/09/2022

Data de Aceite: 13/10/2022

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FERREIRA, Gerson Rodrigues. Entrevista concedida à Manuelle Pereira, pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios e Identidades. Em 01/03/2022.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP& A, 2006.

MOSER, Fabiana; DAMKE, Ciro. **A construção da identidade na e pela linguagem**. Revista Travessia, V. 6. 2012.

SANTOS, Ivonete da Silva. **A Identidade Linguística Brasileira em contato com o Português Europeu: a variação léxico-cultural**. Catalão, 2018.

SOUZA, Fabiana Ferreira de; JESUS, Luciana Martha Carvalho de; GOMES, Nataniel dos Santos. **A variação linguística e a norma culta**. Web-Revista SOCIODIALETO. Campo Grande, 2013.

FÓRUM SOCIAL PAN-AMAZÔNICO: PEDAGOGIAS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO

PAN-AMAZON SOCIAL FORUM: PEDAGOGIES TO POSTPON THE END OF THE WORLD



RAIUMUNDO ERUNDINO SANTOS DINIZ⁴¹

WEMERSON COSTA DOS SANTOS⁴²

Resumo

Este artigo enseja articular o Ensino de História com artesanias de práticas educacionais alternativas realizadas em encontros e processos formativos nos chamados “círculos de culturas” como parte da trajetória do Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA) Comitê Amapá. O objetivo é relacionar processos metodológicos, pedagógico e políticos adotados pelo FOSPA como a ecologia de saberes, voltadas ao “Bem Viver” em ambientes criativos não escolares com temas contemporâneos e da história do tempo presente. Para tanto, utilizou-se estratégias metodológicas qualitativas a partir de análises de registros dos círculos de culturas e da literatura e conceitos assentes na produção de Paulo Freire, Boaventura de Sousa Santos e Alberto Acosta, entre outros com potenciais dialogias ao Ensino de História. A análise conclusiva sustenta que é possível esperar por meio do FOSPA, lutas e resistência em tempos difíceis que corroem as relações humanas e delas com a natureza. Alude-se também a necessidade de maior apropriação e consolidação de práticas educativas em ambientes criativos não escolares em consonância ao ensino de História com aprendizagens escolares em perspectivas críticas.

Palavras-chave: Fórum Social Pan-amazônico; ensino de história; Bem Viver; círculo de cultura.

Abstract

This article aims to articulate the Teaching of History with crafts of alternative educational practices carried out in meetings and training processes in the so-called “circles of cultures” as part of the trajectory of the Pan-Amazon Social Forum (PASF) Amapá Committee. The objective is to relate methodological, pedagogical and political processes adopted by PASF with the ecology of knowledge, aimed at “Good Living” in non-school creative environments with contemporary themes and the history of the present time. For that, qualitative methodological strategies were used based on analysis of records of culture circles and literature and concepts based on the production of Paulo Freire, Boaventura de Sousa Santos and Alberto Acosta, among others with potential dialogues for the Teaching of History. The conclusive analysis argues that it is possible to hope through PASF, struggles and resistance in difficult times that erode human relationships and theirs with nature. There is also allusion to the need for greater appropriation and consolidation of educational practices in non-school creative environments in line with the teaching of History with school learning in critical perspectives.

Keywords: Pan-Amazonian Social Forum; history teaching; well living; culture circle.

³⁸ Doutorado em Ciências Sócio-ambientais e Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônico da Universidade Federal do Pará. E-mail: historiadiniz@gmail.com.

⁴² Graduando do Curso de Pedagogia na UNIFAP, Educador Popular desde 2003 na RECID - Rede de Educação Cidadã. Email: wpachamama77@gmail.com.



Introdução

A intervenção é histórica, é cultural, é política. É por isso que insisto tanto em que as experiências não podem ser transplantadas, mas reinventada.

(FREIRE, 2001)

Este artigo aponta os caminhos entrelaçados, a partir das fibras que tecem o Fórum Social Pan-Amazônico⁴³ (FOSPA) Comitê Amapá no sentido de identificar as práxis educacionais transformadoras de modo a analisar recortes artesanias de práticas educacionais alternativas voltadas a formação comunitária de educação popular articulada com diversos níveis de ensino/aprendizagens. O objetivo é anunciar a tessitura do esperar a partir de diálogos, relações, vivências de partilha de saberes e experiências e comparar concepções prático-teóricas de metodologias pedagógico-dialéticas educacionais que articulam os diferentes saberes e práticas utilizadas pelo FOSPA cujo horizonte é o “Bem Viver”⁴⁴ que se configura em um ambiente criativo não escolar. As análises de registros existentes que se referem aos círculos de cultura, por meio de literaturas, narrativas e ressignificações de conceitos, foram às fontes metodológicas qualitativas utilizadas para alcançar o objetivo deste artigo.

O presente trabalho também se fundamenta nos sentidos e direitos de dar vozes e escutas aos sujeitos como nos ensinam Paulo Freire, Boaventura de Sousa Santos e Alberto Acosta, entre outros. Em posição de protagonizar outros sentidos, vozes e outras escutas de encontro às metodologias meritocráticas, hierarquizantes, racionalistas e produtivistas no processo de ensino/aprendizagem escolar hegemônico.

Este evento-processo denominado “FOSPA” promove a troca de experiências, vivências para doar e receber, todas ponteadas numa trama de diálogos, reflexões, ações, amorosidade, conscientização e transformação do meu/seu/nosso mundo a partir da realidade concreta, o que dialoga com a educação popular.

⁴³ O FOSPA é uma rede de articulação, ou seja, um movimento de movimentos, de organizações e comunidades e o Comitê FOSPA/Amapá entende que é uma agenda porque se configura em diversas agendas políticas: das mulheres, jovens, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens/mineradoras e é um processo por sua própria criação e reconfigurado pelo Comitê Internacional de que é ao mesmo tempo um ponto de partida e de chegada.

⁴⁴ O “Bem-viver” torna-se conhecido no final do século XX e constitui-se a partir dos conceitos de *suma qamaña* e *sumaq kawsay* e cujo plano de vida fundamenta-se na vivência harmônica e integrada entre a sociedade e Natureza segundo a cosmovisão indígena dos povos andinos. Este conceito é amplamente estudado e pesquisado principalmente por autores como Alberto Costa, Humberto Vandembulcke, Eduardo Gudynas entre outros.



Trata-se de uma proposta de educação transformadora e que também faz parte da minha caminhada, do meu encontro com o movimento social e onde me reconheço como arte fundamental dessa transformação em prol do “Bem Viver”, fomentando o diálogo intercultural e decolonial⁴⁵ e a integração dos povos Pan-Amazônicos e andinos.

Este campo de pesquisa minado pelo ineditismo e ao mesmo tempo muito fértil para que se identifique dispositivos importantes para construção de outros processos educacionais, de reflexões de nossas ações cotidianas e interventivas, quando entendemos que estes pressupostos são a luz para a prática crítica-reflexiva-ativa e transformadora e que são primordiais para uma educação libertadora, como assinala Freire (2002). E a pedagogia como horizonte, a educação instrumento de libertação como sustenta Freire (2002), cuja reflexão sobre a força transformadora do homem social pensante, criativo e cuidante, é sim possível, apesar da concretude produtora e ativa das suas ações:

E é como seres transformadores e criadores que os homens, em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens-materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também as instituições sociais, suas ideias, suas concepções (FREIRE, 2002, p. 92).

É sensível e cientificamente possível, interligar os processos de escuta e observação ativa de uma pedagogia e educação, que me atrevo a chamar de *circular* existentes em espaços criativos não escolares como o FOSPA, por exemplo, como espaço de pesquisa deste trabalho, aos processos de pesquisa, sistematização e execução intrínsecos ao sistema ensino-aprendizagem formal.

O FOSPA, nos termos que justifica este trabalho, não configura um tema de investigação recorrente. Existem poucos trabalhos sistematizados e mais raro ainda são propostas de pesquisas e de extensão em cursos de graduação e pós-graduação. Dessa forma, parte-se da hipótese de que o FOSPA pode ser considerado um processo de ensino e de aprendizagem libertário.

Pretende-se aqui, apresentar o FOSPA, seus princípios e categorias teóricas para pensar novos instrumentos pedagógicos voltados para processos de ensino e de aprendizagem em ambientes de saberes criativos não escolares.

⁴⁵ Educação decolonial se volta para práxis educativa não apenas denunciadora, mas também de ressignificação de modos de vida, de pensar, com foco na transformação social e política de grupos subalternizados (negros, mulheres, homossexuais e outros sujeitos estigmatizados) com vistas à superação da hegemonia eurocêntrica e centrada em Catherine Walsh, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Arturo Escobar, entre outros.



Este artigo está estruturado a partir de três momentos: Primeiro a apresentação de um breve histórico do Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA). No segundo momento “princípios e caminhos metodológicos do FOSPA”. Em terceiro momento a “educação popular, comunitária e intercultural”. Em seguida os “círculos de cultura: ecologia de saberes e bem viver”. Por conseguinte, as considerações finais.

O Fórum Social Pan-amazônico

A Pan-Amazônia é uma região que compreende os países que têm floresta amazônica: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, abrangendo um território de aproximadamente 8 milhões de quilômetros quadrados (Figura 1). A imagem a seguir, apresenta dois grandes territórios destacados em dois tons de verde. O destaque em verde escuro abrange os países da Amazônia Internacional (Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, que faz parte de outro contexto político e o destaque em verde claro indica a Amazônia Brasileira também chamada de Amazônia Legal abrangendo os estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, mostrando que este território também perpassa pelo Cerrado e pelo Pantanal. A junção destes dois grandes territórios é chamada de Pan-amazônia e dela, por volta de 60% de todo território, está aqui em solo brasileiro.

Figura 1 – A Pan-amazônia



Fonte: Rede Eclesial Pan-Amazônica (2020).





A Pan-Amazônia é multicultural. Nesse território convivem culturas diversas, pessoas com modos diferentes de viver, com seus saberes e fazeres específicos, identidade e história particulares, bem como em relação à percepção de natureza. São povos do campo, da floresta, das águas e das cidades, povos originários, comunidades tradicionais, ribeirinhos, agricultores e uma infinidade de culturas que mantêm modos de vida alternativos ao sistema capitalista dominante.

Para garantir o direito desses povos e fortalecer sua articulação política surgiu em 2002 o Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA). A referida deliberação se deu por ocasião do 1º Fórum Social Mundial (FSM) realizado em 2001⁴⁶. Inicialmente o FOSPA foi pensado como um fórum regional temático, mas ganhou força de Fórum Social e se tornou uma importante plataforma na defesa e no cuidado dos direitos humanos, do território e da natureza Pan-Amazônica.

O FOSPA é Fórum porque é tecido numa grande rede articulada em uma dinâmica de diálogos permanentes em torno de ações conjuntas provocadas pelos sujeitos que a integram. É Social porque nos reconhecemos como uma diversidade de sujeitos coletivos com diferentes pensamentos e práticas que buscam a integração territorial e comunitária como fundamento do Bem Viver. É Pan porque engloba países e suas organizações que expressam a sua própria condição política e é Amazônico porque é nosso território e nossa identidade.

O *boom* da globalização hegemônica e a explosão do neoliberalismo delineiam este início de século na conjuntura deste espaço-tempo que atingem profundamente especialmente os povos originários da Pan-Amazônia. Estão extremamente ameaçados em seus direitos. Desta forma, coletivos se articulam e se mobilizam nos âmbitos local, nacional e internacional em lutas e resistências contra as violações e negações desses direitos, constituindo “uma das grandes novidades, no que se refere às ações coletivas de lutas e movimento sociais” (GOHN, 2010, p. 11).

Na incessante caminhada de contribuir para a (re) construção de sociedades para o “Bem Viver”, povos amazônicos e andinos, representando organizações, entidades, movimentos, coletivos, comunidades e povos indígenas dos 09 países que compõe a Pan-Amazônia que lutam contra o neoliberalismo, se envolvem e integram numa rede de articulação, diálogos e alianças, configurando-se em um espaço-rede, autônomo,

⁴⁶ O Fórum Social Mundial é uma iniciativa dos movimentos sociais em contraposição ao Fórum Econômico Mundial de Davos. Originou-se a partir do movimento zapatista na década de 1990 que configurou de modo global o movimento altermundialista.



temático para a afirmação de uma agenda comum e solidária para com o cuidado do território e da natureza: o Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA).

Nesse intercâmbio, cada um destes países apresenta contextos singulares, e no processo de interação de experiências descortinam que seus territórios sofrem com problemas muito semelhantes, por tanto convergem em demandas. Assim, apontam novos caminhos para o “Bem Viver” em articulação com toda a diversidade de povos, pensamentos e ações em torno da defesa e cuidado da Amazônia, que é a nossa “casa comum”, e que outra Amazônia é possível, urgente, necessária para todos os povos.

Segundo Vandenbulcke (2017), o Bem Viver, além de ser uma utopia, é também um projeto de vida baseado na harmonia entre natureza e sociedade como um todo. O pensamento fundante desta categoria segundo o autor, é indígena, precisamente dos povos originários do Equador.

Para Acosta (2016, p. 29):

O Bem Viver – enquanto filosofia de vida – é um projeto libertador e tolerante, sem preconceitos nem dogmas. Um projeto que, ao haver somado inúmeras histórias de luta, resistência e propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas.

O conceito de Bem Viver enquanto filosofia ancestral indígena vem sendo apropriada no tempo presente em alguns países da América do Sul, especificamente em países andinos e, para nós, amazônidas, é mais recente ainda. Está em permanente construção por instituições, comunidades, intelectuais e sujeitos engajados em vivenciar este modo de vida.

Acosta e Brand (2018, p. 137) comentam que:

Especialmente nos países andinos, o Bem Viver ganha cada vez mais adeptos, tendo sido incorporado pelas constituições do Equador, em 2008, e da Bolívia, em 2009, juntamente com as noções de plurinacionalismo, autonomia dos povos indígenas e direitos coletivos, entre outros avanços fundamentais.

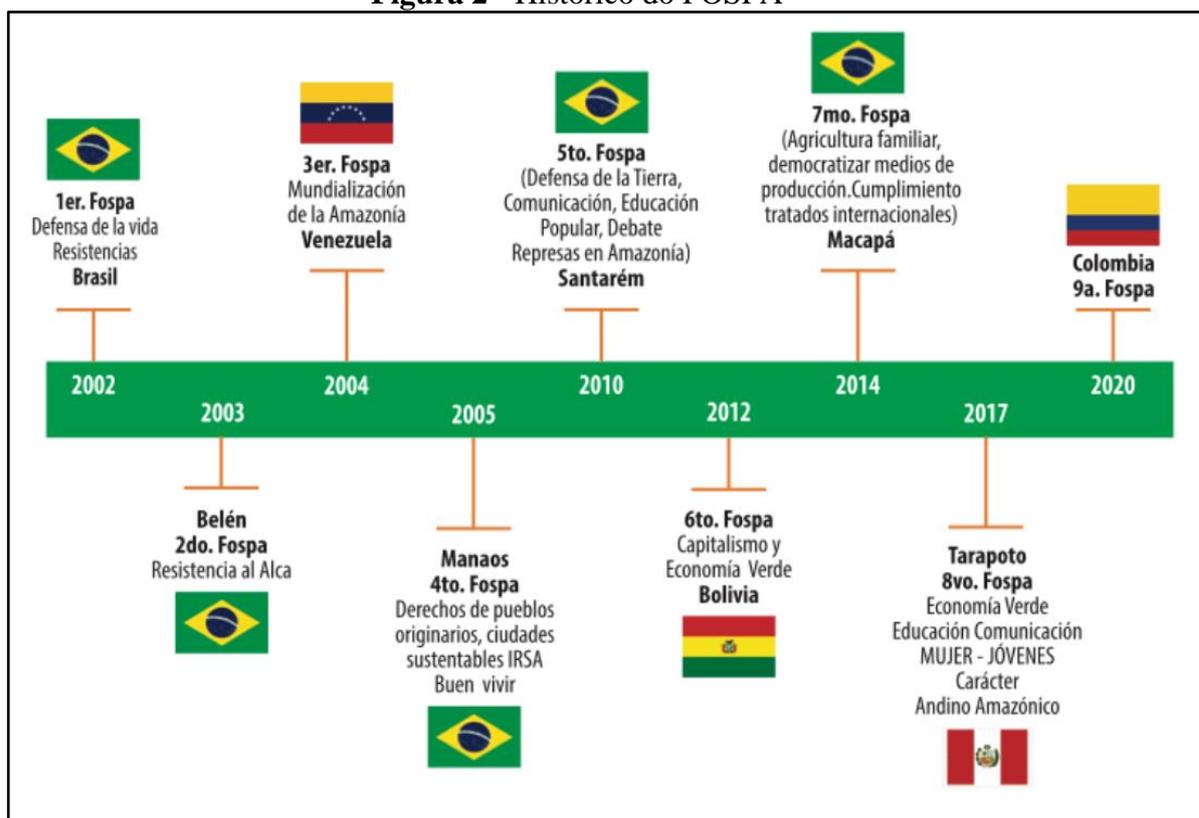
Alguns países andinos, além do novo constitucionalismo, também estão incorporando os princípios do Bem Viver em seus planos de desenvolvimento, como no caso do Equador que o rebatizou de Plano do Bem Viver, ressignificando o entendimento de desenvolvimento para um novo desenvolvimento ou pós-desenvolvimento, para usar um termo mais próximo do entendimento de Escobar (2005). No Brasil e particularmente no estado do Amapá, o Bem Viver é ainda desconhecida por muitos, pois os diálogos públicos acerca desta categoria são ainda



embrionários. O FOSPA é o principal disseminador desta filosofia de vida (ACOSTA, 2016) e ainda sonhamos com uma Universidade do Bem Viver Amazônica.

De 2002 a 2020, o FOSPA vem se tornando uma importante plataforma no sentido de descolonizar mentes e comportamentos (ROMÃO; GADOTTI, 2012), combatendo sistematicamente o famigerado sistema capitalista neoliberal (modelo de desenvolvimento) predador e patriarcal. Assim como todas as formas de exploração e discriminação, baseadas em etnia, identidade, território, natureza, raça e classe social, sempre em defesa dos direitos humanos, do território e da natureza (Figura 2). A imagem a seguir apresenta uma linha do tempo das edições FOSPA realizadas até o ano de 2020, apresenta resumidamente um panorama geral. Devido ao contexto pandêmico em que vivemos desde o último ano, a IX edição FOSPA 2020 ocorrida em Mocoa/Colômbia foi realizada em forma de Encontro Internacional Virtual.

Figura 2 - Histórico do FOSPA



Fonte: FOSPA (2021). Disponível em: https://www.fospabelem.com.br/pt_br/fospa-20-anos/. Acesso em: 20 dez. 2022.

O I FOSPA ocorreu no ano de 2002, entre os dias 25 e 27 de janeiro, na cidade de Belém do Pará. Os temas dialogados foram: 1) Internacionalização da Amazônia e resistência dos povos; 2) Ecossistemas amazônicos e alternativas de desenvolvimentos e; 3) Amazônia multiétnica e multicultural (FOSPA, 2022).





O II FOSPA também aconteceu em Belém do Pará no ano de 2003, entre os dias 16 e 19 de janeiro de 2003. Esta edição dialogou sobre o tema “Toda a América Contra a ALCA”, que também se caracterizou por um ato público chamado “Marcha dos Povos contra a Alca”. Esta edição cresceu e 10 mil pessoas participaram do FOSPA, com representação de movimentos sociais, grupos étnicos e identidades coletivas de toda Pan-Amazônia, além da Ásia, Europa e África. Logo após esta edição foi criado e incorporado ao FOSPA o Fórum da Selva Central do Peru e o Fórum Social Guianense da Guiana Francesa.

O III FOSPA acolheu o tema “Paz, Soberania e Igualdade”, ocorrendo entre os dias 4 e 8 de fevereiro de 2004, em Guayana, na Venezuela. Participaram desta edição cerca de 40 mil pessoas e contou com a presença de Hugo Chávez, na época já presidente da República Bolivariana da Venezuela e de Edmilson Rodrigues, então prefeito da cidade de Belém, Pará.

O IV FOSPA ocorreu em Manaus, no Amazonas, entre os dias 18 e 22 de janeiro de 2005. O tema dessa edição foi “Diversidade, Soberania e Paz”. A inserção de representação e participação da Guiana Francesa foi um marco nesta edição. Um grande ato público foi realizado em solidariedade a Guiana Francesa que ainda se mantém em contexto geopolítico de colônia da metrópole francesa. O então Conselho Pan-Amazônico (hoje chamado de Comitê Internacional FOSPA), decidiu que a 5ª edição do Fórum Social Pan-Amazônico deveria seguir para Caiena, na Guiana Francesa, o que não ocorreu. Especula-se que a articulação política, financeira e institucional não foi efetivamente possível para a estruturação e organização do evento. O FOSPA não se realizou nos anos de 2006, 2007 e 2008.

Em 2009, o Fórum Social Mundial (FSM) voltou a ser realizado no Brasil e também retornou a Amazônia, especificamente para Belém do Pará, entre os dias de 27 de janeiro à 1 de fevereiro de 2009. Esse fato também reanimou o então Conselho Pan-Amazônico a se rearticular e reorganizar o FOSPA. Neste contexto, em comum acordo os conselhos do FSM e do FOSPA, decidiram que o dia 28 de janeiro seria dedicado ao tema a “Pan-Amazônia e os 500 anos de resistência, conquistas e perspectivas afro-indígena e popular”.

O V FOSPA caminhou para Santarém, no Pará, adotando o tema “Uma articulação em defesa da Amazônia”. O evento ocorreu entre os dias 25 e 29 de novembro de 2010. A partir desta edição, o Conselho Internacional deliberou que as próximas edições do FOSPA aconteceriam em intervalos de 2 anos, intercalados ao



FSM. Há uma reorganização interna do Conselho Internacional quanto à criação dos Comitês Locais que passam a assumir a responsabilidade pela articulação necessária dos encaminhamentos de propostas, atividades autônomas, eixos, espaços de diálogos e iniciativas de ação entre cada edição do FOSPA. Essa movimentação local passou a ser denominada de Pré-FOSPA ou Pré-Fórum.

O VI FOSPA foi realizado em Cobija, na Bolívia, entre os dias 28 de novembro a 1 de dezembro de 2012. O tema dessa edição foi “A unidade dos povos da Amazônia para mudar o mundo”. O Conselho Internacional deliberou pela cidade de Macapá para sediar a 7ª edição do FOSPA.

O VII FOSPA aconteceu na cidade de Macapá, no Amapá, de 28 a 31 de maio de 2014. O tema do evento foi “No meio do mundo, os povos se encontram” e, a partir desta edição, a tessitura do trabalho de base, através das organizações e movimentos sociais, aponta caminhos e novos horizontes com o protagonismo dos comitês locais do Amapá em intercâmbio com o comitê local Belém do Pará.

A Rede de Educação Cidadã (RECID) a qual eu representei como gestor estadual, foi a principal organizadora local e mobilizadora - por meio da educação popular, das organizações e movimentos sociais. Também se juntaram a RECID na organização do evento a Fundação Lauro Campos, tendo à frente o seu coordenador técnico Luís Arnaldo Campos, e o Instituto Amazônia Solidária (IAMAS), com a representação do pesquisador Dion Monteiro, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) com a representação de Guilherme Carvalho. A Carta de Macapá marcou o evento. Foi reafirmada uma moção de apoio e compromisso com o povo guianense. A partir do VII FOSPA, o Comitê Local do Amapá passou a integrar o Comitê Internacional. Eu assumi a coordenação do Comitê Local do Amapá, função que exerço até os dias atuais.

O VIII FOSPA ocorreu entre os dias 28 de abril a 1º de maio, na cidade de Tarapoto, no Peru. O tema dessa oitava edição foi “Vamos ao chamado da floresta”, propondo uma forte articulação de todas as organizações envolvidas para voltar os olhos do mundo para Amazônia como fonte de vida e espaço chave na luta frente às mudanças climáticas. Em deliberação conjunta, a cidade de Mocoa, na Colômbia, foi escolhida para sediar a 9ª edição do FOSPA.

Devido a Pandemia do COVID-19, o IX FOSPA foi realizado de forma virtual de 12 a 15 de novembro de 2020, adotando o tema “Pela vida, defendemos a



Amazônia”. A Carta de Mocoa registra os principais encaminhamentos desta edição do FOSPA.

O FOSPA se consolidou como o principal evento dos movimentos sociais da Pan-Amazônia. Em sua trajetória possibilitou a formação de uma rede de articulação solidária em defesa da floresta, de seus habitantes e contra as “necropolíticas desenvolvimentistas”⁴⁷ impostas para atender aos interesses do mercado global, assente na história de violência do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado.

No percurso do FOSPA alguns princípios e categorias foram pedagogicamente internalizados são resultados de trocas de afetos, sentimentos, angústias, experiências de vidas, resistências das margens. São instrumentos de educação e de aprendizagem que mantém acesa a chama da resistência popular pela defesa da terra e do território, por valores ambientalistas, autonomistas, indígenas, comunitários e feministas (SVAMPA, 2019).

Em seguida serão analisados alguns desses instrumentos que se entrelaçam e instigam o pensamento alternativo de conhecer para esperar sob a abordagem educacional. O primeiro é a educação popular, comunitária e intercultural, assente na transversalidade da literatura de inspiração freiriana. O segundo é a ecologia de saberes, proposta pedagógica de Boaventura de Sousa Santos. O terceiro é o “Bem Viver”, de Alberto Acosta, campo político alternativo ao desenvolvimentismo neoliberal.

Princípios e categorias teórico-metodológicas da pedagogia do FOSPA

Lançar o olhar pedagógico nesta grande rede de processos que é o FOSPA, na tentativa de compreender, por meio da observação, da escuta, sistematização, intervenção e mediação dialógica e dialética, é desafiador levando em consideração o espaço geopolítico que ocupa e sobretudo a importância que tem enquanto uma categoria de luta e resistências dos povos das Amazônias. Analisar este espaço como um ambiente de ensino-aprendizagem da educação que traz na realidade dos sujeitos, as diversidades da realidade cotidiana, as especificidades do sujeito/educando e do sujeito-social, pressupõe que o campo acadêmico, deve se reinventar, de maneira que as propostas curriculares acerca destas questões traga de fato, o fazer da educação popular para dentro dos muros universitários.

⁴⁷ Metáfora em alusão as ponderações do autor camaronês Achille Mbembe (2014), com base em Michel Foucault sobre biopolítica analisa que o Estado administra a vida e a morte dos sujeitos a partir de uma tecnologia de poder que tem a raça como critério de seleção, corpos negros passam a ser alvos em relação a outros sujeitos.



Com o intuito de pensar a realidade, envolver didáticas e metodologias dialéticas capazes de dialogar com atual conjuntura educacional e com os sujeito/educando, sujeito/educador que cada vez mais são diversos, e principalmente pensar a descentralização do poder docente no sentido de não somente verificar ou transferir conhecimentos, mas pensar ferramentas, metodologias de ensino-aprendizagem transformadoras, com participação efetiva dos sujeitos pertencentes as comunidades de ensinosa/aprendizagens em espaços escolares e não escolares. É, verdadeiramente, o caminho criativo e sensível à compreensão de como pensar o sujeito enquanto sociedade, na construção de práxis de envolvimento do Bem Viver.

O FOSPA nos possibilitou refletir que, as instituições de ensino superior de um modo geral, e especificamente os cursos de Pedagogia, não estão atuando diante do novo que se anuncia no sentido de esperar comunidades e sociedade do Bem Viver, lembrando que não podemos falar dos rumos das instituições de ensino, sem olhar para seu processo histórico. Compreender a atual conjuntura do processo pedagógico nestes espaços, desde seu processo político, econômico, sujeito/educando, sujeito/educador, gestores da educação, corpo técnico e a sociedade é primordial para entendermos o alcance da universidade enquanto instituição de pesquisa e (des)envolvimento.

De que maneira se dá as relações entre instituições de ensinosa e as comunidades? Até onde as instituições de ensino interferem e/ou contribuem no processo educacional destas? Quais os interesses que envolvem o modelo atual de educação universitária? Qual o dever do Estado? Qual o papel da comunidade? Buscando analisar as relações de poder e as mudanças dos rumos ao longo da história, não repetir os erros da educação bancária, apontada por Freire (2002), que atende, somente aos interesses da classe dominante e do mercado, já seria um enorme passo às mudanças de paradigmas.

As universidades buscam um modelo de gestão social, ambiental, cultural, democrática, comunitária e popular, um modelo que nas últimas décadas vem sendo desejada. Embora ao que parece, na prática, sejam poucas as instituições de ensino sensíveis ao novo modelo, jeito de ser, pensar e vivenciar a educação, é um desafio a ser superado pela sociedade brasileira.

O processo de democratização política no Brasil é bem recente e a tão jovem democracia corre sério risco. Democratizar a educação requer uma maior vontade (participação) política da sociedade, numa rede articulada e fortalecida entre universidades e comunidades bem como uma ampla diversidade de sujeitos que lutam por uma educação de qualidade, libertadora e democrática que se deveria refletir nos



curtos e projetos de extensão, voltados a formação política de intercâmbio entre academia e movimentos sociais, academia e comunidades ribeirinhas e também entre comunidades quilombolas, que, no entanto, não ocorrem.

Antes mesmo de adentrar os muros da universidade, é urgente e necessário contextualizar, entender e escutar a comunidade como um ambiente orgânico integrado por pessoas que ocupam um território e que tem modos de vida diferentes dos nossos, embora estejamos irmanados por heranças culturais, e coexistimos dentro de uma mesma área biogeográfica, rural ou urbana, unidas por interesses comuns e participantes de questões gerais da vida em sociedade.

As comunidades amazônicas têm sido “des-envolvidas” e criadas por ação do Estado em processos políticos e/ou sociais, até empurradas por grandes projetos do setor privado, com medidas que aguçam em contradições sociais se ampliam a cada dia. O Estado capturado pelas elites econômicas cada vez mais encurrela e criminaliza a população pobre, subalternizada.

É visível a influência do capital imobiliário, uso de mecanismo de especulação que distancia este morador e/ou trabalhador para áreas cada vez mais distantes do trabalho, das escolas, hospitais, dos ambientes culturais próprios. Sem o mínimo de condições de infraestrutura coletiva como água, luz, saneamento, lazer, escola, saúde, transporte impossibilitando o sujeito/educando de estudar na sua comunidade.

Neste espaço FOSPA, foi possível tecer relações da escuta e vivências, numa rica e diversa experiência de ensino-aprendizagem que se retroalimentam e, neste tecer, pude observar o desejo latente de jovens e adultos em busca pelo conhecimento “da universidade”. A ecologia dos saberes na prática que emociona e que reafirma a essência do saber-fazer nos processos compreendidos de maneira simples e grandiosa ao mesmo tempo, refletindo o ambiente acadêmico nestas comunidades, as instituições de ensino, pode ser um lugar de alegria, partilha, escuta e troca de experiências.

Uma outra realidade Amazônida refere a estrutura, logística e as modalidades de ensino, pois nem sempre o sujeito/educando tem escolhas, o que significa a ida para instituição se dá pelo fato de a comunidade não possuir a oferta deste serviço. Seja de modalidade do ensino básico ou superior, provocando faltas constantes, em decorrência da falta de recursos para pagamento de ônibus, principalmente nas famílias numerosas. A mudança brusca de uma cidade para outra em busca de ensino de qualidade, pois reconhecem a importância da educação como uma prioridade, mas infelizmente, acaba se configurando um grande problema.



Educação popular, comunitária e intercultural

A educação popular, comunitária e intercultural está interligada e tem em seus diálogos a marcante presença de sujeitos historicamente oprimidos e excluídos. O FOSPA se alinha a esse anunciado em práticas educativas não alienantes e de aprendizados politicamente autônomos e inclusivos.

O movimento de educação popular surgiu em meados da década de 60, de processos organizativos de luta de base popular e se constituem em uma teoria pedagógica cuja a diversidade e interculturalidade são o alimento e os movimentos sociais os espaços dinâmicos deste processo educacional como corrobora Gadotti (2012): “Trata-se de um paradigma teórico nascido no calor das lutas populares que passou por vários momentos epistemológicos e organizativos, visando não só à construção de saberes, mas também ao fortalecimento das organizações populares” e também, um movimento rico crescendo em marcha para todas e todos – crianças, jovens, adultos e idosos que ia muito além da educação, apresentando a importância da cultura e seu papel pedagógico e de transformação da realidade social.

A década de 60 foi um período muito fértil e importante para os movimentos populares no Brasil em virtude de questões políticas e culturais demarcadas por mobilizações, organizações e articulações contra os regimes militares. Paulo Freire torna-se o principal expoente da educação popular a partir de propostas metodológicas de alfabetização através dos chamados Círculos de Cultura de Pé no Chão (GÓES, 2010).

Conceição Paludo também acrescenta que a educação popular, entre outros parâmetros importantes é também “uma proposta pedagógica, que sintetiza criativamente a direcionalidade e a intencionalidade do ato educativo, tendo por base a problematização, o diálogo e a participação” (PALUDO, 2005, p.10). Em concordância com a autora, a educação popular é uma práxis político-pedagógica que proporciona a construção de novos saberes a partir dos saberes existentes bem como, a transformação da própria realidade a qual estão inseridos os sujeitos-educandos e sujeitos-sociais.

Para Freire (1980) o homem é o verdadeiro criador de cultura a partir de toda experiência humana que lhe é permitida enquanto educação e esta relação intercultural, embora haja diferenças, é possível compreendê-la a partir dos diálogos interculturais. Neste sentido, a educação intercultural dialoga frente a convivência mútua entre as



diversidades culturais, entre modos de ser, viver e pensar e fazer diferentes e, assim como a educação popular, é uma educação democrática, dialógica e crítica-reflexiva.

Fleuri (2002, p. 139) comenta que “[...] na perspectiva intercultural os educadores e educandos não reduzem a outra cultura a um objeto de estudo a mais, mas a consideram como um modo próprio de um grupo social ver e interagir com a realidade”. Em complementaridade, Candau (2008) enfatiza que:

A educação intercultural aparece como uma perspectiva alternativa e contra-hegemônica de construção social, política e educacional, sendo complexa por estar atravessada por desafios e tensões, tornando necessária a problematização das diferentes práticas sociais e educativas (CANDAU, 2008, p. 2).

A interação entre educação popular, comunitária e intercultural amplia a visão de mundo dos sujeitos, bem como sua diversidade como ponto central dos diálogos entre elas, bem com a mesma condução pedagógica, de princípios e valores acordados sempre com a pluralidade e a diversidade, que são palavras-chaves do processo metodológico do FOSPA, assente em círculos de cultura.

Círculos de cultura: ecologia de saberes e bem viver

A partir desta relação, emprestamos de Freire (1980) os círculos de cultura, por entendermos que esta tecnologia social é, sobretudo, um método de estudo e vai muito além do aprendizado individual. É desta forma, o horizonte político-pedagógico e metodológico-organizativo dos Círculos de Cultura Cuidando da Amazônia, uma iniciativa de ação colaborativa e autônoma, sistematizadas pelo Comitê FOSPA Amapá, que iniciou em 23 de novembro de 2018.

Nesta caminhada de ação colaborativa, foram vivenciados até o mês de setembro de 2019, um total de 11 Círculos de Cultura Cuidando da Amazônia. Esta tecnologia social em defesa da Amazônia, atende ao chamado de uma agenda comum, a partir de um tema gerador identificado pela comunidade/coletivo/organização/movimento que solicita este espaço debate/diálogo.

Nós, educadores populares, comunitários, sociais, interculturais entendemos que a educação não está apenas relacionada a instituição Escola, em espaços educacionais formais. Compreendemos que há possibilidade de “educações”, em todo e qualquer espaço onde pessoas estão “politicamente disponíveis para a participação democrática”, como Freire (1980) menciona daquelas e daqueles que voluntariamente participam dos círculos de cultura enquanto espaço de promoção da cidadania.



Neste sentido, os Círculos de Cultura Cuidado da Amazônia, assim chamado pelo pertencimento e pela nossa identidade amazônida, se reconfiguram em um encontro de vidas, culturas, línguas, ritmos, saberes, sabores, fazeres, ancestralidade e modos de vida, embasados nas experiências dos povos da Amazônia e sua organização comunitária e cosmovisão.

Ainda sob esta perspectiva, os Círculos de Cultura Cuidado da Amazônia são espaços dialógicos e de oralidade, dinâmicos e representativos da força geradora dos encontros, diálogos e conexões entre consciências, da reflexão dos sujeitos sobre si, sobre a natureza, sobre nossa casa comum e principalmente, sobre a transformação deste para outro mundo melhor e possível. Reflete ainda, um legítimo espaço de formação política e cidadã, e dispositivo emancipatório da decolonização das mentes, da educação e dos territórios no sentido de considerar sobre como nos relacionamos com nossos ancestrais, com nossa identidade, com a natureza, com nossos territórios de vida e com o mundo.

São nesses espaços pelo qual perpassam as “educações” que iremos construir este saber/fazer. Aproximações com as instituições de ensino superior tem acontecido como estratégia de fortalecimento da importante retaguarda que esse segmento representa lutas e resistências (Imagens 1 e 2). No dia 12 de março de 2020, por mediação do Professor Doutor Marco Antônio Chagas do Programa de Pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP, Wemerson Santos (coordenador FOSPA/Amapá) e o convidado de honra, Pedro Ramos⁴⁸, carinhosamente chamado por companheiros mais próximos de “Mano Pedro”, num círculo de cultura específico para os mestrandos do programa em questão.

Imagem 1 - Círculo de Cultura – Dinâmica de grupo

⁴⁸ Pedro Ramos de Souza, fundador do CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas, ambientalista, ativista social e liderança histórica no Estado do Amapá. Atualmente é presidente de honra deste conselho, que compartilhou sua trajetória de vida e vivência nos movimentos sociais com os participantes.



Fonte: Atividade de campo (12 mar. 2020)

Imagem 2 - Círculo de Cultura – elementos simbólicos



Fonte: Atividade de campo (12 mar. 2020)

Esta metodologia revolucionária é um trabalho de organização de base onde não há hierarquia, não há um/uma sobre o outro/a outra, todos/todas estão juntos/juntas para desconstruir no individual e (re)construir nas mais diversas formas coletivas, transformações sistêmicas a partir do trabalho em grupo, diálogo, respeito e participação ativa e crítica.

Não existe uma programação antecipadamente sistematizada dos Círculos de Cultura Cuidando da Amazônia, a metodologia em si, já se constrói na própria curiosidade política do participante e na sua expressão cultural. Temas são debatidos a partir das iniciativas do coletivo, cuja mediação cabível ao educador/educadora é somente viabilizar uma melhor compreensão crítica da temática em roda, sempre considerando os aspectos político-pedagógicos e didáticos do processo como um todo.



Esta prática educativa de ecologia de saberes é um dos instrumentos analíticos das epistemologias do Sul, universo teórico-prático proposto pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos que assim o descreve:

A ecologia de saberes é uma das ferramentas que converte a diversidade de saberes tornada visível pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências num recurso capacitador que, ao possibilitar uma inteligibilidade ampliada de contextos de opressão e resistência, permite articulações mais abrangentes e mais profundas entre lutas que reúnem as várias dimensões ou tipos de dominação de modos diferentes (SANTOS, 2019, p. 59).

A ecologia de saberes é um dos alicerces do FOSPA ao romper com qualquer hierarquia que se estabeleça pela arrogância do conhecimento acadêmico que inferioriza outros saberes. No FOSPA se faz possível perceber os objetivos em comum de cada grupo social participante, assim como suas “ignorâncias”. Nesse sentido é possível pensar estratégias de fortalecimento de todos os movimentos sociais em torno de causas e agendas que possam ser promovidas juntas a partir de percepções em comuns, traduzindo-as em interculturalidade e ressignificando em lutas sociais.

É possível distinguir várias experiências de tradução intercultural em encontros do FOSPA que tratam da subjetividade do conhecimento e da ecologia de saberes, processo este que se filia a observação de Santos (2018) quanto a importância da retaguarda do conhecimento acadêmico para garantir a vanguarda das lutas sociais coletivas.

A pedagogia libertadora e a ecologia de saberes se aproximam das epistemologias do Sul e de “muitos outros conceitos que nos faltam ou que não sabíamos que existiam”⁴⁹. A educação neste espaço, sobretudo a educação popular é a principal combatente do epistemicídio⁵⁰ do conhecimento popular, cultural e político na sociedade neoliberal-capitalista e que resiste bravamente em seus processos organizativos.

A ecologia dos saberes se apresenta de forma democrática, horizontal. Existe uma consulta prévia às pessoas participantes sobre determinados diálogos que se fará presente neste espaço e cabe a nós, educadores populares, mediar à condução deste processo. Estes saberes estão presentes ali, porém, concordando com Couto (2011) revelando conhecimentos, artesanias, memórias de saberes próprios, antes

⁴⁹ Parafrazeando o escritor Mia Couto em referência ao conto “Línguas que não sabemos que sabíamos” (COUTO, 2011)

⁵⁰ “Fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc.” (CARNEIRO; FISCHMANN, 2005, p. 97)



invisibilizados como saberes. Agora, ressignificada, solidariamente na prática social sob uma perspectiva mais crítica a partir da ação interventiva do educador, num diálogo tênue entre o aprender e o ensinar, um novo jeito de pensar, novas propostas, novas leituras de mundo.

Considerações finais

O FOSPA se consolida como um processo alternativo de democracia participativa e comunitária na Amazônia. Em seus processos de ensino e de aprendizagem procura visibilizar sujeitos críticos, criativos, autoridades em seus saberes/fazer e são legítimos representantes da natureza e do bem viver. Estas reflexões teóricas são inovadoras ao Ensino de História do tempo presente, mas precisam ser compreendidas e problematizadas aos discentes/sujeitos históricos que interagem em suas comunidades e territórios

São formas de lutas e resistências fora do contexto institucional, a considerar que o Estado cada vez mais se alinha com o mercado em violências neoliberais que afrontam povos originários e ancestrais na Pan-Amazônia. Em sua natureza política, o FOSPA são novas alianças dos povos da floresta, do campo, do cerrado e das águas, identidades coletivas urbanas e rurais, coetâneas, que sustentam pautas relativas a vida e ao direito de existir e resistir. Estas unidades de mobilizações são necessárias para evidenciar alternativas do sul-global opostas ao capitalismo, colonialismo e ao patriarcado, originários do norte-global.

É também, um espaço fértil de estímulos convergentes que motiva ser-parte de um projeto para protelar a destruição da humanidade e/ou da natureza esperando rumo ao Bem-viver, refletindo sobre quais princípios de educação popular, comunitária e intercultural deveriam nortear o horizonte, bem como as ações cotidianas e interventivas em espaços criativos não-escolares. Estes pressupostos são a luz para a prática crítica-reflexiva-ativa e transformadora e que são primordiais para uma educação libertadora e grandes aliados às aprendizagens escolares criativas, que garantem a efetiva ação-reflexão-ação na prática e que, conseqüentemente se desdobram em reflexões, diálogos, práticas e transformações, tanto da realidade do outro, quanto a nossa própria.

Este artigo trouxe algumas insubordinações pedagógicas, entendidas como modos educativos de organizar a convivência coletiva e estimular aprendizagens libertadoras que permitem atuar em ambientes criativos não escolares e acreditar que o



docente com problematizador da história da humanidade, do ensino de História, pode contribuir para “adiar o fim do mundo” como expõe Ailton Krenak.

Data de Submissão: 14/09/2022

Data de Aceite: 24/10/2022

Referências

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**. Uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento**: saída do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo**: diferenças culturais e prática pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COUTO, Mia. Línguas que não sabemos que sabíamos. In: COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar**: globalização ou pós-desenvolvimento? Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 69-86. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624102140/8_Escobar.pdf. Acesso em: 07 jan. 2020.

FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). **Intercultura**: estudos emergentes. Ijuí, RS: Unijuí, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 26ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2012.

FOSPA – Fórum Social Pan-Amazônico. História Fospa. Disponível em: <http://www.forosocialpanamazonico.com>. Acesso em 19 fev. 2021.

GADOTTI, Moacir. Educação Popular, educação social, educação comunitária: Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. In: IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012. **Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária**. Disponível em: <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3909/2386>. Acesso em 11 set. 2018.

GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler**: (1961-1964) uma escola democrática. 3. ed. Natal: Palumbo, 2010.

GOHN, Mari Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade. In: 33ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu-MG, 17 a 20 out-2010. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



RECID – Rede de Educação Cristã. **Quem Somos?** Disponível em <http://recid.redelivre.org>. Acesso em: 20 dez. 2020.

PALUDO, Conceição. Educação Popular e Movimentos Sociais. *In: VIII Seminário Internacional de Educação*, FEEVALE. Novo Hamburgo, RS, 3-6, ago 2005.

REDE ECLESIAL PAN-AMAZÔNICA. **Pan-Amazônia**. Disponível em: <https://repam.org.br/>. Acesso em 10 jan. 2021.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul**. Coleção Antologia do Pensamento Social Latino-Americano e Caribenho. Volume I. Buenos Aires: CLACSO, 2018. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Antologia_Boaventura_PT1.pdf. Acesso em: 06 jan. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fim do Império Cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

VANDENBULCKE, Humberto. **Comunicar la esperanza**. ALER, Asociación Latinoamericana de Educación y Comunicación Popular. Quito, Equador. 2017.

CONFLITOS TERRITORIAIS E AMBIENTAIS NO MAPA DA CARTOGRAFIA SOCIAL DO SOFRIMENTO, FIXADOS PELOS GRANDES EMPREENDIMENTOS NO NORDESTE PARAENSE

TERRITORIAL AND ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN THE MAP OF THE SOCIAL CARTOGRAPHY OF SUFFERING, FIXED BY LARGE DEVELOPMENTS IN THE NORTHEAST PARAENSE



NELSON RAMOS BASTOS⁵¹

Resumo

Este artigo analisa conflitos territoriais e ambientais, envolvendo de um lado grandes empreendimentos do agronegócio e de outro, ribeirinhos assentados da reforma agrária no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Santo Afonso, ilha Xingu no município de Abaetetuba, região do Baixo Tocantins, Estado do Pará, Brasil. Para compreender as disputas e interesses em jogo, ancorou-se na etnografia, se cruzando com uma nova cartografia social do sofrimento, observados no cotidiano do mundo da várzea de ribeirinhos, pescadores e quilombolas entre os anos 2017 e 2019, utilizando aporte teórico da ecologia política e da antropologia, a partir dos estudos de Dardot e Laval (2017), e Almeida (2010). Os resultados apontam uma convergência de interesses entre os atores do desenvolvimento, que não dialogam com os interesses dos povos originários do lugar, tais como a edição de leis que tem como maiores beneficiários as grandes companhias do agronegócio mundial e grupos empresariais. Ao se territorializarem nessa região, tais companhias têm desestruturado o mundo social da várzea do estuário amazônico e colocado em evidência o antagonismo cada vez mais forte entre meio ambiente e estratégias de desenvolvimento em áreas da periferia do sistema capitalista.

Palavras-chave: Direitos territoriais; identidades coletivas; disputas cartográficas.

Abstract

This article analyzes territorial and environmental conflicts, involving on the large grain agribusiness enterprises and, on the other traditional peoples in the Agroextractive Settlement Project (PAE) in the municipality of Abaetetuba, region of Baixo Tocantins, State of Para, Brazil. Was anchored in ethnography, in intersecting with a new social cartography of suffering observed in the daily life of the floodplain world of riverside dwellers, fishermen and quilombolas, between the years 2017 and 2019, using theoretical support from political ecology and anthropology from studies by Dardot and Laval (2017), e Almeida (2010). The results point to a convergence of interests between the actors of development, who do not dialogue with the interests of the people from the place, such as the enactment of laws whose main beneficiaries are the large agribusiness companies worldwide and business groups. By territorializing themselves in this region, these companies have disrupted the social world of the lowland of the Amazon estuary and highlighted the increasingly strong antagonism between the environment and development strategies in areas on the periphery of the capitalist system.

Keywords: Territorial rights; collective identities; cartographic disputes.

⁵¹ Doutorando em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável - Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA/UFPA). Mestre em Cidades, Territórios e Identidades pelo Programa de Pós-graduação em Cidades Territórios e Identidades (PPGCITI/UFPA) (2019). E-mail: nelson55.doutorado.ufpa@gmail.com.



Introdução

Na região do Baixo Tocantins, nordeste paraense, grupos sociais autodeclarados por ribeirinhos, pescadores e quilombolas, constroem secularmente resistências coletivas na várzea⁵², com suas práticas e formas próprias de existências são anexados às crises alimentares e climáticas, experimentando profundas modificações que remetem às questões territorial e ambiental (MARIN, 2015). Em maior parte, são ocupantes de extensas áreas ecológicas, ricas em biodiversidade, que corresponde à várzea estuarina amazônica, sobre a qual se debruçam técnicos e diversos estudiosos para interpretar as novas contradições de acumulação capitalista, por “terra, trabalho e territórios” nessa etapa de expansão local/global na Amazônia brasileira (ACSELRAD, 2017).

Esses fatos não são isolados, eles se conectam à geopolítica global dos recursos territoriais em terras tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais⁵³ especialmente na várzea litorânea do estuário amazônico. Grande parte da diversidade biológica e sociocultural, que aí se encontra, nos últimos anos vem sendo dilapidada, devido a diversos tipos de pressões. Destacam-se aqui aquelas advindas dos grandes empreendimentos desenvolvimentistas, os quais expressam a nova forma do capitalismo conexcionista ou capitalismo rizomático como denominam Boltanski e Chiapello (2009, p. 371), promovendo assim, uma forte tensão “entre o próximo e o distante, o local e o global”.

A causa não é outra, se não a grande demanda mundial por *commodities*⁵⁴ agrícolas e minerais, que por sua vez, passam a segmentar os processos de mercantilização de bens de uso “comum” anexados aos mercados globais, constituídos na contradição de uma eficiência capitalista de poder, que controla e desestrutura os mecanismos fundamentais do Estado nacional, tornando-o um aliado (DARDOT; LAVAL, 2017, p.145).

No caso em tela, desde a década de 1980, tem-se a presença de obras de grande infraestrutura, muitas vezes estabelecidas pelo Estado. O Estado é também o ator, que

⁵² Parte dos dados apresentados neste artigo, resulta de pesquisa empreendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades-PPGCITI/UFPA, para a elaboração de dissertação de mestrado do primeiro autor, e de pesquisa do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA.

⁵³ Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuidores de formas próprias de organização social, ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BR, Decreto 6.040/2007).

⁵⁴ É uma palavra em inglês, que significa mercadoria. São considerados também produtos de origem agropecuária e de extração mineral em estado bruto.



nessa região do Baixo Tocantins, nos anos 2000, estabeleceu a política de demarcação da área de várzea pelo governo federal, através dos Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), a fim de realizar reforma agrária em áreas de várzea nas ilhas de Abaetetuba, na região nordeste do Pará, citadas na Constituição Federal de 1988 como propriedade da União. Nesse contexto, destaca-se o PAE Santo Afonso na Ilha Xingu, uma das setenta ilhas que compõem o arquipélago.

Na formalização do PAE Santo Afonso, foi criado e institucionalizado oficialmente um documento denominado Plano de Uso (PU) dos recursos naturais. Este documento orienta a proteção e preservação do território de uso coletivo, onde foram assentadas inicialmente, 180 famílias, reconhecidas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), (DOU, 30/11/2005, p. 110).

Junto a estas políticas, um recorte territorial foi delimitado pelo Instituto de Terras do Pará – ITERPA e Fundação Cultural Palmares (FCP), que delimitou e reconheceu o território quilombola Nossa Senhora do Bom Remédio nas margens do rio Assacu, que compreende quatro comunidades auto identificadas como quilombolas na referida ilha.

O conflito se estabeleceu quando empresas privadas adquiriram lotes dos assentados no PAE Santo Afonso, e posteriormente repassam a uma grande empresa, a fim de construir um porto para transbordo de grãos, fato evidenciado pela publicação de um EIA/RIMA em nome da norte americana Cargill Agrícola S.A., no ano de 2017.

O interesse em estudar essa temática surgiu após o desastre ambiental que ocasionou o derrame de rejeitos de minérios na área do complexo industrial Vila do Conde, no vizinho município de Barcarena, em 2017, afetando os ribeirinhos de ilhas próximas, assim como aqueles do arquipélago de Abaetetuba. Na realidade, os constantes danos ambientais oriundos do referido complexo industrial têm afetado e ameaçado a vida desses grupos humanos, especialmente na Ilha Xingu, os quais têm reagido utilizando diversas estratégias.

O objetivo geral deste artigo é refletir sobre o conflito socioambiental do qual emergem práticas emancipatórias de ribeirinhos e quilombolas que reivindicam direitos territoriais, enquanto povos que habitam comunidades tradicionais no município de Abaetetuba, que se verificam no jogo das relações de poder econômico e político local.



O mundo social da várzea e as identidades coletivas

A várzea é um cosmo em miniatura, onde há uma dinâmica própria de vidas conectadas por ecossistemas insulares, estuarinos e marinhos. Entretanto, não podemos falar da várzea do estuário amazônico, tão somente como um ecossistema formado pela “dinâmica das marés” (LIMA, 2001), pois a relação homem natureza estabelece uma dinâmica social e ambiental, que engloba uma textura social e ecológica complexa, que conforma uma sociobiodiversidade singular, onde a hegemonia das águas condiciona a vida social, econômica, cultural e ambiental dos povos que aí vivem, configurando um mundo social específico na perspectiva do comum e do coletivo.

Nas palavras de estudiosos, a várzea é “um fenômeno natural que sofre influência de fatores hidrográficos, climáticos, edáficos e florísticos” (BENATTI, 2016, p. 19), sendo que, especialmente no estuário Amazônico, apresenta características específicas, “constituídas por dinâmicas de fluxo e refluxo das marés, que são elementos dominantes em sua hidrografia” (LIMA, 2001, p. 37). A hegemonia das águas na bacia Amazônica, além de constituir fatores ecológicos de sobrevivência com a sociobiodiversidade, propõe novas dinâmicas de autoafirmações territoriais por identidades coletivas.

De acordo com a perspectiva de Almeida (2008), sobre os coletivos que têm se organizado em torno reivindicações socioterritoriais, constituem “identidades peculiares (seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombola, ribeirinhos, pescadores artesanais), e correspondem a “territorialidades específicas”, com uma maneira própria de ser e existir. Tal forma de se relacionar com os recursos destoa da visão dominante sobre uso de recursos naturais e assim, conformam a resistência territorial (ALMEIDA, 2008, p. 146), à medida que surgem novas formas de uso nesse ambiente.

O elemento identitário traz consigo, o dado ambiental. Esse processo ocorre por exemplo, com mulheres artesãs de cuia das Ilhas Xingu e Quianduba, os taleadores⁵⁵ pescadores artesanais, além dos ribeirinhos e quilombolas, que no exercício das mobilizações constroem consciência de si. A igreja Católica com suas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), incentivou a criação de outras organizações, destacando-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT-Guajarina) e o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA).

⁵⁵ Considera-se aqui o taleador, como um pescador detentor de saberes sobre a localização e o volume dos cardumes de peixes nessa parte do baixo Tocantins.



A representação, objetivada em movimentos sociais consolidam territorialidades num processo de afirmação anterior ao território (ALMEIDA, 2008). Trata-se de uma relação simbólica de respeito aos bens naturais, somada a suas formas de existência que constituem uma territorialidade específica, manifesta pelo pertencimento. É assim que eles se contrapõem a forças exógenas que ameaçam a vida cotidiana, no sentido de mostrar o território como um espaço de vida, como expõe o ribeirinho Mário:

Território pra nós, da nossa comunidade, é tudo. Significa resistência, sobrevivência e sem esse território nós não somos nada. Pra nós, ir viver noutra território, é acabar com a nossa cultura, então nós não queremos que a nossa cultura seja destruída. Nascemos, nos criamos e estamos até hoje resistindo, há mais de duzentos anos! Por que eu falo há mais de duzentos anos? Porque veio muitas gerações antes de nós e nós estamos sobrevivendo através dos nossos avôs, pai até hoje. Então quando se fala em Território, significa tudo: é nossa sobrevivência, é nossa cria. Pode viver no outro, mas a gente não vai saber sobreviver como a gente vive aqui dentro do nosso, com a nossa cultura de pesca, com a nossa cultura de plantio, de criação e a nossa própria cultura da nossa comunidade, que tem várias denominações: Evangélica, Católica. Então, por isso que a gente luta e a gente usa até o símbolo da Resistência. “Resistir até o fim e não perder esse Território”. (Douglas M. Furtado, liderança comunitária, entrevista, janeiro, 2019).

Ao vincularem suas existências em torno do território da várzea, esses coletivos intensificam as disputas territoriais e os debates em torno da temática ambiental, fazendo emergir uma forma de resistência (SCOTT, 2013), que nesta situação, é atribuída à autoafirmação identitária, identidade esta que rompe com estigmas coloniais (ALMEIDA, 2008, p. 80). Quer dizer, ao resinificarem conceitos naturalizados e homogeneizados, como o de território, reivindicam o direito de permanecer na várzea pelo reconhecimento de pertencimento étnico.

Nesse processo, ressemantizam o termo “ribeirinho”, definindo-o não apenas enquanto habitantes das margens dos rios, mas agentes sociais portadores de direitos territoriais e de cidadania, construindo na várzea, um “território ribeirinho”, que se contrapõe ao interesse do grande capital, assim esclarecido por Henri Acselrad:

A história espacial do capitalismo descreve dois momentos: o da busca de novos horizontes, fronteiras e localizações para a acumulação de riqueza; e o da transformação de espaços pré-existentes, no qual formas sociais não capitalistas são desestruturadas, extraíndo-se delas terra, trabalho e recursos naturais para serem incorporados a circuitos da grande produção comercial (ACSELRAD, 2015, p. 8).

A forma de existir de um “território ribeirinho” antagoniza com a lógica da “globalização da natureza” (PORTO-GONÇALVES, 2013), que se verifica nos planos de desenvolvimento concebidos externamente (global) e executados internamente



(local). Tal lógica, materializou-se na bacia hidrográfica do rio Pará, nesse trecho que corresponde a foz do rio Tocantins, passando a integrar o cálculo econômico das redes de “globalização das águas”, em que as duas margens do rio, ocupadas por povos e comunidades tradicionais, tornam-se lócus propício a atuação de grandes empreendimentos portuários, acentuando a dinâmica territorial, que estabelece um novo “cercamento” dos comuns, com a privatização da água (DARDOT; LAVAL, 2017).

É nessa arena conflituosa de interesses antagônicos pelo controle da várzea, que se encontra a ilha Xingu, a qual passa a integrar o mapa dos grandes empreendimentos e do conflito. Sua localização geográfica, que poderia passar despercebida, sequer mencionada nos mapas oficiais, agora, na nova lógica, ocupa certo protagonismo, pois além da posição favorável a construção do Terminal de Uso Privado-TUP da empresa Cargill Agrícola S.A, também se encontra próxima (distante, cerca de 4 Km) ao complexo industrial e portuário de Vila do Conde em Barcarena, com destaque para a mineradora Hydro/Alunorte.

Tal situação deixa diversas comunidades, vulneráveis aos efluentes emitidos pelo complexo industrial mencionado. Some-se a isso, os efeitos da alteração da velocidade do fluxo fluvial provocado pela instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí-UHT construída na década de 1980, que em vez desenvolvimento trouxe sofrimento para a região, conforme relata o pescador Raimundo Carlos a seguir; além da sobreposição da ordem jurídica, esta última a ser tratada no tópico “Sobreposições e ameaças aos direitos territoriais”.

Aqui a gente vive, depende de viver primeiramente de Deus e depois do fruto que Deus dá, que é o peixe e o açaí. A gente vive disso aí que Deus deixou pra gente. Só que a partir que foi aplicado essa empresa aí em Barcarena, muita coisa está falhando pra gente aqui, o açaí, principalmente o peixe, que a gente vive disso, antes de implantarem essa empresa aí, num tempo desse, se tinha muito açaí, muito peixe, agora muita falha de tudo isso. O açaí, a gente olha na árvore já não vê mais, já não tem mais nem pro cara beber. O açaí quando dá seca tudo na árvore, a maioria seca, a maioria cai da árvore tudo, já não tem mais, já não é como era antigamente. Na água até a água que você vai tomar banho, você já sente cocceira no corpo. É tanto problema que aparece nas pessoas, que até foi isso que fez eu perder uma parte do meu pé! Que eu trabalho só nessa água né, vivo só no molhado, já estou praticamente inutilizado que eu não posso andar mais. Não ando, vivo tanto de problema, porque a gente depende dessa água pra sobreviver e pra beber, agente bebe, a gente toma banho nessa água que é só poluição. E é muito problemas que eu vivo, eu principalmente ando muito doente por causa disso. Antigamente não existia tanto problema como está dando agora, e muita coisa piorou muito pra gente aqui. Tem vezes que a gente vai pra Baía e não consegue mais comida pra sobreviver, não consegue arrumar o peixe. Agora estamos vivendo, como diz o homem, do que

Deus manda, quer dizer: o peixe e o açai. Muita coisa tá acontecendo, que não deveria estar acontecendo com a gente se não tivesse essa empresa aí do Conde (Raimundo Carlos, Comunidade S. José PAE Santo Afonso – ilha Xingu Abaetetuba, julho de 2018).



Aporte teórico e metodológico da ecologia política do conflito na ilha Xingu

A pesquisa da qual emerge este artigo iniciou-se em 2017, no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, estendendo-se aos anos de 2018 e 2019, no intuito de fazer a etnografia da dinâmica do conflito, como parte dos objetivos de pesquisa para dissertação de mestrado. Na vivência do cotidiano ribeirinho, realizou-se oficinas de mapeamento, análise bibliográfica e documental, como elementos etnográficos interpretativos da dimensão qualitativa, para compreender os conflitos socioambientais no mundo da várzea Tocantina no PAE Santo Afonso, ilha Xingu, Abaetetuba no Estado do Pará.

O mapeamento social, envolveu unidades familiares e diferentes representações⁵⁶ em comunidades ribeirinhas e quilombolas, assim denominadas e reconhecidas no âmbito de mobilizações sociais, os quais descreveram e representaram sua visão de mundo e versão do conflito socioambiental no mapa, além de acompanhamento em audiências públicas. Juntou-se documentos que ofereciam denúncias por parte do Ministério Público Federal e do Estado do Pará, contra os desastres ambientais provocados pelas empresas agrominerais, estabelecidas no complexo industrial de Vila do Conde em Barcarena, além de ofícios dos movimentos sociais denunciando tais fatos aos órgãos de justiça e gestores do Estado.

Esse conjunto representativo de reivindicação do direito ao território socialmente construído, mobiliza saberes de ribeirinhos, pescadores e quilombolas, envolvendo profundos conhecimentos de realidades localizadas herdadas de sua ancestralidade, que tinham os domínios da agricultura, do extrativismo, da coleta, da caça e da pesca artesanal. Essa compreensão, através da etnografia é “um mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana desses outros que queremos apreender e compreender” (URIARTE, 2012, p. 5).

Ancorou-se também, em uma nova cartografia social, como uma radiografia do território estudado, na qual foram usados como instrumento para coleta de dados: Sistema de Posicionamento Global (GPS), software licenciado para produção de mapas,

⁵⁶ Considera-se aqui, pescadores, agricultores, professores, presidentes das associações comunitárias e demais lideranças que participaram das oficinas de mapeamento e reuniões de trabalho durante a pesquisa de campo.



diário de campo, câmeras fotográficas e gravadores. As oficinas de mapas foram realizadas na Escola Municipal Santo Afonso e era usado cartolina, lápis de cor, lápis com grafite, canetas, papel A4 e apagador.

Conflitos ambientais e territoriais e disputas cartográficas pelo uso da várzea

De acordo com os estudos de Zhouri e Laschefski (2017), os conflitos ambientais e territoriais surgem quando determinada forma de apropriação de um espaço, ao estabelecer-se, provoca consequências sociais e ambientais, chocando-se com o território construído por grupo, cuja forma de existência depende em alto grau do ritmo de regeneração dos recursos utilizados.

A problemática ambiental acentua o conflito na área em estudo, com os desastres ambientais, desde a construção de grandes bacias para armazenamento dos rejeitos minerais, aos rejeitos que contaminam as águas dos rios com metais pesados, os quais atingem a cadeia alimentar, contaminando recursos pesqueiros e o ecossistema da várzea, além da obstrução dos rios e pesqueiros, por grandes navios e balsas, que por ali trafegam. Isso tudo passou a modificar os modos de vida de maneira dramática, e tem forçado os deslocamentos, bem como, as perdas dos direitos territoriais das comunidades atingidas, como as da ilha Xingu.

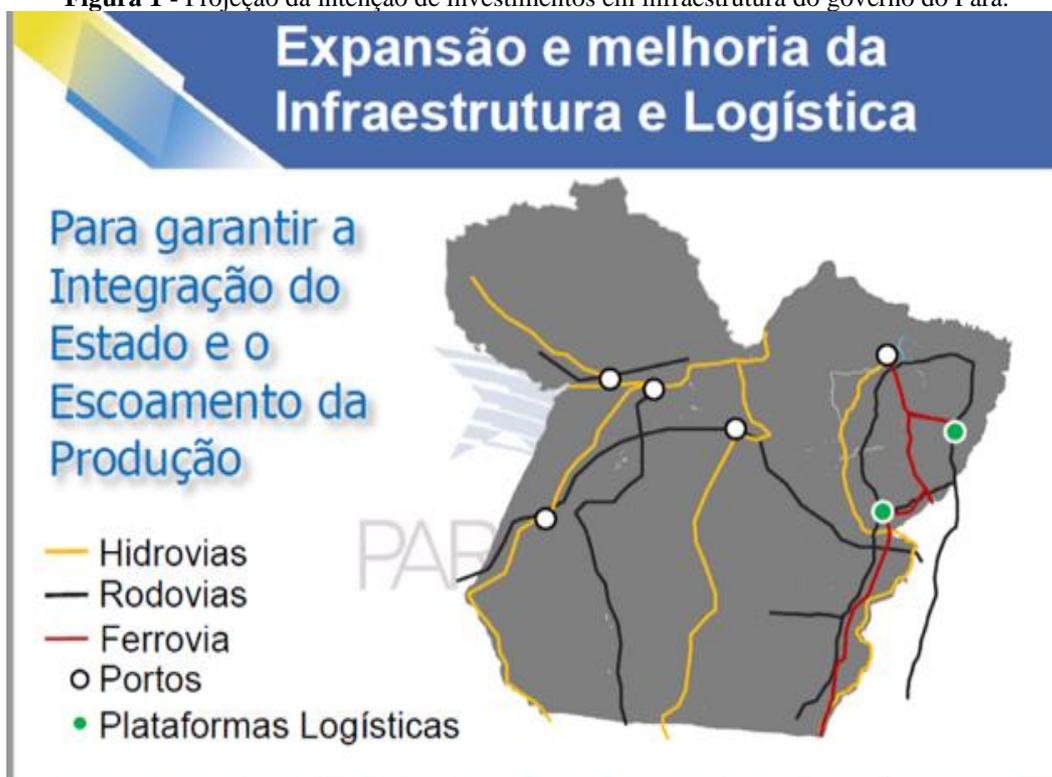
Assim, completa-se o ciclo de devastação imposta a partir da formulação dos planos de desenvolvimento e integração territorial planejada pelo Estado brasileiro, o qual visa assegurar aos grandes investidores externos o escoamento da produção das commodities agrícolas e minerais. Ressaltando, que o modelo de desenvolvimento implantado na Amazônia, principalmente nos últimos 40 anos, não considerou a diversidade de povos e recursos naturais. Por focar-se apenas em atender à agentes econômicos nacionais e internacionais, trouxe um enorme e crescente déficit para as povos e comunidades tradicionais (ACEVEDO MARIN; TAPAJÓS ARAÚJO, 2010).

A intenção do governo do Pará, em construir grandes empreendimentos de infraestrutura logística, com o discurso da integração regional do desenvolvimento, demonstra uma sincronia de diversos setores ligados ao agronegócio, que se inclui grandes companhias transnacionais, dentre essas grandes está a Cargill Agrícola S.A. Essas companhias exercem um protagonismo de poder como principais articuladores da verticalização do escoamento da produção agromineral no Estado do Pará, de acordo com o interesse de poderosos grupos econômicos.



A Cargill tem interesses na efetivação do corredor logístico intermodal Arco Norte, que é parte integrante da Hidrovia Araguaia Tocantins, que vem transformando e ameaçando os modos de vidas de pescadores, quilombolas e ribeirinhos do Baixo Tocantins, especialmente no PAE Santo Afonso. Pode-se citar como exemplo do efeito predatório e devastador desse grande empreendimento, a liberação de Licença Prévia (LP) por parte do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) para implosão do Pedral do Lourenço constituindo o aprofundamento do leito do rio, onde passará a Hidrovia Araguaia Tocantins, dando prosseguimento ao modelo de desenvolvimento predatório na Amazônia. (Figura 1).

Figura 1 - Projeção da intenção de investimentos em infraestrutura do governo do Pará.



Fonte: Governo do Pará, 2017.

O mapa do desenvolvimento regional, por si só não explica, por exemplo, que na implosão e dragagem do rio Tocantins, para a navegabilidade de grandes embarcações carregadas de grãos, haverá interferências na hidrodinâmica desse ecossistema, entretanto deixa claro que esse conjunto de projeções atende uma demanda específica de produtores do agronegócio da Amazônia.

Todavia, tal plano desenvolvimentista não explica como serão recuperados os ecossistemas e os modos de vida afetados. Os impactos faunísticos nos berçários de comida e reprodução de peixes como o mapará, por exemplo, e crustáceos, como o camarão, interferem direta e indiretamente no território socialmente construído.





Entretanto, evidencia-se uma prioridade do atual Governo do Pará na verticalização da produção das *commodities*, assegurando infraestrutura logística necessária à modernização competitiva para o escoamento da produção de acordo com as intencionalidades do corredor logístico Arco Norte.

Observa-se que há por parte do atual Governo do Pará o interesse de visibilizar os grandes empreendimentos e invisibilizar a ausência de um projeto de fomento para a sociobiodiversidade com escoamento da produção dos povos e comunidades tradicionais. Neste sentido, a respeito da Hidrovia Araguaia Tocantins, cabe a assertiva de que, esse modelo de integração, a partir da expansão e melhoria da infraestrutura logística, desintegra os modos de vida na várzea do baixo Tocantins.

As estratégias de poder expressas na representação cartográfica e na legislação, expõem a face dos interesses econômico e político e a sobreposição aos direitos territoriais. Nessa dinâmica, enquanto os mapas dos empreendimentos representam interesses hegemônicos no campo estatal, as comunidades quilombola e ribeirinhas, utilizam a cartografia social para produzirem seus próprios mapas, que representam o mundo vivido no território.

Nos mapas, as comunidades demarcam as localidades, os rios, o lago, o cemitério, moradias, roças, pesqueiros igarapés, classificando estes conforme o uso. São os próprios movimentos organizados que elaboram os croquis, utilizando a técnica do SIGs (Sistemas de Informação Geográfica), para registrar seus dados. Assim, pescadores, ribeirinhos e quilombolas passaram a construir seus próprios mapas, no qual descreveram a existência de 10 pesqueiros mapeados como território de pesca, a biodiversidade dos lagos, as áreas de uso coletivo para roça, caça e manejo, que atende doze comunidades tradicionais.

Nas palavras de Harley (2009), existe sempre uma intencionalidade em cada representação cartográfica. Se é assim, o mapa é uma tradução do vivido que expressa sentimentos, saberes e valores de realidades localizadas. Para Acselrad e Coli (2008), o mapa se traduz em um enunciado performático,

que diz algo sobre o real e sobre este produz efeitos [...], colocando em evidência as distintas formas e interesses em representá-los, e assim caracterizando uma disputa cartográfica que se acirra à medida que se alteram as formas socioespaciais e socioambientais (ACSELRAD; COLI, 2008, p. 13).

A representação cartográfica, construída pelos ribeirinhos e quilombolas das ilhas Xingu e Capim no Município de Abaetetuba, dá outra dimensão da várzea e da



territorialidade desses grupos, que a reivindicam como seu território. No mapa, verifica-se que há formas de existência coletiva que é uma forma de resistência na afirmação de suas identidades, consolidando territorialidades específicas (ALMEIDA, 2008). Essa elevada consciência de si é extensiva a preservação da biodiversidade (Figura 2), ameaçada pelos impactos socioambientais, decorrentes da implantação dos grandes empreendimentos, sejam portuários ou outras formas empresariais, tendo no mapa o elemento dinamizador e representativo dessa disputa que não é meramente econômica: ela é política e também identitária.

Figura 2 - Mapa elaborado pelas comunidades atingidas por grande empreendimento na Ilha Xingu.



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA, 2019. Projeto Estratégias de Desenvolvimento, Mineração e Desigualdades: Cartografia Social dos Conflitos que Atingem Povos e Comunidades Tradicionais Na Amazônia e No Cerrado- CLUA.

Os recortes territoriais deixam explícito uma relação homem e natureza que possibilitam uma nova imersão nas riquezas de um mundo da várzea, que é plástico e ao mesmo tempo, representativo do território de vida. Dessa maneira, o mapa deixar de ser apenas um código de linguagem ou iconologia (HARLEY, 2009), para se tornar um saber que fortalece o exercício de poder (FOUCAULT, 2008) e institui uma outra visão do território no qual os objetos e a forma tomam outra configuração.

Portanto, essa perspectiva contra hegemônica da ecologia política presentes nos conflitos socioambientais, apresentam-se afirmando-se como alternativa na construção de uma sociedade do “comum”, (DARDOT; LAVAL, 2017). Asseverando-se nessa



construção, bases de princípios ecologicamente sustentáveis e economicamente viáveis, através do exercício de atividades não mercantilizadas, desenvolvidas com técnicas simples e socialmente construídas em uma relação que envolve humildade e harmonia com o território de vida.

Sobreposições e ameaças aos direitos territoriais

As sobreposições de que falamos dizem respeito a legislação, acionadas para validar “a ordem jurídica estatal” (ACSELRAD, 2015, p. 10). São, por assim dizer, aparatos burocráticos da ordem jurídica estatal, as quais impõem legalidade ao desenvolvimento regional pautado na infraestrutura logística, tais como: hidrovias, rodovias, ferrovias, portos e plataformas logísticas.

Isto se verifica na lei 12.8015/2013, que autoriza a exploração dos Terminais de Uso Privado, por grandes empresas de capital nacional e internacional, estatal e privada, em todo território nacional, e assim, legaliza a construção do terminal de uso privado-TUP, pela multinacional norte americana Cargill, sobrepondo-se às que tratam dos estabelecimentos legais de dominialidade da várzea e a que trata da “parceria público-privadas”, lei 11.079/2004.

Assim, com o discurso de desenvolvimento regional, o Estado possibilita, pela edição de um conjunto de leis conflitantes, mas com efeitos de legalidade, uma operação de controle do território, que ameaça direitos conquistados por povos e comunidades tradicionais da várzea.

Dentre a legislação vigente, destaca-se a Lei 12.815/2013, que autoriza a União, a exploração direta ou indireta, dos portos e instalações portuárias e as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. Tal dispositivo ganha força, com o estabelecimento da Lei 13.465/2017, que dispõe sobre a Regularização Fundiária Rural e Urbana (REURB), mas por outro lado, agiliza a individualização e a mercantilização de terras da União, especialmente as mais ricas em biodiversidade, como é o caso da Ilha Xingu.

Ainda, a Lei 12.815/2013 tem sobreposição com o decreto 6040/2007, pois incide nos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais referendados inclusive pela convenção 169/89 da Organização Internacional do Trabalho–OIT, especialmente nos assentamentos agroextrativistas da várzea, criados pelo Plano Nacional de Reforma Agrária do INCRA. Aí se encontram extensão territorial da ilha foi demarcada e titulada pelo INCRA e SPU, como integrante do Programa Nacional de



Reforma Agrária-PNRA, para uso coletivo dos recursos naturais em nome da Associação PAE Santo Afonso Ilha Xingu, criando assim, uma sobreposição de territórios

Por sua vez, parâmetros apresentados na Lei 13.465/2017, afetam terras já regularizadas para o desenvolvimento de políticas públicas no âmbito da reforma agrária, como é o caso do PAE Santo Afonso na Ilha Xingu, na medida em que permite individualizar a terra para inseri-la no valor de mercado, no mundo definitivamente globalizado. E ainda abre precedentes para inserir a bacia hidrográfica do rio Tocantins em uma dinâmica de privatização das águas, atraindo interesse dos grandes grupos empresariais do agronegócio mundial, pois o mesmo é integrante do Corredor Logístico Multimodal do Arco Norte.

O “Arco Norte” é um projeto estratégico do Estado brasileiro, que converge para interesses de grandes grupos empresariais supranacionais do agronegócio, buscando consolidar o corredor de exportação de grãos, que abrange os estados do Amazonas, Amapá, Maranhão, Pará e Rondônia (VALE, MONAI, FREITAS, PINHEIRO, 2016). Nessa perspectiva, o governo do Pará, através do plano de integração e desenvolvimento regional, denominado “Pará 2030”, ajustou os planos diretores dos municípios que constam nos mapas dos grandes empreendimentos logísticos, dentre os quais, o de Abaetetuba, que atualizou seu plano diretor, alterando a Lei 222/2006, para sancionar a Lei de n.º. 486/2016. Mesmo com o posicionamento dos movimentos contrários aos ajustes, os vereadores votaram e aprovaram o novo Plano Diretor, que instituiu as zonas de desenvolvimento industrial, portuária e retro-portuária.

Ainda neste seguimento, o Governo do Pará, cria o Plano Estadual de Atração de Novos Negócios (PEANN), (Decreto Estadual n.º 913/2013) e institui a Política Estadual de Socioeconomia do Estado do Pará (Lei n.º 8.602/2018), ajustes estes, necessários para garantir os investimentos financeiros dos grandes grupos do agronegócio na região.

Com tais estratégias, grandes extensões de terras são colocadas à disposição do desenvolvimento regional, dentre essas, as terras tradicionalmente ocupadas na várzea, especialmente a ilha Xingu, onde emergem os conflitos territoriais contra a apropriação do território por empresa privada.

Assim, grupos étnicos, com existência coletiva e objetivados em movimentos sociais passaram a reivindicar a autogestão e controle da várzea pelo viés identitário, tendo a várzea como um território de identidades coletivas, que estaria ameaçado pela devastação ambiental. Dessa maneira, buscam acessar políticas públicas territoriais,



como forma de resistência a política desenvolvimentista empreendida pelo Estado, representante dos interesses de grandes grupos econômicos mundiais. Ao passo que a extensa área insular, que compõe a várzea e a maior parte da extensão territorial do município de Abaetetuba, tem sido cada vez mais atingida pelos efeitos predatórios dos grandes empreendimentos de infraestrutura.

A perspectiva de construção do Terminal de Uso Privado-TUP Abaetetuba, pertenceu inicialmente à empresa Odebrecht S.A., que pretendia construir o empreendimento na ilha do Capim. No entanto com a desestrutura dessa empresa, em 2016, a norte americana Cargill, assumiu o controle e a preferência do Estado brasileiro, mas o projeto não se efetivou, devido à forte mobilização social e da comunidade local, que buscou mecanismos de defesa de seu território.

Um ano depois, a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), do estado do Pará, publicou o EIA/RIMA realizado por empresa de consultoria, a Ambientare, com sede em Brasília. O documento (Figura 3) indica a localização do empreendimento na ilha Xingu, que equivocadamente denomina Urubuêua.

Figura 3 - Localização da área do Terminal de Uso Privado-TUP Abaetetuba.



Fonte: Ambientare, outubro de 2017.

Consta no EIA/RIMA, da Cargill, uma área de 359 hectares na ilha Xingu, destinada à construção do terminal graneleiro, em Abaetetuba. A mesma área, porém, aparece em documento cartorial, como propriedade da empresa Brick Logística, adquirida em 2011. O início das obras previsto para o ano de 2018, de acordo com EIA/RIMA, não se concretizou, pois, a mobilização dos movimentos sociais em Abaetetuba tem contribuído para travar tais intenções.

Ainda se constatou nesse documento, muitas informações contraditórias, que não apresentavam a realidade local, como por exemplo, a exatidão dentro da área de 359



hectares pertencentes à Brick Logística, a qual apresentou em 2017, mudança na razão social, porém ainda mantém a posse da área apontada no EIA/RIMA.

Comparados os mapas que constam no referido EIA/RIMA, àqueles que representam a territorialidade das comunidades tradicionais das ilhas afetadas, percebe-se a violência simbólica (BOURDIEU, 1989) e intencionalidades, na omissão dos recursos naturais e as formas de vida de grupos sociais, ao sobrepor territórios. Desconhece ou omite, especificidades locais que infringe a legislação, como a usurpação de metade do lago Piri, extenso reservatório biológico, do qual usufruem as comunidades das ilhas e é considerado patrimônio natural de Abaetetuba, além de desconhecer a legislação no que concerne o território quilombola Assacu, localizado nas cercanias do empreendimento, reconhecido e delimitado pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA).

Ainda na primeira década dos anos 2000, nas ilhas de várzeas, que no município de Abaetetuba chegam ao expressivo número de 72 ilhas, a mobilização e reivindicação dos movimentos sociais, levou o governo federal a realizar o ordenamento territorial e a legalização fundiária de 24 ilhas do referido município. E através da portaria de nº 37 de novembro de 2005, expedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criou-se um dos primeiros assentamentos em áreas de várzea do Brasil, o Projeto Agroextrativista (PAE) Santo Afonso ilha Xingu, com área de 3.000 hectares, no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com a concessão de Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS).

Definido o Plano de Utilização (PU) pelo INCRA e SPU, no assentamento, entretanto, deixou-se uma extensão de terra medindo aproximadamente 400 hectares, onde foi permitido a continuidade da criação de 37 cabeças de gado bovino, não sendo permitida a ampliação do rebanho, nem a venda dessa área para terceiros fora do assentamento. No entanto, a mesma área consta no documento apresentado pela Cargill, conforme anteriormente mencionado. O que leva ao entendimento de que, a política de regularização de terras, voltadas às classes subalternas, constitui-se num pseudodireito, posto que, ao contrário dos grandes empreendimentos, são despossuídas de capital econômico.

A assertiva se verifica no Termo de Autorização de Uso Sustentável-TAUS, criado através da Portaria 89, de 15 de abril de 2010, pela Secretaria de Patrimônio da União-SPU, e em 2015 aumentou o número de concessões dos TAUS em comunidades



ribeirinhas da Região Norte, sem que a regularização de fato fosse efetivada. Mas, se a intenção foi universalizar e desburocratizar o acesso à terra, na realidade o que vem ocorrendo, é uma flexibilização, que permite a especulação imobiliária e a individualização das terras tradicionalmente ocupadas, sob domínio público da União.

Essa evidência se manifesta na Lei 13.465/2017, que trata da nova Regularização Fundiária Urbana e Rural-REURB, e individualiza a terra, para inseri-la no valor de mercado, definitivamente globalizado, e assim permite a construção de Terminais de Uso Privado, como ocorre nas áreas de várzea em Abaetetuba e na enseada do Malato, ilha do Marajó.

Uma vez que a Constituição Federal de 1988, estabelece que as jazidas e demais recursos minerais constituem propriedade distinta do solo e pertencem à União, o reconhecimento de direitos territoriais a esses grupos pode, em alguns casos, não ser suficiente para garantir permanência no seu território. E ainda, mesmo que o decreto estadual que estabeleceu a criação dos assentamentos, cujo Plano de Uso, proíbe a construção de grandes empreendimentos nessa parte da várzea, com a aplicação da REURB, abre-se um precedente para o comércio ilegal de venda de terras da União no PAE Santo Afonso, que integra a ilha Xingu. Inibindo assim, mecanismos do direito como o decreto 6.040/007, que criou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em suma, conforme as palavras de Almeida (2010, p. 102), essas mudanças no quadro jurídico brasileiro, “compreendem um conjunto de iniciativas para remover os obstáculos jurídico-formais à expansão e incorporação de novas extensões de terras aos interesses industriais”, caracterizando assim, as agroestratégias. É o que se verifica com força máxima nos planos governamentais para o desenvolvimento da Amazônia nessas últimas décadas.

Assim, os conflitos territoriais e ambientais que se operam na várzea, colocam de um lado, os atores do desenvolvimento, como Estado e empresas privadas, e de outro, os agentes sociais, que se apropriaram de tecnologias cartográficas para reivindicar direitos territoriais e a permanência nesse espaço. Desse modo, pode-se falar em uma “guerra dos mapas”. Mais que isso, nessa trajetória conflituosa pela posse do território, vai se consolidando a extinção de espécies, cercamentos dos rios, contaminação da água, e a violência sistêmica.



Portanto, é o modo de vida dos ribeirinhos da ilha Xingu, singularizado na sua relação com os bens de uso “comuns” dos recursos naturais, que está ameaçado pelos efeitos dos grandes empreendimentos na várzea, sem que medidas ou políticas públicas sejam criadas para mitigar o impacto.

Segundo a abordagem de Pierre Dardot e Christian Laval, os comuns caracterizam-se pelo “conjunto de regras que permitiu aos camponeses de uma mesma comunidade o uso coletivo de caminhos, florestas e pastos, segundo o costume” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 102). Conforme os mesmos autores, o termo também remete a um sistema ideológico em construção, frente ao avanço do poder hegemônico do capitalismo, que enquanto sistema dominante, se alimenta da desigualdade ambiental.

No entanto, ao mesmo tempo em que os comunitários instituem regras para gerir seu território nessa parte do baixo Tocantins, está se configurando, pode-se dizer assim, uma “zona de sacrifício” e de interesses, (ACSELRAD 2010, p. 30), posto que as comunidades localizadas no entorno desses empreendimentos, a saber, as ilhas e várzeas entre Abaetetuba e Barcarena, expressam constantemente as anomalias e riscos a que estão expostas. Dentre as quais estão a poluição do ar e da água, além do desaparecimento dos recursos pesqueiros.

Diante de tantas pressões e alterações, e agindo na contramão, as políticas e códigos de ordenamento jurídico, colocam em evidência na várzea, uma “geografia do dissenso” (ACSELRAD, 2005), que a transforma num campo de lutas e de resistências, manifestadas pelos movimentos que contestam a forma de desenvolvimento empreendida por atos de Estado.

Considerações finais

Portanto, diante dos fatos observados, demonstrados e analisados, podemos inferir que a expansão dos grandes empreendimentos na porção que corresponde o baixo curso do rio Tocantins, em sua confluência com o rio Pará, especificamente as zonas de várzea ribeirinhas, tem desencadeado conflitos territoriais e ambientais. Esses conflitos se acentuam, porque os empreendimentos, baseiam-se numa lógica que altera violentamente o modo de vida construído historicamente no lugar.

Os grupos locais têm na várzea, a base material e simbólica de sua existência, configurando a extensão de um mundo social na várzea, caracterizado por elementos de



autoafirmação em identidades coletivas, de pertencimento e da consolidação de suas territorialidades específicas como base de seus modos de vida e defesa do território de vida.

Como explicitado ao longo deste texto, a chegada dos grandes empreendimentos, afeta os modos de vida dos ribeirinhos, pois trazem consigo sobreposições arbitrárias às formações preexistentes. Como a flexibilização do ordenamento jurídico, que permitem sua territorialização, evidenciando que, na história do Pará e da Amazônia, seus recursos são tomados como simples externalidade do cálculo econômico.

Ainda, a sobreposição da ordem jurídica, ao incidir nos assentamentos agroextrativistas da várzea em Abaetetuba, contribuem para ameaçar os direitos territoriais conquistados. Presume-se que os planos, metas e flexibilizações, elaborados para atender a ordem vigente, não são aleatórias. Elas dizem respeito às estratégias governamentais baseadas no ordenamento jurídico, para atender os interesses do mercado, antagônicos que são aos dos ocupantes da várzea.

Estes ao reivindicarem seu direito em permanecer na várzea como território tradicionalmente ocupado e socialmente construído, recuperam o “tradicional” no tempo presente não apenas pelo tempo de ocupação, mas pelo modo de vida. E assim, na contramão desses grandes empreendimentos e atos de Estado, os coletivos elaboram práticas emancipadoras como a ressemantização do próprio conceito do termo “ribeirinho”, designado a quem vive no local.

Neste aspecto do pertencimento, emergem os conflitos socioambientais contra o empreendimento do porte do Terminal de Uso Privado da Cargill, ou da BRIC Logística, pois não é permitido sua instalação naquele território. Todavia, a K. F. Menezes Consultoria Logística, sucedida pela BRIC Logística, alegam possuir um terreno que corresponde ao tamanho de 358,88 hectares. Esse terreno equivale por sua vez, a 14,4 % do perímetro do Assentamento. O PAE Santo Afonso tem 2.705,62 hectares, abrangendo a integralidade do perímetro da ilha do Xingu. Neste contexto, evidencia-se um quadro novo da visão governamental do atual governo brasileiro na abertura de suas porteiras para o descompromisso com a legalidade.

Conclui-se, portanto, este estudo, não esgotando essa temática, mesmo na afirmação que há uma escala desigual na produção dos mapas ditos “oficiais hegemônicos” que não coincidem com a escala dos mapas situacionais da cartografia social do sofrimento de ribeirinhos, pescadores artesanais e quilombolas das



localidades, objeto deste estudo, que lutam e se organizam politicamente, constituindo-se unidades de mobilização, para discutir as formas de resistências ao avanço de megaempreendimentos em seu espaço de vivência, e reivindicar, o direito de viver na várzea, conforme sua própria cosmologia.

Data de Submissão: 14/09/2022

Data de Aceite: 15/11/2022

Referências

ACSELRAD, H. O lugar e as possibilidades da política: sentidos da cartografia social. *In: GAIOSO, A. V; MARTINS, C. C; NOVAES, J. S. DE; NUNES, P. M. P. (orgs). Rio de Janeiro/São Luiz: Casa, v. 8, p.141, 2017.*

ACSELRAD, H. Introdução: o debate sobre cartografia e processos de territorialização: anotações de leitura. *In: ACSELRAD, H; DUMAS GUEDES, A; MAIA, L. J. (orgs). Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território: um guia de leitura. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2015.*

ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e territórios. *In: ACSELRAD, H. (org.). Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.*

ACSELRAD, H; Coli, L. R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. *In: ACSELRAD, H. (org.). Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro. IPPUR. UFRJ, 2008.*

ACSELRAD, H. Editorial. **Revista Rio de Janeiro**, n. 16-17, p. 7-10. Editada pela UERJ/OUERJ/Fórum-Rio, maio/dez. 2005.

ACEVEDO MARIM, Rosa Elizabeth; TAPAJÓS ARAÚJO, Marlon Aurélio. **Território Tradicional e Fronteira na Amazônia: conflito entre as comunidades tradicionais de Juruti Velho e a empresa mineradora ALCOA.** *In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, Porto de Galinhas, 8., 2010.* Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT7-Rosa-Elizabeth-Acevedo-MARIN.pdf> . Acesso em: 10 dez. 2022.

ALMEIDA, A. W. B. de. Agroestratégias e Desterritorialização: Direitos Territoriais na mira dos estrategistas dos agronegócios. *In: ALMEIDA, A. W. B. (org.). Capitalismo globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-143.*

ALMEIDA, A. W. B. de. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos:** terras tradicionalmente ocupadas (Coleção “Tradição e ordenamento jurídico”). 2. ed. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

BENATTI, J. H. Várzea e as populações tradicionais: a tentativa de implementar políticas públicas em uma região ecologicamente instável. *In: ALVES, F. (Org.). A Função socioambiental do patrimônio da União da Amazônia. IPEA, 2016.*



BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. WMF: Martins Fontes: São Paulo, 2009.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DARDOT, P; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HARLEY, B. Mapas, saber e poder. **Confins**, n. 5, p. 1-24, 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/agosto2011/geografia_artigos/6a_rt_mapas_saber_poder.pdf . Acesso em 18 nov. 2019.

LIMA, R. R.; TOURINHO, M. M.; COSTA, J. P. C. **Várzeas flúvio-marinhas da Amazônia brasileira**: características e possibilidades agropecuárias. 2. ed. Belém: FCAP, 2001.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SCOTT, J. C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa/Fortaleza: Livraria Letra Livre/Plebeu Gabinete de Leitura, 2013.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos, **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 11, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.300>. Acesso em: 19 dez. 2022.

VALE, L.; MONAI, R.; FREITAS, T. G.; PINHEIRO, A. (Relatores) **Arco Norte**: um desafio logístico. Câmara dos Deputados, Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Consultoria Legislativa. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. Recuperado de: https://www2.camara.leg.br/acamara/estruturaadm/altosestudos/pdf/arco_norte.pdf . Acesso em: 02 ago. 2019.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. *In*: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. 1ª. reimpr. Belo Horizonte: UFMG, 2017. p. 11-31.

Documentos, Estudos e Leis Federal e Estadual consultados

ABAETETUBA. **Lei de nº. 486/2016** - Novo Plano Diretor Municipal, 2016.

BRASIL. **Lei 12.825/2013** - Exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, 2013.

BRASIL. **Lei 13.465/2017** - Regularização Fundiária Urbana e Rural-REURB, 2017.

BRASIL. **Decreto 6.040/2007** - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, 2007.

PARÁ, GOV. Plano Estadual de Atração de Novos Negócios, 2013.

PARÁ, GOV. Corredor Logístico Multimodal Arco Norte, 2017.

PARÁ, GOV. Política estadual da Socioeconomia, 2018.

Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. (2017). **Terminal Portuário de Uso Privado – Tup Abaetetuba, Cargill Agrícola**. Ambientare: Soluções em meio ambiente.



NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NA AMAZÔNIA: CORDÃO JUNINO COMO FERRAMENTA DE INTERVENÇÃO

NARRATIVES OF SEXUAL VIOLENCE IN THE AMAZON: JUNE CORD AS AN INTERVENTION TOOL



MARLÉA DE NAZARÉ SOBRINHO COSTA⁵⁷

Resumo

Os Cordões Juninos realizados até a década de 1980 por populares do município de Abaetetuba-PA, figura como uma das principais estratégias de intervenção da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), através dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) nos territórios do município. Técnicos e educadores sociais, além de crianças, adolescentes e seus familiares (usuários da política de assistência social), realizam um trabalho de pesquisa em seus respectivos territórios. Textos teatrais e composições musicais são criados, a partir de um conjunto de temáticas sociais exploradas em reuniões pelos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Objetivamente, a temática de maior relevância nos grupos foi o abuso sexual contra crianças e adolescentes, sem perder de vista a preocupação central, que se traduzia pela expectativa de minimização das situações de violência, vulnerabilidade e exclusão social. A investigação é pensada em uma perspectiva interdisciplinar em que são articuladas contribuições de estudiosos das áreas de Serviço Social, Letras, Filosofia, Sociologia e Cultura, tais como Marilda Yamamoto (2006), Alfredo Bosi (2002), Marilena Chauí (2017), entre outros.

Palavras-chave: Assistência Social; resistência; cordão da Arraia; violência sexual.

Abstract

The Cordões Juninos performed until the 1980s by people from the municipality of Abaetetuba-PA, figure as one of the main intervention strategies of the Municipal Department of Social Assistance (SEMAS), through the Reference Centers in Social Assistance (CRAS) in the territories of the County. Technicians and social educators, in addition to children, adolescents and their families (users of the social assistance policy), carry out research work in their respective territories. Theatrical texts and musical compositions are created, based on a set of social themes explored in meetings by groups from the Service for Coexistence and Strengthening of Links (SCFV). Objectively, the most relevant theme in the groups was sexual abuse against children and adolescents, without losing sight of the central concern, which was translated into the expectation of minimizing situations of violence, vulnerability and social exclusion. The investigation is conceived from an interdisciplinary perspective in which contributions from scholars in the areas of Social Work, Literature, Philosophy, Sociology and

⁵⁷ Mestranda em Ciências Sociais e suas Humanidades, do Programa de Pós-Graduação Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI), da Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba.

Culture are articulated, such as Marilda Yamamoto (2006), Alfredo Bosi (2002), Marilena Chauí (2017), among others.

Keywords: Social assistance; resistance; cord of Arraia; sexual violence.

Introdução

Este artigo objetiva evidenciar a importância do trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS, no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS de Beja, através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV, Município de Abaetetuba-PA, utilizando-se da manifestação cultural dos Corões Juninos, como uma das principais estratégias de intervenção nos territórios junto aos usuários da Política de Assistência Social para trabalhar a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Nos territórios de Abaetetuba, a Assistência Social está presente por meio de 08 (oito) CRAS, todos são localizados em territórios que apresentam elevado índice de vulnerabilidade social. Os CRAS se encontram dentro da Proteção Social Básica e exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos e vulnerabilidades se constituem. Suas ações são concretizadas por meio do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, por meio dos Cordões juninos, trouxe de volta uma manifestação cultural envolvida em outra roupagem, mas apresentando em seu palco “velhos” problemas sociais: a desigualdade social refletida no trabalho infantil, a sociedade machista e preconceituosa afetando violentamente a questão de gênero, enfim, um rol de violações naturalizadas, reflexo significativo de uma sociedade autoritária.

De fato, conservando as marcas da sociedade colonial escravista, a sociedade brasileira é marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é despótica no sentido etimológico da palavra. É fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: repetindo a forma de família patriarcal, na sociedade brasileira as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação de mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito, tanto no sentido ético quanto no sentido político, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade e muito menos como cidadão (CHAUÍ, 2017, p. 42-43).





A autora refere ao autoritarismo político que se organiza no interior da sociedade como a regra e a expressão das relações sociais. Assim, os espaços de diálogos dos CRAS são espaços de lutas, de reflexões. Com base nesse pensamento, o trabalho executado pelo profissional da Política de Assistência Social possui uma determinada dimensão ética, que tem a ver com valores capazes de operar mudanças que vão permitir novas descobertas e capacidades humanas. Tal postura se trata também da construção de uma visão ampliada acerca do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Espaços de participação, de tomada de decisões e de compartilhamento de uma sociedade em comum. Um agir que estimula o diálogo, o enfrentamento de situações conflituosas e que possibilite resistir às condições de subordinação. Desta maneira, é possível identificar as características e especificidades dos territórios e, com base nelas, construir formas e meios de assegurar a universalização de seus direitos.

No ano de 2016, o Cordão da Arraia do CRAS de Beja apresentou o tema “Cultura de paz”, temática trabalhada nos grupos do SCFV e levada através dos Cordões para o público. O tema fez referência à complexidade de situações de violência que crianças e adolescentes vivenciam nos territórios. A proposta do cordão foi alertar, por meio da arte, para a necessidade de uma atuação efetiva de enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

No referido estudo, será empregado o termo Cordão Junino para se referir a essa manifestação cultural. É possível elucidar o Cordão Junino como uma que agrega vários elementos do folclore amazônico e que está em constante aproximação com o cotidiano. Imaginário e realidade transitam juntos em um espaço composto de uma dramaticidade que se desenrola em torno de uma mesma linha: a morte e a ressurreição do pássaro. Segundo Loureiro, há dois tipos de pássaros: o “cordão”, ou “cordão de meia lua”, e o melodrama fantasia (LOUREIRO, 2015). O primeiro tem como característica a formação de um semicírculo e os personagens ora permanecem no mesmo lugar, ora vão para o centro do palco, de modo que as apresentações podem ocorrer em qualquer espaço e caminhar pelas ruas em forma de cortejo, visitando terreiros para a sua apresentação.

Essa expressão cultural dos Cordões Juninos a ser estudada se encontra, cotidianamente, inserida em um contexto de sociedade e suas contradições, autoritária e excludente. Trata-se de um caminho que, durante séculos, não consegue chegar à essência dos direitos do homem e do cidadão: “O Brasil é uma sociedade autoritária, na medida em que não consegue, até o limiar do século XXI, concretizar sequer os



princípios (velhos dos três séculos) do liberalismo e do republicanismo” (CHAUÍ, 2018, p. 44). Uma sociedade na qual as diferenças sociais se modificam e passam a ser uma relação hierárquica:

Todas as relações tomam forma de dependência, da tutela, da concessão, da autoridade e do favor, fazendo a violência simbólica a regra da vida social e cultural. Violência tanto maior porque invisível sob o clientelismo, considerados naturais e, por vezes, exaltados como qualidades positivas do “caráter nacional” sob o paternalismo (CHAUÍ, 2018, p. 50).

Assim, este trabalho vai examinar alguns aspectos da cultura popular como resistência proposto por Bosi. A perspectiva teórica a qual o autor se refere, apresenta a ideia de que a literatura, e, de maneira geral, a arte, é constituída por um processo de resistência imanente, isto é, configurada na própria linguagem, na própria elaboração estética. Por outro lado, para Bosi a ideia de que a literatura, e, de maneira geral, a arte, é constituída por um processo de resistência imanente, isto é, configurada na própria linguagem, na própria elaboração estética. Nesse sentido, localiza-se em todo fazer artístico realizado, ao longo da história, por um processo de resistência de dimensão ética, assentada em atitudes e pensamentos contraideológicos que estabelecem resistência a ideologias dominantes. Sobre essa segunda dimensão do conceito de resistência, Bosi afirma que seu surgimento está associado ao período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, quando artistas passaram a representar os horrores da guerra como forma de fazer denúncia e produzir um efeito reflexivo sobre tal momento.

O autor considera, portanto, que a guerra é o terreno que deu origem ao gênero literatura de resistência, uma literatura eticamente comprometida com a luta contra a opressão e com a necessidade de lembrar os efeitos catastróficos da guerra para que não se repita. Isso significa dizer que, no contexto de sua realização, a resistência é representada por imagens, pelos sons emitidos, pelo tom das vozes, pelas expressões faciais e pelos movimentos dos corpos, pelos gestos diante de uma determinada força opressora e conservadora.

Após o mapeamento territorial feito pelos educadores sociais dos CRAS, os usuários do *SCFV* foram orientados a identificar, nos territórios de abrangência dos centros, os antigos “produtores culturais”. Por meio de conversas, usuários e educadores passaram a conhecer a história dos folguedos⁵⁸.

⁵⁸ Festa de caráter popular e tradicional que traz os costumes ou hábitos de um povo, de uma região. A origem da palavra folguedo: folgar+edo, folgar (livre), fogo (rivalidade) Disponível: <https://www.dicio.com.br/folguedos/> Acesso em: 11 set 2020.



Técnicos e educadores sociais, além de crianças, adolescentes e seus familiares (usuários das políticas de assistência social), realizam um trabalho de pesquisa em seus respectivos territórios. Textos teatrais e composições musicais são criados a partir de um conjunto de temáticas sociais exploradas em reuniões pelos grupos do SCFV. Esse modelo de intervenção visa promover a convivência e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários por meio da valorização da arte e da cultura popular, sem perder de vista a preocupação central, que se traduz pela expectativa de minimização das situações de violência, vulnerabilidade e exclusão social.

São realizadas oficinas formadas por grupos intergeracionais. O técnico de referência do SCFV, educadores sociais e oficinairos que acompanham os grupos semanalmente com diversas tarefas, como pesquisas dos folguedos nos territórios, escolha do tema a ser abordado, ensaios, elaboração das letras e melodias das músicas. Com os dados das pesquisas, os textos passaram por adaptações voltadas à temática social abordada, relacionando-os com os conteúdos trabalhados nos grupos SCFV, no caso do CRAS Beja, a temática em questão foi o abuso e exploração sexual, integrados com outros conteúdos.

A Proteção Social Básica tem a finalidade de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades. Nessa proteção, os vínculos familiares estão fortalecidos, daí a importância de realizar um trabalho sistemático e de cunho preventivo junto a essas famílias para que não ocorra a fragilização ou até mesmo o rompimento desses vínculos. É nesse contexto que estão inseridos os Centros de Referência da Assistência Social- CRAS, unidade pública estatal, de base territorial, que se localiza em áreas de vulnerabilidade. O termo vulnerabilidade passou a ser muito utilizado, expressando diferentes aspectos de interpretação. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social- PNAS, a vulnerabilidade se constitui em situações ou ainda em identidades que podem levar à exclusão social dos sujeitos. Estas situações se originam no processo e produção e reprodução de desigualdades sociais nos processos discriminatórios, segregacionais engendrados nas construções sócio-históricas que privilegiam alguns pertencimentos em relação aos outros.

A vulnerabilidade se constitui em situações ou ainda em identidades que podem levar à exclusão social dos sujeitos. Estas situações se originam no processo e produção e reprodução de desigualdades sociais nos processos discriminatórios, segregacionais engendrados nas construções sócio-históricas que privilegiam alguns pertencimentos em relação aos outros (BRASIL, 2004, p. 15).

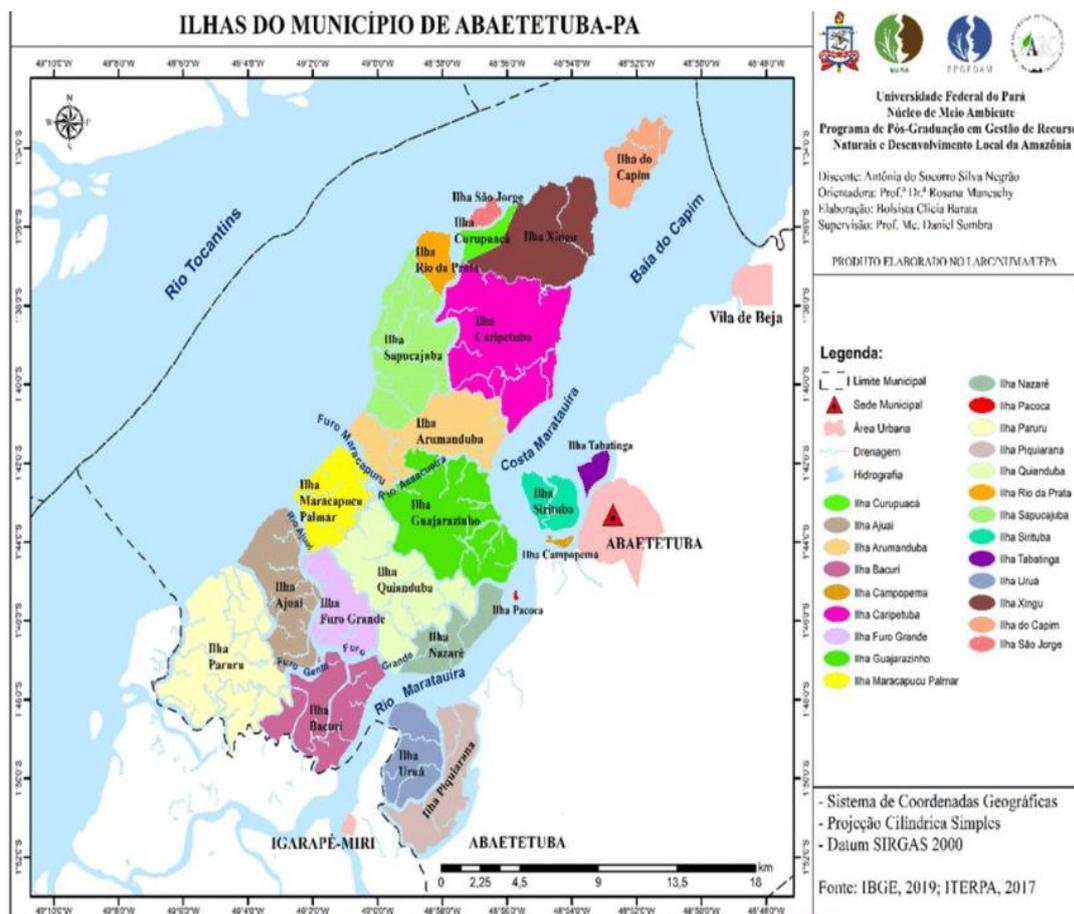


Nos territórios de Abaetetuba, a Assistência Social está presente por meio de 08 (oito) CRAS, todos localizados em territórios que apresentam elevado índice de vulnerabilidade social. Assim, a Proteção Social Básica, exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos e vulnerabilidades se constituem. Suas ações são concretizadas por meio do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

Abaetetuba situa-se na Zona fisiográfica Guajarina, à margem do rio Maratauíra, um dos afluentes do estuário do Rio Tocantins, cidade-polo da Região de Integração Tocantins, pertencendo à Microrregião de Cametá e à Mesorregião do Nordeste Paraense, distante a duas horas, por via terrestre, de Belém (capital). O Município é dividido em Zonas Urbana e Rural (Estrada e Ilhas e Vila de Beja). A área urbana é formada por 13 (treze) bairros e a Vila de Beja. A zona rural de Abaetetuba possui 22 (vinte e duas) ilhas, compostas de 72 (setenta e duas) comunidades ribeirinhas distribuídas na região.



Figura 1 – Mapa das ilhas de Abaetetuba.



Fonte: GONÇALVES, Osmana Dias; RODRIGUES, Jondison Cardoso; FILHO, José Sobreiro. “Marés das rebeldias em Abaetetuba”: dos rios da existência à resistência dos territórios na Amazônia paraense, baixo Tocantins. *Rev. Tamoios*, São Gonçalo (RJ), ano 15, n. 1, pág. 80-103, jan-jun 2019.

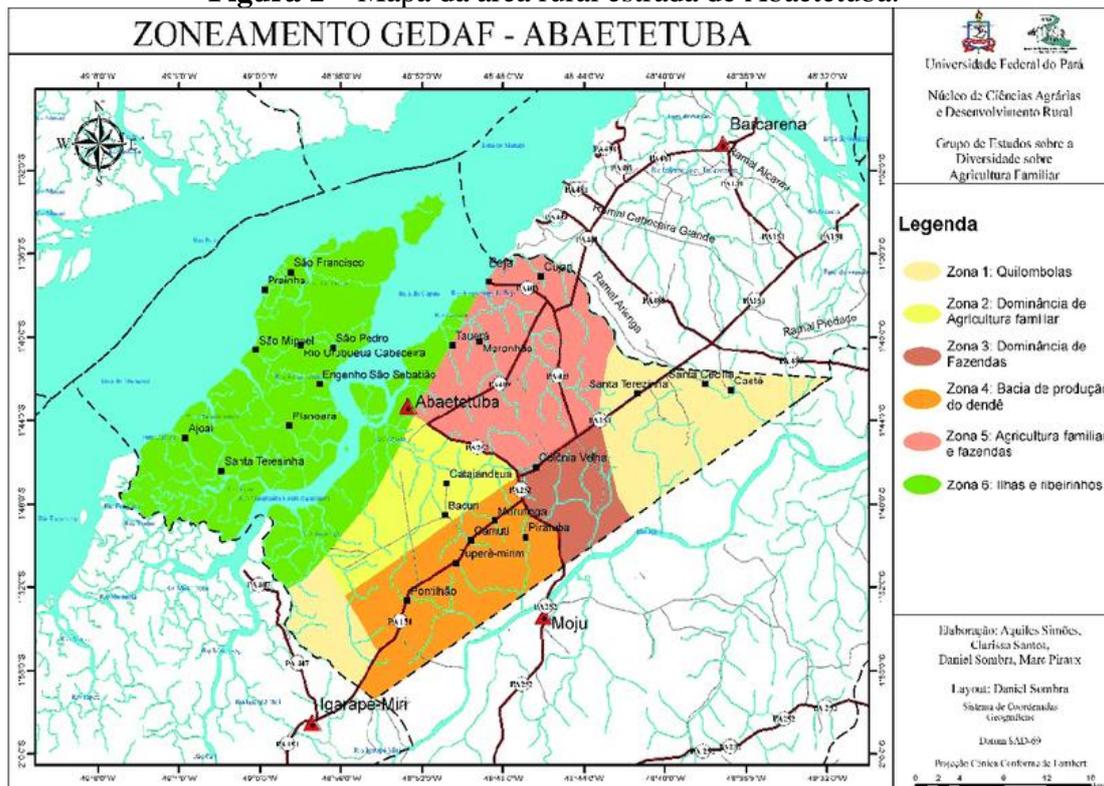
Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/334160803_Mares_das_rebeldias_em_Abaetetuba_dos_rios_da_existencia_a_resistencia_dos_territorios_na_Amazonia_paraense_baixo_Tocantins. Acesso em: 13 jan.

2022.



Figura 2 – Mapa da área rural estrada de Abaetetuba.



Fonte: SOMBRA, Soares Daniel; DAMASCENO, Solange Batista, DE CASTRO, Carlos Jorge Nogueira *et al.* “Produção do espaço agrário e dinâmicas territoriais na Amazônia Tocantina: transporte rural-urbano, agricultura familiar e ambientes em Abaetetuba (PA)”. In: DE OLIVEIRA, Robson José (ed.). **Extensão rural:** práticas e pesquisas para o fortalecimento da agricultura familiar - Volume 1. São Paulo: Científica Digital, 2021. p. 579-600. Disponível em: <https://agritrop.cirad.fr/597480/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

O acesso hidroviário é feito através do rio Pará e da Baía do Marapatá; o rodoviário, através das rodovias PA-481, PA-150, PA-151 e PA-252. Atualmente, não conta com aeroporto, sendo utilizados terrenos particulares para pouso de aviões de pequeno porte.

Nessas três realidades distintas, a zona urbana possui maior cobertura das políticas públicas. A zona rural ribeirinha é constituída por ilhas rodeadas por rios, furos e igarapés, onde o rio passa a ter o papel de rua e a natureza, muitas vezes, determina a localização, os dias e os horários⁵⁹ de oferta dos serviços, o que dificulta o acesso às mais diversas políticas públicas. A zona rural estradas é dividida por colônias e por uma vila, com acesso por estradas⁶⁰, caminhos e ramais onde o rio passa a ter o papel de rua

⁵⁹ Marcada por sua especificidade geográfica, na zona rural ilhas os serviços são levados para a localidade através das equipes volantes que integram a equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e tem o objetivo de prestar serviços de assistência social a famílias que residem em locais de difícil acesso (áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, calhas de rios, assentamentos, dentre outros).

⁶⁰ Abaetetuba possui duas rodovias que fazem ligações a outras localidades do município. Os moradores da região a denominam de estrada. A Pa. 409 liga a cidade à Vila de Beja e a Rod. Dr. João Miranda



e a natureza, muitas vezes, determina a localização, os dias e os horários de oferta dos serviços. Realidades marcadas por um conjunto de contradições sociais que tornam mais complexas as ações de materialização de políticas públicas que possibilitem o acesso do cidadão aos direitos fundamentais, como saúde, educação e assistência social.

Trata-se de uma violência não somente física, mas de uma violência cotidianamente vivenciada e muitas vezes não percebida, ou seja, naturalizada e que ancora as relações de poder. Assim, considerando essas realidades distintas, são avultantes os variados episódios de violência, intensificados pelos bolsões de pobreza e pelo aprofundamento de outras formas de expressão das mazelas sociais. Trata-se de uma violência não somente física, mas de uma violência cotidianamente vivenciada e muitas vezes não percebida, ou seja, naturalizada e que ancora as relações de poder. A exemplo, a falta de acesso aos bens necessários para que se tenha qualidade de vida e a precariedade da oferta de políticas públicas para a população condicionam a construção de identidades violentas. Daí emergem as mais diversas expressões da questão social, como o trabalho infantil, a violência sexual, os atos infracionais. São pessoas vítimas de um sistema e que produzem vítimas. Esse é o público atendido nos CRAS.

O diálogo intergeracional, estimulou nas crianças e nos adolescentes, a valorização e o reconhecimento da manifestação popular dos Cordões Juninos. Nessa construção, os orientadores de arte tiveram um papel fundamental, que foi mediar as situações de produção coletiva, por meio da adaptação de textos criados e coletados e sua articulação com os conteúdos trabalhados no SCFV.

O cordão da arraia do CRAS Beja: violência e resistência

O objeto deste estudo foi o Cordão da Arraia⁶¹ pertencente ao CRAS Beja, localizado na Vila de Beja. Este CRAS faz cobertura a um vasto território compreendido por rios, estradas, ramais e caminhos. A Vila de Beja conta com uma praia de água doce, localizada às margens da Baía do Capim. No mês de julho, a pacata vila se transforma em um “formigueiro humano”, existe uma enorme movimentação de

possibilita o acesso para a saída da cidade em direção a Belém e aos municípios vizinhos Moju e Igarapé Miri. Essas estradas são entrecortadas por outras ramificações que recebem a denominação de ramais e caminhos.

⁶¹ A personagem representativa da arraia se deve ao fato de que, na praia de Beja, costuma ser muito comum o fluxo desse animal marinho. Muitos são os casos de pessoas que são ferradas pela arraia na praia, e esses acontecimentos recorrentes costumam aguçar a imaginação das pessoas, resultando em histórias, músicas e lendas. Inspirado nesses acontecimentos, o CRAS de Beja criou o Cordão da Arraia.

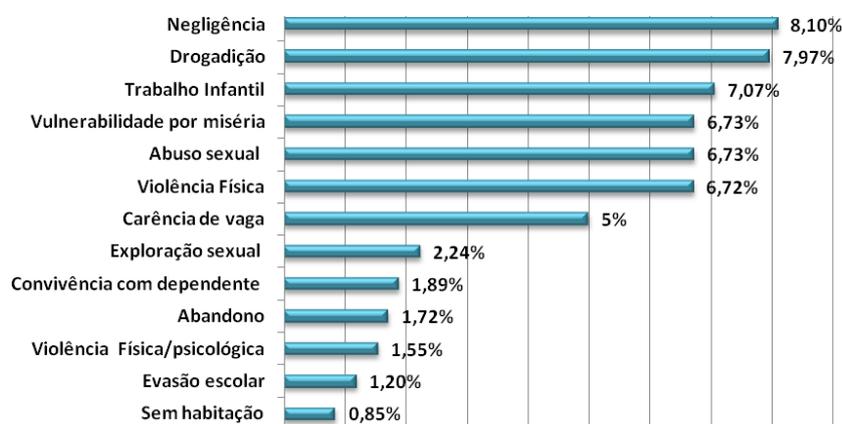


pessoas que se deslocam do centro e de municípios vizinhos para a Vila, a fim de usufruir das atrações que oferece. Sua localização de fácil acesso possibilita que pessoas oriundas da área urbana, de ilhas e de municípios vizinhos se desloquem para o balneário em busca de diversão. A oferta de entretenimento regrado a muitas festas e bares favorece um ambiente em que crianças e adolescentes fiquem expostos a situações adversas que podem ocasionar consequências negativas para as relações familiares e comunitárias.

Neste capítulo, pretende-se discorrer acerca dessas violações de direitos que cotidianamente crianças e adolescentes vivenciam, reflexo das relações de poder que marginalizam socialmente a população, deixando-a exposta às mais diversas formas de violência.

Segundo o Diagnóstico Social da Criança e do Adolescente de Abaetetuba (2011), existem diversas formas de violações contra esse público e suas famílias. Entre essas expressões da questão social, o abuso e a exploração sexual ganham considerável proporção.

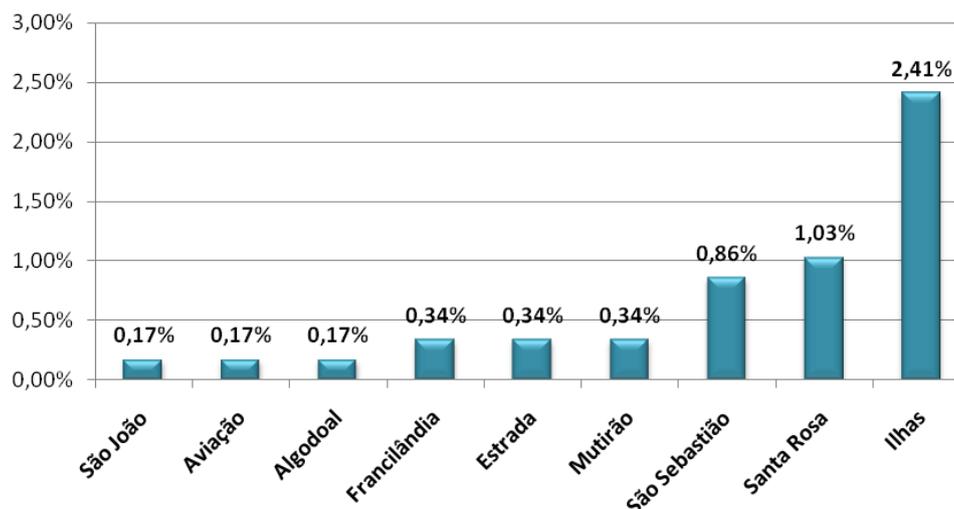
Gráfico 1 – Violações identificadas pelo Conselho Tutelar de Abaetetuba.



Fonte: Diagnóstico Social da Criança e do Adolescente de Abaetetuba (2011).



Gráfico 2 – Violação - abuso e exploração sexual distribuídos por bairros.



Fonte: Diagnóstico Social da Criança e do Adolescente de Abaetetuba (2011).

Dessa forma, para prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, o CRAS trabalha numa dimensão sociocultural, através de ações que promovam dinâmicas para o fortalecimento de vínculos e, assim, evitem que essas violações de direitos fragilizem os vínculos familiares e comunitários dos usuários de seus territórios.

No texto abaixo do Cordão da Arraia, os personagens expressam, com muita nitidez, a realidade dos moradores da Vila de Beja. São questões vivenciadas cotidianamente pelos moradores. Embora a cena remeta o espectador ao riso, ela não deixa de ser crítica, pois traduz as contradições da sociedade. O diálogo expresso entre os matutos deixa implícito sérios conflitos de distribuição de renda, abrindo um grande abismo, a desigualdade social.

Deoclenedita Felicidade: Paruca minha mana vumbora. Olha! Nos vai perder este ônibus de Beja. Tu sabe piquena que eu lavei três truxa de rupa, pra arrumar o dinheiro deste passeio.

Deoclenedita Felicidade: Mais Espia! Tu tá vendo aquela turma ali? Tudo fumado toxico.

Paruca: Puizé nê, Deoclenedita, essas piquenas tudo nuvinha, nem parece que tem pai e mãe.⁶²

Como se vê no texto teatral escrito acima, faz-se notar um vocabulário e um conjunto de expressões que reforçam o lugar de enunciação do ribeirinho, sua forma peculiar de expressão oral. No ato de representação do texto, isto é, na performance, esse vocabulário e as expressões ganham mais densidade e conseguem materializar de

⁶² Trecho extraído do Cordão da Arraia.



forma mais dinâmica. São agentes sociais que buscam pertencimento, e as identidades são soluções essenciais nesse processo.

Uma das características dos Cordões Juninos é a criatividade que ultrapassa a muralha de realidade, passando a habitar um outro cenário povoado de deuses, fadas, feiticeiras, rios e florestas. As cenas ora estão em um espaço real, no caso do Cordão da Arraia, o local é a vila de Beja; ora ocorrem dentro de uma tribo indígena e aí o espectador se transporta para um mundo próprio de fantasia, abandonando os critérios de realismo, como ressalta Paes Loureiro, o “real e o imaginal” se interpenetram livremente (2015). Para o autor, essa “contemplação devaneante”, própria do homem amazônico, povoa seu cotidiano de deuses e mitos.

Entra a feiticeira dançando e cantando.

Música: sou uma feiticeira, sou linda e traiçoeira.

Meu coração partido está.

Muita maldade vou destilar.

Há, há, há.

A tribo Ibitinga vou acabar.

Há, há, há.

Feiticeira: Eu preciso acabar com a tribo Ibitinga. Ai então o meu amor vingado vai estar, quando numa arraia me transformei, mas forte eu fiquei. Mas agora o encanto acabou e a arraia nas águas da tribo se alastrou. Mas mesmo assim vou me vingar de todos que quiseram me prejudicar. Há, há, há.⁶³

Essa criação vai se dar em meio a um mundo já construído. Tal mundo construído é o da violência, da exclusão, das violações, diferente do mundo sonhado. Assim, no percurso do Cordão da Arraia, “há dois mundos entrelaçados: o visível e o imaginal – que, na cultura amazônica em geral, estão imbricados numa convivência cotidiana e explicativa do mundo” (LOUREIRO, 2015, p. 198). As simbologias que constituem os *Cordões* são, segundo o autor, deflagradoras de divergências e conciliações.

Nesse dualismo de convivência entre o real e o imaginário, o *Cordão da Arraia* traz também para a cena o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. O objetivo é alertar sobre as práticas sexuais desumanas que são concebidas como aceitáveis pela sociedade. Sabe-se que as drogas e a violência sexual não são exclusivas da camada com menor poder aquisitivo da sociedade, porém não resta dúvida de que é esse o público que está mais exposto às vulnerabilidades sociais.

⁶³ Trecho extraído do Cordão da Arraia.



Acerca da banalização do estupro no Brasil data-se desde o início de sua colonização, “mulheres indígenas e negras, além de serem consideradas produtoras de riqueza, (...) serviam a seus proprietários como instrumento de prazer e gozo” (SCHWARCZ, 2019, p. 190). A realidade do assédio sexual e do estupro não é exclusiva desse período, ela permanece até os dias atuais e é muito recorrente nos territórios da cidade de Abaetetuba,

Esses índices por demais elevados reforça a ideia de que a única maneira de enfrentar a violência de gênero é atuar com políticas públicas estruturadas que envolvam diversas dimensões, como o trabalho, a família, a saúde, a renda, a igualdade racial e de oportunidades. A educação da população, nesse sentido, é também um passo importante, na medida em que a partir dela se podem evitar comportamentos “misóginos” - de ódio, desprezo ou preconceito contra as mulheres, independentemente da faixa etária, raça ou religião (SCHWARCZ, 2016, p. 186).

A autora ressalta, ainda, que, segundo dados do Ipea, 88% das vítimas de assédio são do sexo feminino e 70% são crianças e adolescentes.

Em Abaetetuba, essa realidade está expressa através dos muitos casos de abuso sexual vivenciados por crianças e adolescentes. Segundo o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Abaetetuba (2015), entre 2012 e 2014, foram atendidos no Centro de Referência de Assistência Social-CREAS 306 (trezentas e seis) crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. A violência mais frequente foi o abuso sexual, ficando da seguinte forma: no ano de 2012 foram 72 (setenta e duas) vítimas sendo 15 (quinze) do sexo masculino e 57 (cinquenta e sete) do sexo feminino. No ano de 2013 foram 10 (dez) do sexo masculino e 34 (trinta e quatro) do sexo feminino e finalmente no ano de 2014 totalizaram 29 (vinte e nove) vítimas, sendo 12 (doze) masculinos e 17 (dezessete) feminino. Nota-se em ambas a questão de gênero presente na violação, sendo as do sexo feminino as maiores vítimas.

O levantamento realizado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública aponta que ao menos 30.553 (trinta mil, quinhentas e cinquenta e três) meninas de até 13 (treze) anos foram estupradas no ano de 2021, de acordo com o levantamento incluindo meninas e meninos da mesma faixa etária, são 35.735 (trinta e cinco mil, setecentos e trinta e cinco) registro de violência sexual em um ano. Para os crimes de estupro em geral, houve aumento de 4,2% em relação a 2020. Crianças e adolescentes de até 13 (treze) anos, incluído gênero feminino e masculino, representam 61,3% do total de vítimas. É importante enfatizar que em 2020, o índice foi de 60,6% e em 2019, de 57,9%.



No Cordão da Arraia do CRAS de Beja, o abuso sexual vem representado pelo personagem do boto. Para Aquésia Maciel Góes, em seu estudo intitulado “Boto Cor-de-Rosa: uma narrativa sobre gênero, raça e violência”, o boto é compreendido como representação de uma violência escamoteada, silenciada e simbólica. Para a autora, as comunidades ribeirinhas, para se enquadrarem nos conceitos ditos civilizatórios, comportamentais, moralistas pautados na diferença de gênero e raça do ocidente, tiveram que fazer adaptações das narrativas para justificar uma relação sexual antes do casamento, podendo ou não ocasionar uma gravidez indesejada, um filho com paternidade desconhecida, um estupro.

Entende-se, que a lenda do boto é transmitida, de geração para geração, numa diversidade de narrativas que não se desvincula da relação da mulher subjugada pelo homem. Um padrão de hierarquia que a deixa numa condição de inferiorização, propiciando, dessa forma, uma atmosfera favorável para as relações de violência.

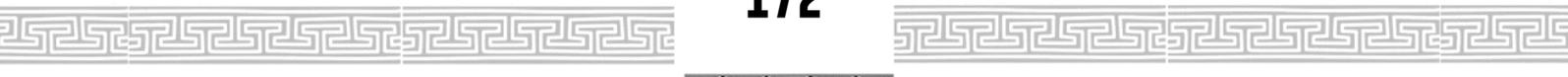
Imagem 1 – Cena da chegada do boto no *Cordão da Arraia* do CRAS de Beja.



Fonte: Acervo fotográfico da SEMAS.

A imagem do boto é a reprodução de um imaginário social que elabora um personagem com características que não condizem com as dos homens ribeirinhos. Ele se apresenta na figura de um homem branco, com belas vestimentas de muito bom gosto, que seduz a mulher.

Contudo se observa na imagem acima que o boto do Cordão da Arraia rompe com esse estereótipo e traz para a cena o boto com aspectos do homem ribeirinho. Ele se apresenta chegando numa canoa, transporte utilizado pelos moradores das ilhas, usa





chapéu de palha. Em outra imagem, em seguida, é possível notar que o personagem do boto está descalço.

Assim, a proposta do trabalho do CRAS é justamente desconstruir, nesse caso, trata-se da desconstrução do padrão de beleza imposto na sociedade e em alguns casos, absorvido em determinadas narrativas.

Imagem 2 – Cena do boto com a arraia do *Cordão da Arraia* do CRAS Beja.



Fonte: Arquivo fotográfico da SEMAS.

No texto abaixo, do *Cordão da Arraia*, observam-se padrões legitimados socialmente acerca dessa condição de submissão da mulher, muito bem colocado por Aquésia Góes. O texto traz uma mulher desprotegida, frágil, incapaz de resistir aos encantos do homem. Além de já deixar sinalizado que, após o envolvimento, ele vai abandoná-la.

(Entra o boto cantando e dançando)

Moça bonita tome cuidado/ porque quando eu aparecer /você não irá resistir /sou lindo e conquistador e te darei todo meu amor/mas não deves se apaixonar/aqui não posso ficar / moro no fundo do mar.

Refrão: sou boto peixe da maré, viro homem pra conquistar mulher/depois que eu conquistar pro mar irei retornar.

Boto: Porque me chamas? Já sentiu minha falta?

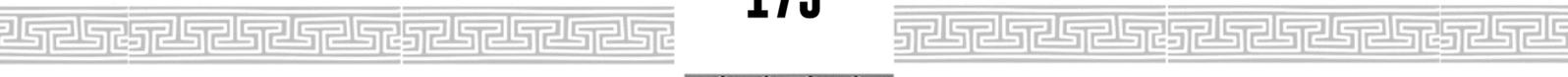
Feiticeira: Há, há, há. Você se acha mesmo? Mas comigo boto seu charme não vai colar, pois sei que vens do fundo do mar e peixe ira se tornar.

Boto: Diga o que queres linda arraia só não vai me ferrar, a dor é muito forte que faz agonizar.

Feiticeira: Não me chames desse nome desprezível, odeio arraia. Mas agora escute que vou falar deves as crianças e os adolescentes aliciar.

Boto: tudo bem minha linda vou te ajudar⁶⁴.

⁶⁴ Texto extraído do *Cordão da Arraia* do CRAS Beja.





O Cordão da Arraia do CRAS de Beja traz a personificação do boto na figura de um belo rapaz, vestido de branco, que se destaca pela destreza na dança e seduz as moças nos territórios. Nos territórios das águas, como é chamada a região das ilhas de Abaetetuba, ainda se utiliza da lenda do boto para justificar a gravidez na adolescência, o adultério, o estupro, a pedofilia e o incesto, cenas cotidianas de subjugação da mulher ribeirinha às mais diversas formas de violência.

Considerações finais

Tratar de questões sociais e suas diversas expressões demandam estratégias de intervenção que impulsionem um processo de mudança junto aos usuários da Política de Assistência Social. Assim, pesquisar e conhecer a realidade torna-se condição essencial para a ação transformadora proposta pelo CRAS.

Certamente, o trabalho realizado pelo CRAS, desde a criação, os planejamentos das ações, a organização e os atos de resistência, trouxe um caráter inovador ao trabalho social com os usuários da Política de Assistência Social. Utilizar uma manifestação cultural, que se encontrava esquecida no município de Abaetetuba, como prática motivadora de intervenção social no trabalho dos CRAS foi, sem dúvida alguma, um desafio. Isso tudo comprova que as atividades realizadas em grupos para promover a integração, a troca de experiências entre os participantes e a valorização do sentido de vida coletiva foram um ponto de partida para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e do enfrentamento à violência sexual a que estão submetidas crianças e adolescentes.

Outro importante aspecto que aponta novos caminhos investigativos acerca dos Cordões Juninos é a territorialidade. O território como espaço de convivência entre as pessoas, as quais possuem atitudes diferenciadas e convivem com as suas mais diversas formas de poder que se materializam no cotidiano e determinam práticas distintas entre os agentes sociais que participam dos Cordões Juninos, mas possuem interesses comuns. Como observa Milton Santos, “o território não é apenas um conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade” (SANTOS, 2007, p. 14). Assim, cada agente social tem a capacidade de realizar resultados para o alcance de seus interesses.

Portanto observou-se, neste estudo, que os Cordões Juninos produzem território com hierarquias internas, com disputas e conflitos. O poder pode ser traduzido e



representado em vários contextos. É relevante dizer que essa manifestação cultural possui um criador e, nessa relação com os demais componentes do Cordão, constroem-se práticas formativas de relação de dominação determinadas na forma como a territorialidade é produzida.

Por fim, que essa prática exitosa se utilizando da arte para tratar da violência, representa uma grande guinada na história da política de assistência social no município de Abaetetuba. Contudo, isto não significa que as transformações ocorrem em sua totalidade. Produz-se diariamente fugazes, porém, importantes lampejos intermitentes de esperança, a exemplo do que propõe Didi-Huberman no estudo *Sobrevivência dos vaga-lumes*:

Os vaga-lumes, depende apenas de nós não vê-los desaparecerem. Ora, para isso, nós mesmos devemos assumir a liberdade do movimento, a retirada que não seja fechamento sobre si, a força diagonal, a faculdade de fazer aparecer parcelas de humanidade, o desejo indestrutível (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 154).

Os vaga-lumes podem ser entendidos aqui como as várias formas de resistência da equipe de trabalho da SEMAS, da performance dos usuários dos CRAS nas apresentações dos Cordões Juninos, das famílias atendidas nos serviços socioassistenciais, que diariamente se defrontam com luzes ofuscantes do poder.

Data de Submissão: 10/10/2022

Data de Aceite: 14/11/2022

Referências

BOSI, Alfredo. Narrativa e resistência. *In*: BOSI, Alfredo. **Literatura e Resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 118-135.

BOSI, Alfredo. Cultura brasileira, culturas brasileiras. *In*: BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 308-345.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Brasília, 2014.

CHAUÍ, Marilena. Sobre a violência. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017 (Escritos de Marilena Chauí; v. 5).



CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GÓES, Agúesia Maciel. **Boto cor-de-rosa: uma narrativa sobre gênero, raça e violência**. Dissertação (Pós-Graduação em Literatura Comparada) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, 2018.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. Pássaro da Terra. *In*: LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Obras reunidas** (volume 3). São Paulo: Escrituras Editora, 2000, p. 9-80.

MAGALHÃES, Débora Lima. A Construção histórica do termo caboclo. Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos**, NAEA, vol. 2, n. 2, dez. 1999.

MOURA, Carlos Eduardo Marcondes. **O Teatro que o povo cria**: cordão de pássaros, cordão de bichos, pássaros juninos do Pará – da dramaturgia ao espetáculo. Belém: Secult, 1997.

PLANO Municipal Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Abaetetuba (2015-2024). Abaetetuba: Tempo Editora, 2015.

SANTOS, Milton. **Territórios, territórios ensaios sobre o reordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SARMENTO-PANTOJA, Carlos Augusto Nascimento. Literatura e arte de resistência. *In*: SARMENTO-PANTOJA, Carlos Augusto Nascimento; UMBACH, Rosani; SARMENTO-PANTOJA, Tânia Maria Pereira (orgs.). **Estudos de literatura e resistência**. Campinas-SP: Pontes, 2014, p. 11-31.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

STOPPINO, Mário. Autoritarismo. *In*: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UNB, 1998, p. 94-104.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. A Dimensão política do trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014.

O ESTADO NOVO NO AMAZONAS: O GOLPE DE VARGAS NA IMPRENSA MANAUARA

THE ESTADO NOVO IN AMAZONAS: THE VARGAS COUP IN THE MANAUARA PRESS



NELIAN CAIO CÂNDIDO LOBATO⁶⁵

Resumo

No final de 1937, o presidente Getúlio Vargas deu um golpe e instaurou o Estado Novo, uma ditadura que foi encerrada apenas nos fins de 1945. Com poder em suas mãos, Vargas deu continuidade a uma série de políticas públicas que mudariam o panorama geral do Brasil. Ao mesmo tempo, a ditadura varguista perseguiu opositores, acabou com o sistema partidário brasileiro e reprimiu qualquer tentativa de protesto social. A imprensa age no campo político-ideológico e a apresentação de notícias não é apenas uma repetição dos ocorridos e registros. Ela exhibe as características de cada veículo e a forma de organização de certos acontecimentos. Ao partirmos dessa ideia, é possível compreender o posicionamento dos dois principais periódicos manauaras, o *Jornal do Commercio* e *A Tarde*, em relação ao golpe de 10 de novembro de 1937 e as políticas iniciais praticadas pelo novo regime tanto a nível nacional como estadual. Além de analisar as políticas do interventor Álvaro Maia para o Amazonas.

Palavras-chave: Estado Novo; Amazonas; golpe; Getúlio Vargas; imprensa.

Abstract

In late 1937, President Getúlio Vargas staged a coup and established the Estado Novo, a dictatorship that ended only by the end of 1945. With power in his hands, Vargas continued with a series of public policies that would change the general panorama of Brazil. At the same time, the Vargas dictatorship persecuted opponents, ended the Brazilian party system and repressed any attempt of social protest. The press acts in the political-ideological field and the presentation of news is not just a repetition of events and records. It displays the characteristics of each vehicle, and the way certain events are organized. Based on this idea, is possible to understand the position of the two main manauaras periodicals, *Jornal do Commercio* and *A Tarde*, in relation to the coup of November 10, 1937 and the initial policies practiced by the new regime at both the national and state levels. Besides analyzing the policies of the interventor Álvaro Maia for Amazonas.

Keywords: Estado Novo; Amazonas; coup; Getúlio Vargas; press.

⁶⁵ Graduando de História na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: nelian_lobato@live.com.



Introdução

Durante o período de 1930 até 1945, o Brasil foi governado por Getúlio Vargas, candidato da oposição nas eleições de 1930, que após perder o pleito para Júlio Prestes, liderou um golpe de Estado, com apoio de diversos setores da sociedade, como oligarcas dissidentes e tenentes, que impediu a posse do presidente eleito, dando fim à “República Velha”⁶⁶ e o início da chamada “Era Vargas”. Dentre esses 15 anos, um dos mais marcantes para a historiografia do país foi o Estado Novo, a fase final desse período, na qual Vargas em 1937 aplicou outro golpe de Estado, instaurando uma ditadura que duraria até 1945. Esse estudo tem como objetivo analisar a repercussão do golpe do Estado Novo na imprensa manauara, destacando a atuação dos periódicos *Jornal do Commercio* e *A Tarde*, como se comportaram os jornais locais e as medidas iniciais do Estado Novo para o Amazonas. Além disso, entender a razão para a continuidade de Álvaro Maia no governo e os impactos do golpe nas classes populares de Manaus.

Segundo Maria Helena Capelato (2019), o período do Estado Novo começou a ser mais estudado após a redemocratização do país, quando historiadores mais novos voltaram a observar esse período para entender as origens do pensamento autoritário brasileiro, além de desmistificar o período que era visto como “pacífico” e “cordial”. Vários temas foram investigados, como cultura política, mundo do trabalho, formas de controle social, o papel da polícia política, formas de repressão, dentre outros. Angela de Castro Gomes (2019) explica que nas duas últimas décadas do século XX, houve uma retomada, em novas bases teóricas e metodológicas, dos estudos sobre regimes autoritários no contexto nacional e internacional. Essa revisão historiográfica alterou a forma de se pensar as relações de dominação e propunham um modelo mais sofisticado das relações entre dominante e dominado, assim como entre o Estado e a sociedade civil. O período que constituiu o Estado Novo foi um dos mais densos de nossa história republicana devido às enormes transformações ocorridas nos aspectos políticos, econômicos e culturais. Também é marcado pela ambiguidade do regime e de seu líder. Em oito anos, o Brasil experimentou uma série de novas políticas públicas ligadas ao intervencionismo estatal, algumas que até mesmo se contradiziam e disputavam espaço no aparelho estatal.

⁶⁶ O termo “República Velha” é carregado de alguns preconceitos e surge após a instalação da ditadura do “Estado Novo” e da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) com objetivo menosprezar o período republicano anterior a 1930 e de enaltecer o novo período vivido pelo país.



Em 1937 o Amazonas era governado por Álvaro Botelho Maia que chegou ao poder como interventor em 1930 e sua ascensão deve-se ao fato de que todos os governadores estaduais perderam seus cargos após o golpe de 1930, sendo designado a governar pelo próprio governo central. De acordo com Hosenildo Gato Alves (2009), como interventor no ano de 1930, Álvaro Maia procurou, ao lado do poder central, melhorar a economia, com destaque no setor de extração e exportação da borracha, além de buscar reformar setores de seu governo e do poder judiciário. A reforma no judiciário causou polêmica pelo país e culminou na exoneração do interventor amazonense em 1931.

Após isso, Maia retornaria ao poder em 1935 por meio de uma eleição, depois de um período de instabilidade no governo do estado. Por ter prestígio com Vargas, Maia permaneceu no poder depois do golpe de 1937. Esse prestígio, à medida que o Estado Novo se consolidava, só iria aumentando, ao ponto de que outros interventores reconheceram Maia alguém próximo ao presidente (ALVES, 2009). Uma das principais metas de Maia foi tentar equilibrar o orçamento estadual, ganhando força com chefes políticos municipais e se baseando em uma política assistencialista. Álvaro Maia foi de grande importância para o Estado Novo no Amazonas, suas políticas tiveram grande apoio do governo central, apoio por grandes comerciantes e a tentativa de integrar os setores mais pobres da sociedade criaram um cenário mais tranquilo para propaganda política do regime

Criado em 27 de dezembro de 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) era o zelador da boa imagem de Vargas e responsável pelos desfiles cívicos, como na Semana da Pátria, além dos dias 10 de novembro, aniversário do Estado Novo, e 19 de abril (aniversário de Vargas). Também foi o responsável por controlar os meios de comunicação e produzir propaganda, censurando qualquer jornal que noticiasse algo desfavorável ao governo e privilegiando aqueles que se aliaram ao regime. Imagens e símbolos eram difundidos nas escolas com o objetivo de formar a consciência do pequeno cidadão. De acordo com Maria Helena Capelato (2019), nessas imagens havia um contraste entre o novo e o velho, com o velho, em referência a “Velha República”, sendo considerado negativo e maligno, enquanto o novo, em referência ao “Estado Novo”, era representado como algo positivo e do bem.

Ainda de acordo com Hosenildo Gato Alves (2009), o Estado Novo foi apresentado aos amazonenses como o único tipo de governo que poderia resolver os problemas do Brasil, além de fazer o Amazonas renascer como parte importante do país.



Através da propaganda, o regime tentava veicular uma nova definição de democracia, esse, que em sua essência seria autoritária e verdadeira, substituindo a falsa democracia liberal. A nova “democracia” brasileira, criada pelo Estado Novo, veio dar um basta nos equívocos da democracia liberal da República Velha. Vargas era representado como um salvador da pátria, um homem que não abandonaria o povo durante os momentos de dificuldade, zelando pelo bem nacional e pelo destino do Brasil. A propaganda também constrói Vargas como um homem que não sabe odiar, repleto de bondade e magnitude. O culto a figura de Vargas estava, em sua maioria, ligado à datas comemorativas do calendário republicano e estadonovista, sendo a data mais importante o aniversário de Vargas.

A propaganda estadonovista no Amazonas não apenas exaltou e elogiou o chefe da nação, muitas mensagens procuraram atribuir boas características às lideranças locais, como o presidente do Departamento Administrativo, Leopoldo Peres; o Secretário Geral do Estado, Ruy Araújo; e ao interventor do Estado, Álvaro Maia. A imprensa local tinha muita simpatia a Maia e destacava sua capacidade como governante. Essa exaltação ganhava mais destaque em datas comemorativas e, principalmente, no dia do aniversário do interventor. O governo tentou falar pelos outros, passando a ideia de que os amazonenses, em geral, amavam o interventor. Um exemplo disso foi o retorno de Maia a Manaus, depois de passar três meses no Rio de Janeiro com Vargas, discutindo sobre a situação do Amazonas. O interventor não queria qualquer tipo de manifestação durante sua chegada, mas ao chegar, o povo e autoridades do Estado promoveram uma grande recepção. Embora a sociedade tivesse um alto apreço por Maia, não se deve concluir que a recepção foi espontânea, mas sim, que setores do governo tentavam passar uma imagem de unanimidade, tentando bloquear qualquer tipo de insatisfação ou discordância para com o interventor.

A partir de 1937, o governo Vargas começa a investir, mesmo que minimamente, na economia da Amazônia e procurou inseri-la nas questões políticas do país. Para o presidente, seria necessário focar os investimentos na indústria extrativista da seringa e da castanha, bem como outros produtos que poderiam tornar a região mais abundante reserva da economia nacional (ALVES, 2009). O Estado Novo tinha como objetivo a inserção da Amazônia ao cenário nacional, com a intenção de ocupar os espaços “despovoados” do Brasil, consolidando a integridade geográfica e a economia dos lugares mais longínquos do país, assim ajudando a nação em sua plenitude. O Estado Novo traçou planos para a borracha, intensificando sua produção, melhorando



seu preparo e padronizando sua industrialização. A propaganda começou a destacar o Amazonas como um grande celeiro cheio de oportunidades e surpresas econômicas, além de destacar a precariedade deixada pelos antigos governantes e exaltar o seu renascimento político.

Jornais manauaras e a mudança de regime

O *Jornal do Commercio* foi criado no dia 02 de janeiro de 1904 por Joaquim Rocha dos Santos, ex-proprietário do jornal *Commercio do Amazonas*. Com exceção dos períodos de 1910 até 1914, onde constava com 08 páginas, o periódico desde sua criação o constava com 04 páginas. A primeira página era dedicada às notícias e nas outras as notícias vinham ao lado de anúncios publicitários. Segundo Hosenildo Gato Alves (2009), o periódico, assim como outros jornais do período, buscou passar a ideia de imparcialidade, porém desde seu início ele intervém em assuntos políticos e sociais com intuito de defender o setor oligárquico que ele representa – uma elite comercial constituída principalmente por luso-brasileiros. Em outros momentos, apoiou o movimento dos trabalhadores principalmente após a decadência do o comércio da borracha.

O *Jornal do Commercio* se mostrou contrário à formação da Aliança Liberal, que lançou Getúlio Vargas como candidato a presidente da República. Durante os anos de 1930 a 1937, foram poucas as vezes que o periódico se manifestou politicamente, sendo um desses momentos quando foi promulgada a Constituição do Estado do Amazonas. O jornal ainda se manifestou em alguns momentos, favorável a Álvaro Maia. Para o periódico, esses anos, principalmente o de 1937, eram de incertezas para a democracia, que rumaria para um caminho no qual as liberdades poderiam ser usurpadas.

O jornal *A Tarde* iniciou suas atividades no dia 19 de fevereiro de 1937, na cidade de Manaus, estado do Amazonas. O vespertino conseguiu desenvolver um papel fundamental na sociedade amazonense, mesmo em um momento no qual o país estava sob censura devido ao estado de guerra. Em suas primeiras páginas o vespertino destacava seu lema, “A Tarde é do povo e viverá para o povo” e seu subtítulo “um vespertino que será sempre o arauto das aspirações populares”. Em sua primeira edição teve oito páginas, porém, de forma geral, ele era composto por quatro páginas. Em algumas edições especiais, o vespertino foi produzido com seis, oito e até com 54, como em seu primeiro aniversário. Seu noticiário falava sobre política internacional, nacional



e regional, mas também havia espaço para as queixas do povo, literatura, crônicas, fuxicos e a parte comercial.

De acordo com Davi Monteiro Abreu e Vanessa Andrade Vasconcelos (2022), em seu editorial, o jornal *A Tarde* destacou que sua luta seria contra as “ideologias estrangeiras” e a favor da ordem. A batalha que o jornal enfrentou foi essencialmente contra o comunismo, inimigo esse que, segundo os colunistas do *A Tarde*, infiltrava-se nos organismos sociais do Brasil e destruía suas bases. O anticomunismo era abordado em diversas colunas regulares do periódico, como na coluna do deputado estadual Leopoldo Carpinteiro Péres; na coluna do proprietário do jornal e seu diretor, Aristophano Antony; além de três colunas integralistas (Coluna do Sigma, Coluna Verde e Quadrilátero da 5^o hora), que abordavam temas gerais, mas também falavam sobre o comunismo e faziam propaganda integralista.

Dia 23 de fevereiro de 1937, uma terça-feira, na primeira página do *Jornal do Commercio* existe uma interessante entrevista na seção “Profecias”. O periódico destaca a reportagem do vespertino carioca *A Noite*, na qual os redatores perguntaram à telepata There Deslys suas previsões sobre o que iria ocorrer durante o ano. Algumas previsões diziam respeito a novas descobertas de riquezas naturais em partes do país como petróleo e carvão mineral, porém as mais interessantes são aquelas que a telepata invocava o nome de Getúlio Vargas. Suas previsões sobre o presidente da República estavam ligadas à questão da democracia no país, na qual Vargas era visto como aquele que uniria o povo contra forças que tentariam envenenar o país e sua democracia; o outro tópico era sobre sucessão presidencial, um dos assuntos mais debatidos no cenário político e que a telepata afirmou que Vargas iria continuar no poder, sendo o único que poderia garantir a nacionalidade em momentos difíceis.

Forças secretas tentarão envenenar os brasileiros contra o regime democrático, mas o acontecimento demonstra de que fato, cuja natureza não posso esclarecer, será como que um grito de alerta, de modo que o povo formará, unanimemente, do lado do sr. Getúlio Vargas. (...) Posso mesmo dizer que o problema da sucessão será decidido pelo povo, continuando o sr. Getúlio Vargas na presidência da República, e isto, note-se bem, porque será ele, numa hora difícil, que demonstrará o tato preciso para garantir a nacionalidade, conquistando, por isso, um prestígio como nunca possuiu um chefe de governo americano (*Jornal do Commercio*, Manaus, 23 fev. 1937, p. 1).

Ao olharmos para o passado, percebemos que partes dessas profecias acabaram tornando-se realidade. A continuidade de Getúlio Vargas foi assegurada no dia 10 de novembro daquele mesmo ano, porém, ao contrário do que There Deslys profetizou,



Vargas não ria ser aquele que destruiria as forças que tentariam envenenar o regime democrático, sendo ele, na realidade, aquele que iria pôr fim a democracia no país, iniciando o período conhecido na historiografia como Estado Novo, um regime autoritário cujo líder máximo era o próprio Getúlio Vargas.

Um dos pilares que sustentou o início do novo regime foi a luta do governo contra os antigos vícios liberais das Constituições passadas. Para Vargas e seus aliados, a Constituição de 1934 possuía um caráter liberal que não refletia mais o seu tempo, sendo de um período que o próprio Vargas, em 1930, ajudou a acabar (ALVES, 2009; PANDOLFI, 2019). Para os membros do governo era necessário que a Constituição enterrasse em definitivo as antigas estruturas oligárquicas e regionalistas e que os interesses do país estivessem em primeiro lugar. Em uma entrevista para jornalistas norte-americanos a respeito do Estado Novo, o presidente de República respondeu sobre a visão da Constituição de 1937, afirmando ser ela uma Constituição de seu tempo e que a ideologia dela é simplesmente brasileira.

A Constituição promulgada a dez de novembro não é fascista, nem integralista, é brasileira, apenas correspondendo a índole do próprio estado atual e suas forças econômicas e aspirações de progresso, dentro da ordem, completamente resguardado das agitações estereis da política personalista e nacionalista, no sentido de restabelecer a proeminência da União para a solução dos problemas que interessam o país, fora e acima dos ambientes estreitos que vinham produzindo exageros regionalistas, as competições pela hegemonia dentro da federação particularismos e interesses que se sobrepujam ao interesse brasileiro (*Jornal do Commercio*, Manaus, 16 nov. 1937, p. 3).

Outra das bases de sustento do Estado Novo foi sua luta contra o comunismo. Era importante que o regime fosse legitimado como o único capaz de esmagar o perigo do comunismo (PANDOLFI, 1997). Logo, não tardou para que prisões envolvendo membros desse movimento fossem reprimidos com a ascensão do regime. Na edição de 19 de novembro de 1937, o *Jornal do Commercio* noticia, na seção de Nacionais, a prisão de vários membros comunistas que tinham se infiltrado na polícia do estado do Rio de Janeiro e que pregavam ideias de desordem e subversão. “Efetuou a polícia de segurança social a prisão de vários comunistas que, tendo sido excluídos, da armada, voltaram a atividade infiltrando-se na força policial do estado, onde pregavam ideias subversivas da ordem e das instituições” (*Jornal do Commercio*, Manaus, 19 nov. 1937, p. 3).

O combate ao comunismo já teve destaque desde antes do golpe de 10 de novembro de 1937. Durante todo o ano é possível encontrar notícias sobre combate a



movimentos comunistas por toda a nação. Em outubro, existiam boatos sobre uma tentativa de golpe comunista em Porto Alegre que nunca se concretizou. Com o passar do tempo, cada vez mais essa repressão aos comunistas vai aumentando e na fase inicial do pós-golpe, os jornais tendem a passar uma ideia de que esse problema está mais estável e que o país vive em relativa paz. Também é importante notar que nessa cruzada contra o credo vermelho, Vargas e seus aliados contaram com o apoio dos integralistas e até mesmo se utiliza deles, embora não seja um grupo a qual o presidente queria ser associado, mas que deu bastante suporte nessa luta (ABREU, 2019).

O presidente da República assistiu da sacada do Palácio Guanabara, ao lado de seus ajudantes de ordens general Newton Cavalcante e almirante Dario Paes Leme, ao soberbo desfile integralista, que marchava ao som de cânticos patrióticos e vibrantes Anauês. (...) Em todos os núcleos integralistas foi assinado uma mensagem, que será enviada ao presidente da República, protestando inteira solidariedade ao governo federal no combate sem quartel ao sanguinário credo bolchevista (*A Tarde*, Manaus, 3 nov. 1937, p. 4).

Durante todo o ano de 1937 houve grande discussão sobre a sucessão presidencial. O país vivia um clima de instabilidade política e uma das tentativas de melhorar a estabilidade do país foi tentar prorrogar os mandatos federais. Essa discussão ganhava força e vários jornais noticiavam os rumores e discussões sobre essa prorrogação. Entretanto, algum dos Estados mais poderosos da nação não gostavam da ideia de Vargas se manter no poder por mais tempo e como noticiado no início do ano, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul não iriam permitir sua reeleição, é pouco provável que essa ideia de prorrogação tenha sido levada a sério, principalmente com os eventos que iriam levar ao golpe do Estado Novo (PANDOLFI; GRYNSZPAN, 1997). No entanto, é interessante perceber que o clima para os jornais era de que as eleições de janeiro não iriam ocorrer.

Em comentários escritos a propósito do ruidoso discurso pronunciado na câmara pelo deputado Otávio Mangabeira, revelando aspectos sensacionais do panorama político brasileiro, diz “*Diário de Notícias*” que três grandes estados da Federação vetaram a pretensão do presidente Getúlio Vargas, no sentido de promover uma emenda à Constituição, com o fim de permitir sua reeleição: Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul (*Jornal do Commercio*, Manaus, 24 jan. 1937, p. 3).

É crença geral que não se realizarão as eleições de Janeiro, apesar das declarações em contrário feitas pelos maiores responsáveis pela ordem pública. O estado de guerra é disso uma prova esmagadora. Admite-se a possibilidade de continuar à frente do governo o presidente Getúlio Vargas, permanecendo constituído o congresso, pois os deputados e senadores terão seu mandato prorrogado, isto em face da gravidade do momento nacional (*A Tarde*, Manaus, 4 out. 1937, p. 1).



A sucessão presidencial se tornou algo bastante noticiado durante o ano e a imprensa tentava pressionar Vargas para falar sobre esse tema e dar apoio a algum candidato. Porém, o presidente da República, em diversos casos, não demonstrou qualquer interesse em responder sobre essa questão, sendo poucas as vezes que ele falou sobre. Essa estratégia era bastante usada pelo governo e até mesmo seus aliados utilizaram essa estratégia em respeito a Getúlio Vargas.

Diz o “*Correio de Manhã*” que até agora o sr. Getúlio Vargas não manifestou a ninguém o desejo de coordenar a sucessão, pelo contrário, tem expressado a vontade de alhear-se do assunto, assegurando que o seu papel é apenas de mantenedor da ordem e garantidor da eleição. Como, porém, alguns governadores insistissem em que, na qualidade de chefe supremo da política nacional, o presidente da República seja o controlador das forças do país, teria cedido, e então, iniciando os trabalhos, incumbira os chefes de executivo estaduais com quem vem estando em contato de organizar listas com os nomes de candidatos aceitos por todos. O processo, aliás, não é novo, sendo exatamente o mesmo posto em prática para a escolha de vários interventores, inclusive o último de São Paulo (*Jornal do Commercio*, Manaus, 30 jan. 1937).

Embora o governo tenha tentado mostrar um clima de normalidade nos meses anteriores ao 10 de novembro, inúmeros rumores sobre um golpe foram noticiados em diversos jornais. Nesses rumores, Vargas e seus aliados são creditados como possíveis autores de um futuro golpe. Essas notícias ganharam ainda mais força quando relacionadas com àquelas que acusavam Vargas de interferir na política do Rio Grande do Sul, onde estava o antigo aliado do presidente, mas que naquele momento era seu grande adversário, o governador José Antônio Flores da Cunha. Essas interferências chegaram ao ponto máximo com a proclamação da intervenção federal no Estado e a renúncia e o exílio de Flores da Cunha (PANDOLFI; GRYNSZPAN, 1997). É importante lembrar que o principal jornal que acusava Vargas de tentar interferir na política do Rio Grande do Sul é o *A Nação*, conhecido por refletir o pensamento de Flores da Cunha. Embora seja possível pensar que o jornal seja tendencioso, os movimentos de Vargas no período realmente visavam desestabilizar os seus antigos aliados para pavimentar o caminho para o golpe.

Pelo general Góes Monteiro, chefe do estado maior do exército, foi distribuída uma nota à imprensa, desmentindo categoricamente os boatos perversos que dão como organizador de um golpe político, visando implantar a ditadura no país, regime que condena formalmente no documento, por julgá-lo contrário às tendências brasileiras, terminando por afirmar sua fé na democracia, que diz estar pronto a defender com sacrifício da própria vida. (...) Em manchete, denuncia o matutino “*A Nação*” a existência de um pacto secreto entre os presidentes Getúlio Vargas, Agustin Justo e Gabriel Terra, com o propósito de estabelecer ditaduras no Brasil, Argentina e Uruguai para o que se auxiliariam reciprocamente os três países, em caso de necessidade.



Aquele diário acrescenta que a recente viagem do sr. Medeiros Netto, presidente do senado, ao Prata, teve por escopo a realização de negociações com esse objetivo. (...) “A Nação”, que reflete o pensamento do governador Flores da Cunha, acusa o presidente Getúlio Vargas de manobras visando cindir a política do Rio Grande do Sul, com propósitos inconfessáveis de desmoralizar o chefe do executivo gaúcho perante o país, procurando inutilizar, dessa forma o maior empecilho para a prorrogação de seu mandato (*Jornal do Commercio*, Manaus, 18 abr. 1937, p. 3 e 7).

Logo após o golpe, os jornais da região começaram a abraçar o governo com diversas notícias de apoio ao novo regime. As notícias passavam um clima de paz e estabilidade, mesmo com o fechamento tanto do Congresso Nacional quanto das assembleias estaduais. No âmbito estaduais, as notícias se focavam em saber quem seriam os interventores e como os governos estaduais estavam se reorganizando. Em diversas notícias, Getúlio Vargas e seus aliados são exaltados como heróis. Vargas constantemente dava entrevistas a jornais com o objetivo de explicar como seria o Estado Novo e a nova Constituição, além das reformas que esses iriam trazer para a sociedade brasileira.

Informam os jornais, segundo a reportagem colheu no ministério da Justiça, reinar absoluta calma em todo país, pois de todos os Estados os respectivos governadores e interventores federais comunicaram ao titular da Justiça, sr. Francisco Campos, ter o povo recebido com vivo entusiasmo a notícia da promulgação da nova Constituição. (...) Os diários desta capital elogiam o presidente Getúlio Vargas, dizendo que para ele convergem, neste momento, todas as esperanças do povo brasileiro. Adiantam, também, que seu discurso foi uma peça inteiriça de grande valor, pois nele estão consubstanciadas as intenções do governo, que há de conduzir o país para os seus elevados destinos (*A Tarde*. Manaus, 12 nov. 1937, p. 1).

É interessante notar que dias após o golpe ocorrer, o *Jornal do Commercio*, em sua edição de 21 de novembro de 1937, resolveu falar sobre a profecia de There Desbys e sua previsão dada em fevereiro. Com o título de “Profecias que se confirmam”, o jornal relembra essa profecia passando um clima de apoio e até mesmo um ar de destino para os eventos que ocorreram em 10 de novembro. Podemos notar que, seja por apoio ou por incertezas, grandes periódicos amazonenses como o *A Tarde* e o *Jornal do Commercio* apoiavam o novo regime. Possivelmente com medo de represálias futuras, já que mesmo Getúlio Vargas querendo passar um clima de calma e estabilidade, o regime foi montado com base na desarticulação de antigos aliados e na destruição da democracia do país (ALVES, 2009).

Álvaro Maia e o início do estado novo



Durante a maior parte da década de 1930, o Estado do Amazonas foi comandado pela figura de Álvaro Botelho Maia, um líder bastante carismático para o povo amazonense, que possuía bastante prestígio com as classes populares e era muito bem-visto pela imprensa. Maia tornou-se um aliado de valor para Getúlio Vargas e era bem-visto pelo presidente da República (SANTOS, 1990). O prestígio de Álvaro Maia na sociedade amazonense é perceptível quando analisamos diversas edições do jornal *A Tarde*, que em diversas matérias exalta a figura do governador mesmo antes do golpe de 10 de novembro.

O governador Álvaro Maia sempre inclinado a elevar o nome do Estado que lhe serviu de berço e que dignifica com sua honradez e sua cultura, devia auxiliar o acadêmico vitorioso no concurso de oratória, realizando na Faculdade de Direito, afim de que o mesmo possa viajar em condições mais favoráveis, como se faz necessário a todos que tenham de representar o Amazonas. Se costumamos ter, para com outros, atenções especiais, justo, justíssimo mesmo, que aqueles que nos são mais caros e que aqui nasceram ou que aqui se encontram radicados, mereçam um pouco de atenção e de deferência por parte dos poderes públicos (*A Tarde*, Manaus, 25 out. 1937, p. 1).

Ao analisar os periódicos amazonenses, é notável que Álvaro Maia era extremamente leal e comprometido com a causa varguista. Alguns casos são emblemáticos como a falta de interesse e silêncio de Maia sobre a sucessão presidencial, sendo essa a mesma estratégia de Vargas quando questionado sobre esse assunto. Outro evento interessante que confirma a fidelidade de Maia à Vargas foi quando, alguns dias antes do golpe de 10 de novembro de 1937, o governador e seu irmão se desligaram do Clube de 3 de Outubro do Amazonas, devido a atitude de João de Paula Gonçalves de votar contra a celebração do aniversário de governo de Getúlio Vargas. Nesse último caso, é importante pensar que Álvaro Maia já estava ciente sobre o golpe que iria ocorrer, então é possível supor que esse ato foi uma confirmação de sua lealdade antes do golpe para que sua continuidade fosse assegurada.

Falando, hoje, sobre o discurso do governador Álvaro Maia, pela Retransmissora Ajuricaba, diz um observador político: - O chefe do executivo, mais uma vez, demonstrou ser político a maneira getuliana – não manifestou preferências pelos candidatos à presidência da República. Soprou a pena e sorriu, mais uma vez (*A Tarde*, Manaus, 6 set. 1937, p. 4).

Podemos afirmar, sem receio de contestação, que o governador Álvaro Maia e o prefeito da capital, dr. Antônio Maia solicitaram, em data de ontem, sua eliminação do quadro social do Clube 3 de Outubro do Amazonas, diante da atitude tomada pelo sr. João de Paula Gonçalves, na Assembleia Legislativa, votando contra o requerimento de congratulações com o presidente Getúlio Vargas, pelo transcurso de mais um aniversário de seu governo (*A Tarde*, Manaus, 10 nov. 1937, p. 4).



Juntamente com as notícias sobre o golpe de 10 de novembro é lançada uma nota de apoio de Álvaro Maia tanto a Vargas quanto aos militares pelos eventos que levaram ao fim da democracia no país. Nessa nota, Maia expressa solidariedade ao presidente da República e descreve o golpe como uma solução patriótica e elevada para a instabilidade política do país.

Tenho honra de comunicar que o estado Amazonas, por seu governo e seu povo hipoteca integral solidariedade a vossa excelência e as gloriosas classes armadas pela solução patriótica e elevada, que proporciona ao país medidas enérgicas de salvação pública, necessárias realizações seus grandes destinos e acordo momento e aspirações nacionais. Saudações cordiais Álvaro Maia (*A Tarde*, Manaus, 11 nov. 1937, p. 1).

Com a reestruturação da nação após o golpe, os jornais esperavam saber se Álvaro Maia continuaria à frente do governo do Estado. Essa dúvida corria pela cidade com rumores que afirmavam que, caso Álvaro Maia não fosse confirmado como interventor do Estado, o mesmo partiria para o Rio de Janeiro onde continuaria com suas atividades pedagógicas. No período anterior a sua confirmação como interventor, o prestígio de Maia se fez evidente, pois os jornais aclamavam sua figura e governo, com destaque, novamente, para o jornal *A Tarde* que colocou, na edição de 24 de novembro, Maia como o líder que o povo amazonense desejava para o cargo, dando destaque a essa afirmação em sua primeira página. Nessa mesma edição, o periódico afirma que Maia continuaria no governo como líder do Estado.

Na cidade está correndo a versão de que, no caso de não ser confirmado no governo do Estado, o dr. Álvaro Maia partirá para o Rio de Janeiro, no mesmo vapor em que viajar o dr. Antovilla Vieira, pretendendo continuar suas atividades pedagógicas na capital da República. Em caso contrário, porém, os dois não partirão, já se vê (*A Tarde*, Manaus, 16 nov. 1937, p. 4).

Não resta dúvida quanto a permanência do sr. Álvaro Maia no Governo do Amazonas. Carta chegada pelo último avião, de pessoa autorizada, trouxe essa certeza. (...) Falando a um médico amazonense que se encontra na capital da República, o coronel Cordeiro de Faria, chefe do gabinete do general Góes Monteiro, afirmou aquele clínico que o dr. Álvaro Maia seria confirmado no governo do Amazonas (*A Tarde*, Manaus, 24 nov. 1937, p. 4).

Como o próprio jornal *A Tarde* noticiou, na edição do dia 11 de novembro, Álvaro Maia tinha conhecimento dos movimentos que levariam ao golpe de 10 de novembro, já que foi notificado por Negrão de Lima, um dos mais proeminentes aliados de Vargas, quando esse veio a Manaus. A publicação ainda diz que o chefe do executivo amazonense abraçou e apoiou a movimentação de maneira estoica e manteve segredo absoluto sobre o caso. Mesmo com os jornais cientes de que o governador soubesse do golpe devido essa reunião, eles não sabiam que ele continuaria no governo do Estado. É



possível que Maia não tenha confirmado sua permanência de imediato para verificar a reação da imprensa e da população sobre o novo regime e como esse funcionaria.

Conforme soubemos, ontem, o governador Álvaro Maia tinha pleno conhecimento do movimento que se projetava, visto ter sido esse o escopo da viagem do sr. Negrão de Lima a esta capital, movimento que o chefe do executivo incontinentemente abraçou e apoiou e, com verdadeiro estoicismo, guardou absoluta reserva (*A Tarde*, Manaus, 11 nov. 1937, p. 4).

No dia 25 de novembro, o jornal *A Tarde* noticiou a continuidade de Álvaro Maia no governo do Estado do Amazonas, agora com interventor do Estado. Logo no título da matéria o jornal fala que o povo reagiu com exaltação ao saber dessa notícia. Também foi anunciado que o secretariado de Maia iria pedir, coletivamente, sua demissão com o objetivo de facilitar a composição de um novo corpo de auxiliares pelo interventor. Eventos confirmados em sua posse, quando o secretário geral, Marcionillo Lessa, apresentou o pedido de demissão dos auxiliares da confiança do governo. Na mesma edição de sua posse, Maia é destacado como defensor do funcionalismo público. “Fomos informados de que, logo receba o dr. Álvaro Maia a confirmação oficial, o atual secretariado pedirá, coletivamente, sua demissão, afim de facilitar ao interventor, a composição de seu novo corpo de auxiliares” (*A Tarde*, Manaus, 25 nov. 1937, p. 1).

As 17 horas de ontem, no Palácio Rio Negro, tomou posse do cargo de interventor federal, no Amazonas, o dr. Álvaro Botelho Maia, por força do decreto do presidente da República, nomeando para seus delegados, em todos os Estados, exceto o de Minas Gerais, os governadores que não haviam sido confirmados nos seus postos. (...) Apesar de ser por todos esperada essa nomeação, não deixava, porém, de alegrar ao funcionalismo público que via no honrado chefe do Estado, um esforçado defensor de seus interesses (*A Tarde*, Manaus, 26 nov. 1937, p. 1 e 4).

A reputação e influência de Álvaro Maia na sociedade amazonense, assim como sua forte credibilidade e lealdade à figura de Getúlio Vargas fez com que o nome do governador fosse o favorito para ocupar o cargo de interventor do Estado. É interessante notar que, diferente do caso do governador Flores da Cunha, que utilizou de sua influência para rivalizar com Vargas e por isso teve que ser posto em ostracismo, Álvaro Maia usou de sua influência para consolidar o regime no Amazonas e permitir que sua visão política, que era muito parecida com a de Vargas, fosse posta em prática. Com os novos poderes que ganhou, Maia estaria livre para seguir uma política assistencialista que iria se misturar com o controle do orçamento do Estado.

O Estado do Amazonas e o novo regime



Como dito anteriormente, após o golpe de 10 de novembro os jornais do Amazonas passaram a apoiar o Estado Novo e demonstrar que o regime, supostamente, consolidou a paz e a estabilidade por todo o país. Embora alguns desses periódicos tenham criticado o governo Getúlio Vargas no período anterior ao golpe, após o anúncio da nova Constituição e do novo regime, esses jornais vieram em defesa e apoio ao governo, principalmente com o objetivo de evitar represálias. Ainda assim, mesmo com o esforço de mostrar essa suposta estabilidade que o país passava a desfrutar, as notícias de demissões de secretariados e de fechamento das assembleias estaduais não foram completamente escondidas.

Na edição de 12 de novembro de 1937, o jornal *A Tarde* destacou o fechamento da Assembleia Legislativa do Amazonas e o impedimento das forças oposicionistas de entrarem no local. O empenho de Álvaro Maia em não permitir que a oposição entrasse no prédio era tamanho que a Assembleia estava sendo vigiado pela força policial do Estado e as chaves para abrir o prédio estavam nas mãos do próprio Maia.

Estamos informados que os deputados oposicionistas pretendiam reunir na Assembleia Legislativa. Ciente do fato, o governador Álvaro Maia determinou que o edifício fosse fechado, o que foi feito, imediatamente, ficando o chefe do executivo de posse das chaves. (...) Referiu-nos, hoje, pela manhã, um repórter anônimo desta seção, que o edifício em que funcionava a Assembleia Legislativa está sendo vigiado por soldados da Força Policial do Estado, diante da tentativa dos deputados oposicionistas, que nele queriam reunir (*A Tarde*, Manaus, 12 nov. 1937, p. 4).

Logo após o golpe, o governo do Estado do Amazonas passou por uma grande reformulação. Como já dito, o secretariado utilizado por Maia pediu coletivamente sua demissão durante a sua posse como interventor do Estado, mas antes desse evento foi noticiado pelo *A Tarde* que, caso Maia fosse confirmado como interventor do Estado, um novo secretariado seria feito com o apoio de ex-deputados que o periódico descreve como reacionários. Ao analisar os periódicos, é de se imaginar que, inicialmente, Álvaro Maia tivesse como objetivo a consolidação do Estado Novo no Amazonas e para isso era necessário que as elites políticas contrárias ao regime fossem substituídas por pessoas leais ao governo.

Afirma-se que o governador Álvaro Maia, desde que se confirme, sua permanência no poder, organizará novo secretariado, do qual possivelmente farão parte alguns ex-deputados reacionários, falando-se nos nomes dos srs. Antovilla Vieira, Moacyr Dantas e João Nogueira da Maia (*A Tarde*, Manaus, 12 nov. 1937, p. 4).

As últimas versões giram ainda em torno do secretariado do interventor Álvaro Maia, pois diz-se que continuam sendo objeto de estudo para aproveitamento, os nomes dos srs. Moacyr Dantas, Ruy Barreto e João



Nogueira da Matta, não sendo de estranhar que se restaure a vara privativa do crime, a qual será provida por um velho notário (*A Tarde*, Manaus, 30 nov. 1937, p. 4).

Com seus novos poderes políticos, Maia preparou o caminho para mudanças mais profundas do que apenas o seu secretariado. Agora era ele quem poderia escolher os prefeitos do Estado e ainda no mês de novembro foi noticiado que o interventor iria fazer uma série de mudanças nas prefeituras, com alguns prefeitos que se manteriam em seus cargos, mas outros seriam substituídos. O jornal *A Tarde* também noticiou, em sua edição de 30 de novembro de 1937, que o interventor do Estado pensava em dispensar vários funcionários públicos com o objetivo de controlar o orçamento do Estado. Além disso, é noticiado que o prefeito de Manaus e irmão de Álvaro Maia, Antonio Maia, pretendia promover servidores antigos para cargos vagos que foram abertos com a aposentadoria compulsória de vários funcionários municipais. “Estamos informados de que, logo que seja efetivado no cargo, o governador Álvaro Maia fará a nomeação de diversos prefeitos do interior do Estado. Alguns dos atuais, continuarão, mas, outros, serão afastados” (*A Tarde*, Manaus, 17 nov. 1937, p. 4).

Estamos informados de que é pensamento do interventor Álvaro Maia dispensar, das diversas repartições públicas do Estado, os empregados que nas mesmas se encontram encostados, atendendo à situação financeira que o Amazonas atravessa, com a exigência de suas rendas. (...) Informações trazidas à nossa redação, dizem que o prefeito Antonio Maia, com a aposentadoria dos funcionários municipais atingidos pela compulsória, pretende promover aos postos vagos, os serventes mais antigos, dando assim, uma prova de justiça, sem demonstrar preferencias pessoais (*A Tarde*, Manaus, 30 nov. 1937, p. 4).

Na edição de 16 de novembro de 1937, o jornal *A Tarde* deu destaque em sua primeira página à notícia de que Getúlio Vargas pretendia pagar sua promessa e vir ao Amazonas. O detalhe é que notícia não possui informações sobre um planejamento e facilmente poderia ser citada em páginas com menos destaques apenas como um pequeno texto. Esse mesmo destaque não é visto em uma edição posterior que fala sobre uma possível viagem de Álvaro Maia ao Rio de Janeiro, que é posta na seção de “Fatos e Palpites” com um pequeno texto sem grandes explicações, com apenas um texto que afirma que a viagem vai ocorrer em fevereiro do ano seguinte e que a reunião iria tratar sobre assuntos do Estado. Esse destaque, possivelmente, está relacionado ao crescente apoio de Vargas entre a população amazonense, seja nas classes populares ou nas elites, que havia se sentido abandonada no período da República Oligárquica e encontrava na figura de Vargas a chance de ligar o Amazonas nas grandes questões políticas e



econômicas do país. “Ao sr. Carvalho Leal, do Amazonas, o presidente disse pretender ir pagar, dentro em breve, a promessa de visitar esse Estado, promessa feita quando da viagem empreendida ao norte do país” (*A Tarde*, Manaus, 16 nov. 1937, p. 1). “Fala-se que o interventor Álvaro Maia pretende ir ao Rio de Janeiro em Fevereiro do ano próximo, afim de tratar de assuntos relacionados com a situação do Estado. Essa a informação que nos deu, ontem, um amigo de sua excelência” (*A Tarde*, Manaus, 30 nov. 1937, p. 4).

Após o golpe de 10 de novembro, o novo regime buscou estabelecer-se e, diversos setores do Estado do Amazonas procurando cada vez mais se consolidar internamente. Para isso, Álvaro Maia substituiu diversos membros antigos que faziam parte do governo do Estado e buscou colocar nessas vagas pessoas de confiança para o regime. Todas essas substituições foram feitas com o auxílio de seus novos poderes políticos como interventor do Estado e cada vez mais antigas figuras de oposição ao regime perdiam espaço e participação na vida política que se moldava às necessidades do Estado Novo. Enquanto essas substituições ocorriam, os jornais do período buscavam exaltar a nova ordem como responsável por um novo período de paz, estabilidade e prosperidade do país. Mesmo que essa nova ordem tenha sido feita com o fim, de fato, do regime democrático que foi suplantado por um regime autoritário que não tardou em silenciar seus adversários políticos.

Classes populares manauaras e o regime do Estado Novo

Os jornais analisados nesse trabalho tinham grandes ligações com as elites manauaras, e no período, a questão trabalhista não era notificada com destaque pelos periódicos. Mesmo assim foi possível coletar diversas notícias sobre trabalhadores no ano de 1937. Nessas notícias é possível entender como esses jornais observavam a questão trabalhista como algo secundário, o que é perceptível pela falta de notícias ligadas aos trabalhadores locais. Em sua maior parte, as notícias ligadas às questões trabalhistas envolviam a utilização dessa classe para promoção de lideranças políticas. Isso fica claro na edição de 22 de agosto de 1937 do *Jornal do Commercio*, que destaca na primeira página a criação de um comitê do proletário do Amazonas pró José Américo que tinha como objetivo apoiar a campanha do candidato.

Durante os primeiros anos do Estado Novo, o governo tinha massivo apoio das elites estaduais e das forças armadas do país, sendo as bases que sustentaram o poder de Getúlio Vargas e do regime. Isso não significa que o governo não se preocupou em ser



bem-vistos pelas classes trabalhadoras. Getúlio Vargas seguiu uma política assistencialista na questão dos trabalhadores e procurava mostrar que seu novo regime iria conseguir acabar com a ideia de luta de classes, uma vez que agora o governo iria ser o mediador desse conflito. Desde antes do golpe, já era uma questão fundamental para Vargas manter uma boa imagem com os trabalhadores e conseguir apoio e prestígio com essas classes.

Getúlio Vargas era visto por partes das classes operárias como um aliado, pois desde o momento que assumiu o poder, após os eventos golpe de 1930, fez da questão trabalhista como uma de suas principais lutas políticas. Desde esse período, era fundamental que o Estado e Vargas fossem vistos como aliados dos trabalhadores, que durante o período da República Oligárquica se sentiam abandonados pelo poder central. Já no ano de 1937, o prestígio e respeito que os trabalhadores tinham com Getúlio Vargas era tamanho que em uma edição do *Jornal do Commercio* foi destacado a atitude que onze sindicatos amazonenses tiveram sobre a sucessão presidencial. Nessa notícia os líderes sindicais expressavam seu apoio a Vargas e diziam não ter delegado poder a nenhum representante do Estado na Assembleia Legislativa de representá-los, principalmente para negar um voto de apoio e solidariedade a Getúlio Vargas.

As classes trabalhistas locais, pela maioria de seus elementos abaixo assinados, levam ao conhecimento de V.S., e, ao mesmo tempo, solicitam, também seja, com a possível urgência, levado ao conhecimento dos Excelentíssimos Srs. Drs. Getúlio Vargas e Agamenon de Magalhães, respectivamente, presidente da República e Ministro do Trabalho, Industria e Comercio, o seu sentir e pensar, no caso da sucessão presidencial, expressos nas palavras seguintes: (...) Que não delegaram poderes a quem quer que seja para, por elas, falar na Assembleia Legislativa do Estado ou em outra qualquer parte, representando-as, em assuntos políticos, assim como, não foram ouvidas nem consultadas pelos seus representantes classistas que, como mandatários, agiram discricionariamente, sem audiência dos mandatos, assinando manifestos político-partidários, com a agravante de exorbitando, negarem, ostensivamente, em voto de apoio e solidariedade ao benemérito e benfeitor Presidente Getúlio Vargas, em cuja administração foi o operário nacional beneficiado com prerrogativas jamais desfrutadas, pois, antes da revolução de 30, o proletário e empregados em geral apodreciam ao abandono, sem uma legislação protetora e sem instituições de assistência e beneficência a si e aos seus. (...) O trabalhador do Amazonas não é ingrato e nem injusto: por isso, está firme e coeso, ao lado do Excelentíssimo Sr. Dr. Getúlio Vargas, muito ilustre e digno Presidente da República (*Jornal do Commercio*. Manaus, 29 maio de 1937, p. 1).

O apoio de alguns setores sindicais a Vargas era tão grande que um dia após o presidente discursar sobre a necessidade de novas articulações e medidas de combate ao comunismo, alguns sindicatos se solidarizaram nessa campanha de repressão ao comunismo. É notável que o governo de Vargas tinha interesse em vincular suas lutas às



causas dos trabalhadores. Para o governo era importante ter uma boa relação com os trabalhadores principalmente para sustentar a ideia de que Vargas seria destinado a acalmar a polarização política que o país enfrentava.

A reunião do ministério, no Catete, sob a presidência do sr. Getúlio Vargas, durou duas e meia horas, sabendo-se que foi tratada a necessidade de articulação de novas e eficientes medidas destinadas a intensificar a ação de combate às ideologias vermelhas (*Jornal do Commercio*, Manaus, 17 out. 1937, p. 3).

Assinalando que a maioria de sindicatos, de operários já se solidarizou, espontaneamente, com o ministro da justiça, na campanha de repressão ao comunismo, o “Correio da Manhã” relembra, a propósito, a singularidade do movimento vermelho de novembro de mil novecentos e trinta e cinco, que não foi apoiado por nenhum elemento das classes salarizadas, que nos outros países fornecem o maior contingente de adeptos do credo soviético: a totalidade dos acusados pertencia as classes desafogadas, recebia vencimentos e remunerações do tesouro nacional, que foi uma espécie de caixa negra do Komintern. Acrescenta aquele diário que os comunistas no Brasil são geralmente pessoas investidas de funções públicas, do que decorre o contrassenso de virem os perigos ao regime justamente dos que tinham o dever de defendê-lo (*Jornal do Commercio*, Manaus, 19 out. 1937, p. 3).

Alguns dias após o golpe do Estado Novo, diversos sindicatos amazonenses mostraram solidariedade e apoio ao novo regime. Esses sindicatos se dirigiam a figuras próximas de Vargas, como o governador Álvaro Maia, para demonstrar sua adesão à nova fase do país. Nessas mensagens de solidariedade é notório a popularidade de Getúlio Vargas com diversos líderes de sindicatos amazonenses que tinham em sua figura um aliado que conseguiria assegurar suas reivindicações. Além dos sindicatos, o novo regime ainda recebeu apoio de vários servidores públicos municipais, que enviaram ao governador Álvaro Maia uma mensagem de apoio ao seu governo tanto quanto a Getúlio Vargas.

Excelentíssimo senhor doutor. Álvaro Maia, m. d. governador do Estado do Amazonas – Respeitosas saudações – O Sindicato de Talhadores e Magarefes do Amazonas, representado pelo seu presidente e em nome de sua comissão executiva, vem, perante vossa excelência prestar irrestrita solidariedade não só ao seu benemérito governo bem como ao eminente brasileiro dr. Getúlio Vargas, benemérito presidente da república, pela promulgação da nova Constituição da república, pela nova fase por que acaba de passar o Brasil. Por este motivo, queira vossa excelência contar com o apoio incondicional do nosso sindicato, estendendo-se este ao eminente presidente da república doutor Getúlio Vargas. Respeitosas saudações. (a) Constantino Ferreira Campos, presidente da comissão executiva do Sindicato de Talhadores e Magarefes. (...) Mais ou menos duzentos funcionários municipais deram uma demonstração ao governador do estado, hipotecando-lhe integral apoio e solidariedade, nem como ao presidente Getúlio Vargas pelo advento do novo regime (*Jornal do Commercio*, Manaus, 16 nov. 1937, p. 1).



Além de Getúlio Vargas, seus aliados também possuíam bastante carisma com as classes trabalhadoras. Como falado anteriormente, Álvaro Maia possuía prestígio tanto das elites manauaras quanto dos trabalhadores do Estado. Sua ligação com Vargas fortaleceu sua imagem entre os trabalhadores e em várias das mensagens de solidariedade a Vargas eram entregues ao governador e diversas delas faziam referência a sua pessoa. Uma das figuras ligadas ao chefe da nação que mais recebeu apoio dos trabalhadores foi o ministro do trabalho e futuro interventor Agamenon de Magalhães. Agamenon de Magalhães tinha tanto respeito com os trabalhadores do país que ao partir do Rio de Janeiro para Pernambuco, onde iria assumir o papel de interventor, uma expressiva manifestação de apoio a seu novo cargo foi planejada pelas classes trabalhadoras.

O governador do estado recebeu radio de congratulações e solidariedade pelo advento do novo regime, transmitido pelos senhores Frederico Camara e Edgard Diniz, bem como do senhor Francisco Gomes da Silva, presidente interino do Sindicato Beneficente dos Estivadores Deus e Mar (*Jornal do Commercio*, Manaus, 19 nov. 1937, p. 1).

As classes trabalhadoras preparam expressiva manifestação ao senhor Agamenon de Magalhães, ex-ministro do trabalho, no dia de sua partida para Recife, onde vai assumir as funções de interventor federal em Pernambuco em substituição ao general Amaro de Azambuja Villanova (*Jornal do Commercio*, Manaus, 28 nov. 1937, p. 3).

Mesmo que o Estado Novo tenha sido construído com o apoio de diversas elites estaduais e das forças armadas, era fundamental para Getúlio Vargas que o novo regime fosse visto como um aliado das classes trabalhadoras. Durante seu governo foram feitas diversas políticas assistencialistas que tinham não apenas o objetivo de melhorar a vida dos trabalhadores, mas também aumentar o prestígio de Vargas com essas classes. Os aliados do presidente da República também desfrutavam de grande prestígio com trabalhadores do ramo privado e público. O prestígio de Getúlio Vargas e seus aliados com os trabalhadores é notório após o golpe do Estado Novo, que recebeu apoio de vários setores sindicais do Estado que tinham a figura de Vargas como a de um benfeitor e se solidarizaram com o novo regime.

Considerações finais

Os periódicos manauaras, o *Jornal do Commercio* e *A Tarde*, receberam o golpe do Estado Novo de maneira positiva. É possível perceber que, durante o mês do golpe, esses periódicos prestavam apoio e exaltação ao novo regime e esperavam saber como essa nova fase iria funcionar. Nos jornais, o clima do pós-golpe era de otimismo e



tranquilidade, com diversas notícias sobre o novo governo de Álvaro Maia, que deixou de ser governador do Estado e se tornou interventor do Estado do Amazonas, função que deu a Maia novos poderes que o auxiliaram a consolidar suas políticas assistencialistas. As notícias também destacavam o apoio que a classe trabalhadora deu ao golpe, com diversos sindicatos do Estado que se dirigiam ao interventor para apresentar sua solidariedade ao novo regime e a Getúlio Vargas.

É importante lembrar que o apoio que esses jornais eram motivados muitas vezes por medo de represálias do governo. Hosenildo Gato Alves (2009) afirma que em casos como o do *Jornal do Commercio*, que chegou ao ponto que caracterizou o regime como algo profetizado, essa exaltação era momentânea e foi sendo substituída por um silêncio quanto ao novo governo. Hosenildo também explica que futuramente o *Jornal do Commercio* iria buscar criticar o governo de maneira velada para evitar a censura e penalidades para o periódico. Uma coisa importante de notar é que o carinho que parte da imprensa manauara possuía por Álvaro Maia é bastante genuíno e desde antes do golpe o interventor era querido pelos periódicos manauaras que buscavam destacar sua característica de excelente governante.

Os jornais ainda destacam que a reação de diversas lideranças sindicais e de funcionários públicos ao golpe é de apoio e solidariedade ao regime do Estado Novo e sua constituição. É importante lembrar que mesmo que o golpe tenha sido apoiado por elites políticas estaduais e pelas forças armadas, o apoio dos trabalhadores era fundamental para Vargas e seus aliados, pois buscavam acabar com o perigo de qualquer associação dos trabalhadores com o movimento comunista. Embora Getúlio Vargas seja lembrado no imaginário popular como o “pai dos pobres” e, talvez, o maior aliado da classe, no início do Estado Novo o apoio deles era de menor importância se comparado ao das elites locais e das forças armadas do país.

Mesmo que momentâneo, a reação da imprensa manauara ao golpe do Estado Novo foi de apoio a nova constituição e ao novo regime. É de se imaginar que devido à instabilidade que o país vivia e os riscos de se opor ao golpe logo no início fez com que os jornais tivessem dado apoio ao novo governo para não sofrer qualquer represália. Durante todo mês de novembro, é possível notar que, além de noticiar sobre as mudanças que o novo regime trouxe, os periódicos destacavam que o país finalmente entrou em um momento de calma. Álvaro Maia foi destacado como um grande líder e a confirmação que o governador iria se tornar interventor do Estado do Amazonas foi vista de maneira positiva pelos jornais manauaras. Os trabalhadores, representados por



diversos líderes sindicais, e funcionários públicos também receberam o golpe de maneira positiva e enviavam tanto a Álvaro Maia quanto a Getúlio Vargas seu apoio perante o Estado Novo. Assim a imprensa manauara trabalhou junto ao regime nesse mês inicial, mesmo que sobre medo de punição.

Data de Submissão: 11/09/2022

Data de Aceite: 24/10/2022

Referências

ABREU, Davi Monteiro. **Uma “pretensa intentona”**: ANL, AIB e a cultura política anticomunista no estado do Amazonas (1935-1937)”. 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

ABREU, Davi Monteiro; VASCONCELOS, Vanessa Andrade. O jornal A Tarde: um vespertino que será sempre o arauto das aspirações populares (1937). *In*: BARROS, Wanderlene de Freitas Souza; MOURA, Anderson Vieira (org.). **Entre o autoritarismo e a modernização**: Vargas e a Amazônia. Curitiba: CRV, 2022, p. 31-51.

ALVES, Hosenildo. **Imprensa e poder**: a propaganda varguista na imprensa amazonense (1937-1945). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In*: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacionalestadismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 113-153.

GOMES, Angela de Castro. Estado Novo: debatendo nacionalismo, autoritarismo e populismo. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacionalestadismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 191-223.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mario. Da Revolução de 30 ao Golpe de 37: A Depuração das Elites. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 7-23, 1997.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacionalestadismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 14-38.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. 2ª ed. Manaus: SUFRAMA/Gráfica Lorena, 1990.

Fontes

A Tarde. Manaus, 6 set. 1937, p. 4

A Tarde. Manaus, 4 out. 1937, p. 1

A Tarde. Manaus, 25 out. 1937, p. 1

A Tarde. Manaus, 3 nov. 1937, p. 4



- A Tarde*. Manaus, 10 nov. 1937, p. 4
A Tarde. Manaus, 11 nov. 1937, p. 1
A Tarde. Manaus, 11 nov. 1937, p. 4
A Tarde. Manaus, 12 nov. 1937, p. 1
A Tarde. Manaus, 12 nov. 1937, p. 4
A Tarde. Manaus, 16 nov. 1937, p. 1
A Tarde. Manaus, 16 nov. 1937, p. 4
A Tarde. Manaus, 17 nov. 1937, p. 4
A Tarde. Manaus, 24 nov. 1937, p. 4
A Tarde. Manaus, 25 nov. 1937, p. 1
A Tarde. Manaus, 26 nov. 1937, p. 1 e 4
A Tarde. Manaus, 30 nov. 1937, p. 4
Jornal do Commercio. Manaus, 24 jan. 1937, p. 3
Jornal do Commercio. Manaus, 30 jan. 1937, p. 3
Jornal do Commercio. Manaus, 23 fev. 1937, p. 1
Jornal do Commercio. Manaus, 18 abr. 1937, p. 3 e 7
Jornal do Commercio. Manaus, 29 maio de 1937, p. 1
Jornal do Commercio. Manaus, 17 out. 1937, p. 3
Jornal do Commercio. Manaus, 19 out. 1937, p. 3
Jornal do Commercio. Manaus, 16 nov. 1937, p. 1
Jornal do Commercio. Manaus, 16 nov. 1937, p. 3
Jornal do Commercio. Manaus, 19 nov. 1937, p. 1
Jornal do Commercio. Manaus, 19 nov. 1937, p. 3
Jornal do Commercio. Manaus, 28 nov. 1937, p. 3

“EU QUERO IR ME EMBORA PRA MINHA CASA”: MIGRAÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO DOMÉSTICO NO MARANHÃO (1980-1990)

“I WANT TO GO AWAY TO MY HOUSE”: MIGRATIONS AND EXPERIENCES OF DOMESTIC WORK IN MARANHÃO (1980-1990)



IRAMAIRA DE OLIVEIRA TORRES⁶⁷

BRENDA MARIA VIEIRA MENDES⁶⁸

Resumo

O objetivo desse artigo é refletir sobre a experiência de migração no âmbito do trabalho doméstico no Maranhão. A discussão evidencia a análise de diferentes formas de exploração enfrentadas por essa categoria ao migrar para outros estados em busca de melhores condições de vida. Como percurso metodológico para a construção desse artigo inicialmente foi feito o levantamento da bibliografia teórica e historiográfica. Levando em conta a importância das vozes dos excluídos da história, utilizamos a História Oral através de uma entrevista concedida a uma das autoras desse artigo.

Palavras-chave: Trabalho doméstico; migração; experiência; exploração.

Abstract

The aim of this article is to reflect on the experience of migration in the context of domestic work in Maranhão. The discussion highlights an analysis of different forms of exploitation faced by this category when migrating to other states in search of better living conditions. How to go through the methodology for the construction of this article, a survey of the theoretical and historiographical bibliography was carried out. Considering the importance of the voices of those excluded from history, we used oral history through an interview given to one of the authors of this article.

Keywords: Domestic work; migration; experience; exploration.

Introdução

Conforme apontado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil abriga um dos maiores contingentes de trabalhadoras (es) domésticas do mundo, sendo mais da metade mulheres. As (os) quais se encaixam no perfil pobre, analfabeta (o), negra (o). São sujeitos que trabalham para casas de famílias, muitas vezes sem termos claros de emprego, sem registro formal e excluídos (as) do âmbito da legislação

⁶⁷ Graduação em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. É pesquisadora no programa de Formação e Mentoria em Pesquisa sobre Equidade na Educação do Centro Lemann e Pós-graduanda em Tecnologias Aplicadas à Educação - Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). E-mail: iramairatorres1@gmail.com.

⁶⁸ Graduação em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. E-mail: breh.v.mendes@gmail.com.



trabalhista. Nos últimos anos, vários estudiosos das mais diversas áreas se voltaram para essa categoria devido a equiparação legal de direitos aos demais trabalhadores, o que causou grande repercussão no contexto de reconhecimento da Lei Complementar 150 de 06/2015.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE, em 2016, o Brasil tinha 6,158 milhões de trabalhadoras (es) domésticas (os), dos quais 92% eram mulheres. Apenas 42% destas (es) trabalhadoras (es) contribuem para a previdência social e só 32% possuem carteira de trabalho assinada. A atividade doméstica é uma das ocupações mais antigas do mundo, contudo, existe enorme dificuldade de compreendê-la na história dentro da categoria de trabalho, sobretudo por estar inserida em uma estrutura secular atribuída ao gênero feminino. Desse modo, passou a ser considerado fora da esfera do trabalho, sendo visto como o não-trabalho como bem discutido por Federici (2019).

A OIT defende que o trabalho doméstico infantil em casa de terceiros é uma das formas mais comuns e tradicionais de trabalho infantil, que engloba todas as atividades econômicas realizadas por pessoas menores de 18 anos fora de sua família nuclear e pelas quais elas podem ou não receber remuneração. No geral, a maioria do trabalho doméstico infantil é feito por meninas, que levam uma vida de adulto precoce, trabalhando muitas horas diárias em condições prejudiciais à sua saúde e desenvolvimento, por salários baixos ou em troca de habitação e educação.

Nesse sentido, muitas dessas meninas que se inserem no trabalho doméstico urbano engendram diversas migrações, cabe considerar que em um contexto nordestino muitas jovens saem do meio rural e se inserem em casas de famílias no meio urbano, tendo em conta como recorte espacial para este estudo, além do lócus de fixação das presentes autoras, assume grau de importância no fenômeno migratório de trabalhadoras e trabalhadores pobres para diversas regiões do país, bem como o fato do grande contingente de trabalhadoras domésticas no estado, o que torna mais alarmante é que dentro desse contingente mais de 70 % não possui carteira assinada, segundo o IBGE de 2010, configurando como uma permanência a exclusão desses sujeitos da História e de seus direitos ao longo do tempo.

Tendo em conta a importância dessa temática para a História do trabalho e trabalhadores na abordagem urgente de gênero e raça, objetivamos analisar e compreender como a experiência migratória e a consequente inserção no trabalho doméstico é tratado na memória de uma trabalhadora doméstica maranhense, denotando



as nuances da exploração e da afetividade; isso permite refletir que os fios miúdos que perpassam a experiência no trabalho doméstico expressam também a vivência de tantas outras trabalhadoras domésticas nordestinas, que no ir e vir criam e recriam suas próprias formas de sobrevivência, as quais, apesar de diferentes, estão dentro do mesmo contexto de exploração. Como bem expressa o historiador inglês E. P. Thompson (1998), existe algo além das estruturas, são as pessoas escravizadas, excluídas, desrespeitadas, exploradas, suas lutas e possibilidades de revelar as experiências no coração da história.

Com o propósito de captar essas experiências, o uso da metodologia da História Oral foi essencial; levamos em conta as afirmações de Alessandro Portelli, uma vez que buscamos as fontes orais para nos comunicar com os excluídos, para que essas vozes alcancem a esfera pública. Isto é, os excluídos, os marginalizados, os sem-poder, sim, têm voz, mas não há ninguém que os escute. Essa voz está incluída num espaço limitado. O que fazemos é recolher essa voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra (PORTELLI, 2009).

Para a composição do artigo, recolhemos a voz de Maria Luiza⁶⁹, de 55 anos, residente atualmente em Codó, Maranhão, nascida e criada no município de Santo Antônio dos Lopes, MA. Maria Luiza nos contou que foi iniciada no trabalho doméstico ainda na sua juventude. A escolha por escutar a experiência da entrevistada advém da percepção de sua história como sujeito histórico, já que ela realizou um número considerável de migrações, tendo em vista o trabalho doméstico, e possuir notória relação com o modo de vida rural. Ademais, em face do contexto de pandemia do Covid-19 que vivemos, a realização de outras entrevistas se mostrou inviável e a referida entrevistada surge como um sujeito de proximidade suficiente para engendrar a entrevista.

Assim, a entrevista foi realizada de forma presencial na casa de Maria Luiza, o tipo de entrevista de História Oral escolhido foi a chamada história de vida, dessa forma, a trabalhadora doméstica contou suas experiências desde a infância até a vida adulta, memórias permeadas pelo trabalho doméstico. Para a efetuação da entrevista foi realizado um roteiro com as principais perguntas e pontos-chaves a serem explanados de forma semiestruturada, afinal, o intuito era deixar a narrativa de Maria Luiza o mais livre possível e não padronizada, dada as necessidades da temática.

⁶⁹ É de importância destacar que Maria Luiza é um nome fictício, já que a entrevistada cedeu a entrevista, mas não quis que seu nome verdadeiro fosse exposto por motivos de privacidade pessoal.



Além do uso da metodologia da História Oral, foi utilizado também a pesquisa bibliográfica, por meio da leitura de artigos, dissertações e teses que denotam as diversas experiências de trabalhadoras domésticas no país, bem como foi necessário buscar dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a visualização da situação social desses sujeitos.

O presente artigo está organizado de modo que o leitor possa entender as condições de vida que a entrevistada estava inserida no contexto socioeconômico, mas também de tantas outras jovens rurais no período, bem como as motivações que impulsionam as migrações em direção ao trabalho doméstico e a trajetória migratória da entrevistada. Em sequência, discutiremos sobre o paradoxo exploração e afetividade que expressa o paternalismo na atividade doméstica.

Condições de vida e migrações no trabalho doméstico

O Maranhão é um estado de histórico essencialmente agrário. Nos anos de 1980, o progresso parecia fazer morada no estado, grandes projetos eram incorporados com a esperança do desenvolvimento econômico do Maranhão. Segundo Costa (2002), o governo e os jornais noticiaram que haveria um milhão de empregos que elevaria as condições de vida e trabalho de toda a população, posteriormente, a década de 1990 também foi marcada por esses discursos. No entanto, o desenvolvimento econômico nesse período foi acompanhado pelo crescimento da desigualdade e da injustiça social, isto é, houve sim crescimento da “riqueza”, mas esta não foi distribuída, concentrando-se cada vez mais nas mãos de poucos. Assim, o caráter socialmente excludente do processo de modernização se constitui no outro lado da moeda, o estado era rico, mas o povo era pobre (COSTA, 2002).

Essa pobreza é o que marcava o cotidiano da gente comum maranhense, para se ter ideia, em 1980, cerca de 50,6% da população estava situada abaixo da linha de pobreza, no final da década de 80, o número só cresceu, passando a ser mais da metade da população abaixo da linha de pobreza, agravando a realidade socioeconômica do estado (PESSOA; MARTINS, 1996). No meio da realidade social vivenciada, esses sujeitos procuravam formas de se reinventar, e outras maneiras de ganhar o sustento para a família, fora das promessas do estado, a rede de informalidade e o trabalho doméstico configuram como parte desses destinos, precisando sair do rural para o urbano e imbricando esses espaços, através das diversas redes de familiares e conhecidos.





Outrossim, em uma pesquisa sobre trabalhadoras domésticas em Montes Claros, entre 1960 e 1980, Santos (2015) afirma que a maioria das trabalhadoras eram oriundas da zona rural do município e dos municípios vizinhos, a autora interpreta essa origem comum como uma estratégia de sobrevivência das famílias pobres da região do norte de Minas Gerais. Trata-se de experiências comuns nas diversas regiões empobrecidas do país, com suas especificidades históricas, que pode ser notada no Maranhão da década de 1980, em que as condições de vida do rural, a pobreza, o “não ter condição”, estão presentes nas experiências das trabalhadoras domésticas.

Maria Luiza, de 55 anos, que viveu sua infância na zona rural de Santo Antônio dos Lopes, no Médio Mearim Maranhense, conta um pouco sobre a sua vivência no rural antes de migrar para o trabalho doméstico, segundo a mesma, ela e sua família cresceram nas terras de outrem, o tio, e seu pai trabalhava nas terras do mesmo em troca de moradia, ela relata:

[...] Então, a gente cresceu nesse lugar, só que assim uma coisa que a gente não podia era vender, as coisa naquele tempo era só pra comer [...] Papai trabalhava na roça, sempre gostou muito de fazer roça mais perto de casa, ai quando... a gente trabalhava duas...três vezes na semana dentro da roça ajudando ele, e dois dia da semana a gente trabalhava quebrando coco que era pra fazer as compra, no domingo, fazer as compras no domingo pra poder comprar as coisa, comprar por exemplo farinha, biscoito, essas coisa, num tem? Que não tinha, porque muitas das vezes ele fazia também a farinhada, mas, muitas vezes não tinha a mandioca para fazer a farinha aí ele tinha que comprar. Ele toda vida gostou de comprar muita coisa só em grosso, só comprava as coisa era de meio saco, gostava de muita fartura e nunca gostou de comprar coisinha pouca (LUIZA, 2021).

O relato de Maria Luiza apresenta pontos que fundamentam a compreensão da sua realidade como sujeito histórico e inserção no trabalho doméstico, mas também de muitos sujeitos do campo maranhense. Perceba que ela frisa em sua fala que não podiam vender as terras e os alimentos que provinham dela, sendo notória a não propriedade da terra por parte de sua família, eles viviam na terra do tio como um favor, como agregados⁷⁰. A entrevistada justifica o ato de não poder vender o lugar ou os alimentos presentes na terra do outrem com o que era mais custoso de se obter e o primordial para esses sujeitos, isto é, poder comer, garantir a sobrevivência, ao dizer “naquele tempo era só pra comer”.

A rotina de trabalho na zona rural também é evidenciada na fala de Dona Luiza, que desde muito cedo teve o contato com o trabalho na roça e a quebra do coco babaçu. Esse trecho da entrevista de Maria Luiza, remete ao que Almeida e Mourão (2017)

⁷⁰ Agregado morava na fazenda do proprietário da terra através do sistema de trabalho em que entregava uma parte da sua produção ao proprietário, prestando outros serviços na fazenda, para ter o acesso à terra.



afirmam em um estudo sobre a questão agrária no estado, de acordo com os autores, a maioria das famílias pobres rurais maranhenses viviam da agricultura composta por unidades familiares baseada no plantio dos itens necessários para a sobrevivência, como o arroz e feijão, em terras de outros, submetidas ao domínio do grande latifúndio, marcante na estrutura agrária maranhense. O não acesso à propriedade da terra é um dos elementos marcantes dessa realidade, bem como a extração do coco babaçu para o sustento das famílias.

Um fato interessante a se observar durante a fala de Maria Luiza, ao contar sobre a sua infância no meio rural, é o evidente valor que ela atribui para a “fartura”, durante boa parte do seu relato ela sempre afirma ter sido criada de barriga cheia e passa um acentuado espaço de tempo descrevendo todos os tipos de comidas que teve acesso. Interpretamos essa fala da entrevistada em alguns pontos principais a se inferir. Primeiramente, o fato de a fartura ser um elemento bastante presente na memória de migrantes, ao estudar as experiências de migrantes nordestinos no Médio Mearim no Maranhão e a construção e desconstrução da ideia de eldorado maranhense, Ferreira (2015) denota como muitos migrantes costumeiramente descreviam o Médio Mearim com muita fartura e melhoria de vida, denotando que a região representa um polo de atração de migrantes de outras regiões, sendo considerado um eldorado. Nesse ínterim, a própria ideia de fartura é passada para a entrevistada por meio dos laços familiares, já que boa parte de seus parentes, inclusive suas bisavós, mãe, e tios vivenciaram a seca no Piauí, na década de 50, e são migrantes advindos do estado vizinho.

Entrementes, essa mesma infância alegre e cheia de fartura que perpassa o relato da entrevistada, emerge como um contraponto as memórias posteriores no trabalho doméstico, a fartura e a falta se tornam lados que também descrevem realidades diferentes. Assim, Dona Luiza descreve uma infância cheia de fartura em ricos detalhes, e volta a ela em alguns momentos de sua narrativa, para acentuar que a penúria que viveu enquanto trabalhadora doméstica não foi algo recorrente em sua infância.

No entanto, a entrevistada reconhece a situação de pobreza vivenciada durante a infância, ao afirmar que “não tinha condição”, que sua vida era “simples”, e que na casa onde vivia “não tinha muita coisa”, afinal, segundo ela, “*gente pobre não tem essas coisas com luxo, tudo é simples*”, mas não atribuir a fome e a miséria como os motivos para ter migrado, por mais que elas estivessem inclusas dentro da forma que a entrevistada conduziu seu relato.



Nesse sentido, é interessante pensar nos motivos que impulsionaram, em específico Maria Luiza, mas também outras mulheres a migrarem de sua residência no rural e irem para o trabalho doméstico urbano. Em relação a esses motivos, Lisboa (2007), enumera as seguintes questões:

1) a questão socioeconômica: falta de oportunidades de emprego ou ocupações remuneradas no local de origem, bem como a desvalorização do trabalho feminino; 2) o acesso à educação ou a oportunidades de maior qualificação profissional; 3) a conquista da independência econômica e social de suas famílias de origem, principalmente as solteiras, viúvas ou mulheres que sofriam violência no local de origem; 4) a possibilidade de alcançar mobilidade social, melhorar de status em relação ao emprego que exerciam nos países de origem, ou seja, serem valorizadas; 5) o acesso a serviços básicos, atendimento à saúde; 6) experimentar diferentes sensações: conhecer um lugar diferente, divertir-se, ir a festas, sair com as amigas, aprender coisas novas; 7) ir atrás da rede familiar, de conhecidos ou amigos que já se encontram no local e motivam a migração (LISBOA, 2007, p. 810).

Além desses possíveis motivos que fazem com que inúmeras mulheres se dediquem ao trabalho doméstico urbano, Santos (2015), ao discutir o caso das trabalhadoras domésticas na cidade de Montes Claros em Minas Gerais, menciona que a situação de pobreza vivida no campo, a atração exercida pela cidade e suas novidades, a possibilidade de estudar na cidade e ao mesmo tempo fugir dos trabalhos rurais considerados pesados, também são explicações para essa migração. No caso de Maria Luiza, bem como algumas de suas irmãs, um dos principais motivos para a migração, se não o primordial, era a busca por estudar. Durante sua narrativa ela demonstra o desejo de estudar e o que a sua família pensava disso:

Meu pai era assim.. ele falava que a gente ia estudar pra aprender a fazer carta pra homem, quem era mais de incentivar nós era sempre a mamãe. A mamãe era assim sempre lutou muito pra gente estudar, todas nós lá em casa, ele era assim falava “é não adianta não porque eu fico reclamando, mas depois que tu botar a cabeça prum lado amorzim”. Ai a mamãe toda vida falava assim pra ele “Olha...presta atenção que eu num vou criar minhas filhas que nem eu fui criada, viu? Porque meu pai ele nunca quis que eu estudasse, pra mim não sair de casa, pra mim não perder tempo com hora de trabalho”. Meu avó pagava era uma professora, pra dar aula duas vezes por semana, não era todo dia não, tinha dia que minha mãe não aguentava, coitada, morta de cansada de trabalhar, né?. “E aí não vou criar minhas filhas assim, que nem meu pai me criou, minha filhas vão pra escola, eu nunca soube o que foi uma escola, aprendi a assinar meu nome, mas eu nunca fui pra uma escola, e eu não vou fazer o mesmo que meu pai fez comigo, não vou fazer... com meus filhos”. “ Ah, mas esse negocio de filha mulher estudar não presta”, era contra o papai. Ai a mamãe falou, “porque? O quer que filha mulher vai fazer? (LUIZA, 2021).

No trecho da entrevista acima, Maria Luiza nos conta sobre as conversas entre seu pai e mãe a respeito da educação das filhas. Nesse relato, alguns pontos são interessantes de ser ressaltados, pois contribuem para compreender a trajetória de



mulher migrante e trabalhadora doméstica da entrevistada. Primeiramente, a sua posição enquanto filha mulher dentro do seio familiar e a reprodução das atividades domésticas exercidas pela mãe da entrevistada, que deixava de estudar em muitos momentos para exercer o cuidado do lar, e a tentativa da mãe de Socorro de romper com esse ciclo através das filhas.

As afirmações de Faria, Ferreira e Paula (2016) permitem pensar sobre esse destino social e biológico que é imposto às mulheres; para as autoras o trabalho doméstico é como um referencial para a socialização de meninas que desde cedo reproduz os papéis de mães, avós e bisavós, o estudar não está incluso nesse ciclo, a não ser como um discurso utilizado para cooptar jovens em direção ao trabalho doméstico, que é mascarado com o “ajudar para estudar”. Em complemento, a fala do pai da entrevistada “*esse negócio de filha mulher estudar não presta*”, reforça essa ideia que tem como signo a noção de que o lugar da mulher é no ambiente privado.

Outrossim, é possível notar que o desejo da entrevistada por estudar foi algo advindo do incentivo da mãe. É importante destacar a ênfase que Dona Luiza oferece durante toda sua narrativa para a educação escolar, há um deslumbramento por quem conseguiu concluir seus estudos, e também a visualização do estudo como um meio para melhorar as condições de vida, isso é nítido quando ela fala de uma família rica da região em que os filhos estudaram fora, por isso entendiam de muitas coisas, mas, estudaram “porque podiam pagar”. A entrevistada claramente associa a riqueza com o conseguir acesso aos estudos, o que é uma correlação bem relacionada com a realidade social maranhense vivida por ela e por tantas outras jovens pobres no período, que não se restringe apenas à década discutida nesse artigo, afinal, é uma permanência no Brasil atual no que se refere ao trabalho doméstico.

Em vista disso, os dados acerca da alfabetização no Maranhão ajudam a visualizar melhor essa realidade, a taxa de alfabetização no final da década de 1980 é cerca de 57,2%, abaixo do esperado (PESSOA; MARTINS, 1996). Nota-se que o acesso à educação pública dos maranhenses era reduzido e muitas vezes negado, principalmente no que se refere a grande maioria da população pobre, que contribuiu para o crescimento do analfabetismo, isso se torna mais alarmante quando se refere à educação dos camponeses (MEDONÇA; SILVA; AZAR, 2017).

Assim, Dona Luiza, na sua busca por estudar, realizou várias migrações ao longo da sua trajetória de vida, ela nos conta sobre a motivação do seu primeiro deslocamento,



que se deu da Zona rural para a urbana de Santo Antônio dos Lopes, ainda bem jovem, nas palavras dela:

[...] eu já tava sabendo a ler, aí nessa época eu já fazia, o quê... o terceiro ano já, terceira série, aí eu lia toda coisa, aí papai...porque era muito atrasado no interior, papai tinha muita vontade que eu fosse lá pra cidade de Santo Antonio dos Lopes, aí foi na época que eu fui (LUIZA, 2021, grifo nosso).

Nesse trecho existe uma evidente interpretação da entrevistada no que se refere ao atraso do interior em relação aos estudos, que se liga muito bem à ideia já discutida de pobreza e acesso à educação, bem como denota o impulso da entrevistada ao migrar do campo para a cidade, sair do que ela considera atrasado. Esse primeiro deslocamento de Dona Luiza foi para a casa de um amigo da família que possuía uma casa na cidade, lá, a entrevistada engendra o primeiro contato com o trabalho doméstico na casa dos outros, é como Faria, Ferreira e Paula (2016) destacam ao afirmar que o apadrinhamento, o “ajudar para estudar” de meninas da Zona rural para atuarem como serviçais nas casas de famílias de classe média e alta é muito comum, eles alegam que a jovem vai ter acesso à educação formal e melhores condições, mas na verdade elas encontram um dia a dia de trabalho.

Por conta desse dia a dia de trabalho doméstico cansativo e sem remuneração, Dona Luiza migra novamente para a zona rural e descreve um período de idas e vindas entre o rural e o urbano de Santo Antônio dos Lopes - MA para conseguir estudar. Segundo ela:

Na época eu estava estudando ginásio já... e já tava indo e voltando [...] porque, por exemplo, eu passava o dia em casa trabalhando, fazendo meu serviço aí eu saía 4 hora da tarde, eu mais a minha turma de amiga, e nós vinha para Santo Antonio, que era nove quilometro. Aí como eu já fazia ginásio, nesse tempo minha tia já tava morando lá, aí a gente dormia na casa da minha tia e voltava de manhã cedo, chegava a tarde, tomava o banho da gente, ia pro colégio, estudava todo mundo era de noite, pra trabalhar de dia, aí dormia na casa da minha tia, já saía cedim, entendeu? Sai cedim, aí vinha, do interior (LUIZA, 2021).

As dificuldades para estudar estão nitidamente expressas nesse relato de Luiza, ela conta da difícil rotina de se manter indo e voltando da Zona Rural para a urbana do município, por mais que em Santo Antônio dos Lopes tivesse o grau de ensino que ela estudava, a rotina cansativa impedia nossa entrevistada de permanecer; nesse ponto, a migração para fora do estado advém para Maria Luiza como uma chance de vencer esses desafios. É interessante pensar que a maioria das migrantes que engendram no trabalho doméstico, encaram o deslocamento geográfico como um pré-requisito para



seu deslocamento social, para a superação de suas dificuldades no lugar de origem (JACQUET, 2000, p. 5), tendo em conta que:

A migração enquanto processo, responde as necessidades materiais de sobrevivência (comida, roupa, remédios) e também as necessidades de manter vivas as ilusões (de melhoria, de ascensão social, de projetos de vida). A compreensão dessa dialética afasta os dualismos e as excludências, no sentido de que o real, o palpável, é verdadeiro; e o irreal, o invisível, é falso. As representações sociais (símbolos, imaginário) são elementos do real, portanto necessários. A ilusão é necessária e ela se apoia em uma base social (SILVA, MENEZES, p. 5).

Levando em conta esses pontos, juntando as necessidades de sobrevivência com as ilusões alimentadas, por volta de 1985, Maria Luiza migra da Zona rural de Santo Antônio dos Lopes para a casa de uma tia na cidade de Picos no Piauí, segundo a entrevistada:

Minha tia mandava essas cartas por eles, escrevia uma carta dizendo que seu quisesse estudar era pra mim ir, aí meu pai falou das dificuldades, que era difícil manter a gente na escola, porque tinha aquele negócio de toda vida de ir... aí ela disse “ Não mais manda ela pra cá” [...] aí ela me convidou na época aí eu fui que a minha mãe foi me deixar eu fui pra lá, mas lá eu passei um ano e meio e não aguentei não (LUIZA, 2021).

Maria Luiza vai para a casa da tia, irmã do seu pai, pensando que iria para estudar, mas quando fez toda a trajetória migratória e se fixou na residência, as suas ilusões foram minadas e ela se insere novamente em uma realidade de trabalho doméstico. No trecho acima da entrevista de Luiza, dois pontos são interessantes de ser discutidos: a cooptação e insistência da tia para Maria Luiza ir “estudar” na cidade onde ela morava, o que reforça os pontos já discutidos no presente texto sobre o apadrinhamento e o desejo de inserir as jovens advindas do rural no trabalho doméstico urbano, facilitando a exploração; o fato da própria entrevistada dizer que não aguentou a experiência no trabalho doméstico urbano, fazendo ela engendrar uma migração de volta para sua terra natal, afinal, ela não se integra no destino encontrado e suas frustrações são evidenciadas.

Passado algum tempo em Santo Antônio dos Lopes - MA, Luiza migra novamente para a cidade de Fortaleza, para trabalhar como doméstica na casa de uma família de classe média da região e em busca do estudo. Dessa migração, acontecida no ano de 1987, a entrevistada possui memórias nítidas do caminho da viagem, ela descreve relatos que evidenciam o fascínio com o ambiente da capital cearense, é uma migração que advém com um contato mais do que nunca com o “novo”. Fortaleza ganha o sentido de prosperidade que, mesmo inconscientemente, Maria Luiza



alimentava em suas migrações, é como Jacquet (2000) nos conta, ao falar de trabalhadoras domésticas migrantes na capital Fortaleza, o emprego doméstico se torna um canal de acesso e estabelecimento na cidade.

É importante destacar que nas outras experiências migratórias em que Luiza era mais jovem, apenas o estudo como melhoria de vida se apresentava na sua narrativa, mas, ao relatar a ida para Fortaleza, quando já era maior de idade, outra perspectiva se mostrava em sua descrição, além de estudar, ela queria ajudar a família, e foi incentivada pela futura patroa, segundo Luiza:

Assim, toda vida eu trabalhei pra ajudar eles, não era pobre de passar fome, mas não tinha esse negócio de bens, essas coisas, não [...] fui trabalhar pra ajudar, já era maior de idade, por isso que fui e por isso que ela falou que eu tinha que ir, porque eu já ajudava eles, aí foi mermo [...] aí ela me falou que lá eu ia estudar (LUIZA, 2021).

O “eles” que Maria Luiza se refere no seu relato é a sua família, como filha mais velha entre 4 irmãs e um irmão, é nítido que a entrevistada sente a responsabilidade de cuidar da família, ainda mais que nesse período seu pai já havia se transferido para a zona urbana de Santo Antônio dos Lopes, devido à venda da terra que moravam pelo proprietário. Com as irmãs mais novas, que posteriormente iriam se inserir também em migrações e trabalho doméstico, evidenciando para nós o destino de boa parte das jovens rurais maranhenses, Luiza tinha o desejo de suprir o que faltava. Quando volta de Fortaleza, ela diz “*comprei várias coisas para as meninas que estava faltando...dei um dinheirinho pra papai*”, o que, mais uma vez, deixa claro o seu propósito e faz refletirmos o caráter ativo que os sujeitos possuem na história.

Outro ponto que necessita ser pensado nessa migração de Luiza para Fortaleza é a evidente estratégia da patroa, que acostumada ao estilo de vida do urbano e do rural, de certa forma induz a jovem a ir trabalhar na casa dela, já sabendo das necessidades e propósitos de garotas como ela, que acabam inseridas no trabalho doméstico, isto é, estudar e ajudar os pais, por meio disso ela convence Luiza a migrar. Mas, nossa entrevistada não migra sem levar em consideração seus ganhos e formas de tratamento, tendo em conta suas experiências anteriores, ela espera “ser tratada que nem gente”, existindo a perspectiva de retornar caso o trato não seja cumprido.

Quando retorna de Fortaleza a Santo Antônio dos Lopes - MA, a entrevistada engendra seu último destino, sai do município do Médio Mearim Maranhense e vai para a cidade de Codó - MA, em busca de estudo e trabalho, lá, ela se encontra mais uma vez em uma situação que é responsável pelos afazeres domésticos da casa de uma conhecida



em troca de moradia, não demora muito tempo, ao chegar em Codó, a nossa entrevistada se casa. O contexto nos remete à pesquisa de Jacquet (2000), ao afirmar que o casamento termina sendo um dos destinos almejados e, se não, um dos inevitavelmente postos para essas jovens, já que as poucas oportunidades de emprego feminino fora do lar, assim como a subordinação do trabalho das mulheres à família, não permitem as moças encararem a possibilidade de carreira profissional.

Aliás, as constantes idas e vindas tornam mais difícil e cansativo para essas mulheres realizarem ou concluírem seu propósito inicial, fazendo com que o casamento se torne uma forma de fuga do trabalho doméstico, estabilidade, descanso para essas mulheres, mas, que vindo de uma perspectiva direta, apenas reforça os pressupostos que atribui às mulheres o lugar do lar, dos afazeres domésticos, da esfera privada. Nesse sentido, o destino de fixação e interrupção das migrações por causa do casamento, nada mais é do que a continuidade do trabalho doméstico e, muitas vezes, o mantimento de relações de exploração sobre o viés da afetividade. No entanto, interessa-nos nesse artigo pensar na noção de explorações e afetividades dentro das migrações com destino ao trabalho doméstico urbano, afinal, o que as experiências de Luiza revelam sobre o paradoxo exploração e afetividade? O que isso infere sobre as vivências de tantas outras jovens trabalhadoras domésticas?

Um paradoxo: exploração e afetividade no trabalho doméstico

Como mencionado anteriormente, desde muito cedo, Maria Luiza começou a migrar para outros lugares como Piauí e Fortaleza "em busca do melhor", com intuito de ter melhores condições de vida e para seus estudos. No entanto, o único meio viável que encontrou para chegar a esse fim foi através do trabalho "na casa dos outros", o que por vezes acabou deixando seu principal objetivo em segundo plano. Não muito diferente do que ocorre com diversas jovens migrantes rurais em várias regiões do país afora, enfrentou a exploração tanto escancarada como mascarada. De acordo com Araújo (2015) "a expectativa de 'coisa melhor' se traduzia em sofrimento cotidiano".

D'Angelo e Hannemann (2018), ao analisarem o estudo do sociólogo Maurício Antunes Tavares, na obra "Onde está Kelly?", mostram como o estudo comprova a antiga "tradição" existente em diversas regiões no interior do nordeste no Brasil, o "apadrinhamento", prática antiga, a partir da qual filhos de famílias pobres passam a viver com as famílias ricas, a pretexto de conseguir estudar para ter uma vida melhor. A relação estabelecida nestes termos legitima o abuso de autoridade do



“padrinho/madrinha” e mascara a exploração do trabalho infantil, que muitas vezes se dá nas condições análogas à escravidão.

Na cidade grande, onde se vislumbrava uma vida melhor, o que quase sempre lhes reservava na travessia era a exploração. Por volta de 1985, saindo de seu estado Maranhão para Picos no estado do Piauí, Maria Luiza foi para casa da tia com o objetivo de estudar. Entretanto, ao chegar lá às condições impostas foram totalmente contrárias ao que havia sido prometido pela tia em carta ao seu pai. Disse ela:

Mas lá eu acho que passei um ano e meio, num aguentei não. (...) Eu tinha quinze anos, eu não tinha quase nem tempo de estudar (...). Ela colocou pra eu estudar foi a noite também que era pra num perder tempo. Na casa dele eu era que nem fosse uma doméstica, viu. Fazia todo o serviço. Já terminava, vai lavar louça, limpa isso, limpa aquilo ficava caçando pó em tudo quanto era coisa passando assim a mão ... tem pó aqui vai limpar aí eu ia. Aí quando era de noite eu ia pra escola... Assim no ano que eu cheguei começou botou pra mim estudar a tarde, de manhã eu fazia todo serviço aí tu vai pro colégio de tarde (LUIZA, 2021).

Nesse sentido, podemos perceber como ao relatar sua memória sobre a experiência na casa de sua tia, descreve o dia a dia cheio dos afazeres domésticos, sendo tratada como empregada da casa e ainda sem tempo para se dedicar aos seus estudos. No que tange às condições degradantes, é comum histórias de mulheres que são “pegas para criar”, ainda crianças, como o caso de Luiza que tinha apenas 15 anos de idade e são mantidas prestando serviços sem qualquer remuneração ou direito até a vida adulta ou velhice, nutrindo, por vezes, sentimentos deturpados de gratidão ao empregador pelo fornecimento de algum tipo de moradia e alimentação (GOMES, 2021). Entretanto, a entrevistada revela que não permaneceu no lugar por muito tempo, por não aguentar mais como era tratada. Resumindo, ela disse:

Aí depois eu voltei pro interior, porque eu achava ruim na casa dos outros(...) eu gostava de lá, só que aí eu comecei a estudar esse negócio de ginásio que era um horror de matéria pra estudar, e aí eu num tinha muito tempo, num tem? que eu trabalhava muito lá (...) Fazia todo o serviço, varria casa lavava louça, lavava roupa viu, todo serviço entendeu? (LUIZA, 2021).

Sem sombra de dúvidas a informalidade no trabalho doméstico contribui com a ocultação de diversas formas de exploração. Ademais, sua subvalorização possibilita a exploração de trabalhadores que são mantidos em condições análogas às de escravo, onde são naturalizadas diversas práticas abusivas legitimando o ato criminoso. Baixos são os índices de denúncias e atuações, por se tratar de espaços privados e de difícil acesso, desse modo, a escravização e exploração ocorrem de forma silenciosa. Tendo em vista que, sua realidade é oculta, pois a Constituição Federal de 1988 garante a



inviolabilidade ao lar brasileiro, dificultando assim a ação dos organismos de inspeção. Tornando possível, várias violações como: remuneração abaixo do salário-mínimo, longas jornadas de trabalho, ausência de descanso semanal remunerado, dentre outros.

De acordo com D'Angelo e Hannemann (2018), a concepção de que as crianças e adolescentes, principalmente oriundas das classes mais necessitadas, deveriam ajudar nos afazeres domésticos se consolidou no meio social, baseada em um suposto sentimento de solidariedade – não raro ocorre a figura do(a) “afilhado(a)” ou “filho(a) de criação”, geralmente o(a) filho(a) do(a) empregado(a) ou do(a) parente mais pobre que vai à cidade para “ter mais oportunidades” e cuidar da casa e das crianças da família. No entanto, o que encontravam era apenas um dia a dia com muito trabalho, distante das promessas da família empregadora.

Além de realizar o serviço doméstico, o pai de Maria Luiza com todo o esforço ainda enviava uma quantia para que comprasse o que fosse necessário. Contudo esse dinheiro não chegava em suas mãos, roupas e calçados lhes faltavam e nem se quer tinha dinheiro para comprar um lanche na escola. Então disse:

O dinheiro que papai mandava eu não via nem a cara. Ela dizia que tava comprando tudo, comprando tudo, mas não me dava nem um centavo pra merendar. Óia a gente num tem esse negócio de tá merendando em escola não, a gente sai de casa tem que almoça bem (LUIZA, 2021).

Para Portelli (2010), a entrevista é um desafio que colocamos ao entrevistado, porque ele tem a missão de organizar a narrativa, o conto, a interpretação de sua vida de uma forma nova, de uma forma mais complexa, com o intuito de que alguém, que não faça parte de sua comunidade, possa entender. Ademais, o desafio é: o de aprofundar sua compreensão de sua própria história, sua própria experiência. A entrevistada fala por diversas vezes que já não aguentava mais a situação que era submetida na casa de sua tia, consideramos que o fato de repetir várias vezes a frase seja para deixar evidente as condições degradantes que vivia e que seus estudos, que eram tão importantes, estavam sendo prejudicados. Ao organizar suas memórias descreve ainda como falava e como sua tia respondia, então disse:

Eu tenho que fazer meus exercícios, não cê vai é mim ajudar hoje (fala da tia), aí eu ia (...).Não estudava, aí quando era pra fazer as provas era o maior sacrifício... Eu não tinha tempo pra estudar eu tava com minha notas não tava boa, porque eu não tinha tempo pra estudar só queria que eu trabalhasse (LUIZA, 2021).

De acordo com Holanda (2014), a dificuldade de diferenciar público e privado sempre esteve presente nas relações, sendo que os interesses pessoais acabam



prevalecendo. No contexto do trabalho doméstico, torna-se ainda mais difícil separar essas esferas, tendo em vista que é realizado em casa de famílias, possibilitando relações paternalistas ainda mais fortes. O ambiente de trabalho da empregada doméstica é também o ambiente de intimidade dos patrões. Por isso é difícil dissociar público e privado, uma vez que tais esferas acabam sendo ressignificadas. Em outra experiência de Maria Luiza em Fortaleza, já maior de idade, ela relata características nesse sentido. “*Ela pagava um salário pra mim na época...de doméstica toda vez que deu recebia meu dinheiro, todos os mês ela me dava um presente, eu num comprava nada de limpeza pra mim...tudo ela mim dava*” (LUIZA, 2021).

As formas de proteção foram alteradas ao longo do tempo, mas as práticas paternalistas permanecem. As quais são vistas sob a perspectiva positiva por parte das empregadas, pois tais situações não seriam aceitas por uma empresa grande, devido a impessoalidade. De acordo, com Brites (2000), as empregadas desenvolvem em troca o comportamento servil, de prestígio e de amizade, no qual é percebido uma troca social "desprovida de ilusões", os dois lados são obrigados a se mover no mesmo "campo de forças".

Nesse interim, existe ainda pressão psicológica, pois os patrões costumam ressaltar suas ações de caráter benevolente para que o sujeito se sinta agradecido. O resultado disso é a exploração mascarada que oculta diversas formas de exploração. Uma situação observada com frequência é a submissão desses sujeitos ao trabalho análogo ao de escravo com jornadas de trabalho exaustivas. Descreveu da seguinte maneira:

Aí quando era sábado e domingo ela tinha essa butique dentro de casa, ela saía pra outra loja dela que ela tinha no centro. Aí ela não podia vim, aí ela ligarra pra mim tem fulano de tal vai pegar uma encomenda aí. Aí eu abria a porta pras amigas dela (...) Aí eu entregava num tem fazia as entregas pra ajudar ela que ela tinha essas duas lojas, aí ela me dava muito presente, só que eu, eu estudava era a noite lá. eu trabalhava na casa, assim não trabalhava muito mas só que era muito cansativo num tem aquele sobe e desce que eu ficava lá (LUIZA, 2021).

Nesse contexto, o falso discurso de pertencimento baseado na ideia de que seriam membros da família, também se configura como um mecanismo para facilitar a exploração mascarada. De acordo com Gomes (2021), “a total ausência de separação entre relações pessoais, vida familiar e laboral pode ser extremamente desgastante, especialmente quando associada a situações de degradação do ambiente de trabalho e local de moradia”. Em linhas gerais as famílias que têm melhores condições de vida se



aproveitam da vulnerabilidade das jovens, com a oferta de criá-las como se fossem da família.

A frase "é como se fosse da família" tem sentido diferentes para os sujeitos envolvidos. Para a empregada, tem sentido ideológico de adesão ao ritmo, a forma de viver da família, enquanto que para a patroa, é uma forma de aceitar um estranho dentro de casa, compartilhando os momentos de intimidade da família, como bem afirma Kofes (2001). Maria Luiza comenta:

Ela dizia assim eu num tenho filha mulher, Deus num me deu esse poder e se seu pai quiser você pode ficar a vida inteira mais eu (LUIZA, 2021).

Seguindo o relato, diz ainda:

Ela mim levava pra praia, tinha um horror de roupa de banho, era calçado só calçado de marca. Quando eu vim mim bora de lá ela mim deu uma mala grande, uma mala dela cheia só de roupa minha ... e duas caixas enorme só com coisa pra minha família, calçado, roupa tudo no mundo (LUIZA, 2021).

Thompson (1998), ao escrever sobre trabalhadores pobres no séc. XVIII, deixa evidente um estilo paternalista de controle e disciplina. Dizendo o seguinte em um trecho do seu texto:

As ocasiões de patronagem de aristocracia e da gentry certamente merecem atenção: esse lubrificante social dos gestos poderia, com bastante facilidade, fazer os mecanismos de poder e exploração girarem mais suavemente. Os pobres, habituados a sua posição irrevogável, eram frequentemente transformados, pela sua própria boa índole, em cúmplices de sua própria opressão: um ano de provisões escassas podia ser compensado por uma generosa doação no Natal (THOMPSON, 1998, p. 49).

O cenário descrito pode ser notado nas relações de trabalho aqui em discussão. Tendo em vista que, entendemos que as relações paternalistas permitem que o sujeito que trabalha se torne submisso, facilitando o controle por parte de quem manda. Assim, a trabalhadora doméstica realiza tudo que os patrões pedem, sem resistência. Ademais, intimidade e afetividade estão presentes nessas relações, nos pagamentos extrassalariais, nas concessões de horários, faltas, nos presentes, nos objetos usados dados pela patroa e que possuem significado para as empregadas. No entanto, existe distanciamento, deixando claro os limites que não podem ser extrapolados, com clara relação de hierarquia entre chefe e subalterno.

Como recebia diversos presentes e era levada para conhecer novos lugares, Maria Luiza sempre descreve a patroa de forma romantizada. Ao recordar o nome da patroa, diz: "Era dona Elia o nome dela, eita meu Deus do céu". Evidenciando em vários momentos da entrevista o sentimento de gratidão. Tal fato nos remete a seguinte afirmação "para o sujeito pobre do campo, o trabalho é motivo de orgulho e não de dor.



Mesmo inserido em condições de trabalho compulsório, muitas vezes estes sujeitos não se sentem explorados" (ROCHA, 2010, p. 74).

Mas eles nunca mim exploraram, tão tanto que eu falei pra tu que eu queria ficar lá e papai num deixou. Quando eu vim de lá eu vim na coisa de voltar(...) Eu vou ficar lá porque eu quero, aquele povo são gente boa (LUIZA, 2021).

Considerações finais

Diante do exposto, é possível perceber como a migração do rural para o urbano, ou de uma cidade pequena para a capital, é o que marca os modos de vida das trabalhadoras domésticas, que, com sua busca por condições materiais melhores e mantendo vivas suas ilusões, migram de seus locais de origem para a zona urbana por meio do trabalho doméstico. Muitas dessas mulheres, não vão com o intuito primordial de trabalhar, mas sim, visualizando outros objetivos de seu projeto de vida. Como notamos no artigo, o trabalho doméstico termina ocupando todo o tempo disponível dessas jovens, que se sentem cansadas. Assim, elas terminam "querendo ir embora pra suas casas", pois muitas vezes as frustrações e as explorações não podem ser mais aguentadas. A sensação de estranhamento persiste nessas jovens migrantes trabalhadores domésticas.

Do outro lado do que chamamos de paradoxo, existe empregadas domésticas que criam uma relação de afetividade com os patrões, que mascara as explorações sofridas, essas jovens não encaram o trabalho doméstico como uma profissão ou carreira, elas se sentem membros da família, e naturalizam as condições negativas que vivem, seja pelo fascínio da cidade grande ou pela chamada bondade dos patrões. Nesse sentido, o "querer ir embora pra casa" ganha outro sentido, pois os locais de trabalho e casa se tornam somente um, imbricados pelo privado e o público, isto é, as trabalhadoras ou se sentem sem casa ou que a casa dela é onde trabalha e que aquela família é a sua.

Sendo assim, esse artigo apresenta um esforço para compreensão breve sobre essas relações, que no cotidiano das diversas experiências vividas por trabalhadoras domésticas no Maranhão e em todo Brasil, ganha abrangência e diferentes contornos, mas, sobretudo, mostram que o efetivo ganho de direitos por essas trabalhadoras no passado estava longe de ser atingido e no presente são conjunturas que ainda permanecem nos relatos de muitas jovens advindas do meio rural, que migram em busca de algo melhor e são postas em uma relação de apadrinhamento e de exploração.



Data de Submissão: 08/06/2021

Data de Aceite: 02/09/2021

Referências

ARAÚJO, J. M. P. Em busca da dignidade: Migração, emprego doméstico e trabalho industrial de mulheres pobres na capital Fortaleza (1970-1990). **Revista Piauiense de História Social e do Trabalho**, Parnaíba, ano I, n. 01, jul./dez. de 2015.

ALMEIDA, A. W. B.; MOURÃO, L. **Questões Agrárias no Maranhão contemporâneo**. Manaus: UEA Edições, 2017.

BRITES, J. **Serviço doméstico: um campo desprovido a ilusões**. 2000. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/1588/1336>. Acesso em: 25 maio 2021.

COSTA, W. C. Novo tempo/Maranhão novo: Quais os tempos da Oligarquia?. In: SOUSA, M. M. F. (org). **Os outros segredos do Maranhão**. São Luís: Editora Estação Gráfica, 2002, p. 13-24.

D'ANGELO, I. B.M; HANNEMANN, R.C. A. P. Elas são quase da família: os grilhões invisíveis da exploração do trabalho doméstico infantil. In: MIRAGLIA, L.M.M. HERNANDEZ, J. N. OLIVEIRA, R. F. S. (Org.). **Trabalho Escravo Contemporâneo: conceituação desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2018.

FARIA, G. J. A; FERREIRA, M. D. L. A; PAULA, A. M. N. R. D. "Na casa dos outros": mulher, doméstica e migrante?. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 29, n. 2, p. 267-285, jul. 2016.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminina**. São Paulo, Editora: elefante, 2019.

FERREIRA, M. M. G. **Construção do eldorado maranhense: experiência narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA (1930-1970)**. 2015. 337f. Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

GOMES, I.F. **Trabalho escravo doméstico no Brasil: notas sobre uma exploração invisível**. 2021. Disponível em: https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/trabalho-escravo-domestico-no-brasil-notas-sobre-uma-exploracao-invisivel-14042021?amp&_twitter_impression=true. Acesso em: 01 jun. 2021.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JACQUET, C. Projetos matrimoniais e escolhas migratórias: o caso das empregadas domésticas de Fortaleza. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 12., 2000, Caxambu. Anais[...]. Belo Horizonte: ABEP, v.1, 2000.

KOFES, S. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdades na relação entre patroas e empregadas**. Campinas: Unicamp, 2001.



LISBOA, T. K. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 3, v. 15, p. 805-821, set. /dez. 2007.

MENDONÇA, C.M.S; SILVA, J.J.B; AZAR, Z.S. **A educação do campo no maranhão**: algumas considerações. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, GT-14 – Educação no Campo, Curitiba, nov./2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt14_1507655310_arquivo_singafinal1.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

PESSOA, E.D; MARTINS, M.A. Dinâmica econômica e condições de vida da população maranhense no período de 1970-90. **Revista de Política Públicas**, São Luís, v. 2, n. 2, p. 15-38, 1996.

PORTELLI, A. **História Oral e Poder**. I: Mnemosine. Revista eletrônica do Instituto de Psicologia da UERJ. vol. 6. n.º 2, p. 2-13. 2010b. (Tradução de BLUME, L.H.S; RODRIGUES, H.C.B.). Disponível em: <http://www.mnemosine.cjb.net>. Acesso em: 03 jun. 2021.

ROCHA, C.C. **Memória Migrante**: A experiência do trabalho escravo no tempo presente (Barras- Piauí). 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Mestrado em História Social, Fortaleza (CE), 2010.

SANTOS, Rosana de Jesus dos. Trabalho doméstico Remunerado e Migração Feminina: As construções de gêneros na cultura dos lavradores do Norte de Minas Gerais. **Fatos e versões revista de história: História, Gênero e Violência**, Mato Grosso do Sul, v. 7, n. 13, p. 02-16, out. 2015.

SILVA, M.A; MENEZES, M. A. **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões**. 2007. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/migracoes_rurais_no_brasil_velha_s_e_novas_questoes.pdf. Acesso em: 03 jun. 2021.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Fontes

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Aprovada em 5 de outubro de 1988**. Atualizada até a Emenda Constitucional nº 91, de 18.2.2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº150, de 1º de junho de 2015**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Publicada no D.O.U. de 2.6.2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008**. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. Publicado no D.O.U. de 13.6.2008. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6481.htm. Acesso em: 16 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MEDEIROS, Maria Luiza. **Entrevista [maio. 2021]**. Entrevistadora: Brenda Maria V. Mendes. Codó, 2021. Arquivo mp3 (1h e 46 minutos)

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 15/05/2021.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. IBGE. 2016. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 01 jun. 2021.



AS CASAS ENXAIMEL E A CONSTRUÇÃO DE UM PATRIMÔNIO PLURAL EM JOINVILLE: MODOS DE MORAR E VIVER POR MEIO DAS ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS



THE ENXAIMEL HOUSES AND THE CONSTRUCTION OF PLURAL HERITAGE IN JOINVILLE: WAYS OF LIVING AND LIVING THROUGH ARCHITECTURAL STRUCTURES

NICOLE SANTANA⁷¹

DIONE DA ROCHA BANDEIRA⁷²

ROBERTA BARROS MEIRA⁷³

Resumo

Este artigo tem como proposta refletir sobre as casas enxaimel da Colônia Dona Francisca em meados do século XIX de modo a traçar uma discussão sobre a história e a narrativa patrimonial que as casas apresentam através de sua cultura material. A técnica do enxaimel trazida pelos imigrantes germânicos surgiu como uma solução para a construção das casas na colônia, mas tiveram que passar por novas adaptações em decorrência dos materiais disponíveis na região e pelas condições climáticas. À vista disso, é feita uma discussão sobre a cultura material e as casas como espaços físicos e sociais que carregam significados e valores simbólicos e como cenários que influenciam nosso comportamento.

Palavras-chave: Enxaimel; Colônia Dona Francisca; cultura material; patrimônio arquitetônico.

Abstract

This article aims to reflect on the half-northhoney houses of the Dona Francisca Colony in the mid-nineteenth century in order to trace a discussion about the history and patrimonial narrative that the houses present through their material culture. The technique of the rinse brought by the Germanic immigrants emerged as a solution for the construction of the houses in the colony, but had to undergo new adaptations due to the materials available in the region and the climatic conditions. In view of this, a discussion is made about material culture and houses as physical and social spaces that carry symbolic meanings and values and as scenarios that influence our behavior.

Keywords: Timber; Colony Dona Francisca; material culture; architectural heritage.

⁷¹ Graduanda de História na Universidade da Região de Joinville - Univille. E-mail: nicolexsantana@gmail.com.

⁷² Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do Programa de Pós-graduação interdisciplinar em Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE linha Patrimônio, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Coordenadora do Laboratório de Arqueologia e Patrimônio Arqueológico/LAPArq da Univille. E-mail: dione.rbandeira@gmail.com.

⁷³ Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Docente do curso de História e do Programa em Patrimônio Cultural e Sociedade e do Departamento de História da Universidade da Região de Joinville – Univille. E-mail: rbmeira@gmail.com.



Introdução

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar os resultados de uma pesquisa com casas enxaimel, construídas pelos imigrantes germânicos no século XIX, na Colônia Dona Francisca, atual município de Joinville, situada no nordeste do estado de Santa Catarina. Propõe-se uma discussão sobre suas funções e o cotidiano dos moradores. A princípio, a construção das casas dos imigrantes germânicos – como choupanas e ranchos toscos – resultou da necessidade em arranjar moradias provisórias em meio à uma região desconhecida e com condições precárias de sobrevivência. A partir do momento em que o colono alcançou maior estabilidade, foram construídas as casas com a técnica do enxaimel. Essa técnica trazida pelo colono germânico e empregada nas terras da Dona Francisca passou por adaptações de acordo com os materiais disponíveis na região e as condições climáticas, tornando-se abrigo de muitos colonos.

A metodologia utilizada se baseia em uma pesquisa bibliográfica que abrangeu artigos e dissertações e uma pesquisa documental, na qual foram explorados materiais publicados em livros produzidos por cronistas e viajantes e jornais da segunda metade do século XIX, buscando trazer uma discussão acerca das casas enxaimel através de um recorte temporal de 1851 até o final do século XIX.

Nesse sentido, este artigo se encontra dividido em três seções: na primeira são discutidas questões relacionadas às estruturas arquitetônicas, partindo da premissa que as casas construídas com a técnica do enxaimel são parte da cultura material do município de Joinville, tendo em vista que essas construções são passíveis de serem lidas e interpretadas, pois refletem interesses e aspectos históricos e culturais. A segunda seção apresenta um panorama histórico em relação à chegada dos imigrantes de diversas origens na Colônia Dona Francisca em meados do século XIX, examinando as dificuldades encontradas para se estabelecerem na região, dando destaque aos colonos germânicos que trouxeram do seu país de origem a técnica do enxaimel, utilizando como base o livro História de Joinville de Carlos Ficker (1965) para referenciar os aspectos históricos da cidade. Na terceira seção, põe-se em análise a construção das casas enxaimel, as adaptações feitas de acordo com as condições locais e a sua relação com os moradores.

Assim, esta pesquisa pretendeu analisar a chegada das técnicas construtivas enxaimel em Joinville, acompanhando as trocas de saberes com a cultura brasileira e as



adaptações realizadas pelo uso de novos materiais e diferenças climáticas. Busca-se, assim, nesse texto, levantar a hipótese de um patrimônio cultural plural não restrito à cultura germânica, mas que consistiu em um movimento contínuo de trocas que resultaram em técnicas construtivas e modos de morar e viver específicos de algumas regiões brasileiras.

As casas como cultura material

No que tange à cultura material, esse conceito pode ser encontrado em inúmeras obras de autores e épocas diferentes, portanto, suas definições podem conter ambiguidades e contrassensos. Bucaille e Peséz (1989) definem a cultura material como um termo que se relaciona com a coletividade, os fenômenos infraestruturais e os objetos concretos. No entanto, seus sentidos vão além de seus aspectos funcionais, pois coincidem com suas produções, usos, descartes, reaproveitamentos, logo, todo o processo social em torno de sua materialidade. Em outras palavras, conforme colocado por Macsuelber Cunha (2017),

A produção material de um povo, seja seus objetos cotidianos, artefatos, arquitetura, pintura, escultura, ou outros, diz muito sobre a sociedade que os produziu, pois carrega consigo muito da cultura deste povo e, através dessa Cultura Material, podemos perceber as relações entre seus integrantes, as relações de poder, bem como os diversos aspectos do social, como: economia, religião, educação, artes, relação de gêneros, entre outros (CUNHA, 2017, p. 61).

Zarankin (1999) considera que os objetos produzidos e utilizados pelo homem desempenham papéis ativos, dinâmicos e são portadores e geradores de significados, e que somente dentro de um sistema cultural os objetos materiais irão adquirir uma dimensão ideológica. Ainda segundo o autor, muitos consideram a Arquitetura como uma arte, uma ciência ou a junção de ambas. Para ele, no entanto, ela pode ser considerada como uma fonte de informação e um tipo de linguagem que pode ser lida e, através disso, realizar análises de seus processos e significações ao longo de sua história.

Nessa perspectiva, as casas enxaimel podem ser consideradas como parte da cultura material do município de Joinville, tendo em vista que são construções humanas e carregam valor simbólico, que o ser humano molda o espaço em que habita e “a humanidade é inseparável da materialidade” (LUI, 2012, p. 7). Do mesmo modo, na relação entre as casas e os indivíduos, atribuem-se influências mútuas, pois da mesma





forma que transformamos uma estrutura, também sofremos interferências vindas delas (BOLDORINI e MEIRA, 2018).

De acordo com Daniel Miller (2013), os objetos são como um cenário que nos conscientiza do que é apropriado e inapropriado, e funcionam de tal modo que não tomamos consciência de que eles estão ali. Nesse sentido, eles atuam de modo mais efetivo quando não olhamos para eles, visto que eles determinam o que ocorre e como nos comportamos ao passo que isso foge da nossa percepção. Desse modo, como colocado pelo autor, os objetos fazem as pessoas. Em outras palavras, a cultura material faz de nós a pessoa que somos, aprendemos e nos comportamos com ela e através dela, e acima de tudo, a cultura vem dos objetos.

Erving Goffman (1972) formulou o pensamento de que o lugar onde estamos inseridos, isto é, os cenários que compõem o nosso redor, ditam o nosso comportamento e nossas experiências. Ou seja, grande parte dos nossos comportamentos se dão pelos quadros ou cenários que constituem o contexto da ação as quais estamos inseridos. Partindo desse pressuposto, as casas podem ser designadas como espaço físico e social no qual sofremos interferências, de modo que não devemos encarar as coisas materiais que as compõem de forma isolada. Longe disso, as coisas por si só são inexpressivas, sendo assim, elas se relacionam com os objetos ao seu redor, criando um ambiente que nos incita a agir de determinado modo, podendo causar um efeito de conforto, familiaridade e pertencimento àquele local (MILLER, 2013).

As casas configuram um espaço coletivo de pessoas que constituem a mesma substância – a mesma carne, o mesmo sangue e por conseguinte, as mesmas tendências (DAMATTA, 1986). Do mesmo modo, é um espaço que exala segurança, familiaridade e onde passamos nossas horas de lazer, portanto, existe a necessidade por parte dos moradores de proteger e defender seus bens móveis e imóveis, bem como os membros da casa. Vale lembrar que a função básica das casas é a de abrigar, servindo como proteção contra manifestações climáticas e outras questões relativas à moradia. Contudo, nos abrigamos cotidianamente sem sequer refletir sobre essas questões, simplesmente moramos (LEMOS, 1989). Além disso, cada casa constitui um espaço exclusivo e singular, pois são lugares que carregam um pouco de nós mesmos.

Sob uma perspectiva arquitetônica, Morris e Ruskin (1994) afirmam que os elementos arquitetônicos podem ser encarados como objetos técnico-funcionais ou como objetos de arte. Levando em consideração essa percepção, as casas enxaimel da colônia Dona Francisca passaram por adaptações que mudaram ou adicionaram novas



funções para as casas. Nesse sentido, os aspectos funcionais das casas enxaimel responderam às necessidades dos imigrantes naquele período. Por outro lado, em princípio, a técnica do enxaimel não foi utilizada para construir a casa dos colonos pela sua estética, mas ao longo dos anos esse aspecto passou a se tornar relevante na sua construção, tal como o manchado dos tijolos que davam um charme para as casas, os entalhes constituídos por formas geométricas feitas nas madeiras das varandas, os tijolos trabalhados em formas e disposições bem elaboradas e decorativas e o prestígio que o enxaimel recebeu pelo seu valor estético, visto que muitas construções em enxaimel atualmente fazem parte de atrações turísticas.

A chegada dos imigrantes na Colônia Dona Francisca

Responsável pela fundação e colonização da Colônia Dona Francisca, a "Hamburger Kolonisations Verein von 1849" (Sociedade Colonizadora de Hamburgo de 1849), fundada pelo Senador Christian Mathias Schröder, foi a empresa estrangeira e privada encarregada de colonizar as terras pertencentes ao dote de casamento do Príncipe de Joinville, François Ferdinand Phillipe, filho do rei Louis Phillipe da França, e da princesa Francisca Carolina, filha do imperador D. Pedro I. O objetivo era fundar uma colônia agrícola que incentivasse os imigrantes europeus que estavam migrando para América a virem para o Brasil com a garantia de que encontrariam grandes oportunidades, solos para plantar e que não haveria concorrência pelas terras (SCHLINDWEIN, 2011).

Junto a isso, soma-se o fato de que a grande maioria dos imigrantes vindos da Alemanha se encontravam em situações difíceis ao saírem de seu país, devido a tensões e lutas políticas, altos impostos, o crescimento excessivo da população, desproporcional ao desenvolvimento dos meios de produção, e a concentração de terra nas mãos de poucos proprietários. Em meados do século XIX, na Alemanha, o processo de industrialização que avançava sobre os meios rurais e urbanos desencadeou uma crise para os artesãos e pequenos produtores agrícolas, na qual a emigração surgiu como uma alternativa para aqueles que viviam na miséria ou para aqueles que ainda possuíam uma pequena condição financeira, mas que desejavam sair do país devido à crise que se agravava (NASS, 2010). Nesse sentido, o governo alemão estimulava a emigração desses indivíduos considerados como indesejáveis para o próprio país (FERREIRA, 2019).



Entre as décadas de 1850 e 1880, cerca de 22 milhões de pessoas imigraram da Europa para diferentes partes do mundo, sendo a Alemanha o país que mais perdeu pessoas para a imigração, principalmente para os Estados Unidos. Na Colônia Dona Francisca, foram recebidos 17.408 imigrantes germânicos entre 1850 e 1888 através da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, que era responsável por incentivar os imigrantes a irem para o Brasil (FERREIRA, 2019).

Incentivos e propagandas para a vinda dos imigrantes

Servindo como incentivo para que esses imigrantes escolhessem o Brasil como seu destino e, destacando aqui a Colônia Dona Francisca como um dos núcleos de imigração que existiam na região Sul, os membros da Sociedade Colonizadora de Hamburgo espalhavam através de cartas e folhetos diversas propagandas e relatos com o objetivo de atrair os imigrantes para a colônia. Um dos relatos feitos por R. J. Miltenberg, que nunca sequer pisou nas terras catarinenses, descreve a Colônia Dona Francisca como um empreendimento cuidadosamente preparado e organizado (MILTENBERG, 1852 apud FERREIRA, 2019). Muitos imigrantes se decepcionavam com a primeira impressão que obtinham da colônia, pois não correspondia com aquilo que demonstravam as ilustrações publicadas no jornal “*Illustrierte Zeitung*” da Alemanha, que apresentava belas casas ajardinadas com plantas exóticas e um local de desembarque construído em forma de trapiche (FICKER, 1965). A barca Colon, alugada pela Sociedade Colonizadora para transportar a primeira leva de imigrantes, não passava de um veleiro que pesava 200 toneladas de carga com acomodações improvisadas entre caixotes, baús e mobílias (FICKER, 1965). Ainda, Carlos Ficker expõe que

Atraídos pela propaganda romântica e cheios de ilusões, sentiram-se decepcionados e ludibriados, quando olhavam a clareira de 200 x 1000 metros na selva virgem, um vasto lodaçal, uma quantidade interminável de tocos das árvores abatidas, que, em parte, ainda jaziam no local, alguns ranchos cobertos de sapé [...] (FICKER, 1965, p. 81).

Uma outra estratégia utilizada para atrair os imigrantes, bastante presente no projeto imigratório, teve como base o enaltecimento das belezas naturais do Brasil e uma forte propaganda sobre sua vocação agrícola. Características como o clima ameno e salubre, a pureza das águas, a fertilidade das terras, e de modo geral uma natureza



descrita como exuberante e inesgotável eram exaltadas de modo a atrair a mão de obra europeia, tão desejada para o país naquele período (MEIRA, 2014).

Também eram utilizados como incentivo para a vinda dos imigrantes o oferecimento de adiantamentos e créditos para que os colonos pudessem adquirir um lote de terra na colônia, portanto, muitos colonos dependiam do trabalho oferecido pela Sociedade Colonizadora para sustentar a família. De outro modo, surgiram no século XIX um conjunto de leis que incentivava e facilitava a imigração para o Brasil, tal como: a extensão do direito de propriedade a estrangeiros, facilidades para a naturalização, a dispensa de impostos e prestação de serviço militar, a concessão de auxílios em dinheiro, ferramentas entre outros (INOCÊNCIO, 1981). Além do mais, como prometido pelo Senador Schroeder, seriam fornecidos aos colonos nos primeiros dois anos alojamentos e objetos de primeira necessidade, como ferramentas, sementes e alimentos, além de garantir a construção de igrejas, hospitais e escolas (FICKER, 1965).

Com a independência do Brasil em 1822, surgia a necessidade do país em ser reconhecido pelas demais nações estrangeiras. A Inglaterra, visando expandir seu mercado consumidor, proibiu em 1807 o comércio de escravos na medida em que a escravidão era um obstáculo para essa consolidação. Nesse sentido, a Inglaterra se recusava a reconhecer a independência do Brasil até que o comércio de escravos fosse extinto. Após muita pressão do governo inglês sobre o Brasil, foi estabelecida em 1850 a abolição do sistema de tráfico negreiro, conhecida como Lei Eusébio de Queirós (COSTA, 2012).

Sendo assim, por trás da decretação dessas leis que facilitavam a imigração para o Brasil, havia um interesse do governo brasileiro em substituir a mão de obra escrava pelo trabalho livre, visto que, no século XIX, de 3.500.000 brasileiros que viviam no país, 1.500.000 eram escravos (PSCHEIDT, 2020). Naquele período, pela perspectiva de grande parte da elite política e intelectual do Brasil, a imigração dos europeus era tratada como um meio de civilizar, tornando-se um objetivo para o Estado brasileiro (FERREIRA, 2019). Assim, o “branqueamento da raça⁷⁴” se tornou presente na política de imigração do governo brasileiro durante o período imperial (PSCHEIDT, 2020).

⁷⁴ Devido a gradativa extinção do trabalho escravo na segunda metade do século XIX, a sociedade brasileira composta por negros e mestiços era vista como um “problema nacional” e como um atraso para a economia do país. As autoridades brasileiras buscaram incentivar a entrada de imigrantes europeus no território brasileiro pois consideravam aqueles sujeitos como mais qualificados para o regime de trabalho e viam neles a solução para o desenvolvimento econômico do país. FULGÊNCIO, Rafael Figueiredo. O paradigma racista da política de imigração brasileira e os debates sobre a ‘Questão Chinesa’ nos primeiros anos da República. *Revista de Informação Legislativa*, v. 51, n. 202, p. 203–221, 2014.



Logo, haviam dois interesses fundamentais na política de imigração: 1, a estratégia social de branqueamento da população, visto que os trabalhadores brancos eram considerados mais “qualificados” e a população composta por negros e mestiços era vista como um atraso ao desenvolvimento do país (FERREIRA, 2019); e 2. o preenchimento de vazios populacionais do território brasileiro com o objetivo de expandir a fronteira agrícola e o assentamento de trabalhadores livres, que naquela época era visto como um meio para solucionar o problema econômico e prosperar o país (PSCHEIDT, 2020).

Em 1851, chegaram os primeiros imigrantes na Colônia Dona Francisca. Naquele ano, entraram no total 394 indivíduos provenientes da Alemanha, Suíça e Noruega de diversas categorias sociais e profissionais distintas. Entre eles, encontravam-se médicos, carpinteiros, arquitetos, estudantes de Direito, jardineiros, lavradores e trabalhadores rurais. Muitos provinham de classes sociais arruinadas, onde haviam sido pequenos lavradores e proprietários rurais (FICKER, 1970). A primeira leva de imigrantes trouxe 118 colonos que aportaram pela barca Colon nas terras catarinenses no dia 9 de março. Contudo, inúmeras críticas foram feitas quanto à localização escolhida pelo engenheiro Gunther para estabelecer a colônia, na medida em que a escolha trouxe complicações visto que para chegar até a terra firme, seria necessário andar meia canela dentro da água e lama por ser um local baixo, insalubre e que não passava de um lodaçal (RODOWICZ, 1859).

A Sociedade Colonizadora de Hamburgo, como parte do acordo assinado com o casal de príncipes que negociou seu dote de terras com a empresa alemã, e sob responsabilidade do diretor da Colônia, o engenheiro Hermann Gunther, prometia receber os primeiros imigrantes fornecendo condições para sua sobrevivência como empregos e abrigos provisórios (FERREIRA, 2019). No total vieram onze passageiros, entre eles: Hermann Gunther, Léonce Aubé (representante do Príncipe de Joinville), o cozinheiro de Aubé, Louis Duvoisin, o cronista Theodor Rodowicz-Oswiecimsky e Julie Engell, companheira de Hermann Gunther. Além disso, vieram duas famílias de seis indivíduos contratados para fazer parte da expedição pioneira e formar o primeiro núcleo colonial, que dariam início à derrubada de matas virgens, abririam espaço para as primeiras plantações e construiriam ranchos e casas de alojamento para recepção dos imigrantes europeus. Contudo, as famílias foram posteriormente despedidas ou abandonaram a colônia, ao passo que o engenheiro Gunther foi despedido devido à carência de plantações e a escassez de acomodações na colônia (FICKER, 1965).



Entretanto, muitos desses colonos que vieram para a Colônia Dona Francisca motivados pelas propagandas sobre a terra de oportunidades que encontrariam no Novo Mundo, com solos para cultivar e com a promessa de que estariam livres de concorrência, se decepcionaram ao se depararem com a realidade que os esperava. Com uma paisagem inóspita, o imigrante suíço Sebastian Weber relata em uma carta que na colônia havia “uma planície enorme, toda coberta de densa mata virgem, uma pequena clareira com algumas choupanas, feitas de barro e cobertas com folhas de bananeiras. E era só” (WEBER, 1851). Além disso, muitos lotes ainda não estavam demarcados. A jornalista Julie Engell-Gunther, em sua breve passagem pela Colônia Dona Francisca, conta que os primeiros moradores encontraram dificuldades para se estabelecer no local devido à mata e a floresta densa, visto que os colonos não traziam consigo ferramentas como machados ou serras para cortar as árvores (GUNTHER, 1851 apud SCHLINDWEIN, 2011). Com a chegada da segunda leva de imigrantes na colônia, essas dificuldades se agravaram nos aspectos relacionados à alimentação, acomodação e distribuição de lotes de terras (FICKER, 1965). Portanto, esses primeiros anos foram árduos para as famílias dos colonos, que tiveram que lidar com uma extensa área florestal, ranchos improvisados, calor, demora na demarcação de lotes e sofreram com doenças e a eclosão de epidemias (VIEIRA FILHO; WEISSHEIMER, 2011).

Cabe aqui destacar que, quando os primeiros imigrantes chegaram no território catarinense, a colônia não estava totalmente inabitada. Pelo contrário: as terras da Colônia Dona Francisca estavam amplamente povoadas pelas populações indígenas e luso-brasileiras, que com o decorrer da colonização, passaram a ser empurrados para o interior do território, passando a habitar as serras e florestas da região (GUEDES, 1997). Os imigrantes alemães passaram a utilizar a terminologia local, chamando os indígenas de bugres (VIEIRA FILHO; WEISSHEIMER, 2011). A solução estabelecida pelas autoridades oficiais e locais foi o financiamento das tropas de bugreiros, encarregados de entrar na mata com facões e espingardas para perseguir e executar os indígenas que encontravam pela frente.

Com a chegada e o estabelecimento dos imigrantes na Colônia Dona Francisca, os colonos passaram a lutar pela sobrevivência de modo a se adequar às leis do local em que estavam. Portanto, os colonos encontravam-se dependentes dos recursos locais para dar início à uma nova vida naquela paisagem repleta de árvores (FICKER, 1970). Apesar da decepção desses imigrantes com a primeira impressão que tiveram da colônia, a floresta que se estendia pela região fornecia a madeira, que foi útil para



diversas necessidades dos colonos como na construção de moradias, na confecção de instrumentos de trabalho e na fabricação de lenha (VIEIRA FILHO; WEISSHEIMER, 2011). Avé Lallemand, médico e explorador que relatou em uma de suas obras a sua passagem pela Dona Francisca em 1858, comenta que:

Muitos iniciaram suas atividades sem meios ou com meios muito limitados. Compravam um pedaço de terra, faziam a derrubada para a roça, queimavam o mato abatido e plantavam depois o terreno com as próprias mãos, até que o trabalho lhes produzisse frutos. (AVÉ-LALLEMANT, 1858, p. 184).

Nesse sentido, a subsistência dos imigrantes e a construção das moradias estava submetida de acordo com os materiais disponíveis na região. Com relação às habitações, em um primeiro momento, a construção de uma casa definitiva não foi possível, de modo que as primeiras habitações dos colonos eram abrigos de caráter provisório (INOCÊNCIO, 1981), como choupanas, ranchos e casas cobertas de materiais encontrados nas florestas, como sapé, troncos, folhas de palmeiras e cipó. Essas primeiras habitações eram galpões com instalações plurifamiliares, que tiveram uma grande importância na organização da comunidade. Em seguida surgiram as habitações unifamiliares, que incluíam

[...] desde toscos abrigos que mal protegiam contra os ventos e as chuvas até pequenos ranchos que usualmente tinham sua estrutura de troncos de palmeiras cobertas de palha ou folhas de palmeiras e vedações feitas de material leve (barro ou capim). O mobiliário era tosco, formado de pedaços de troncos, caixões vazios e baús, e a iluminação de azeite de baleia (INOCÊNCIO, 1981, p. 6).

O enxaimel e as casas na colônia

Como observado por Avé-Lallemand, a casa rudimentar do colono nasce quase que em sua totalidade na floresta. Com a abundância de áreas florestais que havia na região, o desflorestamento passou a se estender pela colônia, e conseqüentemente, era feito um aproveitamento das árvores da região. Os cipós eram utilizados para amarrar as canoas dos pescadores, para prender os cavalos e construir a casa do colono. Com os troncos da palmeira se construía as paredes das casas, e com suas folhas eram feitos os telhados, também com o auxílio do cipó (AVÉ-LALLEMANT, 1858). Ainda, o contato estabelecido entre o colono e a população luso-brasileira que vivia na região introduziu aos imigrantes novos conhecimentos que foram aproveitados, por exemplo, na construção das primeiras moradias. Portanto, a casa construída pelo colono e pelo luso-brasileiro possuía semelhanças, tendo em vista que os materiais construtivos eram retirados da mata virgem (FICKER, 1970).



As principais técnicas construtivas a serem utilizadas durante a emigração para o Brasil no século XIX foram a do Blocausse (*block+haus*) e o Enxaimel (*fachwerk*) (WEIMER, 2005). A construção das casas enxaimel remonta ao período medieval, situado em regiões da Europa Central, e conforme Weimer (2005), pode ser compreendida como um modo/técnica de construção aprimorado desde os tempos pré-históricos constituída por “paredes de pau-a-pique, com vedação de taipa e recobertas de palha” (PSCHEIDT, 2020, p. 35). É possível pressupor que o enxaimel seja descrito como uma técnica aprimorada uma vez que não são exatos os registros históricos a respeito de sua origem, e seu modo de construção varia conforme as condições do local, os recursos que a região oferece e o conhecimento da técnica daquele de quem a constrói.

Contudo, sabe-se que essas tipologias construtivas eram comuns nas vilas medievais desde o período da Idade Média até, aproximadamente, à Revolução Industrial (VEIGA, 2013), sendo a edificação enxaimel mais antiga da Alemanha datada do século XIV (WEIMER 2005 apud VEIGA, 2013). Essas construções eram presentes na Áustria, França, Suíça, Itália e Eslovênia e em especial na Alemanha, onde essa técnica foi disseminada de maneira mais notável. Vale ressaltar que o método construtivo enxaimel não é exclusivo das moradias, mas também era utilizado para diferentes funções na colônia, como casas de comércio, escolas, hotéis, salões de baile e até mesmo igrejas (ODEBRECHT, 1982).

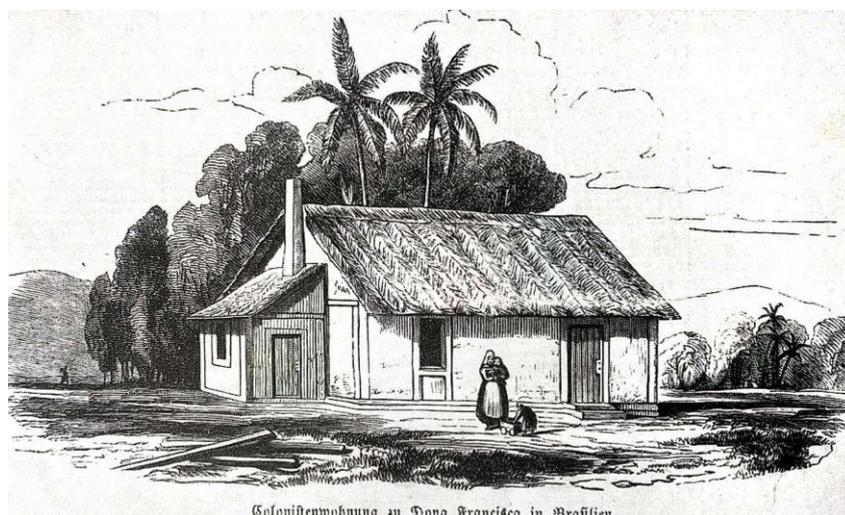
A técnica do enxaimel tem sido empregada há milênios. No entanto, como a madeira era o principal material utilizado pelos carpinteiros na construção das casas durante o século XIX na Europa – até mesmo os pregos utilizados para fixar as treliças eram feitos de madeira –, isso acabou resultando na escassez desse material. A técnica de construção do blocausse, a título de exemplo, era amplamente utilizada na arquitetura alemã dos séculos XV a XVIII, sendo essa técnica caracterizada pela sobreposição de troncos de madeira encaixados nas extremidades (WEIMER, 2005). Esse modo de construção foi o primeiro a ser utilizado, mas também o primeiro a ser abandonado, visto que consumia muita madeira (GISLON, 2013), mas também não desapareceu completamente. Contudo, na Colônia Dona Francisca, em decorrência da extensa área florestal, o que não faltava no local eram árvores grandes que possuíam uma madeira extremamente dura e firme (GUNTHER, 1851 apud SCHLINDWEIN, 2011). Conta Avé Lallemand (1858) no livro que relata sua passagem pela Dona



Francisca que, no ano de 1850, foi derrubada a primeira árvore na colônia para abrir espaço para uma casa de recepção para os esperados colonos.

Com a abundância de árvores que havia na região, logo o desflorestamento foi uma prática que se estendeu pela colônia. Em vista disso, uma grande porção das árvores abatidas eram aproveitadas para construir os abrigos provisórios dos colonos, e como não havia pregos a serem utilizados, tudo era amarrado com o auxílio do cipó (AVÉ-LALLEMANT, 1858). As construções de moradias com caráter provisório, dessa forma, eram feitas a partir de recursos disponíveis nas proximidades da região, como a madeira, o cipó, as folhas de palmeira, sapé, entre outros.

Figura 1 - Primeiras casas na Colônia Dona Francisca, 1850.



Fonte: FICKER, Carlos. História de Joinville, 1965.

Essas casas tinham, sobretudo, a função de abrigar os colonos que naquele momento desejavam ter um lugar para viver. A prática de construir com materiais encontrados no local onde a estrutura está inserida é denominada arquitetura vernacular, sendo resultado de expressões culturais e técnicas tradicionais que não pretendem atingir objetivos estéticos, mas atender às necessidades do dia a dia. Essa técnica, portanto, é influenciada por aspectos culturais e pelas condições geográficas, o que confere a cada uma delas características distintas dependendo da região onde está localizada.

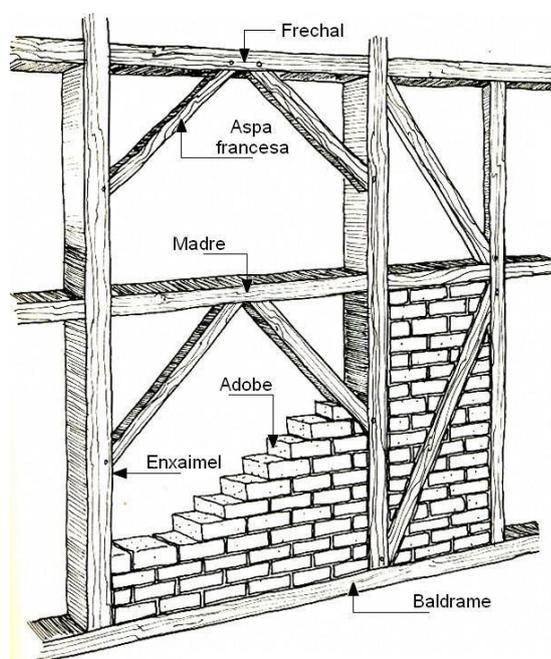
A partir de 1851, iniciam as primeiras construções de moradias que apresentam características do enxaimel na colônia. Essa técnica, portanto, foi o método de construção que predominou nos períodos de maior fluxo de imigração nas colônias





alemãs durante o século XIX, dando início à construção das casas de caráter definitivo, com materiais sólidos que forneciam maior durabilidade. Quanto à técnica do enxaimel, primeiro era construído o esqueleto/estrutura da casa. O enxaimel tem sua estrutura composta pelo esteio (peça de madeira, metal, ferro etc.) também chamada de enxaimel. O frechal, madre e baldrame também compõem a estrutura, com as peças nas diagonais denominadas cruz de Santo André ou aspas francesas. Era comum que houvesse uma enumeração em cada uma das peças com algarismos romanos para auxiliar na sequência de montagem da estrutura. Os vãos são preenchidos por pedras, adobe, tijolos ou taipa-de-mão/pau-a-pique (terra argilosa misturada com palha ou outros tipos de fibras vegetais), tradicionalmente aplicada à mão.

Figura 2 - Muro de enxaimel.



Fonte: BARDOU, P. *Arquitecturas de adobe*. 1981.

As pedras, no entanto, eram de difícil obtenção, visto que o granito local só era extraído com explosivos. A dificuldade de transporte pela ausência das estradas também impedia a obtenção desse material (JOINVILLE, 2010/2011). No que diz respeito às características arquitetônicas do enxaimel na colônia, o telhado era inclinado, as janelas eram de vidraças, o piso era elevado, e o chão, com assoalho de madeira (FICKER, 1970). Além disso, era comum que as casas enxaimel mantivessem os tijolos como preenchimento à vista, sendo provável que esse aspecto esteja mais relacionado à uma questão de estética, e não econômica (VEIGA, 2013). Esse modo de construção era





comumente transportado pelos imigrantes germânicos para diversos países onde foram fundadas colônias alemãs, de modo que em cada região as casas eram construídas com características próprias e respondendo às condições locais. Uma das primeiras construções no estilo enxaimel que se tem relato na Colônia Dona Francisca foi levantada no ano de 1851, apresentando piso elevado, paredes cobertas com material que protegia contra a umidade e os vãos preenchidos por tijolos, destinada à nova “Casa de Direção” da colônia (FICKER, 1965).

Os elementos físicos que caracterizam uma estrutura arquitetônica, tais como sua localização, época de construção, técnicas e materiais construtivos utilizados, representam um legado daqueles que a construíram (ELALI, 2013). No caso do enxaimel, muitas moradias que seguem essa técnica configuram-se como patrimônio cultural, pois são compreendidas como bens culturais da cidade de Joinville. As construções arquitetônicas, portanto, são representações humanas, possuem uma funcionalidade e manifestam aspectos históricos e culturais. Tendo isso em vista, a arquitetura e as adaptações das casas enxaimel fornecem informações importantes quanto à trajetória dos imigrantes germânicos na luta pela sobrevivência na Colônia Dona Francisca. Os tipos de materiais utilizados para fabricar as casas indicam quais recursos eram disponíveis na época para a sua construção, a implementação de novos cômodos nessas construções evidencia as adaptações necessárias a serem feitas em razão de problemas climáticos ou para outras necessidades e usos decorrentes do momento. Nesse sentido, as casas enxaimel construídas na Colônia Dona Francisca ganharam novas funções que se adequavam com as necessidades dos imigrantes e com as condições locais.

Aspectos funcionais e alterações do enxaimel

No que diz respeito aos aspectos funcionais e às mudanças feitas no enxaimel da Colônia Dona Francisca, as modificações realizadas durante sua construção não se deram por um desejo de mudança por parte dos construtores, mas eram necessárias para sua adaptação em decorrência das diferenças do contexto social e geográfico e as condições climáticas (VEIGA, 2013), e que acabaram por se tornar adaptações características das casas enxaimel de Joinville. Relativo a essas adaptações, destacam-se as varandas que, diferente das casas enxaimel construídas na Europa que não possuíam essa estrutura, na Colônia Dona Francisca as moradias foram adaptadas com varandas



na parte da frente da casa para proteção contra o calor e chuva. Do mesmo modo, o telhado inclinado era típico nas casas enxaimel da Europa para evitar o acúmulo da neve, sendo mantido nas construções das colônias alemãs para o aproveitamento do sótão como armazém de produtos agrícolas ou como dormitório. Outra característica das casas enxaimel é o distanciamento do solo para evitar que a madeira apodrecesse em decorrência da umidade. As casas eram apoiadas em uma base com pedras ou tijolos (O Município, 2019). Por vezes, a cozinha permanecia separada do resto da casa para evitar que eventuais incêndios não se alastrassem por toda a casa. Algumas habitações também possuem a presença de benfeitorias localizadas nos fundos das casas, como estrebarias, fornos para cozer pão e oficinas (INOCÊNCIO, 1981). O processo de construção das casas ocorria de forma comunitária, onde todos participavam do procedimento: vizinhos, amigos e família (WEIMER, 2005 apud SPOHR, 2015).

A construção de moradias em enxaimel na Colônia Dona Francisca, em meados do século XIX, refletem uma solução ideal dos imigrantes germânicos no que se refere ao problema das moradias na colônia, uma vez que dificuldades como umidade excessiva, lamaçal, chuvas e ataques de animais selvagens e insetos eram recorrentes na região. Desse modo, a partir do momento em que o colono se encontra em uma situação de maior estabilidade, o enxaimel passa a ser uma alternativa mais viável e decente que as construções de ranchos e choupanas, que eram inadequadas por conta das condições climáticas.

Além disso, o enxaimel oferecia maior segurança para as famílias visto que as casas construídas somente com madeiras ou cobertas de palhas eram mais propensas a incêndios ou estragos causados por chuvas. Logo, devido às circunstâncias locais em que os colonos se encontravam, o enxaimel se apresentava como uma solução devido ao seu baixo custo, visto que o material primordial de sua construção, a madeira, se encontrava em abundância pela região, sendo também uma construção que não levava muito tempo para ser finalizada (JOINVILLE, 2010/2011). Nesse sentido, os imigrantes da Colônia Dona Francisca encontraram condições propícias para reviver essa técnica de construção.

Figura 3 - Igreja Catholica da rua da Telheira, 1866



Fonte: NIEMEYER, Louis. Vistas fotográficas da Colônia Dona Francisca, 1866.

Outras razões para que o enxaimel tenha sido escolhido como técnica construtiva das casas definitivas dos colonos germânicos poderiam estar relacionadas ao fato de que os imigrantes tinham o desejo de trazer algo que os lembrasse da sua terra de origem, sendo esse motivo relacionado à questão da identidade e memória desses imigrantes. Por outro lado, pode ser também que a escolha do enxaimel tenha sido dada pela sua praticidade, tendo em vista que essa técnica de construção era algo que os colonos conheciam bem e sabiam de que modo fabricá-la (FERREIRA e GUEDES, 2008).

Nas colônias por onde se estabeleciam, os colonos germânicos buscavam repetir padrões arquitetônicos utilizados nas suas regiões de origem, no entanto, sendo necessário substituir os materiais de construção dependendo do que a nova localidade oferecia. O arquiteto e urbanista Weimer, em seu livro “Arquitetura Popular da Imigração Alemã” (2005), conta que nos estados germânicos e em outras partes da Europa central as propriedades eram compostas de um pedaço de terra, onde havia a casa, uma pequena horta e um pomar, sendo esse espaço denominado de *Hof* (WEIMER, 2005). Era comum que junto à casa do colono houvesse a presença de benfeitorias ou ranchos que servissem para o estábulo, uma horta, um local destinado à criação de animais domésticos como as galinhas e uma pequena área destinada ao cultivo de flores (VIEIRA FILHO; WEISSHEIMER, 2011).

A autora Giralda Seyferth (1990) indica que não existiu no sul do Brasil um estilo arquitetônico alemão ou europeu, mas houve influências de elementos da cultura luso-brasileira nessas construções (NASS, 2010). De modo geral, nas colônias



catarinenses, o conhecimento proveniente dos luso-brasileiros utilizados pelos colonos não se restringia apenas às moradias, mas abrangia modos de viver que foram aproveitados no convívio cotidiano na colônia, como o uso de folhas de palmeiras para cobrir abrigos improvisados, ervas como remédios, uso dos cipós e fibras para amarrações e trançados, técnicas de caças, domesticação de animais e o cultivo de sementes (VIEIRA FILHO; WEISSHEIMER, 2011). Por isso, é importante salientar a contribuição das técnicas e saberes brasileiros fornecidos aos primeiros imigrantes, levando em consideração o início árduo pelo qual esses colonos passaram.

Considerações finais

As casas enxaimel construídas na Colônia Dona Francisca simbolizam um período de luta e de inúmeras dificuldades dos imigrantes no que diz respeito ao seu estabelecimento na colônia. Os imigrantes europeus se depararam com diversos problemas que colocaram suas vidas em perigo ou que dificultaram o assentamento na colônia, como más condições climáticas, problemas de saúde e de higienização, abrigos precários e ataques de animais selvagens. Nesse sentido, a construção das casas enxaimel, como citado anteriormente neste trabalho, representaram uma solução para os colonos em relação à uma moradia que proporcionasse maior conforto e segurança do que os abrigos provisórios construídos com materiais pouco consistentes, como folhas de palmeiras e materiais mais leves. Por outro lado, é possível pressupor que a técnica do enxaimel também tenha partido de uma escolha do colono germânico por conta de questões relacionadas à tradição, memória e identidade, ou, devido ao conhecimento e familiaridade que os colonos tinham em relação a essa técnica. Entretanto, é evidente que a abundância de madeira que havia na região influenciou na escolha dessa técnica.

As casas enxaimel na colônia ganharam adaptações com as condições do local, como novos materiais construtivos, novos cômodos e, por essas razões, novas funcionalidades. As casas enxaimel são construções que carregam trajetórias e traços da cultura germânica atrelados a essas estruturas. Como quer que seja, esse patrimônio arquitetônico carrega igualmente técnicas construtivas brasileiras de que lançaram mão os imigrantes, madeiras de árvores nativas e modos de viver aprendidos com os habitantes locais. Desse modo, essas habitações, que são parte significativa da cultura material de Joinville, representam esse episódio do início da cidade, marcada por muitos momentos de dificuldade dos colonos, mas que fizeram parte do desenvolvimento da



cidade com o passar das décadas e hoje fazem parte do conjunto de edificações protegidas pelo tombamento.

Data de Submissão: 14/02/2022

Data de Aceite: 22/10/2022

Referências

AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1980.

BOLDORINI, M. G.; MEIRA, R. B. O contar sobre a cidade: a biografia e as memórias que distinguem o lugar. **Revista Diálogos**, v.22, n.2, p. 140-159, 2018.

BUCAILLE, R.; PESEZ, Jean-Marie. "Cultura Material". In.: **Enciclopédia Einaudi**, v. 16, p. 11-47, 1989.

COSTA, R. P. A historiografia da abolição do tráfico negreiro no Brasil. In: **XVIII Encontro Regional ANPUH-MG**, 2012, Mariana. Dimensões do poder na história, 2012. p. 1-11.

CUNHA, M. C. Possibilidades do uso da cultura material nas aulas de história antiga: a arquitetura como lugar de memória. **História Unicap**, v. 4, n. 7, p. 60-74, 2017.

ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. Analisando a experiência do habitar: algumas estratégias metodológicas. In: ORNSTEIN, S. W.; VILLA, S. B. (Orgs.). **Qualidade Ambiental na habitação: avaliação pós-ocupação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. p. 15-35.

FERREIRA, L. M. Empresários alemães no sul do Brasil: a trajetória da Kolonisations-Verein von 1849 in Hamburg (1846-1855). **História Econômica & História de Empresas**, v. 23, n. 1, p. 165-196, 2020.

FERREIRA, L. M. **Terra, trabalho e indústria na colônia de imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920**. 2019. 325 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FICKER, C. **História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca**. Joinville: Ed. Letradágua, 1965.

FICKER, C. Os primeiros dias de Joinville: alguns subsídios para a história da Colônia Dona Francisca. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, 1966. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=884634&pesq=sebastian%20weber&pagfis=2025>>. Acesso em: 4, abr. 2021.

FICKER, C. Transformação étnica e social do imigrante da língua alemã em SC. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, 1970. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884634&Pesq=enxaimel&pagfis=3007>>. Acesso em: 4, abr. 2021.



FULGÊNCIO, R. F. O paradigma racista da política de imigração brasileira e os debates sobre a ‘Questão Chinesa’ nos primeiros anos da República. **Revista de Informação Legislativa**, v. 51, n. 202, p. 203–221, 2014.

GISLON, J. M. **A invenção da cidade germânica: tradição, memória e identidade na arquitetura contemporânea de Forquilha-SC**. 2013. 173 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2013.

HERANÇA Alemã. **O Município**, Blumenau, 10, jun. 2019. Casas de memórias. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=891720&pesq=enxaimel&pagfis=99555>>. Acesso em: 05, ago. 2021.

INOCÊNCIO, Débora et al. Colonização Alemã em Santa Catarina. **Edição da Fundação Catarinense de Cultura**, Florianópolis, nov. 1981. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/boidemam%C3%A3o/BOI1981006.pdf>> . Acesso em: 25, mai. 2021.

JOINVILLE (SC), Prefeitura. **Joinville Cidade em Dados 2010/2011**. Prefeitura Municipal, Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville (IPPUJ).

LUI, L. A casa e os objetos. **Revista Todavia**, ano 3, n. 5, 2012.

MILLER, D. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2013.

NASS, H. **Deutsche Schule: Um Projeto de Educação Étnica na Colônia Dona Francisca**. 2010. 57 f. Monografia (Ciências Sociais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

ODEBRECHT, S. Histórico das construções em enxaimel. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, 1982. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884634&Pesq=enxaimel&pagfis=7302>>. Acesso em: 26, jul. 2021.

PEREIRA, S. G.; GUEDES, S. P. **O confronto entre índios e colonos da colônia Dona Francisca (1851-1900)**. Joinville: Universidade da Região de Joinville, Univille. 1997.

PSCHIEDT, D. C. **Arquitetura Enxaimel: Um Olhar Sob A Perspectiva da Matemática**. Graduação (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de Educação do Campo, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 65, 2020.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, T. **A colônia Dona Francisca no Sul do Brasil**. Florianópolis: Ed. da UFSC, FCC; Joinville: FCJ, 1992

SCHLINDWEIN, I. L. **Julie Engell-Günther: um novo olhar sobre a Colônia Dona Francisca**. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Patrimônio Cultural e Sociedade, Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2011.

VEIGA, M. B. **Arquitetura Neo-enzaimel em Santa Catarina: A Invenção de uma Tradição Estética**. 2013. 174 f. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte, São Paulo, 2013.

WEIMER, Günter. **Arquitetura Popular da Imigração Alemã**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.

WEISSHEIMER, M. R.; VIEIRA FILHO, D. **Roteiros Nacionais de Imigração: Santa Catarina**. Vol. 1. Brasília: IPHAN, 2011.

WEISSHEIMER, M. R.; VIEIRA FILHO, D. **Roteiros Nacionais de Imigração: Santa Catarina**. Vol. 2. Brasília: IPHAN, 2011.

ZARANKIN, A. Arqueología de la Arquitectura: another brick in the wall. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento n. 3, p. 119-128, 1999.



**“ONDE APRENDERA AS SUTILEZAS DA MOÇA”: GÊNERO, DISCIPLINA
E EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES NA ESCOLA DOMÉSTICA DE NATAL
(1914-1945)**



**“WHERE SHE LEARNS THE SUBTLETY OF BEING A LADY”: GENDER, DISCIPLINE
AND THE EDUCATION OF SENSIBILITIES IN ESCOLA DOMÉSTICA DE NATAL (1914-1945)**

VITÓRIA DINIZ DE SOUZA⁷⁵

Resumo

No início do século XX, a educação feminina era objeto de preocupação e intervenção, surgindo assim inúmeras instituições dedicadas a educar as mulheres. Nesse contexto, foi criada a Escola Doméstica, escola exclusiva para mulheres, com o objetivo de formar donas de casa, a partir de pressupostos científicos e modernos importados das escolas europeias. Assim sendo, esse artigo tem como objetivo identificar as práticas de disciplinarização utilizadas pela Escola Doméstica para educar os sentidos e sensibilidades de suas alunas entre 1914 e 1945. Para tanto, como metodologia, foi utilizada a Análise do Discurso, inspirada nas leituras de Michel Foucault (1999; 2008), reconhecendo a escola enquanto uma instituição disciplinar produtora de discursos acerca da feminilidade, ao oferecer um curso de formação para donas de casa, baseado em saberes científicos que visavam a mulher enquanto corpos a serem docilizados para cumprirem um suposto destino feminino no lar.

Palavras-chave: Escola doméstica; disciplina; gênero; História da Educação dos Sentidos e das Sensibilidades.

Abstract

At the beginning of the 20th century, female education was an object of concern and intervention, being creating numerous institutions dedicated to educating women. In this context, Escola Doméstica was created with the objective of training housewives, exclusively women, based on scientific and modern assumptions imported from European schools. Therefore, this article aims to identify the disciplinarization practices used by the Escola Doméstica to educate the senses and sensibilities of its students between 1914 and 1945. For that matter, as a methodology, it was used a Discourse Analysis, inspired by Michel Foucault (1999; 2008), recognizing school as a disciplinary institution that produces discourses about femininity, by offering a training course for housewives, based on the scientific knowledge that aimed women as bodies to be docilized to fulfill a supposed female destiny.

Keywords: Escola doméstica; discipline; gender; History of the Education of Senses and Sensibilities.

⁷⁵ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atualmente é professora efetiva da disciplina de História na Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba (SEECT-PB). E-mail: vitoria4218@gmail.com.



Introdução

Nicolau Sevcenko (1998) anunciava em seu texto, “o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”, que o início do século XX foi um período de intensas transformações, possibilitadas pelas novas tecnologias e pela consolidação da ideologia capitalista. Momento de aburguesamento da sociedade brasileira, diversas medidas eram criadas para “adequar” o Brasil aos padrões de civilidade europeia.

A partir da crescente urbanização, diversas instituições surgiram com a responsabilidade de modificar hábitos, costumes e instaurar uma nova lógica médico-sanitária. Nesse contexto, a escola passava a ser vista como espaço privilegiado para a “adequação” da população a esse padrão civilizatório. Essa foi a situação da Escola Doméstica, instituição pouco convencional ao que era conhecido no Brasil nesse período.

A Escola Doméstica foi uma instituição de ensino doméstico, de iniciativa privada, criada por Henrique Castriciano⁷⁶, em 1914, na cidade do Natal, no Rio Grande do Norte. Após retornar de uma viagem à Suíça, ele ficou entusiasmado com as instituições domésticas europeias, nas quais as jovens aprendiam a gerir um lar a partir de métodos considerados “modernos” e científicos. Ao retornar para o Rio Grande do Norte, aliou-se a outros homens da elite potiguar e juntos fundaram a Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, instituição que seria a responsável pela criação e administração da Escola Doméstica.

Apesar da grande quantidade de escolas confessionais de orientação católica destinadas ao público feminino, a Escola Doméstica surgia como uma alternativa educacional para as famílias que tinham o interesse no ensino laico. Tal empreendimento veio influenciar outras iniciativas semelhantes em diferentes lugares do país, como é o caso da Escola Doméstica de Brazópolis (1932), em Minas Gerais (SILVA, 2019), e a Escola Doméstica Dona Júlia (1946), em Cuiabá, Mato Grosso (SILVA; FERREIRA, 2020).

Portanto, o objetivo deste artigo é identificar quais eram as práticas de disciplinarização utilizadas pela Escola Doméstica para educar os sentidos e as

⁷⁶ Henrique Castriciano de Souza (1874-1947) foi um intelectual e político potiguar. Nascido na cidade de Macaíba, interior do Rio Grande do Norte, foi apadrinhado pela oligarquia Albuquerque Maranhão, o que lhe permitiu desfrutar de uma posição de relevância na sociedade potiguar do começo do século XX e desenvolver uma carreira no serviço público. Sua atuação na imprensa foi significativa, sobretudo, no jornal A República, no qual conseguiu veicular suas ideias acerca da educação feminina no estado. Após uma estada na Europa (1909 – 1910), fundou a Liga de Ensino do Rio Grande do Norte (1911) e a Escola Doméstica (1914).



sensibilidades de suas alunas. Estas práticas foram responsáveis pela inculcação de valores que preconizavam o lar como destino feminino. O recorte temporal escolhido pretendeu analisar os primeiros trinta anos dessa instituição centenária⁷⁷, que a partir de 1945, viria a passar por uma mudança na política institucional, que no início era dedicada apenas à formação na modalidade profissional, mas se expandiria para a formação do primário ao ensino colegial.

Entende-se o conceito de disciplina a partir da obra *Vigiar e Punir* (2007), de Michel Foucault, como um método de adestramento e docilização dos corpos inserida na sociedade ocidental a partir da modernidade, com o intuito de produzir corpos obedientes e assujeitados à norma. A partir dessa perspectiva, encara-se a escola como uma instituição disciplinar, visando a obediência e adequação do seu corpo estudantil às normas sociais. A ação do poder disciplinar age de modo mais efetivo que a violência física em obter dos sujeitos a sua submissão, educando seus sentidos e sensibilidades.

Sandra Pesavento (2008) e Marco Taborda de Oliveira (2012) ajudam a entender como a disciplinarização produz sensibilidades e afetam os sentidos humanos. Oliveira (2012) defende a potencialidade desses estudos em compreender como foi possível educar os sentidos e as sensibilidades ao longo do tempo, investigando quais práticas educativas implicavam uma subjetivação de gestos, comportamentos, sentimentos, implicando novos modos de ser. Evidenciando uma dimensão dos sentidos que passa, necessariamente, pela percepção do mundo que é sensitiva.

Ao discutir sobre as sensibilidades, é preciso debater também sobre o corpo, o objeto central do poder disciplinar, porém, nem todos os corpos são alvos do mesmo processo de disciplinarização. Por isso, sendo a escola analisada uma instituição para moças, os estudos de gênero são essenciais para a compreensão desse contexto, sendo assim, adotou-se as perspectivas sobre o tema a partir das leituras de Guacira Louro (2019) e Judith Butler (2003; 2019), para entender como as relações de gênero implicam também na mudança em como as sensibilidades são disciplinadas.

Com o intuito de identificar quais eram as práticas de disciplinarização utilizadas pela Escola Doméstica para educar os sentidos e as sensibilidades de suas alunas, foram analisadas as fontes obtidas, principalmente, no acervo escolar da Escola

⁷⁷ A Escola Doméstica possui 108 anos atualmente, apesar de manter o mesmo nome, ela agora se dedica ao ensino regular.



Doméstica, bem como, em bibliotecas e acervos digitais. Sobretudo, regimentos, manuais, artigos de revistas, fotografias, livros e biografias:

Quadro 1 - Fontes utilizadas na pesquisa

FONTES ANALISADAS	ANO DE PUBLICAÇÃO
A Educação da Mulher no Brasil	1911
Regimento Interno	1915
Revista Escola Doméstica	1925
Plano de Ensino	1945
Menina Feia e Amarelinha (biografia de Chicuta Nolasco Fernandes/ex-aluna e professora entre 1923-1952)	1973
Noilde Ramalho: uma história de amor à educação (biografia da ex-aluna e diretora Noilde Ramalho entre 1936-2010)	2004
Escola Doméstica de Natal: 100 anos em retratos.	2014

Fonte: Autor (2022).

Em posse da documentação e pensando na diversidade material das fontes selecionadas, foi adotada a metodologia da Análise do Discurso, dialogando com os estudos da linguagem, a partir de leituras das obras de Michel Foucault (1999; 2008) e Maria Rosário Gregolin (2004). Entende-se o discurso não apenas como aquilo que está escrito, mas também os seus interstícios, reconhecendo como enunciado, textos, imagens e práticas, para assim, perceber a historicidade no que era escrito, imaginado e praticado em relação às sensibilidades femininas e nas relações de saber-poder acerca da produção desses discursos.

Com isso, o discurso pode ser entendido como um conjunto de enunciados, na medida que se apoiem na mesma formação discursiva. Sendo o enunciado o conjunto de signos em função enunciativa que se estabelecem dessa forma por terem sido produzidos por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado. Para Michel Foucault (1999, 2008) todo enunciado se relaciona a uma certa regularidade ao que foi dito antes dele.





Tendo em vista que o trabalho do historiador é um trabalho de análise de fontes, elas foram encaradas aqui enquanto discursos sobre o passado, sendo analisadas com criticidade, para perceber as relações de poder que permeiam a produção do documento e os aspectos inerentes a sua condição material, ou seja, a sua historicidade. Conforme Durval Albuquerque Jr. (2019), o trabalho do historiador é semiológico, ou seja, constitui-se na decifração, leitura e atribuição de sentido para os signos que são emitidos por sua documentação.

Sendo assim, o documento não é da ordem da revelação, mas da ordem do disfarce. O historiador não pode tomar as fontes históricas como indícios de um “real” que pode ser desvendado. A fonte histórica é sempre uma construção discursiva e histórica, sendo o “real” percebido como um acontecimento histórico e os discursos sobre ele também, que se reenviam e reinventam um ao outro (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007). Com efeito, foi preciso pensar o lugar da escola como instituição reguladora e produtora de discursos, estabelecendo “verdades”, normalizando comportamentos e modos de subjetivação.

Enfim, a partir desta análise, foi possível indicar algumas das práticas disciplinares praticadas pela Escola Doméstica que tinham como foco instituir uma certa cultura do gênero, nesse caso, o feminino. Em torno dessas práticas é possível perceber uma produção discursiva acerca de como deveriam ser as mulheres e seu “lugar natural” enquanto donas de casa. A seguir, será feita uma discussão sobre o contexto dessa instituição disciplinar, seu surgimento e projeto educacional.

A Escola Doméstica: uma instituição disciplinar

Foi no ano de 1909 que Henrique Castriciano visitou a *École Normale pour la formation d'Institutes d'Écoles Ménagère de Friburg* no Cantão Suíço, durante o período em que ocupava o cargo de Diretor do Departamento de Instrução Pública do Estado do Rio Grande do Norte, como ele narra em seu livro “A Educação da Mulher no Brasil” (1911).

Em 1911, Henrique Castriciano se reuniu com homens influentes da elite potiguar, e juntos, eles fundaram a Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, com o objetivo de “auxiliar o estado no que consistia a educação feminina” (CASTRICIANO, 2011). Seu projeto inicial foi a criação de uma escola parecida com a encontrada na Suíça, no entanto, adaptada à realidade brasileira e pensada para ser um modelo de referência em todo o Brasil. O sucesso do objetivo proposto por Henrique Castriciano



só foi possível devido ao apoio constante do Governo do Estado, principal financiador desse empreendimento.

Essa modalidade de ensino profissional, conhecida como educação doméstica, surgiu na Europa, sendo muito difícil precisar o início desse movimento que, aparentemente, foi um processo disperso, ocorrendo em diversos países simultaneamente, tendo o seu auge na virada entre os séculos XIX e XX. No caso da Suíça, foi possível encontrar alguns detalhes.

Conforme Daladier Pessoa Cunha Lima (2004), durante a sua pesquisa acerca da instituição que inspirou Henrique Castriciano, tudo começou com o surgimento da Sociedade de Utilidade Pública das Mulheres Suíças, em 1888, que logo deu início à reivindicação do ensino doméstico obrigatório nas escolas. Essa associação foi responsável pela criação das primeiras escolas domésticas, como é o caso da *École Menagère de Genebra*, de iniciativa privada, em 1893. Suas ações se concentravam na expansão de uma rede de escolas domésticas em toda a Europa, tendo um grande papel no convencimento do Estado Suíço em tornar essa modalidade de ensino obrigatória em 1904.

Célia Chaves Gurgel do Amaral (2002) reiterou que a modalidade de ensino doméstico surgiu dentro da área de estudos interdisciplinares de Economia Doméstica que emergiu na Europa durante o século XIX com forte ênfase no movimento higienista à época da Revolução Industrial, em que ela foi incluída, enquanto um conjunto de conhecimentos técnicos na área de alimentos, saúde, higiene, cuidados com crianças, vestuário e habitação. Através de programas de valorização da família proletária, este movimento visava a maximização da qualidade de vida da família. Sendo assim, a instrução feminina passou a ser reivindicada tanto para capacitar a mulher para o mercado de trabalho quanto para desenvolver bem as atividades domésticas.

Semelhante às instituições europeias, a Escola Doméstica funcionava a partir de um modelo de ensino experimental por meio da imersão da aluna, que aprenderia a ser uma “dona de casa” através da conciliação entre o conhecimento teórico e prático. Isso era percebido desde o primeiro ano até a conclusão do curso. De acordo com Noilde Ramalho (2004), antiga aluna, professora e diretora da escola em sua biografia:

Como acontece até hoje, as alunas, sem distinção de novas ou antigas, são recebidas com muita festa e há sempre uma aluna escalada para informar à novata os procedimentos do dia a dia. No meu caso, toda a expectativa da chegada, a forma de vida, agora teria a regência de um regulamento que pontuava o horário de levantar, cuidar do trabalho doméstico, de varrer e



limpar uma peça de casa, as refeições, o horário das aulas, banho, recreio, preparar as lições, e, finalmente, dormir (RAMALHO, 2004, p. 89).

Como é possível perceber no trecho acima, havia uma ação deliberada da instituição na introdução das alunas recém-chegadas às regras da escola, ao criar uma espécie de ritual de iniciação, no qual uma aluna mais velha e experiente, escolhida pela direção, apresentava-se como a guia nessa jornada. Aliás, esse processo possibilitava uma hierarquização sobre as alunas, ao indicar aquelas que seriam a referência para as novatas de como deveria ser uma estudante da escola. Muito do conhecimento escolar era aprendido não somente nas aulas, ou pela intervenção das professoras, mas também, pelo relacionamento desenvolvido entre as alunas, em como seus comportamentos geravam admiração ou reprovação entre elas.

O curso doméstico tinha a duração de cinco anos e as jovens podiam se matricular a partir dos doze anos de idade⁷⁸, após concluírem o ensino primário e realizarem o exame de admissão. Ao entrar no primeiro ano do curso doméstico, a aluna era ambientada aos poucos nas matérias mais técnicas, como costura, lavanderia, leitaria e Puericultura. Dessa maneira, por ser um curso seriado, as matérias eram organizadas a partir do nível de complexidade, do mais fácil ao mais difícil, como indica o Plano de Curso (1945).

Por isso, o primeiro ano era destinado ao ensino das matérias intelectuais iniciadas no curso preparatório⁷⁹, acrescentando Costura e Cozinha. Caso a aluna fosse aprovada em todas as matérias, ela era promovida ao segundo ano de curso. Tal qual, as matérias do segundo ano permaneciam praticamente da mesma maneira e um fato curioso é que toda semana era selecionada uma aluna do terceiro ou quarto ano para “exercer os misteres de dona de casa”.

A aluna escolhida toma[va] conta das chaves da despensa e passa[va] a dirigir a cozinha e a copa, planejando e verificando as compras do mercado” (LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1945, p. 16). Além disso, a aluna “dona de casa” da semana poderia escolher três auxiliares entre as alunas do primeiro e segundo ano. Isso incentivava o exercício da liderança entre elas, como também, estimulava o

⁷⁸ Em 1914, só eram admitidas alunas para o *curso doméstico* a partir dos quinze anos, no entanto, a partir de 1919, passaram a ser aceitas meninas acima de doze anos.

⁷⁹ O Curso Preparatório recebia alunas a partir dos 10 anos de idade, com o objetivo de reforçar os conteúdos aprendidos no ensino primário e preparando as alunas para o Exame de Admissão, etapa necessária para a matrícula no Curso Doméstico. Entre as matérias estudadas havia: Arithmetica, Portuguez, Cultura Physica, Costura, Musica, Calligraphia, Leitura, História do Rio Grande do Norte, Geografia, Corografia e Francez ou Inglês.



estabelecimento de hierarquias nas funções de trabalho, tanto na escola quanto no lar da futura “dona de casa”. Esse modelo imersivo-experimental proporcionava a intensa educação dos sentidos e das sensibilidades (OLIVEIRA, 2012; 2017) ou seja, possibilitava o treino da atenção e do desenvolvimento diário dessas habilidades.

No terceiro ano, as matérias ganhavam mais complexidade com o acréscimo de Anatomia e Fisiologia, Ciências Físicas e Naturais e Tricot à máquina. Tais matérias dialogavam com o ambiente doméstico e com conhecimentos externos a esse espaço. Aliás, as aulas de Anatomia e Fisiologia eram realizadas em laboratório próprio, no qual ocorriam as lições sobre o funcionamento do corpo humano. Por conseguinte, no quarto ano de curso o número de matérias aumentava ainda mais, como é o caso do acréscimo de Higiene Geral, Higiene da Nutrição, Leiteira, Jardinagem, Avicultura, Lavandaria e Tricot à mão. Essas eram as matérias consideradas técnicas do curso que demarcavam o seu caráter formador da profissional “dona de casa”.

Enquanto isso, conforme o Plano de Curso (1945) da escola, no quinto ano todas as alunas eram obrigadas a viverem como internas na escola, devido as suas obrigações como concluintes. Bem como, eram acrescentadas as matérias de Direito Usual⁸⁰, Educação Social, Psicologia-Pedagógica, Cozinha Artística, Medicina do Lar e Puericultura⁸¹. Educação Social, por exemplo, funcionava em formato de palestras sobre algum tema relacionado a suposta “função social” da mulher. Enquanto isso, em Psicologia-Pedagógica elas aprendiam técnicas para compreender o funcionamento da aprendizagem das crianças e as práticas de ensino para as “dona de casa” educarem os seus filhos.

Além disso, a escola recebia crianças recém-nascidas até os três anos de idade para serem “cobaias” e auxiliarem na experiência de aprendizagem, ao fornecerem na prática os conhecimentos relacionados ao cuidado das crianças. Geralmente, elas eram pobres e com a permissão dos pais eram trazidas para a escola que se responsabilizava pelo fornecimento de alimento e enxoval.

⁸⁰ O objetivo da matéria de Direito Usual era o ensino das leis, seus usos e implicações, pois acreditava-se que as mulheres deveriam saber um pouco sobre o Direito, e assim, em casos de necessidade utilizar desses conhecimentos. O conteúdo selecionado para formar o programa dessa matéria se baseava no que se acreditava importante para as mulheres saberem, como a Constituição e o Código Civil, no que tange a respeito do tópico do casamento.

⁸¹ Medicina do Lar e Puericultura funcionavam em conjunto. Além disso, tradicionalmente, a Puericultura é definida como “o conjunto de técnicas empregadas para assegurar o perfeito desenvolvimento físico e mental da criança, desde o período da gestação à puberdade[...] todos os aspectos biológicos, psicológicos e sociais, pode prevenir doenças, auxiliar na expressão genética”. Essa concepção já vem sendo questionada e novos aspectos estão sendo incorporados a essa área da pediatria (BONILHA; RIVORÊDO, 2005).



Ao finalizar todas as matérias, as alunas eram obrigadas a entregarem uma tese de conclusão de curso sobre algum tema aprendido do último ano de curso. Essa tese era um texto de algumas poucas páginas, no qual a aluna deveria opinar sobre algum tema relacionado à formação da “dona de casa” e sobre a sua importância na sociedade e, principalmente, na família. Após a entrega do texto, a nota era acrescentada à matéria de português e, por fim, a aluna estava apta para a formatura e receber o seu título de “dona de casa”. A partir desse texto, era avaliado o processo de subjetivação da aluna em relação ao conjunto de conhecimentos aprendidos ao longo dos cinco anos.

Desse modo, como a escrita poderia ser uma prática disciplinar para a educação dessas sensibilidades? Sandra Pesavento (2005) definiu as sensibilidades enquanto uma forma de ser e estar no mundo, indo da percepção individual à sensibilidade compartilhada. Ou seja, o conhecimento sensível agiria como uma forma de reconhecimento e tradução da realidade que brota não do racional, mas dos sentidos, que se encontrariam no âmago da construção de um imaginário social, incidindo sobre as formas de valorizar, classificar o mundo, ou de reagir diante de determinadas situações e personagens sociais.

A análise dos textos dessas alunas pode permitir compreender os modos de subjetivação experimentado por elas, bem como as sensibilidades compartilhadas nessa cultura escolar. Devido ao pouco espaço desse texto, não será possível aprofundar esses questionamentos. De qualquer modo, tais documentos simbolizam aquilo que a escola pretendia ser, não apenas um lugar de transmissão do conhecimento do saber-fazer, mas também de transmissão de valores e de formação ética.

A escola recebia três categorias de alunas: categoria A, para as meninas vindas do interior que se estabeleciam na escola em regime de internato; categoria B, para as alunas que viviam na cidade de Natal e estudavam em regime de semi-internato⁸²; e a categoria C, para as aquelas que faziam as matérias avulsas. Já que o propósito do curso era que as alunas vivessem um processo imersivo de aprendizagem que possibilitasse experimentarem serem “donas de casa”, as educandas deveriam compreender “[...] a responsabilidade de manter a casa na mais perfeita ordem, [elas] cuidam especialmente do dormitório, limpam os moveis, concertam as roupas, etc. [...]” (LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1945, p. 15).

⁸² A aluna entrava na escola pela manhã e saía no fim da tarde, de segunda a sexta.



Segundo Guacira Louro e Dagmar Meyer (1993), as instituições de educação doméstica emergiram em um contexto de “culto da domesticidade”. Na medida em que o lar passava a adquirir um conjunto de papéis de ordem social, política, religiosa e emocional muito mais amplo que antes. A administração e o cuidado do lar tinham se tornado mais complexos na sociedade, principalmente, em relação às novas tecnologias e sociabilidades.

Nesse sentido, outros conhecimentos passaram a ser considerados imprescindíveis, sendo necessário explicar por que “o lar”, espaço que supostamente era “natural” para a mulher, não continuava sendo o lugar onde ela “naturalmente” adquiria os saberes necessários para a sua atuação. Com efeito, essa escolarização dos saberes domésticos possibilitou que a ciência e a medicina intervissem nos hábitos familiares, ampliando os critérios para a construção do “lar ideal”, no qual a mulher passava a ser a grande responsável pelo seu sucesso.

A escola passava a ser encarada como agente de transformação social, agindo sobre a fiscalização dos hábitos considerados “ruins” e na introdução de novos. No caso dos saberes domésticos, eles eram produzidos sobre cada detalhe na composição do “lar ideal”. Como, por exemplo, era ensinado que a habitação deveria ser iluminada, arejada, longe de lixões, de água parada e viveiro de animais, para assim evitar a propagação de doenças.

A partir do final do Oitocentos, o higienismo era visto como fonte de progresso e se desenvolveu apoiado pelo desejo de modernizar as cidades e também os costumes. Essa modernização carregou descompassos significativos, pois o crescimento de diversas capitais brasileiras não foi acompanhado por uma estrutura de saneamento adequada – esgotos e água encanada. A distância entre o progresso técnico almejado por diversos brasileiros e a realidade das ruas e moradias da maior parte da população era expressiva (SANT’ANNA, 2011). Essas contradições demonstravam a grande desigualdade social vivenciada no Brasil que por ser um país pobre, periférico, recém-saído da escravidão, tinha dificuldades para se adaptar às exigências da vida moderna. Poucos possuíam as condições necessárias para construir o “lar ideal” exigido pelos sanitaristas, sendo recorrente os casos de pessoas vivendo em situação de insalubridade.

A escola se tornava o espaço de introdução das práticas higienistas, estimulando as alunas a mudarem seus hábitos, adequando-se a essa nova “estética da existência”. Ao mesmo tempo, as sensibilidades do corpo estudantil era alvo de estímulos para a adoção de um estilo de vida higiênico e moderno. Sendo assim, as mulheres eram os



principais objetos das ações higienistas que encontrava nelas o caminho para a mudança social.

Conforme Guacira Louro (2019), a inscrição dos gêneros nos corpos é sempre feita no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As identidades de gênero e sexuais são compostas e definidas por relações sociais, que são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. Não é coincidência que nessa cultura disciplinar, procurava-se domesticar a feminilidade e responsabilizar as mulheres pela adoção desse estilo de vida recomendado pela ciência. Sendo as instituições de educação feminina as que agiam em prol de uma mudança da vida familiar.

De acordo com Judith Butler (2003), a identidade de gênero é performativamente constituída pelas próprias expressões tidas como seus resultados. Mesmo quando o gênero parece se cristalizar em suas formas mais reificadas, a própria cristalização é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais. Além disso, a construção do gênero estabelece intersecções com outros marcadores da diferença. Dessa maneira, uma análise acerca das desigualdades de gênero, precisa ser observada em conjunto com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais, regionais, entre outras. Sendo impossível separar a noção de gênero das intersecções políticas e culturais com as quais ela se relaciona.

Não por acaso, sendo essa uma escola que tinha como objetivo formar “donas de casa”, percebe-se o seu caráter generificador, pois era sobre as moças que se direcionavam as responsabilidades do cuidado do lar, espaço associado ao que se acreditava ser universo feminino. Sendo recorrente a associação da atividade doméstica a espécie de “missão da mulher”, a partir de um ponto de vista patriótico e cívico que recaía sobre os rapazes de outra maneira. Além disso, esse ensino era destinado a elite potiguar, mulheres que eram filhas de políticos, advogados e comerciantes, atribuindo um certo status social em um período que a educação escolar era para poucos.

De acordo com o Plano de Curso (1945), a matéria de Ordem Doméstica tinha um papel importante na inculcação desses valores, no intuito de fazer que a aluna encarnasse esse lugar da dona de casa vigilante:

[...] o ensino de “Ordem Doméstica” fica a cargo de uma professora que, com a Diretora e Vice-Diretora, representam o papel de “Mãe de família” que é a Escola. Cumpre-lhe especialmente: *Superintender e dirigir a vida íntima do estabelecimento e a vida doméstica das alunas, fiscalizadas, diariamente, e repetidas vezes ao dia, dormitórios, serviços de mesa e outros da sala de*

refeições, asseio geral do estabelecimento, arrumação de salas, quartos, gabinetes; a direção dos empregados subalternos; organização de festas etc. (LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1945, p. 30. Grifos Meus).



O objetivo era fazer da jovem estudante o exemplo da dona de casa ideal, incumbindo-lhe várias atividades para aprender a gerir uma casa de família. Isso era evidenciado na indicação da repetição, não apenas diária, mas várias vezes ao longo do dia, para fiscalizar todo o andamento da casa, observando e corrigindo o que fosse preciso.

Todo o esforço seria avaliado pelas professoras diariamente e pela comunidade nos eventos realizados na escola: “Há[via] concertos, festas íntimas, conferencias e, às vezes, os visitantes almoça[va]m no Estabelecimento, que adotou este regime para facilitar a pratica das educandas na vida social” (LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1945, p. 30). Esse era o momento da avaliação das meninas e também da escola no seu papel como uma instituição formadora de mulheres.

Na tese de conclusão de curso, da aluna Maria de Lourdes Lamartine, ela enfatizou que “[...] a mulher econômica cumpre administrar prudentemente os haveres dos seus, evitar desperdícios, gastos excessivos inúteis, etc” (LAMARTINE, 1925, s/p). Na escola, as alunas aprendiam sobre o orçamento e eram recomendadas a economizarem. Era sobre a mulher que recaía a responsabilidade sobre os gastos familiares e o bem-estar da família. A prudência, como mencionada acima, era uma característica desejada para a dona de casa que deveria usar o dinheiro que recebia do marido para as despesas diárias.

Os enunciados acima se associavam aos discursos acerca do suposto “valor da mulher” e de como esse valor “deveria” ser avaliado a partir do comportamento de sua família. Sendo a valorização feminina associada à conduta como dona de casa, era estimulado que as mulheres agissem dentro dos padrões, para assim, serem reconhecidas e elogiadas. No ciclo de bom comportamento, as sensibilidades dessas alunas eram educadas para sentirem prazer e conformidade nesse sistema.

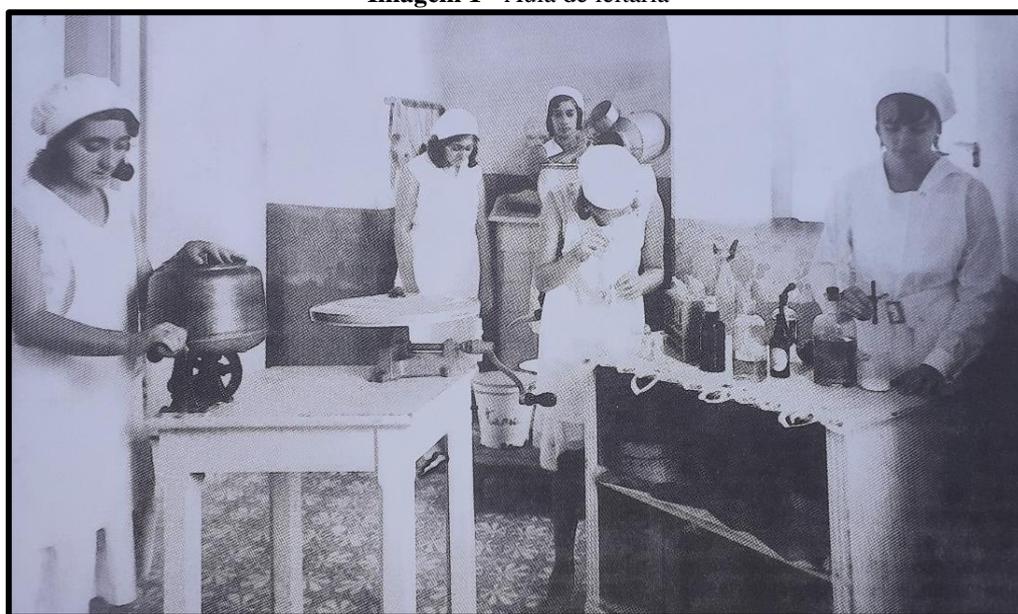
Uma outra característica muito apreciada e estimulada sobre as alunas da escola era a culinária. Elas aprendiam os fundamentos da educação alimentar que prezava por uma alimentação higiênica, especificando dietas para cada tipo de pessoa, evidenciando a importância da elaboração de pratos saudáveis, belos e saborosos. Segundo a aluna Alda Azevedo (1925, s/n), em sua tese de conclusão, “[...] o bom prato deve agradar



tanto pelo paladar quanto pela aparência: por isso torna-se indispensável à dona de casa a rigorosa inspeção no seu preparo e arranjo”.

As aulas de higiene alimentar, cozinha teórica e prática eram ideais para que as alunas demonstrassem suas aptidões no preparo culinário, característica muito desejada e estimulada sobre as mulheres. Tais enunciados se relacionavam a uma gama de imagens e discursos acerca da importância de a mulher saber cozinhar, como requisito para um bom casamento. As alunas da Escola Doméstica não aprendiam apenas a cozinhar, mas também etapas mais complexas na produção de alimentos, como a confecção de queijos e a purificação e conservação do leite:

Imagem 1 - Aula de leitaria



Fonte: BARROS; MESQUITA, 2014, p. 59.

Acima, estão dispostas em uma cozinha quatro alunas. Percebe-se que a cozinha está com uma aparência higiênica, com os móveis organizados e pintados de branco, as paredes também são brancas, tendo sido pintadas de outra cor até a metade com um outro tipo de tinta, para assim, evitar o acúmulo de sujeiras e, o chão coberto por uma cerâmica desenhada. As meninas estão posicionadas para a fotografia de uma forma que retrate cada uma em uma função diferente. No primeiro plano, temos uma moça utilizando uma bateadeira de manteiga manual, e as outras duas analisando o leite e/ou outras substâncias, talvez o coalho, produto que é acrescentado ao leite para transformá-lo em queijo. Enquanto isso, na parte de trás, estão duas jovens despejando o leite em uma desnatadeira manual.





Como esperado, elas estão todas uniformizadas, de vestido, avental e touca, na cor branca, como exigido pela escola durante as aulas. Percebe-se, por meio da documentação pesquisada, que a fotografia era utilizada pela escola tanto pela arte de retratar o cotidiano, ou pelo menos uma representação de como deveria ser o cotidiano, como também, uma forma de propaganda de como as aulas eram profissionais, racionalizadas e científicas. Esse era um método para atrair os olhares para a escola, causando o interesse daqueles que estavam curiosos em saber como ela funcionava.

Ainda sobre a alimentação, a tese da aluna Alda Azevedo também recomendava que:

A dona de casa deve dar ao ambiente doméstico uma feição de alegria e de bem estar. Isso depende em grande parte da cozinha e do modo por que são preparados os alimentos, ninguém se sentirá feliz, sofrendo desordens digestivas provenientes do mal preparo dos alimentos (AZEVEDO, 1925, s/p. Grifos Meus).

Em dois momentos nesse trecho, se associou a ideia da alimentação aos sentimentos de alegria e felicidade, e, ao cuidado e afeto. Bem como, visava que as alunas subjetivassem esses discursos, que elas acreditassem, realmente, que sobre elas estava destinada a “missão” de cuidar dos outros e de fazer a família feliz. Nesse sentido, estabelecia-se uma relação recíproca entre a suposta “felicidade da mulher” como “dona de casa” que se via contente em cuidar dos outros e fazer as pessoas felizes por se alimentarem bem.

As cozinhas mal iluminadas, úmidas, pequenas, mal arejadas e sujas passaram a ser perseguidas pelos “fiscais” da boa alimentação. As construções das casas eram idealizadas para que os espaços estivessem de acordo com os padrões de higiene. Entretanto, é importante salientar que essa não era uma realidade para todos, mesmo ao estipularem essas regras, não eram todas as casas que conseguiam se adequar, principalmente, pela discrepância entre o estilo de vida das famílias ricas, das de classe média e das pobres.

No caso da educação doméstica, procurava-se estimular os sentidos das jovens mulheres: a visão, pela prática da observação das cores nos alimentos, para saber a qualidade; o olfato, para reconhecer o cheiro de um produto e se era comestível; o tato para perceber se a textura do alimento estava boa para o consumo; e o paladar para saber se era saboroso. Essa “dona de casa” forjada na escola precisaria reconhecer instintivamente se um alimento era bom. Esse tipo de comportamento não era aprendido



apenas pela leitura de um manual, mas pela experimentação, pelo erro, pelo acerto, ou seja, a educação dos sentidos.

A educação dos sentidos e das sensibilidades apresentam uma certa polissemia, pois há diferentes formas de se concebê-la (BRAGHINI; MUNAKATA; OLIVEIRA, 2017). A construção da subjetividade e a educação dos sentidos do corpo são uma possibilidade, sobretudo, para entender a dimensão simbólica e discursiva que permeiam essas experiências. Ou seja, examinar as várias maneiras instituídas na escola na formação das sensibilidades dessas estudantes, perpassando as suas intelectualidades e corporeidades.

Conforme Silvana Vilodre Goellner (2013, p. 41), “a produção do corpo se opera, simultaneamente, no coletivo e no individual. Nem a cultura é um ente abstrato a nos governar, nem somos meros receptáculos a sucumbir às diferentes ações que sobre nós se operam”. Trata-se, então, de entender que o corpo não é apenas um corpo, mas também, o seu entorno, as roupas, os acessórios que o adornam, intervenções que nele se operam, as imagens que dele se produz, a educação dos seus gestos e o que se diz sobre ele.

Desse modo, percebe-se o conjunto de regularidades discursivas e como elas produzem o efeito de um discurso verdadeiro pela sua constante repetição. Como, por exemplo, as articulações entre lar, feminilidade, natureza, maternidade e espaço privado como partes de um mesmo espectro. As sensibilidades femininas, de acordo com o modelo imersivo experimental, deveriam ser estimuladas para subjetivarem as práticas domésticas racionalizadas e modernas, reconhecendo na valorização do ambiente doméstico a valorização também da mulher.

A partir dos estudos de gênero é possível refletir sobre essas definições são construídas historicamente e discursivamente, entendendo a generificação do corpo como um ato performativo, não natural, marcado por uma “microfísica” de um poder que age através de várias práticas regulatórias que aparentam uma naturalidade (BUTLER, 2003; 2019).

Assim sendo, entende-se a instituição escolar como um dispositivo de poder que educa o corpo segundo uma certa cultura do gênero. Nesse espaço se espera um comportamento diferente de meninos e meninas, separando e categorizando os estudantes de maneira generificada. Esse corpo que é manipulado para agir, mover-se, comportar-se e sentir de acordo com essas expectativas.



Portanto, na seção seguinte será discutido sobre quais feminilidades estavam sendo construídas na Escola Doméstica e quais os seus efeitos naquele contexto histórico e social.

Corpos doces e a feminilidade forjada na escola

Em razão da diversidade de documentos acessados durante essa pesquisa, foi possível perceber a existência maciça de discursos acerca de como as moças deveriam agir, pensar, sentir. Nos relatos das alunas, professoras e diretoras foi possível perceber como elas subjetivaram o discurso da escola.

Desse modo, foi estabelecido o diálogo com Michel Foucault e sua compreensão acerca dos modos de subjetivação. Para ele, o sujeito não é uma substância, mas uma forma, sempre diversa, e conclui que o que lhe interessa é “a constituição histórica dessas diferentes formas de sujeito, em relação aos jogos de verdade” (FOUCAULT, 2004, p. 275). Sendo a descrição das diversas tecnologias, de si e dos outros, uma preocupação constante em sua obra. Dessa maneira, a subjetivação pode ser entendida, concomitantemente, como sujeição, e, como resistência, em relação às práticas de governo.

Sendo assim, a Escola Doméstica produzia discursos sobre a dona de casa ideal, que nesse caso era a mulher da elite, treinada para ocupar um papel importante nas relações sociais. Essa dona de casa se constituía, sobretudo, em uma performance que também era de gênero. Uma das ex-alunas e ex-professora da escola, Chicuta Nolasco Fernandes⁸³, em sua biografia, descreve bem como era ser uma aluna da escola:

As moças que ali estudavam, em vez de somente prendas e letras, piano ou violino, aprendiam ainda a varrer, cozinhar, costurar, fazer hortas e jardins, cuidar de crianças, desde recém-nascidas, recebiam com distinção as pessoas e conversavam com qualquer um, homem ou mulher, e, para isso, aprendiam boas maneiras ao falar, receber, comer e conviver (FERNANDES, 1973, p. 18).

Chicuta Nolasco Fernandes evidencia em seu relato a diferença entre a Escola Doméstica e outras instituições de educação feminina no início do século XX. Enquanto a maioria das escolas preconizavam o ensino das letras, prendas domésticas e piano, a

⁸³ Apelidada de “Chicuta”, Francisca Nolasco Fernandes de Oliveira (1908-1995) nasceu em Jardim de Piranhas, antigo distrito de Caicó, no Rio Grande do Norte. Foi aluna laureada pela Escola Doméstica de Natal, obtendo o diploma em 1929. Tendo sido professora durante trinta e cinco anos dessa mesma instituição e, posteriormente, foi também professora da Escola Normal de Natal, na qual foi diretora, a primeira mulher a ocupar esse cargo.



educação doméstica, além desses assuntos, priorizava uma gama de conhecimentos diversificados sobre o exercício das atividades domésticas.

Além disso, havia o intuito de disciplinarização muito explícito no programa da escola e de subjetivação de uma feminilidade associada ao doméstico. Em relação ao papel social que a mulher da elite ocupava naquele período, era exigido dela um certo jeito de falar, de se comportar, principalmente, em jantares sociais. Nesse caso, a escola era especialista em formar mulheres para ocuparem esse lugar.

De acordo com Maria Cecília Pilla (2008) e Nelson Schapochnik (1998) frente às mudanças no início do século XX, os conservadores procuravam restabelecer uma titularia honorífica, pois já não existiam mais os títulos de nobreza concedidos pelo regime imperial, ao mesmo tempo, que criavam um verdadeiro culto da aparência exterior, com vistas a qualificar de antemão cada indivíduo. Essa nova estrutura teria como principal resultado a construção de uma vida privada ligada ao público.

Esses eventos eram simbólicos, pois a recepção adquiria a função de veículo informal pela disputa de cargos e privilégios, na qual estreitavam-se alianças financeiras, tramavam-se candidaturas políticas, estimulavam-se intrigas entre concorrentes, estabeleciam-se compromissos matrimoniais, sendo um espaço de sociabilidades importante para a elite (PILLA, 2008).

Desse modo, a dona de casa também era percebida como parte desse arranjo, representando um papel significativo e simbólico sobre a aparência da família perante a sociedade. Esses aspectos eram visualizados na maneira como essa mulher se vestia, se comportava, em seus gestos e atitudes.

Enquanto ela falava, sua voz deveria ter um toque aveludado, não muito alto, nem baixo; entre as palavras escolhidas e a maneira como desencadeava suas ideias, tudo deveria demonstrar requinte e elegância. Aspectos destacados pela ex-aluna Chicuta Nolasco Fernandes:

Aprendera as sutilezas da moça, que nisso era a Escola especialista. Ela dava um lustro de civilização, remodelando qualquer matuta e transformando-a numa senhorita maneirosa, elegante e gentil.

Esse poder milagroso, que não era outro senão a influência do ambiente e a convivência com as outras, era conhecido longe. Conheciam-se as moças da Escola Doméstica também pela sua desenvoltura social, suas maneiras educadas, tanto quanto pelo que sabiam dos conhecimentos da arte de ser dona de casa, que as distinguiam de todas as outras moças, em qualquer ambiente onde estivesse (FERNANDES, 1973, p. 67).

Observando o trecho acima, é possível perceber uma escola muito eficiente em disciplinar suas alunas. A disciplina como mecanismo de controle e exercício de poder



(FOUCAULT, 2007), estava em cada detalhe do cotidiano escolar, tendo como objetivo enquadrar cada estudante para agirem todas da mesma maneira.

As palavras da ex-aluna Chicuta Nolasco Fernandes evidenciam características da propaganda utilizada pela escola, na qual suas alunas eram descritas como “mulheres distintas da sociedade”, elegantes, belas, educadas. Os vários enunciados que compõem o trecho supracitado, quando analisados em conjunto, criam uma estética sobre como “deveria ser” a aluna da Escola Doméstica associada ao imaginário social acerca da feminilidade muito popular no início do século XX, muitos deles iriam povoar as propagandas, revistas, jornais e a literatura (PINSKY, 2014).

Essas jovens mulheres pertencentes ao corpo estudantil da escola eram idealizadas a partir de expectativas acerca de como uma mulher deveria ser, deveria agir, deveria falar, deveria pensar. Ocupando um grande espaço nas práticas educativas da escola o exercício sobre os corpos dessas moças, em um processo de adestramento de uma feminilidade.

Aliás, os exercícios físicos seriam de grande relevância nesse processo, pois além de todos esses afazeres domésticos, as mulheres deveriam investir parte do seu tempo para o “aperfeiçoamento” do corpo. O culto ao corpo e ao belo se configurou como parte do comportamento moderno. Esse cuidado se investiria em nome da saúde, uma saúde da cabeça aos pés:

[...] exercitar os músculos também era sinônimo de disciplina dos sentimentos a luz da razão, uma forma de adotar para a vida não apenas os princípios saudáveis, mas aquilo que exigia a religião, moral, o respeito. Pensava-se num cidadão benéfico e pronto para servir o Estado (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 140).

A prática da educação física foi incorporada ao cotidiano das escolas, esperando do alunato cidadãos obedientes, servis e dispostos para se sacrificar em nome da Pátria. O corpo produzido a partir dessas concepções exigia uma alteração imediata nos hábitos cotidianos dos indivíduos no que se relacionava aos cuidados de si. Exigia também uma educação específica, capaz de potencializá-lo (GOELLNER, 2013).

Ou seja, as alunas aprendiam a cuidar do corpo, a estimulá-lo, a potencializá-lo para ser o mais produtivo na lógica da sociedade industrial. Embora, visasse o fortalecimento do corpo e da mente humana, a educação física era uma área marcada também pela generificação do corpo e das práticas de exercícios, organizadas e selecionadas a partir daquilo que se considerava adequado em relação as supostas aptidões dos gêneros masculino e feminino.



Na fotografia abaixo, há o registro das aulas de educação física, retirado no ano de 1917:

Imagem 2 - Aula de dança



Fonte: BARROS & MESQUITA, 2014, p. 53)

A imagem é um retrato das aulas de educação física, realizadas ao ar livre, como recomendavam os médicos, e a atividade representada nessa imagem é a dança, que, além da ginástica sueca, era um dos exercícios mais populares entre as futuras “donas de casa”. Na imagem acima, observa-se várias meninas com roupas brancas, como exigido pela escola e pelo código de higiene. Elas estão exercendo movimentos iguais, copiando a professora à frente.

Pelo estilo dos vestidos e dos penteados percebe-se que são característicos da década de 1910, quando as roupas eram mais volumosas, com várias peças, uma em cima da outra. Além disso, pelo comprimento deles, parece terem sido feitos para facilitar o movimento, já que, nesse período, normalmente, os vestidos eram mais longos. Conforme Carmem Soares (2011, p. 86), no início século XX passou-se a valorizar na confecção das roupas para os exercícios físicos “o uso de tecidos leves que permitam ao corpo ‘respirar’; num certo sentido, as roupas desse período inauguraram uma ‘moda do natural’ e do ‘higiênico’” que viria a revolucionar a moda na década de 1920.

Sobre a dança, segundo Ilnah Pereira, ex-aluna da Escola Doméstica, ajudava a manter o corpo esbelto, com os movimentos suaves e precisos, era divertida e



esteticamente bonita. De acordo com o Programa da Escola, formulado em 1911, a educação física contribuía para “[...] combater a preguiça e corrigir a deformação do tórax”, enquanto isso, no Plano de Ensino de 1945, acrescentava-se a finalidade de “[...] dar agilidade, resistência e vigor ao corpo”. A cultura física era encarada como a principal ferramenta para o adestramento do corpo, que era alvo de imposições de cunho moral, estético e médico. Corpos estimulados para serem resistentes às doenças, aos desejos considerados “perniciosos”, a preguiça e a desobediência.

O cuidado com corpo feminino, como preconizado pela escola, visava também a produção de um corpo saudável para a maternidade. Esperava-se dessas jovens que, ao se casarem, fossem mães de filhos fortes e saudáveis. Aliás, a matéria de Puericultura era destinada para que elas aprendessem a cuidar dos seus futuros filhos, tendo um espaço próprio onde essas atividades eram realizadas, como descrito no Plano de Curso (1945):

[...] uma Secção de Puericultura, instalada em um prédio apropriado, edificado de acôrdo com os preceitos da higiene moderna, sob a direção de um especialista, onde são recebidas crianças de 1ª e 2ª infancia, que ficam sob os cuidados das alunas do 5º ano domestico, as quais acompanham a evolução bio-psiquica das mesmas crianças, tratam das suas refeições, dão banho, levam-nas a passeios, sendo obrigadas a apresentar, no fim de cada mês, o resumo de suas observações diárias, tudo consignado na ficha respectiva, acompanhada dos gráficos devidos [...] Como auxiliar da Secção de Puericultura, há uma enfermeira a quem são confiadas as alunas doentes. Possui a Escola uma enfermaria devidamente isolada (LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1945, p. 20).

Na Escola Doméstica, a matéria de Puericultura aparecia apenas no último ano do curso e tinha como objetivo educar as alunas para que aprendessem todos os fundamentos acerca do cuidado infantil. Geralmente, ela era coordenada por um médico em exercício, especialista na saúde de crianças. Havia uma variedade entre os saberes aprendidos, estendendo-se desde o cuidado com a saúde da mãe durante a gravidez, na amamentação, e os cuidados com o recém-nascido, observando o seu crescimento. A metodologia era evidenciada pela conciliação entre teoria e prática, sendo obrigatória a permanência da aluna do último ano de curso como interna na escola para a dedicação integral a essas atividades.

É interessante como o programa de matérias preconizava o ensino de saberes considerados “naturais do universo feminino”, mas marcados pelo pudor, já que planejamento familiar, reprodução e sexualidade não eram sequer objetos de estudo, sendo essa dona de casa, de certa forma, assexuada de acordo com o programa da



escola. Além de ser responsabilizada pelo cuidado da família, a mulher era constantemente fiscalizada para garantir que fizesse o seu trabalho de maneira eficiente. Assim, a educação doméstica funcionava como um dispositivo de controle e disciplinarização do feminino em relação àquilo que se esperava das mulheres.

Com o foco em tornar a experiência de imersão mais eficiente, eram escolhidas crianças pequenas para servirem como cobaias das alunas. As estudantes eram responsáveis por cuidar delas, alimentar, limpar, ninar, educar, tudo deveria ser realizado por alunas, com a supervisão do professor⁸⁴. As crianças mais novas, que ainda amamentavam, eram cuidadas com o auxílio da mãe. Segundo as informações obtidas por meio da documentação, a escola possuía uma política de receber crianças carentes que eram mantidas por ela durante o ano e nas férias eram levadas por suas mães, enquanto a escola arcava com todos os custos.

A quantidade de crianças variava de acordo com a quantidade de alunas matriculadas, porém, não há esclarecimentos sobre a faixa etária das crianças, baseando-se nas fotografias e nas atividades exercidas nas aulas, parece que eram recebidas crianças de zero a três anos, aproximadamente.

Figura 3 - As “alunas-mães” e seus bebês



Fonte: BARROS; MESQUITA, 2014, p. 77.

⁸⁴ O médico Varella Santiago foi o professor de Medicina do Lar e de Puericultura durante os anos aqui analisados. As matérias relacionadas a Medicina e ao Direito eram ministradas por homens, geralmente, membros da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte e os únicos que possuíam um diploma de ensino superior, não há registros de mulheres exercendo essas funções.



A fotografia acima é datada por volta dos anos 1940 e representa as “alunas-mães”, como eram chamadas, e os seus “filhos” nas aulas práticas de Puericultura. Todas elas estão uniformizadas, com seus vestidos e aventais brancos, toucas sobre os cabelos e com os “seus” bebês no colo. Devido às poucas informações obtidas em relação a esse experimento, não foi possível saber se as crianças ficavam todo o tempo na escola, quem elas eram, quem eram as mães, como ocorria a seleção, quantas eram selecionadas por turma. Segundo a imagem acima, era um percentual de quatro bebês para dezesseis alunas.

Não é difícil associar essas vestimentas aos uniformes das enfermeiras, remetendo ao imaginário de profissionalização dessas alunas, que apesar de serem donas de casa, adotavam uma maternidade disciplinada e racionalizada a partir de pressupostos científicos. Pensar a experiência do sensível (SOARES JÚNIOR; GALDINO, 2018) na pesquisa histórica permite imaginar como os sentidos e as sensibilidades dessas alunas eram educadas, disciplinadas, através dessas práticas e como essas jovens subjetivavam esses saberes. A incessante repetição dos mesmos discursos, desses modos de cuidado de si e da fiscalização sobre a conduta das alunas, permitiam uma educação do corpo eficiente, que viria a constituir a personalidade e o “jeito de ser” dessas jovens.

Por isso, era um ensino imersivo, associando à experiência no processo de aprendizagem, que funcionava de maneira eficaz, já que a aluna era iniciada nos conhecimentos mais simples, e posteriormente, aos mais complexos. Finalizando toda a trajetória com os conhecimentos acerca da maternidade que era associada ao que se entendia enquanto o “destino das mulheres”.

Considerações finais

Em um contexto de efervescência das discussões acerca da educação feminina e das possibilidades de profissionalização das mulheres, surgia a educação doméstica como uma alternativa em favor do direito à educação. Entretanto, apesar de permitir o acesso das moças à escola, ela estabelecia um ensino muito restrito no quesito de possibilidades profissionais, marcado pela idealização do espaço doméstico como lugar de promoção e pertencimento das mulheres.

Embora, fosse comum discursos de que a educação doméstica possibilitaria a valorização feminina, em um mundo que menosprezou por tanto tempo as mulheres, essa educação negava-lhe o direito de escolha sobre qual o seu destino seria, ao reiterar



a escola como espaço de formação de donas de casas, sem permitir outras possibilidades.

Esse ensino era explicitamente generificado, impondo valores acerca do feminino e na produção de uma feminilidade forjada na escola. Ou seja, a instituição escolar foi utilizada como dispositivo disciplinar na educação dos sentidos e sensibilidades femininas para serem subservientes e domesticadas a partir de uma performance do gênero como o velho lema: “bela, recatada e do lar”.

Além disso, no caso da Escola Doméstica, ela tinha um caráter elitista, funcionando como um lugar de distinção de uma elite branca. Mesmo que, durante as primeiras décadas de funcionamento, a manutenção dessa instituição ficava a cargo do Governo do Estado, pois os valores das matrículas e mensalidades não eram suficientes.

A partir da análise das fontes, foi possível perceber que a Escola Doméstica funcionava enquanto uma instituição disciplinar produtora de discursos acerca da feminilidade, ao oferecer um curso de formação para donas de casa, baseado em saberes científicos que visavam a mulher enquanto a grande responsável pela atividade doméstica. Portanto, às mulheres estava reservada a função da dona de casa, independentemente, do seu interesse ou gostos pessoais.

Para que a educação para o lar fosse eficiente, toda uma áurea acerca da missão da mulher e do valor do seu trabalho era forjada. Nesse sentido, a mulher personificava o lar, sendo as imagens sobre o feminino inseparáveis do ambiente doméstico. Assim, a disciplina funcionava de maneira mais eficiente que a violência física em obter das mulheres o comportamento almejado.

Data de Submissão: 23/02/2022

Data de Aceite: 12/11/2022

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **História:** a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História. Bauru: Edusc, 2007, p. 101-112.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **O Tecelão dos Tempos.** Novos Ensaios de teoria da História. São Paulo: Intermeios, 2019.

AMARAL, C. C. G. **Fundamentos de Economia Doméstica:** Perspectiva da condição feminina e das relações de gênero. Fortaleza: Editora UFC, 2002.

AZEVEDO, A. A Nova Arte Culinária. **Revista Escola Doméstica.** Natal, ano. I, n. 2, novembro de 1925.



BARROS, E. D.; MESQUITA, N. (Org). **Escola Doméstica de Natal**: 100 anos em retratos. Natal: ED. do autor, 2014.

BONILHA, L. R. C. M.; RIVORÊDO, C. R. S. F. Puericultura: duas concepções distintas. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, n. 81, p. 7-13, 2005.

BRAGHINI, K; MUNAKATA, K; OLIVEIRA, M. A. T. **Diálogos sobre a história da educação dos sentidos e das sensibilidades**. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, pp. 191-219.

CASTRICIANO, H. **A Educação da Mulher no Brasil** (edição fac-similar). Natal: Sebo Vermelho, 2011.

FERNANDES, C. N. **Menina Feia e Amarelinha**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1973.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos V**. Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 33 ed. Petrópolis: Vozes, 2007, pp.115-192.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GOELLNER, S. V. A produção cultural do corpo. *In*: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: um debate contemporâneo. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, pp. 30-42.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. *In*: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.

LAMARTINE, M. de L. O Lar Ideal. **Revista Escola Doméstica**. Natal, ano I, n. 2, novembro de 1925.

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Escola Doméstica de Natal**. D. E. L, 1945.

LIMA, D. P. C. A Escola Doméstica de Natal e as Ecoles Ménagère na Suíça. *In*: LIMA, D. P. C. **Noilde Ramalho**: uma história de amor à educação. Natal: Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, 2004, pp. 212-227.

LOURO, G. L.; MEYER, D. A escolarização do doméstico. A construção de uma Escola Técnica Feminina (1946-1970). **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n. 87, 1993, pp. 45-57.



LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, pp. 09-42.

OLIVEIRA, M. T. Apresentação. *In*: OLIVEIRA, M. T. **Sentidos e sensibilidades: sua educação na História**. Curitiba: UFPR, 2012, p. 07-19.

PESAVENTO, S. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**. Coloquios, 2005. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/229>. Acesso em: 24 fev. 2011.

PILLA, M. C. B. A. As habilidades da anfitriã: casa bem dirigida, mulher bem preparada. **Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**. Simpósio Temático 6: Comida e Gênero, Florianópolis, p. 1-4, agosto de 2008.

PINSKY, C. B. **Mulheres dos Anos Dourados**. São Paulo: Ed. Contexto, 2014.

RAMALHO, N. Reminiscências. *In*: LIMA, D. P. C. **Noilde Ramalho: uma história de amor à educação**. Natal: Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, 2004, pp. 66-107.

SANT'ANNA, D. B. Higiene e Higienismo entre o Império e a República. *In*: PRIORE, M. D; AMANTINO, M. (orgs.). **História do Corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SHAPOCHNIK, N. Cartões Postais, álbuns de família e ícones da intimidade. *In*: NOVAIS, F. A.; SEVCENKO, N. **História da Vida Privada no Brasil**. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 423-512.

SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. *In*: NOVAIS, F. A.; SEVCENKO, N. **História da Vida Privada no Brasil**. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 7-48.

SILVA, G. M.; FERREIRA, N. V. C. Formação feminina na escola doméstica Dona Júlia – Cuiabá-MT (1946-1949). **Linhas Críticas**, Brasília, v. 26, p. 1-20, 2020.

SILVA, P. V. N. **A Escola Doméstica de Brazópolis: A educação profissional feminina nas montanhas mineiras (1927-1965)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 09 de dezembro de 2019.

SOARES, C. L. **Imagens da Educação no Corpo**. 3 ed. Campinas: autores Associados, 2005.

SOARES JÚNIOR, A. S. **Physicamente Vigorosos: medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942)**. João Pessoa, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2015.

SOARES JÚNIOR, A. S.; GALDINO, V (orgs.). **Escritas do Sensível: experiência, história cultural e práticas educativas**. João Pessoa: Ideia, 2018.

A MÚSICA AMAZONENSE NA CONSTRUÇÃO DE SABERES E IDENTIDADE PARA O ENSINO ESCOLAR

AMAZONIAN MUSIC IN THE CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE AND IDENTITY FOR SCHOOL EDUCATION



MARIA BEATRIZ DE MELO SANTANA⁸⁵

ROBERTA NOGUEIRA SERRÃO⁸⁶

Resumo

Este artigo propõe apresentar a música como fonte histórica. Com a problematização da objetividade das fontes históricas foi realizado um apontamento sobre a ampliação das fontes históricas a partir da perspectiva de Marcos Napolitano (2002), fomentando o estudo de fontes não-tradicionais, incluindo a música. Outrossim, a partir de uma análise regional, a Música Popular Amazonense foi usada como fonte e construtora de saber histórico, sendo abordada como material didático em um processo de ensino-aprendizagem. Utilizamos as obras do cantor Nicolas Júnior, apresentando a música como uma contribuinte na representação histórica da região, fazendo-se presente na vida dos amazonenses, como construtores de uma história rica em cultura, em que percebemos a influência da vida amazonense, do seu dialeto, e da própria zona urbana como agente histórico que influencia a produção da música amazonense.

Palavras-chave: Música popular amazonense; identidade; música como fonte histórica.

Abstract

This article proposes to present music as a historical source. With the problematization of the objectivity of historical sources, a note was made on the expansion of historical sources from the perspective of Marcos Napolitano (2002), promoting the study of non-traditional sources, including music. Furthermore, based on a regional analysis, Popular Amazonian Music was used as a source and builder of historical knowledge, being approached as didactic material in a teaching-learning process. We use the works of the singer Nicolas Júnior, presenting music as a contributor to the historical representation of the region, making itself present in the lives of Amazonians, as builders of a history rich in culture, in which we perceive the influence of Amazonian life, its dialect, and the urban area itself as a historical agent that influences the production of Amazonian music.

Keywords: Amazonian popular music; identity; music as a historical source.

Introdução

A música por muito tempo não foi considerada pela historiografia como uma fonte histórica consistente para se valer como documento que pudesse ser problematizado. Essa questão foi discutida por muito tempo até que essa fonte foi ganhando espaço entre os documentos históricos. A música popular Amazonense se

⁸⁵ Graduanda de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: biasantana2030@gmail.com.

⁸⁶ Graduanda de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: robertaserraonogueira@gmail.com.



revela uma rica e ampla fonte histórica que propõe a instigação da criação de um imaginário da região norte, cheia de demonstrações a respeito de elementos específicos originários da região amazônica, tanto no dialeto quanto na própria questão geográfica, ainda, apropriando-se de narrar acontecimentos históricos de luta e resistências da população nativa.

A história do Amazonas é repleta de lutas da população aqui presente, desde o período da invasão e colonização portuguesa, até os dias atuais, percebemos resquícios desses processos. Dessa forma a utilização da música regional se torna viável para ser utilizada como um material didático e como fonte histórica. Além dessa abordagem, da música como fonte, disponibilizamos também o aproveitamento dessa análise com uma proposta de material para ser discutida em sala de aula. É importante para o desenvolvimento dos alunos o aprendizado de sua própria região, como forma de compreender o meio em que eles vivem. A ideia desse material propõe apresentar aos alunos a música e seu contexto, a fim de desenvolver neles o senso crítico a partir das problemáticas que a música popular da região apresenta, levando em conta também que o uso de material regional é de suma importância na construção dos saberes escolares, para que os alunos tenham contato com os materiais identitários de sua região.

Metodologia, a música como fonte histórica.

A música tem ganhado cada vez mais espaço como fonte de pesquisa auditivas entre historiadores do século XX. Segundo Napolitano (2002, p. 236), são consideradas como fontes primárias e na perspectiva metodológica ainda é considerada como uma fonte de difícil execução para se trabalhar.

O objetivo em trazer a produção musical como fonte é analisar em sua linguagem o seu instrumento de representação de realidade de determinado grupo, região ou nação. Napolitano (2002) afirma que a análise à música pode ser considerada “subjetiva” pelas suas infinitas variações e interpretações, ou seja, o historiador que deseja utilizar essa fonte enfrentaria os relativos significados presentes no conjunto dessa fonte (NAPOLITANO, 2002, p. 237).

De acordo com a crítica do historiador Marc Bloch (2001, p. 72), o pensamento positivista validava a ideia de que uma análise histórica só poderia ser descrita a partir de documentos oficiais, esses documentos eram analisados sempre como verídicos e submetendo os acontecimentos históricos como deterministas, não se permitindo reflexões que oferecessem margem ao subjetivismo. Dessa forma esse tipo de



pensamento não levava em consideração e desqualificava fontes que fugissem desse modelo exigido, ou seja, a produção musical se encontrava fora dos padrões para servir como fonte de pesquisa. A fonte musical foi ganhando espaço no meio da pesquisa de acordo com as reformulações e desenvolvimento do pensamento histórico e suas novas abordagens e indagações sobre o que é verídico sobre as fontes (NAPOLITANO, 2002, p. 238-239).

Napolitano (2002) apresenta uma problemática a ser percebida sobre a preservação da música como fonte, isso porque ele explica que atualmente não há uma política de preservação das fontes de fonogramas (NAPOLITANO, 2002, p. 261). Ou seja, é uma fonte que se encontra em constante ameaça em relação a sua preservação, considerando-se uma grande perda para a produção científica caso não seja lhe dada a devida importância e preservação. Ainda não há uma política de preservação direcionada a essa fonte atualmente, o que é encontrado geralmente são colecionadores de vinil que guardam algum material de forma particular e individual.

Ainda sobre as questões metodológicas na música como fonte, Napolitano (2002) adverte sobre as problemáticas do uso das fontes retiradas da internet, isso devido ao vasto número de sites que disponibilizam essas fontes primárias, porém muitos sites não se atentam em dispor as devidas referências (NAPOLITANO, 2002, p. 264). Entretanto, atualmente essa é uma problemática para todo o tipo de arquivo e documentos. Vivemos em um momento em que a tecnologia se faz muito presente no meio das pesquisas científicas, e podemos perceber a importância e aumento desses recursos tecnológicos, sobretudo nos anos de 2020, 2021 e 2022, em que o distanciamento social se tornou algo necessário por questões de saúde devido a pandemia mundial de covid-19⁸⁷. Ou seja, recorrer às fontes de diversas plataformas online para a continuidade da pesquisa tornou-se uma situação necessária, é claro tendo em vista os devidos cuidados em relação a autenticidade e referência das fontes dispostas.

⁸⁷ O vírus da covid-19 foi responsável por ocasionar uma pandemia nos anos de 2020 a 2022, em que milhares de pessoas perderam a vida ou tiveram sequelas devido a doença. Para evitar o contágio da síndrome respiratória, medidas de prevenção foram estabelecidas mundialmente, entre essas medidas estão: o distanciamento social, uso de álcool em gel e o uso de máscaras. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/>. Acesso em: 20 nov. 2022.



Muitos músicos, atualmente, para apresentar suas obras, disponibilizam suas músicas justamente nas plataformas, aplicativos de músicas como o *Spotify*⁸⁸ e web sites na internet, diversos desses sites ainda dispõem referências completas dos álbuns dos artistas e a enumeração da ordem cronológica em que cada material foi produzido.

As fontes utilizadas nesta pesquisa foram disponibilizadas pelo próprio cantor e compositor amazonense, enviamos uma mensagem parabenizando o cantor pela belas canções através das redes sociais, logo em seguida o mesmo respondeu agradecendo o carinho e nos disponibilizando pela plataforma do Youtube seu álbum mais recente “A história e Geografia do Amazonas em cantoria” apresentado em novembro do ano de 2019, neste mês foram gravadas no Teatro Amazonas, no centro, em parceria com a prefeitura municipal da cidade de Manaus, um álbum contendo 20 canções e selecionamos algumas para propor essa análise, e também outras músicas mais antigas do cantor.

“Quais os eventos, personagens e processos históricos nela representados?” (NAPOLITANO, 2002, p. 238). A indagação do historiador sobre a música nos faz refletir principalmente sobre quais os principais agentes dentro dessa determinada fonte, dentre as melodias é possível notar na Música Popular um enredo sobre o cotidiano na vida dos amazonenses, o que torna essas canções tão peculiar é exatamente sua singularidade onde é representada principalmente agentes que são encontrados nessa determinada região. Exemplo disto é um trecho da obra de Nicolas Júnior, “Manaus dos imigrantes, dos que pariste e viste crescer Manaus de todos nós, dos nossos filhos e os filhos dos filhos seus”.⁸⁹

Além da análise contextual, pretendemos analisar no próximo tópico o conteúdo e letra dessas obras musicais, como o próprio nome do álbum menciona elas apresentam a história do Amazonas e também apresenta as questões geográficas e identitárias do povo amazonense, sempre fazendo alusão de pontos específicos do modo de vida da população que mora na região, como o dialeto e materiais ou alimentos que são encontrados unicamente no estado.

Construção de saberes históricos - a contextualização da música como fonte e da música do Norte.

⁸⁸ Plataforma privada de serviços de músicas, *podcasts* e vídeos, lançada em 2008, a ferramenta pode ser acessada por qualquer dispositivo com acesso a internet, como telefone móvel, *notebooks* e computadores pessoais.

⁸⁹ MANAUS MORENA, 2018. (3min24). Publicado pelo canal: Nicolas Jr. Disponível em: <https://youtu.be/pzzZDbeLPNs>. Acesso em: 20 nov. 2022.



A historiografia esteve sempre buscando constantes análises sobre as fontes escritas e por muito tempo a veracidade de algum fato apenas poderia se dar pela escrita do documento. A partir disso é importante pensar nesse retrato da música como fonte histórica, é possível perceber que as vertentes da música não foram ao todo abordadas, a letra, a oficialização escrita precisa ainda estar presente dentro de um documento histórico, citando Napolitano (2008), este comenta que para além de uma análise da letra da canção, especialmente a popular, é relevante se atentar aos outros elementos que compõem uma música, o fonograma, a partitura e sua apresentação em formato de vídeo (NAPOLITANO, 2008, p. 238).

Ademais, a fonte "música popular" carrega características que transformam o ambiente ao seu redor, retrata a cultura de uma comunidade, e analisar esta fonte exige duas perspectivas, a do historiador que tratou desta fonte e a do compositor abordando uma determinada perspectiva sobre sua cultura (NAPOLITANO, 2002, p. 256). E sobre isso, a música regional também se preocupa com esta abordagem, percebemos que pela história da música regional do Norte as canções sempre carregam intenções, o retrato não é apenas identitário, mas de denúncia também, podemos perceber tais intenções na música "Divina Comédia Cabocla" do cantor Nicolas Junior, o trecho comenta:

...pagaram toda a dívida externa com a flora amazônica. Compraram laptops para os nossos waimiris⁹⁰ conectar. Trocaram o teatro Amazonas pela lei da informática (...) chega dessa pouca vergonha. De esquecer nossa cultura, patrimônio secular. Vamos acabar com essa frescura. De querer outra cultura, e quem quiser. Que vá morar noutra lugar. ⁹¹

O primeiro trecho desta canção regional relata o descaso do governo com o Amazonas, demonstrando que quando se pensa em investimentos para nossa região são pautas que buscam cada vez mais nos afastar da nossa cultura indígena e local. Neste sentido, a Amazônia brasileira parece ser útil quando se trata de causar uma boa imagem para as pessoas de fora, o autor também comenta nesta letra sobre a Ponta

⁹⁰ Povo indígena que atualmente possui sua terra situada na Amazônia brasileira, entre o norte do estado do Amazonas e sul do estado de Roraima. A pesquisa feita no site Povos Indígenas no Brasil relata que a origem do nome Waimiri Atroari foi denominada no século XX pelo Serviço de Proteção aos Índios - SPI, contudo, o povo Waimiri se autodenomina Kinja que significa "gente verdadeira". A imagem de um povo guerreiro que enfrenta a todos designou que esta tribo sofresse tentativas de extermínios. As instalações governamentais em suas terras retratam a pauta de violência que os indígenas sofrem para se afirmarem como donos de seu local de convivência. VALE, Maria do Carmo do. Povos indígenas no Brasil - Waimiri Atroari. 2002. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Waimiri_Atroari#Waimiri_Atroari.2C_o_povo_Kinja/Acesso em: 13 nov. 2021

⁹¹ DIVINA COMÉDIA CABOCLA, 2021. (3min30). Publicado pelo canal: Nicolas Jr. Disponível em: <https://youtu.be/K7NwKv2zK08>. Acesso em: 20 nov. 2022.



Negra ter se tornado parque para gringo fotografar, a construção da história do Amazonas quando não apenas citando a floresta amazônica carregada de seus mistérios, edifica uma imagem do amazonense longe da cultura local. No segundo trecho da música, o cantor já se preocupa em reforçar mais a valorização da região, que a cultura do outro não cabe mais em nós.

Sobre a música popular, o autor Marco Napolitano (2002) comenta sobre a análise de Arnaldo Contier, um dos primeiros historiadores a pensar nessa questão teórico-metodológico com a fonte musical e a se preocupar para além da questão da escrita como única fonte de veracidade, sobre isso vale lembrar que os estudos da música como fonte, os historiadores chegaram tarde. É preciso determinados conhecimentos sobre a composição da música, que falta ao historiador e também sobre uma pesquisa mais profunda a respeito de conceitos sociológicos das Ciências Sociais, esta que determinou de certa forma uma análise tanto poética quanto social da música como fonte (NAPOLITANO, 2008, p. 257-258).

Por conseguinte, voltando a citar Contier, o historiador Marco Napolitano (2002), comenta sobre este aspecto da análise da música começar a partir do compositor e em como ele se coloca dentro do contexto tratado, se torna um sujeito histórico e determina suas intenções, subjetivas ou não, com a letra daquela canção. A respeito do papel da música na sociedade é importante ressaltar o olhar de valorização e desvalorização.

As instalações governamentais em suas terras retratam a pauta de violência que os indígenas sofrem para se afirmarem como donos de seu local de convivência. que a música popular pode adquirir ao longo do tempo (NAPOLITANO, 2002, p. 259), quando se pensa em utilizar músicas na sala de aula como uma fonte de ensino se fala em trazer uma revalorização da música amazonense, dos cantores regionais, e estas questões não precisam estar vinculadas a apenas um gênero, é importante se adaptar a linguagem jovial, mas mais importante que isso é indispensável fazer com que esse aluno perceba tanto o tempo presente quanto possa viajar num passado histórico, e aqui se impõe o valor histórico que uma letra de canção regional pode carregar, como a letra Cabanagem de Nicolas Junior:

Pelas ruas de Belém a cabanagem se alastrou. Acorda, se apresse maninho. Levante contra o seu senhor. O Grão-Pará acordou, com sede e sangues nos olhos, pelo rio se espalhou feito fogo em palha seca (...) Manacapuru e

Borbas, Barcelos também se juntou, na maior insurreição que o Império testemunhou.⁹²

Esta música explana um acontecimento histórico da história do Amazonas, enquanto província do Grão-Pará, sendo uma composição do século XXI, sua letra carrega consigo uma carga histórica e política, põe em primeiro plano a Cabanagem como uma insurreição de tão grande importância como as outras que ocorreram pelos estados do Brasil. E sobre isso é importante perceber que quando se trata de rebeliões brasileiras, as do norte pouco conseguem destaque na história nacional, e ainda há o retrato das rebeliões indígenas, como se fossem não civilizados, determinando um retrato selvagem de suas lutas não só com outros povos, mas também com os próprios colonos.

A respeito do retrato do indígena é possível perceber sua caracterização pela fonte musical, seu retrato enquanto feito na região norte por artistas amazonenses se faz de extrema relevância dentro de uma história que é de luta por direitos, por reconhecimento. Como já citado, este retrato do outro deve ser feito com muito cuidado, a análise do historiador não pode subtrair traços culturais como menos relevantes para falar de um povo, dentro da música popular a análise do historiador deve acompanhar sua construção não apenas em seu contexto de criação, mas também na trajetória ao longo da história, dentro daquela comunidade, sobre as mudanças que ocorreram nas tradições daquele povo. E a partir desses traços mais antigos é possível perceber novas abordagens históricas, se ainda existem determinadas identificações com as origens, um aspecto identitário tanto atual quanto do passado.

Com os recentes investimentos das organizações governamentais nas secretarias de Cultura, Turismo e Evento MANAUS/CULT, foi possível o autor Nicolas Junior produzir os seus novos trabalhos que tratam sobre uma Manaus mais modernizada como é o caso da canção de seu novo álbum, “Da Canoa aos Coronéis” essa canção engloba um período muito marcante para a história da cidade de Manaus que trata sobre a prática do extrativismo na região, além de falar sobre a exploração que a imigrantes nordestinos e a própria população amazonense sofreu ao ir trabalhar nos seringais, esse momento de exploração marca um enorme acúmulo de capital para os grandes empresários no qual Nicolas Júnior chama de “boçais”. “Marcha Soldado da Borracha,

⁹²CABANAGEM, 2018. (3min05) Publicado pelo canal: Nicolas Jr. Disponível em: <https://youtu.be/KSH4hmHq6aY>. Acesso em: 20 nov. 2022.





o teu destino é o seringal (...) Nordestinos e outros tantos sangraram nos seringais, suor, sangue e sofrimento para enriquecer os boçais.”⁹³

Segundo Pessoa (2018), a população amazonense viveu por muito tempo padecendo na pobreza, enquanto uma pequena parte da população rica aproveitava as riquezas provenientes da exploração dos seringais (PESSOA, 2018, p. 48-49). Essa atenção de satisfazer a elite Manauara é muito presente no meio da historiografia Amazonense como é no caso das análises da historiadora Ana Maria Daou (2000) que apresenta uma preferência por parte dos administradores governamentais em saciar a ânsia dos grandes empresários desde o período da Belle Époque, se destaca a figura de Eduardo Ribeiro, no qual procurou “Modernizar” a cidade sob a pressão de atender essa pequena demanda da elite que movida pelas influências europeia, reivindicavam sofisticação no espaço urbano.

A letra da canção “Da canoa aos coronéis” de Nicolas oferece uma compreensão deste reflexo de uma classe trabalhadora local e imigrante, que pouco usufrui dos avanços modernos da cidade de Manaus ao mesmo tempo que uma pequena parcela, a elite amazonense, se enriquece com o progresso, no qual transborda para a cidade com o “suor, sangue e sofrimento para enriquecer os boçais” como se comenta na letra.

Os estudos de historiadores como Daou (2000) e compositores regionais como Nicolas Junior colaboram para a perspectiva da música regional como um estudo não apenas enquanto fonte histórica, mas para o entendimento de uma projeção maior da história local em sala de aula, o trecho de letra citada fomenta uma breve reflexão de como o progresso atingiu a cidade de Manaus, permitindo maiores análises enquanto material didático:

Marcha Soldado da Borracha, o teu destino é o seringal(...) nordestinos e outros tantos sangraram nos seringais, suor, sangue e sofrimento para enriquecer os boçais.

Manaus ficou prosa e chique com o progresso industrial, Manaus vestiu-se de seda, efervescência cultural(...) partiram para nunca mais, desprezados seringas. ⁹⁴

Dessa forma a urbanização da cidade pode ser percebida a partir da mesma percepção historiográfica, sob a exploração do trabalho da população pobre e da prática extrativista na região. Porém, se percebe que o compositor Nicolas Jr se atenta em

⁹³ DA CANOA AOS CORONÉIS, 2018. (3min20). Publicado pelo canal: Nicolas Jr. Disponível em: <https://youtu.be/3ze-a7iHEe4>. Acesso em: 20 nov. 2022.

⁹⁴ DA CANOA AOS CORONÉIS, 2018. (3min20). Publicado pelo canal: Nicolas Jr. Disponível em: <https://youtu.be/3ze-a7iHEe4>. Acesso em: 20 nov. 2022.



mostrar a mudança das relações econômicas da região, com a desvalorização e a crise do comércio da Borracha os seringais acabaram sendo abandonados e apresenta que o “progresso industrial” marca um novo momento para a cidade, segundo Nicolas Jr, a cidade ficou “prosa e chique”, esse momento, trata-se da construção do Polo Industrial na cidade de Manaus.

Como usar a fonte musical na sala de aula?

A música nem sempre foi utilizada como um material pedagógico, a história da música é construída por uma perspectiva religiosa ou política (GODOI, 2011, p. 12). Os recursos musicais chegaram aqui no Brasil para catequizar os indígenas, era uma ferramenta engenhosa para converter os gentios, não havia uma conotação educativa nesse processo (GODOI, 2011, p. 13). Entretanto, a música popular brasileira surgiria a partir da chegada dos africanos, no período da escravidão, sua contribuição para a música brasileira é significativa, a riqueza cultural que o Brasil detém através da música veio também pela nossa miscigenação. Esta contribuição didática será mais abordada a partir do século XX, e sua inclusão nas escolas começou a partir da educação infantil (GODOI, 2011, p. 14).

A partir disso, o uso da música como ferramenta pedagógica no currículo brasileiro adquiriu relevância significativa já que hoje se pensa no aspecto cultural do ensino escolar. Com a contribuição da arte como um tipo de conhecimento é possível formar vários talentos com o auxílio de fontes que estimulam a criatividade dos estudantes, a música é um desses elementos estimuladores. O mundo artístico também possibilita formar grandes gênios, Godoi (2011) comenta sobre a importância da ferramenta musical para estimular a criatividade, a memória e o desenvolvimento da ludicidade através de atividades planejadas e contextualizadas (GODOI, 2011, p. 19).

O objetivo da utilização da música como ferramenta educacional é importante também para trabalhar a experiência de vida do aluno, apesar da leitura de Godoi se concentrar na educação infantil e percebemos que nesta fase este estímulo a atividades mais lúdicas é mais importante, dentro do ensino fundamental e do ensino médio é necessário também trazer referências musicais para o ensino de História.

É muito comum nas plataformas digitais, como o site Youtube apresentar diversas paródias musicais sobre os acontecimentos históricos, fatos sendo cantados em cima de uma música popular, geralmente a mais tocada do momento. Este tipo de conteúdo não é inválido, mas o incentivo que estamos tentando oferecer com este estudo



da música amazonense como fonte não somente histórica, mas também como um material didático para estimular a imaginação de alunos e também para fornecer que através da música irá se identificar uma contextualização histórica, é possível enxergar política e cultura. Nesse sentido, queremos trazer a música regional, e no caso a música do Amazonas, para que o aluno se identifique também e reconheça sua história e cotidiano numa canção nortista.

O trabalho com a música como fonte didática constrói um tipo de saber que ainda é negligenciado, este saber criativo, que utiliza da imaginação e fomenta o artístico no aluno sofre um descaso quando se pensa em usar este tipo de fonte. Queremos com este debate estimular que a fonte musical amazonense sirva para fornecer um encontro com a identidade, Godoi (2011) comenta que este trabalho fornece o respeito com a individualidade do aluno, e isto insere seu contexto econômico, social e suas práticas culturais (GODOI, 2011, p. 21). Se percebe como a cultura é presenciada para aquele jovem, além do mais também se nota como estas características interferem com outros colegas de classe. A convivência em sala de aula através da fonte musical pode oferecer uma dinâmica de maior sociabilidade entre os colegas, especialmente em trabalhos em grupo, podemos comentar algumas atividades que podem ser trabalhadas, na música Guerreiros da Amazônia, de Nicolas Junior, a letra aborda: “os kambeba, os parintintin, siriano, makú, maraguá (...) Hiskaryana, Sateré Maué (...) Waimirií-Atroari, Dessana (...) Piratapuia e muito mais, os Marubo e os Mundurucu (...) Kuripako, Makuna, Baré...”⁹⁵.

A canção citada retrata tribos indígenas, a letra toda é composta por um ritmo onde o cantor cita apenas os nomes destas tribos, mas este elemento pode ser trabalhado dentro da sala de aula em um trabalho de pesquisa sobre tais tribos, os alunos podem escolher alguma tribo citada na música, devem realizar uma pesquisa sobre as principais características do grupo indígena escolhido, a finalidade do trabalho se encontra na questão dos alunos fazerem um trabalho de pesquisa sobre estas tribos que vivem, em menor ou grande escala, em toda região norte. Este aluno entra em contato com suas raízes e deverá perceber que denominações como "índio" são termos genéricos, pois cada tribo citada na questão apresenta suas particularidades.

⁹⁵ GUERREIROS DA AMAZÔNIA, 2018. (5min01). Publicado pelo canal: Nicolas Jr. Disponível em: <https://youtu.be/-WjIYNq-aNo>. Acesso em: 20 nov. 2022.



Se deve também trabalhar a música a partir de um aspecto identitário, perceber os costumes do norte através da letra. E isso inclui analisar as caracterizações que estão sendo comentadas na música e também a linguagem, as gírias usadas, o nosso dialeto presente na música regional, a música “O amazonês” do mesmo cantor, Nicolas Junior, traz em sua letra falas bastante presente no linguajar do “maninho” do Amazonas, este tipo de abordagem fornece ao aluno uma identificação importante com o tempo presente. Este tipo de canção é importante para analisar nosso dicionário do Norte, podemos trabalhar atividades que peçam aos jovens para trazerem as principais gírias que usam em seu cotidiano, qual o contexto que mais falam, se existe alguma gíria que não ouvem mais e até mesmo pedir uma pesquisa familiar, com amigos, pessoas do bairro para falarem as gírias mais usadas no seu tempo ou alguma que não entendem o seu significado.

Nesta atividade a respeito do dicionário do Norte, os alunos se comunicam com pessoas de diferentes idades, que trazem a própria experiência do linguajar do Amazonas, também é importante buscar os significados, então cada palavra deve vir acompanhada de uma explicação, e uma boa comparação é se informar em como ela se aplica em outra região, podendo ser do Norte ou de outras regiões do país. Ademais, podemos perceber sobre esta linguagem do Amazonas nestes trechos da canção:

Espia maninho. Eu sou dessas paragens. Das 'banda' de cima (...). Sou moleque doido não venha 'frescá'. Pegue logo o beco e saia vazando Senão numa tapa tu vai 'emborcá' Me criei na beira ali pelo 'ródo' Eu me embiocava lá pelos 'motô'. Mamãe me ralhava e eu nas 'carrera', zimpado. Era galho de cuia, lambada e o escambal. Saía vazado pro bodozal, menino vai se 'assiá'. Tira a tuíra do 'côro', que agora é dos vera. Vou te malinar. a ali do uarini. Sou amazônes, num é 'fuleragi'. Eu sou bem. dali e dou de 'cum força' na farinha. E sou 'inxirido' até o tucupi. Eu era escarrado e cuspidio uma osga. Mas meu apelido era carapanã (...) Man eu era chibata, parente, de rocha. Era o rei do 'migué'.⁹⁶

Na canção acima se destaca palavras do dialeto da região do Norte colaborando para que o aluno conheça a linguagem local e com a mediação do professor, faça os devidos estudos da origem deste dialeto, além do mais, oferece ao estudante manauara a identificação de seu cotidiano de casa, da rua e da escola. Por fim, esta proposta avaliativa possibilitará o interesse pela História Regional, além de trazer uma representatividade do modo de falar do manauara.

⁹⁶O AMAZONÊS, 2018. (3min37). Publicado pelo canal: Nicolas Jr. Disponível em: <https://youtu.be/KM01E2zXUew>. Acesso em: 20 nov. 2022.



A música também fomenta que no Amazonas é possível perceber uma problemática que se faz presente na questão da identidade, muitos amazonenses e manauaras não reconhecem a tradição e cultura da região, dessa forma o autor Nicolas Júnior nos apresenta uma crítica a essas pessoas que menosprezam essa cultura a fim de ir em busca de valorizar apenas o que é de fora da região norte. Talvez devido ao fato da falta de acesso ao que é produzido aqui, o autor faz sua análise a essa situação de forma bem direta:

(...) Agora a gente só come farinha, quando falta ferrinhé, se não tiver gatorade, aí quem sabe eu beba um guaraná, não comemos mais jaraqui, porque já temos bigmac, chega dessas coisas do Amazonas, quero o que vem de lá de fora
Chega dessa pouca vergonha de esquecer nossa cultura, patrimônio secular vamos acabar com essa frescura, de querer outra cultura, e quem quiser, que vá morar noutro lugar (...)⁹⁷

Essa crítica pode ser pensada a partir da própria falta de interação da população com o acesso a esse material, no caso dessas músicas, ao fazermos as buscas das letras de algumas canções percebemos que não há sites que disponibilizam as letras completas ou seja para a elaboração das próprias citações para a análise foi necessário a escuta atenta as composições e ao uso das legendas quando eram disponibilizadas pelo Youtube – embora algumas músicas mais antigas já se encontrem disponíveis em alguns sites. Com base nisso é reforçada a ideia de apresentação dessas canções aos alunos em sala de aula, pois muito dificilmente eles iriam procurar sobre essas questões de forma autônoma ou pelo menos boa parte não frequentaria espaços que valorizam a música ou as produções de modo em geral de sua região. A dificuldade ao acesso e a falta de identificação com sua própria identidade pode ser um dos fatores que reafirmam a ideia até mesmo da elaboração de uma atividade exploratória acerca do tema.

Por conseguinte, a música deve oferecer a oportunidade para o aluno reconhecer seu espaço de convivência, é importante ressaltar que para além de conhecer os interiores, a própria floresta, conhecer o bairro, a rua, o centro de Manaus também são muito importantes. E a própria música também pode ser usada como incentivo para conhecer os lugares da cidade, a letra da música Feira da Panáí é bom exemplo sobre conhecer os locais de convivência numa cidade, é claro que melhor que apenas enxergar estes lugares através da música, é muito importante a escola oferecer passeios para estes ambientes, as feiras, o Teatro, uma visitação em um museu. Contudo, se reconhece a

⁹⁷ DIVINA COMÉDIA CABOCLA, 2021. (3min30). Publicado pelo canal: Nicolas Jr. Disponível em: <https://youtu.be/K7NwKv2zK08>. Acesso em: 20 nov. 2022.



dificuldade que estas atividades apresentam, por questões financeiras e mesmo a pouca valorização dada para estes eventos. Nesse sentido, o professor pode oferecer um tipo de contato através da música, para os alunos que moram perto da Feira de Panair, por exemplo, se sentem acolhidos nessa escolha de atividade, o sentimento de pertencimento também surge.

A letra relata sobre uma visitação à feira, o compositor está confuso com tanta diversidade de peixes, a movimentação da feira lhe distrai; o cotidiano daquelas pessoas informa uma cultura de pescadores, da culinária do Amazonas, os barcos chegam ao porto carregados de peixe e mais uma vez o cantor não sabe o que escolher. Na canção, Nicolas Junior comenta:

Hoje eu acordei mais cedo pra comprar um peixe lá na panaí. Tava com muita vontade de tomar um caldo do peixe daqui. Comprei salsa e coentro, cebolinha e pimenta murupí. E fui barganhar o preço em meio a gritaria, quando eu ouvi três bodó por cinco, leve o jaraqui, dúzia de cubú, tem curimatã. Matrinxã sem espinha, traíra cuiú, sardinha fresquinha, pescada e pacu. Tem pirapitinga, cará e apapá, cachorra e branquinha limpa pra leva. Ai meu Deus e agora qual que eu vou levar. Nunca vi fartura tanta num lugar, quando eu tava prestes a me decidir. Chegou outro barco, e comecei a ouvir. Tem pirarucu, tem cara açú, olha o tamoatá, vai um aracú.⁹⁸

Este papel da feira como um ambiente cultural importa para que o aluno reconheça outras vivências para além do Teatro Amazonas, sua relevância como monumento cultural e histórico é indispensável, mas vale trazer para o aluno um conhecimento sobre seu porto, sua rua e seu bairro. O aluno a partir disso pode ser estimulado a comentar sobre eventos que acontecem no seu local de vivência, e mesmo pedir para que o aluno traga uma pesquisa sobre outras feiras da cidade de Manaus, nos interiores se for possível, é uma atividade que demonstra que a identidade cultural não está apenas no erudito, mas dentro do cotidiano do amazonense também existe construção de saberes.

O professor que deseja elaborar uma atividade sobre a história da Amazônia colonial e sobre os seus processos e desdobramentos pode recorrer também a essa canção:

Nota-se, pelo exposto acima, a gama de opções disponibilizadas aos pesquisadores interessados e ao público em geral, segundo os coordenadores:

⁹⁸FEIRA DA PANAI, 2018. (2min55). Publicado pelo canal: Nicolas Jr. Disponível em: <https://youtu.be/sBugPiEYbt4>. Acesso em: 20 nov. 2022.



Seu Orellana não confie no Pizarro, Ele fez sua caveira para o rei espanhol,
se encontrar as Icamiabas trate logo de correr, pois lá só tem mulher “braba”,
elas vão judiar de você,
Rumo ao país das canelas, em busca do Eldorado, Oito meses de viagem, de
Quito até aqui, Era muita vontade de comer um Jaraqui, salve, salve
Andaluzia, descobriu-se o Tucupí
Seu Orelhana não adentre o mar Dulce, Tratado de tordesilhas vale pouco por
aqui, Frei Gaspar de Carvajal disse que o bixo pegou, se pegar uma flechada
game over pro senhor, Não Importa se francês, inglês, espanhol, holandês,
português, A flechada é a mesma game over pra vocês.⁹⁹

Diversas dúvidas e problematizações podem surgir a partir dessa música, e com isso despertar a atenção dos alunos. Nesse momento o professor pode elaborar uma pesquisa com seus alunos com questionamentos norteadores como “quem foi seu Orellana?”, “quem foi Pizarro?” “quem eram as Icamiabas?”, “o que era o Eldorado?”, “o que era o Mar Dulce?” e “o que era o Tratado de Tordesilhas?” É possível fazer uma série de questionamentos e reflexões sobre essa fonte, e que podem trazer a interação dos alunos no meio em que ele está inserido. A própria canção explica um contexto muito importante que é o processo de colonização da Amazônia, essa fonte também pode ser usada nesse sentido, de explicar através da música eventos que ocorreram na região.

As canções apresentadas até aqui inserem o aluno na sua própria cultura regional, apresentando questões pertinentes sobre a Amazônia e sobre o seu estado. Através dessas canções os alunos podem trabalhar questões diversas sobre o cotidiano, cultura e identidade. Há também canções que ajudam o professor a elaborar atividades e a construir conhecimento com os alunos a partir dos processos históricos da região norte. Nesse sentido, percebemos a importância de inserir o conteúdo de história da Amazônia nessa perspectiva, pois ainda vemos, atualmente, que o processo de aprendizado de História do Brasil, diversas vezes engloba em grande parte os processos históricos somente da história da costa do litoral brasileiro, pois os livros didáticos que são usados em escola pública na região Norte chegam diretamente de São Paulo, ou seja o professor que procura aplicar o conteúdo de História da Amazônia pode recorrer diretamente a essas canções.

Considerações finais

⁹⁹ DO PAÍS DAS CANELAS AO REINO DAS ICAMIABAS, 2018. (3min13). Publicado pelo canal: Nicolas Jr. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QvrRDz59jNY>. Acesso em: 20 nov. 2022.



Os estudos deste trabalho sobre a música como fonte histórica e pedagógica alcançaram os resultados de percebermos a importância do uso de fontes musicais para o entendimento político e social de uma determinada sociedade, neste caso, a respeito da música popular do Amazonas. Esta pesquisa trouxe abordagens sobre a identidade regional, e como a partir da música os jovens podem identificar seus costumes, sua linguagem, o retrato da cidade através da canção regional, outro aspecto importante é o relato histórico que a música pode carregar. A música brasileira traz consigo uma carga histórica em razão da nossa miscigenação nacional, onde africanos, indígenas e europeus colaboraram para esta construção da cultura na música brasileira.

Este quadro da música que conta uma história foi relevante para este trabalho em razão de notarmos que quando a fala surge pelo cantor regional, que escreve e vive na região, esta construção do saber histórico é diferente, pois o imaginário do Amazonas é definido como algo longe da realidade social do país, como se o povo não contribuísse para esta construção de saberes, a exemplo disso, a música Cabanagem de Nicolas Jr, como já citado, traz uma referência deste acontecimento importante através da perspectiva do compositor que tem origens no Norte. Esta percepção importa, pois temos como objetivo apontar o uso destas canções como fontes didáticas, analisar junto aos alunos as determinadas intenções, de ressaltar o outro lado da História, este que engrandece a participação do povo na história e que exalta a Cabanagem como grande insurreição que aconteceu no Império, por exemplo.

Ademais, refletimos neste trabalho sobre o papel da música dentro da História, sua contribuição como fonte, a construção de como analisar as diversas partes que estão descritas dentro de uma composição musical. Buscar analisar aspectos para além da letra escrita, a construção de uma canção é realizada não apenas pela escrita, mas o contexto político e social, o tom da voz, o ritmo, como o compositor se põe como um sujeito que não apenas escreveu, mas que vivenciou o que a canção retrata; estas características são relevantes para entendermos o papel da música como fonte histórica.

Por fim, a compreensão que obtemos através de leituras sobre esta abordagem musical é de que a ferramenta musical, especialmente a popular, demonstra significativo valor na vida de uma comunidade, o contato com a música sempre fora marcante, integra eventos de uma cidade, retrata a história local, reúne pessoas para a luta contra o aumento do preço do pão na França do século XVIII, contribui para dar forças para os escravos africanos conseguirem trabalhar; temos como objetivo não somente mostrar aos jovens estudantes o valor da música em suas próprias experiências de vida, mas



desejamos que estes sujeitos se conectem com a História local e com a identidade que é contada, ou melhor, cantada numa canção, e isso, nós buscamos retratar neste trabalho através da música amazonense.

Data de Submissão: 23/09/2022

Data de Aceite: 21/11/2022

Referências

CABANAGEM, 2018. (3min05) Publicado pelo canal: Nicolas Jr. Disponível em: <https://youtu.be/KSH4hmHq6aY>. Acesso em: 20 nov. 2022.

DA CANOA AOS CORONÉIS, 2018. (3min20). Publicado pelo canal: Nicolas Jr. Disponível em: <https://youtu.be/3ze-a7iHEe4>. Acesso em: 20 nov. 2022.

DO PAÍS DAS CANELAS AO REINO DAS ICAMIABAS, 2018. (3min13). Publicado pelo canal: Nicolas Jr. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QvrRDz59jNY>. Acesso em: 20 nov. 2022.

DIVINA COMÉDIA CABOCLA, 2021. (3min30). Publicado pelo canal: Nicolas Jr. Disponível em: <https://youtu.be/K7NwKv2zK08>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MANAUS MORENA, 2018. (3min24). Publicado pelo canal: Nicolas Jr. Disponível em: <https://youtu.be/pzzZDbeLPNs>. Acesso em: 20 nov. 2022.

O AMAZONÊS, 2018. (3min37). Publicado pelo canal: Nicolas Jr. Disponível em: <https://youtu.be/KM0IE2zXUew>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FEIRA DA PANAI, 2018. (2min55). Publicado pelo canal: Nicolas Jr. Disponível em: <https://youtu.be/sBugPiEYbt4>. Acesso em: 20 nov. 2022.

GUERREIROS DA AMAZÔNIA, 2018. (5min01). Publicado pelo canal: Nicolas Jr. Disponível em: <https://youtu.be/-WjIYNq-aNo>. Acesso em: 20 nov. 2022.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. 2º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Coronavírus: Tudo sobre o Covid-19. **G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

NAPOLITANO, M. A história depois do papel. *In*: PINSKY, C. B. (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 235-289.

GODOI, Luis Rodrigo. **A importância da música na educação infantil**. 2011. Trabalho de conclusão do curso (Bacharelado em Pedagogia) - Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2011.

PESSOA, Alba Barbosa. **Pequenos construtores da nação:** disciplinarização da infância na cidade de Manaus (1930-1945). 285 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

VALE, Maria do Carmo do. Povos indígenas no Brasil - Waimiri Atroari. **Socioambiental**, 2002. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Waimiri_Atroari#Waimiri_Atroari.2C_o_povo_Kinja/. Acesso em: 13 nov. 2021



A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA ANTES E DEPOIS DO GOLPE MILITAR DE 1964: CENÁRIOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

MORAL AND CIVIC EDUCATION BEFORE AND AFTER THE MILITARY COUP OF 1964: SCENARIOS OF BRAZILIAN PUBLIC EDUCATION



CAIO CORRÊA DEROSI¹⁰⁰

Resumo

Partindo-se de uma breve contextualização acerca das contribuições da História Cultural para História da Educação, bem como dos elementos do estudo das disciplinas escolares e dos marcos legais relativos à Educação Moral e Cívica (EMC), o presente texto, de abordagem qualitativa e de naturezas bibliográfica e documental, propõe compreender e analisar os percursos da EMC como instrumento para os cidadãos em um modelo de controle disciplinar e desenvolvimento preconizados pelo Estado, a partir das pesquisas da literatura especializada e de fontes de cunho legal. Para além das palavras iniciais e das considerações finais, o texto conta com duas seções: a primeira tece considerações acerca da EMC e de suas configurações de forma anterior ao golpe e a segunda com as perspectivas até o ano de 1971, com a Lei nº 5.692. Destarte em ambos recortes cronológicos constata-se que o poderio se utilizou de uma série de estratégias ideológicas, permeando instituições, discursos e mídias, com o objetivo de fazer a população seguir os itinerários oficiais de patriotismo, civismo e obediência às leis. Portanto, a EMC cumpriu um papel importante para o desenvolvimento obrigatório de tais ideais no ambiente escolar e social, contribuindo com o arrefecimento do pretenso perigo das ações entendidas como inadequadas à ordem preestabelecida.

Palavras-chave: Controle; disciplina; educação; Educação Moral e Cívica; História da Educação

Abstract

Starting from a brief contextualization about the contributions of cultural history to the history of education, as well as the elements of the study of school disciplines and legal frameworks related to Moral and Civic Education (EMC), this text, of qualitative approach and bibliographic and documentary natures, proposes to understand and analyze the paths of EMC as an instrument for citizens in a model of disciplinary control and development advocated by the State, from the research of specialized literature and sources of legal nature. In addition to the initial words and final considerations, the text has two sections: the first weaves considerations about EMC and its configurations before the coup and the second with the prospects until the year 1971, with Law No. 5,692. Thus, in both chronological areas, it is observed that the power was used in a series of ideological strategies, permeating institutions, discourses and media, with the objective of making the population follow the official itineraries of patriotism, civility and obedience to laws. Therefore, EMC has played an important role in the mandatory development of such ideals in the school and social environment, contributing to the cooling of the alleged danger of actions understood as inadequate to the pre-established order.

Keywords: Control; discipline; education; Moral and Civic Education; History of Education.

¹⁰⁰ Mestre (2021) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa (UFV), na Linha de pesquisa 1: Educação Pública: Sujeitos e Práticas. E-mail: derossi.caio@gmail.com.



Contributos da História Cultural para o campo da História da Educação e as produções acerca da disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC)

O campo de pesquisas de História da Educação como conhecemos na sua configuração atual surge ao final do século XIX, com a criação de uma disciplina homônima, nos cursos que formavam professores e, portanto, fora da área da História, embora se utilize do aparato teórico-metodológico dos estudos históricos, principalmente do seu ramo Cultural. Lopes e Galvão (2005) retratam que a História Cultural legou à História da Educação um horizonte ampliado para realizar o trabalho com as fontes, em acordo com o destaque de Reis (1996) que afirma que a Nova História Cultural pelo seu caráter interdisciplinar e dialógico, abriu uma série de vertentes para os estudos. Cumpre ressaltar, que conforme analisado por Burke (2010), essa concepção de intercâmbio entre as Ciências Humanas e Sociais e a História, uma das marcas da História Cultural, já está presente nos trabalhos de pesquisadores como Leopold Von Ranke, Jacob Burckhardt, e ganha com a escola francesa dos *Annales* uma ressignificação, propondo uma História mais ampla, distinta do enfoque político preconizado anteriormente. O presente trabalho se inspira em movimentos realizados por Evangelista (2018) para a produção do texto.

Assim, Lopes e Galvão (2005) apontam que a História Cultural influenciou os pesquisadores da História da Educação para investigar cenários como a imprensa, os currículos, as disciplinas, os cotidianos, os sujeitos, os livros didáticos, dentre outros elementos da cultura, enfocando um olhar crítico às fontes históricas. Na mesma perspectiva, Souza Júnior e Galvão (2005) destacam a emergência dos estudos acerca das disciplinas escolares, como uma possibilidade aberta pela História Cultural, entendendo as idiossincrasias da instituição escolar e da sociedade em determinada época, em um exercício crítico de análise da (re)produção do controle, do poder, da ideologia e da cultura. Logo, Pinto (2014) afirma que o estudo das disciplinas escolares, por meio de diversas fontes dos registros escolares, possibilita ao investigador refletir sobre os cotidianos, os currículos, as reformas educativas e as práticas pedagógicas.

Desse modo, para Bittencourt (2003) a emergência dos estudos sobre as disciplinas escolares se deve por um duplo movimento ocorrido entre os anos de 1970 e 1980: o primeiro de renovação e de crítica aos modos de produção científica e o segundo pelas mudanças curriculares, que vão possibilitar que as matérias sejam entendidas como objetos de estudo das práticas, das culturas e das relações com a sociedade. Assim, concorda-se com Goodson (2008) que as disciplinas escolares



guardam os interesses de uma sociedade, corroborando com o que fora demarcado por Chervel (1990), que as investigações sobre as matérias que compõem os currículos, refletem as determinações do Estado, das legislações e das próprias instituições educativas. Vale ressaltar, que embora a temática permeie os currículos e a disciplina de EMC, o presente texto não se compromete nem objetiva uma discussão própria do campo curricular.

Para Chervel (1990), por mais que os professores articulem de modo variado e ressaltando os aspectos locais, a escola é um espaço de reprodução de normas e regras, que encontram nas disciplinas, uma forma de transmitir certo itinerário preconizado pelo Estado e pelas leis. Para Julia (2001), as pesquisas no campo da cultura escolar se desenvolvem de forma crescente no ramo historiográfico, justamente por analisar e compreender contornos locais das normas, das práticas e das finalidades educativas, reendossando que o espaço escolar e seu currículo, não podem ser dissociados das relações sociais e subjetivas dos indivíduos.

Dessa mesma forma, Chervel (1990) ressalta que a produção da cultura escolar, que ocorre no espaço interno à escola, não diz respeito apenas a uma questão educativa, mas sim, a um entendimento social que deveria ser transmitido às massas. Portanto, na esteira das contribuições de Chervel (1990), refletir sobre a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC), contribui para que sejam analisadas as finalidades educativas e legais do componente curricular, à luz dos interesses da ditadura civil-militar.

Vale ressaltar que existem uma série de publicações e de pesquisas acerca da disciplina de EMC, versando sobre diferentes aspectos de sua implementação, a partir de distintas lentes teóricas, das quais destacamos Filgueiras (2006a), Abreu (2008), Pelegrini (2011) e Baía Horta (2012), entre outras que poderiam ser citadas. É interessante pensar também na trajetória da disciplina durante a Primeira República até o período do regime civil-militar, na relação entre as disposições legais, no âmbito federal e estadual, com enfoque para Minas Gerais. Os dados reproduzidos são dos trabalhos dos quatro autores supracitados. A escolha pelo ano de 1971 marca o final do recorte temporal trabalhado. Assim, do período de 1892 a 1971, três reformas estaduais versaram sobre o ensino da EMC. A Reforma Afonso Pena, de 1892, que tornava a disciplina obrigatória para a Escola Normal; em 1899, a Reforma Silviano Brandão, incluía a EMC e a leitura das constituições no Ensino Primário; e a Reforma João Pinheiro, em 1906, ratificava a relevância com os objetivos explícitos do ensino da EMC no segmento primário de ensino. Vale ainda o destaque que a seleção pelo estado



de Minas Gerais, corresponde a um recorte próprio da origem e da unidade federativa da instituição a qual os autores estão vinculados.

Já no âmbito federal, destacam-se as seguintes Reformas: a Rocha Vaz, de 1925, que colocou a EMC como disciplina obrigatória para o Ensino Primário e como matéria obrigatória para o exame de admissão ao curso Secundário e a Francisco Campos, que troca a EMC pelo Ensino Religioso. Em 1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, retorna com a EMC para o segmento, sem um programa específico, pautando que ela fosse presente no cotidiano escolar. O Decreto-Lei nº 50.505 de 1961, propunha atividades de EMC em todos os graus e tipos de estabelecimentos de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases de 1961, Lei nº 4.024, entendia que a EMC deveria permear toda a escolarização, sem, contudo, ser uma disciplina específica. Em 1964, o Parecer nº 117, reestabeleceu a EMC como obrigatória no Ensino Secundário. O Decreto nº 58.023 de 1966, instituiu o Setor de Educação Cívica, com o intuito de estimular o civismo nos estudantes e na sociedade em geral. Em 1969, pela força do Decreto nº 869, é colocada como disciplina e prática educativa obrigatória em todos os segmentos do ensino público e privado do país. E em 1971 temos duas normativas legais: o Decreto nº 68.065 e a Lei nº 5.692, sendo o primeiro responsável pela regulamentação do Decreto nº 869 e a segunda por ratificar a EMC nos currículos de todos os níveis e instituições de ensino.

Cumprir destacar que durante o texto, de formas implícita e explícita, são mobilizados os conceitos de campo e de *habitus*, de Bourdieu (2004; 2009). O primeiro referido, por vezes como campo de pesquisa e/ou campo político, econômico, faz menção a um espaço autônomo, que produz e é produtor de regramentos simbólicos, próprios de seus participantes, evidenciando os acordos, comportamentos e ações priorizadas por eles. Nesse sentido, entende-se aqui que o campo educacional, que corresponde ao nicho de inserção da temática, é entendido a partir da heteronomia, uma vez que é considerado menos autônomo, mais fraco, quando comparado a outros campos, como o da religião, o da política, o da economia, por exemplo. Historicamente, como pode ser observado durante o texto, nota-se a sobreposição dos interesses de campos mais autônomos frente ao educacional. Isso propõe uma reflexão quanto as demandas postas por tais grupos, e o compromisso de defesa em prol da educação pública.

Já a categoria de *habitus*, de modo geral, refere-se a um conjunto de práticas, de apropriações e de ações que são percebidas e experimentadas, de acordo com as



conjunturas do campo, que socializam subjetividades. Nesse caso, como supracitado, que os campos autônomos sobrepõem seus interesses frente aos heterônomos, no caso, o educacional, percebe-se que a democracia não era um *habitus* no Brasil, tendo em vista, no exemplo da EMC e do golpe civil-militar, a priorização do controle, da violência, da censura e dos interesses de elites político-econômicas em detrimento da formação integral e holística dos sujeitos. Portanto, nota-se a influência de pressupostos de outros campos na área educacional, orientando um *habitus* de controle e de patriotismo, próprios da ditadura, nos cidadãos.

Realizado este breve balanço que apontou as contribuições da História Cultural para História da Educação, bem como elementos do estudo das disciplinas escolares e dos marcos legais relativos à EMC, o presente texto, de abordagem qualitativa e de naturezas bibliográfica e documental, propõe compreender e analisar os percursos da EMC como instrumento para os cidadãos em um modelo de controle disciplinar e desenvolvimento preconizados pelo Estado, a partir das pesquisas da literatura especializada e de fontes de cunho legal. Assim, excetuando-se as palavras iniciais e a considerações finais, o texto é dividido em duas seções: a primeira tece considerações acerca da EMC e de suas configurações de forma anterior ao golpe e a segunda com as perspectivas até o ano de 1971, com a Lei nº 5.692.

O texto ainda representa um esforço de resistência frente ao contexto que vivemos, de mais de meio milhão de vidas perdidas, em um contexto pandêmico e de ingerência governamental. Ainda, a produção ganha cores locais mais destacadas, em um período, que de forma assombrosa, emergem debates que dão novos significados e apropriações, deturpadas e correspondentes a interesses de uma elite político-econômica, ao discurso nacionalista, patriota e de moral religiosa. Logo, propor esta análise, produzida em contexto remoto, é marcar uma posição contrária aos cortes e aos ataques ao setor educacional, marcando nossa defesa pela educação pública, laica, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

A EMC da Primeira República ao golpe militar de 1964

A formação cívica dos cidadãos era uma tônica desde o início da república brasileira, em razão de uma noção de desenvolvimento da nação. Assim, a instituição escolar foi uma das principais responsáveis por disseminar valores republicanos pautados na modernidade, na racionalidade, na urbanização e na cientificidade. Nesse sentido, Bomeny (2011) afirma que o projeto de educação nacional



[...] fomentaria o sentimento de amor à pátria, criando um sentido de pertencimento. Educação porque por ela se recebe e se transmite noções de conduta moral, de solidariedade e de compromisso; nacional porque é concentrada no que é nosso, nossa terra, nossos costumes, nossa pátria (BOMENY, 2011, p. 183).

A autora (2011) sinaliza que o projeto de educação republicana visava à formação de um homem moderno, no qual encontrava na EMC subsídios para formar os sujeitos e ser conteúdo transversal e necessário na universalização da educação escolar na república. No mesmo sentido, Abreu (2008) ressalta que a EMC sediou os projetos educativos e de sociedade anteriores ao regime civil-militar, já que

[...] a Instrução Moral e Cívica era obrigatória nos programas da Escola Normal de acordo com a reforma Afonso Pena, de 1892. Já no ensino primário, a “Educação Moral e Cívica e leitura da Constituição Federal e do Estado de Minas” fez parte do currículo previsto na reforma Silvano Brandão, de 1899. Em 1906, o Decreto nº 1947 de 30 de setembro, também conhecido como reforma João Pinheiro, explicitou os objetivos da instrução Moral e Cívica para o ensino primário (ABREU, 2008, p. 44).

De acordo com Abreu (2008), a disciplina de EMC se modificou ao longo do tempo em razão dos interesses do Estado, das configurações sociais e dos próprios entendimentos acerca da cidadania. No caso, o interesse acerca da EMC no início da república era de formação de um cidadão moderno, que replicaria o que fora aprendido na escola nas outras esferas relacionais. Nessa perspectiva, Foucault (2014, p. 167) afirmou que “A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”. Portanto, a EMC pode ser considerada um instrumento de controle, que molda as práticas dos sujeitos.

O hino, os desfiles, os juramentos e o hasteamento da bandeira submetem e produzem corpos e consciências nacionalistas, como destaca Baia Horta (2012). O autor (2012) trata da Reforma Rocha Vaz, de 1925, ocorrida no governo Arthur Bernardes (1922-1926), que introduziu a EMC nos Ensinos Primário e Secundário, marcavam para Baia Horta (2012), a posição central da moralidade e do civismo para a formação do cidadão. Filgueiras (2006) destaca que a EMC no contexto republicano reforçou o local da escola como formadora da civilidade, da ciência e do trabalho, marcando uma separação entre o Estado e a Igreja. Mas, a instituição religiosa se articulou para continuar tendo influência na educação escolar e na política, a exemplo dos debates propostos por Alceu Amoroso Lima, na década de 1930, por exemplo.



Nessa mesma época, quando Francisco Campos ocupava o cargo de ministro da Educação e Saúde Pública, entre 1931 e 1932, ocorre a troca da EMC pelo Ensino Religioso, sob a égide de questões pedagógicas, entretanto, Baia Horta (2012, p. 125) destaca que na verdade a mudança devia-se a um posicionamento de Campos, já que “[...] com efeito, a instrução cívica anterior a 1930 estava preocupada em acentuar os direitos e deveres civis e políticos do cidadão e em fazer conhecida a organização política do país que Vargas e Campos pretendiam mudar”. Logo, percebe-se em Campos duas premissas: a primeira referente a um paralelismo entre o ensino da moral e a doutrina religiosa católica; e a segunda, que demonstra que para o ministro, a EMC deveria ser difundida no cotidiano escolar como um todo, sem a necessidade de uma disciplina específica.

Este contexto de inserção do Ensino Religioso e da difusão transversal da EMC no currículo, mesmo que não havendo uma disciplina específica, pode ser entendida à luz de Foucault (2014), como uma prática cotidiana de controle, que molda e treina os sujeitos, para que no caso, eles assumam e representem o patriotismo, a moralidade e o civismo. A EMC volta a ser pauta das discussões em 1937 com os debates acerca do Plano Nacional de Educação, tendo preponderância a influência católica, representada por Alceu Amoroso Lima e Leonel Franca. Esses entendimentos podem ser notados no currículo, que enfoca princípios dogmáticos da moral, das virtudes católicas e ideias consideradas positivistas da história, como o estudo das biografias de figuras políticas consideradas de destaque. Na parte relacionada à educação cívica, Baia Horta (2012) elenca que eram realizadas visitas a museus, monumentos e instituições para fomentar o patriotismo e a noção de cidadania preconizada na época. O autor (2012) destaca que mesmo o projeto tendo sido encaminhado pelo ministro Gustavo Capanema (1934-1945) ao presidente Getúlio Vargas (1930-1945) e a Câmara dos Deputados ter organizado uma comissão especial para a análise do Plano Nacional de Educação, com o golpe do Estado Novo, em 1937, e o posterior fechamento do Congresso, o projeto que envolvia a EMC não progrediu.

É com o Decreto-Lei nº 4.244 de 1942, que versava sobre a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que a EMC retorna aos debates, sendo preconizada e perpassada por todo o cotidiano escolar, mesmo sem ter um programa específico. Cumpre destacar que a Lei Orgânica do Ensino Primário, do ano de 1946, não trata da EMC. Sem alterações substantivas nos períodos que seguem, é no governo de Jânio Quadros (1961), a partir do Decreto nº 50.505 de 1961, que se institui práticas extracurriculares de moral e



cívica, em todos os estabelecimentos de ensino de todos os graus. No segundo artigo do referido Decreto (BRASIL, 1961a), algumas atividades são indicadas:

- Art. 2º - As atividades extraescolares de natureza moral e cívica, compreenderão, entre outras de carácter facultativo:
- I – hasteamento do Pavilhão Nacional, com a presença do corpo discente e antes do início dos trabalhos escolares semanais;
 - II – execução do Hino Nacional, do Hino à Bandeira e de outros que sejam expressão coletiva das tradições do país e das conquistas de seu progresso;
 - III – comemoração de datas cívicas;
 - IV – estudo e divulgação da biografia e da importância histórica das personalidades de marcada influência na formação da nacionalidade brasileira;
 - V – ensino do desenho da Bandeira Nacional e do canto do Hino Nacional;
 - VI – divulgação de dados básicos relativos à realidade econômica e social do país;
 - VII – divulgação dos princípios essenciais de uma educação para o desenvolvimento nacional;
 - VIII – difusão de conhecimentos básicos concernentes da posição internacional do país e ao seu progresso comparado;
 - IX – divulgação dos princípios fundamentais da Constituição Federal, dos valores que a informa, e dos direitos e garantias individuais.

O Decreto não institui a EMC como disciplina, mas como uma prática obrigatória que permeia o cotidiano escolar e que oferece, entre outras sugestões, atividades que podem ser realizadas. Assim, compreende-se que os preceitos da moral e do civismo eram preconizados como uma forma de controle da população, de manutenção do discurso governamental hegemônico e da contenção dos pretensos perigos gerados pelo comunismo. Para Cunha (2007, p. 295-296) “As finalidades da Educação Moral e Cívica representavam uma sólida fusão do pensamento reacionário, do catolicismo conservador e da doutrina de segurança nacional, conforme era concebida pela Escola Superior de Guerra”.

A LDB de 1961, Lei nº 4.024, mantém a EMC como transversal em todo cotidiano escolar, sem contudo, instituí-la como uma disciplina com programa pré-determinado. É na LDB de 1961 que se cria o Conselho Federal de Educação (CFE), homologado em 1962, pelo governo João Goulart (1961-1964). Para Filgueiras (2006), a EMC passou no período a ser uma prática educativa a nível federal, em razão da proposição do CFE. Porém, com o golpe civil-militar de 1964, as disposições do CFE foram revistas, uma vez que o governo pretendia colocar a EMC como disciplina obrigatória, para divulgar as convicções da Ideologia de Segurança Nacional, bem como realizar o controle da população em geral, especialmente daqueles considerados subversivos.

A EMC de 1964 a lei Nº 5.692/1971



As leis, decretos e reformas produzidas na/pela ditadura civil-militar tinham o objetivo de controlar a população e divulgar os entendimentos preconizados acerca de como deveria ser a vida social, política, cultural, econômica e educacional. Assim, no campo educativo, a EMC representa uma disposição em prol da ordem e do civismo colocados como princípio pelo regime civil-militar. Nesse sentido, Nunes e Rezende (2008, p. 2) afirmam que “[...] desejava-se moldar comportamentos e convencer os alunos acerca das benesses do regime para que estes contribuíssem com a manutenção do regime”. Assim, entende-se que este cenário se configura como ações e práticas de um controle disciplinar, entendido por Foucault (2014) como:

[...] a disciplina faz crescer a habilidade de cada um, coordena essas habilidades, acelera os movimentos, multiplica a potência de fogo, alarga as frentes de ataque sem lhes diminuir o vigor, aumenta as capacidades de resistência etc. A disciplina de oficina, sem deixar de ser uma maneira de fazer respeitar os regulamentos e as autoridades, de impedir os roubos ou a dissipação, tende a fazer crescer as aptidões, as velocidades, os rendimentos e portanto os lucros; ela continua a moralizar as condutas, mas cada vez mais ela modela os comportamentos e faz os corpos entrarem numa máquina, as forças numa economia (FOUCAULT, 2014, p. 203).

Nesse sentido, o controle disciplinar era uma forma de buscar a homogeneização da população a partir dos princípios de desenvolvimento econômico preconizados pela ditadura, que apregoava a formação de mão de obra minimamente formada para garantir os interesses do capital, bem como assegurar uma forma de alienação dos trabalhadores ao contexto social vivido, como modo que eles não se envolvessem em movimentos considerados subversivos. Pelegrini (2011) ainda afirma que as mudanças no campo educacional pós-golpe de 1964, subsidiados por leis, decretos e reformas, impactaram todos os segmentos da educação, uma vez que atingiam o funcionamento da escola. Nessa lógica de mudanças, podemos relacionar que elas dialogam com a perspectiva foucaultiana de reforma, já que evidenciam uma articulação do poder em prol da segregação e do punir. Para Foucault (2014):

O verdadeiro objetivo da reforma, e isso desde suas formulações mais gerais, não é tanto fundar um novo direito de punir a partir de princípios mais equitativos; mas estabelecer uma nova “economia” do poder de castigar, assegurar uma melhor distribuição dele, fazer com que não fique concentrado demais em alguns pontos privilegiados, nem partilhado demais entre instâncias que se opõem; que seja repartido em círculos homogêneos que possam ser exercidos em toda parte, de maneira contínua e até o mais fino grão do corpo social (FOUCAULT, 2014, p. 80).

Desse modo, percebe-se que o governo se utilizou de uma série de estratégias ideológicas, permeando instituições, discursos e mídias, com o objetivo de fazer a



população seguir os itinerários oficiais de patriotismo, civismo e obediência às leis. Portanto, a EMC cumpriu um papel importante para o desenvolvimento obrigatório de tais ideais no ambiente escolar e social, contribuindo com o arrefecimento do perigo das ações entendidas como delinquentes e subversivas.

Assim, Filgueiras (2007) compreende que os debates acerca da EMC no contexto pós-golpe de 1964, indicaram a disciplina como um dispositivo de poder que veiculasse as ideias do regime nas escolas e, por conseguinte, na sociedade. Tanto que no ano de 1964, pela força do Parecer nº 117 do CFE, a EMC volta como disciplina para o ensino secundário, atendendo ao pedido de organizações da sociedade civil, que lançavam a educação moral e cívica como uma solução para a formação dos jovens e para o combate ao comunismo. E, uma vez que, entendemos a escola como instituição própria de uma sociedade, as reverberações da EMC não se restringiam aos muros da escola, já que as práticas dos desfiles escolares, comemorações cívicas e de efemérides ligadas à pátria, denotam a relevância de tais representações sociais, bem como a presença da sociedade civil e das distintas autoridades em tais eventos.

Filgueiras (2007) ainda indica que o então Ministro da Guerra, General Costa e Silva (1964-1966), lança um manifesto em 1965, que pauta, entre outros aspectos, a centralidade da EMC como um dispositivo para a segurança nacional. Dessa forma, “[...] as crianças teriam sua personalidade formada desde cedo, de maneira a prepará-las contra a propaganda subversiva, quando viessem a tornarem-se adolescentes” (FILGUEIRAS, 2007, p. 3). Seguindo tal perspectiva, o presidente Marechal Humberto Castelo Branco (1964-1967) cria o Setor de Educação Cívica, que pertencia ao Departamento Nacional de Educação (DNE), pela força do Decreto nº 58.023 de 1966 (BRASIL, 1966), que tratava da Educação Cívica em todo território nacional e que trazia como objetivos:

Art. 2º A educação cívica visa a formar nos educandos e no povo em geral o sentimento de apreço à Pátria, de respeito às instituições, de fortalecimento da família, de obediência à Lei, de fidelidade no trabalho e de integração na comunidade, de tal forma que todos se tornem, em clima de liberdade e responsabilidade, de cooperação e solidariedade humanas, cidadãos sinceros, convictos e fiéis no cumprimento de seus deveres.

Art. 3º A formação cívica processa-se obrigatoriamente na escola, como prática educativa, mediante atitudes frequentes que lhe assegurem a continuidade e contribuam para a consolidação dos hábitos e ideais que ela colima. Deve ser praticada em todos os graus de ensino e ser preocupação dos professores em geral e, especialmente, daqueles que, em virtude de suas áreas de ensino, tenham com ela conexão, como linguagem, geografia, história, música, educação física e desportos, artes plásticas, artes industriais, teatro escolar, recreação.



O Decreto pautava a responsabilidade de todos em prol do desenvolvimento do país, bem como, que a prática do civismo e do patriotismo fosse difundida nas escolas e por toda comunidade escolar. Filgueiras (2006a, p. 43-44) narra que em 1968, o General Moacir Araújo Lopes organizou um concurso para a formação de um guia voltado para a EMC no ensino secundário, que deveria ter como pilares “[...] Religião, Família, Justiça, Escola e Forças Armadas e a responsabilidade de todas as pessoas com a Segurança Nacional”. Filgueiras (2007) ainda destaca as demais discussões acerca da EMC. Em 1969, foi aprovado pela Câmara dos Deputados, a partir do Parecer nº 3, o Anteprojeto da Educação Moral e Cívica, que retornava em todos os estabelecimentos e níveis, o ensino de EMC. Também em 1969, sob responsabilidade de uma Junta Militar, o Decreto-Lei nº 869, instituía a EMC como disciplina e prática educativa obrigatórias em todas as escolas do país. Sobre o Decreto-Lei nº 869/1969 (BRASIL, 1969b), o artigo 2º dispunha como objetivos da disciplina:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do país;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Pelegri (2011) destaca que as normativas legais pretendiam pautar os valores éticos, morais e de desenvolvimento econômico preconizados pelos militares, fazendo com que os cidadãos confirmassem e participassem do projeto positivista e de desenvolvimento econômico do regime. Para a autora (2011):

Nesse sentido, a disciplina de Educação Moral e Cívica serviu às finalidades do modelo societário proposto naquele momento histórico específico. Dessa forma, utilizou as concepções que foram baseadas na doutrina de Segurança Nacional e buscavam difundir um papel moralizador e ideológico a partir da escola. A educação passou a ser vista como uma instituição privilegiada para formar o cidadão ajustado e disciplinado, adequado aos preceitos dos governos militares. Para realizar esta disciplinarização, as disciplinas e os conteúdos escolares foram utilizados



como instrumentos de disseminação desse ideário (PELEGRINI, 2011, p. 51).

É importante marcar que, como já destacado anteriormente, que as pautas relativas à EMC, impactaram não somente o espaço escolar, mas como também as esferas privadas, já que além de entendimentos públicos acerca do civismo e do patriotismo, estava em voga um conjunto de condutas que diziam e deveriam ser chanceladas pela estrutura familiar, de sobremaneira, aquela pertencente e representativa das camadas médias da sociedade.

Vale ainda ressaltar que o Decreto-Lei nº 869/1969 cria a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMV), que fora a responsável pela regulamentação do referido texto legal. A CNMV depois de 16 meses de debates, lança o Decreto nº 68.065 de 1971 (BRASIL, 1971a), que atribui como responsabilidades da Comissão:

Art. 10º. São atribuições da CNMC:

- a) implantar e manter a doutrina da Educação Moral e Cívica, de acordo com os princípios estabelecidos no Art. 3º, articulando-se para esse fim, com as autoridades civis e militares, de todos os níveis de governo;
- b) colaborar com o Conselho Federal de Educação na elaboração dos currículos e programas básicos de Educação Moral e Cívica;
- c) fixar medidas específicas no referente à Educação Moral e Cívica extraescolar;
- d) estimular a realização de solenidades cívicas ou promovê-las, sempre que necessário;
- e) colaborar com as organizações sindicais de todos os graus para desenvolver e intensificar as suas atividades relacionadas com a Educação Moral e Cívica;
- f) influenciar e convocar à cooperação, para servir aos objetivos da Educação Moral e Cívica as instituições e órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultural, inclusive jornais, revistas, teatro, cinema, estações de rádio e de televisão entidades esportivas, de recreação, de classe e de órgãos profissionais;
- g) assessorar o Ministro de Estado da Educação e Cultura na aprovação dos livros didáticos do ponto-de-vista de moral e civismo;
- h) colaborar com os demais órgãos do Ministério da Educação e Cultura na execução das providências e iniciativas que se fizerem necessárias para o cumprimento deste Regulamento;
- i) articular-se com as autoridades responsáveis pela censura no âmbito federal e estadual, tendo em vista a influência da educação assistemática sobre a formação moral e cívica;
- j) promover o conhecimento do Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969 e deste Regulamento por meio de publicações e impressos, notícias e artigos em jornais, revistas, rádio, televisão e por palestras;
 - l) sugerir providência para a publicação de livros, fascículos, impressos, cartazes ou cartazes de difusão adequada das bases filosófico-democrático-constitucionais prescritas no Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, e neste Regulamento, bem como de trabalho de fundo moral e cívico;
 - m) expedir, sob forma de resolução, instruções, pareceres e outros provimentos necessários ao perfeito cumprimento do Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, e deste Regulamento.



A legislação sinaliza que a CNMV foi criada com o intuito de divulgar a obrigatoriedade da EMC, bem como, integrar na sociedade as disposições cívicas e patrióticas da disciplina na sociedade como um todo, fazendo com que as práticas de controle apregoadas pela ditadura fossem efetivadas. O mesmo texto legal (BRASIL, 1971a) que regulamentou e pautou o regramento do Decreto-Lei nº 869/1969, traz em seu artigo sétimo, que o papel da EMC nas instituições escolares:

Art. 7º. O Conselho Federal de Educação, com a colaboração da Comissão Nacional de Moral e Civismo, elaborará os currículos e programas básicos para diferentes cursos e áreas de ensino, com as respectivas metodologias e determinações mínimas pelas séries das atividades de Educação Moral e Cívica, levando em conta:

- a) a disciplina Educação Moral e Cívica deverá integrar o currículo de, ao menos, uma das séries de cada ciclo do ensino de grau médio e de uma série do curso primário;
- b) no educandário em que “Organização Social e Política Brasileira” não constar do currículo de acordo com a Indicação nº 1 do Conselho Federal de Educação ou com disposições análogas do Conselho Estadual competente, o seu conteúdo será ministrado obrigatoriamente como parte integrante da Educação Moral e Cívica na 4ª série do 1º ciclo e em uma das séries do 2º ciclo, sem substituir o que dispõe a alínea anterior;
- c) a Educação Moral e Cívica como prática educativa deverá ser ministrada, ao menos, nas séries dos cursos primários e médios não integrados, pela disciplina Educação Moral e Cívica ou Organização Social e Política Brasileira;
- d) a Educação Moral e Cívica deverá constituir preocupação geral da escola, merecendo o cuidado dos professores em geral e, especialmente, daqueles cujas áreas de ensino tenham com ela conexão, como: Religião, Filosofia, Português e Literatura, Geografia, Música, Educação Física, e Desportos, Artes Plásticas, Artes Industriais, Teatro Escolar, Recreação e Jornalismo.

O Decreto nº 68.065 de 1971, em razão da criação da CNMV, acabou reendossando e acrescentando alguns pontos ao Decreto-lei nº 869/1969, ratificando as funções da Comissão, bem como da obrigatoriedade e das adequações da EMC em cada nível de ensino. Nesse sentido, Filgueiras (2007) afirma que a Educação Moral e Cívica foi um ponto essencial da reestruturação do ensino empreendida pela ditadura, no sentido que coadunou práticas religiosas, moralizantes, cívicas, patrióticas e de desenvolvimento, direcionadas para o controle e para a formação do trabalhador, que eram preconizadas pelo regime civil-militar.

Com a Lei 5.692 de 1971, a EMC foi chancelada nos currículos dos 1º e 2º graus em todos os estabelecimentos escolares do país, tendo o seu artigo sétimo (BRASIL, 1971b) esclarecendo que “será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969”. A mesma Lei (BRASIL, 1971b) ainda



reendossa o controle disciplinar, a partir de uma lógica da preparação dos sujeitos para o trabalho, como disposto no artigo quinto, parágrafo segundo:

§ 2º A parte de formação especial de currículo:

- a. terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;
- b. será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamento periodicamente renovados.

Dessa forma, a Lei nº 5.692/1971 se apropriou dos pressupostos da EMC, com relação aos princípios da moral religiosa, do civismo e do patriotismo em prol do desenvolvimento econômico do país e do controle da população. Assim, nas perspectivas de Abreu e Inácio Filho (2006), o espaço escolar é a ribalta para a transmissão dos valores preconizados pelo regime civil-militar. Assim, os autores (2006) afirmam que:

A escola era o centro das atividades cívicas, dela o civismo deveria irradiar para toda a comunidade; assim planejava o Estado. No entanto, não deixava essa missão somente para a escola, mobilizava também a imprensa e órgãos de movimentos sociais, como associações de bairros e sindicatos [...] (ABREU; INÁCIO FILHO, 2006, p. 133).

Logo, Abreu (2006) trata que a EMC fazia parte do projeto educacional da ditadura civil-militar, por contribuir e fomentar o ideário moralizante, patriótico e cívico em toda a população. Por conseguinte, tais práticas apregoavam a vigilância e o controle dos corpos dos sujeitos, se utilizando da instituição escolar para disciplinar as ações e pensamentos dos indivíduos. Em diálogo com essa visão, Foucault (2015) afirma sobre o controle disciplinar que

[...] a disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram está conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares (FOUCAULT, 2015, p. 182).

O diálogo com a perspectiva foucaultiana (2015) vai ao encontro do reconhecimento de entender a escola como uma instituição de controle e de difusão dos valores impostos pelo governo civil-militar. Assim, a vigilância e o medo que ronda a prática da punição, são as marcas do controle disciplinar. Por isso, Foucault (2015) a partir do estudo dos hospitais e das prisões, por exemplo, para mostrar que, nesse caso, a ditadura também buscou homogeneizar e controlar a população, encaminhando para o desenvolvimento econômico do país.



Abreu e Inácio Filho (2006) dispuseram que a EMC estava em acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, disseminando na escola e na sociedade os deveres patrióticos e cívicos. A formação preconizada para o professor era a de Estudos Sociais, e o docente era encarado como um técnico que transmitiria conteúdos consonantes aos prescritos pela Ideologia de Segurança Nacional, divulgadas enquanto disciplina e prática educativas.

Logo, entre rupturas e continuidades, a EMC ganhou cores locais relevantes no período da ditadura civil-militar, em razão do interesse de controle e da vigilância dos corpos. Por isso, Abreu e Inácio Filho (2006) afirmam que:

[...] as recomendações morais e cívicas eram enviadas para todo país, [...]. Mas, evidentemente cada estado ou região recebia essas recomendações de maneiras diferentes. Ou melhor, cada comunidade, cada escola, cada família, cada pessoa, certamente viam de diferentes maneiras o esforço patriótico do governo militar (ABREU; INÁCIO FILHO, 2006, p. 133).

Destarte, existe uma marcação dos valores patrióticos, cívicos e moralizantes para a escola, bem como, para a sociedade como um todo. Assim, são percebidas as ações do governo nas instituições, no caso específico, na escolar, em prol da divulgação e da conformação dos sujeitos para o atendimento dos interesses de desenvolvimento da ditadura.

Considerações finais

O texto apresenta os contributos da interlocução da História Cultural com a História da Educação, enfocando o campo de estudos das disciplinas escolares. Essa articulação entre as áreas de História e de Educação, contribuem para as pesquisas e as análises com relação aos discursos, relações e práticas. Desse modo, refletiu-se como a EMC contribuiu para a formação do cidadão e os interesses estatais pautados, desde o período da Primeira República, com o enfoque na ditadura civil-militar, marcando a emergência das ideias cívicas e religiosas na disciplina em questão, difundindo um sentido de ordem social dos militares.

Em relação aos percursos teórico-metodológicos, a pesquisa de abordagem qualitativa e de naturezas bibliográfica e documental, utilizou da literatura especializada e dos textos legais, como fontes para a investigação. A inspiração da História Cultural e da História da Educação, propõem uma leitura implicada e crítica das legislações, reconhecendo as relações entre as disciplinas, os currículos e os espaços escolares. Para



além disso, a discussão acerca das relações de poder e do controle no contexto ditatorial é observada a partir das lentes foucaultianas.

Com relação a LDB de 1961, ela já dispunha a EMC como processo educativo no ensino secundário e não como disciplina. A mesma legislação não dispôs referenciais para o ensino primário, e nos demais textos legais, a EMC ganha uma intervenção mais substantiva na educação nacional, principalmente no período da ditadura civil-militar. O artigo evidenciou que desde o início da República, a EMC já era pautada para a formação do cidadão, tendo no período do regime civil-militar o estreitamento dos interesses. O que estava em pauta era a valorização cívica, para o desenvolvimento econômico do país, e dos pressupostos da urbanização, da racionalidade e da ciência, registros da modernidade republicana.

A Educação Moral e Cívica serviria para a conformação dos cidadãos nos ideais do governo, evidenciando que o projeto da ditadura extrapolava o espaço escolar e impactava a sociedade civil e o espaço doméstico. Nesse sentido, as leis funcionaram com um dispositivo para manter o controle e forjar o consenso entre a população, como forma de frear o suposto avanço do ideário de esquerda. Em 1969, em razão do Decreto-Lei nº 869, a EMC volta com força aos debates, no sentido de sua presença obrigatória como disciplina, em todos os níveis de ensino.

O regime civil-militar defende um projeto educacional tecnicista, sem crítica social, voltado para a formação do trabalhador em acordo com os interesses do capital. Nessa perspectiva, os militares utilizaram das instituições, como no caso, a escola, para difundir os discursos ideológicos, preconizando as ideias de desenvolvimento do governo militar e contrário às práticas consideradas subversivas. Essa lógica é observada no Decreto-Lei nº 869/1969 quando no artigo segundo dispõe que “a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus” (BRASIL, 1969).

Logo, o trabalho buscou a partir de um balanço na literatura e nas legislações, compreender e analisar as perspectivas da disciplina de EMC antes e depois do golpe civil-militar de 1964. Destarte, pautou-se as relações da EMC com a sociedade, com a religião, com a educação e com o Estado.

Data de Submissão: 24/06/2022

Data de Aceite: 23/09/2022



Referências

ABREU, Vanessa K.; INÁCIO FILHO, Geraldo. A Educação Moral e Cívica – doutrina, disciplina e prática educativa. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas-SP, n. 24, p. 125-134, dez. 2006.

ABREU, Vanessa K. **A Educação Moral e Cívica: disciplina escolar e doutrina disciplinar – Minas Gerais (1969-1993)**. 2008. 102f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

BAIA HORTA, José Silvério. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. 2ª ed. rev. – Campinas: Autores Associados, 2012.

BITTENCOURT, Circe M. F. Disciplinas escolares: história e pesquisa. *In*: OLIVEIRA, Marcus A. T. de; RANZI, Serlei M. F. (orgs.). **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança paulista: EDUSF, 2003.

BOMENY, Helena. Moral, bons costumes e limites à participação cívica. **Desigualdades & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 181-192, ago./dez. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BRASIL. Lei Orgânica do Ensino Secundário. **Decreto-Lei nº 4.244**, de 9 de abril de 1942. Rio de Janeiro, 9 de abril de 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 50.505**, de 26 de abril de 1961a. Brasília (DF), em 26 de abril de 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50505-26-abril-1961-390388-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Brasília, 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.897**, de 09 de dezembro de 1965. Brasília, 9 de dezembro de 1965. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4897-9-dezembro-1965-368995-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 58.023**, de 21 de março de 1966. Brasília, 21 de março de 1966. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58023-21-marco-1966-398553-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. Reforma Universitária. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Brasília, 28 de novembro de 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 ago. 2021.



BRASIL. **Decreto-Lei n° 477**, de 26 de fevereiro de 1969a. Brasília, 26 de fevereiro de 1969. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. **Parecer n° 117/64**, de abril de 1964. Rio de Janeiro – Sobre a Educação Moral e Cívica.

BRASIL. Parecer n° 3/69, de jan./fev. de 1969. Rio de Janeiro – **Anteprojeto de Lei que torna obrigatório o ensino da Educação Moral e Cívica.**

BRASIL. **Decreto-Lei n° 869**, de 12 de setembro de 1969b. Brasília, 12 de setembro de 1969. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto n° 68.065**, de 14 de janeiro de 1971a. Brasília, 14 de janeiro de 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1970-1979/decreto-68065-14-janeiro-1971-409991-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. Reforma de 1° e 2° Graus. **Lei n° 5.692**, de 11 de agosto de 1971b. Brasília, 11 de agosto de 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, v. 2, p. 177-229, 1990.

CUNHA, Luiz Antônio. Sintonia oscilante: religião, moral e civismo no Brasil – 1931/1997. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 131, p. 285-302, maio/ago. 2007.

EVANGELISTA, R. **A Educação Moral e Cívica nos tempos da ditadura civil-militar (Mariana – MG, 1969-1975)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 103f, 2018.

FILGUEIRAS, Juliana M. **A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993**. 2006. 211f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006a.

FILGUEIRAS, Juliana M. A Comissão Nacional de Moral e Civismo: 1969-1986. In: **CBHE**, 4, 2006, Goiânia-GO. **Anais [...]** Goiânia: 2006b. p.1-10.

FILGUEIRAS, Juliana M. O ensino de Educação Moral e Cívica e um novo modelo de cidadão. In: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007, São Leopoldo-RS. **Anais [...]** São Leopoldo: julho de 2007. p.1-8.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 2ª ed. Roberto Machado (Org., introdução e revisão técnica). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.



GOODSON, Ivor Frederick. **Currículo**: teoria e história. 10ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

NUNES, Nataly; REZENDE, Maria José de. O ensino da Educação Moral e Cívica durante a ditadura militar. In: GRUPO DE ESTUDOS DE POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA, GEPAL – Simpósio, 3, 2008, Londrina-PR. **Anais [...]** Londrina: 2008. p.1-11.

PELEGRINI, Dayenne K. C. **Educação Moral e Cívica**: disciplina e poder disciplinar no ensino de primeiro grau mato-grossense da década de 1970. 2011. 106f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

PINTO, Neuza Bertoni. História das disciplinas escolares: reflexão sobre aspectos teórico-metodológicos de uma prática historiográfica. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 125-142, jan./abr. 2014.

REIS, José Carlos. **Annales**: A Renovação da História. Ouro Preto-MG: Editora UFOP, 1996.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio Souza; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 391-408, set./dez. 2005.

REVISITANDO OS ARQUIVOS MILITARES: POSSIBILIDADES DE PESQUISA, TEORIA E MÉTODO

REVISITING MILITARY ARCHIVES: RESEARCH POSSIBILITIES, THEORY AND METHOD



EDUARDO GOMES DA SILVA FILHO¹⁰¹

Resumo

O texto do artigo visa apresentar, à luz de questões teóricas e metodológicas, possibilidades de pesquisas em arquivos militares com o aprofundamento de determinados conceitos que orientam a elaboração de uma metodologia de gestão de documentos arquivísticos com ênfase na sua identificação, manuseio e conservação. Desta forma, buscou-se evidenciar os arquivos como lugares de memória que contribuem para o acesso à informação, principalmente a partir da análise e da materialização dessas fontes em instituições de custódias militares. Para tanto, utilizou-se uma revisão bibliográfica em sítios, livros, artigos em revistas especializadas, Dissertações e Teses que versam sobre esta temática, a fim de verticalizar e problematizar as análises deste estudo.

Palavras-chave: Arquivos Militares; Pesquisa; Teoria histórica; Método indutivo.

Abstract

The text of the article aims to present, in the light of theoretical and methodological issues, possibilities of research in military archives, with the deepening of certain concepts that guide the elaboration of a methodology for the management of archival documents, with emphasis on their identification, handling and conservation. In this way, we sought to highlight the archives as places of memory, which contribute to the access to information, mainly from the analysis and materialization of these sources in military custody institutions. For that, a bibliographic review was used in websites, books, articles in specialized magazines, Dissertations and Theses that deal with this theme, in order to verticalize and problematize the analyzes of this study.

Keywords: Military Archives; Search; Historical theory; inductive method.

Introdução

O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de

¹⁰¹ Professor da Universidade Federal de Roraima – UFRR. Doutorando em História pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO – RJ, Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Licenciado e Especialista em História pela Fundação de Ensino Superior de Olinda – FUNESCO. E-mail: eduardo.filho@ufr.br.

personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará de história (FARGE, 2009, p. 14).



A epígrafe acima foi extraída da obra “*O Sabor do Arquivo*” da historiadora francesa Arlette Farge. Ela nos remete – considerando sua licença poética – a um olhar mais pormenorizado em relação à construção dos espaços de memórias que se convencionou a chamar de arquivo. Esses espaços dão asas à imaginação e apresentam características indissociáveis à memória, lugares, objetos, situações, relatos de experiências e modos de vida.

O objetivo geral do trabalho é evidenciar como o historiador lida com a pesquisa em acervos militares, tendo como problemática, quais as técnicas necessárias para pesquisas em arquivos militares? Em relação à metodologia, quanto à natureza, ela é aplicada, quanto à abordagem, é de caráter quantitativa, em relação aos objetivos, são de caráter descritivo, com procedimentos realizados a partir de pesquisa documental em acervos digitalizados e exemplos de experiências *in loco*, realizadas por pesquisadores no Arquivo Histórico do Exército-AHEX. Quanto ao método, é de caráter indutivo.

No âmbito do Exército brasileiro, essas práticas nos remetem aos primórdios da criação no Século XIX do Real Archivo Militar, que abordaremos na primeira parte deste texto. Por conseguinte, seguiremos para a análise das formas de organização dos arquivos militares, tendo como suporte a Cartilha Básica sobre Gestão de Arquivos de Organizações Militares do Arquivo Histórico do Exército.

Na sequência, nos debruçaremos na análise do Guia de Arquivos Militares no Rio de Janeiro, organizado por Celso Castro, Adriana Marques e Silvia Monnerat (2016). Nesta obra, os organizadores traçam um panorama sobre os acervos documentais e as instituições de custódia do exército brasileiro, localizadas no Rio de Janeiro.

O texto incide na relação desses espaços e acervos documentais com a memória militar, além do arquivo como um espaço significativo para pesquisa histórica, a partir do assessoramento de profissionais das áreas de História, Arquivologia e Museologia.

Revisitando o Real Archivo Militar: Trajetória e Memória



O Real Archivo Militar foi criado por um Decreto do Príncipe Regente D. João VI no dia 7 de abril de 1808.¹⁰² A sua organização ficou sob a responsabilidade de D. Rodrigo de Souza Coutinho, mais conhecido como o Conde de Linhares. De acordo com Meirelles (2016, p. 187), ele foi “destinado a preservar os mapas e as plantas de fortalezas, baterias e artefatos de guerra já existentes no Brasil”. Ainda, de acordo com Meirelles:

O Arquivo estava diretamente subordinado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, sendo também dependente do Erário Régio e da Secretaria dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. O diretor da instituição era responsável por todo o acervo e os demais planos militares em execução pelos engenheiros do espaço (como os planos de fortalezas, fortes e baterias, ou ainda todos os projetos de estradas, navegações de rios, canais, portos etc.) que, porventura, lhes fossem confiados. O regimento ainda previa que todos os funcionários empregados no Arquivo ficariam “ligados ao maior segredo em tudo o que de sua natureza assim o exigir”, tendo nas mãos a responsabilidade de todas as matérias ali desenvolvidas. (MEIRELLES, 2016, p. 187).

Parte da motivação para a criação desse arquivo, surgiu de maneira pretérita, a partir da criação em 1798, da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares.¹⁰³ Sua função principal, baseava-se na conservação de cartas gerais, particulares, geográficas e topográficas. O acervo tinha a finalidade de servir como referência nos processos de retificação de fronteiras e fortalezas, além da elaboração de projetos de estradas e portos marítimos.

De acordo com o sítio da Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA):

O Real Arquivo Militar era um órgão anexo à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, sendo também dependente do Erário Régio e da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, o que se justificava, na legislação, pela possibilidade de que todos os meus ministros pudessem ali mandar buscar ou copiar os planos necessários ao real serviço. (MAPA, 2016, p. 1).

Segundo Bacellar (2005), quando se inicia uma pesquisa, é preciso a localização das fontes, a proposição do tema e a identificação dos documentos a serem investigados. O autor ainda chama a atenção para a dinâmica necessária das buscas documentais, partindo da premissa da relação do pesquisador com os funcionários do arquivo, elencando as possíveis dificuldades existentes.

¹⁰² BRASIL. Decreto de 7 de abril de 1808. Cria o Real Arquivo Militar e dá-lhe regimento. Coleção das leis do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, parte 1, p. 12-15, 1891. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/222-real-arquivo-militar>. Acesso em: 14 nov. 2022.

¹⁰³ Criada por Alvará Régio em 30 de junho de 1978.



Todavia, ele também aponta para possíveis caminhos, no sentido de melhorar o acesso às fontes, “o ideal para cada instituição arquivística seria contar com vários instrumentos de pesquisa. Confeccioná-los, contudo, demanda tempo e muito trabalho, e, por isso, costumam ser em muito menor número do que o desejável.” (BACELLAR, 2005, p. 52).

No que tange à memória e ao seu enquadramento, Michael Pollak (1989) comenta:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente O passado em função dos combates do presente e do futuro. (POLLAK, 1989, p. 9-10).

O historiador francês Jacques Le Goff (1984), atrela essa memória a outros fatores importantes para a sua compreensão, como nos casos das relações tempo/espaço, suportes e sentidos, tradição e projeto, acaso e intenção, além das memórias individuais e coletivas. Tanto à preservação da memória, quanto do acervo documental, são fatores imprescindíveis nas instituições de custódia de fontes documentais.

Neste sentido, o Real Arquivo Militar, “foi a principal instituição na orientação e fiscalização das obras de construção e fortificação militar no Brasil”. (MAPA, 2016, p. 1).

Organização e Gestão de Arquivos Militares: Orientações do Arquivo Histórico do Exército (AHEx)

A partir do Século XX, após a proclamação da Independência, o Real Arquivo Militar passou a ser denominado como Arquivo Militar. De acordo com o sítio Arquivo Histórico de Exército: “Em 8 de março de 1934, o Arquivo do Exército foi transformado em Organização Militar subordinada ao Departamento Central da Secretaria de Estado da Guerra e em 5 de setembro de 1986, recebeu a denominação de Arquivo Histórico do Exército” (AHEx, 1808, p. 1).

O Arquivo possui um acervo iconográfico, cartográfico e documental que preserva parte da história e memória do país e do Exército brasileiro. De acordo com as orientações básicas sobre gestão de arquivos de organizações militares:

[...] é dever de cada Organização Militar conservar e manter a memória institucional, operacional e dos integrantes do Exército Brasileiro por meio do recebimento e o correto processamento arquivístico dos acervos escritos, cartográficos e iconográficos, de acordo com a Política Arquivística do Exército Brasileiro e as Instruções Gerais do Sistema Arquivístico do

Exército Brasileiro (SAEB) (ORIENTAÇÕES BÁSICAS SOBRE GESTÃO DE ARQUIVOS DE ORGANIZAÇÕES MILITARES, 2019, p. 2).

Imagem 1 – Disposição dos Arquivos no AHEX.



Fonte: (ORIENTAÇÕES BÁSICAS SOBRE GESTÃO DE ARQUIVOS DE ORGANIZAÇÕES MILITARES, 2019, p. 4).

Nas orientações contidas na Cartilha Básica sobre Gestão de Arquivos de Organizações Militares, recomenda-se limpeza e organização desses espaços, a fim de manter um ambiente sempre organizado e funcional. Existe toda uma normativa concernente às instruções e regulamentos arquivísticos do Exército brasileiro, como podemos observar abaixo:

A Portaria nº 1676, de 14 de dezembro de 2016, aprova as IG 01.012 (Instruções Gerais para Avaliação de Documentos do Exército), de 14 de dezembro de 2016, 2ª Edição, cuja finalidade é normatizar o gerenciamento da documentação não classificada do Exército Brasileiro (EB), adequando-o às imposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Referente ao acesso à informação), à legislação militar específica que trata do assunto e às demais disposições legais que regulam a gestão de arquivos públicos. (ORIENTAÇÕES BÁSICAS SOBRE GESTÃO DE ARQUIVOS DE ORGANIZAÇÕES MILITARES, 2019, p. 4).

A legislação acima, regulamenta e determina a divisão e a disposição dos arquivos em três categorias: a) Arquivo Corrente; b) Arquivo Intermediário e c) Arquivo Permanente. Em relação ao Arquivo Corrente, a regulamentação traz a seguinte descrição “Documentos em curso ou consultados frequentemente, conservados nos escritórios ou nas repartições que os receberam e os produziram ou em dependências próximas de fácil acesso.” (Idem, p. 5).

Já em relação ao Arquivo Intermediário temos: “É constituído de documentos que deixaram de ser frequentemente consultados, mas cujos órgãos que os receberam e os produziram podem ainda solicitá-los.” (Idem, p. 5). No caso do Arquivo Permanente, o procedimento muda mais uma vez: “É constituído de documentos que perderam todo



valor de natureza administrativa e que se conservam em razão do seu valor histórico. Nunca serão eliminados.” (Idem, p. 5).

Outros dispositivos legais trazem consigo particularidades inerentes à eliminação de documentos nos arquivos. Neste caso, trata-se, especificamente, das Instruções Gerais para a Correspondência do Exército (EB10-IG-01.001) com a 1ª Edição aprovada por uma Portaria específica pelo Comandante do Exército: Portaria nº 769, de 7 de dezembro de 2011 que direciona princípios e estabelece normas para a padronização e formalização no âmbito do Exército das correspondências produzidas.

Já em relação aos documentos não-ostensivos temos a seguinte regulamentação abaixo:

O processo de análise, avaliação, controle e destinação final dos documentos classificados (documentos não-ostensivos), produzidos ou sob a custódia do Exército Brasileiro (EB), encontram-se regulados pela Portaria nº 012, de 09 de janeiro de 2015, que aprova as Instruções Gerais para Avaliação e Controle de Documentos Classificados (EB10-IG-01.015), 1ª Edição, 2015. (Idem, p. 6).

Ainda de acordo com a cartilha, cada arquivo tem uma missão específica que gira em torno de prerrogativas organizacionais dos documentos, assim como às diretrizes de movimentação e preservação. Outrossim, o documento também evidencia e direciona determinadas finalidades, são elas: a) Servir à administração; b) Servir à História e c) permitir a acessibilidade. Conforme Rodrigues (2011):

Os arquivos devem ser entendidos no seu duplo, paradoxal e conflituoso papel. Arquivos como memória, por conseguinte, testemunhas de acontecimentos ou de ações passadas, mas também como dispositivos no presente, portanto, muitas vezes, incômodos. No caso de arquivos públicos, pelo fato de refletirem as ações do aparelho de Estado, o acesso a seus documentos é de fundamental importância [...]. (RODRIGUES, 2011, 257).

Também há prazos específicos para a guarda dos documentos nos arquivos, como podemos observar na figura abaixo:



Figura 1 – Prazo de guarda dos arquivos



Fonte: (ORIENTAÇÕES BÁSICAS SOBRE GESTÃO DE ARQUIVOS DE ORGANIZAÇÕES MILITARES, 2019, p. 8).

Como observou-se na figura acima, há um fluxo e uma somatória do tempo para que um documento seja arquivado, fato que pode ser evidenciado na 2ª Edição das Instruções Gerais para Avaliação de Documentos do Exército (EB10-IG-01.012), com aprovação do Comandante em Portaria específica, como podemos observar a seguir, “XLVIII – prazo de guarda é o tempo necessário para arquivamento de um documento, sendo igual ao somatório dos prazos de guarda nas fases corrente e intermediária, contado a partir da data de elaboração do documento”. (BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, 2016, p 1).

Destarte, faz-se necessário também descrevermos a organização geral de um arquivo. De acordo com a sequência apontada na cartilha: a) Levantamento do acervo existente; b) Escolha do local; c) Escolha do pessoal; d) Mobiliário; e) Embalagens e invólucros; f) Preparação do local; g) Organização do local; h) Acesso ao arquivo; i) Registro de entrada e saída de documentos; j) Gestão documental; k) Higienização do acervo; l) Organização do acervo; m) Medidas complementares e n) Documentos classificados. Essas medidas, além de deixarem o arquivo organizado, estão também em consonância com o que preconiza o Exército, em termos de organização e disciplina.

Já a respeito da importância do documento, Jacques Le Goff descreve:

[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à



memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1996, p. 545).

A partir da importância dada pelo historiador Jacques Le Goff ao documento, ressaltamos outra medida no que concerne à necessidade do controle da temperatura ambiente, para à devida conservação do seu padrão de qualidade e conservação, vejamos um exemplo no quadro abaixo:

Quadro 1 – Valores ambientais

TEMPERATURA (T° - celsius)	UMIDADE (UR%)
- Entre 21° e 23°: EXCELENTE	- Entre 54% e 56%: EXCELENTE
- Entre 24° e 26°: MUITO BOM	- Entre 57% e 59%: MUITO BOM
- Entre 27° e 29°: BOM	- Entre 60% e 62%: BOM
- Entre 30° e 34°: RUIM	- Entre 63% e 67%: RUIM
- Entre 35° e 40°: CRÍTICO	- Entre 68% e 73%: CRÍTICO

Fonte: (ORIENTAÇÕES BÁSICAS SOBRE GESTÃO DE ARQUIVOS DE ORGANIZAÇÕES MILITARES, 2019, p. 18).

Como vimos acima de acordo com as *Orientações Básicas Sobre Gestão de Arquivos de Organizações Militares* (2019), deve-se haver uma estabilidade entre a temperatura ambiente e a umidade relativa do ar, com ações voltadas ao controle, utilizando-se condicionadores de ar, ventiladores e exaustores, a fim de se evitar as temperaturas e o mofo. Contudo, outras ações também são necessárias para a preservação do acervo, como no caso de medidas protetivas específicas e procedimentos de biossegurança.

Ainda no tocante à guarda de memória, mesmo com o avanço da tecnologia, como aponta Caio Boschi (2010), ainda há os mais saudosistas que preferem o processo de microfilmagem à digitalização. Entretanto, o Exército possui um sistema informatizado de Gestão Arquivística de Documentos do Exército (SIGADEx), que ajudou no processo de modernização dos arquivos.

O Guia de Arquivos Militares no Rio de Janeiro: Alguns apontamentos necessários



O Guia de Arquivos Militares no Rio de Janeiro (2016) foi coordenado e organizado por Celso Castro, Adriana Marques e Silvia Monnerat, com o intuito de facilitar o trabalho dos pesquisadores(as), a partir da reunião de um conjunto de informações para o acesso aos arquivos e acervos militares. Para tanto, foi traçado um roteiro indicativo, que conduz o leitor a esses locais de memória.

De acordo Com Celso Castro:

Ao consultar um arquivo, um pesquisador está lidando com um conjunto de documentos selecionado como relevante por alguém, organizando e preservando segundo determinada lógica, e disponibilizado de acordo com alguns critérios. Só então, esse arquivo torna-se parte de um patrimônio documental de interesse público, passível de ser consultado (CASTRO, 2015, p. 8).

Isto posto, vejamos agora a indicação dos arquivos abaixo:

- Acervo Histórico do Forte duque de Caxias;
- Arquivo da Marinha;
- Arquivo Histórico do exército (AHEx);
- Biblioteca General Cordeiro de Farias (Escola Superior de Guerra);
- Biblioteca 31 de Março – ECEME;
- Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC);
- Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER);
- Museu Histórico do Exército e Forte Copacabana.

Nota-se, pelo exposto acima, a gama de opções disponibilizadas aos pesquisadores interessados e ao público em geral, segundo os coordenadores:

Trata-se de um trabalho coletivo desenvolvido durante a disciplina “Métodos Qualitativos em Estudos Militares”, por nós ministrada no primeiro semestre de 2015, numa iniciativa conjunta de duas pós-graduações: a da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPDOC) e o Instituto Meira Mattos (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército) (CASTRO; MARQUES; MONNERAT, 2016, p. 6).

A ação facilita, sobremaneira, o direcionamento de pesquisadores, historiadores e cientistas sociais, nos caminhos de Clio,¹⁰⁴ metaforicamente a partir dos fios de Ariadne.¹⁰⁵

Considerações finais

¹⁰⁴ Na Mitologia Grega Clio, filha de Mnemósine (Deusa da Memória) com Zeus (Deus do Olimpo), é considerada a Musa da História.

¹⁰⁵ Ariadne, na mitologia grega, é a princesa de Creta, filha do rei Minos e da rainha Pasífae. Segundo a lenda, ela ajudou Teseu a voltar do labirinto do Minotauro com um fio de lã (Fio de Ariadne).



Discutiu-se neste trabalho, a partir de questões teórico-metodológicas, a criação de arquivos militares como locais de memória. Para tanto, revisitamos, em suas diversas nuances, parte da trajetória do Real Archivo Militar, sua relação com a administração Portuguesa no Brasil, assim como seu importante papel como guardião de uma memória cartográfica, náutica e documental nacional.

Segundo Rodrigues (2006), o conceito de arquivo se modificou de acordo com as mudanças políticas e culturais da sociedade ocidental. E foi a partir desse cenário que se analisou, na segunda parte do texto, a Cartilha Básica sobre Gestão de Arquivos de Organizações Militares do Arquivo Histórico do Exército-AHEX que traz em seu bojo um conjunto de diretrizes de como lidar com os documentos e demais acervos históricos nos arquivos.

Neste sentido, é mister salientar a relação intrínseca entre os arquivos, seus acervos e a memória, pois, parafraseando Antoine Prost (1998), o social e o cultural são indissociáveis. Partindo dessa premissa, analisou-se de maneira breve, mas assertiva, o Guia de Arquivos Militares no Rio de Janeiro, a fim de evidenciar e apontar caminhos possíveis de pesquisas aos leitores e demais interessados.

Evidentemente, o pequeno opúsculo, por ora apresentado, não esgotará às possibilidades de pesquisas nos arquivos e acervos militares no país, mas ajudará sobremaneira àqueles que por ventura os leiam, se isso for feito, o trabalho e exercício intelectual como historiador já estará parcialmente contemplado.

Contudo, o texto não se trata de algo estanque, nem tem a pretensão de servir de guia para tal, mas de contribuir entre um universo de outras possibilidades para um tema tão necessário na historiografia do tempo presente.

Data de Submissão: 02/09/2022

Data de Aceite: 14/11/2022

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. **Histórico**. Disponível em: <http://www.ahex.eb.mil.br/>. Acesso em: 21 de jun de 2021.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BOSCHI, Caio. **O historiador, os arquivos e a novas tecnologias**: notas para debate. Coimbra: Coimbra University Press, 2010. Disponível em: <https://digitalis->



dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/31574/1/5-Caio%20Boschi.pdf. Acesso em: 21 de jun de 2021.

BRASIL. Decreto de 7 de abril de 1808. **Cria o Real Arquivo Militar e dá-lhe regimento**. Coleção das leis do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, parte 1, p. 12-15, 1891. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/222-real-arquivo-militar>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA. **Portaria** nº 1.676, de 14 de dezembro de 2016. Estabelece prazo de guarda dos documentos. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/0024023935583930bd9e0>. Acesso em: 21 de jun de 2021.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

CASTRO, Celso; MARQUES, Adriana; MONNERAT, Silvia. **Guia de arquivos militares do Rio de Janeiro**, 2016.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

CONARQ. **Conselho Nacional de Arquivos**. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br>. Acesso em: 21 de jun de 2021.

LE GOFF, Jacques. **Memória**. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MAPA. **Real Arquivo Militar**. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/222-real-arquivo-militar>. Acesso em: 20 de jun de 2021.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. O legado científico na sustentação do Império português: a Real Academia Militar do Rio de Janeiro. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n.15, p. 181-199, jul/dez 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/24689>. Acesso em: 21 de jun de 2021.

ORIENTAÇÕES BÁSICAS SOBRE GESTÃO DE ARQUIVOS DE ORGANIZAÇÕES MILITARES. **Cartilha Básica sobre Gestão de Arquivos de Organizações Militares – 2ª Edição / 2019**, pág. 2-31.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 123-137. Disponível em: [file:///C:/Users/Eduardo/Dropbox/My%20PC%20\(DESKTOP-N7QLGP8\)/Desktop/84550426_Livro RIOUX Jean Pierre SIRINEL.pdf](file:///C:/Users/Eduardo/Dropbox/My%20PC%20(DESKTOP-N7QLGP8)/Desktop/84550426_Livro RIOUX Jean Pierre SIRINEL.pdf). Acesso em: 21 de jun de 2021.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pci/a/kNWMg5vmqhBjKTzPYqSw8BQ/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 21 de jun de 2021.

RODRIGUES, G. M. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. Acervo - **Revista do Arquivo Nacional**, v. 24, n. 1, p. 257-286, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/45479>. Acesso em: 14 nov. 2022.



A EDUCAÇÃO NAS ONDAS DA RÁDIO: DISPUTAS EM TORNO DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO RADIOFÔNICO DE BRAGANÇA - PA (1960-1964)



EDUCATION IN THE RADIO WAVES: DISPUTES ABOUT THE IMPLEMENTATION OF THE SISTEMA EDUCATIVO RADIOFÔNICO DE BRAGANÇA - PA (1960-1964)

JOÃO VICTOR DA SILVA FURTADO ¹⁰⁶

LUIZA ACCÁCIA FERREIRA COELHO ¹⁰⁷

Resumo

Desde fins dos anos 1940 até o momento que antecede o Golpe Civil-Militar de 1964, a população brasileira passou pela experiência de campanhas educacionais que pretendiam integrar regiões afastadas dos centros urbanos aos sistemas educativos. Por meio do Movimento de Educação de Base (MEB), na região da Prelazia do Guamá, no Estado do Pará, norte do Brasil, passou a ocorrer a atuação de um importante movimento: o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança (SERB) que atuou como instrumento da Igreja Católica e do Governo Federal na luta contra o analfabetismo, especialmente das populações rurais dos municípios. Embates ideológicos, fomentados pelas mudanças políticas as quais o país atravessava nas décadas de 1960/70, marcaram a implementação e execução do projeto. Por meio de documentos referentes às reuniões da equipe que coordenou o SERB durante a década de 1960, este estudo analisa alguns desses embates.

Palavras-chave: Educação; projetos nacionais; disputas ideológicas; Amazônia.

Abstract

From the late 1940s to the moment that preceded the Civil-Military Coup of 1964, the Brazilian population experienced educational campaigns that intended to integrate regions far from urban centers into educational systems. Through the Movimento de Educação de Base (MEB), in the region of the Prelature of Guamá, in the state of Pará, North of Brazil, of an important movement began to take place: the Sistema Educativo Radiofônico de Bragança (SERB) that acted as instrument of Catholic Church and the Federal Government in the fight against illiteracy, especially among rural populations in the municipalities. Ideological clashes, fostered by the political changes that the country was going through in the 1960s/70s, marked the implementation and execution of the project. Through documents referring to the meetings of the team that coordinated the SERB during the 1960s, this study analyzes some of these clashes.

Keywords: Education; national projects; ideological clashes; Amazon.

¹⁰⁶ Doutorando em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão (GEIPAM/UFPA). E-mail: joaovictorsilva17@hotmail.com

¹⁰⁷ Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Bragança. E-mail: lu24coelho@hotmail.com.



Introdução

O artigo analisa a implementação do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança (SERB) que, em convênio com o Movimento de Educação de Base (MEB), visava promover a educação de jovens e adultos, com ênfase na alfabetização, nos municípios da Prelazia do Guamá, nordeste do Pará. O nascimento da escola radiofônica esteve ligado a uma série de movimentos educacionais, colocados em prática no Brasil de maneira efetiva entre os anos 1950 e 1960. No nordeste paraense, o projeto teve como sede o município de Bragança. Contou com investimentos em aparelhos de rádios, meios de transporte e mobilizou um grande número de colaboradores, remunerados ou não.

Dentre estes, destacam-se professores leigos ou contratados, vindos de Belém, especialmente para atuarem na educação da população das zonas rurais. Esse esforço resultou em um projeto com alcance tão significativo que, em 1963, chegou a contar com 10.580 alunos, distribuídos em 682 escolas nos municípios que compunham a Prelazia do Guamá (Livro de Tombo do SERB, 1963, p. 4). Estes projetos voltados para a educação e alfabetização foram atingidos pelas mudanças sociais e políticas vivenciadas no Brasil no início da década de 1960. De um lado, via-se o aumento da mobilização de movimentos educacionais que, preocupados com as desigualdades sociais, visavam a construção de uma consciência social e política, alinhado ao método de ensino de Paulo Freire, através do ensino libertador (FREIRE, 2017). Por outro lado, esta perspectiva educacional desagradava os setores mais conservadores da sociedade, ligados ao golpe civil-militar¹⁰⁸ que viria a ocorrer em 1964. Nesta conjuntura, identificamos que, tal como ocorreu a nível nacional, inaugurou-se um contexto de conflitos que influenciaram diretamente na implementação e atuação do SERB, em Bragança/PA.

Para a realização deste trabalho, foi feita uma pesquisa documental nos arquivos da Rádio Educadora de Bragança/PA, que serviu e ainda serve de canal para que as aulas cheguem às comunidades rurais e do próprio SERB. Foram analisados documentos referentes às reuniões da equipe que coordenou o SERB na década de 1960, localizadas no Livro de Tombo do SERB com informações sobre a organização, o

¹⁰⁸ A expressão “civil-militar” vem sendo utilizada pela historiografia que trata do processo político vivenciado na história do Brasil entre 1964 e 1985 e visa apresentar o contexto político de maneira mais precisa, indicando que, ao contrário de uma mera ação das Forças armadas, o golpe e a ditadura brasileira também foram apoiados por grupos civis (MELO, 2012).



desenvolvimento e os desafios enfrentados para a implementação e consolidação do projeto entre os anos de 1960 e 1972. Diante desta documentação, a pesquisa dedicou-se à análise da dinâmica do SERB e as disputas em torno da coordenação do curso, representada pela Igreja Católica e educadores do Movimento de Educação de Base (MEB).

Programas educacionais em perspectiva: a estruturação dos sistemas radiofônicos de ensino no Brasil

Ao longo da década de 1950, a questão do analfabetismo se tornou uma das preocupações centrais nos discursos e políticas desenvolvimentistas no Brasil. Segundo Maciel (2014), o alto índice de analfabetismo em regiões como o Norte e o Nordeste brasileiro, assim como os também altos índices de mortalidade infantil e o baixo índice educacional geral, eram vistos como obstáculos ao desenvolvimento econômico do país. O autor analisa que a correlação “entre o desenvolvimento econômico e o analfabetismo seria a mais expressiva forma de verificar o analfabetismo como sinônimo de atrasos nessas regiões” (MACIEL, 2014, p. 79). Nas palavras de Fávero (s/d, p. 2), o iletrado era visto como “incompetente para o novo Brasil que se anunciava”, de modo que “erradicar o analfabetismo era quase entendido como erradicar o analfabeto”.

Segundo Menezes (2001), programas para a educação de jovens e adultos, pensados desde meados dos anos 1940, passam a ser postos em prática neste contexto e visavam alcançar as necessidades de indivíduos e comunidades culturalmente distintas, adotando os preceitos do educador Lourenço Filho, coordenador de alguns desses projetos, na chamada Escola Nova. Segundo os preceitos da Escola Nova, o educando deveria ocupar um lugar central no processo educativo. O ensino deveria ser integrado à vida do aluno para, a partir de então, inseri-lo na ordem social. Compete destacar que, tais programas buscavam, no processo de alfabetização, bem como na educação inicial, mecanismos que promovessem a organização e também o desenvolvimento econômico de locais específicos, os quais registravam demasiado atraso escolar, em especial nas populações adultas, o que também deteriorava os índices de desenvolvimento em saúde e economia.

Já no final da década de 1950, alguns desses programas educacionais foram impulsionados por iniciativas da Igreja Católica e do Governo Federal e encontraram, nos programas radiofônicos, meios de alfabetizar um grande número de pessoas de forma acelerada. O uso do rádio com objetivos educacionais foi introduzido no Brasil



por Roquette Pinto, institucionalizado posteriormente (HORTA, 1982, p. 86), resultando na criação de programas como o Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA), criado em 1957, e o Sistema Rádio Educativo de Sergipe (SIRESE), este último sendo fruto do 2º Encontro de Bispos do Nordeste, realizado em Natal em 1959, que contribuiu para parcerias entre a educação rural católica e os órgãos de assistência social que atuavam nas emissoras, possibilitando a aprovação das aulas radiofônicas em diversos Estados brasileiros e decretos de expansão dos programas educativos radiofônicos (MACIEL, 2014, p. 84).

Também foram criados o Serviço de Assistência Rural (SAR) e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), ambos em 1950; o MPC (Movimento de Cultura Popular) Recife em 1960; a Campanha “Pé no chão também se aprende a ler” em Natal; o CEPLAR (Centro de Educação Popular da Paraíba) e a Campanha de Alfabetização da UNE, ambos em 1962; a Criação do Plano Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, patrocinada pelo Ministério da Educação e Cultura em 1964. Esses programas acabaram por estruturar um cenário nacional para a criação do Serviço Radiofônico com fins educativos, cujas bases de ensino iriam inspirar os futuros programas radiofônicos da Prelazia do Guamá, no nordeste paraense (MACIEL, 2014, p. 163).

Em 1961, o Movimento de Educação de Base foi criado pela Igreja Católica e tinha como objetivo desenvolver um “programa educacional, por meio de escolas radiofônicas, junto às populações do norte, nordeste e centro oeste do país” (BILHÃO; KLAFKE, 2021, p. 2). A Igreja Católica formalizou, por meio de D. Vicente Távora, arcebispo de Aracaju, uma proposta de alfabetização em larga escala, apresentada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) ao governo de João Goulart, que colocaria em prática as aulas necessárias, nos locais mais longínquos do país (FÁVERO, 2006).

Nessa conjuntura, nascia a ideia das emissoras rurais, peça fundamental do MEB e demais escolas radiofônicas, elaboradas com base em experiências semelhantes e bem-sucedidas em Aracaju com o SAR e em Natal com o SIRESE, projetos que baseavam-se no desenvolvimento comunitário. Em 21 de março de 1961, D. Eliseu Corolli, de Bragança (representando o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança), D. José Távora, de Aracaju (representando o SAR), D. Eugênio Sales, de Natal (representando o SIRESE) e D. Aberto Ramos, de Belém, participaram da assinatura do decreto Nº 50.370, pelo presidente Jânio Quadros para a criação do MEB (MACIEL, 2014, p. 86).

Apesar do MEB ter sido pensado em um âmbito nacional, nas Escolas Radiofônicas as equipes estaduais e locais possuíam razoável autonomia para desenvolver estratégias locais de operacionalidade e criatividade (BRANDÃO, 2002), o



que permitia aos seus executores adaptar o ensino às diversas comunidades. Em Bragança, no Estado do Pará, a educação radiofônica dava os seus primeiros passos através do SERB e da Rádio Educadora de Bragança. A criação do MEB proporcionou ao SERB a ampliação, tão desejada por seus diretores, aumento das rádios postos, do número de alunos, treinamento das equipes, podendo assim alcançar municípios de toda a Prelazia do Guamá. No entanto, após dois anos de atuação do MEB, enxergou-se a necessidade de redefinir os seus objetivos e suas metodologias. Essa mudança de ideologia fora debatida no 1º Encontro Nacional de Coordenadores, ocorrido em Recife, dezembro de 1962.

Nessa redefinição, o MEB assumiu nova visão de realidade, com base em nova visão de mundo, a partir de determinado conceito de homem e determinada concepção de história. Para tanto, foi decisiva a atuação de Pe. Henrique de Lima Vaz, S.J., que desenvolveu vários cursos para a JUC – Juventude Universitária Católica e assessorou a criação da Ação Popular, em meados de 1960 (FÁVERO, 2004).

A partir de ideias apresentadas nesse encontro, nascia, segundo Fávero (2004), os conceitos de conscientização no MEB e em outros movimentos de educação. Tais mudanças ocorreram, sobretudo a partir das necessidades urgentes da população que vivia no meio rural. Deste modo, as novas ideologias, agora se tornavam prioridade nas ações e “decidiu-se: centrar o trabalho na conscientização, entendida como ‘processo educativo destinado a formar no homem a consciência histórica, a partir da consciência crítica da realidade’” (FÁVERO, 2004, p. 9). Desse modo, o trabalho de base passou a focar na alfabetização, na conscientização do povo, e na valorização da cultura popular (FÁVERO, 2004).

Segundo Wanderley (1984), as ações do MEB passaram a tratar a educação como instrumento de formação humana, visando o bem coletivo, consciência social e política. A educação de base era vista como um “conjunto de ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e o soerguimento das comunidades” (FÁVERO, 2006, p. 56). O MEB passou a dialogar com movimentos de cultura popular e em meados de 1962, declarou-se a favor da transformação social radical. Nas palavras de Mainwaring, (2004, p. 88) o “MEB enfatizava a conscientização, uma abordagem que encorajasse o povo a enxergar os seus problemas, como parte de um sistema mais amplo”. Um dos principais objetivos do projeto educacional do MEB era construir no aprendiz uma consciência de sociedade e comunidade, baseado nos conceitos educacionais do Educador Paulo Freire (MACIEL, 2014, p. 92).



Tais conceitos referem-se ao método educacional difundido por Paulo Freire, educador pernambucano que apresentara uma nova concepção, baseada na Educação Libertadora. Tal concepção buscava pôr em prática um ensino construído dentro do ambiente e da cultura do aprendiz, de modo que o ensinamento não fosse imposto a este, mas sim construído a partir da percepção da realidade que o cerca. Desse modo, para além do aprendizado da leitura e escrita, a educação também deveria servir, por meio da tomada de consciência, de que o indivíduo pode mudar sua realidade, como uma ponte para a libertação da opressão.

Saviani descreveu a nova abordagem do MEB da seguinte forma:

Pretendia-se se desenvolver uma educação genuinamente brasileira visando à conscientização das massas por meio da alfabetização centrada na própria cultura do povo. A prática que se buscou implementar visava aproximar a intelectualidade da população, travando um diálogo em que a disposição do intelectual era a de aprender com o povo, despidendo-se de todo o espírito assistencialista (SAVIANI, 2008, p. 318).

Esta perspectiva educacional foi considerada revolucionária por setores tradicionais da Igreja Católica, mas terminou por reger os planos educacionais que fizeram parte do MEB até 1964. Assim podem ser descritos:

[...] a organização dos cursos deveria ter por base a própria realidade dos alunos e que o trabalho educativo deveria ser feito 'com' o homem e não 'para' o homem. Por consequência, os materiais a serem usados com os alunos não poderiam ser simples adaptação daqueles que já eram utilizados com as crianças. Subjacentes a essas novas práticas propostas estavam a concepção sobre o adulto não alfabetizado, que não poderia ser mais visto como alguém ignorante e imaturo, mas como um ser produtor de cultura e de saberes. Por isso, um dos pressupostos que baseavam a sua proposta de alfabetização era que a leitura do mundo precedia a leitura da palavra. Além disso, afirmava que o problema do analfabetismo não era o único nem o mais grave da população: as condições de miséria em que vivia o não alfabetizado é que deveriam ser problematizadas (SOARES; GALVÃO, 2005, p. 267).

Em 1963, o alcance do MEB foi o maior de sua existência, ano em que recebeu um significativo apoio financeiro do governo João Goulart, e chegou a atuar em 500 municípios brasileiros. No entanto, o golpe civil-militar de 1964 mudaria a trajetória do MEB. A perspectiva educacional proposta pelo movimento foi considerada perigosa pelo governo militar e, gradualmente, seus membros passaram a ser perseguidos e presos. Após o golpe civil-militar, seus objetivos tiveram que ser ajustados, sobretudo no que diz respeito à criação de uma nova consciência política nas comunidades atendidas. Ações de conscientização, cultura e treinamentos foram cortadas e ocorreu uma tentativa de controle ideológico sobre o MEB. Foram incorporados métodos e



técnicas pedagógicas gestados e usados pelo Estado, com um caráter despolitizado e desvinculado da história das classes populares (WANDERLEY, 1984).

Até dentro da própria CNBB, havia uma pressão para que os objetivos do MEB fossem modificados, bem como para que o “ensino libertador”, tal qual havia sido pensado no princípio, fosse abandonado. Neste contexto, ocorreram mudanças significativas no funcionamento do MEB, sendo uma delas a perda da autonomia das lideranças e equipes locais para os bispos diocesanos. Adicionalmente, recursos financeiros para a manutenção foram reduzidos, contribuindo para o encerramento de algumas atividades do Movimento (FÁVERO, 2006).

Mesmo no período que antecedeu o golpe civil-militar, as classes dominantes e a ala conservadora da Igreja Católica se articularam formando uma onda de apoio às ideias, tais como as largamente difundidas pelo Padre Peyton, com discursos pela ordem e pela família. Essa mobilização combatia uma suposta ameaça comunista no Brasil, pensamento amplamente disseminado no contexto da Guerra Fria (ROMANO, 1979, p. 188). Grupos como “a Associação dos Antigos Alunos do Sagrado Coração de Jesus, o Grupo de Reabilitação do Rosário, os Cursinhos da Cristandade e a Opus Dei” encabeçaram esses movimentos (DREIFUSS, 1981, p. 335).

Ao passo que defendiam o combate diante de uma suposta ameaça comunista, tais grupos buscavam se manter no poder. Esse movimento ganhou força no início da década de 1964, em eventos como as Marchas pela Família com Deus pela Liberdade, em reação ao discurso do presidente João Goulart de 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, onde anunciou seu programa de reformas de base. Após as mudanças ocorridas no MEB, o movimento passou a ser dominado pela ala conservadora da Igreja, de modo que o seu discurso se tornou mais religioso e menos engajado aos problemas sociais das populações que atendia (RAPÔSO, 1982).

Nesta conjuntura, ocorreu também uma forte fiscalização do material utilizado pelo MEB. Segundo Alves e Tonnetti (2021), a Cartilha “Viver é Lutar”, elaborada em 1963 para ser utilizada com adultos em processo de alfabetização, possuía conteúdo marcadamente voltado para a conscientização social e política. Em fevereiro de 1964, foi considerada perigosa e cerca de 3000 exemplares foram apreendidos pela polícia do Estado da Guanabara, no governo de Carlos Lacerda. O evento marcou um contexto de repressão que se manifestou também na perseguição aos membros da ala progressista da Igreja Católica, ligados à coordenação do MEB a nível nacional (FÁVERO, 2006, p. 13).



Readaptações das diretrizes do MEB foram necessárias e o material foi substituído por um novo conjunto didático aprovado pelo governo. Outro fator que contribuiu para o enfraquecimento da atuação do MEB no período da ditadura militar foi o corte dos recursos financeiros (FÁVERO, 2006). O cancelamento do repasse de verbas, mesmo após as mudanças no ensino, comprometeu a atuação do MEB e reduziu seu poder de alcance. Adicionalmente, o governo militar deu início a outros programas de educação que substituiriam a ação do MEB, como é o caso da Cruzada ABC (Ação Básica Cristã), um programa que tinha suas diretrizes aliadas às ideias do governo, e o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Apesar de não terem tido o êxito esperado, estes programas também contribuíram para o enfraquecimento do MEB. Em 1965, as atividades do MEB foram encerradas. O programa ressurgiu em 1970, mas não mais no modelo da década de 1960.

Educação e conflitos: o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança (SERB)

No município de Bragança, a Igreja Católica na figura do líder barnabita Dom Eliseu Maria Corolli, realizava um movimento para o desenvolvimento da educação para os jovens. Já na década de 1940, Dom Eliseu, apoiado pela congregação dos padres barnabitas do Rio de Janeiro e pelo poder público local, iniciou esforços para a construção de uma escola normal, posteriormente denominada Santa Teresinha, que viria a ser a terceira escola normal do Estado do Pará (OLETO e SILVA, 2012).

Em 27 de janeiro de 1958, inspirado pelos movimentos nacionais de educação de jovens e adultos no campo, foi inaugurado o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança (SERB), em meio a programas rádio educativos que aconteciam nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste. A responsabilidade pelo desenvolvimento do modelo educacional do SERB ficou a cargo do Padre Miguel Maria Giambelli, que realizou vários estágios no SIRESE (Sistema Rádio Educativo de Sergipe) que, juntamente com o SAR (Serviço de Assistência Rural), deram base para a constituição organizativa de uma educação destinada a jovens e adultos via rádio em Bragança. Segundo Maciel (2014, p. 85): “um dos pontos fortes da organização das rádios pautava-se na formação dos grupos e líderes da comunidade, apoiados pela Campanha Nacional de Educação Rural, o CNER e o Serviço Social Rural”.

Entre 21 e 23 de fevereiro de 1961, foi realizada a primeira capacitação de monitores das escolas radiofônicas, no município de Irituia, sob coordenação do Padre Miguel Maria Giambelli. A escolha dos monitores e a capacitação eram essenciais para



o funcionamento das aulas, visto que estes atuavam nas comunidades, diretamente com os educandos. A expansão e solidificação do SERB, no entanto só foi possível após a fundação do Movimento de Educação de Base (MEB) em 1961, pois com os recursos vindos do governo federal, foi possível a compra de equipamento e a ampliação da equipe de atuação nos municípios mais distantes (MACIEL, 2014).

Em 1961, quando se iniciou a parceria entre o SERB e o MEB, Padre Giambelli dividia a responsabilidade de dirigir a escola com a Irmã Lygia Arcoverde de Melo. O alcance das aulas se deu nos municípios de Bragança, Ourém, São Domingos do Capim e São Miguel do Guamá, organizadas com 75 escolas e ao final desse primeiro ano de atuação, conseguindo alfabetizar 1000 adultos e adolescentes. (Livro de Tombo do SERB, 1961, p. 1). Em 1962, o SERB recebeu os rádios cativos do MEB, o que significava um aumento no alcance das aulas. Nesse ano, aconteceu em Recife o Primeiro Encontro de Coordenadores do Sistema Radiofônico, onde lideranças do MEB apresentaram a reestruturação nas ideologias do Movimento, assim descritas no Livro de Tombo:

Em dezembro o Padre Miguel participou do 1º Encontro de Coordenadores de Sistema promovido pelo MEB Nacional. Foi realizado em Recife e neste encontro, que durou duas semanas, foram lançadas as bases da nova ideologia do MEB, que outra não era se não dos jovens da A.P. (Ação Popular), de tendências filocomunistas. (Livro de Tombo do SERB, p. 3, dezembro de 1962).

Diante da exposição dessa nova ideologia, é possível perceber o descontentamento do Padre Giambelli e demais integrantes da Igreja Católica em Bragança com as novas posturas adotadas pelo MEB, as quais tinham como base os conceitos educacionais de Paulo Freire. As mudanças propostas eram vistas com desconfiança pelo padre e demais membros da Prelazia. No entanto, a parceria firmada entre o MEB e o SERB teve continuidade. Em 1963, os recursos repassados pelo MEB permitiram a compra de equipamentos para a realização dos cursos e a locomoção de funcionários. Foi realizada a contratação de uma nova equipe formada por 3 professoras disponibilizadas pelo MEB através da SEDUC e do Dr. Raymundo Heraldo Maués, que viera com a função de coordenar o Sistema, e Isabel Carneiro da Cunha (MACIEL, 2014).

Nesse ano, o Sistema passou a contemplar um total de 21 municípios, que compunham a Prelazia do Guamá e alguns da Arquidiocese de Belém. Atingiu o maior número de participantes, alcançando 682 escolas radiofônicas e 10.580 alunos. Apesar



do expressivo número de pessoas alcançadas, os encontros e cursos organizados pelo MEB viraram motivo de preocupação para o Padre Giambelli, como se vê no fragmento:

Em dezembro, um grupo de funcionários do SERB, entre os quais: Heraldo Maués, Irmã Isabel Sibá e Henrique Lélis, participaram de um longo treinamento promovido pela Equipe Nacional do MEB em Manaus. O Padre Miguel acompanhou a equipe. Foi o começo do domínio psicológico do MEB sobre elementos de nossa equipe do SERB (Livro de Tombo do SERB, p. 4, dezembro de 1963).

Setores conservadores da Igreja Católica de Bragança temiam a perda sobre o controle do Sistema Radiofônico, alegando que a ideologia do MEB era “filocomunista”. Tais discursos, que associavam os membros do MEB ao comunismo, devem ser pensados à luz da já mencionada disseminação do anticomunismo no Brasil no contexto que antecede o golpe civil-militar. Dentre suas principais características, destaca-se a identificação, de maneira generalizada, da oposição aos militares como perigo comunista.

Compete ressaltar, contudo, que o anticomunismo no Brasil não nasce no contexto da década de 1960. Rodrigo Sá Motta (2000, p. 16) avalia que se trata de um fenômeno de dimensões internacionais, provocado pela reação ao bolchevismo e às crises revolucionárias emergentes depois da Primeira Guerra Mundial e que surgiu no Brasil logo após a Revolução Russa de 1917. No país, o anticomunismo teria ganhado maiores contornos nos contextos da década de 1930 e do golpe civil-militar de 1964.

Ao passo em que o MEB Nacional buscava se alinhar cada vez mais à educação voltada para a construção de uma consciência política e social, a Igreja em Bragança reagia com medo dos possíveis resultados que a perspectiva educacional poderia gerar.

A equipe local recebeu orientação do MEB Nacional de se tornar totalmente independente e desvinculada, seja ideologicamente como administrativamente da Prelazia do Guamá e seus representantes: O Prelado e o Padre Miguel iniciaram a luta aberta que teve seu ponto alto na carta que o Padre Miguel enviou a Diretoria da CNBB, a Nunciatura Apostólica, a equipe nacional do MEB e a todos os Bispos que tinha o Sistema de MEB em sua Diocese (Livro de Tombo do SERB, p. 5, fevereiro de 1964).

Na referida carta, o Padre Miguel Giambelli oficializou a ruptura entre o SERB e o MEB e descreveu os temores da Igreja. Nela, o padre fala sobre o esforço feito pela Igreja Católica de Bragança para fundar o SERB, mesmo antes do convênio com o MEB, e a importância do SERB para a Prelazia do Guamá, cujos objetivos foram assim descritos:



Do que já dissemos, ficou patente que a principal preocupação dos padres em organizar o SERB foi a catequese religiosa, para melhor fazer frente ao mandato divino 'ide e ensinai'. A alfabetização, a orientação cívica, sanitária, profissional, etc. já foram visadas como meios e recursos para atingir mais eficientemente a meta almejada. (Carta do Pe. Miguel M. Giambelli, 19 de fevereiro de 1964)¹⁰⁹.

Ainda nesta carta, o Padre Giambelli demonstrava insatisfação ao descrever as orientações dadas nos Encontros de Recife em 1962 e em Manaus em 1963, dizendo:

Quanto à linha ideológica propriamente dita, eu tive que estarrecer várias vezes perante as conclusões às quais chegaram os participantes daquele Encontro sobretudo com referência a possibilidade de uma frente única com os comunistas para libertar o povo da opressão do capitalismo (Carta do Padre Miguel M. Giambelli, 19 de fevereiro de 1964).

Enfatiza seu descontentamento com a adesão de integrantes do SERB com a nova ideologia do MEB apresentada no Encontro de Manaus em 1963:

O problema porém mudou completamente de aspecto quando, há um ano de distância, eu me apercebi que aquela mesma linha ideológica que deplorei no Encontro do Recife, já estava 'em minha casa', dominando as mentes e orientando as iniciativas dos funcionários que formam a equipe do nosso SERB. [...] Foi somente então que se entrosaram com os comportamentos da equipe do MEB de Belém – todos da JUC e UNE – que eles 'despertaram' para a nova linha ideológica. Esse entrosamento se deu sobretudo nos três dias de estudos realizados em conjunto entre as duas equipes, no mês de novembro, e durante os 12 dias do Curso de Supervisores em Manaus, realizado do 9 a 22 de dezembro do ano findo (Carta do Padre Miguel M. Giambelli, 19 de fevereiro de 1964).

O Padre Giambelli mostrou-se preocupado com uma possível mudança de comportamento dos membros do SERB e temia que, influenciados pelas novas ideias do MEB, pudesse perder definitivamente o controle sobre o SERB. Demonstrava isso também ao falar sobre Almerinda, uma assistente social da FRAP – Frente Agrária Paraense, que foi até Bragança para ministrar uma palestra sobre sindicalismo. Assim, descrevia a atuação de Almerinda:

Almerinda demorou-se em Bragança cinco ou seis dias, durante os quais não soube esconder seu entusiasmo pelo mundo soviético. Soubemos depois que ela tinha participado de um curso de Cultura Popular em Moscou por conta do governo Russo. O que mais preocupou os Padres foi o fato de ela se ter tornado propagandista da frente única com o comunismo passando às mãos de nossos supervisores o "Documento da Frente de Mobilização Popular". E recomendando ao mesmo tempo: "Cuidado! Não mostre aos Padres!" (Carta do Padre Miguel M. Giambelli, 19 de fevereiro de 1964).

O Padre Giambelli pressionou membros da equipe do SERB, especialmente Heraldo Maués, a se posicionar diante dos acontecimentos. Pedia esclarecimento à

¹⁰⁹ Carta localizada em: SERB. Livro de tomo, 1960 -1972. (n.d.). Cúria Diocesana de Bragança, p. 4-8



CNBB quanto à autonomia do SERB frente às novas ideias apresentadas pelo MEB. Esse momento deixou claro que não havia, entre os membros do SERB, uma unidade de pensamento em relação às ideologias que deveriam reger esse Sistema. Ao passo que a coordenação, formada por membros da Igreja Católica de Bragança, tendia para um programa educacional conservador, alguns educadores que compunham a equipe alinhavam-se às novas ideologias do MEB Nacional. Por fim, o Padre Giambelli, dizia “constatar a que ponto já chegara a ‘atualização ideológica’ da equipe de supervisores”, pois segundo este, seus membros questionavam o poder da Prelazia do Guamá em relação ao comando do SERB.

Após o golpe civil-militar, Heraldo Maués deixou a coordenação do SERB. Sua saída fora assim descrita:

Nos dias da revolução de 31 de março o coordenador Heraldo Maués e vários elementos da equipe local do MEB tomaram posição ao lado do filocomunista presidente João Goulart, por esse motivo o exército exigiu que eles fossem afastados do Sistema, sob pena de serem presos (Livro de Tombo do SERB p. 8 e 9, maio de 1964).

A Irmã Isabel Carneiro da Cunha, do MEB, ficou então como única responsável pela coordenação do Sistema nesse período. A partir desses acontecimentos, os temores do Padre Giambelli e demais membros da Igreja em Bragança parecem ter acalmado. No entanto, a atuação das escolas radiofônicas passou gradualmente a diminuir seu alcance, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 1 – Tabela com o número de escolas radiofônicas e alunos ligados ao SERB entre 1961 e 1970

no	Nº de Escolas Radiofônicas	Nº de alunos
961	75	1000
962	362	6.200
963	682	10.580
964	604	8.753
965	402	7.380
966	276	5.618
967	212	4.397
968	180	2.750
	170	2.604



969		
970	120	1.660

Fonte: Livro de Tombo do SERB 1960 - 1972

A diminuição gradual do alcance das escolas radiofônicas na Prelazia do Guamá, depois de 1964, deve ser pensada à luz das mudanças políticas e econômicas ocorridas no cenário nacional, bem como os desgastes entre membros da Igreja em Bragança e no MEB Nacional. Diante das constantes mudanças no quadro de funcionários do SERB, em 1969 foi realizada em Bragança uma passeata em protesto pelo afastamento da Irmã Isabel. Nela, os membros da equipe do SERB pediam para que a coordenação do MEB fosse decidida por meio de eleição.

Os trabalhos reiniciaram normalmente até fevereiro desse ano, quando o Coronel Raul Moreira da Polícia Federal enviou para D. Elizeu um ofício alertando os Diretores da Rádio Educadora de Bragança a tomar providências urgentes para que não fossem transmitidos programas que atacavam as autoridades civis (Livro de Tombo do SERB, p. 13, fevereiro de 1969).

A partir de então, teve início uma série de medidas tomadas pelo Pe. Miguel Giambelli para afastar as desconfianças que autoridades militares poderiam ter acerca do trabalho realizado pelo SERB. Nesta conjuntura, Henrique Lélis, Carlos Moraes e José Augusto, que compunham a coordenação do SERB, assim como demais membros, foram “duramente entrevistados no SERB” (Livro de Tombo do SERB, fevereiro de 1969, p. 13).

Foi instaurada uma investigação dentro da sede do SERB, que durou três dias e resultou na apreensão do material didático utilizado pelo sistema. Ao final, Dom Elizeu recebeu ordens para demitir os membros da equipe ou encerrar as atividades. Optou pela demissão de praticamente toda a equipe. A partir de então, uma nova equipe passava a ser enviados para realizar treinamentos e fiscalizar as atividades da equipe local:

Em dezembro vieram dois elementos da equipe nacional: Creuza e João Carlos Ramalho para fazer um treinamento com a equipe central de Bragança. O Encontro realizou-se em Icoaraci, tendo duração de oito dias. Durante o encontro, o investigador Moraes ficou hospedado numa casa vizinha ao Jabor, que era onde se estava realizando o encontro, acompanhou desde o início todo o movimento da turma. A equipe viveu, naqueles dias, momentos de intensa ansiedade (Livro de Tombo do SERB, p. 14, dezembro de 1969).

Após esses acontecimentos, que ameaçavam a continuidade das atividades da Escola Radiofônica, foi cada vez maior o esforço da Igreja em Bragança para



desagregar as atividades do SERB junto ao MEB. Em abril de 1970, após o longo período de perseguição política ao MEB, sua atuação fora enfraquecida de tal modo que se deu o desligamento das suas atividades em união com o SERB. Este último continua em atividade, atendendo alunos dos municípios de Bragança, Tracuateua, Viseu, Augusto Corrêa, Santa Luzia, Ponta de Pedras, Cachoeira do Piriá. No entanto, suas atividades estão centradas na evangelização e na comunhão com as doutrinas da Igreja.

Os constantes embates ideológicos entre a Igreja Católica e alguns educadores do MEB dentro do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança, revelam disputas em torno da implementação dos projetos educacionais, fomentada pelo cenário político brasileiro do período. Inicialmente os diretores do SERB viram na parceria com o MEB uma oportunidade de alcançar um grande número de pessoas a serem atendidas pela escola radiofônica. No entanto, a perspectiva educacional nascida na reformulação do MEB, representou uma ameaça ao governo militar e aos setores conservadores da Igreja em Bragança, o que contribuiu, não apenas para o desalinhamento dos programas de alfabetização, mas para a desestruturação de um projeto educacional mais amplo e revolucionário.

Considerações finais

O objetivo da pesquisa foi analisar o processo de implementação do Sistema Educativo Radiofônico em Bragança, no Pará. Nota-se que foi expressivo o alcance dos programas radiofônicos de educação, resultado da parceria firmada entre o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança e o Movimento de Educação de Base, não apenas pela ajuda financeira que o MEB repassava para o SERB, mas pelo apoio educacional, visto que o MEB disponibilizou uma equipe de profissionais da educação para ajudar a coordenar o Sistema, que antes era formado, em sua maioria, por voluntários da Igreja e professores leigos. A cooperação das equipes de educadores, professores leigos e professores do MEB, proporcionou aos alunos novos caminhos para o aprendizado e redimensionou o ensino.

A expansão deste projeto foi ascendente até o ano de 1963, momento de reformulação das ideologias do MEB, buscando alinhar o ensino à tomada de uma consciência social e política. Esta perspectiva se fortaleceu a partir dos Encontros Nacionais promovidos pelo MEB Nacional e, aos poucos, foi sendo adotada pelos membros da coordenação do SERB. No entanto, pelo seu conteúdo revolucionário, foi combatida com base em discursos que associavam a atuação dos educadores ao



comunismo e sob a alegação de que havia risco de perder o controle do SERB. Membros da equipe que aderiram às ideias do MEB foram afastados e, posteriormente ao golpe civil-militar de 1964, perseguidos.

É importante pontuar que, assim como em outros setores da sociedade, não existia uma unidade de pensamento na Igreja Católica, visto que o MEB fora fundado pela CNBB e as ideias nascidas ali, também eram fruto do entendimento católico. Mesmo depois de afastada a equipe de educadores considerada perigosa e supostamente adepta ao comunismo, o SERB continuou, durante a década de 1960, sendo constantemente vigiado pela polícia e o material utilizado nas aulas passavam frequentemente por uma espécie de perícia, para assegurar que as ideias ditas subversivas não estivessem sendo repassadas nas aulas. Tais fatores demonstram que após o golpe civil-militar de 1964, ocorreu um processo de desestruturação dos projetos da Escola Nova no Brasil.

Data de Submissão: 19/08/2022

Data de Aceite: 25/11/2022

Referências

ALVES, Kelly Ludkiewicz; TONNETTI, Flávio Américo. Viver é lutar: perspectivas políticas na coleção didática para a alfabetização de adultos do Movimento de Educação de Base. **Educação em Revista**, v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/rFkJzmS5pfKFjVfMkXhyKNr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 mai. 2022.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965**. São Paulo: Paulinas, 2005.

BILHÃO, Isabel Aparecida; KLAFKE, Álvaro Antônio. Igreja, Estado e educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, n. 1, p. 01-24, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/55168/751375151484>. Acesso em: 23 nov. 2022.

BRANDÃO, C. R. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FÁVERO, Osmar. MEB – Movimento de Educação de Base - primeiros tempos: 1961–1966. 2004. ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., Évora. **Anais** [...]. Évora: Universidade de Évora, 2004. Disponível em: http://forumeja.org.br/files/meb_historico.pdf. Acesso em: 13 mai. 2022.

FÁVERO, Osmar. Memória das campanhas e movimentos de educação de jovens e adultos (1947-1966). **Núcleo de Estudos e Documentação de Educação de Jovens e**



Adultos, s.d. Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/files/leiamais.apresenta.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular**: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961 – 1966). Campinas: Autores Associados, 2006.

FREIRE, Ana Maria Araújo (org.). **Pedagogia da libertação em Paulo Freire**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2017.

HORTA, José Silvério Baia. **Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil**: uma contribuição à história da educação brasileira no período 1930-1970. São Paulo: Cortez/ Autores associados, 1982.

MACIEL, Rogério Andrade. **Sistema Educativo Radiofônico de Bragança**: Saberes da prática educativa na educação de jovens e adultos (1960 – 1970). 2014. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Educação) - Universidade Estadual do Pará, Belém, 2014.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “Civil-Militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**, v. 13, n. 27, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944369004.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbete Escola Nova. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/escola-nova/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

OLETO, Leila do Socorro Rotterdam; SILVA, Dário Benedito Rodrigues Nonato da. Intrépido e Incansável: A Atuação Educacional de Eliseu Coroli em Bragança, Pará, na Primeira Metade do Século XX. **InterMeio**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, v. 18, n. 35, p. 105 – 130, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2386/1505>. Acesso em: 14 jun. 2022

RAPÔSO, Maria da Conceição Brenha. **Movimento de Educação de Base**: discurso e prática -1961-1967. 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) Rio de Janeiro, FGV, 1982.

ROMANO, Roberto. **Brasil**; Igreja contra Estado; crítica ao populismo católico. São Paulo: Kairós, 1979.

SAVIANI, Demerval. **História das Idéias Pedagógicas**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOARES, Leôncio; GALVÃO, Ana Maria. Uma história da alfabetização de adultos no Brasil. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 3, p. 257-277.

WANDERLEY, Luiz Eduardo Waldemarin. **Educar para transformar**: educação popular, Igreja Católica, e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes, 1984.

Fontes

Carta do Padre Miguel M. Giambelli, a Diretoria da CNBB, a Nunciatura Apostólica, a equipe nacional do MEB e a todos os Bispos que tinha o Sistema de MEB em sua Diocese, de 19 de fevereiro de 1964. Localizada em: SERB. Livro de tombo, 1960 - 1972. (n. d.). Cúria Diocesana de Bragança.

SERB. Livro de tombo, 1960 -1972. (n. d.). Cúria Diocesana de Bragança



CHARGES COMO DOCUMENTOS HISTÓRICOS: IMAGINANDO O GOVERNO COLLOR (1990-1992)

CHARGES AS HISTORICAL DOCUMENTS: IMAGINING THE COLLOR GOVERNMENT (1990-1992)



CRISTIAN DE PAULA SALES MOREIRA JUNIOR¹¹⁰

Resumo

Tentamos identificar a maneira como as charges e demais produções gráficas são e atuam como documentos do processo histórico brasileiro. As charges e demais produções gráficas são apropriadas, aqui, como fontes históricas. Para isso se fez necessário, nesta pesquisa, refletir sobre a relação das charges com o contexto do período, com a imprensa e com a própria ciência História. Ao se fazer uma análise historiográfica, percebe-se que a historiografia tradicional relegou as imagens uma posição de subalternidade em uma “hierarquia” das fontes históricas. Este fenômeno é uma herança histórica do iluminismo que priorizou o texto. Esta visão, no presente momento, está quase superada pelos historiadores, mas ainda exige avanços. Aplicamos estas ideias na análise de charges referentes ao governo Collor (1990-1992).

Palavras-chave: Governo Collor; charges; História da Imprensa.

Abstract

We tried to identify the way in which cartoons and other graphic productions are and act as documents of the Brazilian historical process. For this, it was necessary, in this research, to reflect on the relationship of the cartoons with the context of the period, with the press and with the science of History. When carrying out a historiographic analysis, it is clear that traditional historiography has relegated images to a subordinate position in a “hierarchy” of historical sources. This phenomenon is a historical legacy of the Enlightenment that prioritized the text. This vision, at the present time, is almost surpassed by historians, but it still requires advances. We tried these ideas in the analysis of cartoons in reference to the Collor’s government (1990-1992).

Keywords: Collor Government; cartoons; Press History.

Introdução

Não se pode ignorar que as charges, mesmo possuindo dinâmicas e atribuições que lhes são próprias, são veiculadas em jornais e refletem, dialeticamente, suas

¹¹⁰ Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás – UFG. E-mail: cristian.knd@gmail.com.



condições. Estes veículos de mídia impressa, aqui como em outros casos, são um importante meio de comunicação e organização política. Em geral, a informação é veiculada de três possíveis formas: na disposição do material do jornal; na dinâmica em favor ou contra os agentes da atualidade, sob a qual as charges fazem todo sentido; e na organização narrativa do objetivo, que se evidencia na narrativa, também construída pelas charges.

Acreditamos que esta narrativa das charges é, de fato, uma produção simbólica da realidade, e não apenas uma tentativa de a reproduzir. Jean-François Tétu (1997) diz que o jornal “faz acreditar”. Não especificamente nos fatos veiculados pelas notícias e informações, mas em uma “realidade” produzida por ele. Também acreditamos que “o jornal constrói o acontecimento”, como diria Verón (1987).

Em um tempo não muito distante, muitas pessoas tinham o hábito de nas primeiras horas do dia olharem os jornais. Até mesmo nos dias de hoje (mesmo que, pela intuição, acreditamos ser mais raro), poucas pessoas deixam de olhar as charges do dia. Eu mesmo, quando era criança, sempre pegava os jornais para ver as charges, mesmo que não entendesse muito bem o que elas queriam dizer, ou as mensagens que transmitiam. Este fenômeno acontece porque a charge não requer o mesmo tempo que o texto para leitura. Sob a lógica do capitalismo, no dia a dia, de que “tempo é dinheiro”, isto é muito importante. Nem mesmo uma habilidade de leitura, levando-se em consideração o caráter imagético das charges (de simultânea compreensão), é necessária.

Para entender a charge, no entanto, é necessário estar inserido no contexto em que ela atua e representa, se não a nível empírico, ao menos a nível de estudos históricos. É o que pretendemos neste trabalho. Isto acontece porque as charges, apesar de sua aparente fácil compreensão, dependem de certas chaves de interpretação que apenas o contexto histórico, bem como seu contexto social e político pode fornecer. E, apesar de possuir elementos em comum, é necessário destacar, também, que existe diferenças entre charges e caricaturas. As caricaturas se referem a apenas um indivíduo, representando de forma exagerada os traços estéticos mais marcantes do mesmo, enquanto as charges representam um contexto, uma situação política (ocupar posição de destaque no debate público é, segundo Rodrigo de Sá Motta (2016), ocupar destaque nas charges). Em outras palavras, há caricatura nas charges, mas não o inverso.

Pretendemos, também, apontar que as charges podem ser trabalhadas de forma dialética. Esta proposta se justifica pela impossibilidade de imparcialidade das charges:



elas são um produto cultural que implica nas ideias e visão de mundo de seu autor, bem como determina e é determinada, ao mesmo tempo, pela linha editorial do jornal, ou do meio em que está inserida. De acordo com Rodrigo Pato de Sá Motta (2016), as caricaturas – que se diferenciam das charges por se referirem a apenas um indivíduo, retratando seus traços mais marcantes de forma grotesca ou ridícula –, ilustram a posição política do jornal, expressando o ponto de vista do periódico sobre os temas em discussão na sociedade. Entretanto, o artista, seja ele um caricaturista ou um chargista, ao se expressar sobre temas políticos, está não só representando o posicionamento do jornal, mas também sintetizando um ponto de vista que lhe é próprio. Sua arte se torna, assim, um instrumento político, também atuante. É uma forma de intervenção do autor no debate público, isto é, existe uma certa autonomia. Assim sendo, as charges se justificam como uma fonte legítima para análises históricas, assim como os textos jornalísticos também foram por muito tempo, e ainda são.

Encontramos uma metodologia simples para análises das charges em Vinícius Liebel (2005). Em primeiro lugar, destaca-se a percepção das características do veículo no qual as charges estão vinculadas. A linha editorial do jornal, por exemplo, instrui o historiador sobre qual público se pretende alcançar. É de se esperar que uma charge veiculada no *Völkischer Beobachter*, jornal oficial do Partido Nazista, jamais falaria bem de judeus e comunistas em detrimento dos nazistas, por exemplo. Pode-se supor, também, que nem judeus nem comunistas fossem consumidores regulares deste jornal. Talvez até os comprassem por motivações específicas, como forma de se informar sobre os ataques do grupo rival, ou para pesquisas críticas, mas não seria uma regra e, sim, uma exceção. Pode-se, inclusive, entender os jornais como aparelhos de hegemonia.

Em segundo lugar, partimos para a percepção de qual a composição da charge, levando especialmente em consideração o lugar onde a charge é ambientada, as mensagens contidas em primeiro ou segundo plano, e até mesmo as expressões dos personagens. É necessária a caracterização dos personagens, para que possamos reconhecê-los. Neste aspecto específico, destaca-se que os artistas utilizam o recurso da caricatura,

um desenho humorístico satirizando os principais traços do retratado, mas sem exageros, pois assim o reconhecimento fica falho [...]. O teor da charge, entretanto, se encontra nos traços não permanentes. Constituem os traços não permanentes das caricaturas aqueles utilizados pelo desenhista para demonstrar as emoções dos personagens (LIEBEL, 2005, p. 3).



No entanto, as grandes armas políticas das charges não são os detalhes técnicos de sua produção. Na verdade, é o humor que atua como “agente corrosivo” (LIEBEL, 2005, p. 4), o que nos leva a interseccionar com este assunto. Umberto Eco aponta para uma relação entre humor (riso) e perda de medo. Sigmund Freud (1977) também possui contribuições a este respeito. Humor seria, para este, o prazer existente em, mesmo que por poucos momentos, sentir-se livre de certas amarras sociais.

O ato de rir, seja de um político específico, ou de uma situação política, pode mitigar a relação de autoridade que se exerce sobre as pessoas e suas opiniões. Ao estudar as charges, estamos direcionando nosso olhar a aspectos de toda uma sociedade, ou de um setor dela, e as opiniões que determinam e são determinadas por elas, simultaneamente.

A partir disto, percebemos que os campos da História com os quais o estudo das charges dialoga são os da História do Tempo Presente, História da Imprensa, História e Humor e História e Imagem (em um sentido mais ou menos limitado, pois nos referimos apenas às charges). Passaremos para uma breve apresentação de como se dá o diálogo com estes campos. Mas antes, um breve apontamento histórico sobre as charges no Brasil.

Importante contribuição para este campo é a obra da historiadora Isabel Lustosa (1989;1998). A autora problematiza o “mito da cordialidade”, expressão duramente criticada pela sociologia e que tem origem no livro “Raízes do Brasil”, um clássico de Sérgio Buarque de Holanda. Esse conceito apresenta uma certa pacificidade, ou passividade, do brasileiro diante de conflitos, uma certa tendência para a não violência, que seria consequência da ausência de uma tradição revolucionária. Estariam incluídos neste “mito”, o assim chamado “jeitinho brasileiro”, a impressão pessoal em relacionamentos públicos, dentre outros fatores do cotidiano brasileiro. Segundo a autora, este mito teria sido duramente criticado pela esquerda marxista por ignorar a violência na relação entre Estado e cidadãos no Brasil que, em Sérgio Buarque, é tida como uma espécie de projeção do patriarcado familiar.

Mas o interessante para nós aqui é que, para a autora, uma confirmação aparente é lançada sob a tal tese do mito da cordialidade: a caricatura brasileira. Para ela, neste artigo de 1998, a crítica à política e aos políticos da caricatura teria sido sempre cordial. Poderia ser, talvez, uma espécie de “amortização” da sua atividade. Para ela, nem mesmo os presidentes mais tiranos da república haviam sido “massacrados pela caricatura” (LUSTOSA, 1998).



A autora parece intuir que, por causa da forte censura da ditadura militar (de 1964 a 1985), era de se esperar uma certa movimentação crítica mais forte das charges e caricaturas que voltassem aos jornais no chamado período de redemocratização, embora isto não tenha acontecido. Mesmo reconhecendo a dinâmica do processo de abertura política - isto é, um processo tutelado, dirigido pelos próprios militares, o que faz com que as charges e caricaturas se concretizem num momento em que a Ditadura já havia sido aparentemente concluída -, a autora aposta na tese da cordialidade.

Existe, para ela, o elemento do humor desde os primórdios da imprensa brasileira. Aponta-se que, mesmo no século XIX, quando dos jornais com teor sério e preocupado com mudanças sociais profundas, havia um espaço, por mais que mínimo, para uma certa ironia humorística com a situação, ou com os políticos que a representavam.

No entanto a caricatura só se torna um elemento frequente, parte constitutiva da imprensa, a partir de 1837, quando da revista ilustrada *Lanterna Mágica*. Interessante que, até o final do século XIX a caricatura brasileira era produzida principalmente por estrangeiros, dentre os quais os italianos Ângelo Agostini (que chega ao Brasil em 1867) e Luigi Borgomaniero.

Ângelo Agostini, com sua *Revista Ilustrada* (1876 - 1898)¹¹¹ representa, para a autora, uma inflexão no estilo do humor de imprensa no Brasil. Além de ter fundado várias outras revistas, deixou seguidores que continuaram a trabalhar nos caminhos abertos por ele. No entanto, com o desenvolver do processo histórico, o humor permaneceu, nas palavras da autora, uma “alternativa contra a violência do regime” e, assim, uma linguagem consolidada na imprensa (LUSTOSA, 1998, p. 78).

Para a autora, ainda, uma caricatura “genuinamente brasileira” nasce na virada do século XIX para o XX, com Raul Pederneiras, Kalixto e J. Carlos. Com estes, a caricatura passa a adquirir um caráter mais formalizado da interpretação de cada autor sobre a situação política, bem como é evidenciada a diferença nos traços e no estilo. O principal alvo das críticas chárgicas do momento era o presidente Hermes da Fonseca, consagrado com chiste na imagem de “Dudu da urucubaca” (LUSTOSA, 1998).

¹¹¹ A mesma revista serviu um papel importante ao acompanhar os processos e conflitos quando da instauração da República no Brasil, segundo Isabel Lustosa. “Detalhista, a Revista fazia a crônica dos acontecimentos políticos da semana na página central, em seqüências de desenhos que fazem lembrar as modernas histórias em quadrinho” (LUSTOSA, 1998). Parece também haver uma mudança de posicionamento de crítica, para com os políticos da monarquia, para de glamourização para os políticos da república.



Se o nascimento da república é o momento do nascimento da “verdadeira caricatura brasileira” e seu apogeu, a partir do governo Vargas a situação muda um pouco. Este momento está associado ao desenvolvimento de novas tecnologias de imprensa que possibilitam um maior uso e disseminação de imagens, reduzindo o espaço das caricaturas e charges. Nesse período, apesar da violência contra comunistas e integralistas, presos políticos no geral, bem como pelo contexto da Revolução de 1930 que já seria em si violento, Vargas não protagonizou uma imagem negativa nas caricaturas. Talvez pelo fato de contar com o Departamento de Imprensa e Propaganda, o fato é que, com a implementação da legislação trabalhista, a imagem que se consagrou de Vargas, segundo a professora Isabel Lustosa, é a de “pai dos pobres” (LUSTOSA, 1998). O que queremos demonstrar, na verdade, é a forma como as charges e as caricaturas não só refletem uma realidade política, como geralmente se acredita no senso comum, mas intervém no cenário político ao mesmo tempo, embora no artigo a professora não reproduza uma charge sequer.

A exemplo disto, a autora destaca em seu artigo que o que mais chamava atenção nas caricaturas sobre Vargas era o seu “continuismo” ou o ímpeto de permanecer do poder. Após o golpe de 1964, a produção chárstica teve que driblar os aparelhos de censura. Importante, na época, é *O Pasquim*¹¹² (Rio de Janeiro) que reunia um grupo de jornalistas e caricaturistas que, com humor e irreverência, criticavam o golpe, o regime e as elites brasileiras que se identificavam com eles. Importante, para nós também, é o fato de que este periódico viria a influenciar os chargistas que produziram as charges que apresentaremos ao final deste trabalho, como herança histórica. Interessante que, na época em que o artigo foi escrito, a autora destacava um certo caráter de “crise” da produção chárstica, que passa a ocupar um lugar talvez menos importante do que quando da sua primeira e segunda fases. Mesmo assim, reconhece algo que estamos tentando estabelecer aqui: as charges e as caricaturas continuam sendo uma expressão importante da imprensa (LUSTOSA, 1998).

Mesmo assim, como já mencionamos, o que existe de mais especial nas charges não são seus detalhes técnicos, mas o humor. Liebel (2005) desenvolve uma intersecção com o proposto por Umberto Eco a partir de Freud. Na teoria freudiana do humor, o psicanalista acreditaria no riso como uma ferramenta liberalizante de emoções e sentimentos reprimidos. Uma espécie de válvula de escape psicológica que promove

¹¹² *O Pasquim* foi um periódico de humor nascido no Rio de Janeiro da década de 1970, em oposição à ditadura militar, reunindo um importante grupo de jornalistas, desenhistas e chargistas.



prazer justamente por romper com determinadas tensões de estresse emocionais causadas por situações sociais, relações afetivas, dentre outros. Ou seja, o Humor, em Freud, seria o prazer por, em poucos momentos, “sentir-se livre das amarras sociais a que estava atado” (LIEBEL, 2005, p. 6). O autor conclui que a sociedade é moldada por um imaginário que é influenciado pelos jornais e pelas charges que eles contêm. Rir de um político, de uma ação, ou de um agente de poder mina a autoridade que este exerce sobre a população e sobre o “imaginário”. Desta forma, ao estudar as charges estamos estudando características de toda uma sociedade, ou de um segmento dela, e o imaginário que a determina e, acrescenta-se, é determinado por ela.

Elias Saliba, pesquisador de História Cultural do Humor na USP, destaca que “o humor é parte essencial da natureza humana” (SALIBA, 2002). Talvez por isso seja tema de estudo dos mais variados campos da ciência, embora na História necessite de avanços. O artigo do professor caminha no sentido de validar a constituição de campos de estudo para o tema da História Cultural do humor (SALIBA, 2020). Interessante para nós é que, por mais que as pesquisas nessa área sejam ainda inconclusivas ou em vias de realização, o riso, ou em última instância o humor em si e suas mais variadas formas e expressões (como as charges, por exemplo) não tem seu valor nas piadas, nas chamadas “incongruências” da realidade, mas sim em uma relação, ou melhor, em uma “interação social”. Reconhecemos que a linguagem, inclusive a visual, é elemento fundamental do processo, embora o limite deste trabalho não nos permita aprofundar sobre o tema, ao invés de apenas passar por ele. Importante também que o professor traz à discussão a tese de Habermas em que a leitura, mas também os impressos, possibilitaram a formação de uma opinião pública que se projetasse das esferas literárias para a esfera pública propriamente (SALIBA, 2002). De fato, “ler” não se refere só a textos, e faz parte das nossas ideias que as charges contribuem para uma politização na esfera pública das situações políticas, ou da realidade política.

Numa tentativa de releitura, a partir de novos caminhos, do início do século XX, o autor destaca a representação humorística brasileira. Acima de tudo, destaca-se que o humor e o riso são fundamentalmente históricos (SALIBA, 2002). No entanto, as charges estão muito além do humor. Ou melhor, elas não são só humor. São o que, então?

Passamos aqui para uma constatação que vem sendo construída nas entrelinhas deste trabalho: não se pode desvincular as charges da imprensa, onde elas estão inseridas e submetidas a um conselho editorial. Mas isto acontece também porque a



interpretação das charges exige, geralmente, um conhecimento sobre fatos ocorridos na sociedade. Por isso, é importante que se fique atento às notícias e aos fatos importantes que veiculam na imprensa em que as charges são produzidas. Existe uma forma dialética com que a leitura das charges pode induzir a leitura das outras notícias dos jornais. Pois bem, os jornais já estão comprados. Como já mencionado anteriormente, eles atuam como mais do que uma mercadoria: eles objetivam o convencimento da população, a influência da opinião pública. Então as charges induzem os leitores a lerem as outras notícias, não pelo consumo, mas pelo convencimento.

Concordamos com uma ideia central que atravessa livro “História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder”, organizado por Lúcia Maria Neves, Marco Morel e Tânia M. Bessone (2006): a de que veículos de imprensa não apenas refletem ou se “colam” a realidade, a se tornar uma espécie de anexo ou apêndice, isto é, um meio de transmissão das informações com os quais os verdadeiros fatos e acontecimentos não possuem nenhuma dependência; mas constituem, na verdade, a própria realidade, como parte integrante dela, sendo determinada e determinante ao mesmo tempo. É uma concepção dialética. A relação entre História e imprensa se torna, então, uma relação tensionada.

Não é de hoje que se constata, tradicionalmente, os dois campos para o estudo das relações entre História e Imprensa, a saber: a) História da Imprensa, que procura historicizar a imprensa, isto é, contextualizar o processo de desenvolvimento histórico dos órgãos de imprensa e abordar suas principais características e problemas; b) História através da imprensa, na qual se circunscreveriam trabalhos que tomam a imprensa como fonte primária, ou ainda secundária, para a pesquisa em História.

Mas o problema fica ainda maior quando o período histórico que se propõe a estudar é muito recente, ou melhor, insere-se no campo da História do Tempo Presente. É consagrada a leitura de Hegel de que “a coruja de minerva só levanta voo ao entardecer”, querendo dizer que os especialistas, principalmente da História e da Filosofia, só podem definir um processo (ele entendia que todo processo só pode ser observado como um Todo) quando ele se conclui. Como podemos fazer isto, então, se as consequências do processo histórico que nos propomos a estudar aqui neste trabalho parecem estar em movimento até hoje?

As professoras da Universidade Federal Fluminense fizeram uma entrevista interessante com o Professor Henry Rousso, especialista em História do tempo presente, em 2018. Elas ressaltam que “Nos últimos anos, [o professor] tem se dedicado ao



estudo da história da memória coletiva e dos usos do passado, campo que ajudou a construir” (AREND; MACEDO, 2009).

O professor coloca, na entrevista, que a História do Tempo Presente está, nos últimos anos, cada vez mais a ser identificada como o que ele chama de “história pública”, isto é, um campo do conhecimento mais popularizado (acrescentamos que com um certo teor de vulgarização, mas não que isto seja ruim), para além dos limites acadêmicos. Isto se deve a uma certa relevância social de temas recentes na História da humanidade, como no Brasil, por exemplo, a saída da ditadura militar, as lutas e os processos de redemocratização, o esforço para criação de um projeto nacional, dentre outros fatores (AREND; MACEDO, 2009).

O professor mostra ao longo da entrevista que, enquanto os historiadores de épocas antigas têm de se projetar no período estudado, tentar se aproximar dele e das suas experiências, na tentativa de alcançar a maior verossimilhança dos fatos, fenômenos e processos, o historiador do tempo presente têm de fazer um certo movimento inverso: tentar se afastar do seu próprio tempo, das testemunhas, dos “atores históricos” que ele mesmo presencia, interroga ou pesquisa (AREND; MACEDO, 2009). Nesse movimento está a tentativa de alcançar um “equilíbrio” entre experiência e conhecimento, isto é, entre o que a testemunha narra de acordo com sua vivência, com as lembranças e memórias subjetivas, e aquele passado que para o historiador é estranho, exterior.

Assim, a História do Tempo Presente, tem como objetivo, segundo o professor, destacar o caráter mutante de nossa relação com os fenômenos históricos ou políticos, bem como do passado, e, ao mesmo tempo, “relativizar” aquilo que aparece para as pessoas, no presente, como “novo” (AREND; MACEDO, 2009).

O historiador explica que existem duas maneiras de definir o campo História do Tempo Presente. A primeira maneira está relacionada com a criação, na França, do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) entre 1978 e 1980. Este instituto tinha como objetivo trabalhar a História Contemporânea no seu sentido etimológico, isto é, uma História em que o historiador investiga seu próprio tempo, sua própria experiência histórica, e com testemunhas vivas. Investigar a História ao mesmo tempo em que ela caminha. Caminhar com ela. A segunda maneira está justamente na confusão do termo “Contemporâneo” pois que, na historiografia francesa, ele se desvincula de sua significação direta e passa a se referir a um recorte no tempo histórico que se inicia com a Revolução Francesa (AREND; MACEDO, 2009).



Importante reflexão sobre o campo da História do Tempo Presente é desenvolvida pelo professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Carlos Fico (2012), ao tratar dos “fundos documentais” produzidos pelo regime militar a partir da noção de “eventos traumáticos”. O professor destaca que o conhecimento histórico produzido no campo da História do Tempo Presente pode vir a conflitar com o testemunho daqueles que viveram os fenômenos que o historiador está procurando explicar. Isto acontece por causa de certa natural “imbricação” da História do Tempo Presente com a política. Na política, recorta-se a experiência histórica de acordo com interesses ideológicos, principalmente na opinião pública e no senso comum, o que pode vir a gerar conflito com a explicação narrativa dos historiadores (FICO, 2012).

Esse conflito existe também na historiografia. O professor destaca que desde a Antiguidade, passando pela Idade Média e chegando à Era Contemporânea, o testemunho ocular da experiência histórica tem grande valor. Historiadores que vivenciaram os fenômenos históricos que se propõe a estudar se colocam como mais qualificados para explicá-los (FICO, 2012). Com o passar do tempo, na historiografia moderna e contemporânea, a pretensa objetividade que surge nos interesses do fazer histórico passam a desqualificar o testemunho ocular por considerá-lo imerso nas contradições que se propõe e, portanto, impossível de fazer uma análise imparcial. Hoje o movimento da historiografia parece retomar o entender da impossibilidade de imparcialidade no universo do pensamento e, por tanto, no fazer histórico. Mas as consequências e limites para deste entendimento para a História do Tempo Presente está ainda em movimento.

As charges sobre o Governo Collor (1990-1992)

Passemos, então, a um exercício prático de como utilizar as charges como documentos históricos a partir do exemplo do Governo Collor (1990-1992).



Figura 1 – Charge publicada no jornal Folha de São Paulo



Fonte: Folha de São Paulo, São Paulo, 25 de dezembro de 1989. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10823&anchor=4097325&origem=busca&pd=9250aab02a85b1249c6c63b6fe3ff7bc>. Acesso em: 08 abr. 2020.

A charge acima se refere a uma conjuntura peculiar. O processo eleitoral de 1989 se encerrou com o segundo turno em um domingo, dia 17 de dezembro de 1989. Fernando Collor, primeiro presidente democraticamente eleito após a ditadura militar, só viria a tomar posse do governo em 15 de março de 1990. Este espaço de tempo gerou um certo vácuo de legitimidade de poder, pelo fato de Sarney não ter sido eleito pelo voto popular. A charge não só denuncia, mas cria, no plano simbólico, a forma como o país ficou estagnado, sem movimentação. Collor aparece, na charge, reconhecido pela sua caricatura: corte de cabelo bem determinado, bem como o nariz avantajado. Aparece como um salva-vidas em ação, isto é, em horário de trabalho.

A charge, ao colocar Collor nesta situação, também cria a ideia de que, no imaginário popular, ele pudesse ser o único a “salvar” a situação. Político construído pela mídia como *outsider*, o primeiro democraticamente eleito, representava a mudança, a salvação que o país precisava em um momento tão conturbado, simbolicamente um afogamento. No plano de fundo existe esta figura se afogando. Como a caricatura não está muito bem definida, pelo bigode talvez possa ser reconhecido como Sarney, e a forma como estava sem condições de governar (sobre isto ver TOSI, 2000).

Fernando Collor só entraria em ação em três meses. Até lá o jeito era aplicar especulações e projetar hipóteses. O próprio hábito de apresentar os ministros era tradicionalmente feito em cima da hora, isto é, no momento da posse. Um editorial do



jornal *Folha de São Paulo*, de forma crítica, na mesma página em que a charge foi publicada, defendia a ideia de que se Fernando Collor cumprisse esta tradição, fazendo uma indicação com antecedência, teria a vantagem de permitir o entrosamento das equipes com os problemas que se viria a enfrentar, talvez salvar o que se está afogando. Ou seja, arrumar-se-ia a casa para a transição para um governo que não mais negligenciaria o trabalho. Seria uma forma de o presidente mostrar que não perde tempo, que estaria empenhado na mudança da realidade da crise que o país enfrentava.

No entanto, a charge demonstra que o presidente eleito parecia pouco estar se importando com isso. Veja o descompromisso de Collor através de sua fala: “Aguenta só mais uns três meses”. Estaria, de fato, negligenciando o trabalho. Inclusive havia recusado uma antecipação da posse, permitida por mecanismos constitucionais. Quer dizer, não adianta mesmo. Só começaria a trabalhar para salvar o país, depois. Aguardaria ainda mais “uns três meses” para salvar o que se afogava, em última instância o país. Ou mesmo, o deixaria se afogar sem salvá-lo, para que não houvesse nenhuma associação entre os dois governos.

Apesar de ter sido eleito com mais da metade dos votantes, 35 milhões de pessoas, com o tempo Collor foi perdendo o prestígio popular, cada vez mais acusado de corrupção e perdendo a governabilidade, isto é, a capacidade de governar o país. Alguns autores destacam que o processo de *impeachment* do então presidente Collor ainda é motivo de controvérsias, naquela época e podemos projetar para hoje, entre os estudiosos. Essas controvérsias se acentuam pelos eventos recentes da História do nosso país. Eles levantam que muito pouca atenção o tema da corrupção havia conquistado entre os estudos acadêmicos que privilegiaram, por muito tempo, características pessoais do presidente ou características muito específicas de seu governo e das circunstâncias.

Discutindo a personalidade e a imagem simbólica do presidente, destaca-se que muitos estudiosos apontaram ser estes os fatores essenciais para que o *impeachment* houvesse ocorrido. Essas interpretações abordam o interessante fator de que Collor representava uma espécie de choque contraditório entre um mundo tradicional, do qual pertencia por causa da família e suas relações com a política de Alagoas, e um mundo moderno, devido aos seus estudos em Brasília e na região sudeste, bem como seu envolvimento com os serviços de comunicação de massa (também pela família) e seus dois primeiros casamentos com mulheres que, de certa forma, representam cada uma um



tipo de padrão social. Destaca-se que, em Collor, houve importantíssimo fator de marketing político até então nunca antes visto na história política brasileira.

Para estas interpretações que privilegiam as características pessoais do então presidente, destaca-se que a edição de inúmeras Medidas Provisórias, e seu uso como instrumento político de não negociação, são um reflexo de sua personalidade autoritária, “mandona”.

Os autores constataam que a bibliografia que analisa o processo de *impeachment* do presidente Collor em 1992 pelo ponto de vista das instituições políticas brasileiras é pequena, se tomada em comparação com a quantidade de especialistas que existem nas academias nestas áreas.

Para estas interpretações, o presidencialismo seria mais tendente ao conflito e colapso, embora exista uma aparência de estabilidade e de “renovação dos quadros dirigentes”. No entanto, ele pode significar, também, uma ruptura brusca entre governos, e impedir uma certa continuidade de projetos para o país, o que causa certa dificuldade de estabilidade econômica, dentre outros fatores. Neste sentido, existiria sempre um conflito entre a Presidência da República, com um caráter naturalmente mais centralizador, e uma série de outras instituições políticas, reguladoras ou não, que atuam no sentido de descentralizar o poder, dissipando-o e capilarizando-o pelo sistema. Em teoria, este conflito se estabeleceria para o equilíbrio da democracia, mas na prática ele potencializa o conflito e a inércia de projetos para o país.

A questão é que, nesta interpretação, a personalidade do presidente simplesmente desaparece. Observe:



Figura 2 - Charge publicada no jornal Folha de São Paulo

Fonte: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 05 de maio de 1990. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11077&anchor=4056224&origem=busca&pd=33bb697f4efd494b80239ddfa706168>. Acesso em: 08 abr. 2020.

A charge transmite a ideia de que até mesmo recursos “espirituais” seriam utilizados para governar. Concretiza-se a ideia de incapacidade do presidente de lidar com crises. Esta charge é dividida em dois momentos, de acordo com as cenas. Na primeira, Collor está em aparição pública: está sendo filmado em uma coletiva de imprensa. Neste momento, ele mostra segurança e despreocupação. Quer criar a imagem de não haver crise.

O contexto histórico em que as charges são produzidas na imprensa, e que elas mesmas evidenciam, é de crise. Acreditamos, neste trabalho, que tal crise seja a de hegemonia burguesa, em conjunto com dissensões inter-burguesas no projeto neoliberal, o que gera a fragilidade da democracia recém-instalada. Os dois principais obstáculos à construção de uma hegemonia burguesa neoliberal foram: a instabilidade monetária, com índices de inflação muito altos; e o avanço da esquerda (principalmente de Lula). Estes fatores são o tempo todo representados nas charges, bem como crises e polêmicas mais “setoriais” do governo, o que representa a recomposição da unidade das classes dominantes em novas bases, assumindo, aqui, a imprensa produtora das charges (*Folha*

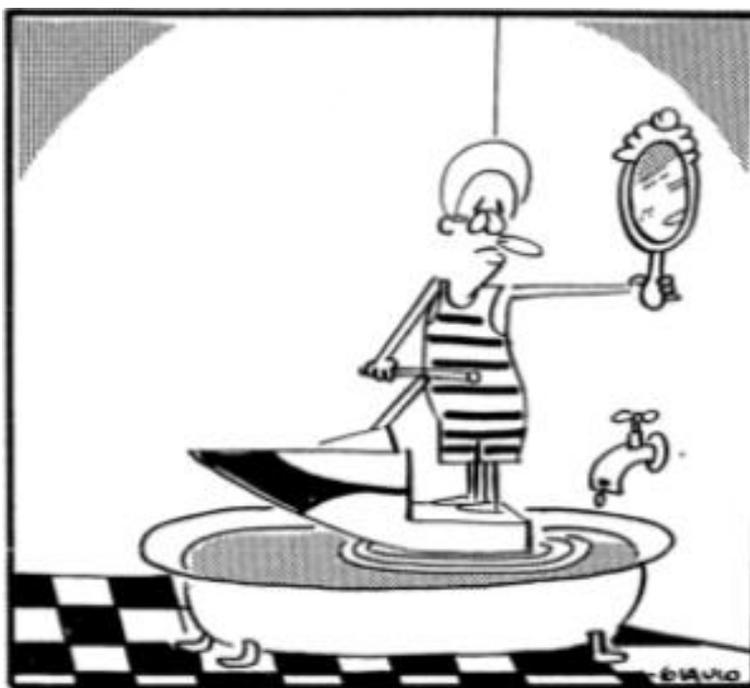


de São Paulo) como um aparelho de hegemonia representante da burguesia nacional, mas, dialeticamente, também representante de si mesma.

Em geral, desencadeia-se uma coalizão, tanto entre aparelhos de hegemonia vinculados à esquerda e à direita, quanto seus respectivos mecanismos de imprensa, que se baseou na insatisfação das diversas frações de classe com o governo Collor. Esta insatisfação é demonstrada de forma contraditória nas charges, pois, superando uma primeira fase em que boa parte, se não as totalidades, destas charges publicadas na *Folha de São Paulo*, simpatizaram-se com a candidatura, este periódico passa, ao longo dos dois anos de mandato, a assumir uma posição diferente com vistas a fortalecer as pressões para sua retirada. É nosso pressuposto, para o desenvolvimento deste trabalho, que até a burguesia, representante do capital nacional, temia que a impopularidade estabelecida no primeiro ano do governo se tornasse um descrédito do neoliberalismo.

Esta coalizão que incluía estes periódicos, posicionados a favor do capital nacional, significa, basicamente, um montante de interesses divergentes unificados momentaneamente pela remoção do governo, mas com expectativas futuras bem diferentes. Era uma convergência momentânea, mas uma divergência orgânica.

Figura 3 – Charge publicada no jornal Folha de São Paulo



Fonte: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 de outubro de 1992. Disponível em: https://acervo.folha.com.br/leitor_do?numero=11833&anchor=4927649&origem=busca&pd=6658c4d239150bd4f2cc3382ad470763. Acesso em: 30 abr. 2020.



Um outro exemplo que podemos destacar é o fato de as charges atuarem, também, na possibilidade do *impeachment*. Nos momentos finais do governo, tornam-se muito mais intensas e direcionadas ao processo de *impeachment* as charges publicadas no jornal *Folha de São Paulo*, bem como o apoio a presidência futura de Itamar. Collor, o presidente da “desunificação”, deveria ser substituído por Itamar, o da unificação. O tema se torna recorrente, inclusive, retratando o sucessor Itamar Franco como presidente, geralmente aliado a assuntos como esquemas de corrupção que envolviam Collor e Paulo Cesar Farias¹¹³, a briga na mídia com o irmão Pedro Collor, a instabilidade econômica resultante dos projetos econômicos desastrosos, dentre outras coisas.

Enquanto Itamar continuava se reunindo discretamente com os militares e com outras lideranças importantes, as charges o colocavam na posição de Collor simbolicamente. As charges o tratavam como possível novo presidente, e insistia muito no *impeachment*. Tosi (2000, p. 159) afirma que “nos meios de comunicação, nos meios empresariais e sindicais e nos partidos, a percepção de que a corrupção se tornara uma prática de governo alastrou-se com a rapidez das metástases”.

A luta pelo *impeachment* também poderia ser uma maneira de cada aparelho de hegemonia se qualificar politicamente para a sucessão de 1994, articulando apoio entre a mídia e a imprensa, por isso o papel fundamental assumido pelos jornais e suas produções de charge neste confronto político. O assunto em destaque nas discussões públicas consequentemente ocupa destaque nas charges. Assim, a aliança se desfez logo nos primeiros meses do governo Itamar, desencadeando uma crise de representação política e triunfando o projeto neoliberal.

Data de Submissão: 22/03/2022

Data de Aceite: 17/06/2022

Referências

AREND, S. M. F.; MACEDO, F. Sobre a História do Tempo Presente. Entrevista com o historiador Henry Rousso. Florianópolis: UDESC, 2009 (Entrevista - **Revista Tempo e Argumento** (UDESC)).

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Minas Gerais, v. 28, p. 43-59, 2012.

¹¹³ Empresário, tesoureiro e chefe de campanha de Fernando Collor.



FREUD, Sigmund. O humor, (1927). In: **Edição Standart das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1977, v. 21, p.189-194.

LIEBEL, Vinícius. Humor gráfico: apontamentos sobre a análise das charges na História. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.1596.pdf>. Acesso em: 30 de abr. 2020.

LUSTOSA, Isabel. **Histórias de Presidentes, A República No Catete**. Petrópolis/Rio de Janeiro: VOZES/FCRB, 1989.

LUSTOSA, Isabel. Tirania e humor no país do homem cordial. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 29, n. 1/2, p. 73-83, 1998.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. São Paulo: Alameda / Goiânia: Funape, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. Os expurgos de 1964 e o discurso anticorrupção na caricatura da grande imprensa. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 09-39, maio/ago. 2016.

MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, FRANCINE. Entrevista com Henry Rousso. **Tempo - Revista do Departamento de História da UFF**, v. 24, p. 388-393, 2018.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **O Brasil de Fernando a Fernando: neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994**. São Paulo: Unijui, 2000.

SALIBA, E. T. História Cultural do Humor: balanço provisório e perspectivas de pesquisas. **REVISTA DE HISTÓRIA**, p. 01, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/127332/135577>. Acesso: 16 jun. de 2020.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do Riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SALLUM Jr., Brasílio. CASARQUES, G. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova**, São Paulo, v. 82, p. 163-200, 2011.

TÉTU, Jean-François. A informação local: espaço público local e suas mediações. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O Jornal – da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 431-448.

VERÓN, Eliseo. Esquema para la análisis de la mediatización. **Revista Diálogos**, Lima, n. 37, 1987.

VILLA, Marco Antonio. **Collor presidente**: trinta meses de turbulências, reformas, intrigas e corrupção. São Paulo: Editora Record, 2016.



PONDERAÇÕES SOBRE O USO DA CATEGORIA TRAUMA NOS ESTUDOS AFRICANOS: FREUD E AS PERSPECTIVAS PÓS-COLONIAIS

CONSIDERATIONS ON THE USE OF THE TRAUMA CATEGORY IN AFRICAN STUDIES: FREUD AND POST-COLONIAL PERSPECTIVES



RAFAEL BARBOSA DE JESUS SANTANA¹¹⁴

Resumo

O presente artigo busca analisar, a partir de um ponto de vista teórico, as potencialidades e defasagens do conceito de trauma quando se trata do campo de estudos africanos. O artigo percorre as proposições de Sigmund Freud e as recentes críticas de pesquisadores(as) das ciências sociais e humanas partindo do que tem sido chamada de teoria do trauma pós-colonial. As ponderações são realizadas em diálogo com a metodologia da história global qualitativa, a qual mostrou-se adequada ao presente escrito como uma perspectiva interpretativa. O artigo aponta que o uso inconsequente e acrítico de ambas as vertentes teóricas do trauma pode levar o(a) estudioso(a) a essencialismos culturais que muitas vezes luta discursivamente contra e que o supracitado conceito não pode ser reduzido ao binarismo ocidental – oriental, devida à confluência de ideias, teorias e modos de vida no mundo globalizado.

Palavras-chave: África; Trauma; Teoria; História Global; Trauma Pós-Colonial.

Abstract

This article seeks to analyze, from a theoretical point of view, the potentialities and gaps of the concept of trauma when it comes to the field of African studies. The article explores Sigmund Freud's propositions and recent criticisms by researchers in the social and human sciences, starting from what has been called postcolonial trauma theory. The considerations are carried out in dialogue with the methodology of global history, which proved to be adequate for the present writing as an interpretive perspective. The article points out that the inconsequential and uncritical use of both theoretical strands of trauma can lead the scholar to cultural essentialisms that they often discursively struggle against and that the aforementioned concept cannot be reduced to the Western-Oriental binarism, due to the confluence of ideas, theories and ways of life in the globalized world.

Keywords: Africa; Trauma; Theory; Global History; Postcolonial trauma.

Introdução

De acordo com Chinua Achebe (2012), a guerra civil da Nigéria (1967-1970) gerou cenários de penúria, “um coquetel amargo de desespero, dando origem a patologias sociais e traumas psicológicos de todos os tipos – violência, extorsão e abuso

¹¹⁴ Mestre em História (2020-2022) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Doutorando em História pela mesma instituição (2022). Especialista em História e Cultura Afro-brasileira (2021) pela Faculdade de Educação São Luis (FESL), Especialista em Relações Internacionais Contemporâneas (2021-2022) pela UNIPAMPA. E-mail: rafael.santana.001@hotmail.com.



sexual” (ACHEBE, 2012, p. 76). Aqueles(as) que vivenciaram o conflito, tiveram que se acostumar em dormir com barulho de bombardeios, com a gritaria das pessoas que eram atingidas e em sentir “o que alguns moradores chamaram de ‘o fedor da morte’” (ACHEBE, 2012, p. 77). Em suma, “a agonia estava em toda parte” (ACHEBE, 2012, p. 88).

Este é um exemplo de evento traumático no continente africano que frequentemente é revisitado por autores de ficção e não-ficção. Autoras como Chimamanda Adichie, Chinelo Okparanta, Sefi Atta, Chris Abani são algumas das proeminentes romancistas nigerianas que, amiúde, representam em suas obras o “coquetel amargo” da guerra civil, nos termos de Achebe (2012), e seu consequente efeito: o trauma.

Considerando que guerras são sempre eventos violentos, que têm grande potencial para deixar cicatrizes sociais e individuais, vide as frequentes obras ocidentais e não-ocidentais em tratar dessa temática, é possível afirmar que essa danação “despovoava, despedaçava, separava, arrasava o mundo construído [...] dilacera [...] esfrangalha, eviscera. A guerra calcina. A guerra esquarteja. A guerra devasta” (SONTAG, 2003, p. 05). Por essas características, a guerra é essencialmente traumática, pois ela esgota, enfraquece e/ou deteriora a comunicação pelas palavras, deixando marcas físicas, materiais, psicológicas e simbólicas.

Essas foram algumas das considerações realizadas em minha dissertação de mestrado defendida no início de 2022. Contudo, tais afirmações foram baseadas em reflexões de um romancista (Chinua Achebe) e de uma cineasta/filósofa (Susan Sontag). No campo acadêmico historiográfico, qual é o peso e quais são as consequências da referência ao termo trauma em alusão a uma sociedade africana? Se o conceito de trauma é realmente ocidental, seria de bom tom epistemológico a sua utilização para eventos não ocidentais? É buscando responder essas problemáticas que as próximas páginas foram redigidas. O artigo está organizado em dois momentos: no primeiro traçarei brevemente as concepções freudianas sobre o trauma e no segundo, as críticas que são realizadas a tal corrente teórica, considerando as contribuições do que vem sendo nomeada de teoria do trauma pós-colonial e tensionando os limites de ambas correntes teóricas.

Freud e o trauma



Já em 1924, Freud pontuou que guerras são eventos que produzem situações traumáticas e, por conseguinte, seres traumatizados, tendo como amostra os(as) sobreviventes da Primeira Guerra Mundial. Conforme o autor, esses eventos têm este poder por causa do fator da surpresa, do susto, da singularidade dos mesmos (FREUD, 2016, p. 32), os quais impedem a preparação do indivíduo e da sociedade. Em outros termos, as experiências traumáticas são geradas num processo de economia, ou seja, uma experiência que em pouco tempo “traz para a vida psíquica um tal incremento de estímulos que sua resolução ou elaboração não é possível da forma costumeira, disso resultando inevitavelmente perturbações duradouras” (FREUD, 2014, p. 214). Sendo assim, de forma mais explícita,

Aquelas excitações de fora que são fortes o bastante para romper a proteção contra estímulos são chamadas por nós de traumáticas [...] Um acontecimento como o trauma exterior certamente produzirá uma tremenda perturbação no funcionamento energético do organismo e colocará em movimento todos os meios defensivos (FREUD, 2016, p. 53).

Como é perceptível, a teoria do trauma está calcificada na ideia da experiência. Isso deve-se à noção de que tal conceito está concatenado com as concepções de travessia e perigo; situações nas quais o sujeito da experiência é “alcançado, tombado, derrubado e, de certa forma, desconstruído, desnaturalizado, formado e transformado” (OLIVEIRA, 2017, p. 49). Ao gerar esses seres traumatizados, uma das manifestações pela qual o trauma evidencia-se é através dos sonhos. Isso porque

a vida onírica da neurose traumática apresenta a característica de reconduzir o paciente repetidamente à situação de seu acidente, da qual acorda com susto renovado [...] Acredita-se que o fato de a vivência traumática se impor repetidamente ao paciente até durante o sono seja precisamente uma prova da força da impressão deixada por essa vivência (FREUD, 2016, p. 33).

Baseado em Freud, Seligmann-Silva afirma que “a volta à cena do trauma (sobretudo nos sonhos) seria o resultado de um mecanismo de preparação para essa sobreexcitação que, patologicamente, vem atrasado” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 84-85); não obstante o sonho ser também o desejo de superar o trauma. Aliado a isso, as marcas deixadas por eventos violentos “são mais fortes e mais duradouras quando o processo que as deixou nunca chegou à consciência” (FREUD, 2016, p. 48). Assim ocorre dois movimentos: o recalçamento, ou seja, a submersão de memórias desagradáveis e violentas para as profundezas da mente, do inconsciente; e, nesta camada da mente é gerada, por sua vez, a neurose traumática, que é a



compulsão/excessividade relacionada a algo como uma tentativa de defender-se dos estímulos externos danosos.

Podemos tomar como exemplos de neurose: o medo, os *flashbacks*, a preocupação excessiva, a fobia e os sonhos. Estes últimos, chamados por Freud de “sonhos de angústia” e “sonhos dos neuróticos”, “obedecem antes à compulsão à repetição” (FREUD, 2016, p. 57). Destarte, o trauma é caracterizado pela compulsão à repetição mental dos acontecimentos violentos do passado e pela inadequação de nossa linguagem para abarcar a complexidade dos eventos limítrofes.

Os atos de compulsão à repetição tratam-se de uma reação à presença de um corpo estranho no indivíduo ou na sociedade, ou seja, “uma quantidade de excitação sobrepujante no Eu, não atada psiquicamente e que rompe a barreira de proteção ao estímulo do Eu” (BOHLEBER, 2007, p. 163-164). A compulsão nada mais é que a atualização da experiência traumática, “na esperança de assim atar psiquicamente a excitação” (BOHLEBER, 2007, p. 164). Nesta conjuntura, a narrativa sobre a vivência desestruturante é uma tentativa de domesticação do trauma, processo que ocorre na inserção da experiência em um sistema de ação causal e compreensível; afinal, o ser humano “não consegue viver prescindindo de explicações, procura atribuir ao trauma um sentido individual e tenta historiá-lo” (*Ibidem*), mesmo que a experiência traumática esteja baseada na ideia de caos, ou seja, aquilo que não é passível de planejamento, previsão ou organização.

A inacessibilidade do trauma em sua completude o torna indestrutível, colocando o eu consciente numa “luta permanente contra o retorno do recalçado” (BARATTO, 2009, p. 83). E mesmo quando o indivíduo consegue expor em palavras os fragmentos de sua experiência traumática, “o recalque não é removido e nem os seus efeitos são anulados” (BARATTO, 2009, p. 85). Essa ocupação mental com o passado acaba afastando o traumatizado do presente e do futuro, visto que os eventos traumáticos têm poder de abalar os fundamentos simbólicos das vidas das pessoas e dos grupos sociais. Em outras palavras,

as neuroses traumáticas dão nítidos sinais de que, em sua base, está uma fixação no momento do acidente traumático [...] [*Como se as pessoas*] jamais tivessem superado a situação traumática, ou seja, como se essa tarefa ainda se apresentasse diante deles, atual e intacta (FREUD, 2014, p. 214, grifos meus).

Como podemos observar até aqui, o trauma requer três momentos: o cotidiano referencial antes do evento, o evento catastrófico e o *a posteriori*, quando ocorre a



“produção de sua significação, no qual pode ter lugar o sintoma” (BARATTO, 2009, p. 77). Esse tempo entre o evento e a aparição de sintomas (fantasmas do passado) é chamado de período de incubação/latência. No campo sociológico, o *a posteriori* tem maior relevância, visto que a área busca valorizar “os efeitos do trauma no interior do círculo restrito daqueles que o viveram na família ou na comunidade e, mais além, no nível da sociedade e das gerações futuras” (LA SAGNA, 2015, p. 04).

O cotidiano referencial é a vida sem a excessividade traumática, período no qual aqueles(as) que vivenciaram um evento traumático recorrem para perceber que suas vidas foram marcadas por “um ‘antes’ carregado de certeza e convicção, de determinação e fixação e um ‘depois’ ameaçado pela incerteza e pela insegurança de habitar um mundo que foi capaz de permitir que tamanha atrocidade acontecesse” (OLIVEIRA, 2017, p. 51).

Para termos noção também sobre do que se trata esses eventos catastróficos, recorro a Márcio Seligman-Silva e Arthur Nestrovski (2000). Conforme os autores, catástrofe pode ser qualquer evento que cause algum tipo de desastre; por esta característica, catástrofe é “um evento que provoca um trauma” (SELIGMANN-SILVA; NESTROVSKI, 2000, p. 08), ou seja, uma ferida mental, corporal, material e simbólica, a qual dificulta qualquer tipo de expressão, visto que “não há parâmetro possível para a sua narrativa” (SELIGMANN-SILVA; NESTROVSKI, 2000, p. 09). Contudo, “não [tentar] contar perpetua a tirania do que passou” (*Ibidem*, grifo meu). Neste ato, “o que vêm à tona, então, de forma filtrada, são fragmentos, ou cacos de uma memória esmagada pela força de ocorrências que não chegam nunca a se cristalizar em compreensão ou lembrança” (SELIGMANN-SILVA; NESTROVSKI, 2000, p. 10).

Dialogando com as perspectivas de Freud, Baratto, Seligman-Silva e Nestrovski, Shoshana Felman (2000) pontua que o testemunho de um evento traumático é

composto de pequenas partes de memória que foram oprimidas pelas ocorrências que não tinham se assentado como compreensão ou lembrança, atos que não podem ser construídos como saber nem assimilados à plena cognição, eventos em excesso em relação aos nossos quadros referenciais (FELMAN, 2000, p. 18).

Então, como vários(as) outros(as) autores(as), Felman afirma que a narrativa da experiência traumática “não é um discurso completo, um relato totalizador desses eventos” (FELMAN, 2000, p. 18). Felman pontua ainda que escrever em situações de violência, funciona “como um ato de testemunhar o trauma da sobrevivência”



(FELMAN, 2000, p. 22). Entretanto, os efeitos e impactos negativos que um evento potencialmente traumático causam não somem, suas repercussões, “exatamente em sua natureza incontrolada e não antecipada, continua a se desenvolver, mesmo no próprio processo do testemunho” (FELMAN, 2000, p. 34-35). Quando me refiro a eventos traumáticos levo em consideração os dois caminhos paradoxos que os eventos suscitam: o silêncio gerado pela incapacidade de formulações e a necessidade de verbalização, ainda que a mesma seja fragmentária, fruto da clivagem do ser.

Sobre a questão da testemunha de eventos traumáticos é importante salientar mais uma vez que, trata-se de uma afasia, ou seja, existe uma dificuldade de expressar o trauma. O(a) traumatizado(a) consegue narrar, mas a escuta atenta, amiúde, são de outros traumatizados. Sendo assim, a grande questão que envolve a dificuldade de representação deste evento é – e aqui eu trago a questão que Seligmann-Silva (2000) faz em relação a eventos traumáticos de modo geral: “como representar algo que vai além da nossa capacidade de imaginar e representar?” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 79). Desta forma, concordo inteiramente com Nastrovski (2000), quando o mesmo afirma que as experiências traumáticas não são explicáveis, visto que “a explicação fica perto demais da compreensão e, a compreensão, da justificativa” (NESTROVSKI, 2000, p. 187).

Alude-se aqui sobre um evento sublime, ou seja, um ocorrido excessivo, ofuscante, que causa “cegamento por uma luz de intensidade semelhante à do sol [que] obscurece e desarma a nossa capacidade de pensar” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 80, grifo meu). Para o autor, o sublime representa “uma hipérbole que não pode ser controlada e que descontrola quem a contempla” (*ibidem*). O sublime não tem limites, transborda, por esses aspectos, está intrinsecamente relacionado com a geração de medo, um dos sintomas do trauma.

A teoria pós-colonial do trauma

Há quem afirme que a teoria do trauma convencional marginalizou e ignorou as experiências traumáticas das sociedades africanas e minoritárias, não considerando outras formas de lidar com a dor. A argelina Amina Saker (2019) argumenta que a teoria do trauma pós-colonial “invoca questões diferentes em comparação com o modelo clássico [...] [e] contextualiza o trauma para o evento e para a pessoa” (SAKER, 2019, p. 200, grifo meu).



De forma semelhante, a autora britânica Anne Whitehead (2008) declara que o trauma é como outras categorias, produto da história e da cultura, estando restrito a um tempo e espaço específico, não sendo universal. De acordo com a britânica, esta categoria analítica surgiu no final do século XIX, preocupada com questões ocidentais, da classe média europeia urbana e culta, ou seja, uma classificação parcial da realidade. Nesta concepção, a aplicação desse conceito para entender sociedades não ocidentais seria limitada. Como argumentos, Whitehead (2008) expõe que: a teoria do trauma ocidental está muito baseada na concepção individual e se propõe como completa, a ponto de poder ser aplicada em diferentes localidades, que em si representa o eurocentrismo. Adotar esta categoria para analisar eventos africanos silenciaria novamente essas sociedades.

Para Irene Visser (2016), a aplicação da teoria do trauma para contextos não-ocidentais começou a ser problematizada com força no final da primeira década do século XXI, com os estudos de Rothberg. Desde então, a mencionada teoria tem sofrido o processo de descolonização. Uma das críticas à teoria do trauma é a de que, em sua gênese, não se preocupava com a violência da colonização, ou seja, com os eventos de longa duração que não estão restritos a um único tempo, nem têm bem definido quem são as vítimas e quem são os perpetradores. Um dos exemplos mencionados por Visser (2016) é o racismo, um evento diário, teoricamente não-singular e ordinário.

Justine Seran (2016) e Charlotte Mackay (2018) entendem que para usarmos o conceito de trauma para analisar sociedades não-ocidentais é necessário revisarmos a ideia do trauma como um evento inesperado, extraordinário, extremo e catastrófico. Seran (2016) afirma que é fundamental atentarmos para as naturezas herdadas de certas formas de trauma histórico e para a natureza traumática da vida cotidiana de populações subalternas. Martínez-Falquina (2016) diz que um dos problemas do conceito de trauma ocidental é que este tem foco no trauma psíquico, em “detrimento de uma atenção adequada às condições materiais - econômicas, sociológicas, políticas, etc. - que afetam as pessoas e determinam sua reação à experiência traumática” (MARTÍNEZ-FALQUINA, 2016, p. 127).

Pelo que a autora ressalta, assim como Clark (2016), a teoria “ocidental” do trauma serviria como instrumento de colonização, vitimização e patologização dos grupos subalternos. Em acréscimo, correríamos “o risco de homogeneização, ou o silenciamento de diferentes formas de perceber, responder e representar traumas, que podem, em última análise, reforçar as relações (neo)coloniais” (MARTÍNEZ-



FALQUINA, 2016, p. 131) e desconsiderar as diferenças e particularidades culturais/sociais. Assim, é defendido por esta corrente teórica que os povos não-ocidentais têm formas próprias de lidar com a violência, luto, dor, sofrimento, expropriação e perda. Aqui reside uma das principais críticas à concepção tradicional do trauma: a suposta falta de elo entre as formulações acadêmicas ocidentais e as vivências de outras localidades do globo. No entanto, conforme Mackay (2018), para Caruth, uma das primeiras autoras a dissertar sobre traumas sociais, o próprio trauma é o elo entre as culturas.

Saker, Whitehead, Visser, Seran, Martínez-Falquina, Clark e Mackay não estão sozinhas ao levantar essas críticas ao conceito clássico do trauma. A autora norte-americana Amy Novak (2008) também questiona a possibilidade da utilização do conceito de trauma para sociedades coloniais. Novak afirma que a Nigéria contemporânea é exclusivamente uma continuação do passado colonial. Por acreditar que a Guerra Civil foi fruto direto do colonialismo, que este é acessível e faz parte da vida dos(as) nigerianos(as) e que o colonialismo não foi um caso isolado, como supostamente a teoria ocidental do trauma propõe, Novak chega à conclusão de que não é possível usarmos este conceito para sociedades não-ocidentais. Na abordagem da estadunidense, os eventos do colonialismo oferecem diariamente a violência e a constante exposição a situações traumáticas, as quais não podem ser tomadas enquanto um evento ímpar no tempo, que não está em andamento. Essas violências “resultam em claros sintomas traumáticos que não são uma exceção à experiência humana, mas que compõem a experiência humana” (NOVAK, 2008, p. 37). Indo além, Novak defende que a dificuldade de comunicação/expressão não está nos africanos “traumatizados”, mas sim nos ocidentais que não se propõem a ouvir.

Por outro lado, exemplificando, Marlene Guzmán (2012) não deslegitima os traumas que a Guerra Civil nigeriana causou, no entanto, para a autora, “em um ambiente pós-colonial, há sempre um trauma original que causa [*outro trauma*]: o domínio colonial. Assim, a colonização imprime um primeiro ataque traumático às mentes das pessoas anteriormente subjugadas” (GUZMÁN, 2012, p. 40, grifo meu). Trata-se do que a autora define como a dupla traumatização, na qual o trauma pós-colonial só existiria em decorrência do trauma colonial. Não se trataria de um trauma com raízes freudianas edípicas.

Pois bem, a meu ver, a ideia de que existe um “trauma original” assemelha-se com a abstração cristã do pecado original, fonte de todo o sofrimento humano posterior,



perspectiva que tendo a rejeitar. Ademais, a segunda formulação freudiana do trauma, orquestrada no contexto do pós-Primeira Guerra Mundial, não leva em consideração o complexo de Édipo e nem o princípio do prazer, tanto que em uma de suas obras (“Além do Princípio do Prazer”) o autor revisa suas ideias anteriores sobre o trauma. Nesta reformulação, Freud constata que em contextos de guerra ocorre a banalização da violência, para a qual o ser humano não consegue se preparar, o que coloca o princípio do prazer fora de ação. Na nova teoria do trauma freudiana, há uma transferência do fator libido para o eu físico e simbólico, pois em contextos de guerra há pessoas que querem premeditadamente te matar, “uma diferença essencial em relação ao trauma accidental em tempos de paz” (LA SAGNA, 2015, p. 06). Nesse sentido, a dimensão sexual está ausente.

A perspectiva de que o colonialismo é que causa o trauma no período pós-colonial lembra aquilo que Mbembe (2001) chamou de paradigma sacrificial da vitimização. Conforme o autor, tal corrente de pensamento defende

que a África não é responsável pelas catástrofes que sobre ela se abatem. Supõe-se que o atual destino do Continente não advém de escolhas livres e autônomas, mas do legado de uma história imposta aos africanos, marcada a ferro e fogo em sua carne (MBEMBE, 2001, p. 176).

Assim, Mbembe afirma que tais posicionamentos são ingênuos e acríticos perante o curso histórico, mesmo que sejam utilizados como recursos de valorização da própria voz, visão e tato do nativo, com “a ênfase na afirmação de uma ‘interpretação africana’ das coisas, na criação de esquemas próprios de autogestão, na compreensão de si mesmo e do universo, na produção de um saber endógeno” (MBEMBE, 2001, p. 184). Tomando as palavras de Mbembe para o contexto discutido neste artigo, afirmo que a corrente teórica do trauma pós-colonial “em última instância resulta de uma compreensão da história como feitiçaria” (MBEMBE, 2001, p. 177).

Mas as críticas à categoria do trauma não param por aí. Mustapha Kharoua (2015) tem posicionamento semelhante às autoras supracitadas, ao defender que a historiografia sobre a categoria analítica do trauma tem que passar por uma descolonização, ou seja, sair do ponto de partida eurocêntrico. Consoante com outros(as) autores(as), Kharoua propõe que o conceito de trauma ocidental relaciona a vítima com a passividade. O autor aponta que, no mundo ocidental, há um “fascínio contínuo pelo trauma africano [...] [assim como] existe a tendência de mercantilizar as imagens deprimentes do sofrimento do continente negro” (KHAROUA, 2015, p. 298, grifos meus).



É evidente até aqui que, muitas das críticas levantadas ao conceito de trauma dialoga com as ponderações de Mudimbe (2013) sobre a gnose, ou seja, o questionamento dos métodos de produção do conhecimento, de investigação, visto que os discursos são produzidos em conjunturas sócio-históricas e epistemológicas. Mudimbe vê que pesquisadores(as) africanos(as) e não africanos(as) têm usado “categorias de análise e sistemas conceituais que dependem de uma ordem epistemológica ocidental” (MUDIMBE, 2013, p. 10-11). Para o autor, a utilização dessas categorias “pressupõem uma legitimidade epistemológica não-africana” (*Ibidem*), considera como estilo de vida e modo de pensar as nações e noções dominantes. Olhar e analisar as sociedades africanas a partir do mundo ocidental “reduz e neutraliza todas as diferenças na igualdade simbolizada pela norma branca” (MUDIMBE, 2013, p. 24).

Para Mudimbe (2013, p. 50), “cada linguagem humana é exclusiva e expressa de uma forma original” a relação entre o ser humano e seu espaço. Essa linguagem tem conceitos, classificações e conhecimentos próprios. Nesse sentido, é correto afirmar que as verdades históricas podem ser atingidas de diferentes cosmologias, não só a cosmologia ocidental. Desse modo, ao adotarmos outras epistemologias estaríamos pressupondo “sobretudo um sistema diferente de valores ao salientar a alteridade e qualificá-la a partir das suas normas localizadas, regras regionais e coerência” (MUDIMBE, 2013, p. 236). Segundo Mudimbe, categorias de interpretação ocidentais, quando aplicadas às sociedades não-ocidentais, “não podem e não conseguem mudar a realidade que afirmam traduzir” (MUDIMBE, 2013, p. 239).

Fanon (1968), por outro lado, acaba ressignificando a tradicional teoria do trauma, apontando o colonialismo como um evento traumático: “teremos de tratar por muitos anos as feridas múltiplas e às vezes indelévels deixadas em nossos povos” (FANON, 1968, p. 211). Para o autor, foi a colonização que causou males psíquicos nos colonizados. Seja como for, Fanon afirma que a guerra de libertação nacional na Argélia foi “um terreno favorável ao aparecimento de transtornos mentais” (FANON, 1968, p. 213). Em adendo, “o acontecimento desencadeador [*dos transtornos mentais*] é principalmente a atmosfera sangrenta, cruel, a generalização de práticas desumanas, a impressão pertinaz que têm os indivíduos de assistirem a um verdadeiro apocalipse” (*Ibidem*, grifos meus). Sobre isso, o autor pontua que “há perturbações que persistem meses a fio, atacando maciçamente o eu [*indivíduo*] e deixando quase sempre como



sequela uma fragilidade facilmente perceptível. É evidente que o futuro desses doentes está comprometido” (FANON, 1968, p. 214, grifo meu).

Ora, se assim foi, por que não podemos nos referir a outros eventos africanos violentos como causadores de transtornos mentais, ou seja, traumas? Ifowodo (2013) ressalta que muitos dos traumas do pós-independência “são, em muitos aspectos, repetições do trauma fundador do colonialismo” (IFOWODO, 2013, p. 17-18), são decorrências de “feridas não curadas do colonialismo” (IFOWODO, 2013, p. 18). Não obstante, considerando as proposições da camaronense Leonora Miano, Mackay (2018) pontua que não podemos perder de vista a responsabilidade/cumplicidade dos próprios africanos na perpetração de violências traumáticas, como por exemplo, “o trauma de viver com o conhecimento de que uma família colaborou com o antigo poder colonial” (MACKAY, 2018, p. 04).

Como o próprio Fanon (1968, p. 218) pontua em um dos seus casos psíquicos analisados, choque, ansiedade, insônia, enxaqueca, pesadelo (fenômeno oniroide), angústia, delírio, medo, inibição e depressão foram sinais de transtornos mentais causados por eventos limites. Entretanto, em muitos dos casos analisados por Fanon, a pessoa que sofre com perturbações mentais sabe qual evento causou o choque, o que, para o autor, é a comprovação da possibilidade da criação de discursos coerentes do evento desencadeador/traumático. Mesmo com todas as críticas às epistemologias ocidentais, Mudimbe (2013) utiliza o conceito de trauma ao afirmar que: “o trauma do tráfico de escravos e da colonização fazem parte da herança atual de África” (MUDIMBE, 2013, p. 107). Como podemos perceber na passagem, Mudimbe reconhece a latência que experiências traumáticas podem suscitar na sociedade.

Nesta linha de raciocínio, baseando-se em Fanon, o nigeriano Ogaga Ifowodo (2013) analisa os impactos traumáticos da escravidão e da colonização para a população negra, principalmente no que diz respeito à sua identidade. Uma crítica que o autor pontua é, dialogando com críticas que Fanon já fizera no século XX sobre a teorização freudiana do trauma, que tal teoria não pensou na pessoa negra em sua formulação. Em acréscimo, Ifowodo aponta que “a natureza específica do trauma do colonizado é caracterizado [...] pelo efeito abnegado do racismo e da política de dominação” (IFOWODO, 2013, p. 10). É neste sentido também que Fanon argumenta que o negro traumatizado pela colonização só pode curar-se através da violência contra o colonizador.



Segundo Dalley (2013), os críticos da teoria do trauma “temem que com sua aplicação excessiva corra o risco de homogeneizar histórias pós-coloniais” (DALLEY, 2013, p. 445). Ademais, toda teoria analítica produzida no ambiente acadêmico tem determinado grau de generalização, independente do local onde foi orquestrada. Concordando plenamente com o autor, acredito que “os horrores da guerra civil excedem as estruturas conceituais abstratas” (DALLEY, 2013, p. 447).

Tendo em vista as fortes críticas ao uso dessa teoria para contextos não-ocidentais, Dalley (2013) defende que, e eu tendo a me alinhar, a categoria analítica tradicional do “trauma não funciona para ofuscar a especificidade contextual, mas como uma estrutura alegórica através da qual uma interpretação da história” (DALLEY, 2013, p. 447) é possível, “sem necessariamente impor perspectivas reducionistas ou eurocêntricas” (*Ibidem*). Dalley (2013) cita discursos de Wole Soyinka e do ex-líder biafrense Ojukwu, os quais veem a Guerra de Biafra como um evento latente e traumático na história nigeriana.

Mesmo com todos esses argumentos levantados até aqui, creio que não devemos jogar fora as contribuições “ocidentais” referentes ao trauma. Com base nas bibliografias apresentadas, defendo que o fenômeno traumático não tem variabilidade significativa se aplicados em contextos culturais diferentes. As diferenças e particularidades tão romantizadas pela teoria crítica estaria mais evidente se este estudo incluísse pesquisa de campo e não fosse uma análise meramente textual.

Segundo Whitehead (2008, p. 17), “os nigerianos têm meios locais de responder à tristeza, aos conflitos e aos modos de cura”. Também sou adepto desta afirmação, mas tomar o conceito “ocidental” de trauma não exclui esta consideração. Para além disso, vejo como um essencialismo frágil a ideia de que os africanos são tão únicos no modo de lidar com as questões pontuadas. Ao fazermos isso, estaríamos isolando a África do restante do mundo, como se não houvesse semelhanças biológicas e sociais entre os seres humanos das mais diversas regiões do globo. Entendo que há fenômenos biossociais que podem ser ao mesmo tempo singular e plural, o que possibilita olhar tanto para as diferenças culturais, quanto para os aspectos que unem os diferentes grupos em uma humanidade comum, principal exercício que realizo aqui. O trauma seria um desses fenômenos biossociais, o elo cultural que Caruth argumenta.

Como bem pontuou Peter Gay (1989, p. 16), existem questões inconscientes “compartilhadas que subjazem a estilos culturais”. Neste âmbito, o trabalho do(a) historiador(a), respaldado pela perspectiva da psico-história, considera “que os seres



humanos exibem algumas características estáveis e discerníveis, alguns modos predizíveis, ou pelo menos decifráveis, de lidar com suas experiências” (GAY, 1989, p. 25).

Freud não esteve interessado apenas nos fenômenos internos ou nos instintos dos indivíduos. Nesse sentido, “argumentar que Freud se interessou por pulsões inobserváveis sem acrescentar que passou anos descobrindo meios para torná-las observáveis é recorrer a um enunciado verdadeiro com o objetivo de distorcê-lo” (GAY, 1989, p. 35). Olhar para os fenômenos internos é uma das formas para entender os fenômenos externos ao indivíduo. Reiteradamente, o recalque, um fenômeno interno, funciona como resposta a fenômenos externos, como religião, educação e relações de poder. Com esse pressuposto, Gay (1989, p. 39) argumenta que “os mecanismos de defesa são, dentro do instrumental psicanalítico, flexíveis, maleáveis, tudo menos imutáveis”.

Pensando nisso, a ideia de Daria Tunca (2013) torna-se primordial aqui. Referindo-se à categoria do trauma, Tunca pontua que

embora se deva prestar atenção à cultura das generalizações, concordo com Michael Rothberg que uma ‘tendência ao hiper-particularismo’ [...] em que a aplicação de modelos teóricos seria restrita aos seus contextos de origem pode ser igualmente contraproducente (TUNCA, 2013, p. 128).

Muitas das críticas realizadas à Freud dizem respeito à ideia de que o trauma é inacessível e irrepresentável. Considerando a problemática da irrepresentabilidade do trauma, Maria Rita Kehl (2000, p. 138, grifos meus) expõe que “de cada experiência [traumática ou não] [...] fica sempre um resto que não conseguimos simbolizar”, afinal “a vida é indissociável da incompletude” (KEHL, 2000, p. 144). Sendo assim, “tudo é passível de representação” (KEHL, 2000, p. 140). Isso é lógico. O que temos que ter em mente é que as experiências traumáticas impõem mais obstáculos para a formulação dessa representação e para o seu entendimento pela audiência, como a própria autora propõe ao dizer que, eventos que transformam as pessoas em meras “coisas” podem contribuir para a irrepresentabilidade do ser. Sou levado a concordar com Kehl quando a mesma afirma que o caráter do “irrepresentável” é, muitas vezes, “a renúncia à pretensão de ‘dizer o real todo’ [...] [Funcionando como] reflexão, por exemplo, ao invés de intoxicação” (KEHL, 2000, p. 145, grifo meu).

Contudo, há uma má interpretação (ou até mesmo a falta de leitura) de Freud nas bibliografias críticas do trauma, visto que o mesmo afirma que “esses sintomas [do trauma são] derivados de processos inconscientes, mas que podem se tornar conscientes



sob diversas condições favoráveis” (FREUD, 2014, p. 217, grifo meu). O próprio Freud postulou que o testemunho sobre um evento traumático possibilitava

sua descarga, isto é, a catarse: ‘cura pela palavra’ [...] Freud observava que os sintomas histéricos [...] desapareciam quando, por meio do recurso à palavra, ocorria a descarga das emoções penosas associadas aos acontecimentos traumáticos (BARATTO, 2009, p. 77).

Parece-me muito pretensioso da nossa parte concluir que podemos acessar em nossa mente todas as consequências que um evento violento pode causar, seja ele a escravidão (empreendimento tricontinental com longa proporção e duração), o colonialismo, as guerras civis ou experiências sociais estruturais como a expropriação, o machismo, o racismo e a homofobia. Conforme o próprio Ifowodo (2013), crítico da teoria tradicional do trauma, o inconsciente deve ser considerado também quando falamos de trauma nas sociedades pós-coloniais, afinal, a colonização gerou traumas na “psiquê do colonizado - nesse caso, somos confrontados por processos mentais não empíricos alojados nos recessos sombrios do inconsciente” (IFOWODO, 2013, p. 10).

Referente à questão de o trauma estar presente no nosso cotidiano é válido ressaltar que, “cada um de nós sobrevive como pode a uma dose diária de exposição traumática” (SELIGMANN-SILVA; NESTROVSKI, 2000, p. 11). Todavia, ao olharmos para esta categoria analítica como algo do nosso cotidiano, estaríamos banalizando e esvaziando a mesma. Se tudo é trauma, nada é trauma. Em suma, o que estou querendo dizer é que o imperialismo, o liberalismo e a globalização, por exemplo, não são eventos traumáticos em si, mas são sim, fenômenos que podem e criam ambientes propensos ao trauma.

Neste momento, peço licença para abrir parênteses no intuito de realizar algumas considerações e proposições. Primeiro: quais são as implicações da utilização da teoria freudiana do trauma, elaborada por um homem branco europeu e que não pensou na população negra em específico?¹¹⁵ Correria o risco de não enxergar as especificidades da mentalidade da pessoa negra? Das experiências negras? Do comportamento negro e das suas sociedades/culturas? Se for essas as questões, creio que tais críticas beiram à segregação semelhante àquela eugenista do modo de ser do branco e dos “selvagens” negros. E aqui não estou insinuando a falsa ideia do racismo reverso, muito longe disso. É evidente que, culturalmente, grupos sociais diversos têm reações conscientes diversas

¹¹⁵ Aqui eu recorro ao elemento racial no intuito de dialogar com as teorias críticas do trauma tradicional, diga-se Fanon (1968), Ifowodo (2013) e Visser (2016), as quais também recorrem ao fator racial para fortalecerem seus argumentos críticos.



perante eventos traumáticos e isso sim deve ser considerado como uma possível crítica à teoria freudiana do trauma, se assim quisermos proceder. Entretanto, o que e como o ser humano e os grupos sociais fazem conscientemente a partir da vivência violenta é outra questão, diferente do comportamento inconsciente que está em jogo neste artigo. Afinal, para mim, o trauma é uma reação imediata, biológica, fisiológica, social e psicológica; um tipo de efração.

Segundo: percebe-se no que se tem chamado de teoria do trauma pós-colonial, uma limitação do que seria um evento traumático: o racismo, a colonização, a xenofobia e o machismo (os ditos eventos de longa duração). Concordo que tais instrumentos de dominação geram eventos potencialmente traumáticos, mas subscrevo que há também outros eventos que geram traumas. Em última análise, parece que a teoria do trauma pós-colonial está num *looping* de fixação com os traumas do período colonial e suas reverberações *a posteriori*, não conseguindo enxergar além disso. Neste sentido, é possível identificar a influência de Fanon para o novo campo do conhecimento, afinal, o autor também não consegue ir além dos impactos da colonização em sua escrita.

Em síntese, descortino nas escritas do trauma pós-colonial a ideia de continuidade histórica entre o período colonial das nações africanas e o pós-colonial, como se não houvesse rupturas nesse trajeto. Vivemos outras formas de colonialismo/imperialismo, assim como outras formas que não se encaixam nesta caixa. Por exemplo, Ifowodo (2013) chega a citar a Guerra de Biafra como um evento traumático, mas para o mesmo, o conflito está relacionado à colonização, o que acaba desconsiderando, a meu ver, o poder de agência dos próprios nigerianos frente aos processos históricos.

Outro equívoco que percebo é a ideia de que a categoria hegemônica do trauma cria um discurso de passividade da vítima. No entanto, a teoria do trauma não propõe que a ação nos conflitos sociais ocorra unilateralmente, mas sim que nesses conflitos a força e a violência exercidas por um lado acaba sendo mais contundente, causando danos nefastos aos outros. Assim, é possível afirmar que a vítima tem poder de ação, mas sua força social, cultural, econômica, política, física, material e/ou bélica está em desvantagem em relação à força do outro, perpetrador da violência traumática em grande escala. Como essas forças são dinâmicas, aquela mesma vítima pode reproduzir e/ou reagir à violência imputada a si, afinal, todos os seres humanos e grupos sociais estão suscetíveis à violência. Não podemos interpretar a violência como um instrumento



utilizado apenas por um tipo de sociedade: a humanidade é, historicamente, baseada na violência.

Nessa conjuntura, a escrita do(a) historiador(a) tem poder de reforçar ou desconstruir estereótipos. Não acho que nós ocidentais devamos nos abster de abordar sobre eventos potencialmente traumáticos do continente africano, afinal, não estamos isolados no mundo. Construímos-nos na relação com o outro (diferente em alguns aspectos, semelhantes em outros). Ademais, falar/escrever sobre um passado violento é relembrar os motivos das atuais condições sociais. Nos últimos tempos, há uma corrente historiográfica que critica veemente o enfoque de estudos acadêmicos nos conflitos armados ocorridos no continente africano. Nessa perspectiva, tais enfoques reproduzem os estigmas coloniais direcionados aos africanos. Há uma ideia recorrente de posituação dos atores e das atrizes sociais que sofreram violências extremas. Não estou exatamente de acordo com a totalidade desta interpretação, ainda que concorde com a necessidade de posituação das vivências das populações subalternas. Porém, como positivar a morte de milhões de pessoas numa guerra civil? Como focar no pretenso poder de ação de crianças que perderam todos seus familiares e amigos próximos, que perderam suas infâncias e seus lares, que tiveram que lutar para defender ideais, amiúde, alienígenas? Parece-me uma corrente historiográfica muito otimista¹¹⁶. É notório que devemos ter criticidade perante representações e estudos que repetem uma única narrativa sobre um determinado evento ou sociedade; isso faz parte do ofício do(a) historiador(a).

Assim sendo,

é suficientemente ruim agredir Freud com fragmentos mal compreendidos de seus próprios escritos, mas é talvez pior fazê-lo a partir dos escritos daqueles que, não importa que ideias ‘não ortodoxas’ possam ter, afirmam de forma infatigável, sincera e precisa o seu débito em relação a Sigmund Freud (GAY, 1989, p. 35).

Como defende Gay (1989), muitas das críticas à Freud são “muito mais vulneráveis do que as alegações freudianas que procuram desacreditar” (GAY, 1989, p. 18). À luz dessa problemática, a meu ver, a corrente teórica do trauma pós-colonial não se trata de uma reformulação do conceito de trauma, mas sim, a sua aplicação para contextos não-ocidentais, não-nortistas, não-hegemônicos. Até nas recorrentes

¹¹⁶ Não estou dialogando com a ideia de afropessimismo. Esta interpretação está relacionada mais com a forma que enxergo o mundo de modo geral.



publicações de obras literárias no continente africano sobre eventos violentos, o que se consegue expressar da experiência traumática é seu fragmento, não a vivência em sua plenitude. Até quando a narrativa emana de uma pessoa/grupo que vivenciou um evento limítrofe para outra pessoa/grupo que também viveu tal experiência, o que o(a) ouvinte compreende é exatamente o caráter singular e traumático da narrativa, não sua totalidade. Como Romilton Oliveira (2017) ressalta,

o trauma se representa em sua ‘irrepresentabilidade’, sendo visível em sua ‘invisibilidade’, cabendo à linguagem o papel de trazer à presença algo ausente, tirando da catástrofe o que se pode ser dito, pois muita coisa deixa de ser dita, em virtude da ausência de signos adequados para tornar visível o que, ainda se encontra às margens da invisibilidade (OLIVEIRA, 2017, p. 34).

Neste caso, “o acontecimento [*do racismo*] se generaliza, mas a experiência se individualiza” (OLIVEIRA, 2017, p. 49, grifo meu). Trata-se do traumático e do traumatogênico. O primeiro é um evento singular que atinge a todos em uma sociedade, já o traumatogênico difere de pessoa para pessoa, de grupo social para grupo social, conforme o seu estado mental e as experiências a que são submetidas dentro deste evento. “Isso explica as particularidades de populações que passaram por situações de um horror total” (LA SAGNA, 2015, p. 11).

O colonialismo (evento amplo) não seria traumático sem atos singulares. Com esses exemplos, o que quero argumentar é que a crítica à teoria do trauma pela suposta omissão a eventos de longa duração é pouco fundamentada, pois não visualiza as descontinuidades das situações violentas estruturais e seus momentos de expressão. Dito isso, todas as críticas posteriores relacionadas ao referido argumento tornam-se inadequadas, visto que o evento traumático continua sendo um acontecimento que rompe com a suposta coerência e coesão da vida cotidiana. Destarte, o trauma continua carregado do seu caráter que dificulta a verbalização, o seu entendimento, o que pressupõe um despreparo mental não só daquele que sofreu a violência, mas também daquele que escuta seu testemunho. Por considerar isso, não tiro a possibilidade de narrativa dos atores/atrizes sociais, afinal, reconheço que a narrativa é terapêutica e instrumento de resistência, como a teoria do trauma freudiana propõe. Porém, não vejo que o trauma tenha cura e possa ser narrado em sua integridade como Visser (2016) acredita; apenas o remediamos.

Contudo, é aqui que reside a minha divergência com a teoria de Freud sobre o trauma. Não considero que apenas o tratamento com um psicólogo/psiquiatra seja um



remédio que mereça nossa atenção. Por exemplo, a espiritualidade pode ser um dos instrumentos de vitalização após experiências traumáticas, assim como o ato de cantar músicas tradicionais e práticas coletivas de remediação. Ainda assim, o que esses instrumentos proporcionam são o reconforto e possibilidades narrativas e significativas às vivências traumáticas. Conectar-se espiritualmente com alguma fé ou perdoar os perpetradores da violência não apaga as marcas causadas por um evento limite. Em última análise, as críticas realizadas por Visser (2016) à teoria do trauma minimizam o papel do inconsciente nas formas receptivas internalizadoras dos eventos traumáticos. Mas é compreensível, afinal a autora não menciona Freud em sua bibliografia para a construção dos seus argumentos críticos.

Em acréscimo a isso, uma visão teórica do trauma que celebra a cura por meio da narrativa corre o sério risco de negar o impacto contínuo do trauma. Tomando como exemplo o romance *Hibisco Roxo*, de Chimamanda Adichie, podemos perceber a presença latente do silêncio, do medo e da violência que afligem a personagem principal da obra. Mesmo com a morte de seu pai, aqui entendido como a personificação alegórica da figura colonizadora britânica, Kambili (representação da população nigeriana) ainda sente os efeitos traumáticos das experiências pretéritas; condenada a viver com o silêncio gerado pela violência colonizadora, ainda que seja um outro tipo de silêncio. No romance, o trauma não é explicitado como passível de cura, pelo contrário, é evidenciado como sensação de latência, de um estado crônico.

Por tudo aqui expressado, é possível afirmar que, considerando as ideias de Hamish Dalley (2016), a teoria do trauma tem alto grau de mobilidade e maleabilidade entre os diversos contextos sociais. Nesse sentido, o autor argumenta que “embora Freud conceba invasores traumáticos em termos biológicos, sua metáfora também invoca o colonialismo como fonte de transtorno mental” (DALLEY, 2016, p. 27). O fato é que tanto a homogeneização cega, quanto a hiper-particularização são perigosas. Entretanto, temos que nos questionar sobre a exequibilidade da descolonização da categoria analítica do trauma. A falsa dicotomia entre teoria do trauma ocidental e não-ocidental não é muito frutífera. Temos que ir além dessa dicotomia. Em minha escrita, entendo que existem semelhanças entre diferentes experiências violentas no nível micro (individual, familiar ou comunitário) e no nível macro (social), diga-se, semelhanças traumáticas.

Considerações finais



Ao que tudo indica, e para os fins deste trabalho, o cerne da divergência existente entre a teoria tradicional do trauma e a teoria pós-colonial do trauma está no elemento que causaria toda essa perturbação psicossocial. Enquanto a primeira corrente (a qual sou adepto) defende que muitos eventos podem causar esses efeitos nefastos, a segunda perspectiva argumenta que, no mundo pós-colonial, a colonização é a responsável pelos traumas posteriores.

De todas as referências resgatadas para o debate, apenas Mackay (2018) realizou proposições além de críticas sobre o trauma. Conforme a mesma, seria mais adequado adotarmos a noção de trauma insidioso, ou seja, estado gerado por uma experiência que causa no corpo individual e social interno reações iniciais de aparência benigna, mas só manifesta seus sintomas quando a afecção já evoluiu, quando o indivíduo ou grupo social está exposto continuamente à humilhação, degradação e violência. Contudo, a concepção de trauma insidioso é bem semelhante com a ideia freudiana de latência e período de incubação.

Seja ponderando as contribuições de Freud ou de Mackay, considero o trauma essencialmente caracterizado como evento singular, que ocorre de forma inesperada, causando uma surpresa/um susto pelo fato de o ser humano não ter parâmetros na sua vida cotidiana. Decorrente disso, o ser humano e sua sociedade não conseguem preparar-se para tal evento catastrófico, o que dificulta a elaboração, organização e representação sobre o ocorrido. Estando no inconsciente, as memórias do trauma reverberam no corpo (as famigeradas reações psicossomáticas) do sujeito, no corpo social, através da repetição compulsiva, resultante da latência do trauma. Por ser tão impactante, a pessoa ou sociedade não obtém a cura para seus traumas, apenas os remedia e aprende a lidar com tais cicatrizes mentais e corporais.

Data de Submissão: 20/09/2022

Data de Aceite: 23/11/2022

Referências

ACHEBE, Chinua. **There was a country**: a personal history of Biafra. New York: The Penguin Press, 2012.

BARATTO, Geselda. A descoberta do inconsciente e o percurso histórico de sua elaboração. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 29, n. 1, p. 74-87, 2009.

BOHLEBER, Werner. Recordação, trauma e memória coletiva: a luta pela recordação em psicanálise. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 41, n. 1, p. 154-175, 2007.



CLARK, Natalie. Shock and Awe: Trauma as the New Colonial Frontier. *In: ANDERMAHR, Sonya (Org.). Decolonizing Trauma Studies: Trauma and Postcolonialism.* Basel/Suíça, Editora MDPI, 2016.

DALLEY, Hamish. The Question of “Solidarity” in Postcolonial Trauma Fiction: Beyond the Recognition Principle. *In: ANDERMAHR, Sonya (Org.). Decolonizing Trauma Studies: Trauma and Postcolonialism.* Basel/Suíça, Editora MDPI, 2016.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FELMAN, Shoshana. Educação e crise ou as vicissitudes do ensinar. *In: SELIGMANN-SILVA, Márcio; NESTROVSKI, Arthur Nestrovski (Org.). Catástrofe e Representação: ensaios.* São Paulo: Editora Escuta, 2000.

FREUD, Sigmund. A fixação no trauma, o inconsciente. *In: FREUD, Sigmund. Conferências introdutórias à Psicanálise (1916-1917).* São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014.

FREUD, Sigmund. **Além do princípio de prazer.** Porto Alegre: L&PM Editores, 2016.

GAY, Peter. **Freud para Historiadores.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

GUZMÁN, Marlene De La Cruz. Trauma and Narrativity in Adichie’s Half of a Yellow Sun: Privileging Indigenous Knowledge in Writing the Biafran War. *In: CREARY, Nicholas (Org.). African Intellectuals and Decolonization.* Athens: Ohio University Press, 2012.

IHOWODO, Ogaga. **History, Trauma, and Healing in Postcolonial Narratives: Reconstructing Identities.** New York: Editora Palgrave Macmillan, 2013.

KEHL, Maria Rita. O sexo, a morte, a mãe e o mal. *In: SELIGMANN-SILVA, Márcio; NESTROVSKI, Arthur Nestrovski (Org.). Catástrofe e Representação: ensaios.* São Paulo: Editora Escuta, 2000.

KHAROUA, Mustapha. Traumatic Realism and the retrieval of Historical Value in Chimamanda Ngozi Adichie’s postcolonial text Half of a Yellow Sun. **International Journal of Humanities and Cultural Studies**, v. 2, n. 1, p. 291-304, 2015.

LA SAGNA, Philippe. Os mal-entendidos do trauma. **Opção Lacaniana online**, ano 6, n. 16, 2015, p. 01-18. Disponível em: http://www.opcaolacanianiana.com.br/pdf/numero_16/Os_mal-entendidos_do_trauma.pdf. Acesso em: 07 set. 2022.

MACKAY, Charlotte. (Post)colonial Trauma, Memory and History in Léonora Miano’s Contours of the Coming Day [Contours du jour qui vient]. **Limina – Journal of Historical and Cultural Studies**, v. 23, n. 2, p. 01-15, 2018.

MARTÍNEZ-FALQUINA, Silvia. Postcolonial Trauma Theory in the Contact Zone: The Strategic Representation of Grief in Edwidge Danticat’s Claire of the Sea Light. *In: ANDERMAHR, Sonya (Org.). Decolonizing Trauma Studies: Trauma and Postcolonialism.* Basel/Suíça, Editora MDPI, 2016.

MBEMBE, Achille. As Formas Africanas de Auto-Inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 23, n. 1, p. 171-209, 2001.



MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção de África**: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Mangualde, Luanda: Edições Pedagogo, Edições Mulemba, 2013.

NESTROVSKI, Arthur Nestrovski. Vozes de Crianças. *In*: SELIGMANN-SILVA, Márcio; NESTROVSKI, Arthur Nestrovski (Org.). **Catástrofe e Representação**: ensaios. São Paulo: Editora Escuta, 2000.

NOVAK, Amy. Who speaks? Who Listens? The problem of address in two Nigerian trauma novels. **Studies in the Novel**, v. 40, n. 1/2, p. 31–51, 2008.

OLIVEIRA, Romilton Batista de. **Trauma na literatura**: António Lobo Antunes e a experiência na escrita. 2017. 398 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2017.

SAKER, Amina. Chasing traumatic shadows: the role of memory in the reincarnation of the self in Chimamanda Ngozi Adichie's Half of a Yellow Sun. **Journal of Studies in Language, Culture and Society**, v. 1, n. 2, p. 197-218, 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A História como trauma. *In*: SELIGMANN-SILVA, Márcio; NESTROVSKI, Arthur Nestrovski (Org.). **Catástrofe e Representação**: ensaios. São Paulo: Editora Escuta, 2000.

SELIGMANN-SILVA, Márcio; NESTROVSKI, Arthur Nestrovski. **Catástrofe e Representação**: ensaios. São Paulo: Editora Escuta, 2000.

SERAN, Justine. Australian Aboriginal Memoir and Memory: A Stolen Generations Trauma Narrative. *In*: ANDERMAHR, Sonya (Org.). **Decolonizing Trauma Studies**: Trauma and Postcolonialism. Basel/Suíça, Editora MDPI, 2016.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2003.

TUNCA, Daria. “We Die Only Once, and for Such a Long Time”: Approaching Trauma through Translocation in Chris Abani's Song for Night. *In*: MUNKELT, Marga et al. **Postcolonial Translocations**: Cultural Representation and Critical Spatial Thinking. Amsterdam & New York: Editora Rodopi, 2013, p. 127-143.

VISSER, Irene. Decolonizing Trauma Theory: Retrospect and Prospects. *In*: ANDERMAHR, Sonya (Org.). **Decolonizing Trauma Studies**: Trauma and Postcolonialism. Basel/Suíça, Editora MDPI, 2016.

WHITEHEAD, Anne. Journeying through hell: Wole Soyinka, trauma, and postcolonial Nigeria. **Studies in the Novel**, v. 40, n. 1/2, p. 13–30, 2008.

**“O SENHOR TÁ DANÇANDO ARMADO”:
VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM MOMENTOS DE LAZER NO ALTO SERTÃO
PARAIBANO (1960 – 1980)**

**“THE LORD IS DANCING WITH AN ARMED”:
GENDER-BASED VIOLENCE IN LEISURE TIMES IN THE HIGH LAND OF PARAIBAN
(1960 – 1980)**

VANESSA KELLY DE SOUSA NOBREGA¹¹⁷



Resumo

O artigo apresenta uma análise a partir da história cultural e do estudo de gênero acerca dos conflitos ocorridos durante a realização das festividades conhecidas como “forró” nas zonas rurais do município de Pombal – PB, durante os anos de 1960 a 1980. Analisamos as relações de gênero exercidas nas festas rurais e as violências físicas e simbólicas sofridas por mulheres naquela época. Estudaram-se os códigos sociais que desencadearam as práticas de violência contra as mulheres num espaço público destinado a descontração, investigando como se dava as relações entre gêneros feminino e masculino em meados do século XX.

Palavra-chave: História da Paraíba; Gênero; Festa; Violência; Comunidade Rural.

Abstract

The article presents an analysis based on cultural history and the study of gender on the conflicts that occurred during the festivities known as "forró" in rural areas of the municipality of Pombal - PB, during the years 1960 to 1980. of gender exercised in rural parties and the physical and symbolic violence suffered by women at that time. The social codes that triggered the practices of violence against women in a public space intended for relaxation were studied, investigating how the relations between female and male genders occurred in the mid-twentieth century.

Keyword: History of Paraíba; Genre; Party; Violence; Rural Community.

Introdução

Dentro do debate da questão de gênero, um fato bastante polêmico chamou minha atenção em uma reportagem televisiva exibida no programa de notícias e foi responsável por fazer a ligação das práticas do tempo passado com o tempo presente¹¹⁸.

¹¹⁷ Graduada em História pelo Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG-CFP). Com especialização em Etnologia Indígena pela Faculdade Venda do Imigrante (FAVENI). Realiza pesquisa na linha de História Cultural e Gênero sobre as relações entre gêneros nas festividades em comunidades rurais do município de Pombal-PB nos anos de 1960-1980. vanessakellysn@hotmail.com.

¹¹⁸ Reportagem exibida no dia 25/06/2017 no programa jornalístico Fantástico, no canal da Rede Globo. Disponível em <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/06/homem-entra-na-justica-contra-preco-menor-para-mulher-em-show-e-balada.html> acesso em: 08/07/2017.



No programa, um estudante do curso de graduação em Direito, Roberto Casali Júnior, entrou com um pedido de liminar contra uma casa de *show* devido o preço dos ingressos serem diferenciados de acordo com o “sexo”. A juíza Caroline Lima do Ministério da Justiça concedeu uma liminar favorável ao requerente, com base no argumento de igualdade de gênero do consumidor.

Diante da Constituição Brasileira de 1998, apresenta-se no seu Artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- I- Homens e mulheres são iguais perante em direito e obrigações, nos termos desta constituição.¹¹⁹

Segundo Michel de Certeau (2000, p. 66), “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político, e cultural [...] e é em função deste lugar que se instauram os métodos que se delinea uma topografia de interesses”. Surgiu, assim, o anseio por investigar as práticas de violência física e simbólica contra as mulheres dentro de um espaço de descontração chamado de “forró” ou “baile”.

A pesquisa se volta para o âmbito das festas, especificamente ao “forró”, no período que corresponde de 1960 a 1980, nas zonas rurais pertencentes ao município de Pombal – PB, lugar onde estou inserida; e objetiva analisar consequências de um comportamento frequente da época, ou seja, a violência contra a mulher dentro de um espaço de sociabilidade, que me fora narrado frequentemente.

É dentro desse contexto social que a pesquisa problematiza práticas que levaram a ocorrer inúmeros conflitos entre homens e mulheres, analisando quem eram as mulheres e homens naquele período, seus comportamentos, as formas de resistências em relação às agressões, buscando, através das relações estabelecidas entre gêneros da época, responder, segundo Certeau (2000), as transformações e permanências da prática humana em sociedade ao longo do tempo.

Para se analisar esse período, a fonte utilizada nessa pesquisa foi produzida através da metodologia da História Oral, possibilitando a elaboração de memórias que não ficaram registrados em forma de documentação oficial. Verena Alberti (2004)

¹¹⁹ BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > acesso em 09/07/2017.



afirma que a fonte oral nos dá “acesso a histórias dentro da história”. O intuito da fonte oral é ter conhecimentos a partir de testemunhas sobre determinado fato, que nesse caso é sobre práticas recorrentes de violências contra mulheres nos “forrós”. Ouvimos os relatos de pessoas que ouviram contar ou presenciaram essas cenas.

O local pesquisado é o espaço designado para a realização dos chamados “forrós”, contudo, esse lugar de memória tem sua significação tanto na lembrança pessoal, como coletivamente. As entrevistas possibilitam ter o conhecimento a esses lugares de memória, além dos personagens e dos acontecimentos, evidenciando os fatos concretos ocorridos que desencadeou na produção de uma memória coletiva característica da zona rural que compreende os sítios Riachão, Estrelo e Juá, com agricultores e agricultoras moradores dessas localidades.

Botequim e a dança: uma questão de gênero

Nos espaços festivos existia o “botequim”, local voltado para a venda de bebidas alcoólicas. Era o espaço onde as pessoas iam beber e o que hoje podemos considerar como o bar. Apenas os homens se dirigiam até o local, pois as mulheres não tinham o hábito de ingerir bebidas alcoólicas nesses espaços públicos. O local designado para o consumo de bebidas alcoólicas nessas festividades é um espaço masculino, mediante um discurso construtor sobre os papéis do feminino e do masculino. A mulher que se dirigisse ao local seria rodeada por discursos do masculino que a marcariam como mulheres que fugiam da regra social imposta.

A estrutura física do “botequim” era um local dentro do Pavilhão, produzido com madeiras retiradas da própria vegetação. Ficava um homem dentro desse espaço responsável por vender essas bebidas durante a realização das festas, uma espécie de garçom. E os homens se dirigiam ao local para comprar e consumir a bebida. Era o local onde mais ocorriam brigas nos forrós, pois os homens consumiam excessivamente bebida alcoólica. Nossa entrevistada Edileusa Dantas, moradora do sítio Juá, retrata um pouco sobre esse espaço:

*botequim era feito assim: tipo uma faxina, [...] eu alcancei feito faxina, cercada de cerca mesmo numas varas, aí o pessoal pedia por cima dessa faxina, aí iam beber e num tinha cadeira não, tinha que beber em pé bem pertin do botequim, chamava o botequim num era o bar não, era o botequim.*¹²⁰

¹²⁰ Trecho da entrevista oral concedida por Edileusa Dantas Fernandes, 57 anos. Agricultora. Entrevista realizada no dia 29 de março de 2021, através do Google Meet, Pombal-PB



As bebidas alcoólicas presentes nesses forrós eram geladas na areia. Frequentemente aguava-se a areia, servindo para resfriar as bebidas que variavam entre cervejas, cachaças e licores. Rosália Alves de Oliveira Silva, 67 anos, entrevistada que viveu toda sua juventude na comunidade Riachão e atualmente reside na Bahia, relata sobre as bebidas existentes nessas festas: “*Oh minha fia, é, era todo tipo de bebida, era, era cerveja, tinha pinga, tinha toda bebida, [...] tinha cachaça, essa pitú, cerveja, conhaque, cortesã, jurubeba, menta, menta tinha, e licor*”.¹²¹

Percebemos em seus discursos que o consumo exagerado de bebidas alcoólicas ocasionava discussões e conflitos nesses momentos de lazer, e conseqüentemente atos violentos. Ao ingerir bebida alcoólica em excesso, os homens passam a terem alterações em suas formas de agir, atrelado aos fatores impostos das estruturas sociais do sistema patriarcal e machista, alguns desenvolvem comportamentos agressivos, que nesse caso, contra as mulheres.

Percebe-se ao longo das realizações das entrevistas que as festas são espaços de atuação do masculino, da afirmação de uma superioridade dos homens. A violência é parte desta masculinidade e a mulheres estão integradas a estes valores masculinos, seja em seu comportamento, seja nas disputas entre homens para consentimento nas danças.

Esses comportamentos agressivos aconteciam em dois momentos: brigas por motivos do uso de álcool entre os homens e por causa da honra do homem em relação às danças. Ambos os aspectos estão interligados e os que abordarei posteriormente.

Do ponto de vista de Cassia Maria, moradora da comunidade Riachão, um dos motivos que desencadeavam as confusões eram:

*A bebida, muita bebida. Muita cachaça porque o que mais tinha era a cachaça. Eles ficavam lá aquele monte de homem no pé do botequim, o botequim era um cercadinho, a faxina ficava o vendedor pra dentro da faxina e outra turma pra fora, aí ali tinha muído. Ali tinha cachaça menino [...] aí briga por conta de corte, por tudo. Vários fatores.*¹²²

Notamos em seus discursos uma padronização em suas falas como o espaço do “botequim” sendo um local do masculino. Pierre Bourdieu (2002) em sua célebre obra “A dominação masculina”, descreve essas construções da estrutura de pensamento a respeito da elaboração dos papéis femininos e masculinos. Ele vai chamar de violência simbólica as estruturas de pensamentos enraizadas em uma sociedade. A dominação

¹²¹ Trecho da entrevista oral concedida por Rosália Alves de Oliveira Silva, 67 anos. Agricultora. Entrevista realizada no dia 26 de março de 2021, através do Google Meet, Pombal-PB

¹²² Trecho da entrevista oral concedida por Cassia Maria Ramos de Sousa Nobrega. 50 anos. Agricultora. Entrevista realizada em 02 abril de 2021, em sua residência no Sítio Riachão, município de Pombal-PB.



masculina nesses espaços festivos se legitima a partir de práticas de violências que nos discursos das entrevistadas aparece até de forma suave e muitas das vezes até de forma imperceptível, impensadas, pois a todo instante suas criações, a educação no âmbito familiar e demais instituições reguladoras reafirmam e legitimam seus comportamentos como corpos docilizados, que são naturalizadas desde a infância, e conseqüentemente desencadeia como formas de conceber o mundo.

Bourdieu (2002) afirma essa naturalização das construções sociais do “ser” feminino e masculino:

A divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2002, p. 17).

E nesse aspecto, Bourdieu (2002) apresenta que essas construções sob os gêneros foram constituídas como uma dicotomia, o feminino em oposição ao masculino. São impostas limitações e disciplinarizações que reduz o papel da mulher perante a sociedade. A produção dos discursos e das ações, são elaboradas e reproduzidas nessas comunidades. Sob o ponto de vista Joan Scott (1990) percebemos que:

O termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. (SCOTT, 1990, p.75).

Nessas comunidades o papel masculino era de ser o homem casado, responsável por trabalhar e prover a alimentação da família. Era o chefe da família. Nenhuma decisão era tomada em seu cotidiano se não fosse aprovada pelo marido/pai. Em síntese, Bourdieu (2002) vai afirmar que são símbolos enraizados que tanto os homens como as mulheres legitimam e naturalizam os códigos e normas direcionadas a cada gênero. Nesse caso a mulher é o símbolo da docilização, da infantilização mediante a forma de se comportar, de agir, a forma como devem ser tratadas. Enquanto os homens desde a infância são educados a conquistar espaços, a ser o símbolo da força física, da coragem, da virilidade. São ensinados a serem autoridades, chefes e detentores do poder e da “honra” masculina.

Bourdieu (2002) destaca os papéis atribuídos a cada gênero:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do



trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (BOURDIEU, 2002, p. 18).

Nesses espaços festivos não é diferente. A pesquisa evidencia diversas práticas que afirmam esse discurso. Aprofundando ao tema das danças, esses momentos de lazer e descontração geram nos indivíduos sentimentos de euforia, de liberdade e em vista disso, os homens muitas das vezes sentem-se no direito de exercer poder sobre os corpos femininos. Consequentemente vemos a naturalização em seus discursos sob as práticas de dominação masculina mediante ao momento festivo.

Esses discursos são afirmados e impostos mediante as construções sociais e a partir das diferenças biológicas entre os sexos, que ambas contribuíram para o enraizamento e consolidação da dominação masculina em várias vertentes femininas, não apenas em seu corpo, mas na sua concepção de se perceber como “seres inferiores”. Bourdieu (2002) enfatiza em sua obra que essas diferenças justificam essas relações de poderes, entre dominação e submissão:

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (BOURDIEU, 2002, p. 20)

Em contato com os relatos orais, as entrevistadas deixam pistas de como as mulheres deveriam se comportar no momento da dança. A todo tempo percebemos a presença de códigos sociais que as mulheres deveriam respeitar em razão de não ferir a masculinidade do homem.

O “corte” e a negação ao homem

O que chama mais a atenção nesses espaços é a presença da expressão “corte” em todos os relatos das entrevistadas durante as danças. Mas então, o que seria essa expressão “corte”?

No momento em que o sanfoneiro iniciava o forró, também dava início as danças. Nesse momento é onde reside minha maior inquietação diante do tema pesquisado. Nos voltaremos para as relações entre os gêneros feminino e masculino, onde os homens ou “cavalheiros” como frequentemente é chamado pelas entrevistadas,



convidavam as mulheres a dançarem. Existia um ritual que funcionava como uma obrigatoriedade às mulheres aceitarem o convite para a dança.

As mulheres poderiam negar a dança com os homens que estivessem alcoolizados, ou homens considerados “enxeridos”, isto é, que não respeitassem o distanciamento social com as mulheres durante as danças. Ou seja, podia-se negar o forró àqueles que rompessem com os códigos de comportamento social. Percebemos no discurso de Edileusa Dantas esses aspectos:

Negava sim, po as vezes tinha bêbado aquele homem bêbado sabe, caindo por cima da pessoa, aí chamava eu pra dançar, aí eu dizia: nam essa parte eu não vou dançar não, vou dançar essa parte não. Porque tinha homem que além de bêbado era inchirido, tá entendendo? Não queria dançar com suas esposas, eu remendava e não dançava aquela parte.¹²³

É perceptível em sua fala que não existia uma padronização no perfil dos homens. Existiam homens solteiros que tinha comportamentos considerados mais “libertos”, isto é, abusivos; como também existiam os homens casados que tinham intenções de aproximação física com as mulheres durante as danças. Edileusa ainda reforça esse aspecto em seu relato:

Tinha gente até mesmo solteiro eu não gostava de dançar com rapaz inchirido, tá entendendo? Porque tinha deles que era muito gabola, só dançava e dizia o que fazia e não fazia, no outro dia saía dizendo. Eu não gostava de dançar com esse tipo de gente.¹²⁴

Quando a entrevistada diz a expressão “gabola”, ela se refere aos homens que tinha comportamentos abusivos na hora de dançar, que poderia ser da sua fala, com expressões que eram desconfortáveis, que inferiam o direito e faltavam com o respeito às mulheres, ou na prática de gestos obscenos durante o movimento da dança.

Cassia Maria relata os motivos que as mulheres alegavam não querer dançar com algum homem nessas festas: “*Eu acho assim, pelo motivo deles agarrar, por se esfregar nelas, se agarrar mesmo e outra, bêbado, casado, era sempre esses motivos. Tinha muito inxiridos*”.¹²⁵

O “corte” acontecia quando o homem convidava a mulher para dançar uma música e a mulher, pelos motivos citados acima, se negava a dançar com aquele “cavalheiro”. Mas se durante a mesma música outro homem também a convidasse para dançar e ela aceitasse, estaria realizando o “corte”. Chamava-se “cortou o cavalheiro” e

¹²³ Trecho da entrevista oral concedida por Edileusa Dantas Fernandes, 57 anos. Agricultora. Entrevista realizada no dia 29 de março de 2021, através do Google Meet, Pombal-PB

¹²⁴ *Idem.*

¹²⁵ Trecho da entrevista oral concedida por Cassia Maria Ramos de Sousa Nobrega, 50 anos. Agricultora. Entrevista realizada em 02 abril de 2021, em sua residência no Sítio Riachão, município de Pombal-PB.



diante disso iniciavam-se os conflitos como agressões físicas, tanto entre o homem que tinha sido rejeitado e o homem com quem a mulher aceitou dançar, como as mulheres também eram agredidas fisicamente, verbalmente, oprimidas e constrangidas em público.

No relato oral, Rosália Alves enfatiza o que era o “corte” e como era visto em sua época as relações de gênero durante as danças nas festas:

*O corte é, você por acaso o cara me chamava, eu não ia, aí eu ia com outro, aí era o corte, tava cortando aquela pessoa que me chamou primeiro. Aí aquele que me chamou primeiro eu não fui com ele, fui com outra pessoa, ele achava que eu tava desfazendo dele né? Tava se desfazendo dele.*¹²⁶

Mais uma vez percebemos em seus discursos a legitimação de um sistema de dominação masculina sobre as mulheres. A todo momento vemos em suas falas a preocupação em manter a ordem social e a integridade da “honra” masculina e sua virilidade, além do temor das mulheres em romper com esses códigos morais e consequentemente ficarem mal vistas ou mal faladas.

Nesse aspecto, Bourdieu (2002) reforça:

virilidade, em seu aspecto ético mesmo, isto é, enquanto equidade do vir, virtus, questão de honra (nif), princípio da conservação e do aumento da honra, mantém-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual. (BOURDIEU, 2002, p. 20)

Segundo Maria Nobrega, alguns homens infligiam o respeito às mulheres com frequência nessas festividades. Entretanto, nesse período e nas comunidades estudadas, ao dançar com os corpos aproximados demasiadamente e consequentemente os homens tivessem uma ereção, era comentado pela comunidade como um comportamento impróprio para o espaço destinado a descontração de todo o público.

*Respeito toda vida existiu, e falta de respeito também toda vida existiu. Eu via Zé Pereira, meu tio, um dia chegou na casa véia ali, na sala da casa véia, a gente tinha ido um baile de noite, eu num lembra, que eu era mais nova, num lembra mais não. Aí ele tava mais mãe, pai, tudo conversando, relatando as coisas do baile aí Zé Pereira disse “mas tinha caba com a espiga de mie no bolso dançando”, aí mãe: “crie vergonha Zé Pereira! Você num ta vendo a menina aí não?”. A espiga era que tava armado né, aí ele disse: “tá, é a espiga de mie no bolso!”, aí botou a mão mesmo assim pra despistar. Tinha os mais saídos e tinha os mais quietos, que respeitavam.*¹²⁷

¹²⁶ Trecho da entrevista oral concedida por Rosália Alves de Oliveira Silva, 67 anos. Agricultora. Entrevista realizada no dia 26 de março de 2021, através do Google Meet, Pombal-PB

¹²⁷ Trecho da entrevista oral concedida por Maria Nobrega Lima. 75 anos. Agricultora aposentada. Entrevista realizada em 02 abril de 2021, em sua residência no Sítio Riachão, município de Pombal-PB.



Interessante atentarmos para o relato e entender que a expressão “*espiga de mie no bolso*”¹²⁸ possui uma ambiguidade ao fazer referência a espiga de milho com o pênis do homem ereto. Ou seja, criam-se códigos de linguagem e expressões para comentarem e se referirem a essa violência simbólica, aos comportamentos “libertos” de alguns homens com as mulheres.

Percebemos também no discurso dos pais e do tio de Maria Nobrega que não eram apenas as mulheres que seguiam uma disciplinarização dos corpos. Os homens também passavam por esse processo. Mas observamos que o olhar da disciplinarização recaía e prevalecia especialmente sobre a mulher, numa análise social para não realizar determinadas ações e condutas para não “provocar” o desejo aos homens. De acordo com Bourdieu (2002, p.23) o homem naturalizou “até tirar partido do estado minimizado do sexo masculino para afirmar a superioridade do sexo feminino”.

O título da música do Trio Nordestino (1997), “Forró desarmado”, a frase “O senhor tá dançando armado” remete-se também a essa ambiguidade, tanto por ser presente na sociedade homens frequentando essas festividades armados com armas de fogo ou facas. Como a partir do contato com os relatos dos moradores dessas comunidades em relação a abusos sexuais durante as danças, entende-se que o “dançar armado” descrito na música aparece como uma forma de denúncia de atos desrespeitosos dos homens com as mulheres.

*“Pode dançar a noite inteira, até amanhecer o dia
Por que a nossa brincadeira, é uma eterna alegria
Mas o senhor não tem respeito, é um homem mal educado
Sabe que não é de direito, o senhor tá dançando armado
O senhor tá dançando armado, o senhor tá dançando armado
O senhor tá dançando armado, nós vamos dizer pro delegado
Todo mundo se desarmou, prá poder dançar com mais jeito
A mulherada até que gostou, achou isso muito bem feito
Só o senhor tá desconforme, então vai ser logo encanado
Porque a polícia não dorme, e nós vamos dizer pro delegado
O senhor tá dançando armado, o senhor tá dançando armado
O senhor tá dançando armado, nós vamos dizer pro delegado”¹²⁹*

¹²⁸ Trecho da entrevista oral concedida por Maria Nobrega Lima. 75 anos. Agricultora aposentada. Entrevista realizada em 02 abril de 2021, em sua residência no Sítio Riachão, município de Pombal-PB.

¹²⁹ TRIO NORDESTINO. **Forró desarmado**. Os rouxinhos da Bahia. Gravadora Copacabana, 1978.



Na primeira estrofe, podemos perceber que a composição da música faz referência a descontração como uma brincadeira, um momento de lazer como se ocorresse tudo na normalidade e que poderia encerrar apenas ao amanhecer do dia. Além de chamar a atenção para o senhor que não tem respeito, possivelmente com as mulheres por estar dançando armado, que nesse caso pode ser armado de revólver ou fazendo referência ao pênis ereto. E ambos remetem às formas de violência masculina no forró, e em seguida avisando que vai denunciar ao delegado por esse homem estar rompendo com os códigos sociais.

Na segunda estrofe a música fala que as mulheres gostaram da nova regra, dos homens dançarem desarmados, e que esse tipo de comportamento não é mais aceito diante daquele momento de festividade. A música foi lançada posteriormente ao período histórico em que essa pesquisa analisa as relações sociais e de gênero nesses “forrós” como momento de lazer. E não deixa de ser uma representação das formas de violência masculina nos espaços festivos da comunidade.

Ao relacionarmos os relatos orais e mediante o estudo da teoria de Pierre Bourdieu (2002), entendemos o significado da violência simbólica como a naturalização de uma imposição e submissão das práticas femininas. Quando indagado às entrevistadas se elas poderiam se negar a dançar, percebe-se uma dualidade em suas falas. As mulheres até poderiam se negar, mas ao mesmo tempo, com receio de se envolverem em uma polêmica, sofrerem violências, abusos físicos e psicológicos, elas aceitavam dançar, mesmo que contra a própria vontade, por medo de julgamentos ou desentendimentos.

O medo em negar a dança, assume como uma forma de violência. A mulher não tem outra saída, a todo momento é violentada em suas escolhas, seja no momento que aceita a dança, ou no momento da negação.

Maria Nobrega relata ao ser questionada se as mulheres eram obrigadas a dançarem:

Era, se ela tava dançando no baile, era! Chamou, ia. Se não fosse já fazia a confusão. Tinha deles que não dizia nada, e outros ficavam pastorando no aceiro do pavilhão, se ela saísse com outro, aí.. na mesma música, já na outra parte num era mais cortado. É só naquela que ele chamou.¹³⁰

Se a mulher aceitasse dançar com outro homem, era tido por essa sociedade patriarcal como uma ofensa à masculinidade e à honra do homem. Ele afirmava-se

¹³⁰ Trecho da entrevista oral concedida por Maria Nobrega Lima. 75 anos. Agricultora aposentada. Entrevista realizada em 02 abril de 2021, em sua residência no Sítio Riachão, município de Pombal-PB.



como o macho viril que detinha poder sobre as relações, sobre as mulheres e seus corpos. As mulheres a todo momento deveriam seguir regras que não rompessem os códigos morais masculinos, e principalmente aceitar as imposições das ações sociais sobre seus corpos.

É isso que Bourdieu (2002) caracteriza como violência simbólica: aquela estrutura de pensamento; e nos casos aqui apresentados, das práticas que são instituídas, aceitas e inquestionáveis. As mulheres naturalizaram esse discurso, e são repassados por gerações como a forma correta de agir perante o homem. A exemplo dessa afirmação vemos um trecho dos ensinamentos que a mãe da entrevistada Cassia Maria aconselhava: “quando saia de casa mãe dizia: “*não nega a dança*” (risos), “*não nega a dança mode a confusão*”. Pra evitar a briga né?”.¹³¹

Violência física e simbólica

Em relação à violência no Brasil, esse é um tema ainda mais presente nos debates de políticas públicas, pois o discurso sobre violência, segundo Alba Zaluar (1998):

Passou a fazer parte das conversas cotidianas na casa, na rua, na escola, nos estabelecimentos comerciais, nos jornais, nas rádios, em todos os canais de televisão, nos inquéritos e processos judiciais, onde quer que se comente o que acontecia e o que poderia acontecer. (ZALUAR, 1998, p. 246).

O conceito de violência tem sido usado de forma banalizada, esquecendo-se das estruturas que ocasionam e justificam tais práticas. É aquilo que Alba Zaluar (1998) apresenta como um discurso de caráter ideológico onde “o adjetivo violento é utilizado sistematicamente para caracterizar o outro” (ZALUAR, 1998, p. 248). No entanto, sua visão acerca da violência prioriza esse discurso através da mídia, mostrando seus efeitos e os números de violência em diversas áreas.

Assim, a violência contra as mulheres dentro desses espaços de lazer acontecia mediante as mulheres quebrarem as regras impostas sobre não poder dançar com outros homens, caso tivesse rejeitado o primeiro homem que a convidou. Vemos que existiam mulheres que não concordavam com essas imposições e aceitavam o convite para dançar com outro. Entretanto, nesse momento o homem rejeitado sentia-se “ofendido”

¹³¹ Trecho da entrevista oral concedida por Cassia Maria Ramos de Sousa Nobrega. 50 anos. Agricultora. Entrevista realizada em 02 abril de 2021, em sua residência no Sítio Riachão, município de Pombal-PB.



por ferir sua “honra” e sua “masculinidade” e havia perdido a “dama” para outro homem.

Baseado nesses discursos de superioridade, da manutenção da “honra” masculina que Bourdieu (2002) afirma ser naturalizada por ambos os gêneros a disciplinarização dos corpos. A elas estava atrelada a normatização de não se negar ao homem. E isso foi se enraizando nas construções sociais e como percepção de mundo tanto para essas mulheres que eram oprimidas, como para os homens que cada vez mais afirmavam essa superioridade sob as mulheres.

Através do relato oral de Edileusa Dantas percebemos essa naturalização, mesmo ela não tendo presenciando tal violência contra a mulher nesse momento de negação ao homem. Sua tia usava o caso de uma moradora da comunidade de Estrêlo, que havia sofrido violência por realizar o “corte”, como exemplaridade de como não agir:

minha tia contava muito e quando a gente ia pra as festas, ela dizia “olhe não corte cavalheiros, porque a filha de Corma, irmã de Cícero de Dalva, é Ana de Corma uma vez cortou um cavalheiro e foi dançar com outro, quando ela foi passando o cara meteu a mão na cara dela, puxou ela, deu uma mãozada na cara dela, botou ela pra sentar e falou: “aqui hoje você não dança mais, e ela não dançou mais não. Porque ela tinha cortado ele e não podia dançar com outra pessoa. Ela não dançou e foi dançar com outra pessoa, aí ele se sentiu ofendido né? Aí ele deu na cara dela, deu na cara dela! Botou ela pra sentar, amanheceu o dia e ela não dançou mais com ninguém. A minha tia sempre falava isso para nós.”¹³²

A negação a um homem vem atrelada ao castigo do feminino: não dançar. Aceitar outro convite para aquela música seria uma ofensa à masculinidade do primeiro galanteador. Isso é uma forma de violência sobre o feminino.

Conhecemos outro relato de uma agressão física a uma moradora da comunidade Juá após realizar o “corte” no cavalheiro que a tinha convidado a dançar. Maria Nobrega também relata que não presenciou a cena, mas que esse caso repercutiu em todas as comunidades. A entrevistada fala que as mulheres podiam cortar, que inclusive existiam em grande quantidade mulheres que “cortavam” os homens. Era uma prática frequente:

Cortava bastante, tinha delas que cortava e era muito. Agora só não saia naquela parte pra evitar confusão. Quando começava na outra parte em diante ela podia dançar, agora tinha cavalheiro que era nojento, como Antoin Branco fez com Rubenita, é o único caso que conheço que via Zé Pereira mais Amélia contar. Ela cortou esse Antoin Branco, ele convidou ela pra dançar, ela disse que não ia, aí saiu com outro, aí também ele só fez

¹³² Trecho da entrevista oral concedida por Edileusa Dantas Fernandes, 57 anos. Agricultora. Entrevista realizada no dia 29 de março de 2021, através do Google Meet, Pombal-PB



*avuar no cabelo dela e levou pra cozinha e disse que ela ia passar a noite na cozinha e num saia mais lá fora. Num passou porque Amélia mais Zé Pereira pegaram ela e foram se embora com ela.*¹³³

Os moradores seguiam o código do patriarcalismo. Um patriarcalismo que legitima as ações e imposições cotidianas sobre a mulher através de construções sociais, culturais e representações da supremacia masculina: o poder do homem em diversos aspectos na sociedade.

Maria Nobrega também relata que sempre existiu esse medo em negar a dança a algum homem, embora seus pais nunca a permitisse dançar pelo motivo de não deixar sua única filha se envolver em confusões ou ficasse “falada” (marcada em sua honra feminina) mediante a sociedade. Ao ser questionada se existia uma forma de conduta de como dançar, ou se seus pais consentiam que ela dançasse durante essas festas, Maria Nobrega descreve:

*Não! Não era em todo canto não. Eu dançava alguma parte, eu não era moça dançadeira de forró não. Eu dançava alguma parte, com alguma pessoa conhecida. Pai mais mãe nunca consentiram eu dançar não. Ora no casamento da fia de Chico Cãindo, foi obrigada ar menina ali da Pedra Branca pedir de dia, pra deixar eu dançar, que eles não queria deixar eu dançar. Eu dancei depois que casei. Tempo de solteira não.[...] Quando eu ia pra o forró era só olhar, eu ia só olhar, eu num dançava muito não. Eu não dançava porque meus pais não deixava, num era porque num quisesse não. Vontade tinha, ora mais se tinha. Quê que eu ia ver no forró e passar a noite todinha de braço encruzado no aceiro do pavilhão olhando os outros dançar. Coisa sem graça! Quando eu casei que comecei a dançar com Rosil, ai não dançava.*¹³⁴

Em sua fala, ao dizer que ela “não era moça dançadeira”, implica dizer que nesse período, década de 1960, existiam outras mulheres que tinham o hábito de dançarem e não serem reprimidas pelos pais, eram mais livres para dançarem. Mas vemos que seus pais controlavam sua filha para não dançar, baseado em exemplos de outras mulheres que eram mais “libertas” para dançarem. Pois a dança, nesse momento, assumia a função de uma expressão corporal perigosa para colocar a “honra” dessas meninas em risco. Os pais buscavam evitar o despertar, nessas meninas, de uma libido, o considerado perigoso desejo do contato físico durante os movimentos nas danças, por ser visto como algo errado.

Ainda ao analisamos esse relato, percebe-se que a entrevistada tinha o desejo de dançar, que não fazia sentindo ir a um forró e não dançar, pois esse era o objetivo das festividades realizadas nessas comunidades. Mesmo ela tendo essa vontade de dançar, a

¹³³ Trecho da entrevista oral concedida por Maria Nobrega Lima. 75 anos. Agricultora aposentada. Entrevista realizada em 02 abril de 2021, em sua residência no Sítio Riachão, município de Pombal-PB.

¹³⁴ *Idem.*



dança era reprimida por dois fatores: primeiro por colocar a sua “honra” em risco; e de toda sua família sofrer com os comentários sobre sua reputação social, sobre sua dignidade como mulher casta e religiosa. E em segundo, devido ao temor dos homens dançarem “armados”, com “corpos colados”, provocadores do desejo. As mães poderiam reprimir suas filhas, ainda, pelo fato da manutenção de sua “honra”, isto é, do não despertar o desejo de uma sexualidade nas próprias filhas por estarem carregadas do estigma da “pureza”, direcionada a casar e se relacionar apenas com um homem. Era esse o modelo de sociedade reproduzido e controlado dentro do pavilhão.

Já durante a década de 1970 e 1980 percebe-se uma modificação nessas relações. Mas ainda permanecia o medo do “cortar” devido aos relatos das comunidades da existência de um passado de violência contra as mulheres nessas festas, fosse física ou simbólica. Vemos nos relatos das entrevistadas que os pais já permitiam suas filhas dançarem, mas os modelos de comportamento ainda continuavam os mesmos. Rosália Alves, por exemplo, nos conta sobre seus pais permitirem que ela dançasse:

Não, eles se importavam não, só que era assim, tinha canto que eles não queria que eu fosse, nem queria deixar eu ir. Tinha canto que eles não queria que eu fosse e eu teimava e ia. Pai num se importava muito não, era mais mãe [...] falava pra ter cuidado pra não caçar briga, pra não ter confusão, dançar com os cavaleiros direito e respeitar os cavaleiros.¹³⁵

Esses modos de valores no sertão mudam de uma família para outra, de uma comunidade para outra. Num período de dez anos conseguimos perceber a mudança desses comportamentos, dessas formas de conduta. Mas isso não implica dizer que na década de 1970 os códigos sociais do forró eram livres para todas as mulheres. Elas ainda estavam rodeadas pelo discurso da honra e do pudor. Porém algumas famílias já davam uma maior liberdade às suas filhas. Não existe uma ruptura significativa, são mudanças sutis e lentas ao passar dos anos.

Então vemos uma caracterização para a dança. Ela passa a ser tida como algo que pode arriscar a “honra” da mulher e pô-la em perigo. Dançar com homens com os quais elas não estão comprometidas é uma ameaça à virilidade do noivo ou do marido, assim como dever-se-ia evitar a todo o momento colocar em risco a pureza e a imagem da mulher. Assim, os pais e as mães reprimem esse desejo das filhas de poderem dançar com quem e como elas desejavam. É um corpo que está sendo docilizado pelos

¹³⁵ Trecho da entrevista oral concedida por Rosália Alves de Oliveira Silva, 67 anos. Agricultora. Entrevista realizada no dia 26 de março de 2021, através do Google Meet, Pombal-PB



discursos, disciplinadas a aceitarem as imposições com o objetivo de manter aquela identidade de mulher “honrada” e casta.

As relações de gênero nesse momento estão imbrincadas nas relações sociais. Elas são determinadas dentro das casas, nas relações familiares, ou em espaços de lazer como nas danças do Pavilhão. Essas relações se estendem, portanto, para dentro do espaço do Pavilhão. Foi construído todo um sistema de valores, de dominação, de condutas que devem ser seguidas, definindo e ditando os papéis das mulheres, com quem e como as mulheres poderia dançar nesses forrós.

É isso o que Joan Scott (1990) conceitua como gênero: as construções que ditam como as relações sociais devem acontecer. Elas moldam a família, as posturas, as condutas do homem e da mulher dentro do Pavilhão. Scott (1990) afirma que essas relações de gênero só podem ser entendidas ligadas às relações de poder, às relações políticas.

De acordo com Camurça (2007, p. 20), existem mecanismos que sustentam e legitimam o sistema de dominação característico do sistema patriarcal:

1. A prática da violência contra as mulheres para subjugar-las;
2. O controle sobre o corpo, a sexualidade e a vida reprodutiva das mulheres;
3. A manutenção das mulheres em situação de dependência econômica e
4. A manutenção, no âmbito do sistema político e práticas sociais, de interdição à participação das mulheres. (apud FEITOSA, LIMA e MEDEIROS, 2010, p. 04).

O sistema patriarcal se consolidou na afirmação da ideologia de dominação e superioridade masculina perante a mulher. A sociedade em que vivemos é masculinizada. E nos espaços de diversão não é diferente, são espaços sexistas, da visibilidade do masculino, em que as mulheres são parte integrada para reforçar este lugar de poder do homem.

Nos relatos das entrevistadas sempre foi citada uma prática de violência contra a mulher que assusta por se impor ao coletivo. Cassia Maria, ao descrever que sua mãe frequentou vários “forrós” e que presenciou diversas brigas e violência contra as mulheres durante essas festividades, conta que:

Quando minha mãe falava pra mim que na época que ela ia os forrós tinha violência física, tinha puxão de cabelo, tinha ameaça de cortar o cabelo da moça, tinha de botar ela lá num canto a noite todinha e ela não saía mais de lá, sentada numa cadeira lá fora o tempo todinho. Com minha mãe mesmo aconteceu, ela falava pra mim que aconteceu. Ela nem dançava, que ela nunca dançou, mas por conta da irmã dela as três teve que passar a noite ali



*sentadinha sem sair do canto. A irmã dela cortou um cavalheiro e ele botou ela lá e elas três sem ninguém sair, mesmo mãe nunca ter dançado.*¹³⁶

Em seu relato, notamos os dois tipos de violência em uma única fala. Primeiro quando a colaboradora retrata que existia violência física como “puxão de cabelo” e ameaças de “cortar o cabelo da moça”. Nesse depoimento entendemos que o cortar o cabelo como castigo por se negar a dançar com algum homem, era uma forma de ferir um símbolo de feminilidade dessas mulheres. Seria uma agressão tanto física, como simbólica, fazendo com que a mulher se sinta humilhada perante a sociedade ao cortar aquilo que as mulheres tinham como símbolo do feminino, ou seja, os cabelos longos.

São criados estigmas sob a imagem da mulher, tanto em relação às suas vestimentas, seus comportamentos, e como nesse caso, sobre seu signo de beleza. O cabelo feminino sempre foi ligado à imagem de um cabelo grande, simbolizando a sensualidade da mulher. Nisso vemos as criações dos papéis sociais do que vem a ser o gênero “feminino”, suas construções como a mulher sendo símbolo de beleza e de sensualidade. E cortar o cabelo dessas mulheres era uma forma de oprimir, intimidar, e principalmente diminuir a sua autoestima. Mais uma vez firma-se a violência sob diversas vertentes, sejam elas simbólicas, psicológicas e físicas (sexuais).

Outro aspecto que desperta interesse por entender essas práticas abusivas, era o fator que se uma mulher cortasse um homem na dança, as suas irmãs que não realizaram o “corte” também sofreriam consequências. Esta prática torna-se uma forma de exemplaridade para as demais mulheres não cometerem o mesmo “erro” que ela. Além disso, vale salientar que era frequente os homens andarem armados, principalmente com armas brancas, nesse período estudado, aumentando o temor das violências físicas e as ameaças do corte de cabelos com facas, chamada pelas entrevistadas de “peixeira”.

Edileusa Dantas relata em seu depoimento como era comum os homens se dirigiam a essas festas armados:

*Ah minha fia, andava, quando não era com revolve, era com uma faca e puxava na briga. Nos baile quando tava tudo embriagado brigava de faca, outros puxava o revolve aí já ia aquela equipe e tomava o revolver, já tomava a faca. Eu vi muito, corri muito, corri quando puxava um revolve ou uma faca eu perna pra quem te quer! (risos).*¹³⁷

¹³⁶ Trecho da entrevista oral concedida por Cassia Maria Ramos de Sousa Nobrega, 50 anos. Agricultora. Entrevista realizada em 02 abril de 2021, em sua residência no Sítio Riachão, município de Pombal-PB.

¹³⁷ Trecho da entrevista oral concedida por Edileusa Dantas Fernandes, 57 anos. Agricultora. Entrevista realizada no dia 29 de março de 2021, através do Google Meet, Pombal-PB



Nessas festas, não é relatado a presença de polícia para preservar a ordem ou proteger essas mulheres de violência. Quando ocorriam brigas, os próprios frequentadores eram os que se encarregavam de apaziguar os conflitos. Mas nos atentamos para a fala da entrevistada Maria Nobrega, ao relatar sobre como os pais reagiam quando viam suas filhas sendo agredidas:

Ah, tirava pra fora, tirava pra fora e num deixava mais dançar. Outros iam se bora. Era difícil eles brigarem, era mais fácil a mãe, porque de primeiro quem mais, nesse povo de idade quem mais ia pra o baile com as fias era ar mãe. Olhe quando começava dá briga em baile, as mãe, só só via ar mãe no mei do pavilhão catando as fias, as filhas e as outras vizinhas que tinha ido com ela e tirava.¹³⁸

Percebemos que quando eram as mulheres que eram agredidas ou entravam em conflitos, os pais evitavam se envolver nas brigas, pois podemos entender que aquela agressão era justificada, pois os discursos dessa sociedade patriarcal giram em torno da ideia de quem errou foi a mulher que disse o “não” ao homem.

Vale salientar, que as mães acompanhavam as filhas às festas. Elas eram a própria vigilância da honra da família. As mães eram responsáveis por exercer o papel de garantir o olhar panóptico e disciplinar, pois, caso as mães fracassassem na missão de proteger essa honra, elas carregavam a responsabilidade pela mácula na família.

“Quando a dama corta o cavalheiro”: uma forma de resistências e fugas femininas

“Cabe ressaltar, que se, por um lado, o patriarcado coloca, ao longo da história, em mãos masculinas o poder, por outro, encontra o seu antagonismo na resistência das mulheres feministas.” (FEITOSA, LIMA e MEDEIROS, 2010, p.01). Vemos nos discursos das entrevistadas que o sistema em si era extremamente abusivo com as mulheres nas relações sociais e de gênero. Mas existiam mulheres que não aceitavam essa dominação masculina no momento de dançar.

Existiam a presença de mulheres que corriqueiramente “cortavam” os “cavalheiros” ao dizer que não iriam dançar com eles naquela música. E a partir disso eram criados meio estratégicos para evitar confrontos e, conseqüentemente, abusos físicos e até mesmo sexuais. Essas resistências não possuíam a mesma conformação de movimentos feministas em busca por direitos iguais e dignidade perante a lei, ou na luta por espaços no debate político. As mulheres aqui estudadas possuíam ações mais imediatas, ao fugirem de abusos e violências no momento de descontração.

¹³⁸ Trecho da entrevista oral concedida por Maria Nobrega Lima. 75 anos. Agricultora aposentada. Entrevista realizada em 02 abril de 2021, em sua residência no Sítio Riachão, município de Pombal-PB.



Faz necessário evidenciar que mediante os relatos orais das entrevistadas, percebemos a ausência de uma reação mais ativa das mulheres diante das violências sofridas. As mulheres sempre apareceram no lugar de submissão, obedecendo as ordens e imposições de uma sociedade patriarcal. Ou seja, não existiam mulheres que contestavam essas violências.

A entrevistada Edileusa Dantas descreve que não concordava da mulher se negar a dança e na mesma música dançar com outro. Para ela, não era uma prática aceitável para se realizar com um homem. Edileusa relata:

Eu não achava não, porque na minha época eu não achava normal por causa que poderia dar uma confusão, eu nunca gostei sabe, eu me assujeitava a dançar com todo mundo sabe, menos com o bêbado, com o bêbado eu não dançava não. Quando ele vinha pro meu lado eu já ia lá pra o escurin pra o Pavilhão e dançava com outra pessoa, aí também tinha essa questão: era Gilson de Assis Birú, era na minha época, Gilson, Naldo de Maroli, esses meninos da minha época num sabe, aí pro bêbado não chamar mais a gente já pegava na mão dos meninos “vamos dançar” a gente mesmo chamava o cavalheiro, com os conhecidos né?¹³⁹

Em sua fala compreendemos que o corte, se apresenta como uma fuga para evitar constrangimentos. Notamos que ao negar uma dança, ela se escondia em pontos pouco iluminados do Pavilhão para evitar ser vista por outros homens e não aceitar outro convite durante certos momentos do forró e, assim, desviar de uma possível confusão. Seria uma submissão a dominação masculina, em decorrência do temor que essas mulheres tinham de se envolverem em confusão.

Um outro meio de escapar da obrigatoriedade em dançar com homens não desejáveis, a colaboradora Edileusa relata que chamavam os amigos mais próximos para dançar, mesmo contrariando a regra social comum nessa época: o homem era quem convidava a mulher. Ela cita que as próprias mulheres convidavam os amigos mais íntimos para dançar devido o receio que elas tinham de serem chamadas por homens “bêbados e enxeridos”, e assim evitar de serem assediadas.

Rosália Alves reafirma a fala de Edileusa:

[...] Tinha umas que se escondiam, tinha outras que ficavam com medo e não ia. Entrava pra dentro de casa e ficava lá dentro escondida pra o cara não chamar ela pra dançar, por que tinha uns que eram muito persistentes, ficavam insistindo pra pessoa ir.¹⁴⁰

¹³⁹ Trecho da entrevista oral concedida por Edileusa Dantas Fernandes, 57 anos. Agricultora. Entrevista realizada no dia 29 de março de 2021, através do Google Meet, Pombal-PB

¹⁴⁰ Trecho da entrevista oral concedida por Rosália Alves de Oliveira Silva, 67 anos. Agricultora. Entrevista realizada no dia 26 de março de 2021, através do Google Meet, Pombal-PB



A todo instante esses espaços que agregam as festividades ofereciam riscos às mulheres. Riscos de serem agredidas, violentadas, como o risco de ficarem mal vistas diante dessa sociedade patriarcal. Em seus relatos, vimos aquilo que Bourdieu (2002) discute como a instituição de um sistema de pensamento que vai se enraizando nas relações, na mente das próprias mulheres que eram agredidas, pois em seus discursos é quase que uma regra as mulheres não verem essas práticas violentas como uma ação que fere sua integridade.

Mas ao mesmo tempo vemos no relato oral de Cassia Maria, em relação como ela compreendia as mulheres que realizavam o “corte”, como uma forma de se impor perante um sistema de dominação e superioridade masculina: “*Ai, eu achava o máximo (risos), eu achava bonito porque era a forma dela dizer que não tava gostando daquilo, eu achava toda vida. Eu concordava, eu só não fazia porque mãe não deixava (longos risos)*”.¹⁴¹

Mesmo ela concordando que a mulher poderia se negar e se impor, vemos em sua fala que ela “*não fazia porque mãe não deixava*”. Ou seja, a mulher não era apenas vítima, por mais que houvesse códigos reguladores acerca do comportamento feminino, existiam mulheres que não concordavam com tais imposições, mas mesmo assim tinham que seguir por respeito e obediência aos pais, por estarem incluídas numa sociedade patriarcal, onde a todo momento encontra-se o controle do feminino.

Mas o “corte” se apresentavam também como um elemento de resistência. Pois da forma que existiam mulheres que dançavam com todos os homens que a convidasse, para evitar constrangimentos e confusões, existiam as mulheres que resistiam. A negação ao homem nessa pesquisa se apresenta como uma forma de resistir a dominação masculina nesses espaços festivos.

Considerações finais

Entretanto, diante dos aspectos das relações entre gêneros apresentados nessa pesquisa, compreendemos que a submissão feminina, a construção e a validação desses papéis atribuídos ao “ser feminino” e ao “ser masculino” estão estritamente ligadas as relações de poder, as questões econômicas, culturais e principalmente sociais, que ditam formas de agir e pensar que cada sociedade passa a praticar e institucionalizar como normas a serem seguidas.

¹⁴¹ Trecho da entrevista oral concedida por Cassia Maria Ramos de Sousa Nobrega. 50 anos. Agricultora. Entrevista realizada em 02 abril de 2021, em sua residência no Sítio Riachão, município de Pombal-PB.



A partir da pesquisa de campo e em contato com as entrevistadas, entendemos como um momento de descontração agregava questões sociais a serem levantadas e discutidas, como: a violência física e simbólica contra as mulheres que se negavam a dançar nessas festas. Foi necessário se debruçar sob os teóricos especialistas na área de pesquisa, como Joan Scott (1990) e Pierre Bourdieu (2002) para o entendimento de conceitos elaborados por eles e assim buscar analisar e escrever as relações de moradores rurais em suas vidas cotidianas. Foi essencial trabalhar com os conceitos de gênero e violência simbólica para o questionamento levantado no objetivo desta pesquisa.

A história oral como método de pesquisa assumiu um instrumento essencial no objetivo de compreender as construções sociais, os cotidianos, as relações entre gêneros e suas representações coletivas e individuais. A história oral nos possibilitou entender as vivências e as relações entre os moradores dessas comunidades rurais e, assim, produzir a história sobre seus momentos de lazer e suas relações.

Observamos as continuidades e rupturas de algumas práticas, principalmente como as relações entre gêneros eram estabelecidas ao longo dessas três décadas estudadas entre 1960 a 1980, onde foi realizada entrevistas orais com mulheres que frequentavam essas festas e em idades diferenciadas, com o intuito de nos dar pista dessas relações, suas mudanças e permanências.

Percebemos diversos momentos ao longo das festas que caracterizavam essas violências contra as mulheres: aspectos como as normas do dançar, e comportamentos, ditados principalmente às mulheres. Desta forma formulava-se a identidade de gênero dessas comunidades e seus papéis sociais. E os fatores que ocasionavam essas violências eram de uma forma mais simbólica, quase que imperceptível para as frequentadoras, e de uma forma mais concreta com o uso excessivo de bebidas alcoólicas, que desencadeava no ato da violência física em si.

Concluimos que o sistema patriarcal impõe formas de condutas, de comportamentos e valores, tanto para homens como para as mulheres. Mas vemos nesse texto que a partir de mecanismos bem definidos que os homens buscavam a todo momento afirmar a dominação sobre as mulheres, seja no âmbito doméstico, do lar, como em espaços públicos. E assim cada vez mais legitimando a submissão e inferioridade imposta às mulheres, que se desencadeou a naturalização desses discursos de dominação e subordinação entre os gêneros feminino e masculino construído ao longo do tempo.



Mas uma vez repito, é aquilo que Bourdieu (2002) teoriza como um sistema de pensamento enraizado e inquestionável pelo opressor e pelo oprimido. O desenvolvimento da sua ideia do que seria a violência simbólica: como uma agressão que pode ser psicológica ou social que fere e ofende o outro, que nesse caso é contra as mulheres. O sistema patriarcal é violento e abusivo em todas as suas vertentes.

Data de Submissão: 26/02/2022

Data de Aceite: 24/05/2022

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar:** Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004, p. 14.

BOURDIEU, P.F. **A dominação masculina.** Tradução de Maria Helena. . ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 160.

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 jul. 2017.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro. 2.ed. 2000.

FEITOSA, S.M; LIMA, M.G; MEDEIROS, M.G. PATRIARCADO E FORRÓ: UMA ANÁLISE DE GÊNERO. **Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, v. 9, p. 1-9, 23 a 26 de agosto 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, p. 05-17, 1990.

ZALUAR, Alba. **História da vida privada no Brasil:** contraste da intimidade contemporânea. Para não dizer que não falei do samba: os enigmas da violência no Brasil. São Paulo, v.4, p. 245-254, 1998.

Fontes Orais

FERNANDES, E.D. **Edileusa Dantas Fernandes:** depoimento [mar. 2021]. Entrevistadora: Vanessa Kelly de Sousa Nobrega. Pombal, 2021. (29 min 10s). Entrevista concedida para elaboração de trabalho de conclusão de curso da entrevistadora.

LIMA, M.N. **Maria Nobrega Lima:** depoimento [abr. 2021]. Entrevistadora: Vanessa Kelly de Sousa Nobrega. Pombal, 2021. (53 min 5s). Entrevista concedida para elaboração de trabalho de conclusão de curso da entrevistadora.

NOBREGA, C.M.R.S. **Cassia Maria Ramos de Sousa Nobrega:** depoimento [abr. 2021]. Entrevistadora: Vanessa Kelly de Sousa Nobrega. Pombal, 2021. (27 min).

Entrevista concedida para elaboração de trabalho de conclusão de curso da entrevistadora.

SILVA, R.A.O. Rosália Alves de Oliveira Silva: depoimento [mar. 2021]. Entrevistadora: Vanessa Kelly de Sousa Nobrega. Pombal, 2021. (25 min). Entrevista concedida para elaboração de trabalho de conclusão de curso da entrevistadora.

